

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

UNIVERSIDADE ABERTA



MEMÓRIA DAS ÁGUAS DE ALFAMA

CARLOS MANUEL DE BARROS MARTINS BEIRÃO DE OLIVEIRA

Dissertação Apresentada para Obtenção do Grau de Mestre em Estudos do Património

Professora Orientadora: Prof. Doutora Maria Adelaide Costa

LISBOA

JANEIRO DE 2008

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

UNIVERSIDADE ABERTA

MEMÓRIA DAS ÁGUAS DE ALFAMA

CARLOS MANUEL DE BARROS MARTINS BEIRÃO DE OLIVEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada
no âmbito do Mestrado em Estudos do
Património, da Universidade Aberta,
orientada pela Prof. Doutora Adelaide
Costa.

LISBOA

JANEIRO DE 2008

Agradecimentos

À Professora Doutora Adelaide Costa agradeço a orientação atenta e sempre adequada a cada momento da elaboração deste trabalho, agradecimento que estendo ao Professor Doutor Paulo Oliveira Ramos pelos conselhos, sempre pertinentes, de extrema importância quer para a escolha definitiva do tema, quer nos primeiros passos da pesquisa por nós levada a cabo.

Quero ainda agradecer a todos os meus colegas de Mestrado pelo apoio prestado e incentivo constante durante a prossecução do nosso trabalho, em particular à Anabela Ferreira, ao João Firmino e à Luísa Jacquinet, bem como ao Dr. Raul dos Santos Vital, do Gabinete Histórico da EPAL e ao Hugo Almeida.

Por último agradeço à minha esposa e filha, sem cujo apoio não teria sido possível a elaboração desta dissertação.

RESUMO

Este trabalho pretende dar a conhecer a importância que as nascentes de Alfama tiveram na história de Lisboa. Articula-se em duas partes. Na primeira, que serve de contextualização, recuperam-se as memórias e a história do abastecimento de água a Lisboa, até à formação da 2.^a Companhia das Águas. A segunda é inteiramente dedicada a Alfama, às nascentes, bicas, fontes, chafarizes, assim como a outros locais que, directa ou indirectamente, estão ligados à memória da água no bairro e que tiveram um papel determinante na vida da população da cidade. Aborda-se ainda a temática das águas minerais, num passado ainda recente tão populares e hoje praticamente desconhecidas do grande público; descreve-se o modo como estas águas foram exploradas nos chamados “Banhos”, pequenos estabelecimentos termais, ainda em funcionamento durante as primeiras décadas do século passado. O trabalho inclui ainda uma breve abordagem ao estudo da hidrologia local, fundamental para a compreensão de toda a problemática relacionada com a água e as dificuldades na sua distribuição pelas diversas zonas sucessivamente ocupadas pela cidade ao longo dos vários séculos da sua existência.

ABSTRACT

This work aims to bring to general knowledge the importance of Alfama's water springs in Lisbon's history and is divided into two parts. In the first one, we bring back the history and memories of Lisbon's water supply system, until the second Water's Company foundation. The second part is entirely dedicated to Alfama, its springs, fountains, faucets as well as all the places that, in some way, are connected to this "water memory" in this neighbourhood and that had such an important roll in the life of Lisbon's population. Mineral waters will also be approached by this work. Nowadays an afterthought in people's minds, they were very popular in a recent past and still prospected as early as the first decades of the 20th century, in little thermal establishments called "Banhos". This work will also include a brief approach to the study of the local hydrology, fundamental for understanding the whole issue of water and its distribution through Lisbon's main urban core, which was expanding throughout its history.

RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail, articulé en deux parties, est d'appréhender l'importante que les sources d'eau d'*Alfama* eurent dans l'histoire de Lisbonne. Dans la première partie, qui établit le contexte de l'objet de l'étude, nous récupérons les mémoires et l'histoire de la distribution d'eau à Lisbonne jusqu'à la formation de la Deuxième Compagnie des Eaux. La seconde partie est entièrement consacrée à *Alfama*, les sources d'eau, tuyaux de fontaine (*bica*), les fontaines, les fontaines monumentales (*chafarizes*), ainsi qu'à d'autres lieux qui, directement ou indirectement, sont associés à la mémoire de l'eau dans le quartier et qui jouèrent un rôle déterminant dans la vie de la population citadine. Nous abordons également le sujet des eaux minérales, qui, dans un passé récent, étaient encore très populaires et aujourd'hui pratiquement inconnues du grand public ; nous décrivons la manière comment ces eaux étaient exploitées dans les dits « Bains », ou *Banhos*, petits établissements thermaux toujours en fonction pendant les premières décennies du siècle dernier. Le travail inclut par ailleurs un bref traitement de l'étude de l'hydrologie locale, essentielle pour la compréhension de toute la problématique qui touche à l'eau et aux difficultés de sa distribution dans les différentes zones successivement occupées par la ville au long de plusieurs siècles de son expansion.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PARTE I	
CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA À CIDADE DE LISBOA	8
Capítulo 1 – Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: O Reinado das Águas Orientais	9
1. 1. Região de Lisboa: esboço geográfico	10
1. 1. 1. Orografia	13
1. 1. 2. Hidrografia	16
1. 1. 3. O abastecimento da cidade e as águas do maciço Ocidental ...	19
1. 2. Das origens e fundação à Olisipo romana	20
1. 3. Felicitas Iulia Augusta	23
1. 3. 1. A cidade romana	23
1. 3. 2. Aqueduto romano: a técnica ao serviço da cidade	27
1. 3. 3. As termas de Olisipo	30
1. 3. 3. 1. As chamadas <i>Termas dos Augustais</i> : mito e realidade	30
1. 3. 3. 2. As <i>Termas dos Cassios</i>	32
1. 4. Do fim do Império à Lisboa árabe	33
1. 5. A cidade medieval	37
1. 6. A cidade renascentista	40
Capítulo 2 – O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes	49
2. 1. Águas Livres: o regresso a Lisboa	50
2. 1. 1. D. Sebastião: os primeiros estudos	50
2. 1. 2. No tempo dos Filipes	54
2. 1. 3. Da Restauração ao reinado de D. João V	66
2. 2. Finalmente o aqueduto: as Águas Livres chegam a Lisboa	82
2. 2. 1. As primeiras medidas	82
2. 2. 2. A construção do aqueduto	86
2. 2. 3. O Aqueduto das Águas Livres: um Património a preservar	90
2. 2. 4. A nova rede de abastecimento de água a Lisboa	95
Capítulo 3 – Os Novos Paradigmas Liberais e o Abastecimento de Água à Cidade	99
3. 1. Depois do Aqueduto	100
3. 1. 1. Da primeira administração da Obra das Águas Livres à extinção da Direcção da Real Fábrica das Sedas e Obras das Águas Livres	101
3. 1. 2. As novas propostas para o abastecimento de água à cidade. Da gestão camarária à Companhia das Águas	106
3. 2. Águas de Lisboa: de bem público a monopólio privado	116
3. 2. 1. A primeira Companhia das Águas	116
3. 2. 2. A segunda Companhia das Águas	125
Capítulo 4 – Abastecimento de Água à Cidade de Lisboa: Memória e Património	130
4. 1. Os chafarizes e o abastecimento de água a Lisboa	131
4. 2. Museu da Água: um exemplo a seguir	135

PARTE II	
MEMÓRIA DAS ÁGUAS DE ALFAMA	139
Capítulo 1 – Alfama e as Águas Orientais	140
1. 1. Alfama	141
1. 2. As águas orientais	150
1. 3. Hidrogeologia de Alfama	153
1. 3. 1. A origem das águas	153
1. 3. 2. A potabilidade	157
Capítulo 2 – Águas de Alfama: Uma História de Séculos	162
2. 1. A fonte de Lisboa	163
2. 2. As águas de Alfama, parte do sistema de abastecimento de água	169
2. 3. Águas santas vs. águas termais	172
2. 3. 1. As águas santas	172
2. 3. 2. Breve resenha das qualidades terapêuticas das águas orientais ..	173
Capítulo 3 – Bicas, Fontes, Chafarizes e Outros Locais de Memória	179
3. 1. O Chafariz d’El-Rei	180
3. 2. O Chafariz de Dentro	194
3. 3. Fontes e Chafarizes e outros locais desaparecidos	206
3. 3. 1. O poço do Penabuquel	206
3. 3. 2. O Chafariz da Preguiça	209
3. 3. 3. O Chafariz dos Paus	210
3. 3. 4. O Chafariz da Praia	213
3. 3. 5. A Bica do Largo do Chafariz de Dentro	215
3. 4. As Alçaçarias e os banhos termais	217
3. 4. 1. O Tanque das Lavadeiras de Alfama	219
3. 4. 2. As Alçaçarias do Duque	222
3. 4. 3. Os Banhos de D. Clara	226
3. 4. 4. Os Banhos do Doutor	227
3. 4. 5. As Alçaçarias do (J. A.) Baptista	228
3. 4. 6. Outras termas e banhos	228
3. 5. O fenómeno da “água das ratas”	229
3. 6. As fontes sem história	232
Capítulo 4 – Os Projectos do Engenheiro Pezerat Para Aproveitamento das Águas do Bairro Oriental de Lisboa	238
4. 1. Contextualização	239
4. 2. O projecto de 1852	240
4. 3. O projecto de 1855	245
Capítulo 5 – A Estação Elevatória da Praia	252
5. 1. O arranque do projecto	253
5. 2. Declínio e queda	259
CONCLUSÃO	261
BIBLIOGRAFIA	264
ANEXOS	

ÍNDICE DAS FIGURAS

- Fig. 1 *Mapa de Lisboa – Altimetria – 3 dimensões in Lisboa em Mapas. Informação Geo-referenciada*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001. p. 14
- Fig. 2 *Mapa da região de Lisboa in RIBEIRO, Carlos, Reconhecimento Geológico e Hydrologico nos terrenos das Visinhamças de Lisboa com Relação ao Abastecimento das Águas desta Cidade*, Lisboa, Typographia da Academia Real da Sciencias, 1857. p. 15
- Fig. 3 *Pré-existência do urbanismo humano na zona do antigo esteiro da baixa in MELO, Camilo de (coord) Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*, Lisboa, Fundação Banco Comercial Português, s.d., p. 2. p. 17
- Fig. 4 *Planta de Lisboa em 1872, tendo sobreposto, a tinta encarnada, os limites conjecturais do povoado de Olisipo in SILVA, Augusto Vieira da, Epigrafia de Olisipo (Subsídios Para a História da Lisboa Romana)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944, p. 337. p. 25
- Fig. 5 *Traçado das duas muralhas de Lisboa: a Cerca Moura e Cerca Fernandina (a representação esquemática da localização ds nomeadas Conservas de água é da responsabilidade do autor) in BÁRCIA, Paula, LISBOA À BEIRA-RIO. Quatro percursos para descobrir a Lisboa do Passado*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 34-35. p. 36
- Fig. 6 *Da Fonte e Lago da Agoa Liure e Lembrança da fonte dagoa liure trazida ao Resio in HOLANDA, Francisco de, Da Fábrica Que Falece à Cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984. p. 43
- Fig. 7 *O Chafariz do Rossio. No lado esquerdo da figura «Pormenor do painel de azulejos representando uma “vista do rossio e do Hospital de Todos-os-Santos” pertencente a uma colecção de azulejos com vistas de Lisboa existente no Museu da cidade. Primeiro quartel do século XVIII.» No lado direito, «Pormenor dum desenho com aguada, assinado Zuzarte, datado de 1787, representando o “Rossio antes do terramoto de 1755”» in MOITA, Irisalva (dir.e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*, volume 2, Catálogo de Exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, pp. 258-259. p. 47*
- Fig. 8 *Figura que representa a Manilha d’água dividida em Anneis e Pennas in ANDRADE, José Sérgio Velloso d’, Memoria sobre Chafarizes, Bicas, Fontes, e Poços Públicos de Lisboa, Belém, e Muitos Logares do Termo*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1851, p. 363 p. 51

- Fig. 9 *Lisboa no Século XVI* in *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, volume IV – 1861, Lisboa, Editores Proprietários, Castro, Irmão & C.^a, 1861, p. 241. p. 53
- Fig. 10 *O Chafariz do Apolo*. No lado esquerdo da figura, «Pormenor do painel de azulejos representando uma “Vista do Terreiro do Paço” pertencente a uma coleção de azulejos com vistas de Lisboa existente no Museu da cidade. Primeiro quartel do século XVIII». No lado direito, «Gravura em madeira. Ante-rostro do folheto de cordel “Parabéns à Cidade” das obras sanatórias feytas, feitas e por fazer, por Tomás Pinto Brandão, 1720. Cota: 1370 D – G. E. O. in MOITA, Irisalva (dir.e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*, volume 2, Catálogo de Exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 258 e p. 261 p. 65
- Fig. 11 *Projecto do engenho de António Miranda para levar a água das partes baixas da Cidade ao Bairro Alto* in MOITA, Irisalva (dir.e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*, volume 1, Catálogo de Exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 196. p. 73
- Fig. 12 «Aqueduto das Águas Livres no Vale de Alcântara». Gravura do século XVIII, da autoria de R. Black. T. Bowles, intitulada: *Perspectiva dos Novos Arcos d’Água que atravessam o Vale de Alcântara* in MOITA, Irisalva (dir.e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*, volume 2, Catálogo de Exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 190 e p. 193. p. 91
- Fig. 13 Placa afixada no Arco Grande do Aqueduto das Águas Livres. Fotografia, s.d.. <http://catedral.weblog.com.pt/arquivo/015883.html> p. 92
- Fig. 14 «Reservatório, ou Mãe d’água das Amoreiras em Lisboa». Litografia da Imprensa Nacional, publicada no *Universo Pittoresco*, tomo 2, 1841-1842 in MOITA, Irisalva (dir.e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*, volume 2, Catálogo de Exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, pp. 190-191. p. 95
- Fig. 15 «Panorama de Lisboa nos meados do séc. XVIII, vendo-se à esquerda, cerca do centro, o aqueduto das Amoreiras e o arco grande. Desenho a tinta da China» in MOITA, Irisalva (dir.e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*, volume 2, Catálogo de Exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, pp. 190-191. p. 96
- Fig. 16 *O gallego d’ esquina* in *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, volume II – 1858 -1859, Lisboa, Editores Proprietários, Castro, Irmão & C.^a, 1859, p. 248. p. 103
- Fig. 17 *Chafariz da Esperança*, foto do autor, Março de 2007. p. 134

- Fig. 18 *Pormenor da bomba hidráulica a vapor – Museu da Água*, foto do autor, Fevereiro de, 2005. p. 137
- Fig. 19 *Chafariz da Rua do Arco*, foto do autor, Abril de 2006. p. 138
- Fig. 20 *Vista parcial do Palácio dos Coculim*, foto do autor, Novembro de 2007. p. 144
- Fig. 21 *Edifício em recuperação na Rua S. João da Praça, em Alfama*, foto do autor, Novembro de 2007 p. 149
- Fig. 22 *Fonte da Samaritana*, in *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, volume V – 1862, Lisboa, Editores Proprietários, Castro, Irmão & C.^a, 1861, p. 304. p. 152
- Fig. 23 *Planta Geológica da parte baixa de Alfama*, in ALMEIDA, Fernando Moitinho de, *Parecer Hidrogeológico sobre uma Sondagem Executada no Largo do Chafariz de Dentro para o Metropolitano de Lisboa*, separata da *Revista da Faculdade de Ciências de Lisboa*, Lisboa, Fig. 2. p. 156
- Fig. 24 *Mappa das temperaturas e dos graus hydrométricos dalgumas aguas potáveis entre o chafariz d’El-Rei e a Cruz da Pedra*, in RIBEIRO, Carlos, *Memoria Sobre o Abastecimento de Lisboa Com Aguas de Nascente e Aguas de Rio*, Lisboa, *Typographia da Academia Real das Sciencias*, 1867, p. 12. p. 158
- Fig. 25 «Ocorrências registadas, concessionadas e entretanto perdidas no tempo e a sua localização em relação à Cerca Moura e à Cerca Fernandina a partir de Vieira da Silva » in RAMALHO, Elsa Cristina e LOURENÇO, Maria Carla, *As Águas de Alfama – Memórias do passado da cidade de Lisboa*. http://e-geo.ineti.pt/geociencias/edicoes_online/artigos/23.pdf, p. 7. p. 159
- Fig. 26 *Quadro comparativo entre a água da sondagem realizada no Chafariz de Dentro e a das Alcaçarias do Duque* in ALMEIDA, Fernando Moitinho de, *Parecer Hidrogeológico sobre uma Sondagem Executada no Largo do Chafariz de Dentro para o Metropolitano de Lisboa*, separata da *Revista da Faculdade de Ciências de Lisboa*, Lisboa, p. 194. p. 160
- Fig. 27 *O edifício onde estavam instaladas as Alcaçarias do Duque (à direita). Ao seu lado (lado esquerdo da fotografia) encontrava-se o edifício das Alcaçarias de D. Clara, entretanto demolido*, foto do autor, Novembro de 2007. p. 161
- Fig. 28 *Pormenor da Planta n.º 44 (a localização dos pontos de água é da responsabilidade do autor)*, in VIEGAS, Inês Morais Viegas, e TOJAL, Alexandre Arménio (coord), *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa: sob a direcção de Filipe Folque: 1856 – 1858*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2000. p. 165

- Fig. 29 *Aguadeiro, Largo do Salvador, em Alfama, em Alfama*, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Líbano – Matrícula*, 12.º volume, Lisboa, Editorial Verbo, s.d., p. 275. p. 168
- Fig. 30 *Vista de pormenor do tanque lateral do Chafariz de Dentro*, foto do autor, Lisboa, Dezembro de 2006. p. 171
- Fig. 31 *CHAFARIZ DEL-REI* in *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, volume IV – 1861, Lisboa, Editores Proprietários, Castro, Irmão & C.^a, 1861, p. 177. p. 180
- Fig. 32 *Vista de pormenor do Chafariz d’El-Rei*, in *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, volume IV – 1861, Lisboa, Editores Proprietários, Castro, Irmão & C.^a, 1861, p. 177. p. 188
- Fig. 33 *Chafariz do Rei*, in PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal, Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bilbliographico, Heráldico, Numismático e Artístico – L – M*, volume IV, Lisboa, João Romano Torres & C.^a - Editores, 1909, p. 246. p. 192
- Fig. 34 *Chafariz d’El-Rei, vista do lado Nascente*, foto do autor, Dezembro de 2006. p. 192
- Fig. 35 *Largo do Chafariz de Dentro (1940)*, in SILVA, Augusto Vieira, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1949. p. 194
- Fig. 36 *Chafariz de Dentro. Tanque lateral*. Fotografia, s.d. in CAMPOS, João, e CRISPIM, Manuel, *O Aqueduto das Águas Livres*. <http://www.geocities.com/Athens/Atrium/2046/aqueduto05.html> p. 198
- Fig. 37 *Tanque central do Chafariz de Dentro*, foto do autor, Dezembro de 2006. p. 200
- Fig. 38 *Vista geral do Chafariz de Dentro*, foto do autor, Dezembro de 2006. p. 204
- Fig. 39 *Entrada o Chafariz de Dentro*, foto do autor, Dezembro de 2006. p. 205
- Fig. 40 *Arco do Penabuquel*, foto do autor, Dezembro de 2006. p. 206
- Fig. 41 *Beco do Penabuquel; local onde existiu o poço com o mesmo nome*, foto do autor, Dezembro de 2006. p. 208
- Fig. 42 *Representação esquemática do troço da Cerca Fernandina que atravessava o Largo do Chafariz de Dentro. Parte do MAPA XIX* in SILVA, Augusto Vieira, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1949. p. 213
- Fig. 43 *Representação esquemática da geologia da zona ribeirinha de Alfama*, in RAMALHO, Elsa Cristina e LOURENÇO, Maria Carla, *As Águas de Alfama – Memórias do passado da cidade de Lisboa*. http://e-geo.ineti.pt/geociencias/edicoes_online/artigos/23.pdf, p. 8. p. 217

- Fig. 44 *Entrada do Beco dos Curtumes. Ao fundo, do lado esquerdo, as escadinhas que dão acesso à Rua de S. Pedro*, foto do autor, Dezembro de 2006. p. 218
- Fig. 45 *O Largo das Alcaçarias, em Alfama*, foto do autor, Novembro de 2007. p. 221
- Fig. 46 *Edifício onde funcionaram as Alcaçarias do Duque*, foto do autor, Novembro de 2007 p. 222
- Fig. 47 *Planta do estabelecimento de Banhos das Alcaçarias do Duque*, in RAMALHO, Elsa Cristina e LOURENÇO, Maria Carla, *As Águas de Alfama – Memórias do passado da cidade de Lisboa*. http://e-geo.ineti.pt/geociencias/edicoes_online/artigos/23.pdf, p. 12. p. 223
- Fig. 48 *Estatística de utilização da água das Alcaçarias do Duque*, in RAMALHO, Elsa Cristina e LOURENÇO, Maria Carla, *As Águas de Alfama – Memórias do passado da cidade de Lisboa*. http://e-geo.ineti.pt/geociencias/edicoes_online/artigos/23.pdf, p. 15. p. 225
- Fig. 49 *Anúncio das Alcaçarias do Duque reproduzido por Júlio de Castilho*, in CASTILHO, júlio de, *Lisboa Antiga. Segunda parte. Bairros Orientais*, volume I, 2.^a edição (1.^a edição: 1884), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939, p. 305. p. 225
- Fig. 50 *Planta do estabelecimento de banhos das Alcaçarias de D. Clara*, in RAMALHO, Elsa Cristina e LOURENÇO, Maria Carla, *As Águas de Alfama – Memórias do passado da cidade de Lisboa*. http://e-geo.ineti.pt/geociencias/edicoes_online/artigos/23.pdf, p. 13. p. 226
- Fig. 51 *Edifício onde funcionaram os Banhos do Doutor*, foto do autor, Novembro de 2007. p. 227
- Fig. 52 *Planta do estabelecimento de banhos do Doutor*, in RAMALHO, Elsa Cristina e LOURENÇO, Maria Carla, *As Águas de Alfama – Memórias do passado da cidade de Lisboa*. http://e-geo.ineti.pt/geociencias/edicoes_online/artigos/23.pdf, p. 14. p. 227
- Fig. 53 *Edifício onde funcionaram as Alcaçarias do Baptista*, foto do autor, Novembro de 2007. p. 228
- Fig. 54 *Depósito de Água da Companhia das Águas, no Largo das Alcaçarias*, in «Águas “milagrosas da Alfama... O Tanque das Lavadeiras (hoje Fonte das Ratas) era antigamente um movimentado recinto de brigas e mexericos» in *República*, 2.^o série n.º 11.761, de 9 de Outubro de 1963. p. 1 e centrais. p. 229
- Fig. 55 *Multidão aguardando a sua vez de se abastecer de água na “fonte das ratas”* in «A ÁGUA MILAGROSA DA FONTE DAS RATAS. Mais de sete mil garrafões vai diàriamente encher a Alfama uma multidão de crentes nas virtudes (reais ou imaginárias) do precioso líquido», in *Dário Popular*, de 20 de Outubro de 1963, p. 17. p. 229

- Fig. 56 “Fonte das Ratas”, no Largo das Alcaçarias, in RAMALHO, Elsa Cristina e LOURENÇO, Maria Carla, *As Águas de Alfama – Memórias do passado da cidade de Lisboa*. http://e-geo.ineti.pt/geociencias/edicoes_online/artigos/23.pdf, Fig. 3, p. 5. p. 230
- Fig. 57 *Mapa de localização da Fonte das Almas*. <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>. p. 232
- Fig. 58 *Fonte das Almas, nas Escadinhas de Santo Estêvão*, foto do autor, Novembro de 2007. p. 233
- Fig. 59 *Pormenor da azulejaria da Fonte das Almas*, foto do autor, Novembro de 2007. p. 233
- Fig. 60 *Mapa de localização da fonte das Escadinhas de S. Miguel*. <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>. p. 234
- Fig. 61 *Fonte nas Escadinhas de S. Miguel*, foto do autor, Dezembro de 2006. p. 234
- Fig. 62 *Mapa de localização da fonte com cabeça de leão, na Rua da Judiaria*. <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/> p. 235
- Fig. 63 *Fonte com cabeça de leão, na Rua da Judiaria*, foto do autor, Novembro de 2007. p. 235
- Fig. 64 *Mapa de localização da Fonte do Poeta*. <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>. p. 236
- Fig. 65 *Fonte do Poeta, na Rua da Judiaria*, foto do autor, Dezembro de 2006. p. 236
- Fig. 66 *Mapa de localização da fonte com cabeça de leão, na Rua da Adiça*. <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>. p. 237
- Fig. 67 *Fonte com cabeça de leão, na Rua da Adiça*, foto do autor, Novembro de 2007. p. 237
- Fig. 68 *Planta Geométrica do Sítio do Terreiro do Trigo*. Incluída no projecto apresentado por Pezerat em 1852, in *Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo Pela Camara Municipal de Lisboa; Sobre o abastecimento d’aguas na Capital por meio de empreza; Segundo as bazes estabelecidas no Decreto de 22 de Dezembro de 1852*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1853. p. 241
- Fig. 69 *Placa afixada junto à entrada principal do Museu do Fado, em Alfama*, foto do autor, Dezembro de 2006. p. 259
- Fig. 70 *Museu do Fado, antiga Estação Elevatória da Praia*, foto do autor, Novembro de 2007. p. 260

INTRODUÇÃO

Memória das Águas de Alfama, tal é o título da Dissertação que ora iremos apresentar para concluir o **Mestrado em Estudos do Património**, na Universidade Aberta. De imediato poder-se-á colocar a questão, *Memória* porquê? Não é este um curso que aborda a temática do Património? Não estará a Memória mais relacionada com a História, sendo certo o grande interesse que os historiadores hoje dedicam a esta relação, levando Jacques le Goff a afirmar que o «(...) conceito de memória é um conceito crucial.»¹ Qual a sua relação com o Património? Termo este que Françoise Choay associa a um conceito nómada, tantas vezes ele tem sido requalificado.²

É esta relação que iremos tentar clarificar e, ao mesmo tempo, contextualizar e justificar as linhas de orientação do nosso trabalho.

Na Carta Internacional Sobre o Turismo Internacional, define-se Património «(...) como um conceito vasto que abrange, quer o meio ambiente natural, quer o cultural. Engloba noções de paisagem, de conjuntos históricos (...) de práticas culturais, tradicionais ou actuais e de conhecimento. Recorda a longa caminhada do

¹ Jacques Le Goff, *História e Memória*, II Volume, *Memória*, Lisboa, Edições 70, [2000], p. 9.

² Cfr. Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, [2000], p. 11.

INTRODUÇÃO

desenvolvimento histórico que constitui a essência das diversas identidades nacionais, regionais, autóctones e locais, e faz parte integrante da vida moderna.»³

Mas esse é apenas um dos conceitos que tem sido atribuído a esta palavra que, como afirma Françoise Choay, se encontrava «(...) na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.»⁴ De sociedade para sociedade, de época para época, a palavra Património tem dado origem a diferentes conceitos e a diferentes abordagens. Razão esta mais que suficiente para que Luís Aires de Barros afirme: «São inúmeros os casos, nacionais e internacionais de mutação temporal dos critérios para definir todo o bem material (móvel ou imóvel) como património cultural colectivo. Esta disparidade de critérios põe a questão central do que é, realmente, património cultural colectivo.»⁵

Esta é certamente uma das mais importantes e controversas questões: o que é e quem decide o que é Património? As respostas variam de autor para autor, de ideologia para ideologia, de povo para povo. Será o conceito de Património de um europeu igual ao de um japonês? O que será Património para um aborígine da Austrália, ou para um tribo da Amazónia? E um camponês? Olhará ele para o seu moinho com a mesma noção de Património com que nós o olhamos?

Tema complexo, discussão rodeada de escolhos, portanto, não sendo este o objecto da presente dissertação, aceitaremos a definição de Património que nos é dada na Lei 107/01, de 8 de Setembro, «Que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural», de que destacamos os n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º:

Artigo 2.º

Conceito e âmbito do património cultural

1 – Para efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural, devam ser objecto de especial protecção e valorização.

(...)

³ Flávio Lopes e Miguel Brito Correia, *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações, e Convenções Internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 277.

⁴ Françoise Choay, *op. cit.*, p. 11.

⁵ Luís Aires de Magalhães, «Património Cultural, Novos Enfoques e Paradigmas» in AAVV, *Património, Território e Sociedade. Actas dos X Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, 2.º volume, Cascais, Câmara Municipal de Cascais e Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 2004, p. 7.

INTRODUÇÃO

3 – O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

Abstraindo-nos um pouco desta linguagem formal e, por vezes, pouco acessível ao comum dos mortais, poderemos então afirmar que Património Cultural é tudo, ou quase, que de alguma forma possa ilustrar o produto humano: do génio artístico, virado para o embevecimento da alma, ao mais artesanal dos equipamentos visando apenas a simples sobrevivência do indivíduo e da sua comunidade ou seja, são igualmente Património Cultural a catedral gótica ou o velho moinho onde se moeu a farinha, alimento de inúmeras gerações.

Estabelecida pois uma primeira noção de Património Cultural perguntar-se-á: e a Memória? Qual o seu papel? Recorrendo ao texto da Lei que acabámos de citar, vemos que todos os objectos e bens, materiais ou imateriais, devem reflectir, entre outros, os valores de memória.

Da importância da memória, enquanto instrumento fundamental para a formação do indivíduo considerado em si mesmo⁶, todos, inclusive os menos interessados, têm noção. É a memória que, numa definição simples, nos permite ver além do momento, é ela que nos permite vivenciar os momentos no passado que, mesmo apenas assentes no empirismo mais básico, nos permitem uma aprendizagem evolutiva. Por isso, afirma Jacques Le Goff, «O conceito de aprendizagem, importante na fase de aquisição de memória, leva ao interesse pelos vários sistemas de educação da memória que existiram nas diversas sociedades e em diferentes épocas: a mnemotenia.»⁷

Para este trabalho, importa sobremaneira compreender o que é e como se forma a chamada memória social.

*Para além dos aspectos genéticos e dos automatismos
fruto de aprendizagens várias, a compreensão do presente tem
uma relação temporal com o passado, “o mundo do inteligível,*

⁶ Cfr. Carlos Alexandre A. Silva, *Mnemósine. A Memória Social e a sua Transmissão*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2001, p. 8.

⁷ Jacques Le Goff, *op. cit.*, p. 9.

INTRODUÇÃO

*definido em termos de experiência temporal, é um corpo organizado de expectativas baseadas na recordação”. Todavia, existe nesse processo uma dimensão que transcende o indivíduo autónomo, uma vez que os grupos sociais criam, integram e transmitem a informação e o discurso sobre o passado, bem como a relação deste com o presente, criando relações explicativas, causais e identitárias com base nesses conteúdos – esta é a memória social e através delas as sociedades auto-interpretam-se e preservam essas imagens.*⁸

Mais à frente, escreve o autor: «(...) Sem memória não seria possível a organização social.»⁹ E porquê?

A resposta é simples, e é-nos dada por Castells ao afirmar que «(...) toda e qualquer identidade é construída.»¹⁰ Ora essa construção é feita em grande parte pela representação das diversas memórias que se conservam dentro de determinada organização social, sejam elas individuais ou colectivas. Essas representações da memória têm sido uma constante preocupação de todas as sociedades que procuram passar de geração em geração, a sua herança cultural.

É óbvio que não iremos agora aprofundar os diversos mecanismos de elaboração de uma dada identidade colectiva. Interessa-nos apenas realçar o importante papel que a memória tem na construção dessas identidades e a importância que estas têm na construção e reforço dos grupos sociais, seja qual for a natureza desses grupos.¹¹

O segundo aspecto que importa realçar é que, como afirma Jacques Le Goff, «(...) apoderar-se da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.»¹² Isto é tanto mais evidente, quanto nos apercebemos que uma das primeiras medidas tomadas por quem detém o poder é apoderar-se dos mecanismos mediáticos que, no seu conjunto, podem condicionar as opiniões públicas.

⁸ Carlos Alexandre Silva, *op. cit.*, pp. 8-9.

⁹ *Idem, ibidem*, pp. 9-10.

¹⁰ Manuel Castells, *A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*, volume II, *O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 4.

¹¹ Cfr. Françoise Choay, *op. cit.*, p. 14.

¹² Jacques Le Goff, *op. cit.*, p. 12.

INTRODUÇÃO

Alfama, como iremos ver, manteve ao longo de muitos séculos uma profunda ligação ao rio e à faina marítima. Ligação que se começou a perder apenas nos finais do século passado. Mas a sua importância tem a ver também com o fornecimento de um bem fundamental para existência da cidade no espaço geográfico em que esta nasceu e se desenvolveu: a água. É a memória dessas águas e da sua relevância na vida da cidade, que iremos tentar resgatar do limbo do esquecimento em que agora se encontram.

Para melhor compreender o papel das águas de Alfama no sistema de abastecimento de água, iremos recuar bastante no tempo. Dividimos o nosso trabalho em duas partes. A primeira é dedicada à história do fornecimento de água a Lisboa, das origens à formação da 2.^a Companhia da Águas. Incluímos uma descrição das características hidrogeológicas dos terrenos à volta da capital, conhecimento sem o qual dificilmente se compreenderá muitas das opções tomadas para reforçar e melhorar o abastecimento de água à cidade. Esta primeira parte será também essencial para se perceber o peso as águas de Alfama tiveram nesse mesmo sistema.

A segunda parte do trabalho será dedicada exclusivamente a Alfama e às suas águas, chafarizes, fontes e bicas. Nela procuramos divulgar, as histórias conhecidas e, também, outras menos conhecidas, dos velhos chafarizes. Falar dos seus banhos de águas termais e verificar o estado de abandono actual das fontes e bicas ainda existentes. Estudamos ainda os planos do Engenheiro P. J. Pezarat para elevação das águas dos Chafarizes d'El-Rei e de Dentro até ao Largo de Santa Luzia. Tais planos não chegaram a passar do papel, mas a ideia vingou e viria a concretizar-se na construção do Recinto da Praia, onde funcionaria a 1.^a bomba hidráulica a vapor que Lisboa conheceu.

Como metodologia de trabalho, aliaremos a pesquisa de documentos e outras fontes, ao trabalho de campo. No primeiro caso, procurando sempre que não seja possível a consulta dos textos originais, o auxílio de autores credíveis e mais próximos, temporalmente, dos acontecimentos que descrevemos. Como trabalho de campo, iremos fazer o levantamento fotográfico de alguns dos principais chafarizes de Lisboa, com maior incidência nos chafarizes que estão no centro do nosso trabalho: os de Alfama. Esperamos, assim, documentar o estado de abandono a que esses pedaços de história chegaram.

Recorreremos com alguma frequência citações que, pela linguagem utilizada, se podem revelar de difícil ou trabalhosa leitura. Todavia, pensamos que recuperar

INTRODUÇÃO

alguns desses textos é também recuperar a Memória de épocas em tudo diferentes da nossa e também de mais facilmente nos apercebermos de tal. Não seria possível transmitir a emoção que ressalta de alguns desses textos, por outras palavras que não a dos seus autores.

Esperamos que no final da leitura deste trabalho, qualquer um, mesmo um leigo na matéria, compreenda a importância das águas de Alfama para o abastecimento de água a Lisboa e, bem assim, da importância de conservar a sua memória e as fontes e chafarizes que a materializam. Se o conseguirmos, será sinal que o nosso trabalho não terá sido em vão.

CONCLUSÃO

Concluído o nosso trabalho, que mais poderemos dizer?

Pensamos que ele traduz a importância que as águas de Alfama tiveram durante séculos na vida quotidiana dos lisboetas. Em particular, os seus dois chafarizes mais conhecidos: o d'El-Rei e o de Dentro, importantes locais de socialização, porquanto os mais concorridos da cidade.

Sem estas nascentes, Lisboa não seria a cidade que conhecemos, já que nenhum agrupamento humano pode viver sem água, sem a qual nenhuma forma de vida parece ser possível. Lisboa dependeu, durante longos séculos das águas orientais e, mesmo depois da construção do Aqueduto das Águas-Livres, essas águas continuaram a ser importantes no sistema de abastecimento de água à cidade. Em Alfama se estabeleceu a primeira Estação Elevatória de águas, como vimos no último capítulo do nosso trabalho. Instalação pioneira, ela serviria de modelo à segunda Estação, hoje mais conhecida, a dos Barbadinhos, que pode ser visitada integrada no Museu da Água.

Pensamos também ter ilustrado, de forma clara, o estado de abandono a que muitos dos chafarizes da cidade foram votados, nomeadamente os de Alfama, onde nos velhos Chafarizes d'El-Rei e de Dentro há muito não corre água. Mas não só os chafarizes permanecem esquecidos. Toda a Memória relacionada com águas em Alfama, que tão famosas foram, vai sendo paulatinamente esquecida, pese embora o esforço de algumas entidades, nomeadamente as Juntas de Freguesia e a Associação do

CONCLUSÃO

Património e da População de Alfama para que essa Memória não se perca completamente.

Porém, esse esforço tem tido poucos reflexos e os velhos chafarizes continuam esquecidos pelos poderes públicos, que não cumprem eficazmente a sua função de conservar e restaurar o Património que é de todos. Imprescindíveis até aos primeiros anos do século XX, os chafarizes são testemunho edificado de um quotidiano da cidade já desaparecido, mas do qual é preciso conservar a Memória. Nenhuma história da cidade ficará completa se nela não integrar a história do abastecimento de água à cidade e dos chafarizes fontes e bicas que o garantiram durante séculos.

Recordamos ainda as, outrora famosas, águas termais de Alfama, que alimentaram um significativo número de estabelecimentos termais, os banhos, hoje completamente desconhecidos do cidadão comum. Aqui há que realçar o empenhamento que algumas instituições, nomeadamente a Câmara Municipal de Lisboa, que estabeleceu um protocolo com o Instituto Geológico e Mineiro, para estudar o reaproveitamento dessas águas.

Terminamos, reafirmando a nossa convicção, de que é importante para que o Bairro possa manter a sua identidade própria, recuperar essas memórias ligadas à água. O reencontro de Alfama com as suas águas representará também o reencontro da cidade com a sua história, porque essas águas foram fundamentais para a existência da cidade antiga, tal como hoje a conhecemos.

No entanto, só a nossa convicção não basta. Se conseguirmos, se também o leitor ficar convencido da importância das águas orientais na vida de Lisboa e da preservação da sua Memória, teremos conseguido o nosso objectivo e o nosso trabalho não terá sido em vão.

BIBLIOGRAFIA

- ◆ AAVV, *Lisboa em Mapas. Informação Geo-referenciada*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

 - ◆ AAVV, *Lisboa – Utopias na Viragem do Milénio. III Colóquio Temático. Actas das Sessões*, Lisboa, Departamento de Património Cultural/Divisão de Arquivos – Câmara Municipal de Lisboa, 1999.

 - ◆ AAVV, *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas Sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Lisboa, Câmara Municipal do Seixal e Publicações D. Quixote, 1996.

 - ◆ AAVV, *Património, Território e Sociedade. Actas dos X Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, 2.º volume, Cascais, Câmara Municipal de Cascais e Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 2004.

 - ◆ ACCIAIUOLI, Luiz de Menezes Correa, *Portugal Hydrominéral*, Lisbonne, Direction Générale des Mines et des Services Géologiques, 1952.

 - ◆ _____, *Hidrologia Portuguesa*, Lisboa, Soc. Tipográfica, 1948.

 - ◆ ALMEIDA, Fernando de (dir.), *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, 5.º volume, primeiro tomo, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1973.

 - ◆ ALMEIDA, Fernando Moitinho de, *Parecer Hidrogeológico Sobre Uma Sondagem Executada no Largo do Chafariz de Dentro Para o Metropolitano de Lisboa*, separata da *Revista da Faculdade de Ciências de Lisboa*, Lisboa, Faculdade de Ciências de Lisboa, 1972.
-
-

BIBLIOGRAFIA

- ◆ ALVES; João C., *Abastecimento de Água à Cidade de Lisboa*, separata do *Boletim n.º 16 da Comissão de Fiscalização das Obras de Abastecimento de Água à Cidade de Lisboa*, Lisboa, Ed. Gráfica Portuguesa, Lisboa.

 - ◆ ANDRADE, Amélia Aguiar, *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

 - ◆ ANDRADE, José Sérgio Velloso d', *Memoria sobre Chafarizes, Bicas, Fontes, e Poços Públicos de Lisboa, Belém, e Muitos Logares do Termo*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1851.

 - ◆ ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa descritas por Norberto de Araújo acompanhadas por Martins Barata*, Livro X, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, s.d..

 - ◆ AZEVEDO, Luiz Marinho de, *Fundação, Antiguidades, e Grandezas de Lisboa, e Seus Varoens Illustres em Santidade, Armas e Letras. Catalogo de Seus Prelados, e mais cousas Ecclesiasticas, e politicas até o anno de 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El-Rey D. Affonso Henriques. I. Parte*, Lisboa, Officina de Manoel Soares, 1753.

 - ◆ BÁRCIA, Paula, *LISBOA À BEIRA-RIO. Quatro percursos para descobrir a Lisboa do Passado*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

 - ◆ BRANCO, Camilo Castelo, *A Queda de Um Anjo*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1999.

 - ◆ BRANDÃO (de Buarcos), João, *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, na 2.ª Metade do Seculo XVI (estatística de Lisboa de 1552)*. Texto impresso sob a direcção de Anselmo Braamcamp Freire, comentários e notas de Brito, Gomes de, Lisboa, Livraria Ferin, Editora, 1923.
-
-

BIBLIOGRAFIA

- ◆ CAETANO, Joaquim Oliveira, *Chafarizes de Lisboa*, SILVA, Jorge Cruz (fotografia), Sacavém, Distri, 1991.

 - ◆ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, *Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo pela Camara Municipal de Lisboa, Sobre o abastecimento d'aguas na Capital por meio de empreza. Segundo as bazes estabelecidas no Decreto de 22 de Dezembro de 1852, Acompanhadas de Pareceres, Projectos, e Relatorios mandados fazer pela mesma Camara*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1853.

 - ◆ CASTELLS, Manuel, *A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*, volume II, *O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

 - ◆ CASTELO-BRANCO, Fernando, *Lisboa Seiscentista*, 2.^a edição, revista e aumentada, Lisboa, [Câmara Municipal de Lisboa], 1957.

 - ◆ CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa. Descrição Histórica da Margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

 - ◆ _____, *Lisboa Antiga. Segunda Parte – Bairros Orientais*, tomo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884.

 - ◆ CHAGAS, Manuel Pinheiro, *História de Portugal (Edição Popular e Ilustrada)*, Vol. IX, Lisboa, A. Loureiro, s.d..

 - ◆ CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, [2000].
-
-

BIBLIOGRAFIA

- ◆ COMPANHIA DAS ÁGUAS DE LISBOA, *Relatório da Direcção e seus documentos e Relatório da Comissão Fiscal. Gerencia da Companhia desde a sua instalação, em 2 de Abril, até 9 de Outubro de 1868 – Assembleia Geral dos Accionistas de 30 de Outubro de 1868 da Companhia das Águas de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

 - ◆ _____, *Relatório da Direcção e seus documentos e Relatório da Comissão Fiscal. Outubro de 1869 – Assembleia Geral dos Accionistas de 30 de Outubro de 1869 da Companhia das Águas de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869.

 - ◆ COSTA, António Firmino da, e GUERREIRO, Maria das Dores, *O Trágico e o Contraste. O Fado no Bairro de Alfama*, Lisboa, Colecção Portugal de Perto, Edições D. Quixote, 1984.

 - ◆ COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, Carneiro, Roberto (dir.), *Reis de Portugal*, XIV, [Lisboa], Círculo de Leitores, 2005.

 - ◆ COUTO, Dejanirah, *História de Lisboa*, 9.^a edição, Lisboa, Gótica, 2005.

 - ◆ DURANT, Will, *História da Filosofia*, prefácio, notas, glossário e selecção de textos por Joel Serrão, Colecção Vida e Cultura, Lisboa, Livros do Brasil, s.d..

 - ◆ GONÇALVES, Iria, *Um Olhar Sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996.

 - ◆ GOFF, Jacques Le, *História e Memória*, II volume, *Memória*, Lisboa, Edições 70, 2000.
-
-

BIBLIOGRAFIA

- ◆ GÓIS, Damião de, *Descrição da Cidade de Lisboa*. Tradução do texto latino de Alves, José da Felicidade, [Lisboa], Livros Horizonte, 1988.
 - ◆ HALMITON, Edith, *A Mitologia*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991.
 - ◆ HENRIQUES, Francisco da Fonseca, *Aquilegio Medicinal, Em que se dá noticia das agoas de Caldas, de Fontes, Rios, Poços, Lagoas e Cisternas, do Reyno de Portugal, e dos Algarves, que ou pelas suas virtudes medicinaes, que tem, ou por outra singularidade, são dignas de particular memoria*, Lisboa Ocidental, Officina da Musica, 1726.
 - ◆ HERCULANO, Alexandre, *O Monge de Cister ou a Época de D. João I*, tomo I (23.^a ed.), Lisboa, Livraria Bertrand, s.d..
 - ◆ HOLANDA, Francisco de, *Da Fábrica Que Falece à Cidade de Lisboa* (o manuscrito original – Biblioteca Nacional da Ajuda (cota: 51-III-9) –, datado de 1571, tem como título *Da Fabrica Que Falece ha cidade de Lysboa*) Introdução, notas e comentários de Alves, José Felicidade, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.
 - ◆ INTINO, Raffaella D', *Lisboa Subterrânea*. Catálogo da Exposição Lisboa, Capital Europeia da Cultura, Lisboa, Elemond Editori Associati, 1994.
 - ◆ LARCHER, Jorge das Neves, *Memória Histórica sôbre o Abastecimento de Água a Lisboa até ao reinado de D. João V*. Suplemento ao *Boletim da Comissão de Fiscalização das Obras de Abastecimentos de Água à Cidade de Lisboa*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1937.
 - ◆ LEÃO, Duarte Nunez do, *Descrição do Reino de Portugal*, 2.^a edição, Lisboa, OF. de Simão Thaddeo Ferreira, 1785.
-
-

BIBLIOGRAFIA

- ◆ LEITE, Luís Pinto, *História do Abastecimento de Água à Região de Lisboa*, 1.º volume, *Subsídios Para a História do Abastecimento de Água à Região de Lisboa*, 2.ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e EPAL – Empresa Pública das Águas Livres, 1989.
 - ◆ LEPIERRE, Charles, e CONTREIRAS, Ascensão, *Águas Termais das Alcaçarias do Duque em Lisboa*, tomo VI, Lisboa, Instituto de Hidrologia, 1927.
 - ◆ LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. Fernando*, volume II, Lisboa, 1895.
 - ◆ LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito, *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações, e Convenções Internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
 - ◆ LOUDE, Jean-Yves, *Lisboa na Cidade Negra*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2005.
 - ◆ MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, volume 1, MATTOSO, José (coord.) *Antes de Portugal*, [Lisboa], Editorial Estampa, 1997.
 - ◆ _____, *História de Portugal*, volume 5, TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço, *O Liberalismo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
 - ◆ MARTINS, Rocha, *Lisboa de Ontem e de Hoje, 1.ª Parte, As Colinas da Cidade*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1945.
 - ◆ MEDEIROS, Carlos Alberto, *Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana. Uma Introdução*, 5.ª edição (1.ª edição: 1987), Lisboa, Editorial Estampa, 2000.
-
-

BIBLIOGRAFIA

- ◆ MELO, Camilo de (coord.), *Pré-existência do urbanismo humano na zona do antigo esteiro da baixa in Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*, Lisboa, Fundação Banco Comercial Português, s.d..

 - ◆ MOITA, Irisalva (dir. e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*, Exposição no Palácio Galveias. Outubro/Dezembro 1990, 2 volumes, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990.

 - ◆ _____, *Lisboa Quinhentista. A Imagem e a Vida da cidade*. Catálogo de Exposição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990.

 - ◆ MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda, *Memoria sobre as aguas de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

 - ◆ NASCIMENTO, Ferreira do, *Alfama*, s.l, s.d..

 - ◆ OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, 1.^a Parte, 2.^a edição, tomo I, 1882; tomo II, 1885; tomo III, 1887; tomo V, 1889; tomo VI, 1891; tomo VII, 1893; tomo VIII, 1894; tomo IX, 1895; tomo X, 1898; tomo XI, 1899; tomo XII, 1901; tomo XIII, 1903; tomo XIV, 1904; tomo XV, 1906; tomo XVI, 1908, Lisboa, Typographia Universal.

 - ◆ OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *SUMMARIO EM QUE BREVEMENTE SE CONTEM algumas cousas assim Ecclesiasticas, como Seculares, que ha na Cidade de Lisboa. Addicionado por Manoel da Conceiçam*, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1755.

 - ◆ OLIVEIRA, Fr. Nicolau d', *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Impressão Régia, 1804.
-
-

BIBLIOGRAFIA

- ◆ ORTIGÃO, Ramalho, *Banhos de Caladas e Águas Minerais*, Sintra, Colares Editora, 2000 [1.^a edição:1875].

 - ◆ _____, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, Antonio Maria Pereira, Livreiro-Editor, 1896.

 - ◆ PAIXÃO, Maria José de Carvalho, *Contribuição para o estudo de uma área natural de Lisboa*, separata da revista *Estudos Políticos e Sociais*, volume VIII, n.º 3-4 (1972), Lisboa, I. S. C. S. e Política Ultramarina, 1973.

 - ◆ PEREIRA, Esteves, e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal, Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bilbliographico, Heráldico, Numismático e Artístico – L-M*, volume IV, Lisboa, João Romano Torres & C.^a - Editores, 1909.

 - ◆ PEZERAT, Pedro José, *Dados e Estudos Para Um Projecto de Abastecimentos de Agoas e Sua Distribuição em Lisboa*, Lisboa, Typographia do Jornal do Commercio, 1855.

 - ◆ RIBEIRO, Carlos, *Reconhecimento Geológico e Hydrologico nos terrenos das Visinhamças de Lisboa com Relação ao Abastecimento das Águas desta Cidade*, Lisboa, Typographia da Academia Real da Sciencias, 1857.

 - ◆ _____, *Memoria Sobre o Abastecimento de Lisboa com Aguas de Nascente e Aguas de Rio*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1867.

 - ◆ RIBEIRO, José Cardim, *Contributos para o conhecimento de cultos e devoções de cariz aquático relativos ao território do Município Olisiponense*, separata *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa, Ramos, Afonso & Moita, 1985.
-
-

BIBLIOGRAFIA

- ◆ SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo, *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados – Consultores Lda., 1994.

 - ◆ SARAIVA, José Hermano (dir.), *História de Portugal*, volume 5, Lisboa, Publicações Alfa, 1983.

 - ◆ SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Depois do Terramoto. Subsídios Para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, volume IV, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1934 (reimpressão: 1967).

 - ◆ SILVA, Armando Coelho Ferreira da, e GOMES, Mário Varela, *Proto-História de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994.

 - ◆ SILVA, Augusto Vieira da, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, volume II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1949.

 - ◆ _____, *Chafarizes Monumentais e Interessantes de Lisboa Desaparecidos*, separata do *Boletim N.º 21 da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa*, Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa Lisboa, 1942.

 - ◆ _____, *Epigrafia de Olisipo (Subsídios Para a História da Lisboa Romana)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944.

 - ◆ _____, *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, 2ª ed., Lisboa, 1937.

 - ◆ SILVA, Carlos Alexandre A., *Mnemósine. A Memória Social e a sua Transmissão*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2001, 441 fls.

 - ◆ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *D. João V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
-
-

BIBLIOGRAFIA

- ◆ VANG, Bjørn, *Um Estrangeiro em Alfama*, Lisboa, Sopa de Letras, 2005.
- ◆ VASCONCELOS, José Leite de, *Páginas Olisiponenses*, Introdução, selecção e notas de Fernando Castelo-Branco, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1959.
- ◆ VIDAL, Angelina, *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna. Elementos Históricos da Sua Evolução*, 2.^a ed. (1.^a edição:1900), [Lisboa], Vega, 1994.
- ◆ VIEGAS, Inês Morais Viegas, e TOJAL, Alexandre Arménio, *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa: sob a direcção de Filipe Folque: 1856 – 1858*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2000.
- ◆ VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses – A / G*, volume I, reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1899 da Biblioteca da INCM, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

Artigos publicados em jornais, revistas e outros periódicos

- ◆ «A ÁGUA MILAGROSA DA FONTE DAS RATAS» in *Diário Popular*, Lisboa, 20 de Novembro de 1963.
 - ◆ «ABASTECIMENTO DE AGUAS PARA LISBOA» in *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, volume I – 1861 – 1858, Lisboa, Editores Proprietários, Castro, Irmão & C.^a, 1858.
 - ◆ «Águas “milagrosas da Alfama... O Tanque das Lavadeiras (hoje Fonte das Ratas) era antigamente um movimentado recinto de brigas e mexericos» in *República*, 2.º série n.º 11.761, de 9 de Outubro de 1963.
 - ◆ «Águas Minerais em Alfama», in *Gazeta de Santo Estêvão*, n.º 34, Agosto/Outubro2006, Lisboa, Junta de Freguesia de Santo Estêvão, 2006.
-
-

BIBLIOGRAFIA

- ◆ «Ainda não está» in *Gazeta de Santo Estêvão*, n.º 35 – Novembro-Dezembro/2006, Lisboa, Junta de Freguesia de Santo Estêvão, 2006.

 - ◆ «Antiguidade do Projecto da Obra das Aguas-Livres» in *Panorama*, volume terceiro, Lisboa, Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, 1838.

 - ◆ «O Aqueducto das Aguas Livres» in *Panorama*, volume segundo, Lisboa, Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, 1843.

 - ◆ «O GALLLEGO D'ESQUINA» in *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, volume II – 1861, Lisboa, Editores Proprietários, Castro, Irmão & C.^a, 1859.

 - ◆ «FONTE DA SAMARITANA (EM XABREGAS)» in *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, volume IV – 1861, Lisboa, Editores Proprietários, Castro, Irmão & C.^a, 1861.

 - ◆ «LISBOA NO SÉCULO XVI» in *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, volume IV – 1861, Lisboa, Editores Proprietários, Castro, Irmão & C.^a, 1861

 - ◆ «CHAFARIZ DEL-REI» in *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, volume IV – 1861, Lisboa, Editores Proprietários, Castro, Irmão & C.^a, 1861.

 - ◆ *HISTORIA*, n.º 28, [Barcelona], RBA REVISTAS, S.A. e National Geographic Society, 2006.

 - ◆ FRANÇA, José-Augusto, «O Caso da Demolição da Casa de Garret» in *Revista de História da Arte*, n.º 2, Lisboa, Instituto de História da Arte, Edições Colibri – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.
-
-

BIBLIOGRAFIA

- ◆ CONTREIRAS, Bruno, «Estrada da morte está em projecto» in *Correio da Manhã*, Lisboa: 21 de Abril de 2005.
- ◆ HENRIQUES, Ana, «Aquaduto das Águas Livres a salvo» in *Público*, de 5 de Novembro de 2006.
- ◆ HERCULANO, Alexandre, «Os monumentos» in *Panorama*, volume segundo, Lisboa, Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, 1838.
- ◆ ROCHA, João Manuel, «Os novos residentes dos antigos bairros, Uma certa classe média procura os núcleos históricos de Lisboa e enfrenta a coexistência», in *Público*, Lisboa, 7 de Abril de 1993.
- ◆ RODRIGUES, Armindo, «A PULSEIRA E A ÁGUA» in *República* – 2.ª série – N.º 11.781, Lisboa, 1 de Novembro de 1963.
- ◆ RODRIGUES, Armindo, «ILUMINAÇÕES» in *República* – 2.ª série – N.º 11.809, Lisboa, 26 de Novembro de 1963.

Artigos Consultados na Internet e outros recursos de multimédia

- ◆ CAMPOS, João Paulo de Pereira Athayde, Manuel António Miranda Crispim e, *O Aqueduto das Águas Livres*. <http://www.geocities.com/Athens/Atrium/2046/aqueduto05.html>.
 - ◆ *Catedral Weblog*. <http://catedral.weblog.com.pt/arquivo/015883.html> , 25 de Novembro de 2006.
 - ◆ *DICIOPÉDIA 2005* [DVD-ROM], Porto, Porto Editora, 2004. ISBN: 972-0-65258-6.
-
-

BIBLIOGRAFIA

- ◆ RAMALHO, Elsa Cristina e LOURENÇO, Maria Carla, *As Águas de Alfama – Memórias do passado da cidade de Lisboa*. http://e-geo.ineti.pt/geociencias/edicoes_online/artigos/23.pdf, 24 de Junho de 2007.

- ◆ _____, *As Águas de Alfama como património hidrogeológico de Lisboa*. Comunicação ao VII Congresso Nacional de Geologia, Universidade de Évora – Sociedade Geológica Nacional, s.d.. http://e-geo.ineti.pt/geociencias/edicoes_online/artigos/39.pdf, 24 de Junho de 2007.

- ◆ Sítio da Associação Ofícios do Património e da Reabilitação Urbana: <http://oprurb.org/aal02.php>.

- ◆ Sítio da Câmara Municipal de Lisboa. <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>.

- ◆ Sítio do Museu da Água: <http://museudaagua.epal.pt/museudaagua/>.

Outras obras consultadas

- ◆ ALARCÃO, Jorge de, *O domínio Romano em Portugal*, 3.^a ed. (1.^a edição, 1988), [Lisboa], Publicações Europa-América, s.d..

 - ◆ *Dicionário HOUAISS*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, 6 tomos.

 - ◆ *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Líbano – Matrícula*, 12.^o volume, Lisboa, Editorial Verbo, s.d..

 - ◆ MACHADO, José Pedro (coord.), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, volume IX, [Lisboa], Amigos do Livro, Editores, LDA, 1981.

 - ◆ SOUSA, Ivo Carneiro de, *História de Portugal. Economia e Sociedade*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996.

 - ◆ RIBEIRO, Manuel João Morais e *et al.*, *Alfama: Caracterização Sociológica da Habitação*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1991, p. 16.
-
-

1. 1. A região de Lisboa: esboço geográfico

***D**e Luso, antiquíssimo rei dos Brigos, tomou nome a Lusitânia. A quem os antigos Galos, que ao Porto vieram, chamaram Portugal. E primeiro reinou Tubal, dos bisnetos de Noé, em Espanha; e Tago, que deu origem ao nome do nosso rio Tejo. Depois, afirma Júlio Solino e outros antigos, que Ulisses, vindo da guerra de Tróia, edificou Lisboa, que foi quase no tempo de Abido rei de Espanha. E parece razão que já nos montes onde hoje Lisboa está assentada, deviam alguns pescadores daquele tempo de ter algum vestígio de alguma pobre povoação.*

Deixo a fábula que se conta do Mosteiro de Chelas, donde dizem Ulisses levou Aquiles que em traje de mulher, Tétis sua mãe ali tinha escondido e encantado, o qual é fabuloso.

Mas o que se tem por verdade que Lisboa,

[fl. 4v] quer a fundasse Ulisses, quer Hércules grego, quer outro capitão grego ou cartiginês (por que o certo não se sabe ao certo) que ela é mais antiga que Roma. Porque Viriato, capitão português ilustríssimo, e Sertório romano, e Júlio César, que a Lisboa pôs sobrenome de Felicitas Júlia, todos a acharam já feita antiga e velha mais que Roma.¹

Falar das origens e da fundação de Lisboa não é tarefa fácil. Mito e realidade confundem-se, entrelaçam-se, formando uma tela fantástica de um colorido magnífico que brilha sob as reverberações do sol, que se espelha no Tejo, companheiro de sempre da velha cidade.

Luz que se estende à cidade, colorido que se oferece ao espectador e, talvez por isso, Ulisses «(...) finda a guerra de Tróia (...) por esta nossa terra se ficou algum tempo a pensar na sensoria do regresso ao lar, onde o esperava a saudosa Penélope, já cansada de tecer e de desmanchar a teia, enquanto ele, velho tunante, se permitia várias estroinices na companhia de Calipso...»², sob o olhar embevecido das Tágides, que se nada nos contaram, sempre souberam inspirar os poetas que cantaram esta cidade.

¹ Francisco de Holanda, *Da Fábrica Que Falece à Cidade de Lisboa*. Introdução, notas e comentários de José Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 13.

² Angelina Vidal, *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna. Elementos Históricos da Sua Evolução*, 2.^a ed. (1.^a ed., Lisboa, 1900), [Lisboa], Vega, 1994, p. 19.

Mas deixemos pois o espaço lírico porque, para conhecermos a verdade sobre as origens de Lisboa, se tal é possível, ou para pelo menos dela nos aproximarmos, se deve pôr «(...) de parte, antes de tudo, fábulas de Ulisses, e depois hipóteses recentes³, não menos fantasiosas, que em vez de ajudarem a desbravar o caminho da interpretação, já de si escabroso, o atravancam ainda mais.»⁴

Importa pois, antes de nos debruçarmos sobre Lisboa e as suas origens, conhecer um pouco melhor o território que a veria nascer e depois crescer até se tornar naquela que é, hoje, a maior cidade portuguesa. Partindo do sítio para a região, poderemos referir que a ocupação da pequena colina sobranceira ao Tejo parece ter obedecido ao cânone mais comum utilizado por geógrafos e outros estudiosos, quando procuram justificar o nascimento de um povoado, ou simplesmente, de um pequeno núcleo humano.

Por exemplo, para Carlos Alberto Medeiros, «(...) uma implantação propícia é alguma colina nas proximidades dum rio, em especial junto da foz (...)»⁵. E porquê? De acordo com o autor, num local com estas características (...) tira-se proveito do sítio defensivo e da abertura à circulação marítima e à que se estabelece com o interior, ao longo do vale do rio ou por outros.»⁶ Ora, este é sem dúvida o caso de Lisboa, onde os autóctones souberam escolher a mais elevada e estrategicamente melhor posicionada colina, para estabelecer a mais importante colónia humana da região, ao longo do tempo desenvolvida por novos e sucessivos ocupantes.

São muitos os vestígios arqueológicos que confirmam a existência de agrupamentos humanos na região de Lisboa desde o Paleolítico. Sobre essas descobertas não nos debruçaremos, pela razão óbvia que pouco terão a ver com o nosso objecto de estudo. Todavia, não poderemos deixar de referir que, para a fixação desses grupos humanos, muito terá contribuído a existência de numerosos ribeiros e linhas de água, em toda a região de Lisboa.

Já no período Neogénico da Era Terciária, conhecido por Pliocénico, (cerca de 4 MA, período de desenvolvimento do Paleolítico), e cingindo-nos apenas à zona hoje ocupada pela cidade de Lisboa sabemos que, de entre as várias ribeiras que então se

³ Ter em atenção que esta obra foi editada pela primeira vez em 1937.

⁴ José Leite de Vasconcelos, *Páginas Olisiponenses*, introdução, selecção e notas de Fernando Castelo Branco, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1937, p. 56.

⁵ Carlos Alberto Medeiros, *Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana. Uma Introdução*, 5.ª edição (1.ª edição: 1987), Lisboa, Editorial Estampa, 2000, p. 240.

⁶ *Ibidem*.

desenvolveram, se destacavam «(...) as dos Olivais, Chelas, Vale Escuro, Vale de Pereiro e Arroios, Santos e Alcântara.»⁷ Parece assim confirmar-se a afirmação de Luiz Marinho de Azevedo, para quem:

*Entre os mais requisitos, que fazem nobre o sitio da Cidade, he que seja em parte abundante de agua suave, delgada e fria de natureza: porque a experiencia mostra os damnos, que as grosas fazem nos corpos humanos, sendo causa de varias enfermidades. Toda esta abundancia, e mais qualidades se achão nas fontes, que tem o districto de Lisboa, e graciosas ribeiras de chrystallinas aguas que regão muitos lugares de seus campos.*⁸

Se o Tejo e as várias ribeiras que corriam pelos terrenos hoje ocupados pela área urbana de Lisboa eram importantes, não menos importante, para a fixação das comunidades humanas que aqui se foram instalando, era a exploração dos recursos naturais existentes em toda a região circundante. Entre esses recursos, a existência de águas abundantes viria a revelar-se fundamental para a sobrevivência das colectividades humanas que se fixaram na zona de Lisboa. Cedo se tornou claro que a água das nascentes situadas dentro da área urbana propriamente dita, ou nos seus limites mais próximos, era insuficiente para abastecer uma cidade cuja população foi sempre aumentando até se transformar na metrópole que hoje conhecemos. Como veremos mais à frente, parece terem sido os romanos, os primeiros a sentir essa necessidade.

Para compreendermos a importância desses recursos hídricos e de que maneira iriam eles tornar-se importantes na vida da cidade e das suas gentes, torna-se necessário alargar os nossos conhecimentos sobre a região de Lisboa, nomeadamente sobre a sua orografia e rede hidrográfica. Para tal, recorreremos ao estudo elaborado por Carlos Ribeiro⁹, através do qual procuraremos dar uma ideia, ainda que só aproximada, das principais características orográficas e hidrográficas de Lisboa e seus arredores¹⁰.

⁷ Isabel Moitinho de Almeida, «Lisboa antes do homem» in Raffaella D'Intino, *Lisboa Subterrânea*. Catálogo da Exposição Lisboa, Capital Europeia da Cultura, Lisboa, Elemond Editori Associati, 1994, pp. 22-23.

⁸ Luiz Marinho de Azevedo, *Fundação, Antiguidades, e Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Officina de Manoel Soares, 1753, p. 108.

⁹ Carlos Ribeiro foi general do Exército Português, celebrizando-se pela sua actividade como geólogo tendo ocupado o cargo da Comissão Geológica de Portugal em 1857. Revelou-se ainda um notável arqueólogo a ele se devendo a descoberta dos concheiros de Muge em 1863.

¹⁰ Carlos Ribeiro, *Reconhecimento Geológico e Hydrologico nos terrenos das Visinhamças de Lisboa com Relação ao Abastecimento das Águas desta Cidade*, Lisboa, Typographia da Academia Real da Sciencias, 1857. Escolhemos este estudo de Carlos Ribeiro por ser especificamente elaborado para o estudo da região circundante de Lisboa e das possibilidades nela existentes para o abastecimento de água à cidade. Acresce o facto de este estudo se reportar a uma época ainda anterior ao enorme surto

1. 1. 1. Orografia

A região da Estremadura estende-se territorialmente para Norte até à zona de Torres Vedras, a Ocidente até ao oceano e, para Oriente, até às proximidades de Alenquer. A nossa análise, porém, limitar-se-á à descrição das áreas circundantes de Lisboa, determinantes para o abastecimento de água à cidade que, para Carlos Ribeiro, estava:

(...) edificada e distribuida sobre todas as desigualdades d'um grupo de collinas que occupam a margem direita do Tejo e se prolongam para o norte n'uma extensão de 1, 5 a 3 kilometros, attingindo 100 a 120 metros de altitude sobre o nível do mar, descahindo depois mais ou menos rapidamente para uma depressão, que fôrma em parte o valle de Alcântara, e cerca a cidade na sua maior extensão. Para além desta depressão todo o terreno que lhe fica adjacente torna a sobir a diversas alturas, e estendendo-se pelos quadrantes de noroeste e nordeste, é dividido, pello valle que vai de Carnide a Loures, em dous massiços de desigual forma e grandeza. Um destes occupa a parte oriental e nordeste, e o outro a parte occidentale noroeste da cidade de Lisboa, indo ligar-se proximo de Carnide por um collo no qual se dividem as aguas que vertem sobre os ribeiros d'Alcantara e de Odivellas.¹¹

O maciço Oriental, tinha «(...) a forma d'um losango muito alongado disposto de SSO a NNE ocupando a zona que decorre de Bemfica, Palhavã, e Poço do Bispo até à margem direita da Ribeira que vai de Friellas a Sacavém (...)»¹². Era assim descrito por Carlos Ribeiro, que continuamos a citar:

Diversos valles, como o de Chellas e outros, produzem as maiores desigualdades que se observam nesta parte do sólo, devendo porém notar-se que sendo todos elles paralelos ao vale do Tejo, correndo por consequência de SO para NE cortam o massiço perpendicularmente á sua inclinação geral, sem comtudo o dividir em outros massiços independentes. Todos os mais accidentes se reduzem a pequenos valleiros, sem importância sensivel no relevo, e ás corôas de algumas collinas

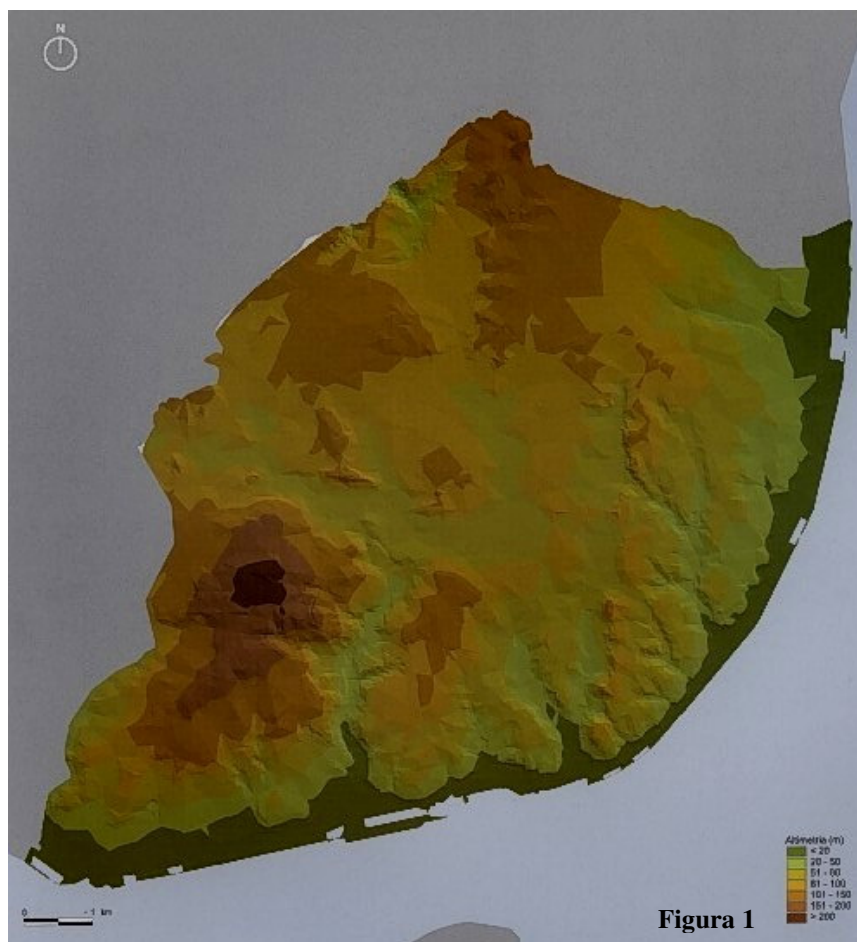
demográfico e urbano que transformou toda a área num imenso subúrbio da capital, com as consequências de descaracterização física e social que se conhecem. Particularmente afectada, pelo betão excessivo, foi a rede hidrográfica, não só com a poluição descontrolada dos principais cursos de água, mas também com o desaparecimento de grande parte das nascentes e linhas de água.

¹¹ Carlos Ribeiro, *ibidem*, pp. 1-2.

¹² *Idem, ibidem*, p. 2.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

mais elevadas, taes como a Boa-Vista, e da Ameixoeira, que atingem as altitudes de 160 a 162^m.¹³



E continuava o autor:

Pelo que toca ao massiço occidental, que como disse está separado do precedente pelos valles de Alcantara e d'Odivellas, estende-se até ao oceano, indo formar a linha da costa desde o Cabo da Roca até á ponta mais meridional da mesma costa. Ao sul é limitado pela margem direita da grande bahia do Tejo, que mais ou menos escarpada corre desde as proximidades de Cascaes até Alcantara, e d'ahi subindo o sólo successivamente para o lado do Norte, termina por uma importante linha divisoria d'aguas, que naturalmente separa este massiço do terreno adjacente. Esta linha divisoria que passa pelos pontos culminantes da serra de Cintra, na altura de 300 a 500^m sobre o mar, e na direcção do Poente a Nascente, separa as aguas que vão directamente ao oceano das que descem para o Tejo. Depois inflecte-se para NE indo pelo Algueirão, onde desce á altura de 183^m, e tornando a subir na mesma direcção até aos altos da Piedade e da Tapada, junto ao Sabugo, onde tem 323^m de elevação, divide as aguas que vão á ribeira de Cheleiros, as

¹³ *Idem, ibidem*, pp. 2-3.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

que vão para a Ribeira de Loures, e as que descem pelo mesmo massiço para virem ao Tejo abaixo de Lisboa. Daquelle ponto descahe para SE, dirigindo-se pelas alturas de D. Maria e de Caneças com 290 e 231^m d'altitude, e tomando finalmente a direcção do sul vai pelas côroas das montanhas de Adabeja, e Villa Chã até Falagueira, junto à Porcalhota, onde prende com o collo de Carnide, tendo neste ultimo trajecto as altitudes de 288 a 150^m, e separando as aguas para as ribeiras de Odivellas, Carenque e Alcantara.¹⁴

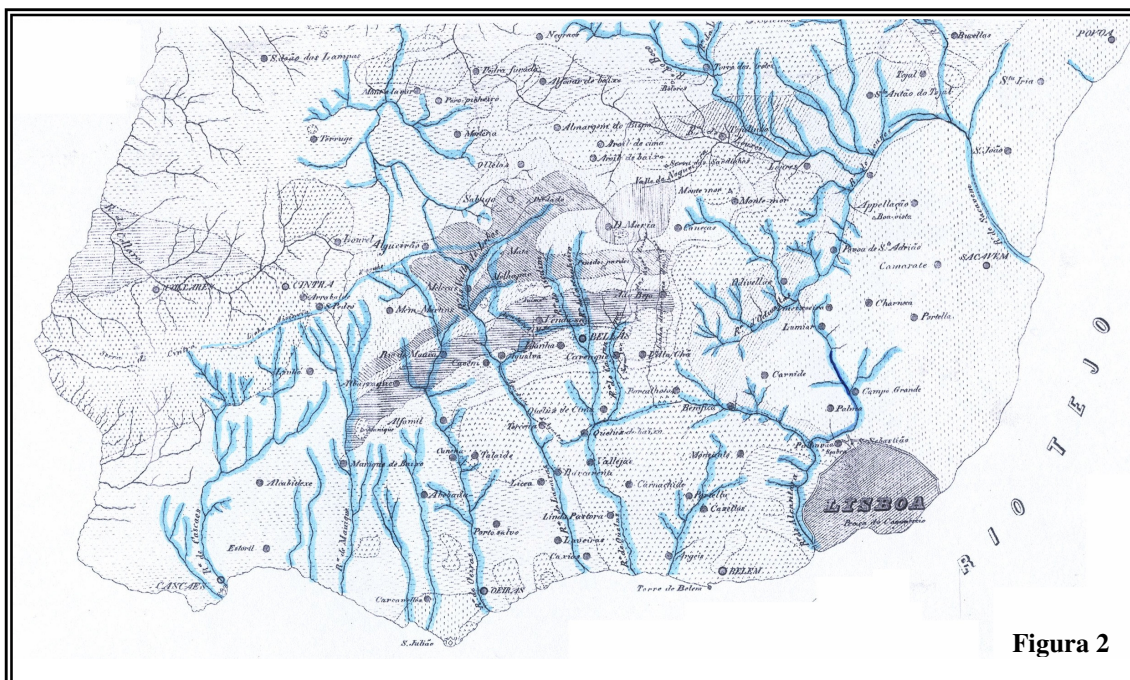


Figura 2

Olhando agora para o mapa¹⁵ da figura 2, poderemos visualizar toda a região descrita por Carlos Ribeiro. Com facilidade, constataremos que é no maciço ocidental que se encontram as mais altas altitudes da região e também a mais densa e extensa rede hidrográfica.

(...) o massiço ocidental constitue uma elevada protuberância, sobranceira a todo o terreno adjacente que lhe serve de limite pelo N a Nascente; elevando-se semelhantemente, na sua máxima extensão, tanto sobre o massiço oriental, como sobre todo o collo, onde está edificada Lisboa: de modo que toda a parte da ribeira, e todas as nascentes, comprehendidas pelo parallelo de Cacem e a grande linha divisoria d'aguas, tem uma altitude superior aos pontos mais culminantes da cidade.¹⁶

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 3.

¹⁵ Reprodução de parte do mapa em anexo, retirado da obra de Carlos Ribeiro que vimos citando. O realçado da rede hidrográfica, assinalada a azul, é nosso.

¹⁶ Carlos Ribeiro, *ibidem*, p. 5.

Estão assim determinadas as razões, pelo menos as fundamentais, para que, numa época de tecnologia ainda incipiente, em que os transvazes de água entre pontos distantes tinham que obedecer às leis da gravidade, todos os olhares se viravam para o maciço ocidental. Efectivamente era este que apresentava não só maior número de nascentes, e as mais abundantes, mas onde elas se situavam a altitudes superiores às das colinas de Lisboa, a partir das quais se poderia distribuir a água pelas zonas baixas da cidade. Só mais tarde, já em pleno século XIX, a evolução dos meios técnicos, nomeadamente o aparecimento de bombas hidráulicas a vapor, permitiu o aproveitamento de outras águas, cuja origem se situava em cotas significativamente menos elevadas.

1. 1. 2. Hidrografia

Como já atrás referimos, várias e importantes ribeiras percorriam livremente a área onde hoje se situa Lisboa¹⁷. O crescimento da cidade e a ausência de uma política urbanística pensada e estruturada têm contribuído para grandes alterações da rede hidrográfica da região. Das ribeiras já citadas, para além da memória, fixada na toponímia ou guardada pelos autóctones mais idosos, pouco mais resta do que alguns caneiros das ribeiras cujas nascentes não secaram ainda por completo.

A drenagem natural destas ribeiras sofreu profundas alterações com a urbanização e instalação da rede de drenagem das águas pluviais.

*Os movimentos de terrenos resultantes da extracção de matérias-primas e associados à construção deram origem a aterros superficiais, que nalguns casos atingem 50 m de espessura, contribuindo significativamente para alterar a morfologia natural.*¹⁸

De todas as bacias hidrográficas de Lisboa a maior era a de Alcântara que, a montante, se ramifica para as ribeiras do Lumiar e de Sete Rios. Na cidade romana, e mesmo já nos tempos medievais, a mais importante, pela sua proximidade da urbe e pelo seu desenvolvimento a jusante, seria «A ribeira de Arroios, que corresponde à Avenida Almirante Reis, [e que] estender-se-ia provavelmente até à zona da Rotunda do Aeroporto. Os dados existentes permitem pensar que o troço final, a partir da zona do

¹⁷ Cfr. Isabel Moitinho de Almeida, *ibidem*, p. 22-23.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 23.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

Areiro, foi captado pela ribeira de Chelas. A partir do Socorro a ribeira de Arroios junta-se à ribeira de Vale Pereiro, que corresponde aproximadamente à Avenida da Liberdade, e terminam num pequeno golfo, o Esteio da Baixa, hoje completamente colmatado mas ainda alagado durante os tempos históricos.»¹⁹

Precisamente nas margens desse esteio criaram os romanos um importante núcleo industrial de conserva de peixe, cujos vestígios arqueológicos foram descobertos, não há muitos anos, em plena Baixa Pombalina²⁰. Ainda no reinado de Afonso III, vestígios desse esteiro existiam, apesar da consolidação dos sucessivos aterros. O encanamento do esteiro e dos seus afluentes acabou por o apagar da memória dos lisboetas que hoje, ao passarem naquele que se tornou um espaço nobre da cidade, nenhuma recordação têm da sua existência.²¹

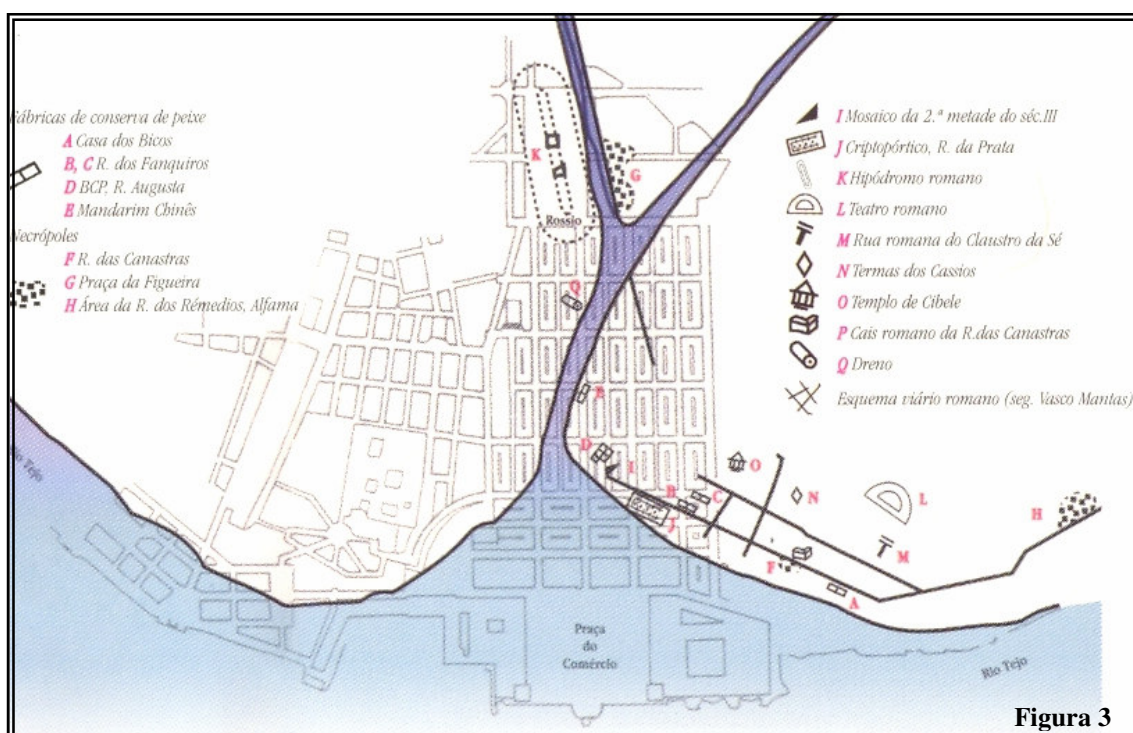


Figura 3

Já na periferia da cidade, não poderemos deixar de falar da ribeira de Sacavém que é, «(...) nos subúrbios de Lisboa, o maior afluente do Tejo, em consequência da extensão da bacia hydrographica e da abundancia d'aguas, que a ella concorre.»²². A

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ Cfr. Clementino Amaro, Jacinta Bugalhão e Armando Sabrosa, «Complexo Fabril Romano na Rua Augusta. Notícia Preliminar» in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas Sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Lisboa, Câmara Municipal do Seixal e Publicações D. Quixote, 1996, pp. 198-214.

²¹ Cfr. Jorge Gaspar, «Lisboa, o sítio: ocupação e organização do território» in Raffaella D'Intino, *Lisboa Subterrânea*. Catálogo da Exposição Lisboa, Capital Europeia da Cultura, Lisboa, Elemond Editori Associati, 1994, p.15.

²² Carlos Ribeiro, *ibidem*, p. 47.

importância da sua bacia hidrográfica cai hoje facilmente no esquecimento, perante o imparável e desordenado crescimento do tecido urbano. Esquecimento que a prazo poderá vir a revelar-se dramático ao pôr em causa um património natural que é de todos: a água!

Para Carlos Ribeiro:

A linha que limita esta bacia circunscreve pelo Poente todo o massiço occidental até ás alturas da montanha do Almargem do Bispo, donde dirigindo-se para o N pelo Paço de Belmonte e Asseiceira pequena, atravessa as montanhas de calcareo cretaceo, que vão da cabeça de Montachique a Mafra, e prossegue depois para NNE até ganhar, nas alturas do Milharado ao Algueirão, a ruga montanhosa que vai de Torres a Alhandra; separa alli as aguas para o rio Sizandro, e correndo ao longo da cumiada desta ruga, até a altura de S. Thiago dos Velhos, separa tambem as aguas para a ribeira do carregado, e desce para o S na direcção da Povia de Santa Iria, onde termina junto ao Tejo, tendo em todo o espaço assim fechado 160 a 200 kilometros quadrados. Toda a agua que cahe nesta superficie reparte-se pelas ribeiras de Odivellas, de Loures, do Trancão e da Granja; as quaes descendo todas para o espaçoso valle de Friellas, confluem mui proximo umas das outras, entre Friellas e S. João da Talha, e vão formar a ribeira de Sacavem, que apenas tem de comprimento até á sua foz 5,5 kilometros.

A confluência destas ribeiras, situadas numa bacia hidrográfica extensa e abundante, parecia então reunir todas as condições para se tornar importante no abastecimento de água a Lisboa. Tal não aconteceu, porque «Todas aquellas ribeiras tem nas suas fozes altitudes inferiores a 10^m: [estando] por este facto sujeitas à influencia das marés (...)»²³.

Do lado oposto da cidade, caminhando para Poente, encontraremos, depois de atravessada a Ribeira de Alcântara ou melhor, o caneiro que lhe serve de leito, diversas outras ribeiras afluentes do Tejo. Todas elas correm pelos vales, que se iniciam a partir da linha divisória de águas referida por Carlos Ribeiro, «(...) os quaes (...) cortam o massiço de N para S, apresentando cada um dos seus respectivos córregos (*thalweg*) em uma fractura profunda de margens abruptas ou alcantiladas (...)».²⁴ Desnecessário será acrescentar que hoje o caudal dessas ribeiras se encontra dramaticamente reduzido e a água notoriamente poluída, imprópria para qualquer consumo humano.

²³ *Idem, ibidem*, p. 48.

²⁴ *Idem, ibidem* p. 5.

1. 1. 3. O abastecimento da cidade e as águas do maciço Ocidental

Com um melhor conhecimento do terreno, poderemos agora questionar o porquê de serem tão desejadas e ambicionadas as águas de Carenque quando, a pouca distância, corriam abundantes, e em cotas ainda mais elevadas, as numerosas nascentes da serra de Sintra. Esta pela «(...) extensão da superfície de apanhamento na corôa das suas montanhas; pela imensa vegetação que a cobre, e continuados nevoeiros que sobre ella demoram pela sua constituição physica e natureza das massas que a compõem está como saturada de aguas, circulando no infinito numero de fendas, que formam uma especie de redenho no seu granito (...)»²⁵.

A essa questão respondeu Carlos Ribeiro, de forma absolutamente incontestável, pondo em evidência não só as dificuldades técnicas, como outras, que ao longo dos tempos têm vindo a revelar-se muitas vezes determinantes no planeamento das obras públicas em Portugal.

Não obstante a abundancia de aguas, com que se poderia contar nesta serra para o abastecimento da capital, a sua aquisição e conducção exigiria grandes sacrificios; já porque as expropriações seriam custosissimas, pelo grande valor que alli teem as propriedades, e pelas contestações sem numero, que se offereceriam por parte de individuos poderosos, a quem não faltariam argumentos e influênciã para obstar á derivação das aguas; já porque tendo a conducção de ser feita em uma extensão de perto de 14 kilometros, que tanto dista S. Pedro do Alto da Porcalhota²⁶, a atravez de terrenos mui accidentados, e de rochas de difícil desmonte (...)»²⁷

Concluindo, às dificuldades técnicas, à época, juntavam-se os interesses pessoais de proprietários poderosos, não permitindo que tal obra fosse sequer equacionada. Por isso, outras eram as águas mais acessíveis aos lisboetas, mais próximas que as de Sintra e, conseqüentemente, menos difíceis de conduzir até à cidade.

As ribeiras de Queluz e valle de Lobos ou de Laveiras, teem sido sempre lembradas desde Filippe III como as mais vantajosas, debaixo de todos os pontos de vista, para a solução

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 55.

²⁶ Tem data de 28 de Outubro de 1907, o decreto que altera o nome da povoação da Porcalhota para o actual: Amadora.

²⁷ Carlos Ribeiro, *ibidem*, p. 55.

*do problema em questão, e já em partes aproveitadas desde o começo do século passado, para o que se construiu o nosso monumental aqueducto das águas livres, e são aquelas que o estudo aponta como mais vantajosas, tanto pela abundância, qualidade e altitude das suas águas, como pela sua maior proximidade de Lisboa.*²⁸

A ambição de trazer essas águas até Lisboa, parece portanto ser muito antiga. Mais até do que menciona Carlos Ribeiro, pois já Francisco de Holanda a elas se referia, como sendo uma das hipóteses preconizadas por D. Manuel I para melhorar o abastecimento de água à cidade²⁹. Porém, tudo parece indicar, terem sido os ocupantes romanos os primeiros a aproveitar essas águas, como parece poder inferir-se dos vestígios da vetusta barragem existente na Ribeira de Carenque e de um velho aqueduto de que voltaremos a falar³⁰.

Conhecendo agora melhor a região de Lisboa, a sua orografia e hidrografia, mais fácil será compreender as razões da génese das opções tomadas e as dificuldades encontradas para providenciar a melhoria do abastecimento de água à cidade.

1. 2. Das origens e fundação à Olisipo Romana

No Mediterrâneo, circularam ideias, técnicas, e credos, que estiveram na génese da civilização, hoje chamada ocidental. Ora o Sul de Portugal, «(...) graças à sua localização de charneira, entre o mediterrâneo e o Atlântico, e às condições geográficas favoráveis [teve] um papel preponderante nas relações culturais e na adopção de novos contributos tecno-ideológicos (...)»³¹.

Comerciantes e navegadores, os fenícios, como mais tarde os portugueses, enfrentaram o desconhecido, aventurando-se a Ocidente. E, se até recentemente alguns autores duvidavam «(...) da existência de assentamentos fenícios para ocidente das Colunas de Hércules (estreito de Gibraltar) (...) Escavações arqueológicas recentes têm, por outro lado, vindo a afastar decisivamente [essa ideia] (...) demonstrando a

²⁸ *Idem, ibidem*, pp. 55-56.

²⁹ Ver Parte I – 1. 7. A cidade renascentista.

³⁰ Ver Parte I – 1. 3. 2. Aqueduto romano: a técnica ao serviço da cidade.

³¹ Armando Coelho Ferreira da Silva e Mário Varela Gomes, *Proto-História de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p. 15.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

existência de entrepostos comerciais fenícios perto da nossa costa, localizados em elevações sobranceiras a importantes rios.»³² Vestígios importantes foram encontrados em Castro Marim, em Faro, em Silves, no Baixo Vale do Sado e, também, no Baixo Vale do Tejo, tanto na margem esquerda do rio, como na margem direita³³.

É pois provável que fenício tenha sido o primeiro povo civilizado a pisar a colina do castelo, de onde, olhando para o rio, se lhes deparava a belíssima enseada, assim descrita por Júlio Castilho:

*Se para nacionaes e estrangeiros é ainda hoje a formosa bahia de Lisboa admirável quadro, que não seria quando em frente d'estes nossos montes, talvez copados de arvoredo, se alastrava o larguissimo estendal azul celeste de um dos maiores portos do mundo? Alis-ubbo, enseada amena, foi portanto merecida qualificação encomiástica de tão formoso lençol de aguas; e é bem de crer que a este ninho do occidente, cá na extrema da Europa, viessem acolher-se, namorados do torrão dadivoso, dos ares e do mar, povos sem conto, regalões e mercadores, agrícolas, exploradores, e até ociosos forasteiros, que tanta vez são a vida, o ensino e a civilização.*³⁴

Alis-ubbo, nome primevo da cidade, era ainda, para Castilho, a melhor prova da antiguidade de Lisboa:

*O rasto mais antigo que os homens aqui deixaram encontra-se na língua; está no nome vetustissimo da cidade; revela hordas phenicias, segundo quer Samuel Bochart, o sabio orientalista francez do século XVII, na sua **Geographia sacra**. Vem a ser isto:*

*Em vista da exposição linda e excepcional do morro, empinado á beira da vasta bacia do Tejo, chamarm os phenicios á povoação **Alisubbo**, vocabulo derivado de **alis ubbo**, enseada amena, e quem sabe se já herdado de anteriores habitantes.*³⁵

Tenham ou não sido fenícios, os fundadores de Lisboa, não há que duvidar da sua passagem pela cidade. E se outros vestígios não deixassem, deles restava a memória, evocada no nome da urbe antiga. Mas a presença oriental, ou pelos menos a sua forte influência, encontra-se bem comprovada. De acordo com Carlos Fabião.

³² *Idem, ibidem*, p. 133.

³³ *Cfr. ibidem*.

³⁴ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga. Segunda Parte – Bairros Orientais*, tomo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884, pp. 29-30.

³⁵ *Idem, ibidem*, pp. 27-28.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

No próprio local onde hoje se ergue a capital, provavelmente no morro do Castelo de S. Jorge, e respectivas encostas sul e sudoeste, parece ter existido um povoado, fundado por esta época [I Idade do Ferro], ou remontando, talvez a um período anterior. De facto, ter-se-iam recolhido em trabalhos antigos alguns fragmentos de cerâmica de inspiração, se não mesmo de origem, mediterrânica no local onde se encontra actualmente a Sé Catedral. Além destes, devem referir-se outros fragmentos de olaria pintada, ocasionalmente encontrados no decurso de obras públicas, na Rua dos Douradores, já na zona baixa da cidade. Acrescente-se que, pelas indicações do geógrafo grego Estrabão, que escreveu no século I a. C., sabemos que a cidade de Olisipo era no século anterior um dos principais centros urbanos do vale do rio Tejo.³⁶

Poderá ter sido, ou não, a partir da presença fenícia, que Lisboa ganha foros de povoado. Todavia, dúvidas parecem não restar sobre a sua influência na região. Implantada no alto da colina sobranceira à enseada do Tejo, Alisubbo, seria um bom porto de abrigo, porque a velha colina, cercada por ribeiras a Nascente e a Poente e a Sul pelo Tejo, a Norte prolongava-se por uma sucessão de colinas, que funcionariam como uma primeira barreira defensiva a prováveis incursões a partir do interior do território. Tal era a sua posição estratégica.

Era ainda rica em nascentes de águas potáveis, espalhadas pelas vertentes e no seu sopé. Por isso, se pouco sabemos sobre o quotidiano desse primeiro aglomerado populacional, poderemos, no entanto, especular que o abastecimento de água não seria uma das suas preocupações. Terá sido mesmo a abundância de água potável, capaz de prover às necessidades de uma população que gradualmente se ia sedentarizando, uma das razões fundamentais para a fixação de um primeiro núcleo populacional na colina do Castelo.

³⁶ Carlos Fabião, «O Passado Proto-Histórico e Romano», in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, José Mattoso (coord.), *Antes de Portugal*, volume 1, [Lisboa], Editorial Estampa, 1997, pp. 140.

1. 3. Felicitas Iulia Augusta

1. 3. 1. A cidade romana

Em 318 a.C. a Águia Romana entrou na Península Ibérica. Tal não foi impeditivo de Lisboa continuar a afirmar-se como urbe de importância significativa no contexto ibérico, até se alancorar ao estatuto de *municipium*, passando então o velho *oppidum Olisipo* a chamar-se *Felicitas Iulia Augusta*.

Infelizmente, o nosso conhecimento sobre a organização espacial da cidade e do seu quotidiano continua ainda muito limitado. As razões desse desconhecimento, sendo de natureza vária, não serão, todavia, alheias ao facto de Lisboa ser, como nos diz Jorge Gaspar «(...) uma daquelas grandes cidades que se vai construindo por acumulação de gerações (...)»³⁷. E a cada nova geração, novas construções, novas soluções urbanísticas e, sempre, o reaproveitamento dos materiais; em amplos aterros, ou nas paredes das próprias construções.

«Antes do grande terramoto do século XVIII abundavam os cipós e lápides em umbrais de portas e paredes (...)»³⁸, diz-nos Angelina Vidal, «(...) porque as pessoas que encontravam essas relíquias se apressavam em garanti-las da destruição.»³⁹ Ainda hoje poderemos encontrar tais vestígios. As razões que ditaram essa peculiar forma de preservação do património, estamos em crer, terão sido, fundamentalmente, de natureza económica e não geradas por um qualquer impulso de conservação, por populações que apenas pretendiam evitar a sua destruição, como sustentava Angelina Vidal.

Aliás, a consciência da necessidade de preservar o património, no nosso país, tem sido apanágio de grupos restritos que se batem por causas normalmente ignoradas pela grande massa da população. Já Herculano se queixava do triunfo do camartelo, clamando contra o vandalismo que, com os mais variados argumentos derribava, recorrendo aos «(...) homens do alvião e da picareta [e] victoriado pelo povo.»⁴⁰

Por isso, muito do nosso Património tem tido o destino que Vieira da Silva nos descreve em poucas palavras:

³⁷ Jorge Gaspar, *ibidem*, p.15.

³⁸ Angelina Vidal, *op. cit.*, p. 20.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ Alexandre Herculano, «Os Monumentos» in *Panorama*, volume segundo, Lisboa, Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, 1838, p. 275.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

*O volver dos séculos derruiu ou soterrou entre nós quási todos os edifícios, desmoronou os monumentos e estátuas, e votou ao desprezo as lápides consagradas à memória dos mortos, fazendo-as voltar à sua primitiva categoria de simples pedras de cantaria, úteis unicamente para construção.*⁴¹

Não é então surpreendente que da Lisboa Romana, pouco mais reste que vestígios dispersos, que nos vão dando uma ideia da importância e da grandeza dessa cidade. Debruçada sobre o rio, cheia de luz e encanto, Olisipo não pode ter deixado de impressionar os civilizados romanos que:

(...) povo culto e artístico, fizeram ressurgir dos escombros uma nova povoação melhorada, e alindada com aquele luxo de ornamentações e predivinhas de higiene que tanto admiramos ainda hoje. Seis séculos estiveram eles de posse de Lisboa e nesse tempo dotaram-na de magnificências.

*Foram eles os edificadores de vários teatros, templos, fortalezas e termas no que eram assaz cuidadosos, não havendo povoação de origem romana que não tivesse os seus banhos públicos.*⁴²

Esta visão, algo idílica, de Angelina Vidal, necessariamente, tem o seu fundo numa realidade que ainda hoje se pode vislumbrar através dos vestígios que, a par e passo, se vão encontrando. Nesta descoberta, o papel da arqueologia tem sido fundamental para a redescoberta da cidade romana.

Os Romanos apoiaram-se no que seria um dos povoados castrejos mais dinâmicos e já com influências mediterrâneas e, a partir daí, bordejando as encostas do actual castelo, desceram até ao pequeno esteiro que penetrava entre colinas até ao encontro de duas linhas de água, que correspondem hoje aos eixos Arroios-Anjos-Mouraria (mais tarde designado Regueirão dos Anjos) e S. Sebastião-Santa Marta-S. José-Portas de Santo Antão.

A segurança, nas terras e nos mares, que gozou por séculos o Império Romano, permitiu que a nova urbe, voltada para o Mar da Palha, se esparramasse pelas encostas, até à praia (...) e ao fundo dos vales, numa ocupação esparsa, pontuada pelas infra-estruturas que mais marcavam uma civilização: as termas, junto ao esteiro da Baixa, o Teatro na

⁴¹ Augusto Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo (Subsídios Para a História da Lisboa Romana)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944, p. 10.

⁴² Angelina Vidal, *op. cit.*, p. 20.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

*encosta do oppidum que olhava o Rio, a fortificação principal no cimo da colina original.*⁴³

Pouco se conhece do quotidiano dessas gentes que fizeram a história da Lisboa Romana. Não nos cabe a nós, no âmbito deste trabalho, investigar mais sobre esse passado mas, necessariamente, interessa-nos saber como seria abastecida de água a cidade.

Exigentes com as águas que consumiam, contentar-se-iam os novos senhores apenas com as águas locais que até aí abasteceram a urbe? Tudo indica que não. Recordemo-nos que, para além de gastos comuns de água, os romanos, como nos diz Acciaiuoli «(...) manifestèrent, des leur occupation de la Lusitane, leur goût raffiné e leur passion pour les bains en construisant plusieurs balnéaires.»⁴⁴ Lisboa, naturalmente, não poderia deixar de ter as suas termas : a dos Cassios⁴⁵.

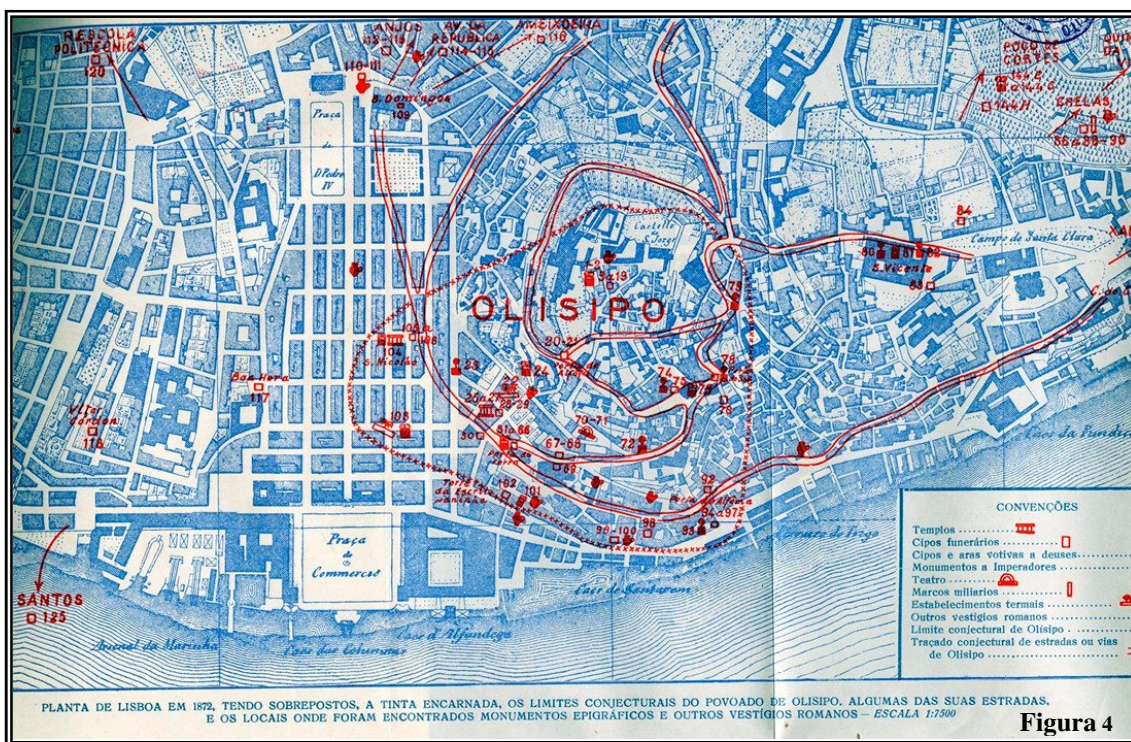


Figura 4

É, então, perfeitamente credível que os romanos não se tenham ficado apenas pelo aproveitamento das águas locais. De há muito se pensa que Olisipo teria sido abastecida com águas trazidas através de um extenso aqueduto⁴⁶, da famosa fonte das

⁴³ Jorge Gaspar, *ibidem*, p. 15.

⁴⁴ Luiz de Menezes Correa Acciaiuoli, *Portugal Hydrominéral*, Lisbonne, Direction Générale des Mines et des Services Géologiques, 1952, p. 8.

⁴⁵ Ver Parte I – 1. 3. 3. 2. As *Termas dos Cassios*.

⁴⁶ Também Leonardo Turriano se refere a este aqueduto. Ver Parte I – 2. 1. 2. No tempos dos Filipes.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

Águas Livres, em Carenque⁴⁷, onde na ribeira com o mesmo nome são ainda visíveis os restos de um enorme paredão, parte do que teria sido uma importante barragem.

Sabemos que era normal os romanos construírem grandiosas estruturas para abastecer de água as suas cidades. Quanto a Lisboa, testemunhos diversos parecem confirmar essa eventualidade. Francisco de Holanda, na sua obra *Da Fabrica Que Falece Ha Cidade de Lysboa*, datada de 1571, dirigindo-se ao rei⁴⁸, afirmava:

E deve trazer a Lisboa Água Livre que de duas léguas dela trouxeram os Romanos a ela, por condutos (sic) debaixo da terra subterrâneos, furando muitos montes e vales e com muito gasto e trabalho, não sendo*

[fl. 18r] Lisboa sua; (...)

*E ali entre duas penedias asperíssimas de dois montes fizeram um muro larguíssimo e forte, que lhes represava a água de um vale em uma lagoa ou estanque em que dizem que traziam por seu passatempo galé e batéis, como se vê hoje em dia na parede e sítio que era possível.*⁴⁹

Seria esse conhecimento de Holanda apenas fruto da memória colectiva, passada de geração em geração? Não sendo tal impossível, mais plausível será a hipótese de, à época, serem ainda bem visíveis os vestígios físicos que sustentavam a sua afirmação. Tal pode intuir-se da leitura do assento de Vereação do Senado da Câmara de Lisboa, datado 11 de Setembro de 1618, onde se deliberava «(...) trazer á cidade [de Lisboa] a fonte d'agua-livre, “⁵⁰ ja em tempos antigos ueo a ela, como se ue dos sinaes dos canos ⁵¹ ainda oje se achão (...)»⁵⁰. Também Pero Nunes Tinoco, no seu *Roteiro da Agoa livre e Agoa de Montemor e mais fontes junto a ellas*, datado de 25 de Setembro de 1618 e elaborado por determinação do Senado da Cidade de Lisboa, para ser enviado a Filipe II, refere o velho paredão de Carenque designando-o por «(...) fabrica antiga que fizeram os Romanos pera se onirem as dittas fontes [anteriormente citadas no Roteiro] com a Agoa Livre (...)»⁵¹

⁴⁷ Cfr. Francisco de Holanda, *op. cit.*, p. 25.

⁴⁸ Reinava então em Portugal o rei D. Sebastião.

⁴⁹ Francisco de Holanda, *op. cit.*, p. 25.

⁵⁰ «Assento de vereação de 11 Setembro de 1618» (*Liv.º II d'Assentos*, fs. 124 v.) in Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, 1.ª Parte, Tomo II, 2.ª edição, Lisboa, Typographia Universal, 1885, p. 416.

⁵¹ Pero Nunes Tinoco, *Roteiro da Agoa livre e Agoa de Montemor e mais fontes junto a ellas, feito por Pero Nunes Tinoco Architecto de sua magestade e mais pessoas que asestiram à deligencia que se fez sobre as medições das agoas que ande vir à cidade de Lixboa, e no caminho que ande ffazer ate os moinhos do vento junto a S. Roque* (transcrição de Maria de Lurdes Silva) *apud* Irisalva Moita (dir. e coord.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa. Catálogo da Exposição no Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990*, volume 1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 164.

A crermos como fidedignas estas fontes, e não parecem existir razões para que o não sejam, não restariam dúvidas dos esforços da população de Olisipo para trazer a água de Belas à sua cidade.

1. 3. 2. Aqueduto romano: a técnica ao serviço da cidade

O vetusto paredão encontrado junto da Mãe Água Velha, a montante de Carenque, é parte de uma antiga barragem. Todos os autores são unânimes nesse parecer. A mesma unanimidade não se regista, porém, quando se procura apurar o período da sua construção ou a finalidade da água ali represada.

Para alguns autores do século XIX, entre os quais se conta Carlos Ribeiro, a barragem teria sido construída durante o período de ocupação árabe.

Um antigo paredão denominado Muro dos Mouros, que ainda hoje se acha de pé nas vizinhanças da Mãe d'Água Velha a montante de Carenque e com uma solidez que promete duração por muitos séculos, foi uma verdadeira represa feita às águas das nascentes e Ribeira de Valle de Carenque, que em grandes massas se deviam acumular para montante da referida represa.

É uma obra de construção mourisca executada mui provavelmente durante a ocupação do nosso solo pelos sarracenos.⁵²

Opinião secundada, de acordo com Jorge das Neves Larcher, por outros autores, nomeadamente o engenheiro Pedro Pezerat, Borges de Sousa e Gabriel Pereira, «(...) unânimes em afirmar que o paredão é de construção mourisca.»⁵³. Mas essa opinião não era, como já vimos, consensual. Já no século XX, Jorge Larcher procurou esclarecer, de forma definitiva, a origem do velho paredão.

As divergências de opiniões que se notam sobre o paredão, que uns atribuem aos romanos, e outros afirmam ser de construção mourisca (...) levou-nos a fazer um estudo in loco, dêste paredão e do falado aqueduto dos romanos.

(...)

Examinámos (...) atentamente as ruínas do antigo paredão, verificando que a sua construção é dos romanos, pois

⁵² Carlos Ribeiro, *Memoria Sobre o Abastecimento de Lisboa com Aguas de Nascente e Aguas de Rio*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1867, p. 8.

⁵³ Jorge das Neves Larcher, *Memoria histórica Sobre o Abastecimento de Água a Lisboa até ao reinado de D. João V*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1937, p. 10.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

que o revestimento do seu paramento de montante é feito com a argamassa da antiga fabrica romana.

Somos levados a crer que as pessoas que atribuíram aos mouros a construção deste paredão, não fizeram decerto o exame do mêsmo, pois se tal fizessem teriam chegado à conclusão a que nós chegamos e que, de resto, está de acôrdo com as afirmações (...) de Holanda e Tinoco.⁵⁴

Larcher parece assim ter posto, como se diz na gíria, “uma pedra sobre o assunto”. De então para cá, mais ninguém questionou a origem do paredão. Facto curioso é que, o mesmo Carlos Ribeiro que afirmara ser o paredão de construção mourisca, admitia ter encontrado «(...) os restos de um aqueduto de construção evidentemente romana entre os sitios denominados Gargantada, e Almarjão perto da Amadora [embora acrescentando de imediato que] este aqueducto, cuja continuação é desconhecida, tanto podia servir para abastecer Lisboa, como para qualquer outra povoação mais ou menos importante que por acaso houvesse entre a Porcalhota e esta cidade.»⁵⁵. Todavia, admite que poderiam ser estes os vestígios do aqueduto referido por Leonardo Turriano⁵⁶.

Em carta dirigida ao rei, datada de 26 de Setembro de 1620, Turriano apresentava quatro diferentes caminhos «(...) para conducir el agua libre [à cidade de Lisboa] y a diferentes partes della, juctam.^{te} com las demas aguas que se le agregam (...)»⁵⁷, sendo o quarto e último caminho considerado o que seguia «(...) por el aqueducto antigo de los Romanos, el qual, por ir mas alto diez palmos que el de la estrada, puede dar agua a ambas as partes de la ciudad, a S. Roque y sobre la Puerta de S.^{to} André⁵⁸, como dio antiguamente (...)»⁵⁹

⁵⁴ Jorge das Neves Larcher, *op. cit.*, pp. 10-11.

⁵⁵ Carlos Ribeiro, *op. cit.*, p. 7.

⁵⁶ Arquitecto espanhol ao serviço do rei Filipe II (Filipe III de Espanha).

⁵⁷ Carta de Leonardo Turriano dirigida ao rei D. Filipe II (III de Espanha), datada de 26 de Setembro de 1620 *apud* Jorge das Neves Larcher, *op. cit.*, p. 34.

⁵⁸ Gustavo Matos Sequeira dá-nos conta da eventual descoberta de vestígios deste troço do aqueduto. Afirmava ele que «Quando aqui há sessenta anos [estávamos em 1937], se quis reparar a canalização da rua do Arco do Marquês do Alegrete, encontraram-se, às primeiras investidas das picaretas, grossas abóbadas de tijolo. Foi pena não ter algum entendido feito o exame dos materiais dessa construção. / Arrombadas as abóbadas viram-se galerias em diferentes direcções e água por todos os lados. / Seria acaso um ramal do velho aqueduto? Vão lá prová-lo agora!» in Gustavo de Matos Sequeira, *Depois do Terramoto. Subsídios Para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, volume IV, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1934 (reimpressão: 1967), p. 303.

⁵⁹ Carta de Leonardo Turriano dirigida ao rei D. Filipe II (III de Espanha), *apud* Jorge das Neves Larcher, *op. cit.*, p. 34.

É pois verosímil que os Romanos tenham trazido à sua Olisipo as Águas Livres através de aqueduto que, a crer na exactidão do texto de Turriano, terminaria junto da actual Porta de Santo André. Opinião corroborada por Jorge Larcher, para quem:

*(...) é de aceitar de que os romanos teriam trazido as águas livres a Lisboa, por meio de um aqueduto subterrâneo (...) [e acrescentava] Do tempo dos romanos ficaram importantes monumentos que a acção do tempo e a ignorância dos homens se tem encarregado de destruir e a essa época se atribue a construção de alguns aquedutos, sendo natural que, naquele tempo, houvesse a necessidade de aproveitar o manancial das águas livres visto que as águas potáveis nunca abundaram em Lisboa (...).*⁶⁰

E remata, em jeito de conclusão:

(...) sem que possamos fazer afirmações peremptórias, por falta de elementos, podemos contudo apresentar duas hipóteses explicando a existência das várias construções [o paredão na ribeira de Carenque e os vestígios do aqueduto], hoje em ruínas (...).

a) A barragem destinar-se-ia a um armazenamento de regularização (...).

*b) A barragem teria por fim represar as águas destinadas a alimentação do aqueduto romano, isto é, águas potáveis.*⁶¹

Nesta última hipótese, acrescenta o autor:

*(...) abunda ainda o argumento bem patente das cotas a que se encontram a barragem e os troços do aqueduto referido serem tais, que, no todo, estas obras poderiam perfeitamente constituir um conjunto de armazenamento e adução das águas da bacia de Carenque destinadas ao abastecimento de Lisboa.*⁶²

Esta não é uma discussão terminada⁶³. Faltam provas e vestígios concludentes que nos esclareçam, sem deixar margem para dúvidas, sobre se o aqueduto terá trazido água, ou não, até Lisboa.

⁶⁰ Jorge das Neves Larcher, *op. cit.*, pp. 7-8.

⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 12.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ A este propósito, e não tomando aqui partido, a favor ou contra as conclusões de Larcher, achamos pertinente a notícia inserta numa revista espanhola, que aponta novas possibilidades sobre a origem e função de uma represa, até hoje apresentada sem reservas como sendo de origem romana e tendo como função armazenar água para abastecer a cidade de Emerita Augusta. Ei-la: «Después de cinco años de investigaciones, el arqueólogo Santiago Feijoo ha dado un vuelco a la idea que hasta ahora se tenía de uno de los elementos más importantes del patrimonio monumental de Mérida, la llamada “presa de Proserpina”, al afirmar que ésta no es de origem romano, sino que fue construida en época altomedieval,

É possível que novas descobertas arqueológicas contribuam para esclarecer melhor esta questão. Espera-se então que quem dirige os destinos da cidade, mas também o cidadão comum, tenham consciência da importância que, para a memória e identidade de Lisboa tais descobertas possam vir a ter. Promover o desenvolvimento equilibrado do espaço urbano não implica, necessariamente, o sacrifício de bens patrimoniais, como crêem os defensores do “progresso cego”, para quem apenas o betão, em altura ou profundidade, conta.

1. 3. 3. As Termas de Olisipo

Equipamento que não poderia faltar em qualquer cidade romana, mesmo que de menor dimensão, eram os banhos públicos. Olisipo, pela sua importância, tê-los-ia.

Em Lisboa, dois sítios foram apontados para a localização desses estabelecimentos. Naquela que é actualmente denominada Rua da Prata, teríamos então as chamadas *Termas dos Augustais* (também conhecidas por *Termas Romanas da Rua da Prata*) e, um pouco mais acima, subindo em direcção ao Castelo, as *Termas dos Cássios*. Sobre cada um destes locais, embora não sendo eles parte integrante do sistema de abastecimento de água à cidade, mas certamente fazendo parte dele, daremos breve notícia neste trabalho.

1. 3. 3. 1. As chamadas *Termas dos Augustais*: mito e a realidade

Em 1770, quando «(...) se abriam caboucos para a construção de um prédio que viria a fazer esquina da Rua da Prata para a dos Retroseiros (ou da Conceição) foram encontradas ruínas de umas termas (...)»⁶⁴. A importância da descoberta não teve a correspondente repercussão pública senão partir da segunda metade século XIX. De

hacia los siglos VIII o IX. Feijoo basa sus tesis en el hecho de que durante la Antigüedad las presas no se utilizaron nunca para abastecer de agua potable a las poblaciones, por lo que es imposible que el acueducto de Los Milagros que surtía a Augusta Emérita captara sus aguas del embalse de Proserpina. De hecho, y tal como especificó Vitrubio en sus *Diez libros de la arquitectura* (del siglo I a.C.), los romanos tomaban el agua de manantiales que se hallaban a kilómetros de distancia de las urbes y la condicionaban hasta ellas a través de canalizaciones que siempre eran cubiertas o subterráneas, de forma que el líquido estuviera protegido del sol durante todo el recorrido. Por tanto, sería una contradicción que se quisiera mantener fría el agua y protegida de todo o tipo de contaminación y al mismo tiempo se cogiera de un embalse, cuyas aguas son de una calidad muy inferior respecto a las de un manantial.» in «La presa de Mérida no es romana» in *HISTORIA*, n.º 28, [Barcelona], RBA REVISTAS, S.A. e National Geographic Society, [2006], p. 11.

⁶⁴ Fernando de Almeida, «AS CHAMADAS TERMAS ROMANAS DA RUA DA PRATA», in Fernando de Almeida (dir.), *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, primeiro tomo, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1973, p. 79.

acordo com Rocha Martins fora «A Gazeta Literária do Porto de que era director Camilo Castelo Branco, [que] em 1868, [publicara] uma crónica que apontara as termas da rua da Prata à curiosidade dos lisboetas (...)»⁶⁵.

No local foi ainda encontrada uma lápide dedicada a Esculápio, deus da Medicina. Esta lápide fora mandada executar por dois augustais, ambos de origem grega, e por tal motivo os restos da estrutura viriam a ficar conhecido por “Termas dos Augustais”, embora hoje, mais correntemente, embora de forma errónea, sejam denominado “Termas Romanas da Rua da Prata”.

Foi precisamente o aparecimento dessa lápide que fez com que os vestígios fossem classificados como “termas” sendo, até aos anos 70 do século passado, aceite essa classificação, sem qualquer reserva, pela maioria dos estudiosos. Surgiram, nessa época, as primeiras dúvidas quando «(...) alguns investigadores procura[ram] equacionar o problema em função da (re)análise arquitectónica dos vestígios e respectiva planta (...)»⁶⁶

Hoje em dia, diferentes hipóteses se colocam quanto à função primitiva da estrutura, sendo aquela que se apresenta como menos credível, já quase abandonada, a que defende que correspondesse a umas termas romanas. Curiosamente, já em 1937, Gustavo de Matos Sequeira antecipara estas conclusões, ao afirmar que «Os restos desta construção não têm o menor carácter de Termas.»⁶⁷ Actualmente, aceita-se, como hipótese mais provável, que a construção corresponda a um criptopórtico, ninguém arriscando «(...) porém, de um modo geral, opiniões concretas relativamente às edificações que se lhe sobreporiam (...)»⁶⁸

Para alguns autores, o local não passaria de uma estrutura abobadada que suportaria parte de uma enorme praça que «(...) atendendo à sua localização em plena zona portuária lisiponense – na área de confluência entre o Tejo e o alagadiço vale do “Esteiro da Baixa», e gradualmente rodeada por vários estabelecimentos de salga de peixe –, desempenharia funções socioeconómicas de algum modo equiparáveis às do chamado “*forum* dos mercadores” de Ostia (...)»⁶⁹. Este seria assim um espaço

⁶⁵ Rocha Martins, *Lisboa de Ontem e de Hoje*, 1ª Parte, *As Colinas da Cidade*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1945, p. 11.

⁶⁶ José Cardim Ribeiro, «CRIPTOPÓRTICO» in Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.) *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados – Consultores, Lda., 1994, p. 321.

⁶⁷ Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 307.

⁶⁸ José Cardim Ribeiro, *ibidem*, p. 322.

⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 323.

simultaneamente económico e religioso, o que justificaria a presença da lápide dedicada a Esculápio, provavelmente oriunda de um dos templos existentes no local.

A construção que data dos inícios do século I, da época de Augusto, apenas pode ser visitada depois de retirada a água que inunda as diversas galerias. Apesar de parte da estrutura permanecer fechada ao público, aquela que se pode percorrer ocupa uma ampla área debaixo do subsolo que «(...) vai da Rua dos Retroseiros, perto da Rua Augusta, passa a Rua da Prata e chega até perto da Rua dos Correeiros (...)»⁷⁰. Para além das águas freáticas ali existentes, «(...) brota, de forma aliás natural e directamente a partir do solo de uma das galerias, ténue nascente de água doce.»⁷¹

No local pode ainda verificar-se a existência de várias aberturas ou poços nas abóbadas das galerias que, no século XVI, serviam para os lisboetas se abastecerem de água. Para Gustavo de Matos Sequeira esta construção seria «(...) conhecida já pelos engenheiros pombalinos da reedificação de Lisboa. Prova disso: o aproveitamento – não ocasional, mas nitidamente calculado – do reservatório para a alimentação dos numerosos poços abertos por essa ocasião, nas escadas, pátios e saguões dos prédios [então] construídos.»⁷²

Futuras escavações poderão revelar mais sobre esta estrutura romana, embora a sua localização, num dos centros nevrálgicos da cidade, não permita grandes esperanças no desenvolvimento de novas investigações. Sabe-se que em Lisboa, como noutros locais do país, muitas vezes são razões de ordem puramente económica, e não o seu valor histórico, cultural ou meramente afectivo, que ditam as acções de preservação ou destruição de bens patrimoniais, mesmo que estes sejam testemunho fundamental para a compreensão das actividades humanas e da história do local onde se encontram.

1. 3. 3. 2. As *Termas dos Cassios*

Descobertas depois do terramoto de 1755, quando se reconstruía o Palácio do Correio-Mor, « (...) que ocupa o quarteirão compreendido pelas Ruas de S. Mamede e das Pedras Negras, a Calçada do Correio Velho e a Travessa do Almada (...)»⁷³, estas termas remontam à época de César. «Segundo Martins de Andrade, na sua *Memória* manuscrita inédita, os Cássios tidos por primeiros construtores das termas deviam ser

⁷⁰ Fernando de Almeida, *ibidem*, p. 79.

⁷¹ José Cardim Ribeiro, *ibidem*, p. 322.

⁷² Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, pp. 306-307.

⁷³ Maria J. Jorge, «PENAFIEL (Palácio)» in Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.) *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados – Consultores, Lda., 1994, p. 705.

Quinto Cássio Longino e o seu irmão Lúcio Cássio, os que foram nomeados por César, o primeiro Propretor da província Ulterior de Espanha e o segundo para o legado do Propretor, em 49 a. C. (...)»⁷⁴.

Ainda de acordo com Martins de Andrade, estas termas terão sido reconstruídas em 336 d. C.⁷⁵. Eram então cônsules Nepociano e Facundo, de acordo com a inscrição encontrada no local «(...) assim traduzível: “Termas de Cássio/renovadas desde o alicerce conforme a ordem/de Numério Albano, varão consular, Pretor da Província Lusitana/sendo inspector da obra Aurélio Firmo/e sendo Nepociano e Facundo cônsules.”»⁷⁶

As Termas dos Cássios, apesar da sua relevância histórica e do importante Património da cidade que representam, continuam longe dos olhares do público, escondidas nas caves do palácio, como que envergonhadas de terem servido uma cidade que assim as menospreza. Talvez após mais algumas campanhas arqueológicas a Câmara, ou alguma instituição responsável lhes dê outro destino mais digno. Por enquanto sofrem o mesmo destino que durante décadas foi o das ruínas do Teatro Romano. Estas, localizadas um pouco mais acima, na mesma vertente da colina, estiveram durante décadas encerradas dentro de um tosca barraca de madeira, longe dos olhares e do conhecimento da maioria dos lisboetas.

1. 4. Do fim do Império à Lisboa árabe

A queda de Roma e a entrada de Vândalos, Alanos e Suevos na Península Ibérica, fruto das lutas internas a que se assistiu no fim do Império, «(...) apenas trouxe à Península a perturbação e a violência.»⁷⁷ Os tempos que se seguiram não foram fáceis para os autóctones romanizados. Destruições, pilhagens, caos administrativo são a memória que mais se conserva desses tempos. Em tal contexto, muitas infra-estruturas, que ao longo de séculos terão sido pacientemente construídas, foram destruídas, ou simplesmente abandonadas, por populações em fuga, ou sem meios suficientes para as

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ Cfr. Maria J. Jorge, *ibidem*.

⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 705.

⁷⁷ José Mattoso, «A Época Sueva e Visigótica» in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, volume 1, José Mattoso (coord.), *Antes de Portugal*, [Lisboa], Editorial Estampa, 1997, p. 277.

manter operacionais, o que levou à sua ruína e posterior esquecimento. A sua memória vem sendo recuperada pelos vestígios que aqui e ali são encontrados.

Lisboa, muito naturalmente, não foi poupada aos tempos difíceis. Grande parte da cidade romana terá começado a desaparecer nesses tempos. Na prosa pitoresca de Angelina Vidal:

*Derrotados os Lusos em toda a linha, os vencedores procederam à partilha do território. Lisboa e muitas terras da Estremadura, couberam aos Alanos. Estúpidos e ignorantes, começaram por destruir todas as maravilhas que o luxo e a arte romana haviam realizado na formosa Felicitas Júlia.*⁷⁸

Depois dos Alanos, vieram os Suevos, que pilham a cidade em 469. A alternância de ocupantes e a conseqüente instabilidade política, social e económica que prolonga-se ao longo dos três séculos seguintes, até ao início da ocupação muçulmana.

Mal conhecida a história da Lisboa desses tempos, durante o período visigótico chamada de Ulixbûna ou Ulixbona, do quotidiano das usas gentes também pouco sabemos. Terá sido então que desapareceu o velho aqueduto romano? Não o sabemos. Mas é provável que, à decadência da cidade, acompanhada da crescente ruralização, se tenha associado progressiva ruína dos bens e equipamentos públicos que, a pouco e pouco, terão deixado de servir as populações e os fins a que se destinavam. O recurso aos poços, cisternas e nascentes locais terá sido então a solução encontrada para abastecer de água a cidade.

Em 714, Lisboa é ocupada pelos árabes que, durante os quatro séculos que geriram os destinos da cidade, dela fizeram uma das mais prósperas e ricas cidades da região, agora conhecida por Garb al-Andaluz. Ao novo ocupante deve a cidade a construção de uma forte muralha que a vai rodear. «Se do lado da terra os cristãos empurrados para norte espreitavam uma oportunidade e de quando em vez desciam em rápidos ataques, do lado do mar a insegurança era muita, sobretudo a partir do momento em que os «homens do Norte», os vikings, se tornam senhores dos mares (...)»⁷⁹. A ameaça Normanda não era menosprezável. Durante este período, por mais de uma vez, Lisboa foi atacada e saqueada. Um desses assaltos é-nos relatado por Dejanirah Couto, na sua *História de Lisboa*:

⁷⁸ Angelina Vidal, *op. cit.*, p. 21.

⁷⁹ Jorge Gaspar, *ibidem*, p.16.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

No Verão de 844, os vigias de Al-Usbuna avistam do alto das muralhas um espectáculo inquietante. Um mar de embarcações brancas – cem, segundo algumas fontes – tapa o horizonte. «Enchiam o oceano [...] e enchiam os nossos corações de medo e de angústia», escreve um cronista árabe.

(...) Os Normandos (...) saqueiam as redondezas e atacam os sistemas de aprovisionamento de água potável da cidade. Enquanto a muralha que dá para o rio cede aos repetidos ataques dos piratas, os Lisboetas erguem engenhos para se defenderem e restabelecem o fornecimento de água a certos bairros da cidade. A frota inimiga acaba por partir.⁸⁰

Desta épica narrativa, para o nosso trabalho, interessa-nos relevar a existência, de acordo com a autora, de sistemas de aprovisionamento e distribuição de água pela cidade. Infelizmente, não nos são dados mais elementos e não são, de todo, conhecidas as fontes em que baseia a sua afirmação. Apesar disso, não é aqui que nos surgem algumas reservas sobre as informações de Dejanirah Couto, no que aos sistemas de abastecimento de água diz respeito. As reticências surgem quando a autora nos descreve o sistema de abastecimento de água à cidade.

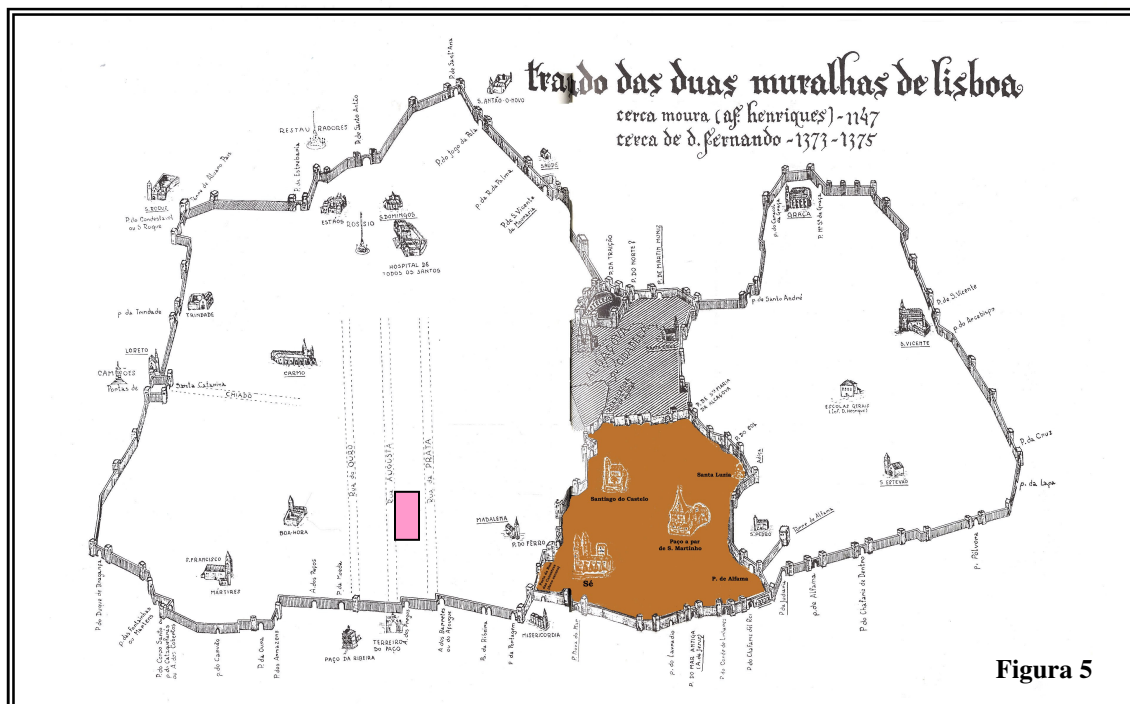
*A cidade antiga⁸¹ dispunha de um aperfeiçoado sistema de distribuição de água potável centrado nas chamadas Termas de Augusto, descobertas no século XVIII e conhecidas pelo nome de **Conservas de Água da Rua da Prata**. Esta rede de galerias entrecruzadas perfurava o subsolo do centro da cidade e partia de um conjunto de edifícios construídos em frente de fontes que brotavam de um esporão rochoso. Durante séculos, essas águas, com fama de medicinais, alimentaram a totalidade de poços cisternas e fontes da cidade, entre as quais a «fonte dos cavalos», junto ao Tejo.⁸²*

De leitura fácil e escorreita, este pequeno extracto, de uma obra que procura certamente ser credível, levanta mais questões do que responde a dúvidas. Vejamos. Começando pela localização das, pela autora chamadas, “Termas de Augusto”⁸¹; quer na velha Olisipo, ou mesmo na cidade medieval, a sua posição era excêntrica, localizando-se exactamente no extremo ocidental de Lisboa, junto ao esteiro do Tejo, já atrás referido; na Al-Usbuna referida pela autora, o local nem na cidade se situava, pelo menos no interior da cidade amuralhada, como podemos verificar na figura 5.

⁸⁰ Dejanirah Couto, *História de Lisboa*, 9.ª edição, Lisboa, Gótica, 2005, p. 38.

⁸¹ Não é fácil perceber a que período da cidade Dejanirah Couto se refere. Poderá ser Olisipo, já que o texto surge na parte em que a autora aborda a cidade romana! Mas, poderá ser também a cidade medieval. Enfim, a autora lá o saberá!

⁸² Dejanirah Couto, *op. cit.*, p. 24.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais**Figura 5**

Ainda menos provável é que essa água possa ter sido distribuída por toda a cidade, a partir das “Conservas de Água”, dado que, ao tempo da “cidade antiga”, seja ela romana ou árabe, não era possível elevar água de nascentes as cotas pouco cima da cota zero para altitudes de 80, 90 ou mesmo de mais de 100 metros acima do nível médio do mar. Também ao referir-se ao «“chafariz dos cavalos”, junto ao Tejo», a autora não esclarece a sua localização, podendo estar a referir-se “Chafariz dos Cavalos”, construído na Rua Nova já em plena época medieval mas, de igual modo, ao Chafariz de Dentro, que em tempos também se chamara dos Cavalos, como iremos ver na II Parte do nosso trabalho. Contudo, parece evidente estar a referir-se ao primeiro, dado ser absurda a ideia de as nascentes da Rua da Prata serem as mesmas do Chafariz de Dentro: de novo se levanta a dúvida quanto ao período temporal que Dejanirah Couto aborda quando se refere à cidade antiga.

Certo era que uma das debilidades que Lisboa apresentava em termos defensivos, tinha a ver com as dificuldades no abastecimento de água em caso de cerco, já que as principais nascentes se situavam fora das muralhas. A ocupação dos locais onde essas nascentes se localizavam era naturalmente um objectivo gratificante para qualquer força que pretendesse sitiar a cidade.

A descoberta da Lisboa mourisca, do seu quotidiano e das suas vivências, continua em grande parte por fazer. Não sabemos se a cidade tinha ou não um sistema de abastecimento de água, mas podemos supor, pelo conhecimento que temos das

idades árabes, que o recurso a poços e cisternas seria fundamental. Muitas são as casas em Alfama que possuíam poços. Muitas delas ainda os têm. Herança árabe? Talvez...

1. 5. A cidade medieval

Logo após a conquista por Afonso Henriques, os cristãos ocupam medina e alcácer e os muçulmanos que ficaram – em que avultavam camponeses, artesãos do barro e braçais – são deslocados para um valeiro a norte do Castelo, junto à ribeira que descia de norte e junto à qual verdejavam hortezos (as almuinhas...), que ainda hoje perdura.

(...)

D. Afonso III fez aqui [em Lisboa] grandes investimentos públicos e privados, sobretudo no arrabalde poente, a Baixa, onde a Rua dos Mercadores, que liga a oeste a cidade muralhada ao Rossio, se torna rapidamente na principal artéria comercial, para o que contribuem não só a construção de novos prédios, como a transferência do mercado das Terças-feiras do Chão da Feira, Alcáçova, para aquele campo baldio, onde pouco a pouco o aterro se tinha consolidado e o esteiro e seus afluentes eram encanados.

Estava assim redefinida a orientação já iniciada pelos muçulmanos do arrabalde poente, que seria a futura cidade dos mercadores e artesãos, a área em expansão, que se irá constituir como interface entre a cidade, o porto, o mundo rural e o estrangeiro: o futuro centro da cidade.⁸³

As primeiras fontes escritas que nos chegam sobre o abastecimento de água à cidade de Lisboa datam deste período e referem-se aos dois mais antigos chafarizes de Lisboa: o Chafariz de El-Rei⁸⁴ e o Chafariz do Andaluz⁸⁵. A cidade continuava a

⁸³ Jorge Gaspar, *ibidem*, p.17.

⁸⁴ Ninguém sabe ao certo desde quando existe o vetusto chafariz. «Muito temos trabalhado para descobrir a antiguidade deste chafariz, e a epocha mais remota, que encontrámos, foram duas Cartas Regias datadas d’Alanquer aos 16 de Setembro de 1487 (...)» in José Sergio Velloso d’Andrade, *Memoria Sobre Chafarizes, Bicas, Fontes e Poços Públicos de Lisboa, Belém, e Muitos Logares do Termo*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1851, p. 105. Porém, para Joaquim Caetano, este «É o mais antigo dos chafarizes de Lisboa, referenciado desde 1220 (...)». Inicialmente conhecido como de S. João da Praça (...)» in *Chafarizes de Lisboa*, Joaquim Oliveira Caetano (texto) e Jorge Cruz Silva (fotografia), Sacavém, Distri, 1991, p. 36.

⁸⁵ «Tem um padrão aonde se diz ter sido feita em 1374; e é a maior antiguidade que temos encontrado em toda esta nossa curiosidade.» in José Sergio Velloso d’Andrade, *op. cit.*, p. 131.

expandir-se, particularmente para Ocidente, onde o esteiro do rio, que ia sendo paulatinamente aterrado, não tardaria a transformar-se numa memória longínqua.

No Rossio e já fora da cidade, em Xabregas, cultivavam-se as hortas. Eram aquelas duas áreas abundantemente providas de água, que em parte lhes vinha do Areeiro e em parte era procurada no sub-solo, pela abertura de poços e a sua condução para chafarizes e por isso perfeitamente adaptadas à cultura intensiva de produtos hortícolas, que a proximidade de um tão importante núcleo populacional, amplamente justificava e até impunha. Aí se plantavam desde há muito, as hortaliças que a cidade consumia.⁸⁶

O comércio marítimo intensifica-se, a cidade enche-se de mercadores nacionais e estrangeiros, que nela levam a cabo os seus negócios, tendo como mais valia importante um dos melhores portos europeus, que desempenha um autêntico papel de charneira entre o comércio mediterrânico e o norte-atlântico. Todo este movimento pressupunha a existência de um bem, que de tão comum e natural, não parece ser essencial, mas sem o qual na realidade nenhum agrupamento humano pode subsistir: a água. Em Lisboa, a necessidade de água potável aumentava à medida que a sua população crescia. Dos chafarizes da cidade, pela sua importância destacavam-se já os de El-Rei e o de Dentro, este então ainda conhecido. Mas, apesar de abundante, a água fornecida por esses chafarizes era já insuficiente para prover às necessidades da cidade. Daí o aumento do recurso à abertura de poços. Na *Estatística de Lisboa de 1552*, João Brandão refere a existência de vários, alguns deles, certamente, bem mais antigos que o cronista.

E mais ao diante, na Rua Nova, estã quatro poços de agua muito boa, de que se basteçe, muita parte da rua e vezinhnça. Tanbẽ está hũ que se chama da Fotea, de xb pallmos de larguo e xxx. Em redondo, omde se cham ho Poço da Fotea, que tãbẽ hé de muita aguoa, e mais adiante na Rua Nova, de baxo de Nosa Senhora dOliveira, está hũ chafaris muito grande e de muita serventia ao povo, donde se leva aguoa pêra fornos de call e muitas hobras que fazem na çidade de allvenaria. E junto dos paços de .V. A., na Ribeira, está outra fonte, há quall hé tambẽ grande servẽntia da cidade. E adiamte, onde chamãõ as Fangas da Farinha, caise todas as casas tem poços dagoa. E pegado aos Tanoeiros está outro poço muito grande, e ao arco de Manuell Corte Reall está outro poço. E adiante, ao postiguo que vai pêra as Martens, está houtro, com muita aguoa, que tẽ pias

⁸⁶ Iria Gonçalves, *Um Olhar Sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996, pp. 22-23.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

dentro onde lavão muita roupa. E junto delle está outro poço do cõselho, muito grade, e a Cata Que Farás, e passando a igreja de Sam Pedro Gonçalvez, estan outros tres poços muito grandes honde tem aparelho de lavar roupa, e da hi pêra baxo todas hás mais das casas tẽ na logea poços. Alem dos nomeados, está ho Poço do Chão que hé grande e de muta agoa, e pelas logeas pegadas há muitos poços dagoa. E o do Boratẽ, a Sam Mateus, que hé de grãdisima agoa e boa, e ho poço do chafaris dos Cavallos da Rua Nova, diguo do Resio que de contino tẽ o chafaris cheo, que hé grãde da terá ser bẽ abastada dagoa.⁸⁷

Lisboa crescia e espalhava-se pelas colinas em redor do seu núcleo original. Mas não só esse crescimento em área e população era causa da crescente penúria de água potável. Também as armadas, que de Lisboa partiam, necessitavam de se reabastecer de água e, sempre atento às necessidades que a sua política de expansão impunha, D. João II:

(...) manda fazer um encanamento desde o chafariz d'El-Rei, até à muralha do mar, para os bateis da Ribeira, receberem a água que necessitavam para as aguadas da marinha; na segunda mandava participar ao Corregedor de Lisboa, que estavam dadas as ordens ao patrão da Náu, para que falasse com os mestres de todos os navios, que estivessem no porto, e cada um com seu batel dar um dia de serviço em carretar pedra e cal; e quando não quizessem, êle corregedor os constrangeria, fazendo dar a cada um seu giro.⁸⁸

Mas a precariedade no abastecimento de água ameaça já tornar-se crónica e só terá como paliativo a chegada a Lisboa das Águas-Livres pelo imponente e monumental aqueduto que todos conhecemos. Mas essa é uma outra história, de que à frente voltaremos a falar.

⁸⁷ João Brandão (de Buarcos), *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, na 2.^a Metade do Seculo XVI (Estatistica de Lisboa de 1552)*, texto impresso sob a direcção de Anselmo Braamcamp Freire, Lisboa, Livraria Ferin, Editora, 1923, pp. 89-90.

⁸⁸ Jorge das Neves Larcher, *op. cit.*, pp. 14-15.

1. 6. A cidade renascentista

Em Lisboa, já então a maior cidade portuguesa, a população cresceu de forma mais ou menos constante ao longo dos séculos anteriores, tendo-se transformado no grande pólo de atracção das gentes que procuravam no mundo urbano a melhoria das suas condições de vida⁸⁹.

Já no século XVI, as reformas manuelinas – administrativas, judiciais e eclesiásticas –, vieram acentuar uma tendência, que revelar-se-ia estruturante; a oposição entre litoral e interior, sendo aquele o que maiores índices de desenvolvimento começa a registar. Contudo, foi Lisboa que, obviamente, como centro de todo o movimento da Expansão, maior crescimento económico e populacional viria a conhecer, beneficiando ainda da estagnação dos territórios a Sul do Tejo que alimentavam «êxodos rurais no sentido de Lisboa.»⁹⁰

Se «(...) o levantamento de 1551, realizado por Cristóvão Rodrigues de Oliveira, calcula uma população muito próxima já dos 100 000 habitantes (...)»⁹¹, em 1620, cerca de setenta anos depois, pela «(...) descrição de Lisboa organizada pelo padre Frei Nicolau, verifica-se que, apesar das dificuldades conjunturais e das crises intercíclicas de mortalidade, a cidade continuava a crescer, reunindo cerca de 165 000 indivíduos (...)»⁹²

A este crescimento da população lisboeta não correspondeu um reforço do abastecimento de água à cidade, abastecimento esse, essencial, não só para a vida quotidiana da urbe, mas para as aguadas das naus que do Tejo partiam para o Mundo.

«Ora, [afirmava Francisco de Holanda, em 1571] se Lisboa tem a presunção da maior e mais nobre cidade do mundo, como não tem o mais excelente templo, ou Sé, do mundo? Como não tem o melhor castelo e fortaleza e muros do mundo? Como não tem os melhores Paços do Mundo? E, finalmente, como não tem água para beber a gente do mundo?»⁹³

⁸⁹ Cfr. Irisalva Moita, «A Imagem e a Vida da cidade» in Irisalva Moita (dir.), *Lisboa Quinhentista. A Imagem e a Vida da cidade*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p.15.

⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 59.

⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 60.

⁹² *Ibidem*.

⁹³ Francisco de Holanda, *op. cit.*, p. 24.

E porque faltava água a essa “*gente do mundo*” e que para o Mundo partia? Talvez porque as mesmas fontes, bicas e poços que abasteciam a urbe desde tempos imemoriais, não conseguiam já prover às necessidades de uma cidade em permanente expansão, cuja população aumentara de forma tão considerável.

Porém, nem todos os autores, à época, compartilhavam a opinião, porventura mais realista, de Francisco de Holanda. Outros cronistas sublimavam a abundância de água na cidade. Damião de Góis, na sua obra *Urbis Olisiponis Descriptio*, editada pela primeira vez em Évora, em 1554, afirmava que: «No litoral, nascem muitas fontes, com canalizações subterrâneas a partir de diversos pontos da cidade, das quais a população se abastece de água.»⁹⁴. Referia depois os chafarizes de El-rei e dos Cavalos⁹⁵, dizendo acerca do primeiro, certamente com algum exagero, que a água que dele brotava era tão abundante que «bastaria ela para dar de beber a toda a gente.»⁹⁶ E terminava esta sua referência ao abastecimento de água à cidade afirmando que: «Há ainda, vários sítios da cidade, numerosas fontes e poços de diversas águas, para grande comodidade dos cidadãos.»⁹⁷

Também João Brandão (de Buarcos), na sua *Estatística de Lisboa de 1552*, nos vem:

*Dar conta das mais hagoas que há na dita cidade, ho farei quanto meu juízo allcançar. E diguo que has mais fontes que pude saber sam que detrás do chafariz de .V.A. está hũ poço de que se vende aguoa em hũa casa que foi do Tisoureiro da cidade, donde se vende cada dia iij^e potes, às vezes mais e menos. E loguo hũ tiro de pedra abaxo as casas do Conde de Linhares, em hũa logea, está outro poço, donde tanbẽ se vende aguoa muito fria e de boa qualidade [da] do chafaris [de V.A.]. E debaixo das casas de Francisco Coreia está hũa fonte do conçelho, afora hũ poço que tem o Conde de Portalegre, e outro Francisco Coreia em as suas casas. E indo mais pera baxo, na êtrada da Feraria, que há per nome Ver do Peso, estã duas casas que tem dous poços muito bõs e de boa aguoa, hos quaes rendẽ cada dia a seus donos .j^c. e ij^c. rs. e às vezes mais, sã embargo que todos os baxos das mais casas tẽ poços.*⁹⁸

⁹⁴ Damião de Góis, *Descrição da Cidade de Lisboa*. Tradução do texto latino de José da Felicidade Alves, [Lisboa], Livros Horizonte, 1988, p. 49.

⁹⁵ Pensamos que o autor aqui se refere ao chafariz que hoje conhecemos por Chafariz de Dentro, mas que à época ainda deveria ser conhecido por Chafariz dos Cavalos. Recorde-se que assim é denominado por João Brandão de Buarcos, na sua *Estatística de Lisboa de 1552*.

⁹⁶ Damião de Góis, *op. cit.*, p. 49.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ João Brandão (de Buarcos), *op. cit.*, pp. 88-90.

A esta aparente abundância de boas águas, opunha-se a visão de Holanda, para quem «(...) Lisboa, onde todos bebem água, não tem mais que um estreito chafariz para tanta gente, e outro para os cavalos»⁹⁹, referindo-se aqui o autor, certamente, aos chafarizes de El-Rei e dos Cavalos¹⁰⁰.

D. Manuel I, de quem Francisco de Holanda diz que «(...) se o não atalhara a morte, que houvera de fazer grandíssimas obras em Lisboa? Como me dizia quando vim de Itália: assim na fortaleza do Castelo, como em trazer a água de Belas (...)»¹⁰¹, também parece ter-se preocupado com o abastecimento de água à cidade. Para este monarca, típico príncipe do Renascimento, Lisboa teve uma atenção privilegiada. Parece ter sido mesmo esta a sua cidade preferida, nela permanecendo por longas temporadas¹⁰².

A este monarca se devem importantes mudanças na cidade: a Construção do Paço, e do Terreiro com o mesmo nome, o alargamento e calcetamento da Rua Nova, a construção de «(...) rua directa entre a margem do Tejo e o Rossio (...) Esta ligação recebeu significativamente o nome de Rua Nova d'el Rei¹⁰³ e contribuiu para que o Rossio se afirmasse como outra zona central da cidade (...)»¹⁰⁴.

Justamente para o Rossio, propunha Holanda se trouxessem novas águas à cidade, afirmando, reinava já D. Sebastião:

E ganhe Vossa Alteza esta honra de fazer este benefício a Lisboa (ou lho faça fazer) de restituir esta fonte de Água Livre, que assim se chama, a esta cidade que morre de sede, e não lhe dão água.

Daquela obra eu fiz a El-Rei vosso avô um desenho para a trazer ao Rossio por quatro elefantes¹⁰⁵, ao modo deste

⁹⁹ Francisco de Holanda, *op. cit.*, p. 24.

¹⁰⁰ Ver Parte I – nota 95.

¹⁰¹ Francisco de Holanda, *op. cit.*, p. 15.

¹⁰² Cfr. João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, [Lisboa], Círculo de Leitores, 2005, p. 126.

¹⁰³ Esta rua, mandada abrir por D. Manuel I, foi assim descrita por Damião de Góis: «Continuando em linha recta em direcção à praia (...) Passamos pela *Rua Nova d'El-Rei*, repleta de gravadores, joalheiros, lapidários, ourives de prata, ourives de ouro, douradores, cambiadores; e, cortando sempre à esquerda, chega-se a uma outra rua, também chamada nova, a *Rua Nova dos Mercadores*, muito mais ampla que as outras ruas, ornada de ambos os lados com belíssimos edifícios.» in Damião de Góis, *op. cit.*, p. 54.

¹⁰⁴ João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, p. 127.

¹⁰⁵ Não queremos deixar aqui de reproduzir o curioso texto de Manuel Pinheiro Chagas, sobre as Águas-livres e o chafariz do Rossio: «Já no tempo dos romanos, apesar da pequenez da cidade, em comparação do que é hoje, se fazia n'ella sentir falta d'agua, pois que no *Mappa de Portugal* do padre João Baptista de Castro se diz que, sendo Lisboa municipio romano, buscaram os dominadores introduzir n'ella agua, qu ha nos sítios de Bellas e Caneças, por meio de aqueductos subterraneos, quebrando para este fim muitos rochedos e penedias, e que, no sitio de Campolide, fizeram construir um espaçoso muro com a

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

*desenho, que El-Rei muito desejou fazer antes de sua morte, e o Infante Dom Luís me disse que desejava trazer-se esta água à Ribeira, para a tomarem as naus da Índia, sequer por um dos elefantes.*¹⁰⁶

Apesar de os elefantes não chegarem ao Rossio e das águas de Belas e Careque continuarem livres, o interesse do rei em trazer água ao Rossio parece ter sido uma realidade. A carta régia, datada de 10 de Novembro de 1513, dirigida à Câmara, parece patentear esse interesse do monarca na construção de um chafariz no Rossio. Eis o seu teor:



Vereadores, Nos elRey vos ãviamos m¹⁰ saudar. Vimos a carta ã nos escreuestes e as mostras que nos ãviastes p^a a obra da fonte d'agua dandalusos, ã ha de vir ao Rosyo, e pareçonos beẽ esta ã vos tornamos a ãviar; e p^r ã nos folgaremos de falar

necessaria fortaleza, para servir de represa às águas que por allí corriam, e as que vinham de agua-livre, por meio dos referidos aqueductos subterraneos. N'aquelle sitio, que era um espaçoso valle, em conhecido pelo nome de *Ribeira d'Alcantara*, se formou por auxilio do dito muro um tão grande largo, que servia de canal, navegando por elle varios bateis para o serviço dos moradores d'aquelle mesmo valle. El-rei D. Manuel mandou encaminhar estas aguas para Lisboa, fazendo-as correr na praça do Rocio, ou praça de D. Pedro, incumbindo para este fim a um Francisco d'Olanda o desenho de um chafariz, representando a figura de Lisboa em cima d'uma columna cercada d'elephantes.» Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal (Edição Popular e Ilustrada)*, volume. IX, Lisboa, A. Loureiro, s.d., p. 409.

¹⁰⁶ Francisco de Holanda, *op. cit.*, p. 25.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

*cõ ho oficial ẽ ha fez, p^a avermos melhor informação e mais preça, e asy ẽ poderá custar, fazeo logo ca vir, e traga a mesma pintura, e vos ẽformaiuos do ẽ vos parecer ẽ a dita obra podera custar, e fazenolo saber. E nos falaremos ca cõ ell, e ẽtão daremos prouisão p^a a taixa, sobre ẽ nos escreuestes.*¹⁰⁷

A esta carta respondeu a Câmara, em representação dirigida ao rei, propondo o lançamento do imposto para a consecução das obras necessárias. Representação que Eduardo Freire de Oliveira transcreveu, numa nota inclusa na sua obra *Elementos para a História do Município de Lisboa*, «(...) para que se veja que, em materia tributaria, os antigos levavam as lampas aos modernos.»¹⁰⁸

*Item. Senhor, nos parece acerq^a do lamçam^o do dr^o p^a a augoa damdaluces, que he melhor e mais yguall a todos, e menos escamdalos, lançarce a enposisam dos 4 ceitis na canada de vinho, como vossa alteza ordena, que tirar-se per outra maneira; p^r que, S^{or}, os fidalgos, nem estrangeiros, e frades e priuiligiados, que sam muitos, nom querem pagar, e p^r a imposisam pagaram todos sem agravo, e mais os estramgeiros, que p^r out^o lamçam^o nã aviam de pagar e se calam, S^{or}, da dita emposisam; vossa alteza ouuer p^r bemque sejam Requeridas alguuãs p^{as} particulares, s: asy como Bartolomeu e Joham framcisquo, e cristovam de haro e outr^s desta calidade, que nesta cidade ganham muito dr^o, e asy alguũs cristaaos novos, mercadores, asy como mestre filipe, e mestre tomas, e afomso aluares e outr^s desta sorte ẽ hy há nesta çidade, que todos sam homes Riquos, e abastados e nobres, que p^a a tall obra folgaram de ajudar, cõ o que for Rezam; os quaaes nã seram Requeridos p^r nenguem, som^{te} chamados a camara, cada huũ p^rsy, e meterlho em vomtade, de que lhe fará arenga fernam de anes : e se a vossa alteza parecer bem, e mandar que do primeiro dia de Jan^{ro} em diamte se deite a dita emposisam, far se ha.*¹⁰⁹

A esta representação apresentada pela Câmara de Lisboa, respondeu D. Manuel, por carta régia datada de 21 de Dezembro do mesmo ano, dando a sua concordância às medidas propostas pela Câmara com vista à cobrança dos impostos que fornecessem à vereação os meios financeiros para suportar as obras do Chafariz de Andaluz, determinando, em Fevereiro de 1515, que, havendo já sido reunido o dinheiro suficiente para prossecução daquela obra, ela tivesse início¹¹⁰.

¹⁰⁷ »Carta regia de 10 de Novembro de 1513» (*Liv. I.º Provimento de d'água*, fls. 7) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 417-418 (nota 1).

¹⁰⁸ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo I, Lisboa, Typographia Universal, 1882, p. 416 (nota 4).

¹⁰⁹ «Representação da camara ao rei» (*Liv. IV d'el-rei D. Manuel*, fs. 30), in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 416-417, (nota 4).

¹¹⁰ Cfr. Jorge das Neves Larcher, *op. cit.*, p. 19.

Parece assim não restarem dúvidas sobre o empenhamento deste monarca na construção de um chafariz no Rossio, o qual se pretendia fosse alimentado pelas águas da fonte de Andaluz. Também o Chafariz d'El Rei mereceu a atenção do soberano que, em carta régia de 21 de Dezembro de 1517, ordena «(...) à Câmara [de Lisboa] que permita que Lopo de Albuquerque execute à sua custa uma cobertura para o chafariz de El Rei, a fim de o preservar dos limos e outras ervas.»¹¹¹ Do seu interesse nas Águas-Livres, apenas o testemunho de Francisco de Holanda nos dá conta, já que outras referências não foram ainda encontradas.

Podemos agora, já fazer uma ideia de como seria o abastecimento de água à população de Lisboa, que dependia em demasia das águas orientais, onde se situavam os principais chafarizes e poços, que embora abundantes, cada vez se iam revelando mais insuficientes para acompanhar o constante aumento de população na cidade.

Claro que aos chafarizes afluíam apenas os mais pobres. Não é possível imaginar-se o rico burguês, ou nobre senhor, mesmo que arruinado, placidamente ao sol, de pote na mão, à espera da sua vez na fila para a bica de água. E se as grandes casas senhoriais e a burguesia mais abastada tinham os seus próprios serviçais, que se ocupavam dessas tarefas mais triviais, que não mereceriam certamente a sua atenção, os restantes podiam sempre abastecer-se comprando água aos açacais que, segundo João Brandão, eram «(...) xx homes que amdão cõ bestas careguadas daguoa, que se chamã asaquaes, a vëder pela çidade.»¹¹² .

Mas não só os açaquais se ocupavam na venda e distribuição de água, ainda de acordo com o autor, para além das «Negras do pote (..) que amdão (...) a caretar agoa do chafaris [de El-Rei] e doutras partes, mill negras, as quaes ganhão dous vinteês cada hua (...)»¹¹³, «(...)tem homens que amdã pela çidade com caretas vemdêndo aguoa (...)»¹¹⁴ e «(...) molheres, que naõ tem outro officio, senaõ vender na Ribeira aguoa, com seus potes, e outras cõ as quartas nas mãos e púcaros apreguoadõ aguoa fria.»¹¹⁵.

Em 1620, Frei Nicolau de Oliveira, no *Livro das Grandeza de Lisboa*, refere a existência na cidade de cento e vinte cinco «Ribeirinhos que vendem agoa pella Cidade em caualgaduras, não fallando em negros, negras, e outras molheres, e homens que a

¹¹¹ Irisalva Moita (dir. e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*. Catálogo da Exposição. Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990, volume 1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 115.

¹¹² João Brandão (de Buarcos), *op. cit.*, p. 215.

¹¹³ *Idem, ibidem*, p. 68.

¹¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 210.

¹¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 222.

vendem em quartas (...)»¹¹⁶ Esta aparente facilidade na distribuição de água pela cidade, não nos deve fazer esquecer as dificuldades que rodeavam a sua aquisição que, necessariamente, faziam subir o seu custo. Já sabemos que os principais chafarizes ficavam na zona oriental da cidade, no sopé da colina do Castelo, bem como, os mais importantes poços. Ora, a cidade espalhava-se pelas colinas a Ocidente. Ainda no século XIV começava a construção do Bairro Novo a S. Roque (hoje Bairro Alto), de matriz marcadamente renascentista, mas cuja cota elevada dificultava o seu abastecimento em água. Crescia a cidade, aumentavam os problemas.

Não é assim surpreendente a proposta de Francisco de Holanda, para quem se devia trazer as Águas-Livres a Lisboa, tal como, dizia, o tinham feito os Romanos. Na verdade, estas, pela sua cota, pareciam ser, apesar da distância, aquelas que com maior facilidade poderiam ser conduzidas até à zona alta da cidade Ocidental.

Porém, enquanto as Águas-Livres não chegavam a Lisboa, e ainda demorariam bastante a chegar, os soberanos iam tomando algumas medidas avulsas tentando amenizar o «(...) grande trabalho que os moradores de Lisboa padeciam por falta d'água (...)»¹¹⁷. Em 1589, Filipe I determinou que à cidade se trouxessem as águas «(...) do poço de João de Góes¹¹⁸ (...)»¹¹⁹ visando com esta medida «(...) mais nobreza da mesma cidade, menor oppressão dos seus moradores e (...) o seu maior abastecimento (...)»¹²⁰.

Claro que acabou por aí a benignidade do soberano, pois para que tal obra fosse levada a cabo e «(...) como n'este melhoramento se tinha de dispender muito dinheiro (...)»¹²¹ logo foi determinado «que nos vinhos e carnes desta çidade [de Lisboa] se acreçete mais hum real ã cada cannada de vº e aratel de carne, atte se cobrarẽ os quarenta mil cruzados, neçsários para a dita obra (...)»¹²². E, talvez por ser bom conhecedor dos portugueses e dos seus costumes, logo ordenou o rei que, apesar da «(...) muita confiança que tinha no presidente, vereadores e procuradores da cidade [que os ditos quarenta mil cruzados] se metão ã hũ cofre de tres fechaduras, de diferêtes

¹¹⁶ Fr. Nicolau d'Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Impressão Régia, 1804, p. 183.

¹¹⁷ «Alvará regio de 4 de novembro de 1589» (*Livro I do Provimto d'água*, fs. 48) in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo II, p. 63.

¹¹⁸ «Este poço, muito abundante de excellente agua era situado n'uma propriedade rustica no sitio da Bemposta.» in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo II, p. 83 (nota 2).

¹¹⁹ «Alvará regio de 4 de novembro de 1589» (*Livro I do Provimto d'água*, fs. 48), in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 63.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² *Ibidem*.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

goardas, e as chaves dellas estẽ ã poder de tres p^{as} de cofiança, ẽ a eles presidẽte e v^{res} e mais officiaes parecerẽ suficiẽtes, para o dito cofre se abryr (...)»¹²³



Apesar de todas aquelas cautelas, o dinheiro arrecadado parece não ter chegado para a conclusão da dita obra, pois logo em 1593, foi ordenado que:

Para se acabarem as obras necessárias, afim de trazer á cidade a agua do poço de João de Góes, e de se pôr com effeito a dita obra em sua perfeição, determina el-rei «ẽ p^r tpõ de seis meses, somẽte, se pague mais de cada aratel de carne hum real, e de cada canada de v^o dous r\$ (...)»¹²⁴

O chafariz lá acabou por ser construído no Rossio, não sem que antes algumas peripécias tenham demorado a sua construção e a sua completa fruição pelos lisboetas. Uma delas, bem curiosa, teve a ver com a imperfeição dos acabamentos da obra, sendo o Senado da Câmara obrigado a «(...) requerer em juízo, para que Domingues de Sequeira, pedreiro e mestre da obra, fõsse obrigado a emendar o erro que commettera no assentamento dos degraus, “com tanta deformidade que se não podia dissimular (...)”»¹²⁵

Da presença deste chafariz também nos dá notícia Frei Nicolau d’Oliveira, quando refere que no princípio de «(...) hum muy grande recio, chamado assi per excellensia de sua grandeza, e fermosura (...)»¹²⁶ e ao qual se vinha dar por «(...) dous

¹²³ «Alvará regio de 3 de março de 1590» (*Livro I do Provimto d’agua*, fs. 49) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 63.

¹²⁴ «Apostilla de 25 de dezembro de 1593» (*Livro I do Provimto d’agua*, fs. 50) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 83-84.

¹²⁵ Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 83 (nota 2).

¹²⁶ Fr. Nicolau d’Oliveira, *op. cit.*, p. 221.

Das Origens à Lisboa dos Descobrimentos: o Reinado das Águas Orientais

valles» quando da «Da parte Norte (...)»¹²⁷ se entrava na cidade, existia «(...) hum famosíssimo chafariz (...)»¹²⁸.

Em 1707, de acordo com Freire de Oliveira, notava-se uma grande escassez de água no chafariz do Rossio. Indagadas as causas pelo Senado da Câmara, descobriu-se que a água que deveria chegar ao chafariz era desviada furtivamente «(...) por um sobrinho de Mendo de Foyos Pereira, que morava defronte da igreja do Socorro (...)»¹²⁹ e por dois cónegos, que aproveitavam essa água para «(...) amanho d' uma horta (...)». Já o sobrinho de Mendo de Foyos Pereira, não hesitava em pôr em causa o bem estar da comunidade apenas para regar o jardim. A sentença deve ter tido os motivos presentes, se não foi só ditada por uns serem cónegos e outro um mero pecador. Assim, foi «(...) mandado prender António de Foyos Pereira no Limoeiro ; e (...) advertir os conegos que divertem a agua (...)»¹³⁰

¹²⁷ *Ibidem.*

¹²⁸ *Idem, ibidem* p. 220.

¹²⁹ Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 84 (nota 2).

¹³⁰ *Ibidem.*

2. 1. Águas Livres: o regresso a Lisboa

2. 1. 1. D. Sebastião: os primeiros estudos

A ideia de beneficiar Lisboa, abastecendo-a com as águas denominadas **livres**, ainda que só a magnificência e poder d'elrei D. João 5.^o a realizou, já tinha sido concebida muito tempo antes, como se prova pela obra de Francisco d'Olanda que atribue semelhantes intenções a elrei D. Manuel, e ainda mais pelo curioso documento, que passamos a transcrever, e que se encontrou no processo de uma demanda sobre águas entre os frades de S. Francisco, e os de St.^o Eloy, do Porto.

-“Certifico eu Nicolau de Frias, mestre de obras das igrejas deste arcebispado de Lisboa, e obras da cidade, que, em tempo do sr. Rei D. Sebastião que Deus tem, me mandaram o presidente e vereadores desta cidade fazer experiencia da quantidade d'agua que poderia ser a da fonte da agua-livre que se determinava trazer a esta cidade; para o que fiz as experiencias necessarias para vir em conhecimento da quantidade que tem os anneis e manilhas d'agua¹³¹ o diametro do qual é a duodecima parte de um palmo de cinco em vara, e que foi naquele tempo approved por medida certa e infallivel, e da mesma maneira vindo elrey nosso sr. á coroa destes reinos determinano de mandar vir a dita agua-livre, me mandou fazer a mesma experiencia na medição da quantidade da dita agua, e foi approved por Sua Magestade e por seus architectos; e assim o affirmo pelo juramento do meu officio : e por me ser pedida a presente certidão a passei e assignei em Lisboa a 23 de Junho ano de 1588.=&c.¹³²

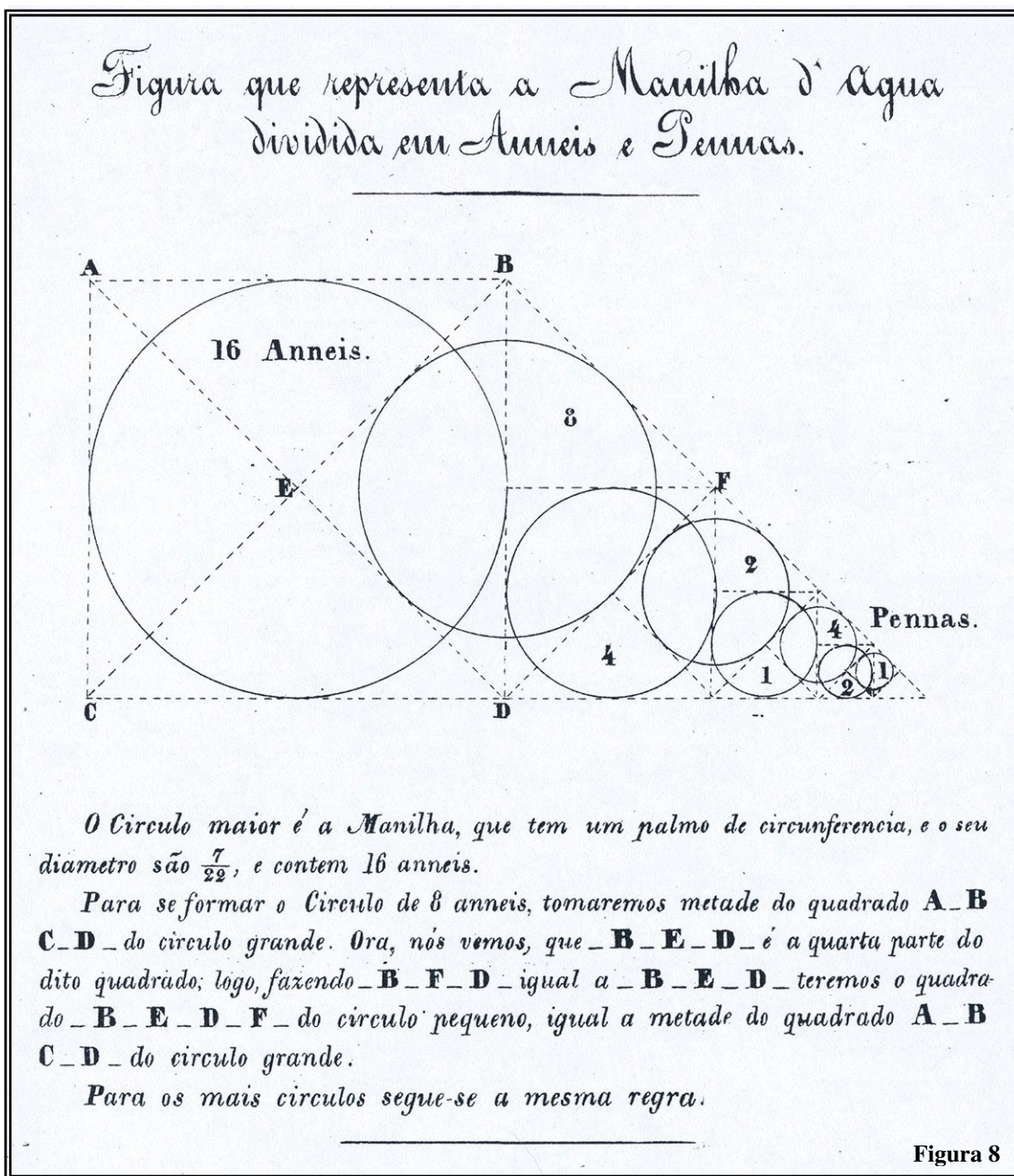
¹³¹ Antigas unidades de medida de líquidos, em particular de água. Ver figura 7. Em Lisboa a manilha equivaleria a 423.424 litros, o anel a 26.464 l e a pena a 3.308 l. A medida mais utilizada em Portugal era a almude, que correspondia a 16, 541 litros. Eram múltiplos do almude, a pipa (25 almudes), a pena (8 pipas), o anel (8 penas) e a manilha (16 anéis). Outras medidas também popularizadas, eram o quartilho, correspondente a 0,35 litros e a canada, correspondente a 1,38 litros. – Cfr. Luís Pinto Leite, *História do Abastecimento de Água à Região de Lisboa*, 1.^o volume, *Subsídios Para a História do Abastecimento de Água à Região de Lisboa*, 2.^a edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e EPAL – Empresa Pública das Águas Livres, 1989, p. 28.

¹³² «Antiguidade do Projecto da Obra das Águas-Livres» in *O Panorama*, volume Terceiro, Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Uteis, 1839, p. 287.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Abastecer de água a zona Ocidental da cidade não era fácil. S. Roque, Santa Catarina e Sant'Ana, sendo colinas não muito altas, eram-no o suficiente para tornar impossível, face aos meios técnicos da época, o abastecimento dos novos bairros que iam florescendo.

Por outro lado, como referimos no capítulo anterior, tornava-se cada vez mais evidente que a água dos bairros orientais era já insuficiente para uma população em constante crescimento. Os velhos e vetustos chafarizes de El-Rei e de Dentro, apesar da muita abundância de água, não bastavam então para as crescentes necessidades da população de Lisboa.



O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Do reinado de D. João III, não se conhecem medidas no sentido de trazer novas águas à cidade de Lisboa. A cidade, atingido o apogeu, no primeiro quartel do século XVI, ia, lentamente, perdendo o seu poderio económico. Os tempos eram de recessão. Talvez por isso:

*D. João III e o cardeal rei esses não tiveram muito vagar para se occuparem de semelhantes cousas. D. João III, atarefado com as pretensões que trazia na cúria romana, entendia sem dúvida que o que o povo mais precisava não era agua, era fogo com que se purificasse, e deu-lhe as fogueiras do Santo Ofício; o cardeal rei, porque os santos da casa não fazem milagres, não lhe sobrava o tempo para outra coisa que não fôsse adorar os de ao pé da porta, que é também anexim vulgar que os não fazem.*¹³³

É já no reinado de D. Sebastião que nos chegam notícias de diligências feitas pela Câmara de Lisboa para trazer as Águas Livres à cidade. Pela Carta Régia de 2 de Março de 1573:

*Folga el-rei de saber as diligencias que a camara tem feito “sobre a agoa liure, por ser cousa tão neçessaria pera pruisão e ornamento da çidade;” e recomenda se dê ordem a completar o que for preciso para o emprehimento da importante obra (...)*¹³⁴

Preocupado com as coisas mundanas, no intervalo das grandes reflexões sobre o Império e a expansão da Fé, um ano passado, o rei, mantém o seu interesse na prossecução de tal empreendimento.

E quanto ao que dizeis açerca da agoa liure – escrevia D. Sebastião á camara em 3 de Março de 1574 – por ser cousa de que resultará tanto proueito e nobreza a essa cidade, folgarey de saber o que achastes açerca da cantidade della, quando no mes dagosto passado a tornaste a ver, e o modo que se poderá ter em a trazer á çidade, e quanto dr.º pera iso será neçesario, e donde se poderá tirar e aver o dito dr.º sem muita opresão do pouo; e será boõ tratar com os mercadores e pessoas principais da çidade, que dê cada huõ pera a dita obra a contia que parecer, segundo a fazemda e Remda que tiuer; e fareys tambẽ

¹³³ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo II, p. 418 (nota 1).

¹³⁴ «Carta regia de 2 de março de 1573» (*Liv.º II do Provimento do pão*, fs. 199) in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo I, p. 588.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

*fundam.¹⁰ da finta \tilde{q} se ha lançar polo pouo e polo moestr^{os} e p^{as}
eclesiásticas.¹³⁵*

Tendo em conta os documentos até agora encontrados, terá sido este o primeiro monarca português a mandar determinar a quantidade água existente naquelas nascentes, conforme o certifica Nicolau de Frias. Seguiram-se tempos conturbados. A expansão da Fé e do Império determinaram, no imediato, consequências funestas para o País. O jovem rei, desaparecido no desastre de Alcácer-Quibir, não mais pôde acompanhar a empresa das Águas-Livres.



Seria já no tempo de Filipe I que o projecto de abastecer a cidade de Lisboa a partir das Águas-Livres ganharia novo fôlego quando, em 1593, Nicolau de Frias recebe, mais uma vez, ordem para fazer novas medições da quantidade de água existente na fonte das Águas-Livres. Era o regresso ao ponto de partida, mas também, certamente, o retomar da esperança por parte daqueles que defendiam o projecto de trazer aquelas águas a Lisboa.

Alheia às delongas verificadas, a escassez de água não parava de crescer e a luta pela obtenção do precioso líquido era cada mais dura. O chafariz de El-Rei, o mais importante da cidade, era então palco de frequentes discussões e rixas, algumas delas mortais. Tal situação espoletou duras tomadas de posição por parte do Senado da Câmara que, em 5 de Abril de 1604, publica uma postura «Sobre a ordem que se ha de ter nas bicas do chafariz delRei»¹³⁶. Severas penas foram estabelecidas para quem não cumprisse as normas então estabelecidas.

¹³⁵ Liv.º I d'el-rei D. Sebastião, fs. 107 apud Eduardo Freire de Oliveita, *op. cit.*, tomo II, p. 418 (nota 1).

¹³⁶ Livro I.º de Posturas antigas da C.M.L. apud Jorge das Neves Larcher, *op. cit.*, p. 15.

2. 1. 2. No tempo dos Filipes

Já no reinado seguinte, Filipe, o segundo de seu nome em Portugal, e porque as Águas Livres, livres continuavam, viu-se na necessidade de tomar providências no sentido de trazer novas águas a Lisboa. Em carta de 13 de Fevereiro de 1618, determina que:

*Em outras das cartas ẽ leua este correo, se uos auisa da resolução que tomei sobre se tornar a por o real dagoa pera obras p^{cas} dessa cidade; e porque depois do retabolo e cappela do martire S. V.^{te}, deue ser a p^{ra} (primeira) trazer a cidade agoa bastante pera fontes p^{cas}, e, se uier a proposito, a do Rio de bocellas, uos encomendo ẽ desde logo uades dispondo o effecto, e trattando dos meos por ẽ se ha de encaminhar, e de ẽ outras agoas se lhe poderão ajuntar, pera ẽ a quantidade seja maior. E tenhais o cuidado de me auisar de tudo.*¹³⁷

Para Jorge das Neves Larcher, terá sido este o reinado em que foi desenvolvida maior actividade para melhorar o abastecimento de água à cidade¹³⁸. E, na verdade, como veremos, muitas foram as diligências mandadas realizar pelo soberano. Mas o resultado final, esse, foi nulo.

No século XVII, o abastecimento de água, cuja escassez se tornara já alarmante, era uma preocupação permanente de edis e habitantes da cidade de Lisboa. Por isso, não é estranho que, a Câmara, em Assento de Vereação de 28 de Abril de 1618, venha propor que:

*«(..) uisto ter m^{do} Sua Mag^{de} ẽ a esta cidade se traga agoa bastante, de ẽ de presente tem m^{ta} falta, e uisto, outrosi, não ter a cidade faz^{da} de q se possa fazer esta despeza, sendo m.¹⁰ neser.^o fazela, pela falta ẽ da dita agoa tem, ẽ do pr^o dia de maio endiante, deste anno de 618, torne a curer a imposição do real do uinho e carne nesta cidade e seu termo, pera o trajim¹⁰ das ditas agoas, ẽ ja são uistas e traçados acabados, os quais, ou antes se a cidade lhe pareser, aleuantara a dita imposição na forma ẽ sempre o fes.*¹³⁹

¹³⁷ «Capitulo da carta regia de 13 de fevereiro de 1618» (*Liv.º V de reg.º de provisões de reis*, fs. 116) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 410.

¹³⁸ Cfr. Jorge das Neves Larcher, *op. cit.*, pp. 23-24.

¹³⁹ «Assento de vereação de 28 d'abril de 1618» (*Liv. II d'Assentos*, fls. 114 v.) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 412-413.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

A esta solicitação da Câmara correspondeu o governo, publicando, na mesma data, o decreto que autoriza de novo o imposto do real de água sobre o vinho e a carne «(...) na forma ã que estaua posto ãtes que se leuantasse.»¹⁴⁰

Fazendo fé nas boas intenções do soberano, que já manifestara o seu propósito de fazer melhoramentos na cidade e trazer a esta as águas de que se encontrava tão necessitada, a Câmara diligenciou no sentido de apresentar propostas concretas ao soberano. De há muito era aceite que a resolução do problema passaria por trazer até Lisboa a água da Fonte das Águas-Livres. Essa era uma alternativa que permitiria, segundo os seus defensores, não só resolver *grosso modo* o problema do abastecimento de água à cidade em geral, mas também o do abastecimento dos bairros situados nas colinas ocidentais da cidade, S. Roque, Bairro Alto, Santa Catarina.

Certamente alguns estudos já teriam sido feitos antes, pois «Tem data de 30 de Agosto de 1617 (...) o “Borrão da descrição do caminho em voltas que há-de percorrer a água que nasce em Fanhões e do que há-de percorrer a Água Livre da Ribeira de Careque bem como o lugar onde se juntam”, inserta no Roteiro da Água Livre e Água de Montemor e mais fontes junto a ellas por Pero Nunes Tinoco¹⁴¹»¹⁴².

Por isso, alguns meses depois, Theodosio de Frias¹⁴³, arquitecto real, fazia novas experiências e medições apresentando então uma «(...) Relasão das cantidades de agoa que se achou em 4 de agosto de 618 na observação que dellas fez Theodosio de Frias architecto de Sua Magestade e da cidade de Lisboa a que assistio o doutor Joam de Frias Salasar, vereador do pelouro das obras e o que fez o ditto estando o marques de Alamquer viso rei e a cidade em 3 de Setembro de 618 e a ultima que fez o ditto Theodosio de Frias a 24 de setembro do ditto ano diante da cidade»¹⁴⁴.

A 11 de Setembro do 1618, a Câmara delibera:

¹⁴⁰ «Decreto do governo de 28 d’abril de 1618» (*Liv. I do Provimto d’agua*, fs. 178) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 412.

¹⁴¹ Decano de uma importante família de engenheiros militares que vai dominar, a par de outras igualmente conhecidas, a arquitectura portuguesa do século XVII. De entre os seus trabalhos mais importantes destacam-se as obras nas igrejas de S. Vicente de Fora e de S. Sebastião, em Lisboa.

¹⁴² Irisalva Moita «O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa», in Irisalva Moita (dir. e coord.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*, volume 1, Catálogo de Exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 17.

¹⁴³ Este Theodósio de Frias era filho de Nicolau de Frias, já referido no início deste capítulo, que fizera a mando de D. Sebastião as primeiras medições da fonte das Águas-Livres. Cfr. Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses – A / G*, volume I, reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1899 da Biblioteca da INCM, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 380.

¹⁴⁴ Fls. 109 do manuscrito 427, cota F. 2864, da Secção de Reservados da Biblioteca Nacional *apud* Jorge das Neves Larcher, *op. cit.*, p. 24.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Com parecer do vice-rei (...) trazer à cidade a fonte d'água livre, «ẽ ja em tempos antigos ueo a ela, como se ue dos sinaes dos canos ẽ ainda oje se achão, com as mais fontes ẽ lhe ajuntão, e outras ẽ pelo caminho se lhe ande ajuntar, por se terem feito nellas as medisoes e delg^{as} nesesr^{as} por alguas ueses, de ẽ se fiserão autos, e se ter achado ẽ ficara a cidade bẽ prouida de agoa, com chafarises bastãtes nos bairros altos e baixos e mais partes ẽ pareser (...)»¹⁴⁵

No mesmo documento, a Câmara propunha ainda que «(...) se trouxese logo por canos de madr^a a dita agoa, na melhor forma ẽ paresese, como S. Mag^{de}, ẽ deos tem, já tinha ordenado p^a ficarem por modelo da obra de pedra e cal, ẽ juntam^{te} se ade fabricar p^a uir a dita agoa, e o pouo gosar entretanto della, pois p^a este efeito se lhe tornara a por neste ano a imposição, que paga, de dous r^s em cada canada de u^o, e hu real em cada aratel de carne (...)»¹⁴⁶. Prevendo já os impedimentos que poderiam levantar-se à realização da obra era ainda sugerido que «(...) p^a se asertar melhor o caminho, e conueniente e durauel ẽ os canos das agoas auião de trazer, ẽ o presidente e menistros da camar^a fosem uer e medir e tomar oliueis, e por balisas nos ditos cam^{os}, ultimam^{te}, alem das mais delig^{as} ẽ estauão feitas, e ẽ p^a isto leuasẽ consiguos os ditos architectos e ofisiaes inteligentes, e João bautista labanha, cosmógrafo mor, ẽ ora chegara a esta çidade [de Lisboa], p^a com isso se dar logo principio a dita obra (...)»¹⁴⁷.

Parecia então que tudo se encaminhava para a concretização desta obra tão necessária para «(...) acudir e remedear a grande falta de agoa, ẽ esta cidade padesia (...)»¹⁴⁸. Para a Câmara, a razão desta escassez crescente de água tinha a ver, com o facto de que «(...) de poucos anos a esta parte tinha [a cidade] crescido m^{to}, e cada ues hia crescendo mais (...)»¹⁴⁹.

A urgência parecia de facto grande e o empenhamento da Câmara ainda maior, pois, cinco dias passados, a 16 de Setembro, já esta se dirigia ao rei, dando-lhe conhecimento das diligências efectuadas para a realização do empreendimento. Assim, na presença do vice-rei, Marquês de Alenquer, por duas vezes foram feitas medições na fonte das Águas-Livres e noutras que a ela se poderiam juntar. As conclusões não poderiam ser melhores: não só a água parecia de óptima qualidade, como a quantidade

¹⁴⁵ «Assento de vereação de 11 de Setembro de 1618» (*Liv.º II d'assentos*, fs. 24 v.) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 416.

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 417.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

parecia ser a necessária para, na opinião da Câmara, abastecer de água a cidade. Por estas razões, era sua intenção abreviar todas as diligências necessárias, para que no mais breve prazo de tempo aquela obra tivesse início, de maneira a acabar com a precariedade do abastecimento de água a Lisboa¹⁵⁰.

Apesar da «Solução deveras original (...) de abastecer uma cidade com canos de madeira (...)»¹⁵¹, tudo indicava que agora sim, a obra pela qual os lisboetas há tanto ansiavam ia mesmo avançar. De entre as todas as diligências levadas a cabo pela Câmara, a mais conhecida é-nos descrita no «Roteiro da Agoa livre e Agoa de montemor e mais fontes junto a ellas, feito por Pero Nunes Tinoco Architecto de sua magestade e mais pessoas que asestiram à deligencia que se fés sobre as medições das agoas que ande vir à cidade de Lixboa, e no caminho que ande ffazer ate os moinhos do ventto junto a S. Roque»¹⁵².

Meticuloso, Tinoco, começa por registar a presença das importantes personalidades que o acompanharam, em 25 de Setembro de 1618, nas «(...) diligencias que se fizerão em as medições das agoas, asi nas fonttes Novas como nas antiguas, como tambem a t toda a diligencia que sse fes.»¹⁵³ Para além do presidente da Câmara e outros vereadores, estiveram ainda presentes «(...) Joam Bauttista Labanha cosmographo Mor e cronista Mor dos reinos de portugal e lionardo tturriano engenheiro mor destes Reinos de portugal e André Morin outro si engenheiro de sua magestade (...)»¹⁵⁴.

No “Roteiro” vêm descritos todas os locais onde foram efectuadas medições, bem como as quantidades de água ali encontradas, e «(...) determinado o caminho a percorrer pelo aqueduto desde as nascentes até aos Moinhos de Vento junto a S. Roque, onde se projectava construir a Conserva de Água, procedendo-se à balizagem para cordear a linha a seguir e os níveis a transpor desde Montemor, junto a Caneças, até às Águas Livres e daqui até aos Moinhos de Vento, junto a S. Roque em Lisboa.»¹⁵⁵

Apesar de toda esta actividade da Câmara, procurando apresentar os argumentos que definitivamente convencessem o soberano da pertinência do empreendimento, Filipe II ia protelando a decisão final, pretendendo, a cada novo passo,

¹⁵⁰ Cfr. *Liv.º de reg.º das cartas que a cidade escreve a S. Mag.ª e a seus ministros*, fs. 19 apud Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 421-422.

¹⁵¹ Fernando Castelo-Branco, *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1957, p. 153.

¹⁵² Fls. 109, do manuscrito 427, cota F. 2864, da Secção de Reservados da Biblioteca Nacional apud Irisalva Moita (dir. e org.), *ibidem*, p. 164.

¹⁵³ *Ibidem*.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁵ Irisalva Moita, «O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa», *ibidem*, p. 19.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

informações sempre mais detalhadas. A Carta Régia, datada de 9 de Outubro do mesmo ano, testemunha a atenção com que acompanhava o assunto e a forma hábil como ia adiando a decisão. Nela, o soberano, socorrendo-se do argumento de se estar em presença de uma obra que necessariamente comportaria enormes custos, achava de extrema pertinência a realização de novas medições, de modo a garantir que os trabalhos a levar a cabo não iriam ser feitos em vão, evitando-se o risco de só no final se concluir que, afinal, aquelas águas não eram *per si* suficientes para suprir as necessidades da cidade. Dispunha ainda que se orçamentasse o custo do aqueduto de madeira, o primeiro a ser construído, e que iria servir de modelo para o definitivo, esse em pedra, bem como para este último, querendo conhecer ainda os custos necessários para indemnizar os proprietários dos terrenos utilizados para a passagem da obra¹⁵⁶. E concluía a sua missiva, afirmando:

*E porque a quãtidade d'agua liure parece menor do q̃ conuiera p^a hũa cidade tão populosa, e se podem achar outras aguas bastantes, posto que fiquem mais longe, com as quaes será a despeza melhor empregada e mais util, ordenareis tambem que se uejão todas as que nos contornos dessa cidade ouuer, e em especial nos rios de bocellas e fanhoes; e feita diligencia em todas, se escreua o que ouuer em cada hũa, fazendo menção da cantidade q̃ he, da em que está, e do que podera custar a trazer, vendosse por J.^o baptista labanha e por os artifices que melhor o entendão, e do que resultar de todas as diligencias referidas nesta carta, me auisareis com tal distinção e clareza, que, tendo eu de tudo noticia, possa mandar o que mais conuenha.*¹⁵⁷

Mais uma vez, o avanço do empreendimento parecia comprometido, apesar do aparente empenho de Filipe II em resolver o problema do abastecimento de água à cidade. Interesse que parece confirmar-se quando, em Setembro de 1619, o monarca, de visita a Lisboa, acompanha os elementos do Senado da Câmara à fonte das Águas-Livres, conforme nos relata João Baptista Lavanha:

Aos dezasete foi sua Magestade, & Altezas à Sintra, & de caminho passou el Rei pela fonte da agoa livre, a qual se pretende meter na Cidade, examinousse diante de sua Magestade a quantidade da agoa presente o Presidente da

¹⁵⁶ Cfr. «Carta regia de 9 d'outubro de 1618» (*Liv.^o de reg.^o das cartas que a cidade escreve a S. Mag.^{de} e a seus ministros*, fs. 21), in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 424-425.

¹⁵⁷ «Carta regia de 9 d'outubro de 1618» (*Liv.^o de reg.^o das cartas que a cidade escreve a S. Mag.^{de} e a seus ministros*, fs. 21), in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 425.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

*Câmara & outros officiaes della. Mandou sua Magestade, que se executasse o intento, e se trouxesse a agoa com brevidade à Lisboa.*¹⁵⁸

Como de boas intenções, diz a voz popular, está o inferno cheio, as obras continuaram sem avançar. Isto apesar de, mais uma vez, em Carta Régia de 28 de Julho de 1920, Filipe II afirmar que:

*Tendo visto, pessoalmente, a falta d'agua que havia em Lisboa, e o muito que importava remedial-a, sem demora, com ornato e commodidade publica; convindo que, sem perda de tempo, se levasse á execução esse melhoramento, e se tratasse dos meios de obter dinheiro prompto para acudir á despeza que era necessário fazer, para que a agua chegasse á cidade e esta começasse a gozar de tal beneficio: recommenda el-rei que a camara se occupe d'este negocio, consultando-o com o Marquez vice-rei, e por intermedio d'este o avise do que se offerecer.*¹⁵⁹

Em 26 de Setembro, Leonardo Turriano¹⁶⁰, propõe ao rei quatro diferentes caminhos para trazer as Águas-Livres a Lisboa:

Snõr – Leonardo Turriano dice que para conducir el agua libre a esta ciudad y a diferentes partes della, junctam.^{te} com las demas aguas que se le agregan, ay quatro caminos y pareceres, los quales empieçam cerca de la estrada de Benfica, como parece señalado en la pranta.

El primero, (...) atrauieza treze valles y sinco minas, en cumprimiento de quatro legoas y media; costara un millon, y quitandole los sobre del Valle de Noudel y de alcântara, passando el agua por repuso, costara 700 tt.^{dos}.

El segundo camino y parecer, (...) ua mas baso del primero hasta siete rios, passando solo tres valles, uno grande e dos pequeños; va por Palhauã a entrar en la mina cien palmos de baso de S. Sebastião da pedrera, y atrauessando las tierras de Campo Lide y cutubia, acaba en la esquina de S. Roche, a la superficie de la tierra, en distancia de quatro léguas y tres quartos: costara 400 mil 700 tt.^{dos}.

El tercero camino de la estrada de Bemfica, (...) ua siempre continuando por la superficie de la dicha estrada hasta siete rios, y de alli se leuanta sobre arcos de trinta palmos en la misma estrada em palhauã, hasta entrar en la mina de S.

¹⁵⁸ J. B. Lavanha, *Viagem da Catholica Magestade Del Rei D. Filipe, N. S. ao Reyno de Portugal*, Madrid, 1622, p.73. *apud* Irisalva Moita (dir. e org.), *ibidem*, p. 177.

¹⁵⁹ «Carta regia de 28 de Julho de 1620» (*Liv. I de Provimto d'agua*, fs. 179) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 563-564.

¹⁶⁰ «Arquitecto italiano que veio para Portugal em finais do século XVI. Leonardo Torriano (ou Turriano) foi professor de arquitectura e engenharia militar na Aula de Risco do Paço da Ribeira.». «Leonardo Torreano» in *DICIOPÉDIA 2005* [DVD-ROM], Porto, Porto Editora, 2004. ISBN: 972-0-65258-6.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Sebastião da pedrera, seguindo el camino del segundo parecer, hasta llegar a São Roche, en distancia de quatro legoas, poço mas: costara 150 mil tt.^{dos} por cano pequeno, y por caño grande outro tanto. Todos estes três caminos, por ir mui basos, no pueden dar agua sino es São Roche, y no a la outra parte de la ciudad.

El quarto camino y ultim.º es por el aqueducto antigo de los Romanos, el qual, por ir mas alto diez palmos que el de la estrada, puede dar agua a ambas as partes de la ciudad, a São Roque y sobre la puerta de St.º André, como dio antiguamente, pues obra quantidade bastante pera ellas.

Este camino no es tambien receuido como el de la estrada, por atraueçar muchas haciendas principales y de personas poderosas, que se puede presumir que se aprouecharão desta agua, y siempre auera pleitos y pesadumbres por ella; y por euitar estos inconuenientes parece ẽ leuantando diez palmos mas los arcos de Pallavan, sobre los treinta (como queda dicho) se consigue el mismo effecto; contodo, para orrar gastos de arcos y de tiempo, y algunas dificultades, que pueden causar la estrecha de la mesma estrada en alguma parte, parecen menores incouenientes los del caño viejo, por ir tan alto sin ningun arco que los de la estrada, aunque el passe por haciendas apienas. Destos dos últimos pareceres, por ser los Mayores, V. Mag.^d deue escoger el que mejor pareciere, y junctamente qual de los caños, si el pequeno o el grande, en que pueda andar una persona por el, por la mucha diferencia del gasto. Em Madrid, 20 de setiembre de 620. Leonardo Turriano.¹⁶¹

Apresentadas estas alternativas ao rei, este parece tê-las levado em boa conta. Aparentemente terá ignorado os avisos da Câmara de Lisboa que, em carta de 23 de Julho de 1620, informava Filipe II de que era intenção de Leonardo Turriano atribuir «(...) assi só o merecim.¹⁰ delle [referindo-se aqui ao trabalho de elaboração das traças e rascunho] (...)»¹⁶². Ora, de acordo com a mesma carta, essas «(...) traças e rascunhos [foram elaboradas] pellos mais peritos homens, que hauia neste R.^{no}, em ẽ tambem trabalharão João Baptista Labanha e Leonardo Torreano, todos per conta e custo desta cidade (...)»¹⁶³. Entendia assim a Câmara dever «(...) auisar a V. Mag.^d, p^a que mande estranhar ao ditto Torreano ir a V. Mag.^d com os dittos rascunhos (...)»¹⁶⁴.

¹⁶¹ Carta de Leonardo Turriano dirigida ao rei D. Filipe II (III de Espanha), datada de 26 de Setembro de 1620 *apud* Jorge das Neves Larcher, *op. cit.*, pp. 33-34.

¹⁶² Carta da camara a el-rei em 23 de Julho de 1620» (*Liv.º de Propostas e respostas e reg.º de cons. do tempo d'el-rei D. Filipe III*, fs. 14 v.) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 563.

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ *Ibidem*.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Se o rei mandou “estranhar”, ou não, a Leonardo Turriano, dificilmente o saberemos, certo é que, em Carta Régia datada de 6 de Outubro de 1620, Filipe II, afirma:

Leonardo Turriano me deu o papel que uai com esta, sobre os caminhos que se offerecem pera trazer a essa cidade a agoa liure, e as mais que se tratta de lhe ajunctar: e por ẽ a elleição do que se deve tomar he muito importante, e que com madura deliberação conuem se asente, mandei ordenar a Leonardo Turriano que, com as traças que me trouxe, se fosse a essa cidade: e uos encomendo que logo, como chegar a ella, as uejaes com o presidente e officiaes da câmara e os conselheiros do desp.º, e me auiseis do que parecer acerca do caminho por donde se deve trazer a agoa, e se será a preposito ajunctarlhe outras, que Leonardo Turriano diz que tem descuberto perto de Syntra, pera que venha em maior quantidade, e do tamanho que a resp.¹⁰ della deve ser o cano, para que, enteirado eu de tudo (...) possa tomar a ultima resolução.¹⁶⁵

E assim continuava a novela. A troca de correspondência foi-se mantendo, mas o projecto continuava sendo isso mesmo: apenas um projecto. Transcrever a demais correspondência que sobre o assunto existe, para além de fastidioso, levar-nos-ia para longe do objectivo deste capítulo, que mais não pretende ser do que um resumo da longa história do abastecimento de água à cidade de Lisboa.

Porém, antes de terminar a abordagem ao reinado de Filipe II, não podemos deixar de citar aqui Eduardo Freire de Oliveira que, depois de analisar toda a troca de correspondência entre Filipe II e a Câmara de Lisboa, tece o seguinte comentário:

(...) o governo de D. Filipe (...) do que menos se importava era do abastecimento d’agua a Lisboa. Especulava com os desejos que a cidade tinha de se enriquecer com o abundante manancial da Agua-livre, esperando talvez que ella assim mais facilmente amontoaria alguns mil cruzados, producto da imposição do real d’agua, para a seu tempo serem dispendidos como o foi o do primeiro serviço voluntário^{166 167}.

O reinado de Filipe II terminou, com a sua morte, em 31 de Março de 1621. Em Belas, as águas continuavam a correr livremente para a foz, fazendo jus ao seu

¹⁶⁵ Capitulo da carta regia de 6 d’outubro de 1620» (*Liv.º I do Provimto d’agua*, fs. 183) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 573-574.

¹⁶⁶ Refere-se o autor ao denominado subsídio “voluntário” para socorro ao Estado da Índia foi imposto a todos os concelhos do reino por Carta Régia de 16 de Novembro de 1623.

¹⁶⁷ Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 570-571 (nota 1).

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

nome, e, assim, permaneceriam por mais de uma centena de anos, até ao reinado de D. João V.

Filipe III, enquanto reinou em Portugal, mais não fez que continuar a obra de seu pai. Ou seja, protelar a realização de tão necessária obra. A penúria de água potável, essa, ia-se acentuando.

Como sempre acontece em situações de carência, os desvios furtivos eram cada vez mais frequentes. Por isso, a pedido da Câmara, por Carta Régia datada de 2 de Abril de 1621, Filipe III, tendo tomado conhecimento da utilização abusiva das águas que abasteciam os chafarizes e fontes da cidade de Lisboa e, porque «(...) se quebrauão os canos por onde vinha, e furtava a agoa delles, em dano do bem público (...)»¹⁶⁸, autorizou o vereador «(...) do pelouro das obras (...)»¹⁶⁹ a que, em cada ano faça «(...) devassa de quem toma a agoa publica, ou dannefica os canos por onde vem (...)»¹⁷⁰. Determinou ainda que «(...) as causas dos culpados se senteçearão com os outros vereadores companheiros, sem appellação nem agrauo, dando execução suas sentenças.»¹⁷¹ Três anos depois, estas medidas eram agravadas, tendo sido concedido aos poderes camarários «(...) que possam mandar açoutar e degradar, os que (...) tomarem as aguas publicas e quebrarem os canos d'ellas (...)»¹⁷².

Entretanto, para não variar, em Carta Régia de 17 de Agosto de 1621, o Filipe III «(...) expressa o desejo de que se cumpra a vontade de seu pai em trazer água á cidade (...)»¹⁷³ e para, continuava o rei: «(...) que asy se cumpra, vos encomendo m.^{to} ẽ, reconhecendo tudo e comonicandoo com o prezidente da camara, ordeneis que trate da execução, e que de nouo se faça em set.^{ro} ẽ uem, exame nas agoas ẽ hão trazer, e me auizeis particularm^{te} do estado em ẽ está esta matt.^a, e de tudo o que ẽ se nella for fazendo.»¹⁷⁴

Novas medições, novos projectos e sempre o mesmo impasse. Entretanto, o dinheiro arrecadado pela imposição do Real de Água ia desaparecendo do erário da Câmara. Primeiro foi o contributo «(...) para dispor e apprestar os dous socorros, que

¹⁶⁸ «Alvará regio de 2 d'abril de 1621» (*Liv.º I do Provimento d'agua*, fs. 186) *apud* Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 589.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ *Ibidem*.

¹⁷² «Carta da camara a el-rei em 29 d'outubro de 1624» (*Liv.º de Propostas e reg.º de cons. do tempo d'el rei D. Filipe III*, fs. 67) in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo III, Lisboa, Typographia Universal, 1887, p. 124.

¹⁷³ Jorge das Neves Larcher, *op. cit.*, p. 36.

¹⁷⁴ «Capitulo da carta regia de 17 d'agosto de 1621» (*Liv.º I do Provimento d'agua*, fs. 187) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 27.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

nas monções de março e Setembro(...)»¹⁷⁵ do ano de 1623, o rei pretendia enviar para a Índia¹⁷⁶. No ano seguinte, a Carta Régia datada de 25 de Abril, determina «(...) uma ajuda monetária ao Hospital de Todos os Santos para a cura dos doentes, dinheiro que será retirado do rendimento do Real da Água»¹⁷⁷. Ainda no mesmo ano de 1624, um Alvará Régio de 22 de Janeiro de 1623, «Concede licença ao presidente, vereadores, procuradores da camara e procuradores dos mesteres para, sobre as rendas da cidade e imposto do real d'água do vinho e da carne, que fora lançado para as obras das aguas-livres, poderem vender “ás pessoas que lhe parecer a quantidade de juro, a retro aberto, em preço de uinte o milhar, que for nescessario para ajudarem o socorro da Índia (...)»¹⁷⁸ Por fim, alguns anos depois, em 1634, através do Assento de Vereação de 8 de Abril, «Com aprovação do governo manda a cidade entregar á Misericórdia a esmola de *duzentos mil réis*, tirados do rendimento do real d'água.»¹⁷⁹

E assim, embalados pelas promessas reais, fossem elas lusas ou castelhanas, os lisboetas iam pagando impostos que para tudo serviam excepto para as obras a que se destinavam. Contudo, sendo a água um bem essencial, impunha-se ao Senado a procura de soluções que, se não permitissem acabar com a sua penúria, de forma definitiva, a pudessem pelo menos atenuar.

Por isso, em assento de Vereação, datado de 22 de Outubro, de 1632, a Câmara recorda ao rei que:

(...) *Sobretudo o referido se lembra a S. Mag.^d o m.^{to} que esta cidade necessita d'agoa nos lugares mais públicos della, e que assi fas falta á grandeza com que está estimada por todos os estrang.^{ros}, como a quantidade de tão numeroso pouo, mayorm.^{te} nas praças do Terr.^o do Paço. Corpo Santo e Boauista; e pera esta falta se poder remediar, será S. Mag.^d seruido de mandar que, pera a obra que ella requiere, se separem em hũ anno sinco mil cruzados dos effeitos que se applicarem ao desempenho, emquanto a ditta obra durar.*¹⁸⁰

¹⁷⁵ «Carta regia de 22 de janeiro de 1623» (*Liv.º I d'el- rei D. Filipe III*, fs. 27) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 56.

¹⁷⁶ Cfr. Parte I – nota 166.

¹⁷⁷ Cf. A. H. C. M. L. (*Livro I do Provimento d'água, 1480-1633*, fl. 187), (cota 1) *apud* Irisalva Moita (dir. e org.), *ibidem*, p. 183.

¹⁷⁸ «Alvará regio de 22 de janeiro de 1623» (*Liv.º I de Juros*, fs. 36) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 57.

¹⁷⁹ «Assento de vereação de 8 d'abril de 1633» (*Liv.º III d'Assentos*, fs. 44 v.) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 554.

¹⁸⁰ «Assento de vereação de 22 de Outubro de 1632» (*Liv.º III d'Assentos*, fs. 32) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 543-544.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Ao pedido da edilidade, respondeu Filipe III: «E no particular (...) em ẽ me representays o muito que essa cidade necessita de agua, e ẽ para esta falta se poder remediar haja eu por bem ẽ, dos effeitos ẽ se applicarem ao desempenho das tenças, se tirem cinco mil cruz.^{dos} cada anno, emquanto durar a obra, me pareceo dizervos que deueis de tratar logo disto pellos meyo ẽ vos parecer, com os sobejos das rendas da cidade, por ẽ mal se podem applicar os cinco mil cruz.^{dos} dos dittos effeitos, quando elles não chegão á quantia da renda fixa.»¹⁸¹

Ainda no ano de 1833, a Câmara decide comprar a água da fonte de Chelas, também conhecida por fonte de S. Estêvão, situada numa quinta em Chelas, «(...) junto a umas casas da horta e quinta de D. José de Barbosa, Corregedor e Desembargador da Casa da Suplicação, junto ao mosteiro de S. Francisco de Xabregas, [que] pertencia ao escrivão da Fazenda, Diogo Soares.»¹⁸² Doze mil cruzados foi o valor pago pela Câmara a Diogo Soares.

Decidida a compra, em Carta Régia de 15 de Junho de 1633, o soberano não só manifesta a sua concordância e contentamento pela conclusão do negócio, como também dispensa a Câmara do pagamento da respectiva siza:

*(...) Vi a vossa carta em que me daes conta da compra, que fizestes, da fonte da agua que está no valle de Xabregas, em uma horta do secretario Diogo Soares, para a levar ao Terreiro do Paço, pela grande falta que há de agua n'essa cidade, e pareceu-me agradecer-vos, por esta carta, o cuidado com que vos empregaes em cousa de tanto beneficio do povo, que é conforme ao que de vós se espera, de que fico com satisfação; e encarrego-vos muito que, com toda a brevidade, façaes levar esta agua, pelas causas que apontaes. E quanto aos 240\$000 réis, que d'esta compra cabem da Siza á parte da cidade, hei por bem de a relevar d'ella, como pedis.*¹⁸³

Satisfeito deve ter ficado também o ilustre servidor do reino, a quem, para além de bela quantia que ia embolsar, o contrato celebrado com o município garantia que «(...) enquanto o vendedor não fosse embolsado (...)»¹⁸⁴ do valor da venda, os doze mil cruzados, deveria «(...) receber os juros dela a razão de 20.000 reis o milhar (5%) pagos do rendimento do real de água.» Com negócios deste jaez, não admira pois que

¹⁸¹ «Carta regia de 13 d'abril de 1633» (*Liv.º I d'el- rei D. Filipe III*, fs. 197) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 559.

¹⁸² Irisalva Moita «O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa», in *ibidem*, p. 22.

¹⁸³ «Carta regia de 15 de junho de 1633» (*Liv.º onde se lançam as consultas e cartas que se escrevem a S. Mag.ª*, fs. 68) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 570-571.

¹⁸⁴ Jorge das Neves Larcher, *op. cit.*, p. 37.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

em breve se tomassem imaginativas medidas para aumentar o rendimento do real de água¹⁸⁵.

A escritura da compra, especificava ainda, de acordo com Irisalva Moita, que a água desta fonte se destinava «(...) a alimentar fontes a serem construídas no terreiro do Paço, S. Paulo, Terreiro da Boa-Vista e Pelourinho Velho.»¹⁸⁶. De acordo com as medições, levadas a cabo já depois de concluída a escritura, «(...) a nascente tinha caudal para alimentar três ou quatro fontes, de três ou quatro anéis cada uma, a serem construídos nos locais já mencionados. Segundo esta medição, a água atingia, na nascente, uma altura de 45 palmos, em relação ao Terreiro do Paço.»¹⁸⁷

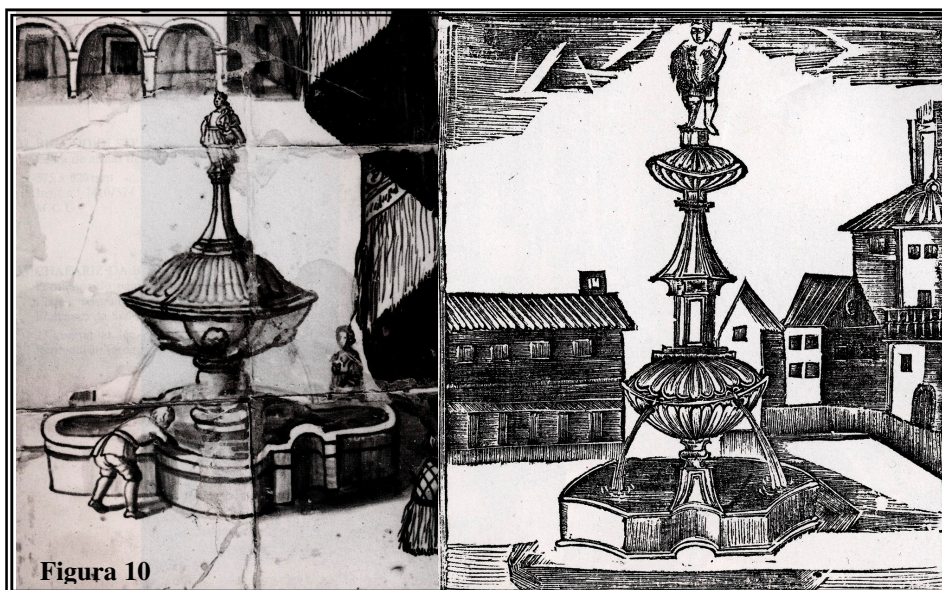


Figura 10

Iniciadas as obras, ironia do destino, foi descoberto «(...) encontrar-se a água, nas imediações do Convento de S. Francisco de Xabregas, donde devia ser trazida a

¹⁸⁵ Em 25 de Agosto de 1633, por ordem do vice-rei, era imposta a existência de três açougues na cidade de Lisboa, com o objectivo, para além, claro de prover melhor a cidade de carne, aumentar os rendimentos do real de água sobre a carne. A Câmara reagiu de imediato. Logo no dia seguinte respondia a esta imposição: «(...) manda V. Mag.^{de}, que [a Câmara] ordene se façam mais dois açougues além do antigo, para com elles se prover melhor o povo, e que o crescimento, que resultar d'elles, no direito da imposição da agua, pela mais carne pela mais carne que se propoz se gastará n'elles, se applique ao socorro de Pernambuco. E examinando os ministros da camara as razões de commodidade e inconvenientes, que d'esta obra podiam resultar ao serviço de V. Mag.^{de} e bom governo do povo, se tem alcançado que d'esta nova ordem não pode resultar proveito de importancia ao rendimento do real d'agua, antes perda de consideração, além de inconvenientes forçosos ao bem publico, que n'ella se podem considerar; porque havendo mais dois açougues, é forçado que em cada um d'elles estejam outros tantos ministros, como agora estão n'este, assim para cobrarem os direitos de V. Mag.^{de} como os dos reaes d'agua, e se entende que mais importará a despeza que se ha de fazer com os ordenados d'estes ministros, do que se pode esperar no augmento da mais carne que n'elles se cortar (...) porque, como as pessoas de maior cabedal se ausentaram d'esta cidade, o mais que fica são mechanicos e gente pobre, que se sustentam sem carne e com mantimento de menos custo (...)» – Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 572-573 (nota 3).

¹⁸⁶ Irisalva Moita, «O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa», *ibidem*, p. 23.

¹⁸⁷ *Ibidem*.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Lisboa, 28 palmos abaixo da origem, o que tornara o projecto inviável.»¹⁸⁸ Vários projectos alternativos foram então estudados e nenhum levado à prática. Só em 1652, a água chegou ao Terreiro do Paço, onde foi construído o célebre Chafariz de Apolo¹⁸⁹, mas não era a de Chelas, de cujas águas não mais houve notícia. De acordo com Vieira da Silva, o célebre chafariz seria alimentado com águas «(...) da nascente que alimentava também o desaparecido Chafariz da Preguiça, que ficava situado na Rua dos Bacalhoeiros, perto e a poente do Arco da Conceição.»¹⁹⁰

Nos finais de 1640, Lisboa despedia-se dos Filipes. Na cidade, exaurida de recursos, a carência de água continuava, mas a esperança, essa, regressara.

2. 1. 3. Da Restauração ao reinado de D. João V

Os tempos que se seguiram não foram fáceis para os portugueses. Porém, às grandes dificuldades que se colocavam à nova dinastia, de natureza económica, política e militar soube o reino responder¹⁹¹. Lisboa, claro, não era excepção ao esforço colectivo que a todos era exigido. E embora o Real de Água se continuasse a cobrar, o projecto de trazer, através de aqueduto, as Águas-Livres à cidade, foi caindo no esquecimento.

Apesar do olvido a que foi votada a ideia, ela nunca foi definitivamente abandonada. Data de 1761 um «(...) *Parecer* anónimo chamando a atenção para a urgência de iniciar a obra da Água Livre (...)»¹⁹² Esse documento «Refere a não justificação do adiamento desta obra por razões monetárias, uma vez que se possui o dinheiro necessário para o seu começo, extraído do rendimento produzido pelos reais da água que incidiam na carne e no vinho (...)»¹⁹³.

¹⁸⁸ *Ibidem*.

¹⁸⁹ «No Terreiro do Paço houve, antes do terramoto de 1755, hum chafariz com quatro bicas, e em cima huma figura de Apollo de excellente escultura, tudo de pedra mármore. Foi construído no reinado de D. João IV, de 1652 a 55, e desapareceu pelo terramoto de 1755. Durou apenas um século. Na Lisboa actual devia ficar situado, segundo presumimos, a meia distância entre o Arco da Rua Augusta e a estátua equestre de D. José.» – Augusto Vieira da Silva, *Chafarizes Monumentais e Interessantes de Lisboa Desaparecidos*, Lisboa, Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa, 1942, p. 8.

¹⁹⁰ Augusto Vieira da Silva, *ibidem*, p. 10.

¹⁹¹ Cfr. Joaquim Veríssimo Serrão, «A Guerra da Restauração» in José Hermano Saraiva (dir.), *História de Portugal*, volume 5, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, pp. 3-4.

¹⁹² Irisalva Moita, «O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa», *ibidem*, p. 24.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 192.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Todavia, na altura, necessidades mais prementes, nomeadamente as despesas com a guerra, mobilizariam os recursos financeiros ao dispor do erário régio. Por isso, das Águas-Livres só voltaremos a ouvir falar no reinado de D. Pedro II.

Desde 1652, no Terreiro do Paço, a cidade tinha um novo chafariz; o já citado chafariz do Apolo, o que não obstava à continuada penúria de água potável. A especulação, inevitável em tal contexto, fazia a felicidade de aguadeiros, e dava voz crescente às queixas dos que sustentavam ser esta: uma situação insustentável.

O agravamento das dificuldades de abastecimento de água à cidade, e as constantes brigas e discussões, levaram o Senado a solicitar ao rei, em Consulta de 7 de Agosto de 1668, uma maior flexibilidade na condenação e aplicação das penas aos prevaricadores:

Senhor – Tendo este senado noticia dos excessivos preços por que se vendia agua n’esta cidade, mandou publicar taxa com declaração dos preços em que, em cada um dos bairros e logares mais distantes d’elles, se devia vender.

Em se publicando esta taxa, se amotinaram entre si os aguadeiros, e, juntos uns ao chafariz e outros ás portas de S.^{ta} Catharina, quebravam as quartas¹⁹⁴ aos que as enchiam e aos que passavam. Mandando-se acudir, fôram presos dois, Domingos Rodrigues e Bento Gonçalves, por serem achados nas sobreditas paragens, de cuja prisão se mandou fazer auto, que se fez na almotaçaria, e o almotacé fez perguntas aos presos que n’ellas negaram o serem culpados. Os autos n’esta fôrma fôram pelo almotacé remetidos a este senado, aonde pareceu ser conveniente haver demonstração com estes presos, para exemplo dos mais; e para se proceder a pena de açoites¹⁹⁵ e mais penas que o caso merece, se não acha provado nos autos quanto baste, para que, conforme a direito, se possa condemnar; e porque não parece razão que semelhante caso fique sem castigo, dá este senado conta a V. Alteza para que, sendo servido supprir o defeito da prova, dar jurisdição a este senado para que se dê a estes presos este castigo, que venha a servir de exemplo e terror aos mais.¹⁹⁶

¹⁹⁴ «Bilha, cântaro, vaso de barro próprio para conter líquido, especialmente água: Quarta parte de um almude, em vasilha.» – José Pedro Machado (coord.), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, volume IX, [Lisboa], Amigos do Livro, Editores, LDA, 1981, p. 599

¹⁹⁵ Esta pena somente era aplicada a gente de baixa condição. Para Freire de Oliveira, era vulgarmente aplicada também aos que «(...) enchessem nos chafarizes por dinheiro (...)» – Eduardo Freire de Oliveira, *op.cit.*, tomo VI, Lisboa, Typographia Universal, 1891, p. 167 (nota 4).

¹⁹⁶ «Consulta da câmara a el-rei em 7 d’agosto de 1668» (*Liv.º I de cons. e dec. do principe D. Pedro*, fs. 4) in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo VII, Lisboa, Typographia Universal, 1893, pp. 59-60.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

A este pedido do Senado não ficou indiferente o rei que, de imediato, despachou: «Mande logo o senado tirar informação judicial contra estes presos, e, feita ella, em termo de vinte e quatro horas, constando que os presos entraram no delicto, sejam açoitados e condemnados nas mais penas que parecer.»¹⁹⁷

De acordo com Irisalva Moita, «É também no decurso do século XVII que se descobre ou populariza a nascente das Fontaínhas, para as bandas do Campo de Santa Bárbara que, de início, não suscitou a cobiça do Senado por ficar numa zona bem abastecida de águas, nas proximidades do Chafariz de Arroios e da Bica dos Anjos.»¹⁹⁸ Porém, «(...) Com a continuação do tempo mostrou a experiência que a qualidade d'esta agua era ela conhecidamente salutifera e com particular virtude para o achaque de pedra.»¹⁹⁹ A sua fama espalhou-se, «(...) de que resultou crescer o concurso de todos os bairros da cidade a prover-se d'esta fonte, e fazer-se do povo mais desejada a conservação d'ella pela utilidade que todos lhe consideram.»²⁰⁰

Por essa altura, um Tal Domingos Monteiro que ali, perto da fonte, tinha umas hortas, resolveu abrir minas em dois poços. Certamente, para felicidade sua e infortúnio dos muitos lisboetas que acreditavam nas qualidade medicinais daquelas águas, o lençol freático foi desviado da fonte das Fontaínhas, onde a água «(...) foi faltando, com tanta diminuição, que chega a estar de presente quasi de todo extincta.»²⁰¹ As queixas populares foram-se acumulando e, debaixo da pressão popular, o Senado viu-se obrigado a tomar medidas. Em consulta ao rei, datada de 8 de Agosto de 1671, a Câmara para além de historiar todo o desenrolar do processo, enuncia as medidas por si já tomadas para a resolução do problema e apresenta propostas para a resolução definitiva da questão:

Senhor. Pouco distante da igreja dos Anjos d'esta cidade, entre as hortas e o campo da mesma freguezia, se descobriu ha poucos annos uma fonte, que, por ficar junto ao chafariz d'Arroyos e outros que ha no mesmo sitio, não pareceu n'aquelle tempo capaz de grande despeza e applicação, mas (tudo por ser obra publica e abundancia d'agua, sempre de utilidade ao commum), precedendo vistoria do vereador do pelouro e um procurador da cidade, se lhe mandou por algumas

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 60.

¹⁹⁸ Irisalva Moita, «O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa», *ibidem*, p. 23.

¹⁹⁹ «Consulta da câmara a el-rei em 8 d'agosto de 1671» in *Liv.º I de cons. e dec. do principe D. Pedro*, fs. 477) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 305.

²⁰⁰ *Ibidem*.

²⁰¹ *Ibidem*.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

vezes acudir com o reparo que bastava para o povo e principalmente os vizinhos d'aquelle districto usarem d'ella, se lhes fôsse necessário.

Com a continuação do tempo mostrou a experiencia que a qualidade d'esta agua era conhecidamente salutifera e com particular virtude para o achaque da pedra.

Divulgou-se geralmente pela cidade toda esta opinião, e confirmou-a o successo d'alguns que receberam com ella melhora, e a approvação dos medicos que lhe assistiam ; de que resultou crescer o concurso de todos os bairros da cidade a prover-se d'esta fonte, fazer-se do povo mais desejada a conservação d'ella pela utilidade que todos lhe consideram.

Em pouca distancia do logar em que está situada possui umas hortas um Domingos Monteiro que, para lograr n'ellas maior abundancia d'agua, abriu minas em dois poços que tem n'esta fazenda, e uma d'ellas ha menos de um anno ; e do mesmo tempo a esta parte se tem averiguado que a agua da fonte foi faltando, com tanta diminuição, que chega a estar de presente quasi de todo extincta.

Com esta falta cresceram as queixas do povo, e com tanto excesso se fôram cada dia multiplicando, que a Casa dos Vinte e Quatro mandou, pelo juiz d'ella, requerer e pedir ao senado a applicação do remedio que pedia prejuizo tão commum e importante como este.

Em consideração do referido, e com algumas noticias que no senado havia já d'esta matéria, se deliberou que os ministros todos assistissem á vistoria que com effeitose fez com os mestres e architectos da cidade e vedores de agua, assistindo o juiz do povo e seu escrivão n'esta diligencia. Mandou o senado fazer auto da resolução que tomaram os mestres e demais officiaes que presentes se acharam, e por elle consta que uma d'estas minas, que foi feita dentro no anno e dia, é a que notoriamente diverte a agua da fonte publica, e que se recebe o maior damno, e que tambem se presume que d'outra mina, que é feita há trez annos, poderá resultar algum prejuizo.

Esta agua, senhor, ainda que pela parte em que a fonte corre não seja precisamente necessaria para os moradores d'aquelle bairro, por ser bastante abundante d'outras fontes (que estão de presente quasi seccas), parece que pela opinião que o povo geralmente tem concebido da sua bondade, se deve com toda a promptidão tratar de que seja perene o curso d'ella. E porque as materias publicas tão importantes ao povo, como estas, não admittem dilações de causas ordinárias, determinou o senado que, na mina de que os artifices constantemente informam que receberão damno os méatos por onde a agua se communicava á fonte, e por estar a obra d'ella feita dentro nos termos da lei de anno e dia, a camara se mandasse logo desforçar, sem dilação alguma, na fórma da Ord., e no mais que se podia reduzir aos meios de direito, e contender em júzo contencioso, por se escusar o damno d'este

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

embaraço, assim como os senhores reis, predecessores de V. Alteza, fizeram em algumas ocasiões, por se não faltar, com promptidão, ás obras de que se segue utilidade ao commum, espera o senado que V. Alteza seja servido mandar, por decreto ou provisão sua, que o dono d'esta fazenda nomeie por sua parte dois louvados, e o senado pela sua parte outros dois, e se avalie o que pôde importar aquella parte d'esta propriedade, que fôr necessaria para se conseguir o intento d'esta obra, e se pague pelo justo preçoem que fôr avaliada, pois n'esta forma se justifica o procedimento do senado e se dá satisfação á parte, sem detrimento seu, e ao serviço de V. Alteza e do commum.

Ao vereador João Corrêa de Carvalho pareceu que esta agua não era precisamente necessaria para o uso do povo, porquanto estava d'uma parte o chafariz d'Arroyos e da outra a bica dos Anjos, porque se ha de fazer despeza necessaria e incerta; mas que se devia mandar reparar esta mesma fonte, e juntar-se na mãe d'agua a que estiver perdida, para que venha á fonte e se poderem aproveitar d'ella as pessoas que tiverem achaque, para que serve; e o dinheiro da despeza que se houver de fazer, que será considerável, se applique a outra obra mais util para o povo.²⁰²

Em 1683, reinava já D. Pedro II, as Águas-Livres voltam à ribalta. Ordenada pelo rei, nova vistoria se faz à respectiva fonte, para se apurar da quantidade de água que se poderia trazer até Lisboa. Feita a diligência, que contou com as presenças do architecto e do mestre pedreiro da cidade, as conclusões foram decepcionantes para os defensores do empreendimento. Os trinta anéis de água, que então se mediram, não justificavam a grandeza do empreendimento necessário para trazer aquela água à cidade.²⁰³

Pareciam gorar-se assim as esperanças dos lisboetas, que há tanto esperavam as águas daquela fonte para combater a já crónica escassez de água. Particularmente carenciados eram os chamados bairros ocidentais, cujo abastecimento era cada vez mais problemático. Por isso, não é de estranhar que fossem surgindo algumas propostas mirabolantes para levar a águas até aos seus habitantes.

A primeira dessas propostas de que se tem conhecimento foi apresentada por António de Miranda. Tratava-se de «(...) um aventureiro, fugido às justiças por dívidas (...)»²⁰⁴ que com esta proposta mais não visava que ganhar algum tempo aliviando a pressão dos credores. Em troca do serviço prestado à cidade, António de Miranda

²⁰² *Ibidem*, pp. 305-306.

²⁰³ «Assento de vereação de 31 de Julho de 1683» (*Liv.º V dos assentos do senado oriental*, fs. 27) in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo VIII, Lisboa, Typographia Universal, 1894, pp. 493-494.

²⁰⁴ Irisalva Moita, «O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa», *ibidem*, p. 24.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

apenas pensava obter «(...) uma pensão de sobrevivência para si e sua família, a ser paga pela Junta Geral de Comércio.»²⁰⁵ Se por um lado, a necessidade aguça o engenho, o que se aplicaria no caso de António Miranda, por outro, também não é boa conselheira. E mal aconselhada parece ter andado a Câmara, ao debruçar-se sobre a proposta de António Miranda, como se ela apresentasse algum grau de credibilidade.

António de Miranda começou por se dirigir ao rei «(...) no sentido de se propor trazer água ao Bairro Alto, divulgando um projecto que não é movido a rodas, e evita a reparação constante.»²⁰⁶ No seu requerimento, salienta que «Sendo tantas as perfeições e grandezas d'esta cidade, o unico defeito que n'ella ha, como notam as nações estrangeiras e experimentam com bem prejuízo seu os moradores d'ella, é a falta d'agua, especialmente no bairro Alto, que é uma mui principal parte d'ella.»²⁰⁷

Feito o diagnóstico, Miranda apresenta então a sua proposta:

*Varias vezes se intentou acudir a esta falta, e gastado o dinheiro se não veio a conseguir effeito algum, pela impossibilidade que se representava de não poder subir a agua das partes inferiores, em que ha fontes d'ella, para a eminencia em que está este bairro ; porém, como o engenho sabe vencer os que se representam impossiveis, António de Miranda se offerece para trazer de qualquer parte a agua que houver, e d'ella a que quizerem para a parte ainda mais eminente do dito bairro Alto, que corra na mesma quantidade e modo que corre no chafariz, d'onde quizerem que se tire, sem para isso se valer de noras, rodas, ou qualquer outro engenho que em poucos annos se gaste, quebre e desmanche, mas antes aturará um centenario de annos – se o premio egualar ao invento.*²⁰⁸

As contrapartidas solicitadas por António de Miranda, para si e sua família, levaram os edis a dirigirem-se ao rei, solicitando o seu parecer sobre o assunto. Na «Consulta da camara a el-rei em 13 de Fevereiro de 1688»²⁰⁹, começa por se historiar o processo e quais as intenções de António de Miranda: abastecer de água o Bairro Alto fazendo uso de «(...) um notavel engenho que, posto, não envolve alguma dependência de movimentos de rodas e exclue totalmente a necessidade de concertos a miudo, como

²⁰⁵ *Ibidem.*

²⁰⁶ Irisalva Moita (dir. e org.), *ibidem*, p. 195.

²⁰⁷ Documento sem data, nem assinatura, supostamente escrito por António de Miranda incluso no *Liv.º X de cons. e dec. d'el-rei D. Pedro II*, fs. 85 in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo IX, Lisboa, Typographia Universal, 1896, p. 35 (nota 5).

²⁰⁸ *Ibidem*, pp. 35-36.

²⁰⁹ «Consulta da camara a el-rei em 13 de Fevereiro de 1688» (*Liv.º VI de reg. de cons. e dec. do sr. rei D. Pedro II*, fs. 144) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 35-39.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

*constará em primeira experiencia que o supplicante fará (...)*²¹⁰. Era ainda informado o soberano que, o mesmo António de Miranda, se comprometia a suportar todos os custos dessa primeira experiência se os objectivos a que se propunha não fossem atingidos. E a consulta prosseguia dando conta das contrapartiadas por ele exigidas para levar obra de tal monta adiante:

*(...) em consideração de tão grande serviço e bem do povo, lhe faça mercê a sua mulher de doze mil réis cada mez, emquanto viver, pagos pela junta geral do commercio, e a cada um dos seus filhos trez mil réis cada mez, emquanto viverem, pagos pelas férias da Ribeira das Naus, e a elle, supplicante, a propriedade de um officio de corretor do numero d'esta cidade, para si e seus descendentes, e, emquanto lhe não derem a dita propriedade, se lhe darão duzentos mil réis cada anno, pagos pelo almoxarifado do real d'agua, cobrando o supplicante, sua mulher e filhos, com uma só certidão de vida e começarão a vencer do dia em que se fizer a dita experiência.*²¹¹

Expostas as condições de António de Miranda, a Câmara dá o seu parecer sobre todo o processo. Não se esquece, porém, de referir que o projecto só poderia ser levado a cabo com a presença do seu autor, o qual, tendo-se ausentado da cidade para fugir aos credores, teria que liquidar ou, pelo menos, assegurar o pagamento das suas dívidas para então poder regressar. Contudo, como parecer final:

*(...) pareceu ao senado que, segurando ou satisfazendo o supplicante os seus credores, e correndo por sua conta as despezas da experiencia, a que se offerece e que o aqueducto subsista por um centenario de annos, na fórma que declara, e feita a experiencia, achando-se, depois de bem examinada, que o invento é certo e seguro, deve V. Magestade ser servido fazer-lhe a mercê que pede, por ser esta obra, pela utilidade do bem commum, digna de todo o merecimento.*²¹²

A esta consulta respondeu D. Pedro II, em resolução data de 14 de Fevereiro de 1688: «Declarando o supplicante o que custará esta primeira experiência, tornará a subir esta consulta para se deferir.»²¹³ Respondeu, António de Miranda, em 29 de Fevereiro:

Senhor – Pela demonstração da planta inclusa é a fórma do caminho por onde se ha de levar a agua do seu nascimento baixo até á mais alta eminencia que se dispuzer, com os

²¹⁰ *Ibidem*, p. 36.

²¹¹ *Ibidem*.

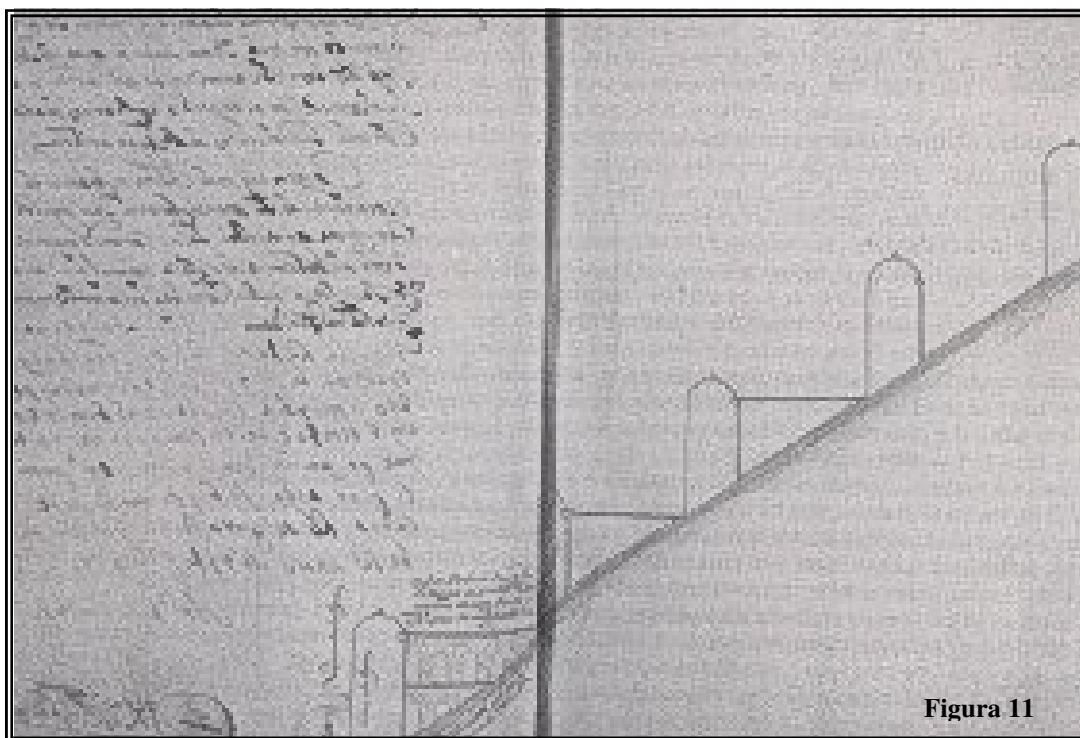
²¹² *Ibidem*, p. 37.

²¹³ «Primeira resolução regia sobre a consulta» in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 37.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

engenhos e fabricas mettidos em cada uma das casas da dita agua, á vista.

E, quanto ao que póde custar a fabrica da experiencia desta manufactura, será o gasto conforme a grandeza d'ella; contudo me parece que, pela demonstração do effeito, em qualquer parte que se faça, poderá resultar, pouco mais ou menos, o gasto de 300\$000 réis; declarando que a experiência ha de ser uma só casa das que estão na demonstração, e será o dispêndio á minha custa, não tendo effeito, e, tendo effeito, como prometto, se me pagará o seu valor; e para principiar esta fabrica me é necessario um seguro real, por tempo de um anno. – Antonio de Miranda^{214 215}.



A planta inclusa, contudo, pouco esclarecia, quanto ao funcionamento do maravilhoso engenho com o qual António de Miranda pretendia elevar as águas até as mais “altas eminências” do Bairro Alto. As dúvidas eram mais que muitas. Apesar disso um parecer dos técnicos da Câmara aconselha o rei a mandar executar a dita experiência. As razões apontadas tinham, porém, alguma lógica; primeiro, nenhuma certeza se poderia obter sem a realização da referida experiência; segundo, declarara o proponente que a sua realização seria a custas suas, em nada onerando o erário público.

²¹⁴ Esta parte do texto da declaração teria sido manuscrita pelo punho do próprio António de Miranda. Cfr. Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 38.

²¹⁵ Declaração de António de Miranda, datada de 29 de Fevereiro de 1688 inclusa *Liv.º X de reg.º de cons. e dec. do sr. rei D. Pedro II*, fs. 87 in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 37-38.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

A 8 de Julho, os técnicos da Câmara, Francisco Pimentel, Matheus do Couto e o padre João Duarte, elaboraram o seguinte parecer:

Senhor – Propõe Antonio de Miranda uma invenção, sobre que já trabalharam muitos sábios, e posto que acharam e inventaram muitas machinas para o mesmo effeito de levantar a agua em alto (...) são contudo todas até agora taes que não escusam ajuda de força exterior, e tambem necessitam de continua despeza em seu reparo e concerto. Não será assim a que nos inculca Antonio de Miranda, a qual terá mais estabilidade e duração, segundo elle diz ; mas, como não declara o modo, que se ha de dizer, senão que n’esta materia se têm enganado muitos, e que elle póde acrescentar o numero d’elles?

*Funda toda a sua proposta na offerta que faz de fazer á sua custa a experiência, a qual sempre é necessario que faça, e não só uma, mas duas, e, depois de vistas e examinado o effeito d’ellas, estimaremos mais o invento, de que se podem seguir muitas e bellas invenções, assim para o serviço publico, como para ornato dos jardins; e não succedendo, o que é mais certo, com a experiencia compraremos o desengano á sua: pelo que V. Magestade lh’a deve mandar fazer, ou que declare o modo com que quer obrar, que sem uma ou outra cousa, se não póde falar com bom fundamento e resolução.*²¹⁶

Apesar de todas as reservas, não fosse, como diz o nosso povo, “o diabo tecê-las”, e o tal António de Miranda, afinal, ter a solução para tão grave problema, o rei decidiu ordenar que «(...) se lhe desse o seguro para o tempo necessário para esta experiência.»²¹⁷ Para Eduardo Freire de Oliveira, ela nunca terá chegado a realizar-se, baseando a sua convicção no facto de que nos «(...) documentos existentes no arquivo da câmara [não constar] que semelhante experiencia se chegasse a fazer (...)»²¹⁸.

Para Freire de Oliveira, não conseguir encontrar referências a tal evento, duas poderão ter sido as razões: ou tal experiência não chegou a realizar-se; ou não conseguiu encontrar a documentação que a ela se referia. E a ser a segunda hipótese a verdadeira, não cremos que tão cedo algum documento venha a ser encontrado.

Ficaremos assim na «(...) ignorância do resultado do *maravilhoso* invento»²¹⁹, que se outro resultado não teve, fez pelo menos com que António de Miranda se visse

²¹⁶ Parecer dos técnicos da Câmara, datado de 8 de Julho de 1688 incluso no *Livro.º X de cons. e dec. d’el-rei D. Pedro II*, fs. 86 in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 37-38 (nota 2).

²¹⁷ «Segunda resolução regia escripta á margem», de 23 de Agosto de 1688 in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 39.

²¹⁸ Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 39 (nota 3).

²¹⁹ *Ibidem*.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

«(...) livre por algum tempo da perseguição de seus credores.»²²⁰ Com papas e bolos se enganam os tolos, provérbio este que não seria desconhecido de Miranda que assim se soube aproveitar das enormes dificuldades que a Câmara encontrava para abastecer de água a cidade de Lisboa, nomeadamente o Bairro Alto.

Não muitos anos depois, em 1700, Teófilo Dupineaut, apresentou outra proposta para o abastecimento de água à cidade. De Dupineaut pouco se conhece, sabendo-se apenas que, alegadamente, seria francês e fidalgo. Na sua petição, dirigida ao rei, propunha-se ele, ainda, colocar a água nos locais que mais aprovessem à edibilidade lisboeta. Esses locais, escolhidos pelo Senado da Câmara, situavam-se, obviamente, nos bairros ocidentais, onde o problema da carência de água continuava sem solução à vista: quarentas anéis de água, a distribuir por cinco chafarizes, eram as pretensões do Senado. Os cinco chafarizes seriam assim distribuídos: o primeiro na Rua Larga de S. Roque; o segundo, na Esperança; o terceiro, em S. Paulo; o quarto, no Terreiro do Paço; e o quinto, em S. José²²¹.

Para abastecer estes chafarizes propunha-se Dupineaut:

*(...) conduzir a esta cidade [de Lisboa], á sua custa, tantas aguas de fontes dos montes sobreditos [Pimenteira, agua-Livre e outras que nascem nos montes ao redor de Lisboa], quantas o povo quizer comprar e houver mister para o seu provimento, as quaes lhe venderá como se avençar com cada um, ou a dez e a quinze a quarta, e as pipas a esse respeito, conforme os sítios dos bairros, e como elle dito, Dupineaut, melhor puder vender, e isto por tempo de dez annos de venda pela antiguidade de cada conducção ; com a condição que, para a dita conducção, se poderá elle, Dupineaut, aproveitar de todas as aguas publicas que achar nos montes circumvizinhos a esta cidade, como são as da Pimenteira, d'Alcantara, S. Braz, Agua-Livre e Caneças, como também de Loures, Bellas e da banda de Cintra, e quaesquer outras da mesma natureza que estiverem em logares publicos e baldios, as quaes poderá conduzir livremente, sem que nenhuma pessoa lhe possa impedir, ainda que esteja de posse de se aproveitar e servir das ditas aguas para regarem pomares, hortas ou azenhas, e quaesquer outros ministerios semelhantes.*²²²

²²⁰ *Ibidem*.

²²¹ Cfr. «Consulta da câmara a el-rei em 25 de junho de 1700» (*Liv.º XVI de cons. e dec. d'el-rei D. Pedro II*, fs. 274) in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo X, Typographia Universal, 1898, pp. 8-26.

²²² «Minuta de contrato a que o requerimento [de Dupineaut] se refere» (*Liv.º XVI de cons. e dec. d'el-rei D. Pedro II*, fs. 281) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 17-18.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Mas Dupineaut oferecia mais do que o simples fornecimento de água à cidade, pois, «(...) querendo a cidade juntar a applicação da limpeza das ruas com a distribuição de aguas, se obrigava o supplicante a fazer a dita limpeza e a fazer alumiar as ruas de noite, e juntamente provêr a cidade de guardas e preparar bombas com que ocorrer aos incêndios promptamente (...)»²²³. Tanta disponibilidade era suspeita, daí as reservas, legítimas talvez, com que a Câmara encarou tal proposta.

Acerca da oferta de limpeza das ruas, da iluminação nocturna das mesmas e do provimento de guardas e bombas para ocorrer aos incêndios, era opinião da Câmara que «(...) sendo este um dos pontos mais importantes ao bom governo da cidade, lhe parecia que, a favor da mesma importância, se devia reservar para segundo contrato, depois de se examinar o progresso das fontes e de se ver o effeito da duvidosa introdução das aguas no corpo da cidade.»²²⁴

Também o Procurador da cidade, Manuel Jorge, manifestou reservas sobre o projecto apresentado, alimentando mesmo a suspeita de que poderiam ser outros os interesses de Dupineaut.

*Ao procurador da cidade, Manuel Jorge, parece o mesmo que ao senado pela importantissima utilidade que entende se segue ao bem comum, por carecer esta cidade de provimento de agua, cuja falta geralmente se padece, e porém não pode deixar de considerar o empenho da instancia do supplicante, para um invento tão difficuloso e de tão consideravel despeza, sendo um francez assistente n'esta côrte, sem cabedaes e quasi desconhecido, e que a obra dos aquedutos ha de ter principio no logar da agua da Pimenteira, em cujo sitio está a Torre da Pólvora, onde pôde succeder, com o pretexto de minar a terra para descobrir o nascimento da agua, ser para outro fim prejudicial, que tenha premeditado na sua ideia, em damno da cidade, e se commetta alguma hostilidade em ruina sua por meio de um estrangeiro que, pelo desprezo do seu trato, se faça n'elle pouco reparo, e, por essa causa, menos advertência de que possa emprehender alguns estragos em logar de benefícios da republica (...)*²²⁵

Por sua vez, o Síndico da Câmara, concordando, na generalidade, com a proposta apresentada por Dupineaut, apresentava uma dúvida, que, em sua opinião, a não ser ultrapassada a situação, o levaria a não concordar com a celebração do contrato:

²²³ «Consulta da camara a el-rei em 25 de junho de 1700 (*Liv.º XVI de cons. e dec. d'el-rei D. Pedro II*, fs. 274) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 14-15.

²²⁴ *Ibidem*, p. 15.

²²⁵ *Ibidem*, pp. 15-16.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

A duvida está na primeira condição, onde diz que poderá conduzir todas as aguas publicas, sem que nenhuma pessoa lh'o possa impedir, ainda que esteja de posse de se aproveitar e servir das ditas aguas para as suas hortas, pomares, azenhas ou moinhos. N'esta limitação está toda a minha duvida, porque aquellas bicas e fontes que correm no verão a regar quintas, hortas e pomares e a fazer azenhas e moinhos, de nenhuma outra cousa se compõem senão de aguas publicas, que, juntas umas com as outras, ou cada uma por si, utilizam aquellas fazendas que de sua criação estão na posse de se aproveitarem com as ditas aguas, e, estancadas estas e perdidas as fazendas, tudo é o mesmo.

É sem duvida que, prejudicadas as fazendas com a falta das ditas aguas, serão tantas as queixas e os clamores, quantos fôrem os pés de laranjeira que seccarem por este respeito.

Eu convinha com o supplicante que tomasse elle por sua conta as demandas que resultassem d'este impedimento, a que me respondeu que isso tocava ao senado da câmara, termos em que não posso accomodar o meu arbitrio a esta condição.²²⁶

Com este parecer do Síndico não se conformava Dupineaut, para quem «A duvida do syndico totalmente impossibilita a conclusão d'este negocio, e parece que com pouca razão.»²²⁷ Para além de outros motivos aduzidos, parecia a Dupineaut, que deveria ser a cidade a suportar os custos de ressarcir os proprietários de terrenos ou outros bens que, eventualmente, se viessem a sentir prejudicados pelo desvio das águas. Argumentava o francês:

E quando se entenda que sempre se lhes deve resarcir o damno que receberem em se lhes tirar o uso d'essas aguas parece que o deve resarcir a cidade, para cujo beneficio se conduzem, e não o supplicante que não póde obrigar-se a pagar aos particulares as aguas e conduzil-as á sua custa, com uma despeza tão considerável, como é notorio ha de fazer a conducção, e depois d'isso deixal-as livres á cidade e ao povo, sem ter outra satisfação mais que o privilegio de as vender por dez annos, pelo qual apenas poderá recuperar a despeza de conducção, e ainda isso com o trabalho de vender agua a um povo como o de Lisboa, e com incerteza de vender muita ou pouca, sendo em uma empresa tão grande tão pouca favorecida a sua intenção, que justamente pudéra receiar o proseguil-a.²²⁸

²²⁶ «Parecer do syndico» (Liv.º XVI de cons. e dec. D'el-rei D. Pedro II, fs. 283) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 21-22.

²²⁷ «Modificação ao proposto contrato, apresentada por Theophilo Dupineaut, em vista do parecer do syndico» (Liv.º XVI de cons. e dec. d'el-rei D. Pedro II, fs. 284) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 22.

²²⁸ *Ibidem*, p. 23.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

As negociações não terminaram por aqui. Mas as propostas de Dupineaut tornaram-se gradualmente menos ambiciosas porque «Para este projecto megalómano, o proponente não tinha (...) dinheiro, nem crédito, que lhe permitisse, ao menos iniciá-lo, pelo que se viu primeiro, obrigado a reduzir a sua amplitude, acabando, de proposta em proposta, a perder completamente a credibilidade perante o Senado.»²²⁹. Dos quarenta anéis de água iniciais, que abasteceriam os cinco chafarizes já referidos, acabou por garantir apenas quatro, que colocaria em S. Roque. Em 10 de Novembro de 1700, em nova Consulta ao rei, o Senado historiava as propostas de Dupineaut e apresentava as suas reservas à aprovação do empreendimento:

Sendo vistas e consideradas as razões que o supplicante expõe na sua proposta, parece ao senado que, pondo o supplicante, á sua custa, os quatro anneis de agua, da que ha na Pimenteira, no largo de S. Roque, do Loreto para cima, tomando sobre si resarcir todos os damnos que receberem as propriedades por onde houverem de passar os aqueductos, na mesma fôrma que está determinado, pondo-a no dito sitio lhe dará o senado, pelos ditos quatro anneis de agua, não só os vinte cinco mil cruzados que pede, e que importam, no decurso dos dez annos, a renda do real d'agua, que pede se lhe arrende por preço de vinte e dois contos de reis, que é um conto menos cada anno do por que actualmente anda arrendado, mas trinta mil cruzados; com a declaração que: tanto os ditos anneis d'agua estiverem no sitio referido, ha de logo o senado fazer á sua custa o chafariz por que ha de correr esta agua, para que o povo livremente possa usar d'ella, sem o supplicante a poder vender nem ter domínio algum nos ditos quatro anneis d'agua, porque seria cousa dura que, dando-se-lhe os trinta mil cruzados, houvesse de estar dez annos sendo senhor da agua para a vender ao povo, o qual, no caso que das rendas da cidade não haja este dinheiro, ha desair do mesmo povo por contribuição, indo por este modo a pagar em dobro e muito mais a dita agua, o que será muito provável, por as rendas da cidade estarem exaustas e muito empenhadas, como é notorio; e que em nenhum caso convem que o real d'agua se arrende ao supplicante, na fôrma que pede, porque, além de crescer muito nos arrendamentos, é fraudar e violar o assento que no senado se tomou e V. Magestade foi servido confirmar, por estarem consignados para os distractos dos juroz impostos nos ditos reaes, para assim se irem minorando e por este modo se atalharem os escrúpulos das censuras comminadas nos breves

²²⁹ Irisalva Moita (dir. e org.), *ibidem*, p. 198.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

*apostolicos, que se passaram para se imporem estes reaes, como a V. Magestade se tem representado.*²³⁰

A consulta continuava com os diferentes pareceres dos membros do Senado. Para o presidente, D. Francisco de Sousa, e os seus dois procuradores dos mesteres, António Ribeiro e Manuel Pereira, dada a grande disparidade entre a proposta inicialmente apresentada por Dupineaut quanto à quantidade de água a fornecer, e aquela que agora se propunha trazer à cidade, eram de parecer que o dito Dupineaut nada deveria receber «(...) sem que primeiro se veja e méça a agua do chafariz, em que a promette.»²³¹ E concluíam este seu parecer afirmando que «(...) com esta primeira experiencia da industria de Theophilo Dupineaut, se animará o senado a fazer com elle outros ajustes sobre a agua que de mais se offerece a conduzir a esta côrte.»²³²

Para os vereadores Diogo da Cunha Sotto Mayor e Cristóvão Rodrigues Barradas, Dupineaut não deveria dar início à obra sem antes «(...) segurar, debaixo de fianças idóneas, todo o damno que d'ella pudesse resultar ás pessoas que tivessem fazendas nas partes por onde fôsse seguindo, para que, succedendo prejuizo n'ellas, pudessem as taes pessoas ser satisfeitas da perda que recebessem, conforme o que se lhes avaliasse judicialmente por pessoas intelligentes (...)»²³³ Em dissonância com os restantes membros do Senado, estava o procurador da cidade, Manuel Jorge, para quem se devia conceder:

*(...) ao supplicante tudo o que pede, para que não tenha motivo para dizer que o senado deu causa a não ter esta cidade o provimento da agua que, com tanta instancia, promette, porque, pelas conferencias que com elle teve, tem feito juizo de que todo o trabalho do supplicante é agora excogitar meios com que sáia bem da empreza sem fazer obra, o que já lhe mostrou a experiênciã, que, segurando-lhe havia de dar e fazer vir a agua dos poços da sua quinta de Telheiras aos tanques, sem lhe ser necessario noras, indo-se a esta diligencia se não conseguiu effeito, e o mesmo parece succederá no negocio de que se trata.*²³⁴

Após ter tomado conhecimento desta Consulta da Câmara, o procurador de Dupineaut, Miguel de Freitas Correia, de imediato dirigiu novo requerimento ao rei, afirmando que, nas condições que o Senado queria, seria «(...) impossivel ao dito

²³⁰ «Consulta da camara a el-rei em 10 de novembro de 1700» (*Liv.º XVI de cons. e dec. d'el-rei D. Pedro II*, fs. 265) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 48-49.

²³¹ *Ibidem*, p. 51.

²³² *Ibidem*.

²³³ *Ibidem*, p. 52.

²³⁴ *Ibidem*, pp. 52-53.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

francez o fazer esta obra (...), e que a sua diligencia ficava frustrada e perdido o tempo que o supplicante tem gasto para se pôr em execução, sem mais interesse que o gosto de V. Magestade e bem publico (...).²³⁵ Para ultrapassar os impedimentos que em sua opinião se levantavam à consecução do empreendimento, Miguel de Freitas Correia, solicita ao rei a concessão «(...) ao dito Dupineaut e seus companheiros, mais cinco anos ou seis annos para n'elles venderem ao povo a agua que conduzirem á sua custa, além dos dez annos já concedidos, em cujo em meio se não acha inconveniente algum, pois n'elle se não obriga ao dito povo que a compre (...).»²³⁶. Embora o requerimento tenha sido deferido favoravelmente, não consta que alguma vez a obra se tenha iniciado.

Quem tivera razão, como muito bem assinala Gustavo de Matos Sequeira, «(...) era o procurador Manuel Jorge. O que Dupineaut mais desejava, nestas alturas, era livrar-se da camisa de onze varas que impensadamente tinha vestido.»²³⁷

A penúria de água continuava assim a atormentar a cidade, para contentamento dos aguadeiros que não se coíbiam de tentar aumentar os seus lucros, recorrendo aos mais variados expedientes. Em 1724, a Câmara viu-se forçada a tomar medidas para combater os abusos que se verificavam, nomeadamente com a utilização de quartas que continham menos água do que aquela que era suposto ter.

Por queixas que fôram presentes nos senados, de que os aguadeiros, em notorio prejuizo do povo, não compram aos oleiros senão as quartas pequenas, para prejudicarem aos moradores d'estas cidades na agua que lhes vendiam, utilizando-se somente a si no numero de cargas, não querendo por este modo comprar aos oleiros senão as quartas cangalheiras, que levassem menos agua, os quaes as faziam diminutas para haverem de lhes ter saida; e, para se obviar este damno tão prejudicial, se assentou, pelos ministros abaixo assignados, que, de hoje em diante, nenhum oleiro, assim d'estas cidades como dos seus termos, que costumam fazer quartas cangalheiras para vender, as não possam fazer senão do tamanho que levem um almude d' agua, e d'ahi para cima, os quaes serão obrigados a marcal-as com uma marca ou divisa que para este effeito terão, sendo esta registrada nos livros da camara, como é costume. E todo o oleiro que d'aqui em diante lhe fôr que fez, vendeu ou mandou vender quarta cangalheira que leve menos de um almude, ou sem a dita marca, incorrerá em pena de dois mil réis e dez dias de cadeia, pela primeira vez,

²³⁵ Jorge das Neves Larcher, *op. cit.*, p. 58.

²³⁶ «Requerimento ao rei de Miguel Freitas Corrêa, procurador de Dupineaut» (*Liv.º XVI de cons. e dec. d'el-rei D. Pedro II*, fs. 284) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 50 (nota 1).

²³⁷ Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 361.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

*e pela segunda a pena em dobro, e pela terceira não usará mais do dito officio e lhe será fechada a loja; e as ditas penas de dinheiros serão a metade para as cidades e a outra metade para o accusador (...)*²³⁸

A medida não terá sido bem recebida pelos aguadeiros, e obviamente, também pelos oleiros. «Em 1726, na Fonte Santa, vieram às mãos na tarde de 20 de Setembro, esmurraram-se a valer, e tais distúrbios fizeram que daí em diante vigiaram sempre a fonte dois quadrilheiros.»²³⁹ . Vigilância que a Câmara justificava no assento da Vereação de 20 Setembro de 1726, cujo teor a seguir reproduzimos:

*Attendendo os senados ás repetidas queixas que lhe têm feito os moradores do sitio da Fonte Santa, de que os oleiros e aguadeiros do mesmo sitio e de outros não consentiam que pessoa alguma de pé enchesse quartas ou bilhas na dita fonte e tanques d'ella, primeiro que elles, de que procedia haver bulhas e pendências contínuas, por terem introduzido aquelle mau costume quasi como lei que observam inviolavelmente, assentaram os senados, por evitarem tal desordem e desvaneceram tão prejudicial abuso, que, da data d'este em diante, nenhum aguadeiro possa tirar agua dos ditos tanques, ou da dita fonte, sem que o povo de pé d'aquelle districto seja provido da agua que lhe fôr necessária; e que nenhum oleiro possa tirar agua dos ditos tanques, mas sim da dita fonte, a que lhe fôr precisa, como o mais povo; e que nenhuma lavandeira, ou outra qualquer pessoa, possa lavar roupa nos ditos tanques, nem d'elles tirar agua, nem lançar immundicia, por serem estes sómente feitos para beberem os gados e as bestas, sob pena de que, fazendo o contrario do que acima se declara, alguma das referidas pessoas, pagar da cadeia, onde se lhe fará assento á ordem dos senados, mil réis, a metade para as despezas d'elles, e outra metade para quem os accusar. E para executar o referido, terão cuidado os dois quadrilheiros que os mesmos senados nomearam para este effeito, de vigiar contra os que procederem contra o disposto n'este assento, prendendo os transgressores d'elle, e dando conta nos senados do que obrarem sobre este particular; evitando as desordens que até agora houve sobre a agua da dita fonte; e, havendo pendencias ou bulhas sobre o tirar da dita agua, darão conta ao juiz do crime do bairro, para prover n'isso como fôr justiça.*²⁴⁰

²³⁸ «Assento de vereação de 1 d'agosto de 1724 (Liv.º V dos Assentos do senado oriental, fs. 190 v.), in Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., tomo XII, Lisboa, Typographia Universal, 1901, pp. 24-25.

²³⁹ Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, pp. 361-362.

²⁴⁰ «Assento de vereação de 20 de setembro de 1726» (Liv.º V dos Assentos do senado occidental, fs. 38), Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 86-87.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Em 1728, um tal António Julio de la Pommaré, propunha-se «(...) trazer a agua livre (...) com pouca despeza (...)»²⁴¹. Diz o ditado popular; “quando a fartura é muita o pobre desconfia”. Mas, ou ditado ainda não era conhecido, ou a necessidade era tanta, que, mais uma vez, se deu crédito, a quem tão gentilmente oferecia os seus préstimos para trazer a Lisboa as Águas-Livres que, lá em Carenque, corriam alegres e ladinas. Para que o Pomaré pudesse orçar a obra a que pretendia “meter ombros”, necessitava de «(...) de alguns medidores (...)»²⁴², pedido a que o rei acedeu sem delongas, ordenando aos senados²⁴³ que mandassem dar a Pomaré, «(...) os que entenderem [serem] necessários, dando-se-lhes também cavalgaduras para irem a esta diligencia (...)»²⁴⁴. Da referida diligência não são conhecidos quaisquer resultados. Todavia, de acordo com Irisalva Moita, sabe-se «(...) que no apoio que [a Pomaré] foi prestado estava envolvido o Procurador da Cidade Ocidental, Cláudio Gorgel do Amaral²⁴⁵ (...)»²⁴⁶, que viria a ser o grande impulsionador do projecto de construção do aqueduto, que traria a Lisboa as Águas Livres de Belas. Tratar-se-ia apenas de coincidência? Não o podemos dizer, nem ninguém certamente.

2. 2. Finalmente o aqueduto: as Águas Livres chegam a Lisboa

2. 2. 1. As primeiras medidas

Em 1728, a situação apresentava-se já pouco menos do que catastrófica no que respeitava ao abastecimento de água à cidade de Lisboa, realidade particularmente gravosa no que se referia aos bairros ocidentais. Gorgel do Amaral apresentou, então, uma proposta ao rei, D. João V, na qual, depois de dar conta da difícil situação que se

²⁴¹ «8 de Julho de 1728 – Carta do secretário de estado Diogo de Mendonça Côrte Real ao escrivão do senado da camara» (*Liv.º V de cons. e dec. D’el-rei D. João V, do sen. Occi.*, fl. 122) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, p. 154.

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ Sobre a existência de dois senados em Lisboa ver Parte II – 1. 2. As águas orientais.

²⁴⁴ «8 de Julho de 1728 – Carta do secretário de estado Diogo de Mendonça Côrte Real ao escrivão do senado da camara» (*Liv.º V de cons. e dec. D’el-rei D. João V, do sen. Occi.*, fl. 122) in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 154-155.

²⁴⁵ Cláudio Gorgel do Amaral nasceu no Rio de Janeiro e ocupava o cargo de Procurador da Cidade de Lisboa desde 16 de Abril de 1706.

²⁴⁶ Irisalva Moita, «O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa», *ibidem*, p. 25.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

vivia, lhe dizia que «(...) não via outra solução senão introduzir na cidade a Água Livre e de outras fontes que fossem a propósito para lhe aumentar o caudal.»²⁴⁷ De acordo com Irisalva Moita, essa «(...) proposta perdeu-se e apenas dela temos notícia, através da referência à mesma feita pelo próprio rei no *Decreto* de 2 de Dezembro de 1728 (...), no qual dá conhecimento ao Senado da sua intenção da sua intenção de dar início à obra do aqueduto (...)»²⁴⁸

Não vamos aqui historiar a construção do aqueduto. Esse processo está relativamente bem documentado e foi já objecto de diversos e completíssimos trabalhos, pelo que resultaria redundante voltar agora a fazê-lo. Sobre o aqueduto, os diferentes directores da obra, o desafio técnico e arquitectónico que representou, pouco haverá já a acrescentar. Contudo, não poderemos deixar de referir aqui, embora em breves pinceladas, alguns dos aspectos mais curiosos ou significativos ligados à sua construção.

Apresentada a proposta ao rei, este terá tido em conta não só a calamitosa situação que lhe era exposta, então «(...) num impasse que já não cedia às costumadas medidas de remedeio, mas também (...) o gosto do faustoso monarca em ver o seu nome ligado a projecto de tal grandeza e impacto nacional.»²⁴⁹. Outras terão sido ainda as razões. Na opinião de Irisalva Moita, o empreendimento «(...) ia beneficiar especialmente Lisboa Ocidental, a mais sofrida em termos de falta de água, e a “menina dos seus olhos (e que o Magnânimo pretendia transformar numa Lisboa Joanina.»²⁵⁰ Talvez nenhuma destas razões tenha sido a determinante mas todas, no seu conjunto, tenham pesado no ânimo do soberano.

Para muitos, esta foi mais uma obra realizada à sombra do ouro do Brasil, como tantas outras que D. João V levava a cabo, naquilo que Pinheiro Chagas chama «(...) o seu desejo de imitar Luiz XIV nas manifestações faustosas do imenso orgulho do rei-sol.»²⁵¹. Desengajem-se os que assim pensam. Esta foi uma obra realizada à custa do sacrifício dos lisboetas que, logo em 1729, viam ser-lhe lançado um novo imposto sobre o consumo, para financiar a realização das obras respeitantes ao aqueduto.

²⁴⁷ *Ibidem.*

²⁴⁸ *Ibidem.*

²⁴⁹ *Ibidem.*

²⁵⁰ *Ibidem.*

²⁵¹ Manuel Pinheiro Chagas, *ibidem*, p. 406.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Efectivamente, a Resolução Régia, datada de 20 de Julho de 1729, determinava que:

*Os Senados poderão impor nos generos em que lhe parecer em cada anno o que entenderem será necessario para se trazerem as agoas livres e todas as mais que se poderem introduzir e ajuntar de qualquer parte ás mesmas agoas livres attendendo a ser muito conveniente que com brevidade se possão conduzir a esta Cidade [Lisboa Ocidental] e a de Lisboa Oriental e fazerem-se as fontes que se julgarem bastantes para que as referidas Cidades tenham a abundancia de agoa de que tanto necessitão em grave prejuízo dos habitantes dellas, e acabado de todo a Obra se poderá deixar o que for necessario para a conservação das ditas fontes e aqueductos.*²⁵²

Não demoraram muito os Senados da cidade a apresentarem as suas propostas. Logo em 10 de Setembro, era enviada à Secretaria de Estado, pelo Escrivão do Senado Manuel Rebello Palhares, a relação «(...) sobre os novos impostos para a conducção das agoas para estas Cidades assignada pelos mesmos Sennados na forma que sua Magestade ordenou.»²⁵³. Era o seguinte, o teor dessa relação:

Para se tirarem trezentos mil cruzados para a condução das agoas livres para estas Cidades se hão de impor na forma seguinte.

No Vinho impondose em canada do que se consome nestas Cidades, e seus termos seis rs. poderá render pouco mais ou menos cento e quinze mil cruzados.

Na Carne impondose na que se consome nestas Cidades e seus termos cinco rs. Em cada aratel poderá render pouco mais ou menos cento e quinze mil cruzados.

No azeite impondose no que se gasta nestas Cidades e seus termos em cada canada três reis poderá render pouco mais ou menos quinze mil cruzados.

No Sal²⁵⁴ impondose no que se gasta nestas cidades e seus termos em cada alqueire três vinteis poderá render pouco mais ou menos quinze mil cruzados.

²⁵² «RESOLUÇÃO» in José Sérgio Velloso d' Andrade, *op. cit.*, p. 311.

²⁵³ *Ibidem.*

²⁵⁴ Este imposto sobre o sal foi levantado logo em 14 de Janeiro de 1730. O teor do Aviso que levanta o referido imposto é o seguinte: «Representando a Sua Magestade o Escrivão da Alfandega que Serue de Prouedor, e o Almojarife da Caza do Sal as dificuldades que se offerecião a boa arrecadação do que se havia imposto no dito sal que se uendesse por miúdo nesta Corte, e seu termo, e que sô a poderia ter estancandosse o mesmo Genero o que parecia impraticáuel pelas muitas marinhas que hã nas vizinhanças da Corte, e que sendo livre o sal que nellas se comprasse todos irião buscar sal a ellas, e muito poucos as tendas de que resultaria render muito pouco a contribuição. Foi o mesmo Sr. Seruido rezoluer que logo se leuantesse a contribuição (...)» *apud* José Sérgio Velloso d' Andrade, *op. cit.* p. 313.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Na palha²⁵⁵ impondose em cada pano meyo tostão a sim da que vier por mar como por terra, cobrando-se este subsidio das maos dos barqueiros da que vier por mar e das pessoas, que a conduzirem da que vier por terra, poderá render pouco mais, ou menos, quarenta mil cruzados. =Lisboa Oriental trinta de Agosto de mil sette centos, e vinte e nove.=Jorge Freire de Andrada.=Jeronimo da Costa de Almeyda.=Manoel Pestana de Vasconcellos.=Antonio Pegado de Lima.=Jozeph Soares de Azevedo.=Cláudio Gurgel do Amaral=Antonio Pereira de Viveiros.=²⁵⁶

Aprovada a proposta pelo Decreto de 26 do mesmo mês, de novo os lisboetas se viram a braços com impostos, cujas receitas se destinavam à construção do sempre desejado e sonhado aqueduto, que traria à cidade as tão desejadas águas de Carenque. Porém, desta vez as suas expectativas iriam concretizar-se; não na totalidade, porque esta não foi ainda a obra que definitivamente resolveria a questão do abastecimento de água à cidade, mas porque a construção do aqueduto se iria agora concretizar.

No mesmo decreto, o rei nomeava a primeira Junta responsável pela administração de todos os assuntos relacionados com as obras das Águas-Livres: «(...) para melhor administração da dita obra, hei por bem sirva de superintendente d'ella o vereador José Soares d'Azevedo, de procurador o d'esta cidade, Claudio Gorgel do Amaral, de thesoureiro Manuel Gomes de Carvalho e Silva, e de seu escrivão Francisco Ramos de Miranda todos só pelo tempo, que eu houver por bem, sem ordenado, ou emolumento algum (...)»²⁵⁷. Os dados estavam então lançados. Em 12 de Maio de 1731, um Alvará Régio determina o início da grande obra, mandantando o superintendente da mesma para que:

(...) com toda a brevidade possível que a ditta obra se faça pellas terras, fazendas, moynhos, cazais, quintas, quintais, e herdades, por onde houver de vir, ainda que sejam de pessoas privilegiadas de qualquer estado, condição, calidade e privilegio incorporado em Direito, posto que seja de Dezembargadores; por quanto todos tem obrigação de dar passagem á ditta agoa, e não há privilegio algum que disto os excuse, e sendo necessario por esta vez, e para este effeito hey por derogado todos os dittos privilégios (...)»²⁵⁸

²⁵⁵ Também o imposto sobre a palha foi levantado, em 9 de Novembro de 1733. Cfr. José Sérgio Velloso d' Andrade, *op. cit.*, p. 312.

²⁵⁶ «RELLAÇÃO de que faz menção a Carta a cima» in José Sérgio Velloso d' Andrade, *op. cit.*, pp. 311-312.

²⁵⁷ «Decreto de 26 de setembro de 1729» in José Sérgio Velloso d' Andrade, *op. cit.*, p. 312.

²⁵⁸ «Alvará Régio de 12 de Maio de 1731» in José Sérgio Velloso d' Andrade, *op. cit.*, pp. 314-315.

E assim, se deu este facto notável ou, nas palavras de Manuel Pinheiro Chagas:

*(...) uma cousa realmente singular, e vem a ser que, sendo o aqueducto das aguas-livres uma das obras mais monumentaes do reinado de D. João V, a obra mais util que ele apprehendeu, e sendo tambem a que os seus panegyristas com mais frequencia citam, fosse exactamente essa obra aquella que D. João V construiu, não com o dinheiro do seu thesouro, com o rendimento das minas do Brazil, mas com os fundos provenientes d'um tributo, lançado expressamente para esse fim sobre os habitantes de Lisboa!*²⁵⁹

Todavia, há que salientar que a determinação do rei em levar por diante a obra parecia inabalável, afirmando mesmo a dado passo do Alvará já referido que (...) não parará a dita Obra por nenhum cazo, que seja, e irá correndo sem embargo de quaesquer duvidas, embargos, agravos, apelações, forças e violencias, e outros quaisquer empedimentos, que contra isso se allegarem, ou movão por qualquer via que seja.»²⁶⁰ As obras propriamente dias começaram sob a direcção do então Brigadeiro Manuel da Maia, que elaborou o risco do troço até ao «(...) monte chamado das trez cruces (...)»²⁶¹, sendo daí até Lisboa, a responsabilidade do projecto do Sargento-mor Custódio Vieira.

2. 2. 2. A construção do aqueduto

Em 16 de Agosto de 1732, começaram as obras de construção do aqueduto²⁶². Dirigia os trabalhos o architecto italiano ao serviço de D. João V, António Canevari²⁶³. Após as primeira dificuldades, expectáveis numa obra de tal grandeza, mas a que o architecto italiano, «(...) que parece nunca se ter entusiasmado com a obra do Aqueduto (...)»²⁶⁴, manifestamente não se encontrava preparado para responder, Canevari foi afastado da direcção do empreendimento.

Foram então nomeados para a direcção da obra José da Silva Pais, Manuel da Maia e Manuel de Azevedo Fortes. A direcção tripartida da obra, rapidamente se

²⁵⁹ Manuel Pinheiro Chagas, *ibidem*, p. 408.

²⁶⁰ «Alvará Régio de 12 de Maio de 1731», in José Sérgio Velloso d' Andrade, *op. cit.*, p. 315.

²⁶¹ José Sérgio Velloso d' Andrade, *op. cit.*, p. 314.

²⁶² Os primeiros trabalhos começaram precisamente na fonte das Águas Livres, mas também, ao mesmo tempo, na fonte dos Salgueiros e na de S. Brás.

²⁶³ «Arquitecto italiano que permaneceu em Portugal durante cerca de cinco anos (1728-1733)». «António Canevari» in *DICIOPÉDIA 2005* [DVD-ROM], Porto, Porto Editora, 2004. ISBN: 972-0-65258-6.

²⁶⁴ Irisalva Moita, «O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa», *ibidem*, p. 31.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

desentendeu. Logo a 27 de Agosto de 1732, foi convocada uma «(...) “conferência” (...) em casa do Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, com o propósito de nela se discutir se os canos deviam ser construídos de enxelharia “inteiriça” como pretendia Maia ou, apenas, forrados de placas de lagedo como pretendiam os outros membros da direcção.»²⁶⁵

Este, um exemplo, mas outras desinteligências, porventura mais profundas impediam a necessária coordenação de esforços para um bom andamento dos trabalhos. Não admira por isso, que, em 1736, Gorgel do Amaral, em consulta da Câmara dirigida ao rei, sobre uma petição apresentada pelos “ribeirinhos” da cidade, chamasse a atenção do soberano para o atraso das obras do aqueduto, cujo custo tanto onerava o povo de Lisboa.²⁶⁶

Mas, Gorgel do Amaral vai ainda mais longe. Depois de sugerir que o dinheiro até então arrecadado em impostos «(...) é bastante para se irem fazendo os pagamentos da obra (...)»²⁶⁷ propõe não só que das receitas dos impostos saia o dinheiro necessário para o pagamento da limpeza da cidade, mas ainda a diminuição da carga fiscal que impende sobre os lisboetas para «(...) alliviar o povo de uma imposição tão gravosa de cinco réis em cada arrátel de carne e seis réis em cada canada de vinho e dez réis em cada canada de azeite (...)»²⁶⁸.

Feita esta recomendação ao soberano, Gorgel do Amaral abre fogo cerrado sobre a lentidão com que se vinham processando as obras do aqueduto. Com ironia afirma que: «(...) e, ficando [o imposto] só dois [reís] na carne e trez no vinho e dez no azeite, sempre ha de produzir mais de oitenta mil cruzados em cada um anno, que é consignaçon bastante para continuar a obra do dito aqueducto, havendo no cofre tanto dinheiro para ella, principalmente fazendo-se com tanto dispêndio, em muita parte inútil, e vagar, que d’aqui a quarenta annos não logrará o povo o beneficio de ter agua n’estas cidades (...)».²⁶⁹

Mais à frente, não se coíbe ainda o Procurador da cidade de criticar as sucessivas mudanças na direcção da obra pois que, em sua opinião, «(...) os vagares

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 37.

²⁶⁶ Cfr. «Consulta da camara a el-rei em 7 de Fevereiro de 1736» (*Liv.º v de reg.º de cons. e dec. do sr. rei D. João v, do sen. Occi.*, fs. 8 v) in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo XIII, Lisboa, Typographia Universal, 1903, p. 168.

²⁶⁷ «Consulta da camara a el-rei em 7 de Fevereiro de 1736» (*Liv.º V de reg.º de cons. e dec. do sr. rei D. João v, do sen. Occi.*, fs. 8 v), in Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*.

²⁶⁸ *Ibidem*, p. 169.

²⁶⁹ *Ibidem*.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

com que se tem continuado, procedem de embaraços que tem tido, principalmente com a mudança de tantos directores, porque sendo primeiro nomeado por V. Magestade António Canevari e depois o engenheiro-mór e os coronéis José da Silva Paes e Manuel da Maia, todos se acham excluídos da dita obra, sem que á junta da administração viessem ordens de V. Magestade por escripto, porque tudo se faz na dita obra por insinuações particulares do prior de S. Nicolau, João Antunes Monteiro, o qual ainda que tem virtude e zelo, não é da sua profissão nem tem experiencia para administrar semelhante obra (...)»²⁷⁰.

Continuando a nossa narrativa, diz-nos Gustavo de Matos Sequeira que «Era preciso acudir á obra. Aquilo estava num caos!»²⁷¹. Na verdade, mesmo hoje, é difícil compreender qual o papel do prior de S. Nicolau. «Um padre a dirigir as obras parece *blague*, não é verdade? e o pior é que o prior além de não perceber coisa alguma daquela regedoria, faltava com uma inconsciência “que só as suas virtudes desculpavam” a todos os pontos da escritura.»²⁷²

As queixas de Cláudio Gorgel do Amaral, não caíram, porém, como tantas vezes ainda acontece, em saco-roto. D. João V decidiu tomar algumas providências, entre elas, a de terminar com a direcção tripartida e nomear como director da obra o Sargento-mor Custódio Vieira. Foi este quem planeou²⁷³ a construção da monumental passagem do vale de Alcântara, hoje o troço mais conhecida do grandioso empreendimento.

Efectivamente, através da Instrução do Secretário de Estado Mota e Silva, datada de 21 de Agosto de 1736, é dado a saber que «(...) Por se achar legitimamente impedido o Coronel Engenheiro Manoel da Maya serão os Mestres obrigados a trabalhar na fabrica da Obra, pela direcção que lhes der o Sargento Mor Custodio Vieira (...)»²⁷⁴. Determina ainda a mesma instrução que:

(...) por haver bastante tempo que falta em assistir a dita obra, o dito Coronel Manoel da Maya, ordenará a Junta, que todo o que se achar feito do tempo da sua auzencia, examine o

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 170.

²⁷¹ Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 376.

²⁷² *Ibidem*.

²⁷³ Não chegaria a dirigir esta fase da obra, pois à data da sua morte, o aqueduto apenas tinha chegado à margem esquerda da ribeira de Alcântara, faltando ainda construir o enorme arco que ele havia idealizado para atravessar o enorme vão do vale com o mesmo nome.

²⁷⁴ «Insrução por que se hade governar a obra da condução das Agoas Livres (...)». B.N.L., Transcrito em *Memórias Históricas...*, fl. 5-6v. *apud* Irisalva Moita (dir. e org.), *ibidem*, p. 250.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

mesmo Sargento Mor Custodio Vieira regulando-se pela linha fundamental, que estava já aprovada (...)

*Do principio da Obra de Aguas Livres, ate ao Monte das tres cruzes se hade seguir a dita Linha fundamental feita pelo Coronel Engenheiro Manuel da Maya, e do dito Monte até estas cidadesse seguirá a que fizer o dito Sargento Mor Engenheiro Custodio Vieira (...)*²⁷⁵

Superintenderam ainda os trabalhos, após a morte de Custódio Vieira, Rodrigo Franco, Carlos Mardel, Miguel Ângelo Velasco, Raimundo Manuel dos Santos e Francisco António Ferreira. Também o conhecido Ludovice²⁷⁶, elaborou um parecer sobre a obra, ainda antes de esta ser iniciada, mas já então em vias de execução. Vimos pois, que os mais importantes nomes da época, no campo da arquitectura e da engenharia, estiveram de alguma forma ligados ao megalómano projecto do Aqueduto das Águas Livres.

A água transportada pelo aqueduto correu pela primeira vez em Lisboa em 1744: «Foi à hora das Ave-Marias no chafariz provisório das Amoreiras em 3 de Outubro (...)»²⁷⁷. Tinham passado quase doze anos sobre o início das obras. Mas para que o empreendimento se pudesse considerar concluído muito faltava ainda. De acordo com Matos Sequeira, «Em 1752 já se queixavam a El-Rei os moradores de Lisboa da demora da conclusão da obra da Água Livre, mostrando-lhe a sede que a cidade padecia. A maior parte dos chafarizes estavam ainda apenas projectados (...)»²⁷⁸

Na realidade, o projecto nunca viria a cumprir-se na sua totalidade. Em S. Roque, a prevista construção de uma Mãe de Água, para a qual chegaram a ser adquiridos os terrenos considerados necessários, nunca se concretizou, e sem ela, morria parte do sonho; os bairros nas colinas da zona oriental da cidade jamais seriam abastecidos pelas Águas-Livres, que ali deveriam chegar «(...) por um aqueduto colossal de arcarias (atravessando o Vale de Valverde) cujos Pegões assentariam onde hoje corre a Avenida da Liberdade.»²⁷⁹ Como bem sabemos, tal aqueduto não chegou a ser construído, sendo mais uma quimera no imaginário lisboeta.

²⁷⁵ *Ibidem*, pp. 250-251.

²⁷⁶ «Polifacetado artista alemão nascido em 1673 e falecido em 1752, em Lisboa. (...) Em 1707 veio para Portugal, convidado pelos jesuítas. Estabeleceu-se como ourives na capital e começou a executar trabalhos de arquitectura. Traçou e dirigiu a construção do Palácio-Convento de Mafra, a sua obra maior.» «João Frederico Ludovice» in *DICIOPÉDIA 2005* [DVD-ROM], Porto, Porto Editora, 2004. ISBN: 972-0-65258-6

²⁷⁷ Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 391.

²⁷⁸ *Ibidem*.

²⁷⁹ *Ibidem*, p.381.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Mas tinha razão, o poeta, pelo sonho é que vamos²⁸⁰. Em 1937, afirmava Gustavo Matos Sequeira, que amiúde vimos citando: «A famosa arcaria do aqueduto atravessando o vale de Valverde foi sonho que ainda não se desvaneceu, embora hoje se fantasie com outro fim. Os visionários alfacinhas, quebrado aquele encanto, há pouco, já encontraram outro onde trabalham as suas ardentes imaginações: - a ponte sobre o Tejo.» Não tivemos o aqueduto sobre o Valverde, mas hoje temos a ponte sobre o Tejo.

2. 2. 3. O Aqueduto das Águas Livres: um Património a preservar

*Compoemse este grande Aqueducto de duas grossas paredes, que tem de grosso 4 palmos cada huma de alvernaria, firmadas sobre fundos alicerces, e continuadas até a altura onde faz principio a volta do arco de tejolo, de que he formada toda a abobeda, cujo vaõ tem de altura 13 palmos, e de largo 7 vem em partes por baixo do chaõ largas distancias, minando para isso alguns montes em grande altura, e nos valles, e quebradas, que se oppoem á sua conducção, vem sobre arcos de cantaria, e conduzidas as aguas por dous canos abertos em pedra liós, feitos á feição de meya laranja, e assentados ao nível pela face interior das paredes da mesma abobeda, e por entre hum, e outro cano vai huma coxia lageada, que fôrma hum agradavel passeio e muyto conveniente para por elle se observar alguma damnificação, que por tempos possa haver nos mesmos canos, e abobedas.*²⁸¹

Quatro anos depois das águas chegarem às Amoreiras, em 1744, conforme vimos no ponto anterior, celebrou-se o ingresso triunfal das Águas Livres em Lisboa. Estavámos então em presença de uma das mais importantes obras da engenharia portuguesa, uma concretização que comprovava a competência e a maestria dos engenheiros militares portugueses²⁸² então ao nível dos melhores do mundo.

No final, esta monumental obra de engenharia tinha, entre o seu início, em Caneças, e a Mãe de Água, nas Amoreiras, uma extensão de 18.605 metros. Ao longo do percurso até Lisboa, ao aqueduto geral outros se lhe foram juntando, trazendo água

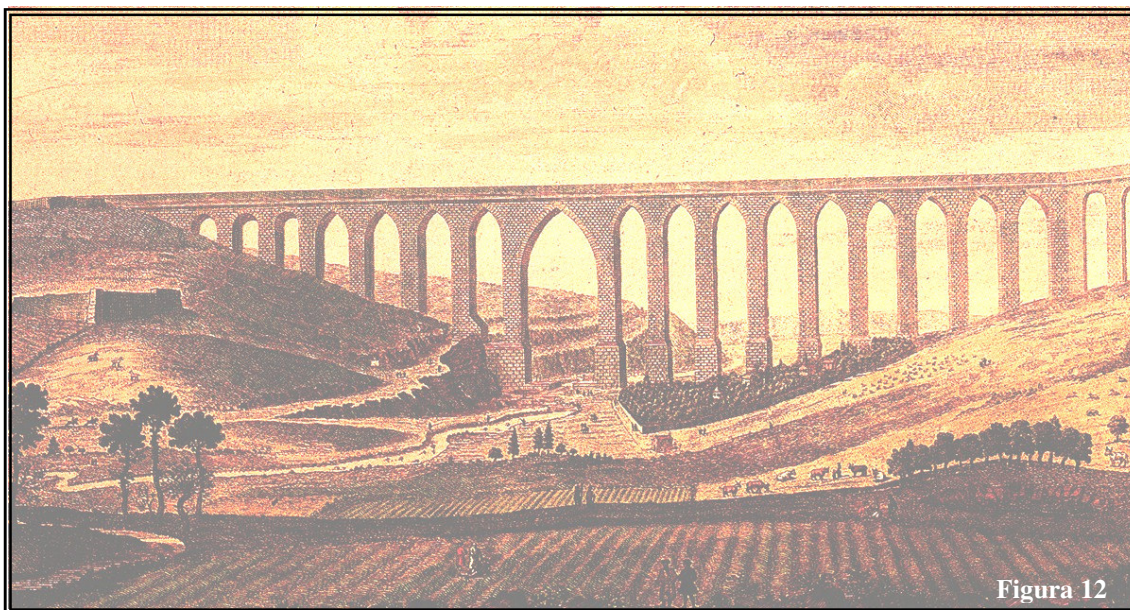
²⁸⁰ Título de um poema de Sebastião da Gama.

²⁸¹ Manoel da Conceição in Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *SUMMARIO EM QUE BREVEMENTE SE CONTEM algumas cousas assim Ecclesiasticas, como Seculares, que ha na Cidade de Lisboa. Adicionado por Manoel da Conceição*, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1755, pp. 137-138.

²⁸² Falar de engenharia no século XVIII, em Portugal, é falar da engenharia militar. A defesa de um vasto Império, impunha uma actividade constante de construção de novas fortificações ou manutenção das já existentes, o que contribuiu sem dúvida para uma actualização e preparação técnico-profissional dos engenheiros militares, que viria a reflectir-se de forma positiva na nossa arquitectura civil, onde os técnicos militares têm também um papel preponderante.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

de diversas nascentes que com as suas águas contribuíam para alimentar o canal principal. Em toda a sua extensão, e levando em conta os inúmeros canais subsidiários, o complexo que compõe o aqueduto atinge a extensão total de 48.036 metros. A esta extensão podemos ainda acrescentar os ramais de distribuição, já na área de Lisboa, e teremos então um comprimento total de 59.838 metros de canais que ora correm sob o solo, ventilados por clarabóias, ora transpõem vales e depressões, sobre arcos, por vezes colossais, como no caso da travessia do vale de Alcântara.



Não vamos agora aqui continuar a reproduzir os dados numéricos relativos ao aqueduto. O número e altura dos arcos e outros dados estatísticos estão por demais divulgados para que nos detenhamos sobre eles. Queremos apenas salientar que o Aqueduto das Águas Livres não é apenas a obra que «À saída do grande tunel do Rossio, abrindo as suas pernas gigantescas [se ergue] como um monumento ciclópico ao fundo do ridente vale de Alcântara na encosta da serra»²⁸³, e que mereceu «em 1787, a Beckford, o elegante escritor e profundo analista, esta descrição:

*“Sentei-me numa pedra, debaixo do arco grande e pus-me a contemplar aquela abóbada, erguida a tanta altura acima de mim, com um sentimento de respeito não isento de terror, como se aquêlê monumento, que eu admirava, fôsse obra de algum ser imenso dotado de fôrças gigantesca, que pudesse lembrar-se de sacudir e desmanchar a sua obra e ter o mau gôsto de me reduzir a pó.”*²⁸⁴.

²⁸³ Rocha Martins, *op. cit.*, p. 102

²⁸⁴ *Idem, ibidem*, pp. 102-103.



Figura 13

O Aqueduto é um Património que não pode, nem deve ser amputado, de partes significativas da sua totalidade, no entanto, com mais frequência do que seria aceitável têm surgido tentativas que ameaçam a sua integridade. A mais recente teve como origem a necessidade de concluir a Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL), obra a cargo de uma empresa pública, a Estradas de Portugal (EP). De acordo com esta empresa, «De todas as soluções estudadas, a mais adequada em termos de circulação do tráfego e do impacte ambiental, implica a afectação de um trecho enterrado do Aqueduto.»²⁸⁵

Para chegar a esta conclusão, peremptória e indubitável, várias etapas se percorreram, várias hipóteses foram estudadas, todas elas, supostamente, tendo em conta o interesse na preservação daquele troço do aqueduto. Da construção de um viaduto, solução que a população local rejeitou, à construção de um túnel, várias alternativas foram aventadas, contudo, para a empresa responsável, a melhor seria a de prosseguir a obra sem desvios procedendo-se ao «(...) “corte do Aqueduto com desmontagem controlada” e a integração de um projecto de “preservação da memória do Aqueduto”, visionada pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR)»²⁸⁶, cuja posição dúbia parece dar razão a Ramalho que, já no século XIX, se queixava da «(...) auctoridade incerta, vagamente definida, a quem tem sido confiada a conservação e a guarda da nossa architectura monumental (...)»²⁸⁷. Com efeito, o IPPAR, que inicialmente se opôs à destruição, ainda que controlada daquele troço do

²⁸⁵ Bruno Contreiras Mateus, «Estrada da morte está em projecto», in *Correio da Manhã*, Lisboa, 21 de Abril de 2005.

²⁸⁶ *Ibidem*.

²⁸⁷ Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, Antonio Maria Pereira, Livreiro-Editor, 1896, p. 17.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Aqueduto, acabaria, posteriormente, não só por autorizar a obra, como ainda por participar no pomposamente designado “Concurso Público para seleccionar a melhor proposta de Ideias para a preservação da memória do Aqueduto das Águas Livres na zona da Buraca».²⁸⁸ A participação em tal concurso era, por si só, a aceitação da inevitabilidade da destruição daquele trecho do Aqueduto.

Porém, desta vez, para aqueles que defendem o Património, esta foi uma história, até ver, com final feliz²⁸⁹. A mobilização de um significativo grupo de cidadãos, entre os quais a própria Ministra da Cultura de então, foi possível travar aquilo que seria sem dúvida, quando a poeira dos tempos assentasse, considerado como mais um crime cometido contra uma obra que é pertença de todos os portugueses, símbolo da capacidade e do engenho dos engenheiros portugueses do século XVIII²⁹⁰.

O desfecho desta situação paradigmática, prova que quando as vontades se unem, não é assim tão difícil encontrar soluções que possibilitem evitar a destruição de Património, edificado ou de outra natureza, sem que para tal tenham que ser postos em causa os chamados projectos de desenvolvimento, hoje em dia tão reclamados. Deste caso também se pode retirar outra importante lição: Se «Não são, bem entendido, os escrúpulos culturais coisa corrente na actividade de promotor ou especulador imobiliário, cujo objectivo é obter lucros dentro da economia de mercado (...)»²⁹¹, não é, porém, tolerável, que estes contem com ajuda, ou cumplicidade, de entidades oficiais e públicas, que em nome de valores difusos como o “progresso”, a “economia de meios” e outros autorizam a destruição do **nosso Património**. É preciso pois, que os portugueses tomem consciência da importância da preservação do seu próprio Património. Só então será possível, com uma opinião pública mobilizada e atenta, pressionar os poderes públicos para que estes ponham um fim à permanente e sistemática destruição do nosso Património, porque «(...) inútil seria, ao fim e ao cabo, estudar esse património se ele é impunemente destruído, não beneficiando de acautelamento cívico da parte dos detentores do poder – que dele sempre podem abusar.»²⁹²

²⁸⁸ Cfr. sítio da Associação Oficinas do Património e da Reabilitação Urbana: <http://oprurb.org/aal02.php>.

²⁸⁹ Cfr. Ana Henriques, «Aqueduto das Águas Livres a salvo» in *Público*, de 5 de Novembro de 2006.

²⁹⁰ Para informações mais detalhadas sobre todo o processo consultar o sítio da Associação Oficinas do Património e da Reabilitação Urbana: oprurb.org/accoes.php?id=14.

²⁹¹ José-Augusto França, «O Caso da Demolição da Casa de Garrett em Lisboa» in *Revista de História da Arte*, n.º 2, Lisboa, Edições Colibri – Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 225.

²⁹² *Ibidem*, p. 226.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Situações semelhantes à do nosso Aqueduto, não são raras, nem acontecem unicamente em Portugal. Por isso, já em 1933, na Carta de Atenas Sobre o Urbanismo Moderno, de 1933, no seu ponto 68 se afirma que:

O crescimento excepcional de uma cidade pode criar uma situação perigosa conduzindo a um impasse, de onde não há saída sem alguns sacrifícios. O obstáculo não poderá ser suprimido senão pela demolição. Mas se esta medida acarreta a destruição de verdadeiros valores arquitectónicos, históricos e espirituais, mais vale, sem dúvida, procurar outra solução.

*Em vez de suprimir o obstáculo à circulação, desvia-se a própria circulação ou, se as condições o permitirem, faz-se a passagem por um túnel. (...) A imaginação, a invenção e os recursos técnicos devem combinar-se para desatar os nós que pareçam mais embaraçados.*²⁹³

Os princípios teóricos são, como podemos verificar, muito antigos, mas de nada valem se não houver uma efectiva vontade e determinação na defesa dos nossos monumentos e outros bens patrimoniais.

Temos esperança de que o sucedido ao vetusto aqueduto romano não venha a acontecer ao seu sucessor, o monumental Aqueduto das Águas Livres. Extraordinária obra de engenharia, que ainda hoje nos deixa espantado. Porém, há que estar atento, e não desprezar as ameaças que sobre ele recaem, consubstanciadas, por enquanto, em demolições, ainda pouco significativas, de troços menos conhecidos. Esperamos que Schopenhauer, não tenha razão, ao afirmar que: «Em todos os tempos os homens sensatos têm sempre dito as mesmas coisas, e os néscios, a imensa maioria, também têm agido do mesmo modo e praticado o oposto; e assim continuará a ser.»²⁹⁴ Vamos acreditar que tal não acontecerá desta vez e que o Aqueduto sobreviverá como memória física do esforço dos homens, da cidade e da capacidade técnica da engenharia portuguesa do século XVIII.

²⁹³ «CARTA DE ATENAS SOBRE O URBANISMO MODERNO» in Flávio Lopes e Miguel Brito Correia, *Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, [Lisboa], Livros Horizonte, 2004, p. 52.

²⁹⁴ Arthur Schopenhauer, «Aforismos para a Sabedoria da Vida», *apud* Will Durant, *História da Filosofia*, prefácio, notas, glossário e selecção de textos por Joel Serrão, Colecção Vida e Cultura, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 318.

2. 2. 4. A Nova rede de Abastecimento de Água a Lisboa

As Águas-Livres, e outras que as acompanhavam na sua longa viagem, estavam finalmente em Lisboa. O aqueduto fora construído! Faltava agora abastecer a cidade com essas águas de que ela tanto carecia.

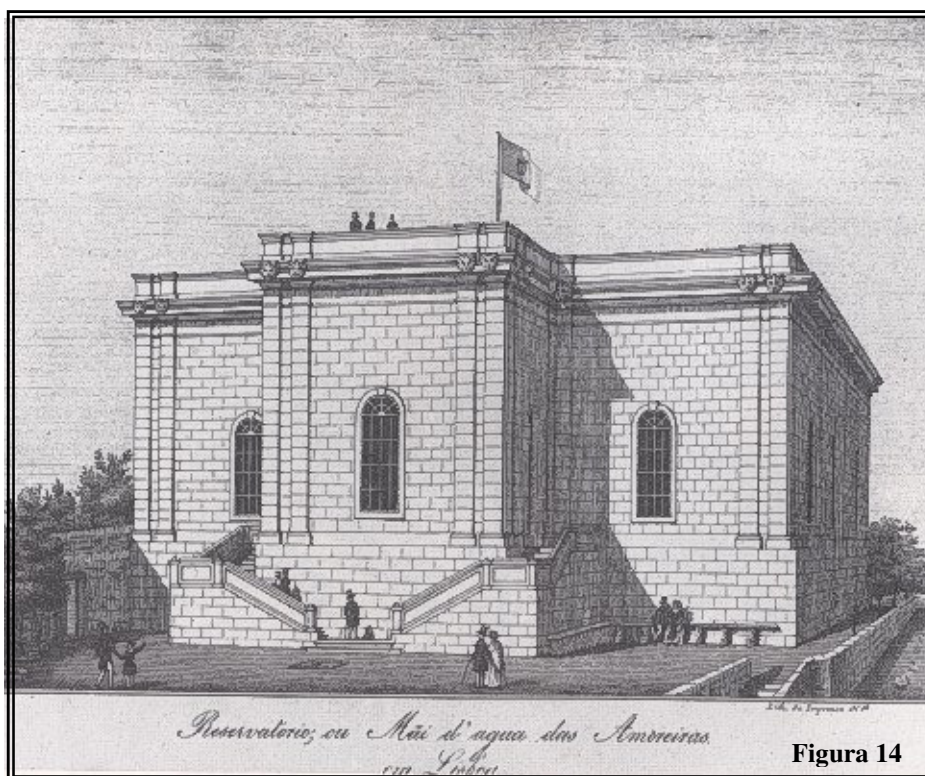


Figura 14

*Em 1744 fez-se no sitio das Amoreiras um chafariz de madeira, quo [sic] principiou a deitar agua no dia 4 d'outubro d'esse ano, concludo-se toda a obra do aqueducto em 1748, tendo portanto durado 17 annos. Logo se construíram os 18 chafarizes, que recebem agua d'este aqueducto, e que foram os do Loreto, Rua Formosa, Campo de Santa Anna, Esperança, Caes do Tojo, Janellas Verdes, Necessidades, S. Bento, Travessa do Arco, Amoreiras, Estrella, Buenos Ayres, S. Sebastião, Cruz de Taboado e Alegria, que forneceram amplamente toda a cidade d'agua, que vinha, pelos arcos do aqueducto, ao monumental deposito das Amoreiras, conhecido pelo nome de Mãe d'Água.*²⁹⁵

Como já vimos anteriormente, a Mãe-de-Água, nunca chegaria ser construída em S. Roque, ou nos terrenos entretantos já adquiridos de S. Pedro de Alcântara. Ficou-se pelo sítio das Amoreiras, sendo autor do seu projecto Carlos Mardel, que também

²⁹⁵ Manuel Pinheiro Chagas, *ibidem*, p. 412.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

projectou o Arco Triunfal, através do qual o Aqueduto transpõe a Rua das Amoreiras, segundo os cânones do «(...) gosto clássico, dando preferência à ordem dórica, de linhas sóbrias, mas muito harmoniosas, terminando em templete triangular, sobrepujado por uma clarabóia.»²⁹⁶

A Mãe-de-Água, o *terminus* do monumental empreendimento do Aqueduto, “é uma construção quadrangular, de grande simplicidade exterior, recebendo a água do alto da Arcada que com ela se liga, através de uma cascata que a lança num tanque que ocupa o centro interior do recinto, à voltado qual se dispõe um passeio.»²⁹⁷ Era assim descrita n’ *O Panorama*, em Fevereiro de 1843:

(...) grande deposito ou piscina²⁹⁸ (...)» que se situava «(...) imediatamente ao sahir do passeio das Amoreiras para o sul (...)». «(...) na forma externa é uma torre quadrangular, composta inteiramente da bella pedra de cantaria (...) encerrando um tanque, construido segundo os rigorosos preceitos da arte, completo em 1834, limpo e bem vedado, com os conductos necessarios, quebrando-se as aguas nas irregulares saliencias da cascata, e que forma um espectáculo agradável á vista, ao passo que ouvido se entretem com o sussurro que rebôa pelas amplas abobadas, que fecham o recinto.»²⁹⁹

A nova rede de distribuição de água à cidade previa a construção de um significativo número de novos chafarizes, através dos quais, finalmente os lisboetas teriam livre acesso às águas do mesmo nome. Alguns não passaram do projecto, outros não resistiram ao terramoto, ou pior, à incúria e desprezo dos homens, porém, um número considerável conseguiu chegar aos nossos dias³⁰⁰.

Todavia, o estabelecimento da extensa e complexa rede de distribuição de água no interior da cidade, bem como a implantação dos numerosos chafarizes, distribuídos ao longo de parte significativa da malha urbana, não seria possível a não se verificar um pormenor «(...) de excepcional importância [,] o da elevada cota de 95m a que o aqueduto entra na cidade (...)»³⁰¹.

²⁹⁶ Irisalva Moita, «O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa», *ibidem*, p. 44.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 45

²⁹⁸ Este tanque tem as dimensões de 29m x 25m x 8m e uma capacidade de 5.460m³.

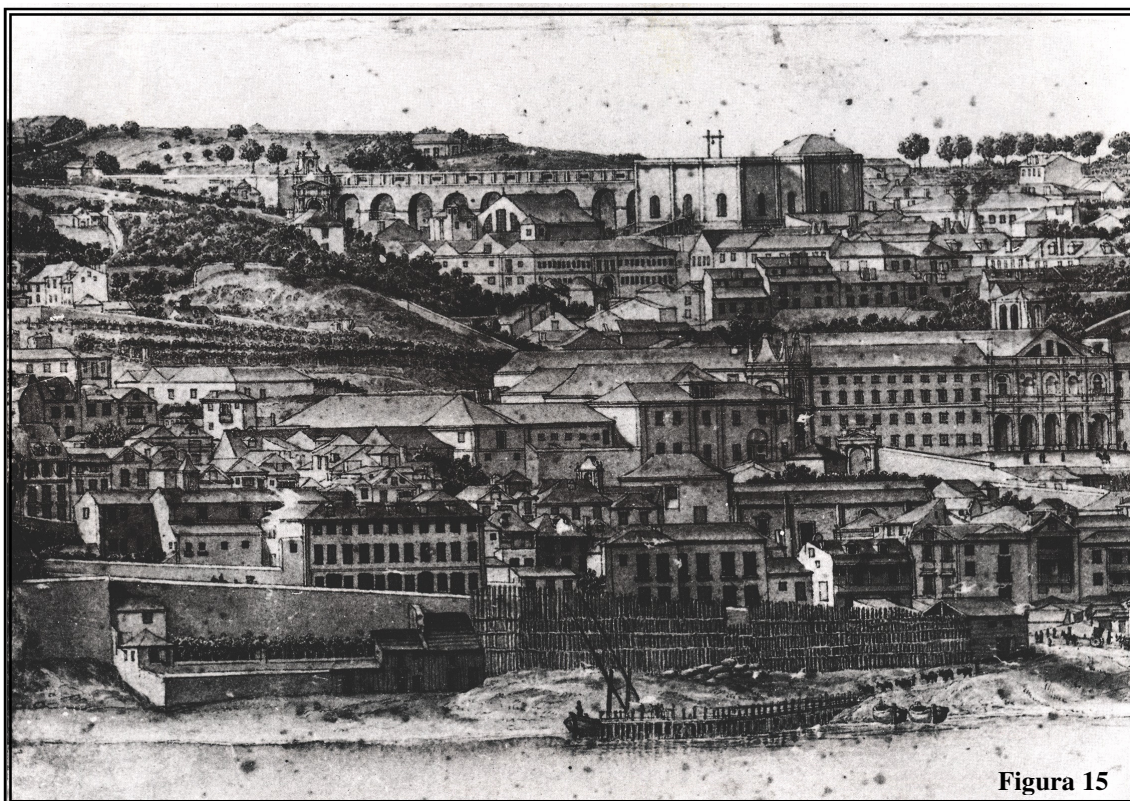
²⁹⁹ «O Aqueducto das Aguas Livres» in *O Panorama*, volume 2.º – Série 2.ª, Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1843, p. 50.

³⁰⁰ Ver Anexo 2.

³⁰¹ Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 22.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

A distribuição da água a partir da Mãe-de-Água, «(...) implicou (...) a construção de numerosas galerias subterrâneas, cuja correcção de traçado e perfeição de acabamento ainda agora provocam admiração (...)»³⁰². As duas galerias principais, que Gustavo de Matos Sequeira designa por Galeria do Loreto e Galeria da Esperança³⁰³, tinham o seu início na Mãe-de-Água das Amoreiras. Antes outros dois ramais distribuíam água para diferentes zonas da cidade, retirando água do aqueduto antes de esta chegar à Mãe-de-Água das Amoreiras: a Galeria do Campo de Santana e a Galeria das Necessidades³⁰⁴.

**Figura 15**

Estava assim delineada a matriz da distribuição da água transportada através do Aqueduto. Ao longo dessas linhas seriam ser construídos os chafarizes, que iriam pôr termo à penúria do precioso líquido, que há tanto tempo atormentava a cidade.

Como poderemos verificar na planta incluída no Anexo 2³⁰⁵, a Galeria do Loreto saía da Mãe-de-Água, em direcção ao Príncipe Real, onde se dividia em três novas galerias. O ramal que derivava para a direita do curso das águas, alimentava o chafariz da Rua Formosa (actualmente do Século); o ramal que derivava para o lado esquerdo, alimentava o Chafariz da Mãe-de-Água (que foi transferido da Cotovia, para a

³⁰² *Ibidem*, p. 23.

³⁰³ Cfr. Gustavo Matos Sequeira, *ibidem.*, p. 404.

³⁰⁴ *Ibidem*.

³⁰⁵ Anexo 2 – I.

O Aqueduto das Águas Livres e os Seus Chafarizes

Praça da Alegria) e o Chafariz encostado à parede Norte do Passeio Público. A terceira galeria, prosseguia em direcção a S. Pedro de Alcântara. Daí continuava, ramificando-se de novo mais à frentem seguindo um canal para o Chafariz dos Portos de Santa Catarina (Loreto) e outro o Chafariz do Carmo, no largo com o mesmo nome.

A Galeria da Esperança derivava da primeira, na zona do Rato, seguindo em direcção a S. Bento. O primeiro chafariz a ser abastecido era o da Rua do Arco. Seguiu-se o Chafariz do Arco de S. Bento e por fim chegava ao Chafariz da Esperança.

Das outras duas galerias que distribuía a água pela cidade, a do Campo de Santana era a primeira a retirar água do aqueduto geral. Sai do aqueduto antes do Arco do Carvalhão e vai alimentar os chafarizes de S. Sebastião, da Cruz do Tabuado, do Campo de Santana e do Intendente. De acordo com Gustavo Matos Sequeira, este ramal abastecia ainda, o Hospital de S. José, o Chafariz do Rego e duas fontes particulares. E em tempos alimentara o Chafariz do Campo Pequeno e a Bica do Desterro³⁰⁶

A Galeria das Necessidades, sai do Aqueduto em Campo de Ourique e, tal como os outros, inclui diversos ramais. O primeiro destinava-se a alimentar o Chafariz da Estrela. Fornecia ainda água aos chafarizes das Terras, das Janelas Verdes, das Necessidades e da Praça da Armada, e, mais uma vez socorrendo-nos da informação veiculada por Gustavo Matos Sequeira, «(...) o antigo Palácio Real e suas cavaliarias, o quartel da Cova da Moura, a Legação Inglesa e mais três casas particulares.»³⁰⁷

Hoje, é difícil ao comum dos lisboetas imaginar a importância que estes chafarizes já tiveram na vida da cidade. Alguns deles já desapareceram, outros estão em vias de desaparecer, mas todos eles acusam o desprezo com que têm sido tratados; pelos poderes públicos, mas também pelos cidadãos, que generosamente serviram. A preservação da memória colectiva da cidade, impõe, necessariamente, a conservação e reabilitação dos seus chafarizes, cuja história está intimamente ligada a um período fundamental para o desenvolvimento e crescimento da cidade.

³⁰⁶ Cfr. Gustavo Matos Sequeira, *ibidem*, p. 404

³⁰⁷ Gustavo Matos Sequeira, *ibidem*, p. 405.

3. 1. Depois do Aqueduto

3. 1. 1. Da primeira administração da Obra das Águas Livres à extinção da Direcção da Real Fábrica das Sedas e Obras das Águas Livres

Com a morte de D. João V, em 1750, e de Cláudio Gorgel do Amaral, em 1751, desaparecem os dois principais dinamizadores da Obra das Águas-Livres. Ambos viram concretizado o seu sonho de trazer as Águas-Livres a Lisboa, mas já não puderam assistir à sua distribuição pela cidade. Efectivamente, as obras prosseguiriam durante toda a segunda metade do século XVIII, com a construção das galerias de distribuição e dos chafarizes que seriam alimentados com as águas do aqueduto.

À primeira administração do empreendimento³⁰⁸, subordinada ao Senado da Câmara, a quem competia a cobrança dos impostos, sucederia, nove anos depois a Junta de Administração das Obras do Aqueduto³⁰⁹. Porém, poucas foram as alterações que se verificaram, mantendo-se no essencial a mesma estrutura administrativa, mesmo depois da morte de D. João V «(...) e a ascensão de D. José e governo do Marquês de Pombal (...), assistindo-se apenas a uma certa desorganização nas reuniões da Junta depois do Terramoto, devido à falta de instalações próprias (...)»³¹⁰.

Ao longo do tempo, diversos foram os superintendentes da obra. Para além de José Soares de Sousa, o primeiro a ser nomeado, assumiram a direcção das obras, a partir de 1751, João Inácio Dantas Pereira, que já anteriormente desempenhara as funções de Procurador na mesma Junta; em Novembro de 1761, ocupa o cargo António Cláudio Corrêa da Fonseca; e, em Setembro de 1771, é nomeado o Dr. José Gomes de Brito³¹¹.

Porém, em 1777, por Alvará de 18 de Julho, a antiga Junta deu lugar a uma nova estrutura administrativa: a Junta de Administração das Fábricas do Reino e Obras

³⁰⁸ Cfr. Parte I – 2. 2. 1. As primeiras medidas.

³⁰⁹ Cfr. Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 19 (nota 1).

³¹⁰ Irisalva Moita «O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa», *ibidem*, p. 49.

³¹¹ Cfr. Irisalva Moita, *ibidem*.

das Águas Livres que, por sua vez, seria substituída, por Decreto de 5 de Junho de 1788, pela Direcção da Real Fábrica das Sedas e Obra das Águas Livres³¹².

Paulatinamente, a rede de distribuição de água ia-se alargando. Data deste período a construção de alguns dos mais emblemáticos chafarizes de Lisboa, autênticas pérolas arquitectónicas, projectadas por alguns dos grandes nomes da arquitectura portuguesa, entre eles, Carlos Mardel e Reinaldo Manuel dos Santos³¹³.

Com o aumento do número de chafarizes cresceu também o número de aguadeiros, que continuavam a ser os grandes distribuidores de água dentro do perímetro urbano, já que, apenas alguns, poucos, edifícios públicos e, ainda menos, particulares, eram abastecidos directamente a partir do aqueduto ou das galerias de distribuição de água que percorriam a cidade. Assim, a importância dos aguadeiros longe de diminuir tende a aumentar, tornando-se então famosa a figura do “galego”, imigrante que fazia da venda de água a sua principal ocupação³¹⁴.

Todavia, a cidade continuava a crescer e, rapidamente, se constatou que a água que a Lisboa era trazida pelo aqueduto já não era a suficiente para as necessidades da população. As Águas Livres, solução que se destinava a ser definitiva, não passara afinal de um paliativo. Ao longo dos anos, sucessivas nascentes³¹⁵ viram as suas águas juntar-se às de Belas, rumo à Capital, mas nem assim as reservas hidrológicas vieram a revelar-se suficientes para uma população em constante expansão³¹⁶.

Num Parecer datado de 22 de Setembro de 1815, José António de Sá, então director da Real Fábrica das Sedas e Obra das Águas Livres, chamava já atenção de que, em Lisboa, era «(...) tal a precisão que tivera o Governo de, providentíssimamente mandar acudir-lhe com água transportada da Outra Banda»³¹⁷. Para Gustavo de Matos Sequeira era a Câmara quem mandava «(...) buscar barcaças de água á Fonte da Pipa³¹⁸, e cada barril de vinte e cinco litros disputava-se a murro desenganado.»³¹⁹ E tanta era a dificuldade de recolher o precioso líquido que nos «(...) chafarizes havia continuadas

³¹² Cfr. Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 19 (nota 1).

³¹³ Joaquim Oliveira Caetano, «Arquitectos, Engenheiros e Mestres de Obras do aqueduto das Águas Livres» in Irisalva Moita (dir. e org.), *ibidem*, pp. 90-91 e pp. 93-95.

³¹⁴ Cfr. Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 23.

³¹⁵ «O aqueduto chegou a ser alimentado por cinquenta e oito diversas nascentes.» – Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 21 (nota 2).

³¹⁶ Cfr. Luís Leite Pinto, *op. cit.*, pp. 20-23.

³¹⁷ Parecer do Conselheiro Dr. José António de Sá, datado de 22 de Setembro de 1815, *apud* Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 25.

³¹⁸ A Fonte da Pipa, no Ginjal, ainda hoje existente, foi há poucos anos objecto de restauro por iniciativa da Câmara Municipal de Almada.

³¹⁹ Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 414.

Os Novos Paradigmas Liberais e o Abastecimento de Água à Cidade

lutas entre galegos e criados particulares, à conta da primacia em encher os barris nas bicas apenas gotejantes.»³²⁰. Pareciam regressados os tempos de penúria de água. Urgia encontrar novas soluções.

A água era então um bem caro, mas sendo um bem indispensável, não um luxo, o governo da cidade, à semelhança do que já no passado acontecera, por diversas vezes se viu obrigado a tomar medidas para evitar a especulação e travar os abusos, nomeadamente dos aguadeiros. Muitos foram «(...) os editais, leis e providências municipais sobre aguadeiros, lutas de chafarizes, preços de água (...)»³²¹ Falar de todas essas disposições seria certamente fastidioso, e não conforme aos objectivos deste trabalho. Não querendo, todavia, deixar de recordar algumas das mais curiosas, damos a palavra a Matos Sequeira:

*Em 1802, à conta de várias queixas contra os aguadeiros, saiu o **edital** de 17 de Setembro (...) prescrevendo multas para aqueles que não acudissem ao chamamento dos cidadãos, para os que fossem achados a dormir sobre o barril, etc.. Ficava-lhes sendo defeso encher o barril fora do chafariz a que estavam dados, obrigando-os a entrar na bicha, visto que o privilégio de encher a qualquer hora só pertencia aos capatazes – que eram sempre galegos velhos e experimentados. Os barris deviam andar todos marcados, para diferenciar os que servissem a água do Poço, os quais só podiam ir às bicas depois de muito bem lavados na presença do capataz, munido sempre da vara respeitável que era a insígnia do seu cargo. No caso de haver fogo perto do mar, eram os galegos obrigados a despir-se e a ir encher os barris metendo-se à água. Os barris marcados com AP (água de poço) vendiam-se a quinze réis, e os que tinham ACH (água do chafariz), a vinte réis. A elevação dos preços e o despotismo dos aguadeiros, mal chegava o verão, motivaram o rigoroso e curioso **edital**.*³²²

O aguadeiro era então uma das mais importantes personagens do quotidiano da cidade. Maioritariamente galegos, apesar de tão necessários, eram muito pouco considerados pelos lisboetas em geral e pelas elites em particular.

Exemplo da nossa afirmação anterior é o texto a seguir transcrito, publicado no *Archivo Pittoresco* em 1859.

O gallego passa por ser a brutalidade, a estupidez e a avareza encarnada n'uma figura de gente.

³²⁰ *Ibidem*.

³²¹ *Ibidem*, p. 415.

³²² *Ibidem*, p. 420.

Por isso se diz de todo o sórdido e mal creado : «É um gallego.»

*Efectivamente, os filhos de Tuy não são gente, e nós não podemos atinar com a razão por que os naturalistas se hão esquecido d'estes brutos, que só de humanos tem a figura, se bem que aterradora, e logo á primeira vista mostrando o que é, isto é, **a figura de um gallego.***

Um gallego diversifica tanto do homem, que nem mesmo encadernado n'uma casaca se confunde com elle.

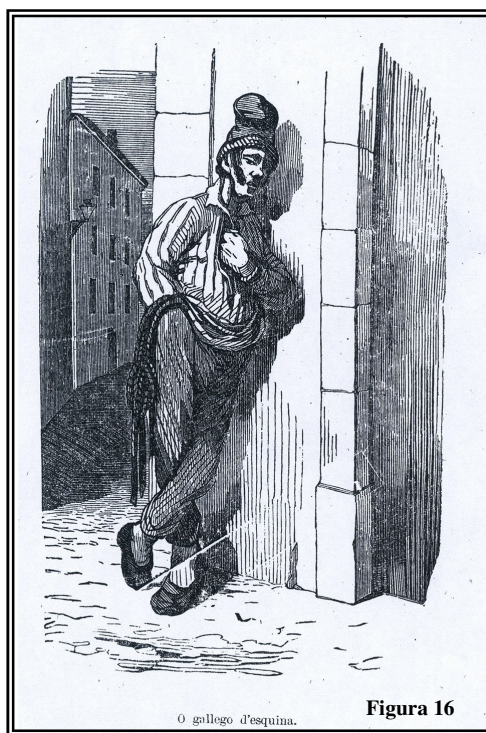
(...)

Não obstante, porém, o gallego ser animal irracional, e toda a repugnancia de que, dos pés á cabeça, nos infiltra, em consequencia da sua figura, indole e educação, passa, em geral, como homem, o que pouco cuidado nos daria, se para cumulo de contradicção e destemperos, não gozasse de prerogativas politicas, moraes, sociaes e physicas, como nenhum filho de Eva associado, teve ainda a commodidade e fortuna de obter.

Pois não é assim!?

O gallego passa como homem, é mais forte e vigoroso que um burro, e está isento de recrutamento!

O gallego vive da sua industria, e não paga decima.³²³



O gallego d'esquina.

Figura 16

Trata-se obviamente de um texto politicamente incorrecto, analisado de acordo com os padrões actuais. Seria ele ilustrativo do sentir dos lisboetas em meados do século XIX. Tudo indica que sim. Em Alfama, em finais dos anos sessenta do século XX, algumas das pessoas mais idosas, quando se sentiam ofendidas, redarguiam com ar

³²³ «O GALLEGO D'ESQUINA» in *Archivo Pittoresco. Semanário Illustrado*, volume II – 1858 – 1859, Lisboa, Editores Proprietários, Castro, Irmão & C.^a, 1859, p. 247.

ofendido: “Olha lá! Que eu não sou nenhum galego!”. Estamos, portanto, em presença de uma memória ainda não totalmente perdida: a da imagem do galego.

Mas regressemos ao século XIX, o século da máquina a vapor, dos avanços científicos de todas a ordem, em que ao homem já nada parecia impossível. Por isso «A comodidade, tornada hábito, ia-se mostrando insatisfeita, e a ideia do transporte de água aos domicílios entrou a ocupar muita cabeça engenhosa.»³²⁴

Data de 1823, o primeiro projecto de distribuição de água ao domicílio. Foi seu autor Francisco Sodré, que assim fixou o seu nome para posteridade. Em Outubro desse ano, dirigiu ele «(...) ao Rei um requerimento para que lhe fosse concedido o privilégio exclusivo da venda de água pelo espaço de vinte anos, de conformidade com um plano que elaborara, e que consistia em pôr ao serviço de cada um dos vinte e quatro chafarizes da capital oito carros de bois, cada um com sua pipa de 80 almudes e acompanhado de dois homens para a distribuição de água em baldes ou barris ao preço de um real por canada.»³²⁵

A companhia que para tal se constituiria, para além de facilitar uma distribuição mais próxima do consumidor, garantiria ainda «(...) um sistema de extinção dos incêndios mais pronto e eficaz do que aquele que estava sendo empregado.»³²⁶ Apesar das boas intenções do candidato a empresário das águas, o projecto não foi aprovado e porquê? Se olharmos agora atentamente para o texto anterior, que nos elucida sobre o teor da proposta, verificaremos que o veloz meio de locomoção proposto por Sodré para a distribuição da água pela interior da urbe lisboeta, assentava em “velocíssimos” carros puxados por juntas de bois. Ao sofisticado esquema de distribuição de água há que acrescentar os meios propostos para acudir aos incêndios, também eles de locomoção bovina.

Pasmará o leitor quando eu lhe disser que o auxílio rápido para a extinção dos fogos com que se pretendia substituir o barril dos aguadeiros, era o transporte das bombas em carros de bois!

Em cada chafariz deveria haver, segundo o imaginoso plano, oito carros com pipas, guarnecidos por dois homens, cada um com barris de vinte canadas, um carro com uma bomba, outros com sacos de areia e ainda outro com utensílios diversos, tudo puxado a bois.

³²⁴ Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 421.

³²⁵ Luís Leite Pinto, *op. cit.*, pp. 26-27.

³²⁶ *Ibidem*, p. 28.

*Ora onze carros, puxado cada um a uma junta de bois, dava, pelos vinte e quatro chafarizes então existentes a espantosa totalidade de 284 carros e 568 ruminantes! Era um delírio de grandeza e de velocidade!*³²⁷

Francisco Sodré passou à história, recordado apenas como protagonista de mais um dos curiosos projectos apresentados para o abastecimento de água à cidade. E se em Lisboa, já não se viam negras de pote a vender água pelas ruas, os aguadeiros, esses eram cada vez em maior número. O aprovisionamento da água era então feito «(...) utilizando barris carregados por alimárias ou transportados em carroças – o que tudo alongava desmesuradamente o tempo de espera junto da fonte e provocava, de quando em quando, transtornadores engarrafamentos de trânsito.»³²⁸

Situações de privilégio parecem sempre terem existido na história da humanidade. No abastecimento de água à capital, não iremos encontrar a excepção: mosteiros, ao serviço de Deus; quartéis, para imporem a ordem dos homens; e embaixadores, estas eram, em Lisboa as entidades favorecidas. Em cada chafariz, uma das bicas destinava-se exclusivamente ao serviço destas prestimosas entidades, privilégio apenas igualado pelas companhias de aguadeiros e pelos patrões da bombas e carros de escadas.

E assim Lisboa ia, em sobressalto constante, vivendo os primeiros anos do século XIX, pouco favoráveis a golpes de asa, que pudessem minimizar os seus males. Lembremos apenas que neste período se viveram as invasões francesas, o domínio, de facto, dos nossos velhos aliados ingleses, as Lutas Liberais, o despotismo miguelista e finalmente a Guerra Civil de 1832-1834, no fim da qual se viria a afirmar no trono D. Maria II, em cujo reinado se deu início ao período que viria a ser conhecido como da Regeneração.

Em 1834, terminada a Guerra Civil, assiste-se à definitiva vitória liberal. As consequências sociais, económicas e políticas, como sempre acontece nestas situações, não tardariam a fazer-se sentir. Em breve, prosperariam as empresas capitalistas nos mais díspares sectores económicos. Naturalmente, o abastecimento de água à cidade, não ficou fora dos apetites dos que, em nome do serviço público a prestar às

³²⁷ Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 422.

³²⁸ Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 25.

populações, lobrigaram a hipótese de lucro na venda de um bem que sempre fora público e que os lisboetas já haviam pago tão caro³²⁹.

Porém, no imediato, vivia-se ainda a euforia do triunfo dos cidadãos sobre o despotismo absolutista e por isso a única alteração de monta que se registou, foi o regresso da jurisdição camarária sobre as águas do Aqueduto, por Decreto de 27 de Novembro de 1835.

3. 1. 2. As novas propostas para o abastecimento de água à cidade. Da gestão Camarária à Companhia das Águas

Voltava então a questão do fornecimento de água à capital a ser uma questão prioritária para os edis de Lisboa. Mas os tempos eram outros. A burguesia liberal ascendera ao poder, o espírito empresarial capitalista, caminhava para o seu apogeu. Ao município lisboeta apresentava-se um enorme desafio porque, de acordo com Luís Leite Pinto³³⁰, «Urgia aumentar o caudal do abastecimento e melhorar as condições de fornecimento aos domicílios; e como o Município se não mostrava habilitado a encontrar para tão magno problema a solução porque todos clamavam, começaram os particulares a interessar-se pelo assunto e a apresentar as suas sugestões e propostas»³³¹, alternativa a que Câmara sempre se opôs.

Em 1945, o General António Bacon, na qualidade de «(...) representante do engenheiro hidráulico Frederico Braithloaite» apresentou um novo projecto que visava «(...) não só o abastecimento de água nos domicílios, como também a instalação da iluminação a gás, aproveitando as escavações que se haviam de fazer, a montagem do serviço de incêndios, com o material e pessoal adestrado e disciplinado para esse fim, e o encargo dos serviços da limpeza das ruas e higiene da cidade.»³³² Projecto ambicioso, sem dúvida, a concretizar por uma companhia, de capitais privados, obviamente, a criar para o efeito.

Na sua proposta, Bacon manifesta uma enorme aversão aos galegos que, na opinião de Matos Sequeira, cobre «(...) de impropérios (...) lamentando que a cidade

³²⁹ Recordamos que o Aqueduto fora construído à custa do Real de Água, imposto pago pelos cidadãos de Lisboa, que só deixaria de ser cobrado em 1828.

³³⁰ Em 1972, presidia ao Conselho de Administração da Companhia das Águas de Lisboa.

³³¹ Luís Leite Pinto, *op. cit.*, pp. 25-26.

³³² Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, pp. 422-423.

tenha as suas goelas à mercê dos cidadãos de Tuy.»³³³ Mais moderado, Leite Pinto, sobre esta proposta refere apenas que uma das vantagens apresentadas por Bacon era «(...) a diminuição do número de braços estrangeiros [refere-se aqui aos galegos, evidentemente] que se empregavam o mister de aguadeiros, os quais, totalmente estranhos à prosperidade nacional, tratavam somente de acumular meios improdutivos que eram mandados para as suas terras (...)»³³⁴

Enfim, diferentes perspectivas e abordagens de um mesmo documento, mas que no final revelam o mesmo desprezo de António Bacon pelos galegos, que bem ou mal lá iam distribuindo a água por Lisboa. Também esta proposta não foi aprovada pela Câmara. Que razões terão estado na origem desta posição camarária? A resposta à questão difere, de autor para autor. Matos Sequeira afirma que na resposta da Câmara era «(...) bem patente o seu ressentimento por se projectar usurpar os seus encargos com respeito á higiene da cidade e limpeza das ruas.» Por seu turno, Leite Pinto, pretende que na Câmara se entendeu «(...) que a proposta global apresentada não estava suficientemente definida e era sobretudo orientada pelo interesse particular do seu signatário, pelo que não merecia aprovação.»³³⁵

Outras propostas se lhe seguiram. Logo em 1846, Luís Scossa, em nome da firma Júlio Leacock & C.^a apresentou uma outra, na qual se propunha:

(...) levar a água a todas as casas de Lisboa e fornecer a porção que os habitantes quisessem pelo preço por que então era vendida pelos aguadeiros (20 réis por almude); prover todas as ruas de água para acudir aos incêndios; e concluir o aqueduto que faltava para meter nos arcos das Águas Livres a água de Carnaxide, mediante o percebimento da soma a convencionar com o governo e pela forma e no tempo que se ajustassem.

*Em contrapartida, seria posta à disposição da companhia, pelo prazo de quarenta anos, toda a água aduzida pelo aqueduto e seria ela autorizada a pôr torneiras em todos os chafarizes para só serem abertas por empregados seus quando alguém viesse em busca de água, e isto com o fim de evitar o desperdício. E continuaria a haver aguadeiros para o serviço das casas que não quisessem recorrer aos préstimos da empresa.*³³⁶

³³³ Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 423.

³³⁴ Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 28.

³³⁵ *Idem, ibidem*, p. 29.

³³⁶ *Ibidem*.

Não ficariam por aqui as propostas apresentadas. Todas elas rejeitadas. Todavia, importa referir apenas mais uma: importante, por ser aquela que pela primeira vez se propunha o emprego de máquinas a vapor para elevar as águas a partir de uma cota significativamente baixa, para outras mais elevadas. A ideia era do engenheiro da Câmara Municipal de Lisboa, Pedro José Pezarat. Dele voltaremos a falar na Parte II deste trabalho. Tantas foram as propostas apresentadas, «(...) um dilúvio de projectos e de planos (...)», nas palavras de Matos Sequeira, que, em 1849, o Governo determinou a abertura de um concurso público. Acredite-se ou não, o concurso encerrou sem um único concorrente.

Fechado o concurso, de novo a chuva de propostas. Certamente, cada uma melhor que a anterior. Foi criada então uma comissão com o objectivo de analisar detalhadamente todas as propostas apresentadas. Esta emitiu um parecer final em 28 de Junho de 1850, considerando como sendo a proposta que melhor garantias oferecia, a da firma Frederico Braithloaite & Filhos. Apesar de ainda se ter feito um projecto de contrato, este não chegou a ser assinado face às reclamações de diversos outros pretendentes ao negócio, alegadamente lesados com a escolha efectuada³³⁷. Caricata a situação se se considerar que nenhum dos alegados prejudicados se apresentou anteriormente a concurso.

Porém, em 1851, dá-se o golpe chefiado por Saldanha, que poria fim ao Governo de Costa Cabral. Face à situação de impasse que se vivia, no que ao abastecimento de água a Lisboa dizia respeito, o novo governo, Chefiado pelo Duque de Saldanha «(...) decidiu (...) enviar à Câmara de Deputados, em 1 de Março de 1852, um projecto de lei fixando as condições que deveriam regular tais concursos.»³³⁸ A Câmara de Lisboa, que nunca se mostrara entusiasmada com a entrega do abastecimento de água à cidade a companhias privadas, tratou logo de apresentar razões que em seu entender deveriam impor a rejeição do projecto de lei que seriam, no essencial, as mesmas que viria a apresentar no ano seguinte, em representação dirigida à rainha, de que voltaremos a falar.

Porém, a Câmara de Deputados, foi dissolvida em 24 de Julho de 1852 e, dada a urgência da questão, em 22 de Dezembro de 1852, foi promulgado um Decreto que autorizava o governo, chefiado pelo Duque de Saldanha, «(...) a contractar, em

³³⁷ Cfr. Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 424.

³³⁸ Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 31.

concurso publico, o fornecimento das aguas precisas para consumo da Capital.»³³⁹ O concurso teria a duração mínima de quarenta dias e as empresas concorrentes deveriam que apresentar propostas que contemplassem o fornecimento de água à cidade, em pelo menos o dobro da que na altura se consumia. As empresas concorrentes comprometer-se-iam a «(...) levar a agua ao domicilio dos habitantes, por meio de um systema de conductores ou encanamentos»³⁴⁰ e a «(...) manter em perfeito estado de conservação os actues encanamentos e chafarizes, ou quaesquer, que se lhes substituam, para serviço de quem nelles quizer continuar a prover-se.»³⁴¹

Estas eram, no essencial, as obrigações da empresa vencedora do concurso, cujas contrapartidas, para além do rendimento obtido com a venda da água, se encontravam estabelecidas no mesmo Decreto. Ficava assim estabelecido que poderia o Governo, «(...) conceder á empreza a introducção, livre de direitos, as machinas, tubos, ferro, utensílios, instrumentos, e quaesquer outros objectos necessarios para complemento das obras»³⁴², bem como, «(...) estipular com a empreza a concessão de terrenos públicos ou municipaes para construcção de cisternas, reservatórios, e quaesquer outras obras hydraulicas.»³⁴³

Durante a duração do contrato, à empresa seria concedido «(...) o uso fructo do aqueducto, e depositos, das Aguas-Livres, nascentes, ramaes, tanques e chafarizes; e bem assim o das aguas dos rios, ribeiras, regatos, poços equaesquer [sic] outras que existem no domínio publico, sem prejuízo dos direitos adquiridos sobre essas aguas.»³⁴⁴ Teria ainda «(...) o direito de cobrar summariamente o preço das aguas; sendo as dividas provenientes, equiparadas para todos os effeitos, ás dividas pela renda das casas.»³⁴⁵. A singularidade deste contrato residia nos enormes benefícios de que usufruiria a empresa ganhadora, quando comparados com os serviços a fornecer. Para além das obras necessárias para assegurar uma boa distribuição da água ao longo da malha urbana, factor assaz importante para a sua venda, a empresa apenas teria que se

³³⁹ Art.º 1.º do Decreto de 22 de Dezembro de 1852, in *Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo Pela Camara Municipal de Lisboa; Sobre o abastecimento d'aguas na Capital por meio de empreza; Segundo as bazes estabelecidas no Decreto de 22 de Dezembro de 1852*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1853, p. 5.

³⁴⁰ Art.º 4.º do Decreto de 22 de Dezembro de 1852, *ibidem*.

³⁴¹ Art.º 5.º do Decreto de 22 de Dezembro de 1852, *ibidem*.

³⁴² Art.º 8.º do Decreto de 22 de Dezembro de 1852, *ibidem*, p. 6

³⁴³ Art.º 9.º do Decreto de 22 de Dezembro de 1852, *ibidem*.

³⁴⁴ Art.º 10.º do Decreto de 22 de Dezembro de 1852, *ibidem*.

³⁴⁵ Art.º 11.º do Decreto de 22 de Dezembro de 1852, *ibidem*.

comprometer em aumentar para o dobro o volume de água com que a cidade era então abastecida.

Esse foi, aliás, o entendimento da Câmara de Lisboa que, sem perder tempo, em 8 de Janeiro de 1853, dirigiu uma Representação à Rainha «(...) supplicando-lhe que houvesse por bem ordenar que o Governo não fizesse uso daquela autorização»³⁴⁶ e, a 7 de Março do mesmo ano, uma outra «(...) dirigida á Camara dos Senhores Deputados (...)» porque sendo os argumentos apresentados na representação dirigida à Rainha «(...) taes e tão ponderosos (...)», e, mesmo acreditando a Câmara de Lisboa «(...) de que o Governo [era] dotado de summa illustração, e animado das melhores intenções, [e que por si próprio] teria providenciado competentemente para se verificar o grande pensamento do abastecimento de agua, sem estabelecimento de monopólio, nem offensa de interesses municipais, se não houvesse já cessado os poderes extraordinarios de que se achava revestido»³⁴⁷, decidiu a Câmara, agora que fora eleita a nova Câmara de Deputados, e que o Governo levara «(...) ao Corpo Legislativo esse Decreto, envolvido no complexo das leis da dictadura (...) apresentar essa nova Representação, para apresentar «(...) as rasões expendidas naquella representação [a que antes fora dirigida à Rainha], e as deduzidas de todos os documentos, que a acompanharão, e que vão juntos, para que sejam devidamente pezadas, e justamente atendidas.»

E que documentos eram esses que se juntavam? Pois bem, tratava-se da «REPRESENTAÇÃO dirigida aos Senhores Deputados em 1852», aquando da apresentação pelo Governo do projecto de concurso para abastecimento de água a Lisboa, na anterior legislatura, acompanhada de pareceres do síndico e do advogado da edilidade, de um Relatório «(...) sobre o estado das nascentes que alimentam os chafarizes d'El-Rei, de Dentro, da Praia, e o tanque das alcaçarias; – e sobre os meios de estabelecer um melhor systema de aproveitamento, e de distribuição destas mesmas aguas, no Bairro Oriental de Lisboa, assim como na Cidade baixa.»³⁴⁸

³⁴⁶ «REPRESENTAÇÃO dirigida á Camara dos Senhores deputados em 1853», *ibidem*, p. 7.

³⁴⁷ *Ibidem*.

³⁴⁸ «Relatorio á Excelletissima Camara Municipal de Lisboa sobre o estado das nascentes que alimentam os chafarizes d'El-Rei, de Dentro, da Praia, e o tanque das alcaçarias; - e sobre os meios de estabelecer um melhor systema de aproveitamento, e de distribuição destas mesmas aguas, no Bairro Oriental de Lisboa, assim como na Cidade baixa», *ibidem*, p. 30.

Este Relatório³⁴⁹, datado 12 de Abril de 1852, tem como autor o engenheiro Pedro José Pezarat, já citado anteriormente a propósito de um dos projectos de abastecimento de água à cidade. Neste relatório, o Pezerat volta a propor a utilização de bombas hidráulicas, movidas a vapor, para elevar as águas desde o chafariz d'El-Rei até ao Largo de S. Luzia. Pezerat apresentava ainda um outro estudo «(...) sobre as conservas d'agua da Quintam até ao Salto Grande.»³⁵⁰

Outros pareceres, sobre a qualidade das águas de Lisboa, nomeadamente das águas orientais e as características geológicas dos terrenos da região de Lisboa, fazem parte do rol de documentos que acompanhavam a Representação apresentada à Câmara de Deputados em Março de 1753.

Que razões moviam a Câmara na sua oposição à abertura de concurso de tal concurso. Vejamos detalhadamente as objecções apresentadas pela edilidade.

Começava a Câmara, dirigindo-se à Rainha, por afirmar que:

*(...) o fornecimento abundante de aguas n'esta Capital foi sempre um dos principaes cuidados dos Senhores Reis de Portugal, do Senado da Camara, e das Camaras Municipaes: é a estes cuidados, e ao dinheiro do Povo, que se devem esse grandioso monumento das Aguas-Livres, os diversos chafarizes disseminados pela Cidade, e a agua que os alimenta: sem que para isso hajam concorrido esforços de companhia alguma. Para o augmento d'essa agua, em verdade minguada para as necessidades do município, é que varios especuladores tem apparecido a pedir a concessão de formar companhias; mas todos os Governos tem sobre esses projectos ouvido as Camaras Municipaes, e o resultado ha sido a negação, e o reconhecimento dos males que d'ahi procederiam; males que não resultar da execução do Decreto, como a Camara Municipal passa a demonstrar.*³⁵¹

Analisando, artigo a artigo, o Decreto de 22 de Dezembro de 1852, prosseguia o texto da Representação:

No Decreto se estabelece que a quantidade de agua potável, que a empresa deverá fornecer, será, pelos menos, o dobro da que actualmente se consome; se isto tem referencia ao

³⁴⁹ A este Relatório voltaremos na segunda parte deste trabalho, por ele se referir na sua totalidade ao aproveitamento das águas de Alfama.

³⁵⁰ «MEMORIA sobre as conservas d'agua da Quintam até ao Salto Grande» in *Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo Pela Camara Municipal de Lisboa; Sobre o abastecimento d'aguas na Capital por meio de empresa; Segundo as bases estabelecidas no Decreto de 22 de Dezembro de 1852*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1853, pp. 53-57.

³⁵¹ «REPRESENTAÇÃO dirigida a sua Magestade a Rainha» *ibidem*, pp. 8-9.

Os Novos Paradigmas Liberais e o Abastecimento de Água à Cidade

tempo da carencia della no estio, esse dobro não é bastante para abastecer a Cidade completamente (...) se tem referencia ao resto do anno, para isso é escuzada a empresa, porque as nascentes que fornecem aguas ao aqueducto e chafarizes, são abundantíssimas, em tal quantidade, que muita porção se lança fóra.

A disposição que póde promover sympathias a favor do Decreto, é a que determina que a licitação, versará sobre o preço da agua, o qual não poderá exceder a dez réis por cada trez almudes, equivalente a cinco réis o barril: de verdade, ao primeiro intuito, e sem profundar a materia, parece nada haver mais vantajoso; mas uma séria reflexão, acompnhada de espirito investigador, persuade o contrário.

A empresa é obrigada a levar agua ao domicilio dos habitantes; mas de que fórma? Quando o empresário António Bacon tentou a autorisação para estabelecer uma companhia com o fim de abastecer a Cidade de agua potável, no numero das suas condicções, vinha tambem a de conduzir, por meio de canos, ás casas, e aos logares onde quer que se carecesse della; mas sendo chamado á Camara para dar explicações (porque a Camara foi ouvida) declarou que a agua seria posta á porta das casas, mas não levada aos diversos andares d'ellas; se esta for a intelligência dada ao Decreto, nesta parte nada explicito, terá o cidadão de pagar o transporte desde a porta da rua até ao andar em que habitar, o que nunca será menos de cinco réis por barril; por tanto já cada um fica por dez réis, preço porque hoje se vende em grande parte do anno: nem se objecte que qualquer creado póde fazer esse serviço; porque quem tem creado, ou creados para isso, não é por certo quem compra agua; e quem sendo menos abastado, se ajusta com fornecedor mensal, accumula-lhe o desempenho de outros serviços diários, o que tudo attendido fica-lhe a agua por muito menor preço.

Accresse a isto uma outra consideração; o municipio para os objectos sabiamente mencionados no Relatório do Decreto, e para outros mais ahi omissos, carece de avultada quantidade de agua; e como poderá obtê-la? Pagando-a á companhia por grossas somas; e estas d'onde hão de sahir? Do suor do Povo, de contribuições sobre os habitantes da Capital: ora, meditando-se n'esta verdade de pura intuição, conhecer-se-ha que o preço da agua, bem calculado, fica muito mais caro do que hoje custa. Poderá dizer-se, que á companhia se impõe o dever de manter em perfeito estado de conservação os actuaes encanamentos e chafarizes, ou outros quaesquer que se lhe substituam para serviço de quem n'elles quiser continuar a prover-se; e em consequência ninguém é obrigado a comprar agua á empresa; esta consideração, quando se admitisse, destruia a utilidade da concessão do privilegio; e suggere uma outra ideia, que não tem contrariedade: se a agua que existe é pouca, e se gasta toda, com especialidade no verão; se a empresa ha de conservar os chafarizes para nelles se quiser

Os Novos Paradigmas Liberais e o Abastecimento de Água à Cidade

provêr; e por tanto não lhes ha de diminuir a quantidade d'agua, que é do costume terem; se as mesmas sobras d'esses chafarizes por Decretos reaes e por contractos solemnes, estão adjudicadas a concessionários; e outras pertencem ao uso de lavadouros publicos; não tem explicação plausivel a concessão do uso fructo d'essas mesmas aguas, e o facto de as arrancar á administração municipal: o dilêma é terminante, se a companhia se aproveitar das aguas existentes, não pôde conservar os chafarizes no mesmo estado para o fornecimento publico; e se estes tem de ser igualmente providos, não pôde a companhia ter o uso fructo de aguas, que lhe é impossivel aproveitar: tenha pois o uso fructo das aguas que explorar ou conduzir, sem prejuizo de terceiro; tenha o uso dos aqueductos para por elles conduzir essas aguas tanto quanto elles comportarem; mas não se prive o municipio d'uma propriedade sagrada, qual é o uso fructo das aguas que o mesmo Decreto diz, que fiquem para os usos do publico.³⁵²

E a Representação continuava no mesmo tom, contestando todas as alegadas vantagens que a privatização do abastecimento de água à cidade poderia trazer ao município e seus munícipes. Terminava o documento, com a exposição dos projectos desenvolvidos pela Câmara com vista a suprir a falta de água potável. Medidas que, na sua perspectiva, obviariam à necessidade de se entregar o abastecimento de água a uma companhia de capitais privados, evitando que o Governo recorresse à autorização para lançar o concurso regulamentado pelo Decreto de 22 de Dezembro de 1952.

Não basta, Senhora, reconhecer-se uma grande necessidade; é necessario calcular bem se o remédio, que se tenta, será peor que o mal, que se soffre: além disso é necessario minuciosamente investigar, se com menores sacrificios se podem obter os desejados resultados: este tem sido um dos principaes cuidados da Câmara; e ella pôde asseverar a Vossa Magestade, que em dez mezes de sua gerência um só momento se não tem deslebrado d'elle; esta asserção não fica reduzida a vãs palavras, pôde traduzir-se em factos reaes. Logo no principio da sua administração mandou proceder a minuciosos e scientificos exames sobre o encanamento das aguas da Francezas em Carnachide e bem assim ao respectivo orçamento;(...)

(...) todavia ainda que a Camara considerasse este objecto como importante, reconhecendo que d'ali não podia vir á Cidade o abastecimento necessario, curou de dar impulso a novas tentativas; e comprazer declara que hoje tem dous projectos sufficientes para o completo fornecimento de agua na Capital; e que, attenta a sua grandeza, não demandam grossos

³⁵² *Ibidem*, pp. 9-11.

Os Novos Paradigmas Liberais e o Abastecimento de Água à Cidade

*capitães; projectos esses que estão desenvolvidos em plantas levantadas, e minuciosos relatorios.*³⁵³

Como já referimos, eram dois estes projectos. Um visava o aproveitamento das águas de Alfama e sobre ele falaremos detalhadamente na segunda parte do nosso trabalho. O segundo projecto apresentado pela Câmara na sua Representação era «(...) igualmente de grande alcance, e consist[ia] em construir duas grandes conservas d'agua na Ribeira de Carenque (...)»³⁵⁴. E, assim, concluía o executivo camarário «(...) teremos para o abastecimento de Lisboa uma quantidade de agua seis vezes maior que a actual; sendo aliás bem diminutas as despesas a fazer.»³⁵⁵ Por isso, colocava a Câmara a questão:

*Senhora, quando as cousas estão n'estas circunstancias, quando o completo abastecimento d'aguas se antolha de tão facil e prompta aquisição, será conveniente ir sacrificar a especuladores avaros o producto de tantos milhões de cruzados, a riqueza natural das aguas do Bairro d'Alfama, e todas as diligencias até aqui feitas? Hão de as Aguas-Livres para todo o povo, que as remio com o seu suor, passar gratuitamente para as mãos dos monopolistas.*³⁵⁶

Seguia-se uma última e definitiva objecção, na qual se resumiam todas as reservas que a edilidade alimentava quanto à aplicação do Decreto:

Que se conceda a qualquer empresa a faculdade de adquirir novas aguas, e introduzi-las em Lisboa, de as distribuir pelos moradores, e levar-lhas ao domicilio, é por certo de grande interesse, e não póde encontrar resistencia alguma, ainda mesmo que se lhe conceda a faculdade de vender a agua a seu arbítrio; mas pretender dar gratuitamente, por vinte annos, a uma empresa, o que custou ao povo tão avultadas sommas³⁵⁷; dar-lhe os grandes mananciaes do bairro oriental, para este povo, a Camara Municipal, e os mesmos estabelecimentos publicos lh'a irem de novo comprar, é o que a Camara, em nome, e por interesse do município que representa, não póde deixar de supplicar a Vossa Magestade, que se não faça, e que affaste do povo esse flagello do monopolio das aguas, que será sem duvida o mais descummunal de quantos tem existido em Portugal. A insistencia com que varios especuladores, ha muitos annos, constantemente não tem

³⁵³ *Ibidem*, p.13.

³⁵⁴ *Ibidem*.

³⁵⁵ *Ibidem*.

³⁵⁶ *Ibidem*.

³⁵⁷ Refere-se aqui a Câmara ao Aqueduto e a todas as obras com ele relacionadas.

cessado de solicitar concessão de uma tal empresa, seria , se outras não houvessem, a prova cabal da asserção enunciada.

A Camara estremece, e não póde deixar de assustar-se com uma tal ideia; nem isto são vãs apprehensões: quando ella considera os grandes prejuizos que tem resultado ao municipio do inconsiderado contracto feito com a companhia de illumination a gaz; quando se recorda de que depois do estabelecimento d'essa companhia, esta tem estado em hostilidade com todas as Câmaras, e tem zombado das exigencias de todas ellas; quando imagina que para alcançar a Camara aquillo mesmo que é expresso no espirito e letra do contracto sempre encontra injusta resistencia, não póde deixar de tremer com a simples ideia de companhias monopolisadoras; e se tal é o fructo dellas quando, como aquella, apenas empregam os próprios fundos, rescresce o argumento na do monopolio das aguas, que, em magnitude, não admite comparação alguma; e á qual, segundo o Decreto, se vai entregar desde logo o valor de muitos milhões.³⁵⁸

Necessariamente, face a tão ponderosas razões, a Câmara confiava que a rainha, «(...) ordene que o Governo não faça uso da auctorisação concedida no Decreto, ao menos em quanto não fôr approved pelo Corpo Legislativo, que attenderá ás conveniencias dos povos, e aos dictames da justiça.»³⁵⁹ Esta opposição da edilidade encontrou eco nos meios políticos e na imprensa e tudo acabou por ficar na mesma. Ainda não fora desta vez que o abastecimento de água à cidade passara a ser assegurado por uma empresa privada.

Por proposta do Conde de Rio Maior e do Barão da Ordem da Vargem, Pares do Reino e membros da edilidade, eleitos para a nova Câmara de Deputados, foi o polémico Decreto revogado «face aos clamores na imprensa contra algumas das bases estabelecidas, que pareciam obscuras e prejudiciaes para os interesses da municipalidade e do publico (...)»³⁶⁰

³⁵⁸ «REPRESENTAÇÃO dirigida á Camara dos Senhores deputados em 1853», *ibidem*, p. 15.

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 16.

³⁶⁰ Augusto Pinto de Miranda Montenegro, *Memoria sobre as aguas de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, p.53.

3. 2. Águas de Lisboa: de bem público a monopólio privado

3. 2. 1. A primeira Companhia das Águas

Chegamos assim a Abril de 1855, altura em que a Câmara Municipal de Lisboa recebe do grupo de capitalistas e técnicos que explora as concessões de água nas cidades de Londres e Berlim uma proposta para abastecer Lisboa com novos caudais e proceder à distribuição em novos moldes.

O grupo é representado por Duarte Meddlicott e pensa poder resolver o problema com as nascentes da parte oriental da cidade, com as águas das Francesinhas e com as mais que a Câmara julgar convenientes ou que ele vier a encontrar em condições de exploração rentável.³⁶¹

No essencial, as propostas agora apresentadas não divergiam muito do clausulado do Decreto de 22 de Dezembro de 1852. Nomeada uma comissão para apreciar a nova iniciativa privada, esta «(...) pronunciou-se, em última análise, no sentido de que a proposta não era vantajosa e de que mais conviria à Câmara tomar por administração directa esse negócio da captação e distribuição das águas.»³⁶² Talvez as intenções do município fossem as melhores, mas o dilema era grande porque, por um lado «(...) a Câmara não tinha possibilidades financeiras para se abalançar à realização de qualquer projecto de grande envergadura e os capitalistas só se dispunham a correr os riscos da empresa mediante condições que sistematicamente se consideravam de intolerável exigência.»³⁶³

A situação não poderia manter-se neste impasse por muito mais tempo. Por isso, em Julho de 1855, era promulgada uma nova lei que autorizava o «(...) Governo a contratar, como julgasse mais conveniente, com qualquer empresa, em concurso público e ouvida a Câmara Municipal e a Secção Administrativa do Conselho de Estado, o abastecimento de água e a sua distribuição pelas casas da capital.»³⁶⁴ Era na altura Ministro interino da Obras Públicas, uma figura chave, quando se fala da “Regeneração”: Fontes Pereira de Melo.

³⁶¹ Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 32.

³⁶² *Idem, ibidem*, p. 34.

³⁶³ *Ibidem*.

³⁶⁴ *Ibidem*.

A singularidade do processo começa quando, logo a 8 de Agosto, é assinado um contrato provisório com Duarte Meddlcott e Thomaz Rumball. Este contrato, aprovado pelo Decreto de 13 Agosto, antecipa-se assim à abertura do concurso público, declarado aberto «(...) pelo espaço de quarenta dias, em rigorosa conformidade com todas as cláusulas e condições desse contrato que servia de programa.»³⁶⁵

Três foram as propostas concorrentes, sendo uma, necessariamente, a dos referidos Duarte Meddlcott e Thomaz Rumball. Todavia, contrariamente ao que seria expectável, atendendo à forma como fora lançado o concurso, não foi esta a proposta vencedora, dado haver «(...) quem assumisse a obrigação de ultrapassar em cerca de 50 por cento o volume de água com que a empresa que subscrevera o contrato provisório se dispunha a abastecer a capital.»³⁶⁶

Deste modo, «(...) a despeito da garantia que apresentava a experiência colhida pelo grupo de Duarte Meddlcott na exploração das concessões de Londres e de Berlim e do receio justificado de confiar ao grupo de Cerqueira de Faria (do qual faziam também parte João Pedro da Costa Coimbra e Jacinto da Silva Falcão) negócio de tanta monta (...)»³⁶⁷, foi a este último grupo que o Governo adjudicou o fornecimento de água à cidade de Lisboa, por Decreto de 28 de Janeiro do ano seguinte.

«Logo em 12 de Fevereiro de 1856 se reuniram os fundadores da empresa para se assentar nas bases da actuação a adoptar, se legalizar a representação da direcção e se fazer sentir ao Governo o decidido empenho em que todos estavam que viessem a ser escrupulosamente cumpridos os compromissos que se haviam tomado.»³⁶⁸ A boa vontade dos empreendedores não obistou, porém, a que «(...) rapidamente (...) [surgissem] duvidas e reclamações da empresa, que queria ser dispensada de fornecer desde logo toda a agua a que se compromettera (...)»³⁶⁹. Como é óbvio, não podia o Governo ceder neste particular aspecto «(...) pois, tendo a proposta sido apresentada em concurso publico, não admittia a possibilidade de qualquer alteração. Por isso o contracto só veio a realisar-se tres annos depois, sendo então definitivamente constituída a Empresa das aguas de Lisboa.»³⁷⁰

³⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 35.

³⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 36.

³⁶⁷ *Ibidem*.

³⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 37.

³⁶⁹ Augusto Pinto de Miranda Montenegro, *op. cit.*, p.72.

³⁷⁰ *Ibidem*.

Da parte dos proprietários que, em nome do bem público, a empresa deveria expropriar, não tardaram reacções mais ou menos vigorosas, sendo estas a espoletar toda a sequência de acontecimentos que culminariam na declaração de falência da empresa. «Sabedora das queixas e resistências que de todos os lados se levantavam, apressou a direcção [da empresa] a fazer constar que todo o prejuízo que a empresa viesse a causar nessa matéria seria equitativamente ressarcido, sem necessidade de pleitos (...)»³⁷¹ Apesar dessas garantias, nunca mais as dificuldades deixaram de subsistir.

Logo em 17 de Setembro de 1856, um grupo numeroso de proprietários, que incluía agricultores, moleiros e alguns industriais, dirigiu ao Rei D. Pedro V «(...) uma extensa representação, (...) na qual salientava a ganância com que os adjudicatários do fornecimento de água à capital pensavam resolver o seu problema, lançando na miséria algumas centenas de famílias (...)»³⁷². Essas expropriações resultariam da aplicação do plano apresentado pelo engenheiro francês Louis Charles Mary, indicado à companhia por Vitorino Damásio, um velho liberal, que atingira o generalato nas duras campanhas contra os miguelistas e nessa altura se encontrava em Paris.

Mary, inspector geral de Pontes e Calçadas em França, naturalmente não poderia vir instalar-se em Lisboa, como era desejo da direcção da companhia, «(...) mas nenhuma dúvida tinha em tomar sobre si o encargo para que era solicitado, desde que lhe apresentassem uma planta da capital à escala de 1:2500, com a indicação do traço dos aquedutos dentro da cidade e da localização dos chafarizes existentes, e lhe fornecessem também uma planta geral dos aquedutos desde as nascentes até à capital».³⁷³ Contando com o apoio de engenheiros portugueses, Mary foi elaborando o seu projecto, acabando mesmo por vir a Lisboa, onde o seu trabalho foi unanimemente apreciado no seio da direcção da companhia.

«Ao partir para França, o engenheiro Mary expendeu a opinião de que o abastecimento e a distribuição de água em Lisboa não envolviam grandes dificuldades nem exigiam despesas extraordinárias, pelo que considerava a empresa um bom negócio. Certo é que nos seus cálculos não contava ele com os gastos a efectuar com

³⁷¹ Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 39.

³⁷² *Idem, ibidem*, p. 41.

³⁷³ *Idem, ibidem*, p. 37.

expropriações (...)»³⁷⁴ e, acrescentamos nós, também não conhecia os portugueses e os seus estranhos costumes.

Certo é que, ameaçados nos seus direitos de propriedade, nunca mais os alegados lesados se calaram. Perante as críticas que iam surgindo um pouco por todo o lado, a direcção da empresa quis assegurar-se de que o seu plano assentava em bases sólidas. Para isso, encomendou a Carlos Ribeiro um «(...) reconhecimento geológico dos terrenos que cercam Lisboa³⁷⁵ (sem o que não seria possível determinar os locais susceptíveis de fornecerem maior quantidade de água potável) tendo em atenção: a sua altitude, para que se pudessem atingir sem auxílio de acção mecânica os pontos mais elevados da cidade; e a sua distância, para que o custo provável das obras de adução fosse compatível com as possibilidades económicas da empresa.»³⁷⁶

O parecer de Carlos Ribeiro, resultante do estudo então elaborado, não avalizava na totalidade os planos de Mary. No *Archivo Pittoresco*, de 14 de Julho de 1857, a publicação dessa Memória, merecia o seguinte comentário do articulista:

*A última parte do trabalho do sr. Carlos Ribeiro, parecêra á primeira vista uma impugnação ao plano de Mary, se não fosse geralmente sabido que o celebre engenheiro francez não fez, nem tinha tempo para fazer, nos poucos dias que aqui se demorou, os estudos e reconhecimentos previos necessarios para resolver a questão do traçado, não só em relação ás obrigações contrahidas pela companhia, e necessidades do presente, mas sobre tudo em relação ao abastecimento futuro, que, se não for considerado agora com sabia e previdente atenção póde com o tempo vir a complicar seriamente os interesses económicos da empreza, e turvar-lhe os claros horisontes da sua prosperidade.*³⁷⁷

O próprio Carlos Ribeiro, na terceira parte do seu trabalho, na qual aborda os «PROJECTOS DE AQUISIÇÃO DE AGUAS, E DA SUA CONDUÇÃO PARA O AQUEDUCTO GERAL DAS AGUAS LIVRES»,³⁷⁸ reconhece que:

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 39.

³⁷⁵ Carlos Ribeiro, *Reconhecimento Geológico e Hydrologico nos terrenos das Visinhamças de Lisboa com Relação ao Abastecimento das Águas desta Cidade*, Lisboa, Typographia da Academia Real da Sciencias, 1857. A este importante estudo de Carlos Ribeiro já nos referimos no primeiro capítulo do nosso trabalho.

³⁷⁶ Luís Pinto Leite, *op. cit.*, p. 43.

³⁷⁷ «ABASTECIMENTO DE AGUAS PARA LISBOA» (Julho de 1857), in *Archivo Pittoresco. Semanario Illustrado*, volume I – 1857 – 1858, Lisboa, Lisboa, Editores Proprietários, Castro, Irmão & C.^a, 1858, p. 110.

³⁷⁸ Carlos Ribeiro, *ibidem*, p. 101.

Quando Mr. Mary, distincto Engenheiro do Departamento do Senna, veio a Lisboa com o fim de examinar a questão do abastecimento de aguas desta Capital, acceitou a hypothese da existencia de um certo volume dellas, em dada posição, e limitou-se a redigir o seu projecto em relação á conducção e distribuição dessas aguas. O prazo marcado no Decreto da concessão para a apresentação destes trabalhos estava definido, e por tanto Mr. Mary não podia, por falta de tempo, deixar de pôr de parte outras investigações, e de se restringir exclusivamente a preencher aquelles fins.³⁷⁹

Ora, continuava o articulista do *Archivo Pittoresco*, foram «Essas investigações que Mary foi forçado a pôr de parte, é que, feitas posteriormente, são agora talvez chamadas pelo seu elevado valor, a influírem e modificarem o traçado primeiramente proposto, depois de serem submettidas ao exame, contraprova, e discussão de homens competentes.»³⁸⁰. E, homem de boa fé, ou simplesmente crente na capacidade empresarial dos capitalistas portugueses, concluía o seu artigo esperançado em que:

*Desde que um homem com as habilitações, independência, e probidade do sr. Carlos Ribeiro invoca considerações de ordem tão elevada, não é licito duvidar da illustrada prudencia com que andar á direcção da companhia das aguas, por sollicitação e incumbencia da qual foi feito aquelle **Reconhecimento** e estudo, cuja discussão é do interesse presente e futuro da companhia promover sem demora, para satisfação de todas as consciências, e sobre tudo allivio da responsabilidade da direcção para com a companhia, e para com o município.*

Se, porém, contra toda a expectativa, e contra o que ha direito a esperar da direcção definitiva, em que resplandecem caracteres de probidade e illustração tão publicamente consagradas, se demorasse o processo scientifico que o trabalho do illustre engenheiro portuguez está pedindo, á camara municipal de Lisboa, pelos interesses do municipio a quem depois do praso da concessão se devolve a posse do aqueducto, ou ao governo, compete promover aquelle processo, para que estando-se como se está em tempo opportuno, se previna o caso, que facilmente pode dar-se, de entrar a camara um dia na posse de uma obra incompleta, que póde ser obrigada a completar então com sacrificios seus, se a providencia tiver reservado para esse tempo o augmento das necessidades da capital, quando é facil prover agora sobre esses inconvenientes, sem sacrificio de ninguem, antes com segurança de todos.

³⁷⁹ Carlos Ribeiro, *ibidem*, p. 101.

³⁸⁰ «ABASTECIMENTO DE AGUAS PARA LISBOA», (Julho de 1857), in *Archivo Pittoresco. Semanário Illustrado*, volume I – 1857 – 1858, Lisboa, 1858, p. 110.

Os Novos Paradigmas Liberais e o Abastecimento de Água à Cidade

*Calculâmos bem, que esta publica recommendação não era necessaria n'este seculo e para pessoas cujo animo tanto parece identificar-se com os principios que elle proclama; mas não podêmos deixar de fazel-a para allivio da consciencia, em objecto que tão de perto toca interesses não só da comunidade, mas tambem dos primeiros capitaes portuguezes, que dão o exemplo de se abalançarem a empreza de não pequena monta.*³⁸¹

Apesar de todas as recomendações e do que aconselhava o bom senso, o parecer de Carlos Ribeiro não só foi ignorado, como fortemente criticado por Cerqueira de Faria em sessão de direcção da Companhia realizada em 17 de Março de 1857. Na opinião de Cerqueira de Faria, aquele parecer era não só inoportuno, porquanto já ter sido colocado à apreciação do governo o projecto de Mary, como ainda inoportável «(...)com os prazos fixados no contrato.»³⁸² Como diria, muito mais tarde Gustavo de Matos Sequeira, «(...) a empresa, subjugada pela fama de que Mary vinha precedido, não fez grande caso dos conselhos desse autêntico sábio que foi Carlos Ribeiro, e mandou executar o projecto do engenheiro francês.»³⁸³

Não vamos aqui fazer a história da primeira Companhia das Águas, diremos apenas que ao longo da sua curta existência foram diversas as obras que tiveram início com vista a melhorar o abastecimento de água à cidade de Lisboa: captação de água em novas nascentes, construção de aquedutos, que ligariam essas nascentes ao aqueduto geral, e de vários reservatórios em Lisboa, entre os quais o da Verónica, de que voltaremos a falar mais tarde. Mas as obras decorriam morosas, os conflitos e dificuldades surgiam a cada passo, nomeadamente com o Governo, que por Portaria de 7 de Outubro de 1863, nomeou uma comissão para avaliar o desempenho da Companhia das Águas. Essa comissão apresentou o seu relatório no ano seguinte, em 11 de Maio:

Era para ela [comissão] questão incontroversa que a Companhia se obrigara a trazer a Lisboa um mínimo de dez milhões de canadas de água por dia e que, terminado o prazo dos quatro anos que lhe haviam sido concedidos para realizar tal obrigação, só obtivera 789 600 canadas, menos da duodécima parte.

Ao contrário do que pretendia a Companhia, aquela quantidade, a adicionar ao volume de que a cidade já dispunha antes da concessão, não podia considerar-se como suficiente

³⁸¹ *Ibidem.*

³⁸² Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 44 (nota 1).

³⁸³ Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem.*, p. 426.

*para as necessidades previstas e muito menos para as futuras.*³⁸⁴

A partir daqui a agudização das relações entre o Governo e a Companhia foi uma constante. Como seria de prever, a ruptura não tardaria. E não tardou, pois logo a 23 de Junho era publicado o decreto através do qual se rescindia o contrato assinado com a Companhia das Águas de Lisboa, em 29 de Setembro de 1858. No mesmo Decreto o Governo estabelecia ainda, que a ele, através dos seus órgãos caberia:

- 1.º Tomar posse de todas as obras construídas pela Companhia e de todas as águas por ela legitimamente adquiridas;*
- 2.º Proceder à minuciosa e exacta descrição, medição e avaliação dessas obras e águas, com o concurso da Companhia ou à sua revelia;*
- 3.º Entregar as mesmas obras e águas ao domínio útil, posse e administração do Município de Lisboa.*³⁸⁵

Como é natural, esta decisão do Governo representou a sentença de morte para a Companhia. Seguiram-se complicadas diligências judiciais. A Companhia recorreu ainda ao Supremo Tribunal de Justiça, «(...) pedindo que nos termos do contrato, fosse a pendência sujeita à decisão do tribunal arbitral, única entidade competente para a julgar, e nunca o governo, que, ousando decretar por seu mero arbítrio a rescisão do mesmo contrato, se arrogava faculdades de juiz em causa em que era parte, assim desprezando todas as fórmulas e máximas da jurisprudência universal e da constituição da Monarquia Portuguesa, invadindo as atribuições do Poder Judicial e expoliando violentamente a Companhia dos seus direitos e das suas propriedades (...)»³⁸⁶. Enquanto na Justiça se dirimia a questão, e se apresentava como mais que provável a derrota das pretensões da Companhia, começaram as dissensões entre o grupo de accionistas que começava a ver o capital investido em risco.

Também o Governo, sem perder tempo, tomava medidas para apressar a dissolução de empresa «(...) fazendo publicar, no dia 12 de Agosto, um decreto que retirava a régia aprovação dos estatutos e considerava a empresa subsistindo como

³⁸⁴ Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 93.

³⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 96.

³⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 97.

sociedade anónima, unicamente para os actos indispensáveis à sua liquidação, na conformidade do pacto social e das Leis do Reino.»³⁸⁷

O fim da Companhia era inevitável. A confusão estabeleceu-se entre os accionistas. Foi então decidido, em Assembleia-geral, criar duas comissões: uma de gerência, que substituiria a Direcção que entretanto terminara o seu mandato, e uma outra, «com a missão de inquirir sobre tudo o que se relacionasse com a questão levantada entre o Governo e a Companhia e de tratar de obter uma composição razoável, a submeter à apreciação e decisão final da assembleia universal [de accionistas].»³⁸⁸

Face às dificuldades crescentes, na Companhia das Águas a intriga fazia caminho, numa permanente disputa entre a antiga Direcção e a nova Comissão de Gerência. Naturalmente, era direito dos accionistas, o de tentarem não perder, de forma insana, o investimento que na Companhia haviam feito. Impunha-se procurar saídas para a crise, já que se tornara evidente que a posição quixotesca liderada por Cerqueira de Faria, apenas poderia acarretar consequências negativas, conduzindo a Companhia e os seus accionistas a um beco sem saída. Assim, enquanto Cerqueira de Faria continuava na praça pública a clamar contra o espezinhar dos direitos da Companhia por parte do Governo, a Comissão de Inquérito, eleita pelos accionistas, deliberava, na sua terceira reunião, em 21 de Setembro, que «(...) se oficiasse ao Ministro das Obras Públicas a pedir uma audiência.»³⁸⁹

Concedida a audiência, nela ficou decidido manter o diálogo entre as partes em confronto, tendo sido nomeados, como representante do Ministério, António Cardoso Avelino, e da Companhia, Carlos Zeferino Pinto Coelho, cuja acção viria a ser fundamental para a criação da 2.^a Companhia. Seria a estes homens que cometia a hercúlea tarefa de manter as pontes de diálogo, entre o Governo e a extinta Companhia, mantendo uma réstia de esperança entre os accionistas que esperavam ainda não perder o capital investido. Essa esperança, não era uma miragem distante, mas parecia consistente, dado que na mesma audiência se acordou entre as partes o estudo dos termos que dessem forma a uma «(...) proposta aceitável pelo Governo.»³⁹⁰

³⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 102.

³⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 103.

³⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 104.

³⁹⁰ *Ibidem*.

A “Regeneração” comemorara já 13 anos. «Tornava-se imperativo o desenvolvimento económico de feição capitalista que colmatasse o notório atraso em relação às demais potências estrangeiras. E o Estado Liberal não se queda numa atitude de neutralidade (...)»³⁹¹. Por isso, se para o Governo era inaceitável a reabilitação da moribunda Companhia das Águas, depois de toda a polémica que esta (ou a sua direcção) arrostara na praça pública, as portas ficavam, todavia, entreabertas a uma proposta «(...) que essencialmente viesse a dar o mesmo resultado.»³⁹²

Do meio das águas pantanosas em que se moviam os interesses dos accionistas, logo se ergueram as vontades dispostas a não perder a oportunidade, que assim lhe era concedida. Sem perder tempo, a Comissão de Inquérito nomeou Pinto Coelho, para orientar as «(...) diligências no sentido de se conseguir a renovação da empresa com os mesmos associados.»³⁹³ Os resultados não tardaram.

Em 11 de Outubro de 1864, em reunião da Comissão de Inquérito, a que assistiram também os membros da Comissão de Gerência, «(...) leu Pinto Coelho o projecto de condições que entregara ao delegado do Ministro para servir de base às combinações para um novo contrato.»³⁹⁴ Aprovado pelos presentes, o projecto serviu de trave-mestra para o futuro contrato celebrado entre o Governo e aquela que viria a ser a 2.^a Companhia das Águas. De acordo com Pinto Leite, os seus oito artigos, poderiam assim ser resumidos:

Pelo primeiro, era reconhecida a rescisão ordenada pelo Decreto de 23 de Junho, ressaltando-se o direito dos accionistas de reaverem o capital desembolsado (60 por cento do montante de cada acção), acrescido dos juros relativos ao tempo decorrido desde o pagamento da última prestação;

Pelo segundo, propunha-se a formação de uma nova companhia, que tomaria toda o activo da que fora dissolvida, mediante o pagamento da indemnização que fosse superiormente estipulada, indemnização que seria liquidada ou em dinheiro ou em acções da nova sociedade, à escolha de cada sócio.

Pelo terceiro, obrigava-se a nova companhia a adquirir, introduzir e fazer correr em Lisboa todas as águas que o Governo havia expropriado, bem como as das nascentes

³⁹¹ Maria Manuela Tavares Ribeiro, «A Regeneração e o seu Significado na História de Portugal» in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), *O Liberalismo*, volume 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 126.

³⁹² Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 105.

³⁹³ *Ibidem.*

³⁹⁴ *Ibidem.*

Os Novos Paradigmas Liberais e o Abastecimento de Água à Cidade

da serra de Sintra e a dos Olhos-d'Água do Alviela (para as primeiras era concedido o prazo de um ano, para as segundas o de três e para as últimas o de nove);

Pelo quarto, consignava-se que da totalidade das águas que corressem em Lisboa um sexto pertenceria ao Governo, outro sexto à Câmara e os dois terços restantes à empresa;

Pelo quinto, dava-se à Companhia o exclusivo da venda de água em Lisboa;

Pelo sexto, estipulava-se que, se introduzidas as águas do Alviela, se verificasse que a Companhia não retirava delas rendimento que permitisse o pagamento da amortização e juro do capital desembolsado calculados à taxa e juro do capital desembolsados à taxa de 6 por cento, o Governo tornaria obrigatória para os senhorios a ligação dos prédios à rede de distribuição ou criaria um tributo sobre as rendas que indemnizasse a sociedade daquele desfalque;

Pelo sétimo, contemplava-se a hipótese de o rendimento líquido da Companhia exceder a soma necessária para o juro e amortização, à taxa de 6 por cento, do capital empatado, caso em que metade do excesso deveria converter-se em diminuição do preço da água;

Pelo oitavo, fixava-se o capital da nova Companhia em 4000 contos, com direito a elevar-se até 5000.³⁹⁵

Estava lançado o processo que culminaria, cerca de dois anos e meio depois, com a celebração do contrato entre o Governo e os representantes da nova Companhia das Águas.

3. 2. 2. A segunda Companhia das Águas

Em todos estava presente a consciência dos erros cometidos, na planificação e desenvolvimento dos projectos que a primeira Companhia pretendia lançar para melhorar o abastecimento de água à Capital. Ninguém pretendia vê-los repetidos, e por isso, desta recorreu-se, «Antes de converter este [novo] projecto numa verdadeira proposta a submeter à apreciação ministerial [ao] auxílio de um técnico competente, pelo que em reunião conjunta das comissões de inquérito e de gerência efectuada em 24 de Outubro foi ouvido o capitão Carlos Ribeiro³⁹⁶ sobre o modo mais conveniente de

³⁹⁵ *Ibidem.*

³⁹⁶ Ver Parte I – nota 9.

Os Novos Paradigmas Liberais e o Abastecimento de Água à Cidade

alcançar a água necessária em quantidade e aceitável em qualidade, como base essencial de qualquer contrato que viesse a estabelecer-se.»³⁹⁷

Apesar de tudo, as negociações foram longas e cheias de sobressaltos. No entretanto, a administração do abastecimento de água continuava a cargo do Ministério das Obras Públicas, sob direcção do engenheiro Nunes de Aguiar. O Governo continuava a hesitar sobre o caminho a tomar: entregar a administração à Câmara de Lisboa, a uma companhia privada ou assumir ele próprio aquele encargo.

A indecisão, é óbvio, não trazia quaisquer vantagens a Lisboa e aos seus habitantes, que mais uma vez se debatiam com enormes carências de água, em particular durante os longos meses de estiagem. Habilmente, a Câmara, que nunca vira com bons olhos a entrega do abastecimento de água a uma empresa privada, ia manobrando.

(...) em 21 de Março de 1866, surgiu uma representação dirigida ao Rei pela Câmara Municipal (...). Defendia-se nesse documento a tese de que “as questões de limpeza e drenagem e as de abastecimento de águas eram por tal forma ligadas que mal se podiam considerar isoladamente, já porque concorriam igualmente para melhorar as condições sanitárias, já porque as obras a emprender para um e outro fim se deviam fazer segundo um mesmo plano”. Estava a Câmara desde sempre encarregada da limpeza da cidade e só por dificuldades do seu modesto orçamento lhe não fora possível realizar os grandes melhoramentos que se impunham em matéria de esgotos. Tinha sido rescindido o contrato com a empresa concessionária do abastecimento de água da capital. Parecia assim chegada a oportunidade de se confiarem os dois serviços ao mesmo organismo, até porque, sendo o fornecimento de água um negócio lucrativo, poderia ele arcar com as despesas exigidas pelo estabelecimento e manutenção de uma conveniente rede de esgotos. Não condenava a Câmara a intervenção nos serviços públicos ou municipais das companhias privadas, desde que ficasse reservada ao Governo e ao Município a necessária fiscalização, mas não podia esquecer as gravíssimas objecções a que podia dar lugar o monopólio de um objecto de primeira necessidade como a água. Só a modicidade do preço podia promover os grandes consumos, indispensáveis para o desenvolvimento da salubridade pública, para a criação de melhores hábitos de higiene dos indivíduos e para a expansão das indústrias. E, sob este ponto de vista, era evidente a superioridade da administração governamental ou municipal sobre a de qualquer companhia, que tem, primeiro que tudo, de velar pelos lucros dos seus capitais. E depois de apontar as

³⁹⁷ Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 106.

dificuldades de coordenar os serviços de limpeza dos canos, das regas das ruas e dos jardins e até dos incêndios com os serviços de abastecimento das águas, quando entregues a entidades distintas, a Câmara advogava a necessidade de ficar a seu cargo a administração das águas que então existiam, e lhe pertenciam, e bem assim a de se lhe confiar a gestão das que de futuro viessem a ser adquiridas.³⁹⁸

Estávamos em presença de um *dejá-vu!*

De regresso a Lisboa e às suas águas, ou à falta delas, vamos verificar que, também desta vez, a Câmara não viu satisfeitas as suas pretensões. Em 27 de Abril de 1867, era assinado o contrato entre o Governo e o grupo que iria liderar a instalação da segunda Companhia das Águas, aquela que, embora mudando de nome por diversas vezes ao longo dos seus longos anos de existência, chegou aos nossos dias, hoje denominada Empresa Pública das Águas de Lisboa (EPAL). «O contrato [porém] só foi aprovado por Decreto de 25 de Junho desse mesmo ano de 1867 das Cortes Gerais e mandado cumprir por Carta Régia de 2 de Julho seguinte.»³⁹⁹

As contrapartidas à nova Companhia em pouco diferiam das constantes do Decreto de Dezembro de 1852, que serviram de base ao contrato com a extinta empresa de Cerqueira de Faria. Assim, estava previsto que logo que fosse publicado «(...) o decreto de constituição da nova sociedade, receberia esta do Governo a posse, administração e usufruição de todas as águas, obras que o Governo tinha adquirido e das obras por ele feitas posteriormente à rescisão do seu contrato com aquela empresa; e receberia também da Câmara Municipal de Lisboa a posse, administração e usufruição das “Águas Livres” e de todas as demais da sua pertença, bem como dos seus aquedutos, reservatórios, poços e depósitos.»⁴⁰⁰ Também todos «(...) os materiais, utensílios, instrumentos e máquinas destinados à realização das obras de captação, adução e distribuição a que a empresa se obrigava poderiam ser importados com isenção de direitos, enquanto decorresse o prazo concedido para tal realização (...)»⁴⁰¹. Existia ainda uma outra cláusula da maior importância para o êxito da Companhia «(...) segundo a qual o Governo concedia e garantia à empresa, a partir do quarto ano da concessão, o direito de coagir os proprietários dos prédios e [sic] fazerem neles, e à sua custa, encanamentos parciais que do cano geral conduzissem a água ao interior das

³⁹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 108-109.

³⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 116.

⁴⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 118.

⁴⁰¹ *Ibidem*.

casas, muito embora os inquilinos não ficassem obrigados a receber tal água nos seus domicílios, uma vez que a todos os habitantes era permitido fornecerem-se nos chafarizes.»⁴⁰²

Não iriam ser fáceis os primeiros anos da Companhia. A falência da primeira Companhia atemorizava ainda os eventuais investidores. Faltavam os capitais necessários ao desenvolvimento dos projectos conducentes ao aumento da quantidade de água ao dispor dos lisboetas e da melhoria da rede de abastecimento à cidade. Numa circular de 5 de Agosto de 1867, «(...) invocava-se o patriotismo dos capitalistas portugueses, em geral, e, muito especialmente, o dos proprietários e habitantes de Lisboa, para que concorressem com o muito ou pouco de que pudessem dispor.»⁴⁰³ Embora sendo reconhecido o patriotismo dos capitalistas portugueses, e mesmo dos capitalistas em geral, o entusiasmo não foi grande, sendo que, «Para esse estado de espírito muito influíra a atitude assumida pelo Governo para com a primeira Companhia e a desorientação provocada na opinião pública pelos comentários, ataques e polémicas alimentados por vária imprensa.»⁴⁰⁴

Mas estávamos em Portugal, e se os capitais não abundavam, a imaginação para contornar a lei, essa nunca falta. E, assim, aconteceu mais uma vez. Perante «(...) tão difíceis circunstâncias, forçoso foi lançar mão de um meio que a lei sobre as sociedades anónimas, publicada havia pouco tempo e habilmente interpretada, tornava possível.»⁴⁰⁵ Foi assim possível improvisar uma solução, que permitia a constituição de um capital social suficiente para que os estatutos da nova companhia viessem a ser aprovados. E que golpe de asa era esse? «A solução architectada pelo engenheiro de Pinto Coelho consistia em dividir ao meio o capital social de 5000 contos, sujeitando metade a entradas sucessivas e regulares e declarando a outra metade garantia de obrigações a 6 por cento e amortizáveis em trinta anos, que a companhia iria emitindo à medida que fosse realizando o seu capital.»⁴⁰⁶ Ultrapassada mais uma barreira, a Companhia foi, finalmente, formalmente constituída, quase um depois da assinatura do contrato com o Governo, por Decreto de 2 de Abril de 1868.

⁴⁰² *Ibidem.*

⁴⁰³ *Idem, ibidem*, p. 121.

⁴⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 122.

⁴⁰⁵ *Ibidem.*

⁴⁰⁶ *Ibidem.*

Podia agora a segunda Companhia iniciar a sua actividade, que começou com a execução do projecto para aproveitamento das águas orientais⁴⁰⁷, projecto que se deu como concluído em 1869. Impunha-se agora trazer novas águas a Lisboa, as do Alviela, conforme constava do contrato assinado entre a Companhia e o Governo. Por Portaria de 18 de Agosto de 1871, «(...) mandou o Governo começar a construção do canal do Alviela (...)»⁴⁰⁸, cujas obras terminaram em 1880.

*A inauguração do canal efectuou-se, com toda a solenidade, na tarde do dia 3 de Outubro de 1880. A ela presidiu o rei D. Luís, com a presença do rei D. Fernando e do infante D. Augusto; assistiram os Ministros da Coroa, as vereações das Câmaras Municipais de Lisboa, Belém, e Olivais, membros do Corpo Diplomático, Pares do Reino e Deputados, oficiais do Exército e da Armada, juizes e outros altos funcionários do Estado, representantes da imprensa e muitos accionistas. O arcebispo de Mitilene lançou a bênção do canal, do reservatório e das máquinas; e o Ministro das Obras Públicas, por incumbência de Sua Majestade, abriu a válvula do sifão nº 50 na Cerca do Convento das Comendadeiras de Santos, para dar passagem às águas do para o reservatório. Em seguida, os Reis e o Infante dirigiram-se à casa das Máquinas e aí o Sr. D. Luís deu sinal para que elas iniciassem o seu trabalho de elevação para a Cisterna do Monte, onde as águas chegaram pouco depois. Cada uma destas fases da notável festa foi assinalada por numerosas girândolas de foguetes e salvas de morteiro.*⁴⁰⁹

Entrava assim em funcionamento aquela que hoje é a mais conhecida estação elevatória da EPAL. A segunda a vapor, sendo que da primeira, nada resta, para além do edifício, onde hoje se encontra instalado o Museu do Fado. Até a memória da sua existência se vai já perdendo. Recuperá-la é o que tentaremos fazer na Parte II deste trabalho.

⁴⁰⁷ Sobre este projecto falaremos detalhadamente na Parte II deste trabalho.

⁴⁰⁸ Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 429.

⁴⁰⁹ Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 176.

4. 1. Os Chafarizes: Memória e Património

Despojados da utilidade que, em tempos ainda não muitos remotos, faziam dos chafarizes os locais mais concorridos da cidade, estes jazem agora no limbo do esquecimento, dele apenas emergindo quando vozes escandalizadas com a degradação que os atinge, clamam pela tomada de medidas para a sua recuperação. Mas porquê essa preocupação com os velhos chafarizes se, perdida a utilidade que era a sua razão de existir, para muitos, eles não passam de mais um empecilho que atravança o cada vez mais densamente ocupado espaço urbano.

Poder-se-ia aqui referir muitas e válidas razões para fundamentar a importância da sua preservação. Todavia, referiremos apenas duas: a primeira, inquestionável, é que eles são memória de um tempo em que:

A cidade era perfeitamente outra, porque eram outros os factores da sua existência, outras as suas condições de vida. De então para cá que vasto espaço transposto!

As séges de boleia e as de bandeirinha; o típico, hoje degenerado, galego com o clássico barril encostado pelas esquinas, o bolieiro de Niza, chapéu de pêlo e espora de latão numa das botas de cano; o preto caiador e as suas patrícias vendeiras de mexilhão... todos esses tipos da pitoresca comédia das ruas, bem lisboetas, bem característicos, davam-lhe um aspecto completamente diferente, imprimiam-lhe um cunho especial.

Mas veio a Companhia das Águas que matou o aguadeiro; vieram os breacks, os milords e os coupés que deram cabo das séges; veio enfim o progresso exterminador por essa clareira aberta pelo camartelo municipal.⁴¹⁰

Ora, sendo a memória um conceito crucial⁴¹¹, fundamental para a construção da identidade, local, regional, ou nacional, tudo o que possa contribuir para a sua salvaguarda tem que ser encarado como sendo positivo. Inversamente, tudo que dê origem ao seu desaparecimento é, necessariamente, negativo.

⁴¹⁰ Gustavo de Matos Sequeira, *Depois do Terramoto. Subsídios Para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, volume I, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1916, pp. 41-42.

⁴¹¹ Cfr. Jacques Le Goff, *História e Memória*, II volume, *Memória*, Lisboa, Edições 70, [2000], p. 9.

Os chafarizes guardam pois a memória, de um tempo irrepetível, é certo, mas essencial na história da cidade, que assinala um momento decisivo da sua evolução, do urbanismo, à aplicação de novas técnicas, aos movimentos económico-sociais que iriam modificar de forma permanente a sua imagem. Guardam ainda a memória de modos de vida e de profissões que morreram com o advento das novas técnicas de abastecimento de água aos grandes centros urbanos. Há muito que eles, os chafarizes, não assistem às duras rixas na disputa pela primazia na recolha da água que saía das suas bicas, ou ao desfile constante dos aguadeiros, hoje apenas recordados em velhas gravuras ou fotos, e cujo papel e importância é hoje completamente ignorado pelas gerações mais jovens.

Num tempo em que as alterações climáticas deixaram de ser uma vaga previsão e em que a ameaça da escassez de água potável, em muitos locais é já uma realidade, importa manter a memória de um tempo em que a vida dos lisboetas era fortemente condicionada pela constante carência de água.

Conservar essa memória, preservando o Património que no terreno a materializa, é, assim, uma obrigação de todos. Porém, o estado de degradação da maior parte dos chafarizes e dos antigos sistemas de abastecimento de água à cidade, não é o melhor exemplo do que em prol da conservação do Património se tem feito em Lisboa, lamentando-se, como o faz Irisalva Moita, que grande número de chafarizes se encontrem abandonados e «(...) inactivos: o que não deixa de ser uma nota desoladora numa cidade em que, tal como no tempo de Francisco Holanda, é particularmente notada a falta de mananciais de água a refrescá-la durante os longos meses de canícula.»⁴¹²

Haverá sempre quem pense que é possível salvaguardar a memória das coisas, apesar da destruição dos objectos ou construções que a materializam. Essa é uma prática recorrente em Portugal, da qual demos conta de um exemplo recente no capítulo anterior⁴¹³. Essas concepções vêm-se hoje reforçadas pela enorme capacidade que o Homem tem ao seu alcance para armazenar informação.

Quem o faz, porém, esquece-se que memória escrita, ou mesmo fotográfica, não é mais que uma pequena parcela da informação que contribui para a construção da memória colectiva dos povos, com a particularidade de que é ela também a que mais facilmente é manipulada, pois, como nos diz Jacques Le Goff: «(...) o que sobrevive não é conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha feita quer pelas forças

⁴¹² Irisalva Moita, «Esclarecimento prévio» in Irisalva Moita (dir. e org.), *ibidem*, p. 3.

⁴¹³ Ver Parte I – 2. 2. 3. O Aqueduto das Águas Livres: um Património a preservar.

que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e dos tempos passados, os historiadores.»⁴¹⁴. Acresce ainda, de acordo com o mesmo autor, que os «(...) materiais de memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado e os *documentos*, escolha do historiador»⁴¹⁵. Torna-se portanto, de fácil entendimento, que Memória e Património não são conceitos facilmente dissociáveis mas, pelo contrário, quase sempre complementares.

Haverá também quem possa argumentar que hoje é comum aplicar-se o termo Património indiscriminadamente a todo o género de monumentos ou construções, com base num único critério: a antiguidade da *coisa*. Para além disso, como nos diz Françoise Choay, hoje: «Na Europa como noutros locais, a inflação patrimonial é igualmente combatida e denunciada por outras razões: custos de manutenção, inadaptação às necessidades actuais, acção paralisante sobre os grandes projectos de ordenamento do território.»⁴¹⁶

Todavia, ninguém renega a importância que a conservação da memória, a preservação de monumentos edifícios ou outros equipamentos e objectos tem para a construção da memória colectiva dos grupos sociais ou profissionais, etnias ou nações; a tal ponto isto é verdade que, hoje, a Património histórico «(...) designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e [é] constituído pela acumulação contínua de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.»⁴¹⁷

Na actualidade, a conservação e protecção deste Património reúne «um vasto consenso»⁴¹⁸. Da primeira conferência internacional para a conservação dos monumentos históricos, que teve lugar em Atenas, em 1931, e na qual participaram apenas países do continente europeu, até aos últimos encontros de carácter internacional, nomeadamente a Conferência Internacional Sobre Conservação «Cracóvia 2000», um imenso caminho foi percorrido na definição do conceito de Património e das normas nacionais e internacionais, sendo que hoje mais de uma

⁴¹⁴ Jacques Le Goff, *op. cit.*, p. 103.

⁴¹⁵ *Ibidem*.

⁴¹⁶ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2000, p. 14.

⁴¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 11.

⁴¹⁸ *Idem, ibidem*, 15.

centena de países, de todos os continentes subscreveram declarações ou tratados, visando a preservação desse mesmo Património.

Regressemos agora aos nossos chafarizes e ao abastecimento de água. A importância da salvaguarda dessa memória não pode ser contestada. Efectivamente nenhuma história de Lisboa faria sentido sem ela. O abastecimento de água potável à cidade foi uma preocupação constante de gerações de lisboetas que durante séculos sofreram com a sua escassez.

Todavia, acresce ainda, no caso dos chafarizes, e esta é a segunda razão de que falávamos, que muitos deles tiveram e ainda têm um impacto urbanístico significativo, nomeadamente dando origem à abertura de praças e praças: caso dos chafarizes das Janelas Verdes ou do da Rua do Século, e outros, que são em si mesmo magníficos exemplares da melhor arquitectura barroca, projectados por arquitectos tão reconhecidos como Reinaldo dos Santos ou Carlos Mardel.



Figura 18

Infelizmente, pese o facto de alguns desses chafarizes terem sido classificados, como monumentos nacionais ou tão-só imóveis de interesse público, tal não tem impedido a sua contínua degradação.⁴¹⁹

Seria bom que um dia, esperemos que não muito

distante, nos velhos chafarizes de Lisboa volte a correr água, já não para cumprir a remota função para que foram construídos, mas para que a memória da sua função não se perca.

⁴¹⁹ Veja-se o caso do Chafariz da Esperança, considerado Monumento Nacional desde 1910, mas ainda recentemente objecto de notícia de um matutino lisboeta (Diário de Notícias), pelo o seu estado de abandono.

4. 2. Museu da Água: Um Exemplo a Seguir

Se o que se passa com os chafarizes é exemplo do que não deve ser feito em matéria de preservação e conservação do Património, o Museu Manuel da Maia, mais conhecido como Museu da Água, pode ser considerado paradigma do que nesta área deve ser feito. O seu mérito é reconhecido não só entre fronteiras, mas também a nível internacional⁴²⁰. Este Museu, totalmente dedicado à história do abastecimento de água a Lisboa, para além de um numeroso acervo através do qual poderemos estudar a evolução técnica nos processos de abastecimento de água, composto por vasto conjunto de aparelhagens e equipamentos ligados ao transporte e fornecimento de água tem ainda a seu cargo a conservação e manutenção dos mais emblemáticos monumentos relacionados com o abastecimento de água à cidade respectivamente: o Aqueduto das Águas Livres, a Mãe de Água das Amoreiras e a Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos. Mais recentemente, a este três núcleos, juntou-se um quarto, o quase desconhecido Depósito da Patriarcal, no subsolo do Largo do Príncipe Real.

Embora alguns autores remetam a ideia da criação deste museu para os princípios dos anos 30 do século XX⁴²¹, o projecto datará de 1919, altura em que nas sessões da Assembleia Geral da Companhia das Águas de Lisboa, de 30 de Abril e 2 de Maio, foram introduzidas algumas alterações ao Regulamento Administrativo que, apesar da reforma total deste no ano seguinte, se mantiveram no novo Regulamento Administrativo aprovado em 1920. De entre essas alterações, uma «(...) a constante do Artigo 134º., referente à 3ª. Divisão da Repartição Técnica»⁴²², refere expressamente que, de entre as competências desta Divisão, uma delas é «(...) a organização e a conservação do Museu em que estejam expostos os diversos tipos de canalizações, aparelhos acessórios, contadores e mais material usado, e bem assim um mostruário das avarias ou alterações no mesmo encontradas (...)»⁴²³. De qualquer modo, os tempos de

⁴²⁰ Em 1990, o Museu Manuel da Maia foi galardoado com o Prémio do Museu Conselho da Europa para 1990, por se destacar área da museografia «(...) contribuindo significativamente para o entendimento e conhecimento da herança cultural europeia, bem como para a consciencialização da sua identidade e problemas comuns.» Cfr. «MUSEU DA ÁGUA DE MANUEL DA MAIA» in Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados – Consultores, Lda., 1994, p. 597.

⁴²¹ Cfr. *ibidem*.

⁴²² Sítio do Museu da Água: <http://museudaagua.epal.pt/museudaagua/>.

⁴²³ *Ibidem*.

convulsão política e social vividos nos anos vinte do século passado não terão sido de molde ao desenvolvimento do projecto.

Ainda assim, a Companhia foi guardando e preservando um conjunto de materiais, aparelhos e equipamentos que hoje fazem parte do acervo do Museu. Em 1950, a necessidade de «(...) resolver o problema das instalações dos Laboratórios (...)»⁴²⁴ levou a Companhia a demolir as caldeiras da Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, que fora desactivada já na década de vinte, após a entrada em funcionamento da nova estação eléctrica que entrou em funcionamento em 1928. Em boa hora, optou a Companhia das Águas por não se desfazer das máquinas a vapor.

*Na remodelação, em que foi construído um 1º andar nos corpos sul e central do edifício, houve a preocupação de preservar as máquinas a vapor e as bombas, peças cuja beleza e estado de conservação justificavam a sua conservação como parte principal do património do Museu.*⁴²⁵

Para o local foi então trazido o acervo já acumulado, que foi instalado no piso térreo, onde antes se encontravam as caldeiras. Assim se formou o núcleo principal do que é hoje o Museu Manuel da Maia. A desactivação, em 1967, do Aqueduto das Águas Livres e, conseqüentemente, do Reservatório da Mãe d'Água, proporcionaram a criação de dois novos núcleos do Museu, reforçando o conceito já em aplicação, de Museu – Sítio, hoje cada vez mais popularizado.

Porém, só em 1987, uma profunda reorganização do Museu, assente em modernos e inovadores conceitos de museologia, levou à criação na Sala de Exposição Permanente de «(...) um percurso que mostra a evolução do abastecimento de água a Lisboa desde o tempo dos Romanos até ao tempo presente.»⁴²⁶. O mérito dessa reformulação dos critérios de apresentação do acervo e da exposição permanente, virá a ser reconhecido três anos depois, quando, em 1990, o Museu é galardoado com o Prémio do Museu do Conselho da Europa.

Finalmente, em 1994, com o apoio da organização do “Lisboa – Capital Europeia da Cultura”, foi recuperado o também já desactivado Reservatório da Patriarcal⁴²⁷, que havia sido projectado pelo engenheiro Mary, em 1956, e cuja

⁴²⁴ *Ibidem.*

⁴²⁵ *Ibidem.*

⁴²⁶ *Ibidem.*

⁴²⁷ Cfr. *ibidem.*

construção decorreu entre os anos de 1860 e 1864. Este viria a constituir o quarto e, até agora, último núcleo do Museu da Água.

No seu conjunto, o Museu Manuel da Maia é um exemplo do que pode ser feito em prol da preservação e reutilização de um Património que, para muitos, não passaria de um empecilho ao desenvolvimento urbano, ocupando espaços privilegiados da cidade que poderiam, eventualmente, ser enriquecidos com alguns belos exemplares de engenharia do betão. De destacar aqui a Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos que «Quer pelas características da maquinaria instalada quer pelo rigorosos estado de conservação (...) constitui um testemunho de extrema raridade e valia no campo da arqueologia industrial.»⁴²⁸

O contraste entre os espaços ocupados pelo Museu Manuel da Maia, e os chafarizes de Lisboa, mesmo os mais monumentais, não pode deixar de colocar algumas questões sobre o modo como a edilidade lisboeta vem tratando o Património da cidade, de que se destaca o desleixo, incúria e desinteresse por bens que, públicos ou privados, são pertença da cidade, fazem parte da sua memória.

Poder-se-á, porventura, argumentar que este não é o local, nem o momento, para tais e tão fortes afirmações. Mas esta não é uma crítica, ou mesmo um juízo de valor, mas algo que qualquer simples transeunte pode facilmente constatar. Cabe aqui ainda recordar as palavras do Professor José-Augusto França, em artigo publicado na *Revista de História de Arte*. Afirmava ele, referindo-se ao caso da demolição da Casa de Garret:

Deste caso há que tirar reflexões numa revista universitária de História da Arte destinada a estudiosos e a estudantes dessa disciplina – na defesa do património, que acima de tudo lhes incumbe. Porque inútil seria, ao fim e ao cabo, estudar esse património se ele é impunemente destruído,

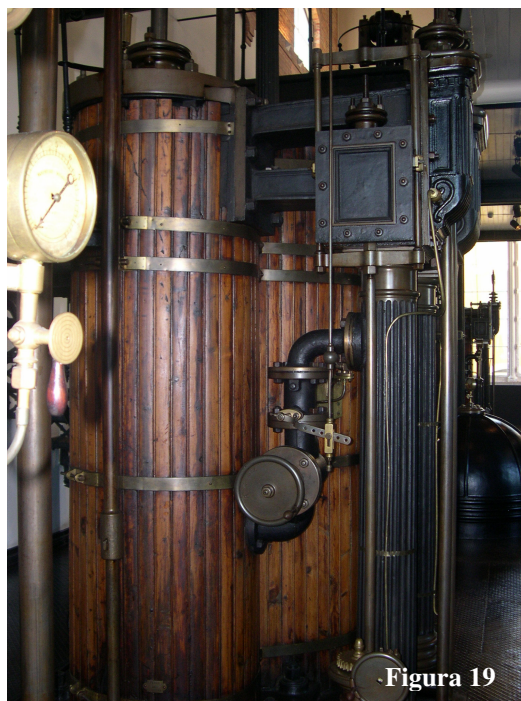


Figura 19

⁴²⁸ «MUSEU DA ÁGUA DE MANUEL DA MAIA» in Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), *ibidem*, p. 596.

*não beneficiando cívico da parte dos detentores do poder – que dele podem sempre abusar.*⁴²⁹

Do mesmo modo, se coloca aqui a questão: de que serve falar ou estudar um património, se diariamente, perante a passividade de todos nós, ele é a pouco e pouco destruído, tornando-se cada dia mais verosímil a hipótese de vir a verificar-se a sua destruição total, dele restando apenas a memória. Por isso, também aqui, num documento académico, que visa o estudo do Património, tais reflexões não podem deixar de ser feitas, sob pena de nos afastarmos do mundo real que nos rodeia, fechados num casulo de “sabedoria” que nos coloca à margem dos grandes temas da actualidade e nos divorcia da sociedade.



Figura 20

⁴²⁹ José-Augusto França, *ibidem*, p.226.

1. 1. Alfama

Se quereis saber as convulsões violentas, as agonias de trances mortaes em que se tem debatido a filha dos Phenicios, embrenhae-vos no vetustissimo bairro de Alfama; affrontae-vos com os seus becos tortuosos, sombrios, lodacentos; extraviae-vos no seu labyritho de terreirinhos, escadas, pateos, arcos, passagens, indelineaveis e enredados como meada a que se perdeu o fio. O aspecto daquelle grande vulto de casas, que parecem atiradas para ahi cegamente em lucta de gigantes, far-vos-ha crer que lá, nas visceras dessa especie de povoação estranha embebida no amago de Lisboa, ha uma vida antiga, um monumento de cada decada.¹

Depois do Castelo, considerado o núcleo original da cidade, é Alfama o mais antigo bairro de Lisboa. É, presentemente, comumente aceite «(...) que a zona estritamente urbana de Olisipo se estenderia, segundo um eixo norte-sul, desde o morro do Castelo de S. Jorge até à Rua dos Bacalhoeiros, e, no este-oeste, desde o Chafariz de El-Rei até à Rua Augusta (...)»²; quer isto dizer que parte considerável da área a que hoje damos a designação de Alfama Se integrava já na urbe romana.

Todavia, Salete Salvado vai ainda mais longe na definição das balizas espaciais de Olisipo. Para a autora, esses limites iriam ainda além do actual Chafariz d'El-rei, estabelecendo-os no Largo do Chafariz de Dentro, «(...) marcando este dois pontos de água parte de uma reentrância na linha antiga Litorânea e incluindo as importantes águas sulfurosas das Alcaçarias (...)»³. A ter sido assim, Alfama, na sua maior extensão, não seria já um arrabalde da cidade romana, mas parte integrante desta.

Esta afirmação de Salete Salvado está de acordo com os «(...) limites indicados e cartografados por Vieira da Silva⁴, em mapa que integra a sua Epigrafia de Olisipo,

¹ Alexandre Herculano, *O Monge de Cister ou a Época de D. João I*, tomo I (23.^a ed.), Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., pp. VII-IX.

² Salete Salvado, «LISBOA EVOLUÇÃO: PERÍODO ROMANO» in Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados, Consultores, Lda, 1994, p. 504.

³ *Ibidem*.

⁴ Ver figura. 4 – Parte I – 1. 3. 1. A cidade Romana.

Alfama e as Águas Orientais

que abrangiam, a Oriente, uma parte da actual Alfama (...)»⁵. Aliás, para este autor era «(...) fácil admitir que os romanos, tão amigos de águas e de banhos, como eram, tivessem utilizado nalgum edifício próprio as nascentes medicinais de Alfama, chamadas das alcaçarias e, porventura, construído as primeiras fontes ou chafarizes que existiram nos sítios onde estão os actuais chafarizes de El-rei, e de Dentro (...)»⁶. Esta é, obviamente, uma forte probabilidade, mas que não tem, até agora, nem «(...) vestígios, nem documentação (...)»⁷ que a possam comprovar. Todavia, não deixa de ser curioso que «Quando foram construídas as tórreres que ladeiam o chafariz d'El-rei, os pedreiros encravaram nas suas paredes, pelo menos quatro lápides sepulcrais romanas, e numa dessas tórreres, na face que ficava voltada para a banda de S. João da Praça, embutiram uma outra pedra, que possivelmente seria um pedestal de estátua erigida naquelas proximidades, pela cidade de Olisipo, ao Imperador Marco Júlio Filipe, cêrca dos anos 245 ou 248 D. C.»⁸

A queda do Império Romano teve como consequência o declínio do espaço urbano. Daí ser natural uma certa retracção espacial de Olisipo e que parte da sua área ficasse no exterior daquela que viria a ficar conhecida por Cerca Moura.

Descendo em socalcos pela colina do Castelo em direcção ao Tejo, Alfama cedo terá ganho a sua vocação marítima, imagem de marca de um bairro desde sempre ligado à actividade piscatória e a outras artes náuticas. Porém, a sua fundamental importância para a vida da cidade advinha-lhe das inúmeras e abundantes nascentes de água potável, que abasteciam todo o burgo. A boa qualidade destas águas, associada às suas propriedades medicinais, sempre enaltecidas ao longo dos séculos, fez destas o bem mais procurado e conhecido do bairro de Alfama.

A própria toponímia do bairro parece resultar, antes de mais, da popularidade dessas águas. Se é consensual que a palavra *alfama* tem a sua raiz na Língua árabe, a sua origem e significado têm sido ao longo dos tempos objecto de diferentes explicações. Dos diversos vocábulos apontados como raiz de *Alfama* aquele, hoje, mais comumente aceite, é *alhama*, que significa “termas” ou “fonte termal”. Esta é a

⁵ Salete Salvado, «LISBOA EVOLUÇÃO: PERÍODO ROMANO», *ibidem*.

⁶ Augusto Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo (Subsídios Para a História da Lisboa Romana)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944, p. 43.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Idem, ibidem*, p. 69.

Alfama e as Águas Orientais

posição defendida pelo Prof. David Lopes⁹, corroborada pelo Dr. Leite de Vasconcelos¹⁰ que, actualmente, tem sido adoptada pela maioria dos autores que abordam a questão¹¹.

Hoje conhecido como bairro popular, Alfama terá sido, para Herculano, «(...) o bairro casquilho, aristocrático, alindado, culto, quando a Medina-Aschbouna poisava, enroscada tristemente no seu ninho de pedra, no que depois de chamou «a Alcáçova» e hoje “o Castello”»¹². Terá perdido essa qualidade de bairro aristocrático, ainda de acordo com Herculano, no século XIII, quando «(...) a população cristã, alargando-se para o Ocidente, veio a expulsar os Judeus do seu bairro primitivo, situado na actual Cidade Baixa, e os encantou para a parte do Sul da Catedral (...)»¹³. Terá sido então a partir dessa altura que «(...) Alfama foi perdendo gradualmente a sua importância, e convertendo-se a final n’ um bairro de gente miúda, e sobretudo de pescadores.»¹⁴

Esta lógica explicativa romanceada é no entanto contrariada pela realidade. A existência de numerosos palácios e casas nobres, cuja construção é posterior à cronologia estabelecida por Herculano, atesta que muito para lá do século XIII o bairro continuou a ser um dos preferidos pela aristocracia. Para Fernão Lopes, Alfama era ainda, no tempo de D. Fernando, um bairro de gente rica, onde certamente, pela sua ligação ao rio, também habitariam pescadores e outros artesãos ligados à faina marítima. Na Crónica de D. Fernando, afirma o autor: «(...) muitas das mais ricas gentes moravam todas fóra, em um grande e espaçoso arrealde que havia ao redor da cidade, desde a porta de Ferro, até á porta de Santa Catharina e desde a torre d’Alfama até á porta da Cruz.»¹⁵.

Terá sido então Alfama, bairro de pescadores e artesãos, mas também de ricos burgueses e nobres. Todos tinham o seu lugar no bairro, todos, palmilhavam as mesmas estreitas ruas, becos e vielas de Alfama, dando-nos assim a imagem de um bairro socialmente multifacetado e tolerante.

⁹ David Lopes, *Toponymia Árabe em Portugal, Paris, 1902, apud* Eduardo Sucena, «ALFAMA (BAIRRO)», in Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), *idem*, pp. 39-41.

¹⁰ Leite de Vasconcelos, *Lisboa Arcaica: da Idade de Ferro à Reconquista Cristã*, (separata do *Boletim Cultural e Estatístico da Câmara Municipal de Lisboa*), Lisboa, 1937, *apud* Eduardo Sucena, «Alfama (Bairro)», in Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), *idem*, pp. 39-41.

¹¹ Outros autores defendem diferentes origens para o topónimo. Diz Castilho que, «*Alfama*, segundo Frei João de Sousa, provém do verbo [árabe] *hamá*, dar asylo, couto ou refugio.» Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga – Os Bairros Orientais*, tomo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884, p. 169.

¹² Alexandre Herculano, *op. cit.*, p. 148.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Fernão Lopes, *Chronica de El-Rei D. Fernando*, volume II, Lisboa, 1895, p. 94.

Alfama e as Águas Orientais

Ainda hoje, vagueando por Alfama, não é difícil encontrar vestígios dessa miscelânea social. Ao lado das arruinadas ou abastardadas casas nobres como, por exemplo, o palácio dos Condes de Coculim ou o palácio dos Teles de Melo, junto às antigas Portas da Cruz¹⁶, a não muita distância poderemos encontrar residências humildes, muitas delas autênticas cubículos, onde ainda nos finais do século passado habitavam famílias numerosas.

Dos antigos palácios já pouco resta do seu antigo esplendor e importância. Testemunhas silenciosas de um tempo em que Alfama era morada de alguns dos poderosos da cidade e do reino, foram abandonados pelos seus iniciais proprietários. Ao longo do século passado, transformados em burgueses prédios de arrendamento, a sua deterioração acentuou-se com o passar dos anos. Por eles passaram muitas gerações de gente ligada às lides marítimas e portuárias que deram à Alfama do século XX aquele carácter que presentemente é seu apanágio.



Figura 20

¹⁶ A Porta ou Portas da Cruz, eram uma das principais entradas do lado oriental da cidade. Integradas na Muralha Fernandina, estas portas davam acesso a uma rua, ainda hoje chamada Rua do Paraíso, que ia desembocar no Campo de Santa Clara. A porta, bem como o tramo de muralha que lhe era contíguo, foi demolida em 1775, para permitir a abertura de uma rua, que permitisse a passagem da Estátua do Rei D. José, no seu percurso até ao Terreiro do Paço, que foi fundida na chamada Fundação de Cima. – Cfr. A. Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, volume II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1949, pp. 73-76; Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa. Descrição Histórica da Margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. 105.

Alfama e as Águas Orientais

As alterações sociais verificadas nos últimos trinta anos tiveram como consequência a debandada das novas gerações, para quem os degradados edifícios não ofereciam condições mínimas de habitabilidade. Abandonados, os velhos palácios, juntaram-se às velhas casas plebeias num processo imparável de ruína, bem patente para quem passa em Alfama.

Já neste século, assiste-se a novas mudanças sociais no bairro. Os velhos palácios vão sendo recuperados, transformados em condomínios de luxo. Regressam pois a Alfama, novos e velhos ricos, para quem é “chique” viver num bairro popular.

Para já, a par dos novos condomínios e dos novos habitantes que em nada se identificam com o bairro e com as suas tradições, continua a viver uma população envelhecida, em prédios que, milagrosamente, se sustentam de pé, ao lado de outros, menos afortunados, que, já abandonados, esperam entaipados e com ar bisonho, por melhores dias, como o Palácio dos Coculim, cuja ruína, lenta e inexorável nem o velho brasão, que orgulhosamente, ainda ostenta, consegue já esconder.

Em Abril de 1993, o jornal Público trazia a lume um estudo a levado cabo por duas estudantes do ISCTE, Paula Prudêncio e Inês Branco. Nesse documento, afirmava-se a dado passo, que «Os bairros antigos começaram, lentamente a tornar-se morada de uma nova classe média (...)»¹⁷ que, ao optar por residir neste tipo de bairros, se torna [protagonista] de uma escolha «que em cidades de França, Bélgica, Canadá atinge dimensões de fenómeno, mas que em Lisboa tem ainda pouca expressão.»¹⁸ Da pesquisa levada a cabo pelas duas investigadoras ressalta que:

A escolha de bairros antigos é em geral uma atitude de membros de famílias de pequena dimensão e de novos tipos de família (casais sem filhos, pessoas sós, uniões de facto...), com profissões liberais ou científicas, auferindo um rendimento médio-alto e com nível de instrução ao nível da licenciatura, variando a sua idade entre os pouco mais de 20 e os 40 anos. “Representam um novo estilo de vida urbano” que privilegia “a cultura estética e o património histórico”. (...) Verifica-se uma “rejeição da vida suburbana, aliada à valorização do carácter de humanismo destes bairros históricos”, refere Inês Branco, que trabalhou sobre a Mouraria.¹⁹

¹⁷ João Manuel Rocha, «Os novos residentes dos antigos bairros, Uma certa classe média procura os núcleos históricos de Lisboa e enfrenta a coexistência», in *Público*, Lisboa, 7 de Abril de 1993, p. 46.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*.

Este movimento de migração para o bairro, pouco expressivo em termos numéricos, não consegue, contudo, como no passado acontecia, a plena integração dos migrantes, raramente aceites pelos autóctones do bairro. Moram lá, mas continuam a ser “estrangeiros”. Estamos assim perante uma clara “guetização” dos novos residentes. Os novos e recentes condomínios de luxo, criados a partir da recuperação de velhos palácios, acentuam ainda mais a divergência entre o carácter popular do bairro e os novos moradores, que nada têm em comum, nem com o bairro nem com as suas gentes. Razões mais do que suficientes para que no estudo citado se coloque a questão «(...) da coexistência entre os novos residentes e os habitantes anteriores [e de que forma essas novas relações podem] “provocar a transformação das tradicionais relações de vizinhança baseadas no controlo social e na entreajuda”»²⁰. Até porque, de acordo com o mesmo estudo:

“Não se verifica contacto entre populações” e o relacionamento fica por “níveis superficiais”. Na maioria dos casos, ninguém vai além do “bom dia, boa tarde” e não há lugar para o aparecimento de conflitos, devido à fraquíssima intensidade dos relacionamentos, provocada talvez “pela incapacidade de entender diferentes modos de viver”. A casa funciona, de alguma forma, como “cartão de visita” e “lugar de sociabilidade”. Esta atitude não deixa de fazer pensar, se se atender a que alguns entrevistados destacam como factor que pesou na sua escolha a “dimensão humana” dos bairros antigos.

Apesar da chegada de novos residentes poder ter um “efeito positivo nas atitudes perante o bairro” – por se tratar de gente que aparentemente tem mais preocupações com o património –, constata-se que não há “grande participação na vida local”

*(...) As pessoas vivem lá, mas não têm qualquer tipo de enraizamento, nem participação na construção da identidade cultural”.*²¹

Estaremos então, presentemente, em novo processo de alternância social ou apenas num novo ou no decurso de uma nova miscigenação entre novos e velhos moradores no bairro. Parece retomar-se assim, a velha discussão sobre a alternância social em Alfama. Se é que ela alguma vez deixou de existir. Vejamos.

Para Maria José Paixão:

²⁰ *Ibidem.*

²¹ *Ibidem.*

Alfama e as Águas Orientais

Até antes do terramoto de 1755, Alfama era pois um bairro destinado a habitação de pessoas de um certo nível social e contava então cerca de 1970 fogos e de 7210 pessoas. Depois da catástrofe a população ficou reduzida a metade, as pessoas com mais possibilidades económicas deslocaram-se para outras zonas de Lisboa, pelo facto de as melhores casas terem ficado completamente arruinadas, deixando Alfama quase desabitada.

Pensamos pois que Alfama actual, com todas as suas características populares, teve origem neste acidente.

Com efeito, gente humilde veio habitar este bairro de Lisboa depois de o ter pobremente reparado.²²

Mas opinião diferente, parece ser a de António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro que, «Sem negar que esta interpretação de M. J. Paixão retrate um aspecto importante da evolução histórica de Alfama e das modificações da respectiva realidade social, [afirmam que] há qualquer coisa que falta aqui e que o contacto com Alfama nos revela.»²³. Socorrendo-se de Norberto Araújo e das suas “peregrinações”, chamam estes autores a atenção para o facto de que a convivência entre fidalguia e plebe, por este descrita «(...) introduz um elemento novo e discordante em relação a uma interpretação das sucessivas fases históricas da ocupação do bairro como uma alternância de fases de “ricos” com fase de “pobres”».²⁴

Com efeito, em Alfama sempre parece ter existido uma complexa teia social, que faz com que ainda hoje, seja «(...) como uma aldeia dentro da grande cidade (...)»²⁵. Em Alfama, cruzaram-se mouros com cristãos, nele viveram também judeus, estes ali instalados no século XIV²⁶, no espaço que viria a ficar conhecido por Judiaria Pequena ou de Alfama. Foi pois o bairro cruzamento de diferentes etnias, credos religiosos e estatutos sociais

Se as mudanças do ponto de vista da ocupação social do bairro têm sido uma constante, o mesmo não se pode afirmar da sua organização espacial. Nesta, é ainda perceptível a urbe medieval e, mesmo, os remotíssimos traços mouriscos, nas labirínticas ruelas, nos escuros, nos numerosos pátios e recantos. Miscelânea

²² Maria José de Carvalho Paixão, *Contribuição para o estudo de uma área natural de Lisboa*, separata da revista *Estudos Políticos e Sociais*, volume VIII, n.º 3-4 (1972), Lisboa, I. S. C. S. e Política Ultramarina, 1973, pp. 10-11.

²³ António Firmino da Costa, Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste. O Fado no Bairro de Alfama*, Lisboa, Edições D. Quixote, 1984, p. 48.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 49.

²⁵ Bjørn Vang, *Um Estrangeiro em Alfama*, Lisboa, Sopa de Letras, 2005, p. 59.

²⁶ Maria José Ferro Tavares, «JUDIARIAS» in Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), *ibidem*, p. 481.

Alfama e as Águas Orientais

arquitectónica, Alfama manteve-se igual a si própria: um aglomerado de casario, caindo em catadupa até às margens do Tejo que as seus pés repousa da esgotante e forçada marcha, que de Espanha o trás até à amena enseada, que deu nome à cidade primeva.

Sempre densamente povoado, o buliçoso bairro de Alfama, chega ao nosso século em pleno processo de transformação e, ainda, ocupado por uma massa heterogénea de habitantes que, em comum, têm o orgulho de ser de Alfama, de pertencer ao bairro!

É forte esse sentimento colectivo, mesmo nas gerações mais jovens do bairro, mesmo naqueles que hoje se encontram dispersos pelos subúrbios²⁷, fenómeno este de que também nós somos testemunha e parte integrante. Esse orgulho de ser “alfamista” é, aliás, extensível aos que não tendo nascido no bairro por lá habitaram.

Destes últimos nos falam António Firmino Costa e Maria das Dores de Guerreiro, profundos conhecedores do bairro e das suas gentes:

Em busca de um modo de vida mais remunerador, gerações sucessivas de gentes das Beiras migraram para Alfama, atraídas pelas actividades marítimas, sobretudo pela estiva. Vieram da Pampilhosa da Serra, da Lousã, de Góis. Mas vieram também gentes de Ovar (donde as «ovarinas») e os de Alcochete. Estas algumas das grandes «colónias» de Alfama. Para além dos galegos (...) Estes (...) bem como os beirões também adquiriram a maior parte das tascas, leitarias-mercearias e outro pequeno comércio.²⁸

Apesar de quase todas estas “colónias” manterem profundas ligações às suas terras de origem, às suas tradições e valores, em comum têm o facto de todas elas se identificarem com o bairro, que passaram a considerar o seu bairro. A simbiose entre estas gentes, recém chegadas e os já residentes ou nados no bairro, fez-se sem dificuldades, e todos são unânimes em considerar o bairro como seu, assimilado que foi o singular espírito bairrista a que nos vimos referindo.

O mesmo não acontece com os novos migrantes que chegam ao bairro. Estes não são a pobre gente que partia para a capital em busca de melhores condições de vida. Migram, mas de outras zonas da cidade, procurando o “glamour” da vida num bairro típico.

²⁷ Cfr. António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *op. cit.*, pp. 26 e 88-91.

²⁸ António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *op. cit.*, p. 41.

Alfama e as Águas Orientais

Mas o bairro vive um futuro incerto. A saída das gerações mais jovens teve como consequência, necessária e imediata, o irreversível envelhecimento da população residente fiel ao bairro e aos seus costumes. O abandono e a diminuição da densidade populacional em Alfama são já um fenómeno que parece irreversível.

Caminhar pelas suas ruas é verificar, com tristeza, o crescente número de prédios abandonados, com janelas e portas entaipadas ou num estado de abandono que não deixa dúvidas sobre a sua condição de devoluto. Triste cenário presente aos inúmeros visitantes de Lisboa, para quem uma passagem por Alfama é ponto obrigatório do seu roteiro.

Algo tem sido feito, é certo, durante os últimos anos, tentando inverter a degradação do parque habitacional e o contínuo abandono de Alfama. Mas os “filhos do bairro” não regressam e os novos “habitantes” não são em número suficiente, nem têm as características sociais, para que Alfama possa regressar aos tempos que lhe deram a sua feição popular. Assistimos, pois, a profundas alterações na textura social do bairro, fruto de um processo de transição do qual apenas podemos antever as consequências: uma profunda transformação do carácter social do bairro.



Já mais conhecedores de Alfama, da sua história e das suas gentes, podemos agora perceber que «(...) delimitar Alfama não é tarefa fácil porque ela não é apenas um espaço físico, mas uma maneira de viver com características próprias.»²⁹ Todavia, não erraremos, se apontarmos como núcleo histórico do bairro³⁰, as actuais freguesias de S.

²⁹ Maria José de Carvalho Paixão, *ibidem*, 1973, p. 5.

³⁰ Hoje, Alfama não constitui uma unidade administrativa. A área que é normalmente considerada como a zona histórica de Alfama é repartida, no essencial, por duas freguesias: Santo Estêvão e S. Miguel, com algumas franjas abrangidas ainda pelas freguesias, da Sé, a Poente, e de S. Vicente, a Nascente. Nem sempre foi assim. Se no século XVI Alfama integrava, administrativa e judicialmente o 6.º bairro, criado por alvará régio de 6 de Março de 1593, do qual faziam parte as freguesias do Salvador, de S. Tomé, Santo André, Santa Marinha S. Vicente de Fora, St.º Estêvão S. Miguel de Alfama e St.ª Engrácia, já, depois da reforma de 31 de Março de 1732, Alfama, passou a ser uma unidade administrativa autónoma, o Bairro de Alfama, cobrindo uma área que abrangia as freguesias de St.º Estêvão, S. Vicente, St.ª Marinha e St.ª Engrácia (até ao convento de S. Bento de Xabregas e os julgados de Sacavém, N. S. dos Olivais e Charneca». – Cfr. Eduardo Sucena, «Alfama (Bairro de)» in Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.) *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas &

Miguel e Santo Estêvão, bem como largas franjas da freguesia da Sé, nos seus limites orientais. Todavia, não cabe no âmbito deste trabalho a problematização dos limites de Alfama. Outros, certamente se encarregarão dessa tarefa. Iremos, sim percorrer a Alfama, das nascentes e dos chafarizes que durante séculos “mataram” a sede a Lisboa. Assim, na nossa pesquisa caminharemos, resgatando memórias, de água, aguadeiros, chafarizes, fontes e bicas desde o «(...) sítio das Canastras e dos Bacalhoeiros, onde se rasgam arcos que foram portas do mar na muralha moura, tão sumidinha que ninguém na vê (...)»³¹ até à Rua dos Remédios «(...) com a sua Ermida dos Pescadores de Alfama, as suas escadinhas, a sua Lapa e Maria Guerra, o seu Arco de D. Rosa – e a saúde das Portas de Santa Cruz (...)»³² Partamos pois à descoberta das águas e dos chafarizes dessa Alfama, onde «(...) até mesmo o que possa ser mau tem carácter.»³³

1. 2. As águas orientais

Quando o papa Clemente XI criou, pela bula áurea de 7 de Novembro de 1716, o patriarcado de Lisboa, estabeleceu-se uma divisão eclesiástica com duas jurisdições: o arcebispado na sé velha e o patriarcado na capela real, agora denominada igreja patriarcal. (...) Ficou-se chamando cidade oriental à parte mais antiga contida dentro das muralhas, cujos fragmentos serviram para assinalar os limites à jurisdição de cada um dos prelados (patriarca e arcebispo). Esta parte continha cerca de 300 ruas com muitos largos e terreiros, mas sem praças, 39 igrejas, ermidas e conventos, 16 freguesias na cidade e 10 no termo. (...) Devido à divisão eclesiástica, D. João V reformulou também o governo urbano. Cada uma das cidades tinha agora o seu Senado (...) Por decreto de 9 de Janeiro de 1717 D. João V ordenou que, de 1 de Fevereiro em diante se declarasse, «em todos os papéis e escrituras públicas e particulares», se tinham sido redigidos em Lisboa Ocidental ou

Associados – Consultores, Lda., 1994, p. 40. – Já no início do século XX, as freguesias de Alfama integravam o 1.º Bairro. – Cfr. Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal, Dicionário Histórico, Chorográfico, Biográfico, Bibliográfico, Heráldico, Numismático e Artístico – L-M*, volume IV, Lisboa, João Romano Torres & C.ª - Editores, 1909, pp. 227-228.

³¹ Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa descritas por Norberto de Araújo acompanhadas por Martins Barata*, Livro X, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, s.d., p. 8.

³² *Idem, ibidem*, p.10.

³³ Ferreira do Nascimento, *Alfama*, s.l, s.d., p. 7.

Alfama e as Águas Orientais

*em Lisboa Oriental. Sem esta indicação tais papéis não podiam subir à presença do rei nem serem admitidos em juízo.*³⁴

Desconhece-se a data a partir da qual as águas de Alfama terão sido englobadas na designação geral de “águas orientais”, que se popularizou no decorrer do século XIX. A divisão entre a cidade Ocidental e Oriental tornar-se-á, porém, mais nítida depois da destruição de Lisboa pelo terramoto de 1755 e da construção da Baixa Pombalina. Contraste que não mais se atenuou, entre a velha cidade, que conserva nas suas ruas estreitas e labirínticas a memória da cidade medieval (Alfama, Mouraria, Castelo) e os novos bairros a ocidente, sempre em permanente expansão.

Nas «Considerações (...)» de Manuel da Maia (com data de 6 de Novembro de 1731), em que o autor, compara a quantidade de água fornecida pelos chafarizes de Alfama, com aquela que poderia ser proporcionada ao Bairro Alto, a partir das Águas Livres, ainda não há qualquer referência às águas orientais. Pelo contrário, o autor refere-se, de forma explícita, à água que «(...) tirada dos Chafarizes de Alfama se espalha por toda a cidade (...)»³⁵.

Porém, já em meados do século XIX, quando o engenheiro Pezarat apresenta o seu projecto para elevar as águas do tanque das Lavadeiras, em Alfama, até Santa Luzia³⁶, é já às águas do Bairro Oriental que se refere; salienta, logo na introdução do seu trabalho que vai começar por «(...) estudar a geologia da bacia de Lisboa, para poder apreciar os mananciaes, que alimentam tanto o aqueducto das Aguas-Livres, como os chafarizes do bairro oriental (...)»³⁷. Ora este projecto mais não visava do que a elevação das águas que brotavam das nascentes existentes em Alfama, estando o autor convicto de se ter já provado «(...) que estas agoas [a do tanque das lavadeiras] eram perfeitamente idempticas, ás que alimentam os chafarizes d’El-Rei, de Dentro e da Praia, assim como todas as nascentes que apparecem no bairro oriental (...)»³⁸.

Terá sido então, a partir dessa altura, que se terá generalizado a expressão “águas orientais” sempre que eram referidas as nascentes de Alfama. A importância

³⁴ Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 184.

³⁵ «Considerações sobre o projecto da conducção das Aguas, chamadas Livres ao Bairro Alto; e explanações sobre as mesmas considerações, offerecidas ao Sr. D. João 5.º por Manuel da Maya 1731» in Irisalva Moita (dir. e coord.), *ibidem. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*, volume 1. Catálogo de Exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 220.

³⁶ Deste projecto falaremos detalhadamente no capítulo seguinte.

³⁷ P. J. Pezarat, *Dados e Estudos Para Um Projecto de Abastecimentos de Agoas e Sua Distribuição em Lisboa*, Lisboa, Typographia do Jornal do Commercio, 1855, p. 5.

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 10.

Alfama e as Águas Orientais

destas águas não diminuiu ao longo do século XIX, contrariamente ao que seria expectável, após a construção e entrada em funcionamento de toda a rede de abastecimento alimentada pelo Aqueduto das Águas-Livres. Viria a atenuar-se um pouco um pouco depois da entrada em funcionamento da Estação Elevatória dos Barbadinhos, a partir da qual era distribuída a água captada no Alviela. A contribuição das ditas águas orientais para o abastecimento geral começa a descer significativamente nos primeiros anos do século XX, até acabarem por ser completamente postas de parte, consideradas impróprias para o consumo humano.

Para além das nascentes de Alfama, no lado Oriental da cidade, outras merecem ainda algum destaque. Não poderíamos deixar de mencionar aqui o célebre Chafariz da Bica do Sapato³⁹, situado na rua que lhe herdou o nome, ou a não menos conhecida Fonte da Samaritana, hoje reconstruída e em exposição no Museu da Cidade que, segundo a tradição, terá sido mandada construir pela rainha D. Leonor. Esta fonte era alimentada pela nascente de Diogo Soares, a quem já nos referimos na I parte deste trabalho⁴⁰.

Para concluir, importa reter que a designação “águas orientais” se refere em geral às nascentes de Alfama e, mais comumente, às que se localizam entre o Chafariz d’El-Rei e o de Dentro. É o que acontece nos trabalhos de Carlos Ribeiro, P. J. Pezarat e outros documentos a que recorreremos para a elaboração deste trabalho.



Figura 22

³⁹ «Este Chafariz foi construído em 1674. Por detraz d'elle ha um Pateo, e por baixo da parede no fundo do mesmo Pateo, está um pequeno deposito de donde sahe a agua, mas suppõe-se que vem de mais longe. Os sobejos correm para o mar. Faz frente Sul-Sueste.» – José Sérgio Velloso d’Andrade, *Memoria Sobre Chafarizes, Bicas, Fontes e Poços Públicos de Lisboa, Belem e Muitos Logares do Termo*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1851, p.18.

É ainda Sérgio Velloso d’Andrade que nos informa que este chafariz, com duas, era utilizado por duas companhias, compostas por um total de 66 aguadeiros. – Cfr. José Sérgio Velloso d’Andrade, *ibidem*.

⁴⁰ Ver Parte I – 2. 1. 2. No tempo dos Filipes.

1. 3. Hidrogeologia de Alfama

Conhecedores de Alfama e da importância das suas águas no abastecimento, será agora importante perceber as razões de natureza geológica subjacentes à abundância e qualidade das águas orientais. É no século XIX que surgem os primeiros estudos que se podem considerar verdadeiramente científicos sobre o assunto, de entre os quais destacamos o de Carlos Ribeiro, publicado em 1967⁴¹.

1. 3. 1. A origem das águas

Nesse estudo, sustenta Carlos Ribeiro, que «(...) as denominadas aguas orientais teem duas procedências totalmente diversas entre si: umas vem do seio da terra muito abaixo do nivel do mar; outras residem no solo que está acima deste mesmo nível»⁴². Alguns anos antes, diferente fora o parecer do engenheiro P. J. Pezarat, que afirmara então que:

*Sem nos prendermos com todas as supposições gratuitas, e erróneas, que se tem feito até hoje, sobre a natureza, a origem, e a diferença de qualidade destas aguas, que uma analyse chymica muito exacta só pôde verificar, limitar-nos-hemos a demonstrar, geometricamente e geologicamente, que todas ellas não podem provir senão do mesmo manancial, isto é, do lençol, que temos reconhecido, ha muito, e que existe n' uma camada ou extracto de arêias, um pouco argilosas, do terreno terciário ou calcario grosseiro, sobre que assenta esta parte de Lisboa.*⁴³

Pezarat afirmava ainda que aquele lençol freático «(...) que vem tocar ou sahir (*affleurer*) debaixo dos cães ou praias da Cidade oriental, e no valle de Chellas, onde

⁴¹ Carlos Ribeiro, *Memoria Sobre o Abastecimento de Lisboa com Aguas de Nascente e Aguas de Rio*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1867.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ P. J. Pezarat, «RELATORIO Á Excellentissima Camara Municipal de Lisboa, sobre o estado das nascentes que alimentam os chafarizes d'El-Rei, de Dentro, da Praia, e o tanque das Alcaçarias; – e sobre os meios de estabelecer um melhor systêma de aproveitamento, e de distribuição destas mesmas aguas, no Bairro Oriental de Lisboa, assim como na Cidade baixa» in *Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo Pela Camara Municipal de Lisboa; Sobre o abastecimento d'aguas na Capital por meio de empreza; Segundo as bases estabelecidas no Decreto de 22 de Dezembro de 1852*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1853, pp. 30-31.

ella produz egualmente nascentes abundantes, existe tambem na outra margem do Têjo, onde ella alimenta a fonte da pipa e outras fontes.»⁴⁴ Não sabemos se perante novos estudos, Pezarat manteve esta posição, ou se a terá alterado, uma vez que não encontrámos outros trabalhos de sua autoria depois deste que vimos citando.

Mas regressemos a Carlos Ribeiro. Como vimos, as águas orientais, em sua opinião tinham duas diferentes origens. A primeira, para ele representada por «(...) parte da agua do chafariz d'El-Rei, pela do tanque das Lavadeiras, pela das Alcaçarias e chafariz de Dentro (...)»⁴⁵ teria a sua génese numa camada mais profunda do solo. Eram razões diversas as que sustentavam as conclusões de Carlos Ribeiro, nomeadamente:

1.º Que estas aguas repuxam á borda do Tejo em altura mui proxima do nível medio do mar, correspondendo aos cruzamentos de grandes falhas, dirigidas de sul a norte, com a falha principal éste-oéste, que produziu a abertura do valle do Tejo junto a Lisboa.

2.º Que estas aguas teem uma temperatura sempre superior á das outras aguas potaveis da região.

3.º Que as nascentes d'esta procedencia são em geral muito mais volumosas do que as outras nascentes do bairro oriental que manam acima do fundo dos valles adjacentes.

*4.º Emfim que as aguas d'esta procedencia se manifestam apenas na curta distancia de alguns centos de metros que se contam desde o chafariz d'El-Rei até ao Jardim do Tabaco.*⁴⁶

Assim, concluía Ribeiro, que «Em vista d'estes factos não póde deixar de admittir-se que estas aguas procedem de profundidades mui inferiores ao nivel medio do mar, e que até certo ponto são independentes de todas as leis e phenomenos meteorologicos.»⁴⁷ Estas seriam, pois, aquelas águas que sempre foram conhecidas pelas elevadas temperaturas que atingiam à superfície e às quais a tradição popular atribuiu desde sempre características medicinais, como veremos no capítulo seguinte.

Quanto às restantes águas que poderiam ser encontradas na zona oriental da cidade eram, na opinião de Carlos Ribeiro, «Aguas que residem no relevo do solo acima do nivel medio do Oceano.» Estas, ao contrário das primeiras, estavam submetidas às variações de pluviosidade, porque se encontram «(...) em toda a parte d'aquelle relevo

⁴⁴ *Ibidem*, p. 31.

⁴⁵ Carlos Ribeiro, *ibidem*, p. 13.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ *Ibidem*.

onde haja uma camada de rocha mais ou menos permeável sobre outra que o não seja: o que equivale a dizer que procedem imediatamente das águas pluviais.⁴⁸

Ora, para o autor, o «(...) bairro oriental faz parte de um tracto de terreno terciário que se estende de Lisboa até perto d'Alhandra»⁴⁹, que de Lisboa até Sacavém tem o «(...) relevo do solo formado de camadas de marne e d'argilla.» O típico terreno descrito por Carlos Ribeiro, como propício à origem de nascentes directamente influenciadas pelo regime pluvial.

Alguns anos depois Paul Choffat «(...) reconhece seis sub-grupos nas águas de Alfama, dispostos sobre uma linha curva com convexidade virada em direcção à terra. As duas extremidades desta linha são identificadas por este autor como o Chafariz de El-Rei e a Bica do Sapato, distando entre si 1010m, enquanto que a linha de termalidade, relativamente acentuada, do Chafariz de El-Rei ao Largo da Fundação, não tem mais que 550 m de comprimento.»⁵⁰ Este estudo vem pois confirmar o de Carlos Ribeiro, no que se refere às diferentes origens das águas orientais, até pela particularidade de, na zona em análise, se poderem encontrar águas naturalmente quentes, acima dos 20 graus, no Chafariz d'El-Rei, e outras frias como na Bica do Jardim do Tabaco. Outras diferenças se podem ainda assinalar entre as diversas nascentes, mas sobre elas voltaremos a falar no capítulo seguinte.

Já na segunda metade do século XX, um estudo elaborado a pedido do Metropolitano de Lisboa, por Fernando Moitinho da Fonseca «(...) permitiu concluir que as condições geológicas-estruturais da zona miocénica da parte baixa de Alfama são um pouco diferentes das que figuram na “Carta Geológica de Lisboa”, na escala de 1/20 000.»⁵¹. De acordo com o autor:

Das cinco falhas [assinaladas] na planta geológica, com orientação aproximada NE-SW, as designadas por f. 4 e f. 5 correspondem às que figuram na «Carta Geológica de Lisboa». As restantes, f. 1, f. 2 e f. 3 são o prolongamento provável de falhas que em tempos caracterizámos em reconhecimentos para

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 14.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ Cfr. Paul Choffat, «Les eaux d'alimentation de Lisbonne – rapport entre leur origine géologique e leur composition chimique», Comunicações da Direcção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, tomo III, p. 145-1989, *apud* Elsa Cristina Ramalho e Maria Carla Lourenço, *As Águas de Alfama – Memórias do passado da cidade de Lisboa*. http://e-geo.ineti.pt/geociencias/edicoes_online/artigos/23.pdf.

⁵¹ Fernando Moitinho de Almeida, *Parecer Hidrogeológico Sobre Uma Sondagem Executada no Largo do Chafariz de Dentro Para o Metropolitano de Lisboa* (separata da *Revista da Faculdade de Ciências de Lisboa*), Lisboa, Faculdade de Ciências de Lisboa, 1972, p. 189.

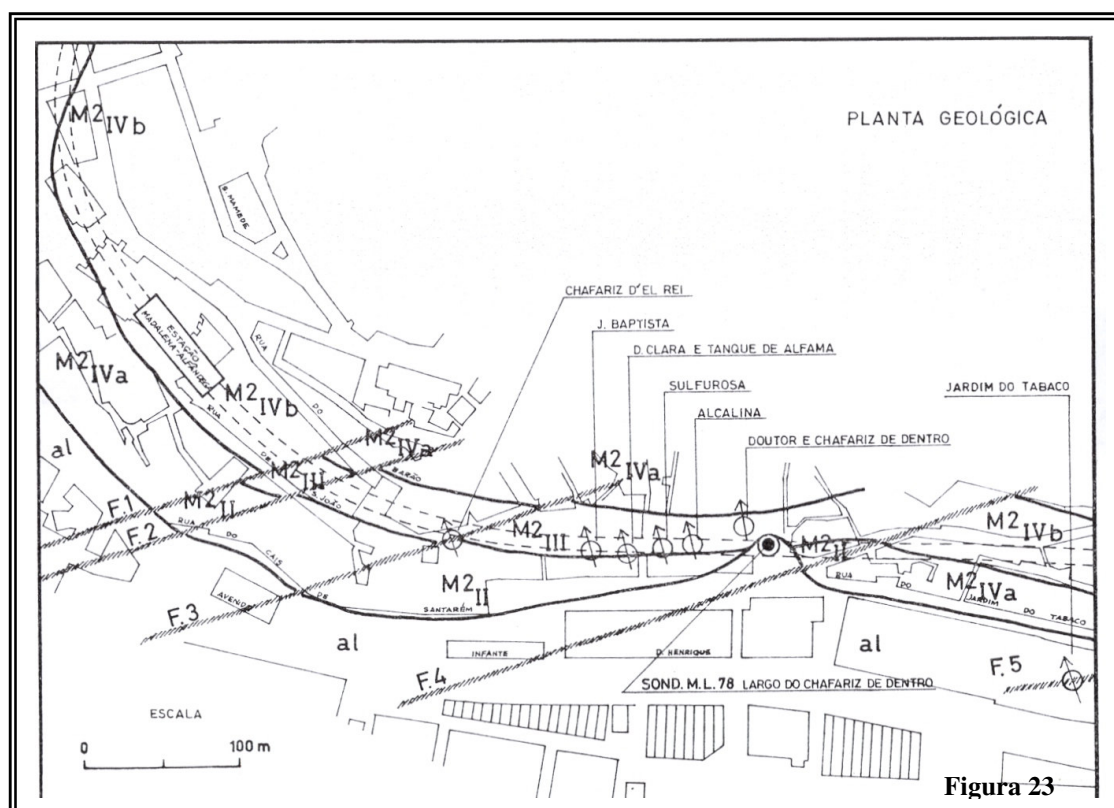
Alfama e as Águas Orientais

estudo de fundações realizados na zona aluvionar das proximidades da Docca da Alfândega.

Pelo que respeita ao «Banco Real» (M₂/III), principal elemento para se poder definir a estrutura geológica local, admitimos, baseados em outras sondagens do Metropolitano de Lisboa (...), que o respectivo afloramento não se estende de modo contínuo desde a Rua dos Fanqueiros até às proximidades do Chafariz de Dentro, sendo interrompido aproximadamente entre as proximidades da Rua de S. Julião e a zona a Nascente da falha f. 1.

O perfil geológico interpretativo que apresentamos mostra três troços estruturalmente distintos, nos quais apenas no central se indica o «Banco Real» (M₂/III) como aflorando e nos dois restantes já a profundidades apreciáveis.

Na realidade, só na zona limitada pelas falhas f. 3 e f. 4 são conhecidos bons afloramentos de uma bancada, de cerca de 4 m de espessura, de calcário gresoso muito conquífero, os quais ainda hoje se podem observar na Rua da Judiaria e de que em tempos verificámos a existência ao serem abertos os caboucos para a fundação de um prédio situado no Beco da Bicha.⁵²



Da sondagem⁵³ então feita, no Largo do Chafariz de Dentro, são depois apresentados os resultados, que pelo seu interesse apresentamos em anexo. Por ela

⁵² *Ibidem.*

⁵³ Referida na figura 23 como M.L. 78.

ficamos ainda a saber que as famosas e abundantes águas orientais se conservam no subsolo, apesar de esquecidas à superfície.

Nesta sondagem ao serem atravessadas as areias que se encontravam entre as profundidades de 12,50 e 19,73, verificou-se uma subida rápida de água do aquífero cativo que acusou, a cerca de 1 m acima do nível do solo, um caudal efluente de cerca de 25m³ / h e que, com a coluna de revestimento a cerca de 4,5 m do solo ainda deitava bastante água.

(ver 2 fotografias anexas).

Devido à muito forte pressão de água artesiana, que rompeu em vários pontos das proximidades do local de sondagem quando se procedeu à difícil e morosa tentativa de tamponamento com injeção de cimento, para evitar prejuízos em lojas térreas situadas junto do chafariz, houve que recorrer à realização de uma captação sumária, com drenos simples de 6”, os quais ficaram colocados entre as profundidades de 12,5 e 15,15m.⁵⁴

1. 3. 2. A Potabilidade

Um dos primeiros estudiosos que tentou provar a potabilidade das águas orientais, procurando demonstrar a validade dos projectos que defendiam a integração dessas águas no sistema de abastecimento de água à cidade foi Carlos Ribeiro, no estudo que começámos por citar no início deste ponto. O autor começa por apresentar um *Mappa das temperaturas e dos graus hydrométricos dalgumas águas potáveis entre o chafariz d’El-Rei e a Cruz da Pedra*⁵⁵.

Este quadro elaborado com base em medições levadas a efeito pelo «lente de chimica da escola polytechina (...)»⁵⁶, A. A. Aguiar, e pelo próprio Carlos Ribeiro, provava, na opinião do autor, que as águas orientais, não tendo exactamente a mesma qualidade das águas do depósito das Amoreiras, apresentavam valores que não diferiam em muito dos valores exibidos por estas águas. Acrescentava ainda, em defesa da sua tese, que se as águas orientais «(...) tivessem de percorrer uma extensão igual áquella que percorre a agua de Caneças, e a agua livre antes de chegar ao deposito das Amoreiras, depurar-se-iam n’esse caminho e chegariam ao domicilio do consumidor

⁵⁴ Fernando Moitinho de Almeida, *ibidem*, p. 192.

⁵⁵ Carlos Ribeiro, *ibidem*, p. 12.

⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 11.

Alfama e as Águas Orientais

com menor proporção de materias fixas.»⁵⁷ Exceptuava desta comparação, Carlos Ribeiro, as águas da Bica do sapato e do poço da Horta de Roma, que manifestavam valores diferentes das restantes águas orientais.

Mapa das temperaturas e dos graus hydrotimetricos d'algumas aguas potaveis
entre o chafariz d'El-Rei e a Cruz da Pedra

NOMES DOS CHAFARIZES BICAS E POÇOS	DATA DA COLHEITA	TEMPERATURAS EM GRAUS CENTIGRADOS		GRAU HYDROTIMETRICO
		Do ar á sombra	Da agua	
Chafariz d'El-Rei. { Agua da Claraboia Deposito do Nascente Deposito do Poente	21 de janeiro, 1864	9,2	26,5	22,0
	»	9,2	23,0	19,0
	»	9,2	16,5	18,0
Banhos de Dona Clara	»	10,0	26,5	19,5
Chafariz de Dentro	»	10,0	23,5	25,0
Bica do Jardim do Tabaco	»	10,5	20,0	26,5
Bica do Sapato	»	9,5	18,0	35,5
Poço em Lazaro Leitão	»	10,0	16,0	28,0
Poço da Letrada	27 de janeiro, 1864	9,0	14,5	
Fonte da quinta dos Peixes	»	9,5	15,5	17,5
Poço do Alto do Varejão	21 de janeiro, 1864	10,0	16,5	25,0
Poço da horta de Roma	»		16,7	66,0
Poço da quinta do Coixo	26 de janeiro, 1864	10,0	15,5	26,0

Figura 24

Porém, ainda de acordo com o autor, embora se registasse presença mais numerosa de «(...) materias fixas (...)»⁵⁸ nas águas da bica do Jardim do Tabaco e do Tanque das Lavadeiras⁵⁹, quando comparadas com as existentes no depósito das Amoreiras, no seu conjunto possuíam as águas orientais «(...) qualidades que as avantajam ás aguas livres; taes são a constancia de limpidez, a pouca variabilidade no volume das nascentes, e sensível permanencia da sua temperatura.»⁶⁰ Concluía, pois, Carlos Ribeiro, que não só a diferença de valores registada entre as águas do depósito das Amoreiras e as águas orientais não eram significativos e tais que impedissem estas últimas de ser «(...) ser consideradas como aguas potáveis»⁶¹, como bastariam apenas

⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 12

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ *Cfr. ibidem*.

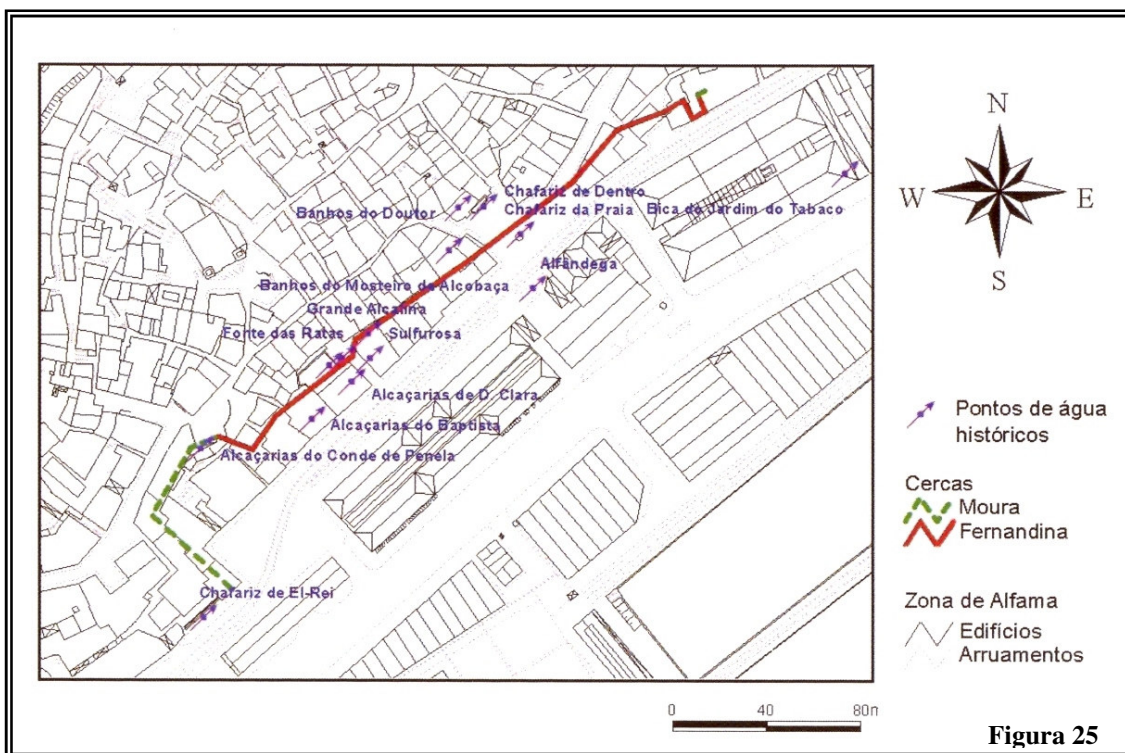
⁶⁰ *idem, ibidem*, p. 13.

⁶¹ *Ibidem*.

Alfama e as Águas Orientais

as qualidades atrás referidas «(...) para restabelecer o credito (...)»⁶² das águas orientais.

1. 3. 3. As águas termiais

**Figura 25**

Terá sido P. Choffat o primeiro a estudar exaustivamente as características das águas termiais de Alfama entre 1895 e 1897⁶³. Uma das mais conhecidas propriedades dessas águas eram as elevadas temperaturas com que atingiam a superfície, habitualmente superiores aos 20°, embora algumas dessas nascentes, em particular as localizadas mais a Oriente se pudessem considerar de águas frias, casos da Bica do Jardim do Tabaco ou, ainda mais a Oriente, a do Largo da Fundição e da Bica do Sapato. Todavia, embora os valores apresentados não fossem unânimes entre os diversos autores, podemos considerar o grupo das nascentes situadas entre o Chafariz d'El-Rei e o Chafariz de Dentro (ver fig. XXX), como as nascentes de água quente: entre elas foram referenciadas as das Alcaçarias de D. Clara (24°-28°), das Alcaçarias do Baptista (32°-34°), dos Banhos do Doutor (27°) e as das Alcaçarias do Duque (30°-34°)⁶⁴.

⁶² *Ibidem.*

⁶³ Elsa Cristina Ramalho e Maria Carla Lourenço, *ibidem*, p. 7.

⁶⁴ Cfr. *idem, ibidem.*

Alfama e as Águas Orientais

Para Elsa Ramalho e Carla Lourenço, as águas de Alfama «(...) podem ser genericamente caracterizadas com águas bicarbonatadas e cloretadas-sódicas ou cálcicas, com resíduo seco a 180° de cerca de 600 mg/l.»⁶⁵. Efectivamente, em estudo apresentado em 1972, resultado de uma sondagem no Largo do Chafariz de Dentro, já referida anteriormente, Fernando Moitinho de Almeida apresenta um quadro comparativo entre água encontrada no decorrer dos trabalhos da referida sondagem e a água das Alcaçarias do Duque, concluindo que, pelos dados apresentados, «(...) se verifica que em ambos os casos se trata de águas de mineralização total relativamente próxima, com percentagem de cloretos praticamente igual, ambas *bicarbonatadas*, mas podendo-se considerar as de Alcaçarias do Duque como bicarbonatadas-cloretadas-sódicas e as da sondagem M.L. 78 como bicarbonatadas-cálcicas (...)»⁶⁶.

Constantes físico-químicas	Sond. M.L -78	Alc. do Duque *
Temperatura	25,5	30,4
Resíduo seco a 180 °C (mg por litro)	624,0	577,60
pH	7,05	7,51
<i>Composição química</i>		
Cloreto (Cl ⁻)	3,90	3,988
Sulfato (SO ₄ ⁼)	0,89	1,488
Bicarbonato (HCO ₃ ⁼)	6,20	4,120
Sódio (Na ⁺) calculado	4,48	5,601
Cálcio (Ca ⁺⁺)	5,68	2,640
Magnésio (Mg ⁺⁺)	0,88	1,300
Silica (mg/l)	26,8	36,40
Anidrido carbónico livre (mg/l)	62,3	14,06

* Segundo Luis de Menezes Corrêa Acciaiuoli em «Le Portugal Hydromineral», vol. 1, 1952, pág. 185.

Figura 26

Ainda de acordo com Elsa Ramalho e Carla Lourenço, será a água dos Banhos do Doutor aquela que revela a mais baixa temperatura, sendo também a de mais baixa mineralização. A que exhibe uma maior mineralização de todas do grupo considerado parece ser a água das Alcaçarias de D. Clara.⁶⁷ De qualquer modo, todas estas nascentes terão sido utilizadas em balneários públicos⁶⁸, embora apenas algumas delas tenham sido «(...) objecto de pedido de concessão, tendo as restantes Alcaçarias entretanto caído no esquecimento.»⁶⁹

⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 8.

⁶⁶ Fernando Moitinho de Almeida, *ibidem*, p. 196.

⁶⁷ Cfr. Elsa Cristina Ramalho e Maria Carla Lourenço, *ibidem*, p. 9.

⁶⁸ Cfr. *idem, ibidem*, p. 10.

⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 10.

Alfama e as Águas Orientais

Estas águas e as características termais que lhe são certificadas merecem ser conhecidas dos lisboetas. Trata-se de uma património natural que não deve ser ignorado ou menosprezado pela edilidade lisboeta.

**Figura 27**

2. 1. A fonte de Lisboa

Entramos agora no velho bairro à descoberta dos locais e das memórias da água e das nascentes que foram fundamentais para a formação dos primeiros aglomerados humanos na colina do Castelo. Sem essas nascentes, certamente não conheceríamos Lisboa como ela hoje se apresenta. Alfama foi, durante séculos, o enorme “chafariz da cidade”.

Como já foi referido, Augusto Vieira da Silva é um dos autores que sustentam a ideia de que as nascentes do sopé da colina do castelo eram já conhecidas e apreciadas pelas suas qualidades medicinais na cidade romana, afirmando que: «Águas para os gastos domésticos havia-as em abundância, provenientes do lençol aquífero que existe nas entranhas do monte do Castelo, e que eram aproveitadas nas fontes ou chafarizes que depois se chamaram de El-Rei, da Praia e de Dentro; as águas para banhos, além das duas termas mencionadas, eram fornecidas pelas *alçaçarias de Alfama* (...)»⁷⁰. Naturalmente, tal afirmação não tem base documental, ou fontes de outra natureza, que a possam confirmar ou infirmar, pelo que continuará, por agora, a ser uma mera especulação sobre uma realidade distante. Todavia, para Vieira da Silva esta seria, de entre as especulações sobre a vida quotidiana da cidade, e no que se refere ao abastecimento de água, aquela que lhe parecia ser a mais plausível.

Mais bem conhecido é o período de ocupação árabe, sendo diversas, e de diversa natureza, as fontes publicitadas, que nos escusamos aqui a referir por não ser este o objecto do nosso trabalho. De acordo com José Cardim Ribeiro, em Lisboa:

(...) havia, antes da reconquista e segundo vários autores muçulmanos e cristãos, estabelecimentos termais em pleno funcionamento, os quais, muito provavelmente, teriam tido a sua origem numa época mais remota (durante a romanidade?). O próprio topónimo Alfama, ainda hoje designativo de um bairro da capital (...) significa «fonte térmica», «fonte de água quente»⁷¹, revelando, portanto, a existência local de águas

⁷⁰ Augusto Vieira da Silva, *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, 2ª ed., Lisboa, 1937, p.11.

⁷¹ Ver Parte II – 1.1. Alfama.

Águas de Alfama: Uma História de Séculos

*possuidoras de especiais virtudes hidrominerais, águas propícias ao abastecimento de complexos termais.*⁷²

Vemos pois, como parece terem sido sempre conhecidas as águas de Alfama, não só pela sua abundância, mas ainda pelas qualidades minero-medicinais de que adiante daremos conta. Essas qualidades estiveram na origem de várias instalações termais, os conhecidos “banhos”, nomeadamente os da D. Clara e do Dr. Fernando.

A utilidade dessas águas para a vida da cidade era de tal monta, que terá sido a sua falta que obrigou os sitiados sarracenos a entregarem a cidade às tropas cristãs que a cercavam, isto segundo o autor do *Indiculum Foundationis Monasterii B. Vicentii Ulixbone*⁷³. A ter sido verdade, fácil é perceber o porquê: as principais nascentes, aquelas que viriam depois a alimentar as Alcaçarias do Duque, o Chafariz d’El-Rei e o Chafariz de Dentro ficavam fora das muralhas da cidade árabe, portanto, inacessíveis aos sitiados⁷⁴.

Não muitos séculos depois, os lisboetas ver-se-iam confrontados com situação semelhante durante o cerco posto à cidade por Henrique II de Castela, reinava então D. Fernando. De novo os lisboetas se viram confrontados com enorme penúria de água⁷⁵.

No século XVI, eram já os chafarizes d’El-Rei e de Dentro referidos por Damião de Góis como os dois mais importantes de Lisboa. Do primeiro dizia, não certamente sem algum exagero, que bastaria ele para abastecer de água toda a cidade⁷⁶.

Ainda no mesmo século, João Brandão fala com o entusiasmo das águas nadeveis⁷⁷ da cidade, sendo as referidas todas localizada no sopé da colina do Castelo, mais precisamente naquela área que já foi definida por nós dentro dos limites de Alfama:

Outra cousa há [na] dita çidade mui grande, de que se faz mui pouco caso, he bem olhado parece, e hé cousa lançada nella per promissã divina, por que sem ella nã fora edificada no lugar em que hé, nã fora em tão creçimento. E diguo que nella há dez casas daguoa, em as quaes naçe tâta, que estando em terá allta de queda poderiã moer oyto acenhas roqueiras, e mais

⁷² José Cardim Ribeiro, *Contributos para o conhecimento de cultos e devoções de cariz aquático relativos ao território do Município Olisiponense*, Sep. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, Lisboa, Ramos, Afonso & Moita, 1985, p. 28.

⁷³ Cfr. Fernando Castelo-Branco, *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1956, p. 143.

⁷⁴ Ver Figura 5 – Parte I – 1. 4. Do fim do Império à Lisboa árabe.

⁷⁵ Cfr. Fernão Lopes, *ibidem*, p.66.

⁷⁶ Cfr. Parte I – 1. 6. A cidade renascentista.

⁷⁷ Nadível – «(...) que nasce ou que brota; originário; nativo (...)» – *DICIONÁRIO HOUAISS*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 2582.

Águas de Alfama: Uma História de Séculos

de admiraçã disto hé estarem todas hũ tiro de besta. Porque o chafaris de .V. A., onde corẽ seis canos cotidianamente, hé aguoa que, vindo dalto, moeriam ij açenhas roqueiras. E loguo, hũ tiro de pedra, hũ laguo e casa daguoa, honde de contino emsaboã iij^c molheres, he hé tanta, que mui bẽ moeriã nellas .iij. açenhas roqueiras. Da quall agoa há adiante tanques, onde lavã muitos couros e llaãs. E loguo allem desta aguoa estã sete hou oito casas, em has quaes todas naçe haguoa e cõ hás atrás, sam per todas .x. he há nelas ij^c l^a pelames e noques de cortir couros. E destas bij casas que digo sae tamanho gollpe daguoa, que poderá moer outras ij^{as} acenhas roqueiras, tendo queda. E dahi há xxx passos sae das mesmas casas outro golpe daguoa, que poderá moer outras duas açenhas. E loguo l^a cõvados adiante está o chafaris dos Cavallos, donde se provê muita parte da cidade, e hé há aguoa tanta que dêtro da casa donde naçe está hũ laguo, honde de continuo lavão l^a. E loguo hariba há outro cano que sae hao chafariz donde bebem muitos bois e bestas, que trazẽ dos arraballdes. E loguo alem está outro cano que vem a hũa fonte pegado ao chafaris donde leva aguoa pera casas, cada dia .ij. iij mill potes, de maneira que das agoas perdidas que vão há ho mar poderiam moer de contino . ij^{as} . acenhas, por que sam agoas nadeveis da maneira sobredita, as quais tendo quedas, poderiam moer mui bẽ nove açenhas roqueiras, como tenho dito. E alen destas agoas que tenho dito há hũ cano que, sem cair no chafaris, sae per hũ canall fora à rua, donde se provem hás nãos e armadas de Guiné, India e

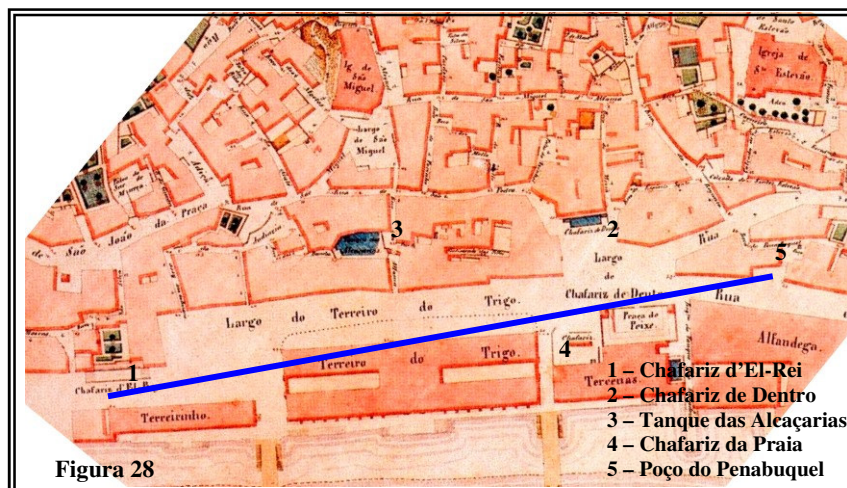


Figura 28

outras partes, sem fazerem mais que chegar à pipa co fonill ao cano, e serẽ cheas nũ credo ij^c pipas. E segundo as armadas e nãos e navios, se emchẽ cada ano .iij. mill pipas, ho que hé grande repairo de muitas neçesidades. E alem destas agoas ariba, está loguo alẽ hũ chafaris, que se chama de Bona

Águas de Alfama: Uma História de Séculos

*Buquell, que também tem muita agoa, que parece nã haver cidade de tãta aguoa como esta.*⁷⁸

Pese embora o carácter encomiástico da descrição, ela deixa perceber a importância destas águas para a vida na cidade. Relevância que não diminuiria nos séculos seguintes, mantendo-se até aos anos finais do século XIX, até à chegada à cidade das águas captadas no Alviela. De acordo com a descrição de Brandão, era ainda em Alfama que se localizavam a maioria dos outros locais nos quais os lisboetas se abasteciam de água.

*Dar conta das mais hagoas que há na dita cidade, ho farei quãto meu júzo allcançar. E diguo que has mais fontes e poços que pude saber sam que detrás do Chafaris de .V. A. está hũ poço de que se vende aguoa em hũra casa que foi do Tisoureiro da cidade, donde se vendẽ cada dia iij^c potes, às vezes mais e menos. E loguo hũ tiro de pedra abaxo as casas do Conde de Linhares, em hũra logea, está outro poço, donde tanbẽ se vende aguoa muito fria e boa da qualidade [da] do chafaris [de V. A.]. E debaixo das casas de Francisco Corea está hũra fonte do concelho, afora hũ poço que tem o Conde de Portalegre, e outro Francisco Corea em as suas casas. E indo mais pêra baxo, na êtrada da Feraria, que há per nome Ver do Peso, estã duas casas que tem dous poços muito bõs e de boa aguoa, hos quaes rendẽ cada dia a seus donos .j^c. rs. E às vezes mais, sã embargo que todos baxos das mais casas tẽ poços.*⁷⁹

Verificamos pois, por esta relação de Brandão, que a abundância de águas em Alfama era resultado não só das nascentes que abasteciam os seus principais chafarizes, mas ainda dos inúmeros poços, que diversos proprietários particulares abriam nas suas casas. É ainda João Brandão o primeiro, que se conhece, a sugerir o aproveitamento das sobras das águas dos chafarizes d'El-Rei e de Dentro, ideia que, como veremos, fará novamente escola no século XIX:

Direi o que mais me cabe dizer, pois tenho a mão metida ã aguoa, e por me parecer rezão ho não quero calar. E diguo que a minha noticia veyo que os vereadores desta cidade querẽ hora trazer aguoa do chafaris dos Cavalos sobeja por canos defrõte das casas de Francisco Corea, e ali fazer dous chafarizes muito honrados, pêra que todo ho povo se sirva delles, ho que certo seria grã nobreza da cidade. Agora digo eu mais que parece conçiencia deixar perder ha aguoa que vai hãõ mar do Chafaris

⁷⁸ João Brandão (de Buarcos), *Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, na 2ª Metade do Século XVI (Estatística de Lisboa de 1552)*, Lisboa, Livraria Ferin, Editora, 1923, pp. 87-88.

⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 88-90.

Águas de Alfama: Uma História de Séculos

dos Cavallos⁸⁰ e dEllrei, e das mais hagoas; amtes se deviã aproveitar e repartir as agoas assima ditas, e deixar as necessarias que boamẽte bastasem. E na casa do Chafaris dos Cavalos⁸¹ que nõ lavasem molheres; e tomarlhe allgũa parte della e do chafaris, pẽra que se nõ perdese, e deixar a outra, e deixar a outra, e dar maneira como ha levãtasem quãto ella quisesse pẽra que hũa e outra se podese trazer a cano; e agoa do Chafariz dEllrei, se fose posivell nõ se perder a que se perde, e que os canos se ajũtasem e ergesem mais, pera se tomar a agoa perdida que sobejase do chafaris novo que querẽ fazer, e fazerlhe somidouros ao pee e viesse per canos ao Tireiro do Paço, hondese pode fazer hũ chafaris muito honrado. E quãdo nõ no quisesẽ levar lá, podia chegar cõ esta agoa hãs costas dallfandega e tirar dalli o pexe. E o que me faz dizer isto hé por que as agoas vẽ ao sopé pello rio abaixo, e como vẽ pello rio, asi podẽ vir per terá até Cata Que Farás, sem ser perder agoa nenhũa, e henobreceria a cidade e reino, porque a omra da cidade hé do reino; ho que nõ sei dizer como emtẽdo, .V. A. receba a tẽçãõ, e, se cõprir, nõ falecerá quem ho diga: digo, Senhor, isto, pellos desejos que tenho da honra e nobreza da cidade, por que no Tireiro do Paço, no quaes que dizẽ que .V. A. mãda fazer nõ pareceria mall hũ chafaris, por que dagoa que delle sobejase podiam muitos bateis tomar muita agoa. E se nisto allgũr tanto me alargei, digo minha cullpa, por [me] meter no que nõ hé de meu hofiçio.⁸²

Também Frei Nicolau de Oliveira⁸³, descrevendo as grandezas da Lisboa do seu tempo, pela primeira vez no prelo em 1620, não se esquece de mencionar as abundantes e boas águas de Alfama, bem como os seus dois chafarizes mais importantes, um fora dos muros, o de El-Rei, outro intramuros, o de Dentro⁸⁴.

(...) vindo, como vou dizendo, da parte do Oriente, estaõ dous muy grandes chafarizes, hum fora dos muros, e outro dentro⁸⁵, ambos de abundantíssimas, e boníssimas agoas, de que toda Alfama he tam abundante, que de marauilha se acha huma que não tenha fonte, e se a não tem he por pouca curiosidade do dono della.⁸⁶

Não terminaria o século XVII sem novas referências às águas de Alfama, agora ao seu chafariz mais popular, o Chafariz d'El-Rei, a quem Luís Mendes de

⁸⁰ Refere-se aqui ao Chafariz de Dentro.

⁸¹ Onde, segundo Brandão, podiam lavar trabalhar em simultâneo cinquenta lavadeiras.

⁸² João Brandão (de Buarcos), *op. cit.*, p. 90.

⁸³ Fr. Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Impressão Régia, 1804.

⁸⁴ Os muros aqui referidos são os da antiga Cerca Fernandina.

⁸⁵ O autor refere-se, sem dúvida, aos chafarizes de El-Rei e de Dentro, respectivamente.

⁸⁶ Fr. Nicolau de Oliveira, *op.cit.*, p. 188.

Vasconcelos⁸⁷ comparava às Fontes Camenas⁸⁸. Discordando embora da comparação feita por Vasconcelos, Luís Marinho de Azevedo não deixa de reconhecer algumas das qualidades que a tradição popular ia reconhecendo àquelas águas, nomeadamente a de «(...) conservar os rostos das mulheres, que com ella se lavaõ, em huma alvura engraçada, e cór natural tam encarnada, que não necessita de unturas, nem confeiçoens, com que ellas se envelhecem antes de tempo: o que se ve claramente na vantajem que as de Alfama levaõ as dos outros bairros no caraõ rosto mimoso, e cór que logo se conhece

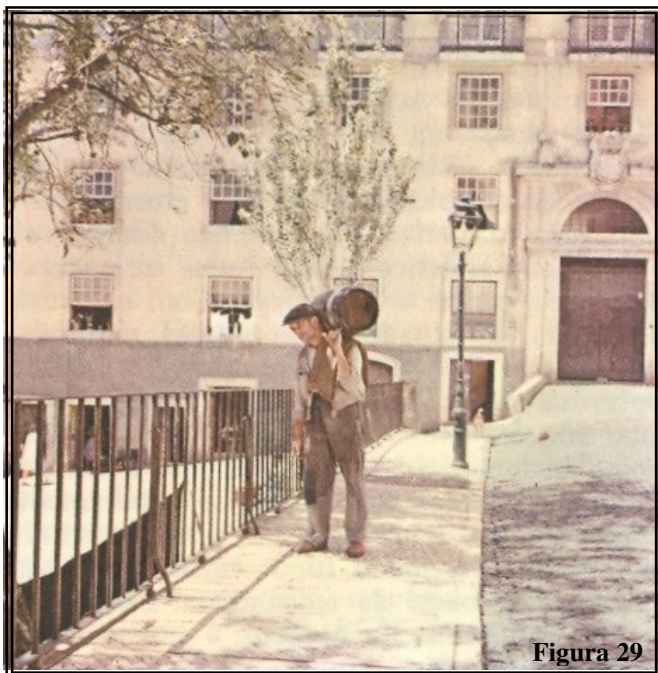


Figura 29

por natural (...)»⁸⁹. Não se esgotavam aqui as virtudes atribuídas por Marinho de Azevedo às águas do Chafariz d' El-Rei, delas falaremos no capítulo seguinte.

Mas não só as águas de Chafariz d'El-Rei entusias-mavam Luís Marinho de Azevedo. Também as nascentes das Alcaçarias tinham, na opinião do autor, excelentes aplicações medicinais.

*Temos também em Lisboa encuberto hum thizouro da agua salutifera, em que o Senado della devia reparar, para se aproveitarem delle os que ategora o não descobrião; este he um banho de agua quente, que está em huma alcaçaria de Alfama nas casas de Francisco Estundetuli, que foi mercador Veneziano, junto ao arco da lavagem: e he certo que se usassem deste banho: como das Caldas, se exprimentariaõ taõ bons, effeitos: porque estas em nada lhe são inferiores, nem as de Lanhoens, e Monchique: como como experimẽtarão muitas pessoas pobres, que se aproveitarão das nossas sarando brevemente.*⁹⁰

⁸⁷ Cfr. Luiz Marinho de Azevedo, *Fundação, Antiguidades, e Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Oficina de Manoel Soares, 1753, p. 100.

⁸⁸ As Camenas eram, na mitologia grega, deusas, musas ou ninfas que cuidavam das fontes, que curavam e prediziam o futuro. – Cfr. Edith Halmiton, *A Mitologia*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991, p. 60. – Terá sido então devido às alegadas qualidades curativas das águas do Chafariz d'El-Rei, que Luís Mendes de Vasconcelos as terá comparado às das Fontes Camenas.

⁸⁹ Luiz Marinho de Azevedo, *op. cit.*, pp. 110-111.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 112.

2. 2. As águas de Alfama, parte do sistema de abastecimento de água

Com a chegada das Águas Livres a Lisboa, poder-se-ia ser levado a pensar num decréscimo da utilidade das águas de Alfama no abastecimento de água à capital. Tal não aconteceu. Os Chafarizes de Alfama continuaram a ser fundamentais para prover não só os bairros orientais da cidade, mas ainda outras zonas da capital. Analisando os dados fornecidos por Sérgio Veloso de Andrade⁹¹, era ainda o Chafariz d’El-Rei aquele onde se abasteciam o maior número de aguadeiros: 330, de acordo com o autor⁹².

Aliás, como vimos na Parte I deste trabalho, rapidamente os lisboetas se deram conta de que a construção do aqueduto não fora ainda a solução definitiva que iria eliminar as carências de água potável de uma cidade em permanente expansão. A falta de água voltava a fazer-se sentir-se de novo em Lisboa⁹³.

As nascentes de Alfama voltam à ribalta quando a Câmara, no seu afã de se opor à entrega do abastecimento de água a uma empresa de capitais privados, envia à rainha⁹⁴ uma *Representação*⁹⁵, datada de 8 de Janeiro de 1853⁹⁶. Nesse documento, era apresentado um projecto elaborado pelo engenheiro P. J. Pezarat, propondo “(...) o aproveitamento das águas do bairro oriental de Lisboa, que [eram] em grande abundância; e a elevação d’ellas por meio de maquinas por vapor a um deposito d’onde se ramifiquem para diferentes lugares (...)»⁹⁷.

O projecto de Pezarat, várias vezes reformulado, não vingou. Mas a ideia continuou a fazer o seu caminho. Porém, já não caberia à Câmara a iniciativa de levar à

⁹¹ Sérgio Velloso d’Andrade, *op. cit.*

⁹² Cfr. Sérgio Velloso d’Andrade, *op. cit.*, 1851, p. 17.

⁹³ Cfr. Parte I – 3. 1. 1. Da primeira administração da Obra das Águas Livres à extinção da Direcção da Real Fábrica das Sedas e Obras das Águas Livres.

⁹⁴ D. Maria II.

⁹⁵ Ver Anexo 4.

⁹⁶ Cfr. Parte I – 3. 1. 1. Da primeira administração da Obra das Águas Livres à extinção da Direcção da Real Fábrica das Sedas e Obras das Águas Livres.

⁹⁷ «REPRESENTAÇÃO dirigida á Camara dos Senhores deputados em 1853» in *Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo Pela Camara Municipal de Lisboa; Sobre o abastecimento d’aguas na Capital por meio de empresa; Segundo as bazes estabelecidas no Decreto de 22 de Dezembro de 1852*, Lisboa, Imprensa Silvana, 1853, p. 13.

prática a integração das águas de Alfama no sistema de abastecimento de água à cidade, mas sim à 2.^a Companhia das Águas de Lisboa.

De acordo com Luís Leite Pinto, logo que a Companhia das Águas de Lisboa, a segunda, foi formal e definitivamente constituída «(...) expediu o Ministro ao engenheiro director das obras para o abastecimento das águas da capital instruções para que sem demora, procedesse à entrega de todos os planos, traçados e projectos até aí elaborados pelos serviços.»⁹⁸ Assim, ficaram de posse da neófito Companhia os planos elaborados para aproveitamento das águas orientais. De acordo com o mesmo autor que vimos citando, foi apresentado, em 4 de Abril de 1868 «(...) à direcção da Companhia pelo Engenheiro Nunes de Aguiar o projecto de obras para o levantamento das “águas orientais” ao reservatório da Verónica (...)»⁹⁹

Procurando não repetir os erros do passado, ansiosa por resultados que demonstrassem que desta vez o empreendimento não redundaria em fracasso, procurou a Companhia «(...) começar imediatamente as obras de elevação das “águas orientais” para o reservatório da Verónica (...)»¹⁰⁰. Depois de alguns contratempos, provocados pela oposição da Câmara à prossecução do projecto pela Companhia, as obras seriam iniciadas em 1868 e terminadas no ano seguinte, ano em que foi inaugurado o Reservatório e Estação Elevatória da Praia¹⁰¹.

A construção do Reservatório e Estação Elevatória dos Barbadinhos, através da qual eram elevadas as águas procedentes do Alviela, vieram retirar importância ao então chamado “Recinto da Praia”, que passou a funcionar como sistema de apoio e reserva à referida Estação Elevatória. Gradualmente, o contributo das águas orientais para o sistema geral de abastecimento de água à cidade foi diminuindo. As dúvidas levantadas à qualidade destas águas, no início do século XX, quando às águas «(...) polutas, principalmente as orientais»¹⁰² se imputava a causa de epidemias diversas que fustigavam a população de Lisboa, contribuíram ainda mais para o seu descrédito.

Já no início dos anos 30, segundo estimativa apresentada por João Carlos Alves, a contribuição das chamadas águas orientais para o sistema geral de

⁹⁸ Luís Leite Pinto, *História do Abastecimento de Água à Região de Lisboa*, volume I, *Subsídios para a História do Abastecimento de Água à Região de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e EPAL – Empresa Pública das Águas Livres, 1989, p. 125.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 127.

¹⁰¹ Ao estudo e descrição desta estação elevatória será dedicado o Capítulo 5 da Parte II desta Dissertação.

¹⁰² João C. Alves, *Abastecimento de Água à Cidade de Lisboa*, separata do Boletim n.º 16 da Comissão de Fiscalização das Obras de Abastecimento de Água à Cidade de Lisboa, Lisboa, Ed. Gráfica Portuguesa, Lisboa, 1940, p.16.

Águas de Alfama: Uma História de Séculos

abastecimento, para ele, já de «(...) reputação duvidosa (...)»¹⁰³, não ultrapassaria então os 1.500^{m3}. Em meados do mesmo decénio, as águas orientais seriam definitivamente «(...) postas de banda, por impróprias (...)»¹⁰⁴.

Nos chafarizes, a água continuou a correr durante mais alguns anos. Já não a das nascentes, suas velhas companheiras de sempre, mas a fornecida pela Companhia das Águas, até que um dia, algum funcionário zeloso, preocupado com a despesa pública, entendeu que tal se tornava desnecessário. Hoje, já nem as bicas existem e os chafarizes transformaram-se num caso paradigmático de um património abandonado.

**Figura 30**

¹⁰³ *Ibidem.*

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 20.

2. 3. Mito e realidade

2. 3. 1. As águas santas

Reza a história que na Ermida do Espírito Santo, bem perto do Chafariz de Dentro, existia um poço «(...) onde certo dia apareceu uma imagem de Nossa Senhora, a qual, a-pesar-de [sic] ser tirada da água, vinha enxuta em sua pintura e tecido. Milagre foi! E acorriam os pescadores e famílias a implorar à Virgem remédio a seus males, e Nossa Senhora os curava.»¹⁰⁵ O poço veio a tornar-se famoso e as suas águas, mais que benfazejas, milagrosas! Naturalmente, a antiga invocação ao Espírito Santo caiu no olvido e a ermida a passou a ser de N. S. dos Remédios¹⁰⁶, nome que a própria rua em que se situava acabou por adoptar.

As águas santas são recorrentes em Portugal, país rico em águas minero-medicinais. Para Acciaiuoli «L'Hydrologie vivait, alors, une ambiance de fétichisme et de superstition.»¹⁰⁷ Com efeito, ao longo da história a sucessão de mitos ligadas à água e ao meio aquático é uma constante.

Também em Portugal essa sacralização das águas, especialmente aquelas que apresentavam algumas propriedades curativas fez o seu caminho. Ainda de acordo com Drummond a «(...) veneração que os habitantes da Lusitânia tinham pelas águas sulfúreas existentes no seu território, perdem-se nas suas raízes, em crenças remotíssimas, desde logo utilizando-as, ora sobre a forma da medicina natural, ora invocando atributos terapêuticos a uma qualquer divindade.»¹⁰⁸

Lisboa, necessariamente, também tinha as suas águas santas que, na maioria dos casos, se ligavam a propriedades terapêuticas. São vários os registos do fenómeno na cidade de Lisboa. Em Alfama vários locais podem ser identificados como tendo

¹⁰⁵ Norberto de Araújo, *op. cit.*, p. 96.

¹⁰⁶ Cfr. Salete Salvado, «LISBOA EVOLUÇÃO: PERÍODO ROMANO» in Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), *ibidem*, pp. 350-351.

¹⁰⁷ Luiz de Menezes Correa Acciaiuoli, *Portugal Hydrominéral*, Lisbonne, Direction Générale des Mines et des Services Géologiques, 1952, p. 50.

¹⁰⁸ Nuno de Drummond Ludovice, «O Imaginário da Água na Cidade de Lisboa», in *Lisboa – Utopias na Viragem do Milénio*, III Colóquio Temático, Actas das Sessões, Lisboa, Departamento de Património Cultural/Divisão de Arquivos – Câmara Municipal de Lisboa, 1999, p. 355.

águas às quais eram atribuídas qualidades terapêuticas tais que pouco menos que milagrosas podiam ser consideradas. Santas, apenas as do poço da Ermida de Nossa Senhora dos Remédios que Leite de Vasconcelos refere na sua *Etnografia Portuguesa*, como “poço santo”¹⁰⁹.

2. 3. 2. Breve resenha das qualidades terapêuticas das águas orientais

A fama da água que jorrava dos chafarizes de Alfama era tal e suas qualidades medicinais tão enaltecidas que Camilo Castelo Branco não deixou de as glosar na *Queda de Um Anjo*. Nessa obra, a personagem principal, o inesquecível Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda, defensor acérrimo das verdades propaladas pelos autores clássicos encontrou em Luís Mendes de Vasconcelos a solução para os seus problemas de voz. Com efeito, de acordo com este autor, citado por Luís Marinho de Azevedo, tinha o Chafariz de Dentro:

*(...) huma calidade maravilhosa, e he ser cauza das boas vozes dos músicos naturaes de Lisboa, ou que nella moraraõ, que tanto lustraõ em sua Real Capella, e na da Corte de Madrid, conuentos, e Igrejas Cathedraes deste Reyno, e do de Castella: excellencia que tambem se acha nas mulheres: cuja feminina vós enleva os sentidos, como se exprimenta ouvindo cantar as Religiosas dos Mosteiros desta cidade: em que mais parece se ouvem choros dos Anjos, que vozes humanas.*¹¹⁰

E se assim era, o nosso Calisto que, «(...) à força de berrar ao pé do açude e das azenhas, estava um tanto rouco, mandou buscar um barril daquela salutífera água, que o Mendes de Vasconcelos compara à das fontes Camenas. Bebeu à tripa-forra (...) e teve uma dor de febres quartãs.»¹¹¹ Claro que cingira a sua leitura ao parágrafo citado, posto que, se tivesse continuado a leitura veria que Luís Marinho de Azevedo não se limitava a citar o primeiro Luís, mas dava conta também das contra-indicações das mesmas águas:

E posto que Luiz mendes de Vasconcellos queira, que por estas propriedades tenha agoa do chafariz del-Rey as mesmas calidades; a experiencia mostra, que sendo suave no gosto, o

¹⁰⁹ Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, V, Lisboa, 1967, pp. 135-136 *apud* João Cardim Ribeiro, *ibidem*, p. 25.

¹¹⁰ Luiz Marinho de Azevedo, *op. cit.*, p. 111.

¹¹¹ Camilo Castelo Branco, *A Queda de Um Anjo*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1999, p. 42.

Águas de Alfama: Uma História de Séculos

não hé nos effeitos, porque lhe attribuem os médicos a destemperança de fígado, que muitas pessoas padecem: e de que procedem varias enfermidades, a razao dizem ser, porque depois de seu nascimento passa por tera salitrada de que participa a quentura com que faz os danos que se experimentaõ.

A razão desta excellencia he , porque não sendo a agoa do chafariz quente, nem fria: mas de tépido, e suave temperamento, conserva os peitos de modo, que se organizaõ as vozes com tanta melodia , e graça natural de brandos passos de graganta , que por elles saõ conhecidos os musicos de Lisboa entre todos os do mundo , porque na gala , e ar os avantajaõ com notavel excesso.¹¹²

Controvérsias à parte, certo é que as águas de Alfama eram de há muito recomendadas para quase todo o tipo de moléstia. No *Aquilégio Medicinal*¹¹³ eram as Caldas¹¹⁴ de Lisboa Oriental recomendadas para o tratamento de males diversos:

Estas Caldas saõ aquelles banhos, a que vulgarmente chamaõ das Alcaçarias, palavra que com elles nos deyxaraõ os Mouros. Estaõ por cima da Ribeyra, entre o Chafariz delRey, e o Chafariz dos páos; onde ha duas Caldas ou Alcaçarias; humas que saõ do Duque de Cadaval, outras, que saõ de gente particular, ambas visinhas, e quasi semelhantes; porque as suas aguas saõ sulphureas, e nitrosas; mas tem esta differença, que nas do Duque ha mays enxofre, e por isso nacam mays quentes, ainda que com calor tépido; e humas, e outras saõ de muyta utilidade em curar as intemperanças quentes das entranhas, do sangue, do útero, dos rins, e das mays partes do corpo; e os estupores, e parlesias espurios; a debilidade de estamago; a fraquesa, e queyxas das juntas, que ficaõ das gottas artheticas, e reumatismos; as convulsões, os accidentes do útero; os froxos de sangue uterinos, e os menstruos demasiados, o estillicidio delles, a que o vulgo chama Sangue chuva; as purgações albas das mulheres, os vomitos dos hypochondriacos; as diarreias, ou sejaõ de humores acres, e mordazes, ou de relaxação dos intestinos. Para os achaques a que chamaõ do fígado saõ prodigiosos: porque curaõ as pústulas, sarnas, impigens, lepra, e todos os achaques, e defedações cutaneas; e tempos houve em que se cuydava, que sò para estas queyxas da pelle tinhaõ virtude estes banhos; mas andando o tempo, e fazendo se

¹¹² Luiz Marinho de Azevedo, *op. cit.*, pp. 110-111.

¹¹³ Francisco da Fonseca Henriques, *Aquilegio Medicinal, Em que se dá noticia das agoas de Caldas, de Fontes, Rios, Poços, Lagoas e Cisternas, do Reyno de Portugal, e dos Algarves, que ou pelas suas virtudes medicinaes, que tem, ou por outra singularidade, saõ dignas de particular memoria*, Lisboa Ocidental, Officina da Musica, 1726.

¹¹⁴ De acordo com a definição do autor, caldas «(...) banhos de agoas, que nacam quentes, ou cálidas, donde com pouca corrupção se disseraõ Caldas; nas quaes se considera virtude medicinal, em reção dos mineraes por onde passaõ, antes de rebentarem na terra, dos quaes trazem a virtude, e o calor.» - Francisco da Fonseca Henriques, *op. cit.*, p. 3.

observações no grande numero de doentes, que se curaõ com elles, se veyo a conhecer, que não tem sò virtude para os achaques cutâneos; mas para os mays que temos dito; e podemos dizer sem jactancia, que se deve grande parte disto à nossa diligencia; porque certamente mandámos a estes banhos doentes de casos novos, que se viraõ felizmente succedidos, principalmente nas Caldas do Duque, em que, como temos dito, ha mays partes sulphureas, que nas outras Caldas visinhas, e por isto notámos, que aquellas tem mayor virtude para queyxas de nervos, e juntas, do estamago, e utero, e observámos que se podem tomar muytos banhos sem dano do estamago, que ordinariamente se offende com elles, quando não tem virtude corroborante, como tem o das Caldas, ou Alcaçarias do Duque. Nestes vimos curados alguns achaques, que as Caldas da Rainha não puderão vencer, sendo proprios para ellas, que não eram de intemperanças quentes. Huma religiosa, ja de idade consistente, foy algumas vezes tomar banhos das Caldas da Rainha, para se curar de estupores que teve, de que veyo sam; mas levando um cirro no ventre, mays antigo, que os estupores, nunca melhorou delle; nem já cuydava em lhe buscar remedio. Passados alguns annos, adoeceo com uma melancholia hypochondriaca, de que a curamos com estes banhos; mas muyto antes de melhorar da hypochondria, se desfez o cirro, com grande admiração de quem soube do caso. Com este exemplo vimos depoy duas pessoas curadas nestes banhos de cirros, e inchaçoens duras de ventre; o que não observámos nunca nos banhos da outra Alcaçaria, em que consideramos menos virtude para nervos, juntas, fibras, musculos, e mays partes nervosas; e entendemos, que são mays próprios para intemperanças quentes, e para achaques cutâneos, do que para os achaques que offendem os nervos. De sorte que estas duas Caldas, ambas curaõ achaques de intemperanças quentes, e de queyxas cutaneas: mas as do Duque, tem de mays alguma virtude a favor do genero nervoso, com que aproveyaõ melhor nos seus males, sem excandecer o calor, nem aumentar as intemperanças quentes. E estão os seus banhos repartidos com boa forma; porque para cada pessoa ha hum tanque cuberto, e separado, em que toma a sua hora de banho com sossego, e depois descança em camarote particular. Nas outras Caldas ha hum só tanque, em que está sempre correndo agoa, no qual tomaõ banho muytas pessoas juntas, se o concurso he grande, e se não há doente de tal qualidade, que não admitta companhia.¹¹⁵

Mas não só as Alcaçarias e os banhos citados eram recomendados pelas suas virtudes terapêuticas. Os chafarizes de Alfama também não ficavam esquecidos. Sobre o Chafariz d'El-Rei afirmava o autor:

¹¹⁵ Francisco da Fonseca Henriques, *op. cit.* pp. 52-55.

Em Lisboa Oriental ha muytas fontes de agoa quente, entre as quaes tem o primeyro lugar o Chafariz delRey, pela grande afluencia com que perenemente corre por seis largas bicas, em todo o tempo com igual quantidade. Nace esta agoa moderamente quente, ou quasi tépida, em todo anno, passa por mineraes de muyto salitre, e algum enxofre, este suppoemse pelo calor, e acha-se no fundo das quartas em que anda esta agoa, quando ha descuydo em se limparem. O salitre conhece-se, porque passa os cântaros; e de vermelhos os torna brancos. Desta agoa bebo a mayor parte das duas Lisboas; e foy sempre muyto estimada, em quanto não houve o Chafariz da Praya, de que adiante falaremos; sendo que a agoa, que houverem de beber as pessoas, que tem saúde, ha de ser pura, não há de ter mineraes, que lhe dem virtude medicinal, que isto he ja para os doentes.

He esta agoa boa para o cosimento do estamago, e digestão do alimento; para os que costumaõ ter catarros, e defluxões de lymph a crafia; e para os que tiverem disposições cacheticas; porque conduz muyto para não haver tantas cruezas no estamago, nem tanta fleuma no corpo. Os banhos desta agoa são excellentes para as intemperanças quentes do fígado, e mais mays entranhas, para temperar o calor do sangue, e dos hyponchondrios; para convulsões, e crispaturas das fibras, e partes nervosas; que sem lhe destruir o tenor, tempera o empyreuma, ou calor nimio do corpo; para estupores, parlesias espúrios; para os hypochondriacos, e escorbúticos; para debilidade, e offensas nas juntas por resiccação dos seus ligamentos; para sarnas, proidos, pústulas, impigens, lepra, e os mays achaques para que servem os banhos das Alcaçarias (...) ainda que não aproveytaraõ tanto, por não haver casa de banhos em que se temem [sic]; e levada a agoa para se tomarem em tinas, não conserva tanto a virtude, que aproveyte como nas Alcaçarias, em que està a agoa como todo seu vigor, sem que o ar a altere.¹¹⁶

Na mesma obra, podemos ainda encontrar referências a outros chafarizes de Alfama, nomeadamente aos chafarizes da Praia, de Dentro e dos Paos. A todas essas águas são reconhecidas diversas qualidades terapêuticas.

Chafariz dos Pãos

Este Chafariz fica perto do Chafariz delRey, e delle se fazem as agoadas para os navios. He também de agoa moderamente cálida; e sempre corre igualmente por quatro grandes bicas em muyta quantidade. Os mineraes de que consta são enxofre, e salitre; aquelle em mayor copia. Tambem se bebe como a do Chafariz delRey; e tem as mesmas virtudes, e

¹¹⁶ *Idem, ibidem, p. 60.*

*préstimo, que escuzamos repetir. He a agoa que mais se assemelha à do Chafariz da Praya, de que logo falaremos.*¹¹⁷

Chafariz de dentro

*Chama-se assim este Chafariz, por ficar dentro das portas da antiga muralha de Lisboa Oriental; que todos os mays ficaõ da banda de fora, e tão visinhos huns dos outros, que em pouco differem as suas agoas; sendo certo que todas nace com calor tepido; e que todas tem salitre, e enxofre, como as dos banhos das Alcaçarias, que também ficam entre estes Chafarizes; corre a agoa deste por duas bicas, aos lados de um grande tanque, em que se recebe toda a agoa dellas. Naõ he taõ bem reputada esta agoa como as dos mays Chafarizes; e he certo que tem differença considerável; porque nace com menos calor; naõ tem taõ bom gosto; naõ he taõ delgada; e deyx a no fundo das quartas mayor porcaõ de certa materia branca, que saõ partes dos mineraes por onde passa; entre os quaes o enxofre he pouco, visto que nace quasi fria. Tambem esta agoa se bebe, como a dos outros Chafarizes, e pòde servir para os mesmos usos.*¹¹⁸

Chafaris da Praya

*Fica este Chafariz visinho dos mays em que temos fallado; corre na praya do Tejo por sinco bicas de agoa mays quente, que a dos outros; e he mays bem reputada, que todas ellas. Os seus mineraes saõ enxofre, e salitre, como o das outras agoas; mas tem differença de que as excede no enxofre; e tem menos salitre que ellas. O excesso do enxofre, conhece-se no mayor calor com que nace. A deminuição do salitre: porque naõ passa tanto os cantaros de barro; nem assentaõ no fundo delles tantas impuridades; com que parece que he esta agoa mays delgada, e melhor, que as outras, ainda que todas constem dos mesmos mineraes. A que mays se parece com esta he a do Chafariz dos pâos. Todas cozem muyto bem os legumes; e lavaõ bem com sabaõ; mas para tudo isto prefere o povo sempre a deste Chafariz. Tem as mesmas virtudes, que a do Chafariz delRey; e pòde ter os mesmos usos, que he superfluo repetir.*¹¹⁹

Ficavam assim estabelecidas, numa obra que tentava já aproximar-se de uma abordagem científica (carácter que lhe poderá ser atribuído atendendo à data da sua publicação) as características hidrominerais das águas de Alfama. O século seguinte viria a confirmar em grande parte esta primeira análise e, naturalmente, assistiu à

¹¹⁷ *Ibidem.*

¹¹⁸ *Idem, ibidem, p. 61.*

¹¹⁹ *Idem, ibidem, pp. 62-63.*

implantação de diversos estabelecimentos termais, de que apontamos, a título de exemplo, os Banhos de D. Clara e do Dr. Fernando e as Alcaçarias do Baptista¹²⁰.

Necessariamente, foram ainda muitas as referências, às qualidades das águas de Alfama, feitas durante o século XIX, tais como as que a ela foram feitas por «(...) Francisco Tavares em 1810, Sousa Pinto em 1839, Veloso de Andrade em 1851 ou Rotureau em 1864 (...)»¹²¹. Com o passar dos anos, essas referências foram sendo esquecidas tal como as virtualidades termais reconhecidas a essas águas.

Porém, o último grande movimento de massas em torno das águas de Alfama iria apenas ocorrer já no início dos anos sessenta do século passado. Então a fonte, que hoje já não existe, conhecida por “Fonte das Ratas”, que se localizava nas antigas Alcaçarias, assistiu a uma autêntica manifestação de índole popular quando as águas da sua nascente ganharam fama de serem quase milagrosas nas suas qualidades curativas e terapêuticas. Esse movimento «(...) atingiu o auge em 1963/64, em que milhares de pessoas se acotovelavam e esperavam horas para encher os seus garrafões de água, ao ritmo de cerca de 360 garrafões/hora, abrandando apenas entre as 3 e as 5h da manhã.»¹²²

A polémica em torno das qualidades dessas águas foi enorme, enquanto que a Direcção-Geral de Saúde insistia no encerramento da fonte, alegando a existência de resíduos fecais nas águas da nascente, a contestação popular a tal encerramento era enorme. A fonte acabaria mesmo por ser encerrada em finais de 1963¹²³.

Hoje, o manto do esquecimento parece ter caído sobre as águas de Alfama e as suas qualidades terapêuticas. De quando em quando esse manto é sacudido através da publicação de um ou outro trabalho de cariz científico ou de divulgação do património de Alfama. Todavia, novas recentes podem vir dar um novo fôlego às velhas nascentes de Alfama: entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Instituto Geológico e Mineiro foi celebrado «(...) um protocolo que tem como objectivo promover a reactivação dos recursos hidrominerais e geotérmicos que ocorrem na zona de Alfama.»¹²⁴ Tenhamos fé! Talvez a história das águas de Alfama ainda não tenha terminado.

¹²⁰ Cfr. Elsa Cristina Ramalho e Maria Carla Lourenço, *ibidem*, p. 3.

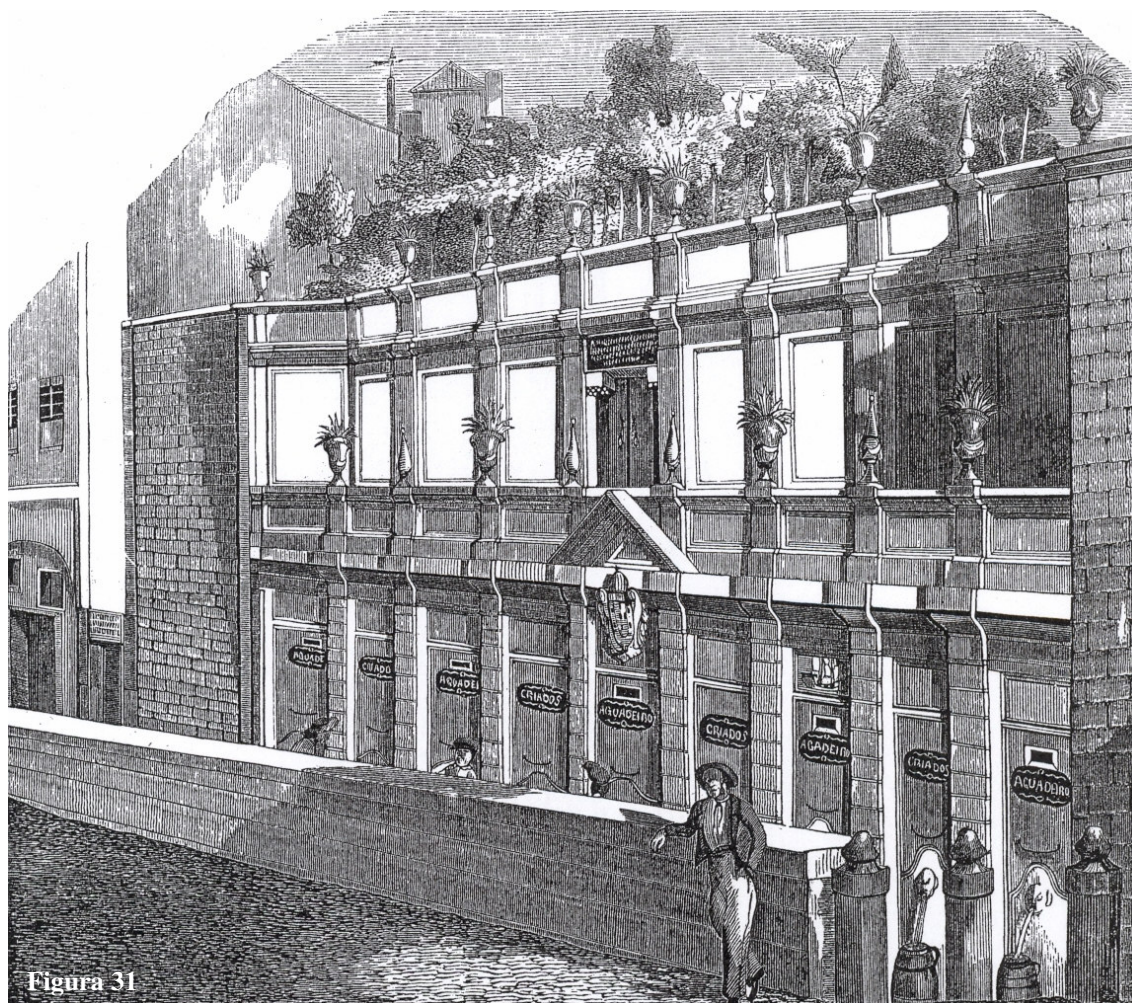
¹²¹ *Idem, ibidem*, p. 3.

¹²² *Idem, ibidem*, pp. 5-6.

¹²³ Cfr. *idem, ibidem*, p. 6.

¹²⁴ «Águas Minerais em Alfama», *Gazeta de Santo Estêvão*, n.º 34, Agosto/Outubro 2006, p. 5.

3. 1. O Chafariz d’El-Rei



Estamos vendo o primeiro chafariz que houve em Lisboa; onde fizeram agoada as armadas que d’este porto saíram para os descobrimentos e conquistas de Africa, da Ásia e da Oceânia; d’onde se provia toda a cidade no meado do século XVI, porque um documento de 1541 (que ao diante apontaremos), diz que não havia outra agua de beber para a gente de Lisboa; e ainda no século passado lemos no Aquilégio Medicinal, do dr. Francisco da Fonseca Henriques, medico del-rei D. João V: «D’esta agua bebeu a maior parte das duas Lisboas,²⁹¹ e foi sempre muito estimada em quanto não houve o chafariz da Praia.²⁹²

²⁹¹ Cfr. Parte II – 1. 2. As águas orientais..

²⁹² «CHAFARIZ DEL-REI» in *Archivo Pittoresco. Semanário Illustrado*, volume IV – 1861, Lisboa, Editores Proprietários, Castro, Irmão & C.^a, 1861, p.177.

É, já o dissemos, o Chafariz d'El-Rei o mais emblemático de Lisboa. O seu contributo para o abastecimento de água à cidade de Lisboa foi fundamental durante longos séculos.

Não se sabe ao certo de quando data a construção do chafariz mas, certamente, as suas nascentes não teriam sido desconhecidas dos primeiros habitantes da colina do Castelo, nem das gerações que se lhes seguiram. Essas e outras nascentes, situadas no sopé da colina do Castelo terão tido, aliás, enorme importância, entre os factores que levaram à fixação das primeiras comunidades humanas naquela colina. Porém, tudo o que pudermos afirmar nunca passará de mera especulação devido à ausência de fontes que possibilitem um melhor conhecimento dessa realidade. Concluindo: determinar a data da sua construção não será tarefa fácil.

Foi Sérgio Velloso d'Andrade o primeiro a apresentar uma resenha histórica, credível e objectiva, da longa vida do Chafariz d'El-Rei. A sua obra constitui, ainda hoje, uma referência para todos os que pretendem estudar, ou simplesmente conhecer a história do aprovisionamento de água a Lisboa até à formação da 1.^a Companhia das Águas.²⁹³ Para este autor, datavam de 1487 as primeiras referências escritas ao Chafariz d'El-Rei. Afirmava, então, Velloso d'Andrade:

Muito temos trabalhado para descobrir a antiguidade deste Chafariz, e a epocha mais remota, que encontrámos, foram duas Cartas Regias, datadas d'Alanquer aos 16 de Setembro de 1487; na primeira se manda fazer um encanamento, desde o Chafariz até á muralha do mar, para os Bateis da Ribeira ali receberem a agua precisa para as aguadas da Marinha, cuja obra tinha sido orçada em 12\$00. – e na segunda se mandava participar ao Corregedor de Lisboa, que estavam dadas as Ordens ao Patrão da Nau, para que falasse com os mestres de todos os Navios, que estivessem no Porto, e cada um com seu Batel dar um dia de Serviço em carretar pedra, e cal; e quando não o fizessem, elle Corregedor os constrangeria, fazendo dar a cada um seu giro. –²⁹⁴

Júlio de Castilho vai mais longe na sua pesquisa e descobre anteriores alusões ao nosso Chafariz, «Pois referida a mais de um seculo antes, achei eu menção do chafariz (e até mesmo com o seu proprio nome actual) n' uma chronica velha²⁹⁵»,²⁹⁶ afirma o autor. Seguimos os passos de Castilho, e de facto, uma leitura mais atenta da referida crónica,

²⁹³ José Sérgio Velloso d'Andrade, *op. cit.*

²⁹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 105-106.

²⁹⁵ Referia-se o autor à *Crónica de El-rei D. Fernando*, de Fernão Lopes.

²⁹⁶ Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa. Descrição Histórica da Margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893., p. 162.

permitiu-nos encontrar, a par do relato das desventuras dos lisboetas sitiados por Henrique II de Castela, uma menção ao velho chafariz. Nessa passagem, mais uma vez se comprova a relevância que ele tinha para a cidade: «(...) as gentes eram tantas dentro, assim da cidade como do termo, que parecia multidão de muito gado em pequeno curral, de guisa que seccavam da agua o chafariz d’El-rei, que é uma mui grande e mui formosa fonte, abastada de grande abundancia d’agua, que continuamente corre (...)»²⁹⁷.

Mas esta não será ainda a referencia mais antiga ao Chafariz d’El-Rei, pois é ainda Castilho que salienta ter Sérgio Velloso d’Andrade, já depois de publicada a *Memória*, que temos vindo a citar, encontrado novas fontes documentais que nos dão conta da existência do chafariz já no reinado de D. Afonso II:

*Consta da Memoria para a historia das inquirições de D. Affonso II, documento 2.º, pagina 14, que em 1220 havia um chafariz denominado «de S. João»; e porque naquele já n’aquelle tempo havia a freguezia de S. João da Praça; e não há noticia de outra da mesma invocação, supõe-se que d’ ella tomaria o nome como mais visinho.*²⁹⁸

O documento referido por Sérgio Velloso d’Andrade, e que Castilho recupera, não tem data mas, de acordo com este último autor, «(...) o sabio João Pedro Ribeiro, mestre e um dos dignos precursores de Herculano, conjectura que deve pertencer ao tempo d’el-Rei D. Affonso II, isto é foi escripto entre os annos 1211 e 1223.»²⁹⁹ Parece assim que o nosso chafariz terá sido primeiramente conhecido por Chafariz de S. João ou, mais correctamente, se assumirmos como certo que ele adquirira o nome da freguesia em que se localizava, de S. João da Praça dos Canos³⁰⁰, que, para Castilho, «(...) já ali existia, ao tempo em que, segundo parece, ainda não se edificára S. Pedro de Alfama (...)»³⁰¹.

²⁹⁷ Fernão Lopes, *Chronica de El-Rei D. Fernando*, volume II, Lisboa, 1895, p. 66.

²⁹⁸ Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 162.

²⁹⁹ *Ibidem*.

³⁰⁰ Esta é também a designação que lhe é atribuída por Gustavo de Matos Sequeira – *Depois do Terramoto. Subsídios Para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, Volume IV, reimpressão da 1ª edição (1934), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1967, p. 309. A origem do nome desta freguesia, poderá ser resultado de nela se juntarem diversos canos por onde corriam as águas não potáveis, a céu aberto, ou cobertas simplesmente por lajes, que existiam ainda no século XVII, como se pode constatar da relação mandada elaborar pelo vereador do pelouro das obras da cidade, Francisco da Fonseca Sisnel, e que Eduardo Freire de Oliveira transcreveu do livro com o sugestivo nome, *Noticia dos canos antigos d’esta cidade*. Por esta relação, datada de 1685, podemos verificar que um dos canos que ia ter a S. João da Praça era o «Cano do Marquez de Gouveia», que tomava «as aguas da rua que vae a S. João da Praça, e da Rua do Barão». Esta confluência de águas teria lugar na denominada Rua da Praça dos Canos, onde se situava o orago de S. João Degolado e onde hoje se encontra a Igreja de S. João da Praça (ver mapa – Anexo 1 – V). Cfr. Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo I, 2.ª edição, Lisboa, Typographia Universal, 1882, pp. 552-554 (nota).

³⁰¹ Júlio de Castilho, *ibidem*, pp. 162-163.

É vulgar encontrar em livros ou revistas de conteúdo generalista a afirmação de que actual denominação de Chafariz de El-Rei terá surgido no reinado de D. Dinis. Apesar da convicção de uns quantos, certo é que nenhuma fonte confirma de modo inequívoco tal facto. O nome porque é hoje conhecido o chafariz, não terá surgido por decreto ou imposição mas, como normalmente acontece com a toponímia mais antiga, terá as suas raízes na tradição popular, que o consagrou com o decorrer dos anos³⁰². Assim, não menosprezando embora as opiniões desses autores, consideramos actuais e pertinentes as dúvidas e suposições de Castilho, que sobre este tema assim discorria:

Quando começasse a denominar-se d'el-rei, e porquê, não sei eu; mas sempre deixarei aqui uma suposição.

El-Rei D. Diniz fabricou uma fonte em Lisboa; por signal, que por carta sua isentou os Ecclesiasticos de contribuírem para ella. Que fonte seria?

Não afirmo que se trate d'esta de «S. João», obra mais ou menos completa, mais ou menos luxuosa, mais ou menos reclamada pela população, e mais ou menos digna do autor, mas quem sabe é bem possível.

(...)

*Que muito é pois que os Lisbonenses, vendo este Soberano, tão grande e tão liberal, dotar Lisboa com uma fonte de bellas aguas, primorosa na architectura, e digna d'elle, a appellidassem tambem chafariz d'el-Rei? Que muito é que esse titulo nobilitasse um tal melhoramento da antiga Cidade, uma fonte da qual todos os escritores falam com encarecimentos (...)*³⁰³

Também Gustavo de Matos Sequeira, na esteira de Castilho, muitos anos passados sobre o texto que acabámos de citar, afirmava que «Onde este rei punha a mão saia (sic) obra grande e logo a alcunhavam de real.»³⁰⁴ É ainda Sequeira, que traz novos dados à questão, referindo uma, então recente, descoberta de «Um pergaminho do Arquivo do Cabido de Lisboa recentemente recolhido à Torre do Tombo, datado de Coimbra de 10 de Outubro de 1308, refere-se [este documento] a determinados privilégios concedidos ao clero pelo rei-lavrador, isentando-o de qualquer contribuição para a Fonte que o dito Senhor mandara construir na cidade de Lisboa.»

Matos Sequeira questionava então: «Referir-se-á este documento à reformação do Chafariz de S. João da Praça dos Canos? A esta sua questão, respondia ele de forma

³⁰² Cfr. Amélia Aguiar Andrade, «Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas» in Amélia Aguiar Andrade, *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 83-96.

³⁰³ Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 163.

³⁰⁴ Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 310.

conclusiva: «Estou em crer que sim.»³⁰⁵ Ficaria assim demonstrada a relação entre nome porque hoje conhecemos o vetérrimo chafariz e o referido monarca. Por agora... talvez...

Em Carta Régia, datada de 2 de Maio de 1494, é de novo o Chafariz d'El-Rei mencionado. Já então se levantava a questão pertinente de saber se poderiam ou não as águas daquela nascente serem elevadas a outros locais da cidade onde eram igualmente necessárias.

*Vimos duas cartas que nos enviastes. E quamto na que fala sobre deligemçia que se pos, acerca de se veer o naçimento da augua do chafariz delRey, pareceonos muy bem, p^o sempre nosso emtemder foy que a dita augua nom poderia sobir tanto, que podese seer leuada homde se fazia dello fundamêto; E por tanto avemos p^r bem se nam faça sobre ello mais esperiemçias, e a leixem estar como esta.*³⁰⁶

Em 1517, era ainda o Chafariz descoberto³⁰⁷. Ofereceu-se então Lopo de Albuquerque para lhe construir uma cobertura «(...) de madeira e telha, em consecuencia dos muitos limos que criava, e das muitas *sugidades*, que lhe cahiam (...)»³⁰⁸. Antes de nos curvamos perante oferta tão generosa, interessa saber que, como condição prévia, a despesa por ele efectuada lhe seria paga na totalidade pela cidade, se o empreendimento «(...) produzisse bom effeito.» Seriam assim os contribuintes a custear a estrutura, porém com uma vantagem: se a obra viesse a revelar-se insuficiente para a melhoria das condições do chafariz, seria Lopo de Albuquerque a suportar a totalidade dos custos da obra. Aparentemente a cidade nada tinha a perder com o oferecimento de Lopo de Albuquerque, razão que deve ter pesado na sua aprovação por Carta Régia de 21 de Dezembro desse ano.³⁰⁹

Aparentemente, dizíamos, porque ligada ou não à oferta atrás referida, a relação de Lopo d'Albuquerque com o Chafariz d'El-Rei, teria novos desenvolvimentos, que Sérgio Velloso d'Andrade nos relata de forma eloquente:

O mesmo Lopo d'Albuquerque tinha umas casas por cima deste Chafariz, e encostadas á muralha da Cidade, que era exactamente no mesmo logar aonde hoje corre a linha das bicas; e a Câmara, por seu Procurador João Fogaça, contratou a compra

³⁰⁵ *Ibidem.*

³⁰⁶ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo II, Lisboa, Typographia Universal, 1885, p. 420 (nota).

³⁰⁷ Cfr. José Sérgio Velloso d'Andrade, *op. cit.*, p.106.

³⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 106.

³⁰⁹ Cfr. *ibidem*.

dellas por dous contos de réis, de que o dito Albuquerque recebeu logo 120\$00 réis; porém não consta que se fizesse escriptura. Falleceo o vendedor, e em 1541, talvez por se ter movido alguma questão sobre o final pagamento, o Procurador da Cidade, o Lecenciado Fillipe Luiz, foi com uns embargos mostrando enorme lesão naquella venda, pois que além das ditas Casas serem foreiras ao armazém em 1\$280 réis, e não ter havido o consentimento dos Officiaes, estando por isso o Contrato nullo; em nada eram precisas á Cidade, pois estavam em um Beco, sem entrada de rua direita; – em parte que lhe não podia entrar uma besta carregada, nem de lenha, nem de palha; – muito mal repartidas; – umas em cima das outras; – e sem terem vista senão da Ribeira e mar; e que segundo commum estimação de homens entendidos, ao tempo em que fôra feito o contrato, nem antes nem depois valiam 600\$00 réis, eram ainda nisto caras; e a Cidade era muito lesa em as comprar por serem velhas; e ou fosse a Cidade desonerada da dita compra, ou se fizesse uma nova avaliação.–³¹⁰

Curiosa coincidência! Primeiro, a generosa oferta de Lopo d'Albuquerque, logo de seguida a venda sobrevalorizada das velhas casas junto ao chafariz, propriedade do mesmo Lopo d'Albuquerque.

Naturalmente, os herdeiros discordaram da posição do Procurador da cidade, sentindo-se lesados na sua herança!

Foram recebidos os ditos embargos, dos quaes se deram vista aos herdeiros do finado, figurando Manuel de Albuquerque, seu filho, e com procuração bastante da Senhora sua May; = e que se os Reos tivessem contrariedade fossem com ella. – Assim o fizeram; dizendo: – que a Cidade allegára já no feito os Artigos da lesão, que ora allegava, e sendo bem vistos e examinados, lhos não receberam por desembargos, que estavam nos autos; pelo que ora não podia já allegar lesão; – e que desde o tempo em que a Cidade fizera o contrato, passaram muito mais de quatro anos; – e que esta Cidade de Lisboa era uam das principais da Christandade, e muito nobre; e de grande renda; e uma das cousas mais necessarias, que tinha, sem a qual se não podia manter, era o Chafariz d'El-Rey, de que bebia toda a Cidade [veja-se pois, a importância que aqui lhe era atribuída]; – e que as Casas da contenda estavam sobre o Chafariz, e sobre a Arca de agoa; e o que morava dentro ficava Senhor do Chafariz, e seus Servidores podiam deitar na agoa sugidade, e peçonha, e o que quizessem; – pelo que fôra grande proveito da Cidade comprar as ditas Casas; e não havia cousa em que se estimassem, por ser para cousa tão necessaria para a dita Cidade, como era o dito Chafariz; – de maneira, que ainda que a Cidade desse muito mais dinheiro do que dava, fazia muito bom partido, por ser para cousa tão nobre, e tão

³¹⁰ José Sérgio Velloso d' Andrade, *op. cit.*, p. 106.

necessaria; – e que interviera nesta compra, sabendo que as ditas Casas tinham pessoas foreiras ao Armazém, e a Cidade houvera por bem com aprazimento, que a cidade para isso déra, que desse ao dito Lopo d’Albuquerque cinco mil cruzados por as ditas Casas: – e não as mandára tomar por força, por que aos Fidalgos Velhos, e honrados, como era o dito Lopo d’Albuquerque, não se costumava neste Reino tomar o seu por força, se não muito por sua vontade; – por o que a Cidade embargava mal, e disto era puvrica voz e fama. –³¹¹

Da defesa então apresentada pelos herdeiros de Lopo d’Andrade ressalta a enorme importância que Chafariz d’El-Rei tinha no quotidiano da cidade. Face a essa realidade insofismável e às ameaças velavas que nela constavam, o resultado só poderia ser aquele que na realidade pôs termo à polémica.

Foi recebida esta contrariedade, e a cidade foi com sua repreciação, e os Reos com trepicação; e a final se proferio sentença aos 16 de Janeiro de 1542, pela qual se mandou, – que a Camara pagasse aos Reos pelas ditas Casas 1:000\$00 de réis, e elles Reos as deixassem livres, e desembaraçadas á Cidade, e ella as terem para fazer dellas o que sentisse que era mais proveito da repubrica [sic].–³¹²

Essencial à vida da cidade, a água era então um bem escasso e cobiçado. Avidez e outros sentimentos mesquinhos, tão naturais no ser humano, não poderiam pois deixar de se manifestar: «Com a afluência do povoleo ao chafariz, n’uma Cidade como esta, sequiosa sempre, mal abastecida de aguas, n’um clima ardente como o nosso, em frente de um porto coalhado de navios á aguada (...)»³¹³ eram frequentes as brigas, muitas delas de enorme violência, dado que sendo somente seis a bicas que corriam no chafariz, eram «(...) innumeraveis os pretendentes; talvez ainda mais numerosos [segundo Castilho] que hoje os candidatos a qualquer vaga nas varias phalanges da burocracia.»³¹⁴ De sorte, como íamos dizendo, era grande o pandemónio que reinava por aquelas paragens: todos queriam ser os primeiro a encher «(...) os cântaros, as quartas, as pipas e cada qual reclamava em altos brados, e á viva força, os seus sagrados direitos de açacal preterido.»³¹⁵ Perante tal tumultuar do povoléu, entendeu o Senado da cidade disciplinar o acesso às bicas através postura datada de 1551.

³¹¹ *Idem, ibidem*, pp. 106-107.

³¹² *Idem, ibidem*, p. 107.

³¹³ Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 168.

³¹⁴ *Ibidem*.

³¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 169.

Constando ao Senado que há homens brancos, negros, e mouros que se vão pôr ás Bicas do Chafariz d'ElRey a vender a agoa a quem a vai buscar, de que se seguem brigas, ferimentos, e mortes faz sua postura para a repartição das ditas Bicas pela maneira seguinte.= Na primeira Bica hindo da Ribeira para ella, encherão pretos forros, e captivos, e assim mulatos índios, e todos os mais captivos, que forem homens.= Logo na seguinte poderaõ encher os mouros das Galés sómente a agoa, eu for necessaria para as suas aguadas., e tendo cheios seus barriz, ficará a dita Bica para os negros, e mulatos conforme a declaração a traz.= Na terceira, e quarta que são as duas do meio, encherão nelas os homens e moços brancos, – e na quinta seguinte logo, encherão as mulheres pretas, mulatas índias forras e captivas, – e na derradeira Bica da banda de Alfama encherão as mulheres, e moças brancas, conforme a declaração das Bicas, sobpena de quem o contrario fizer do que está dito, sendo pessoa branca e forra, assim como homem como mulher pagará 2\$000 réis de pena, e estará na Cadeia tres dias sem remissão; de que haverá metade da pena do dinheiro quem o accuzar, e a outra metade para a Cidade.– da mesma pena teraõ os ditos brancos, mulatos, índios, e pretos forros, que encherem por dinheiro, ou achando-se que enchaõ em qualquer outra Bica das que se lhe nomeiaõ, posto que corra a dita agoa no chaõ, e não poderaõ encher nas declaradas, e os negros, e os captivos, e os mais escravos, e escravas, como foraõ pessoas captivas, que o contrario fizerem do que está dito, seraõ publicamente assoutados com baraço, e pregaõ de redor do dito Chafariz, sem remissaõ, conforme a Provizaõ d'ElRey Nosso Senhor novamente passada, as quaes penas se executaraõ tres dias depois da publicação desta postura, que se lhe daõ para vir primeiro á noticia dos moradores desta Cidade.=³¹⁶

Naturalmente, qualquer lei só se torna eficaz quando é cumprida, ou melhor quando os meios para a fazer cumprir são eficazes. Por isso, logo ali, nas vizinhanças do chafariz, «(...) os negros captivos, sem distincção de sexo, seriam logo açoitados publicamente com baraço e pregão (...)»³¹⁷. Para Castilho, «Esse espectáculo repugnante de castigos corporaes impostos em primeira instancia, e sem appellação, por auctoridades boçaes de ultima cathegoria, havia de dar-se muitissimas vezes, com grande incomodo e protesto dos transeuntes, attendendo ao grande povoleó africano e (asiatico) da velha Lisboa.»³¹⁸.

³¹⁶ José Sérgio Velloso d'Andrade, *op. cit.*, pp. 107-108.

³¹⁷ Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 169.

³¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 170.



Figura 32

A prática de castigos corporais acabaria, com o passar do tempo, por cair em desuso, tal como a postura. Mas a divisão das bicas foi-se mantendo, chegando ao século XIX, como se pode verificar na figura 32.

Regressemos ao século XVI, para darmos conta de mais uma polémica em torno do velho chafariz. Dava-se então o caso que Luiz de Carvalho, proprietário de casas em Alfama, nelas possuía um poço, este bem próximo do chafariz. Tal não constituía excepção ou notícia que merecesse destaque.

Muitas outras casas em Alfama se serviam dos seus próprios poços. Porém, este poço tinha a particularidade de estar directamente correlacionado com a quantidade de água que chegava às bicas do Chafariz, «(...) visto a grande diminuição que se sentia no Chafariz, quando se tirava agua do dito poço, assim como a abundância, quando se não tirava.»³¹⁹ Perante esta evidência, viu-se o Senado da Câmara obrigado a providenciar medidas para impedir a diminuição do caudal do chafariz, por isso «(...) por Alvará de 11 de Março de 1598 se mandou, que se entupisse [o poço]»³²⁰.

Lesado nos seus legítimos interesses, contrário a tal determinação se mostraria o proprietário do dito poço. Se ao Senado se impunha a defesa do público em geral, a ele, proprietário do poço, impunha-se a defesa dos seus bens; o interesse público não seria o que mais o deixaria sensibilizado.

Seguiu-se a já habitual demanda. Com a também habitual celeridade, cerca de catorze anos (!) seria decidida, sendo então determinado que o Senado da cidade tomasse posse do poço, o que aconteceu em 5 de Dezembro de 1612³²¹. Todavia, o processo só ficaria definitivamente concluído cerca de dois anos depois, quando «(...) por escriptura de quitação, de 26 de Agosto de 1614, recebeu D. Brites Dayalla, como herdeira do sobredito Carvalho, aquella quantia, por indemnisação do mesmo pôço.»³²²

³¹⁹ José Sérgio Velloso d'Andrade, *op. cit.*, p. 108.

³²⁰ *Ibidem.*

³²¹ Cfr. *ibidem.*

³²² *Idem, ibidem*, 108.

A memória deste conflito foi também recuperada por Castilho. A originalidade do seu relato justifica, pensamos nós, a sua inserção neste trabalho. Eis, pois, a versão de Castilho:

*Possuia certo Luiz de Carvalho umas casas pegadas [ao Chafariz d'El-Rei], e n'ellas um poço, que veio a dar ao dono agua pela barba. Averiguou-se, que em se esgotando o poço com mais persistencia, ía-se pela-agua-a-baixo a fartura d'el-Rei. Não digo que forcejasse Luiz de Carvalho levar agua ao seu moinho em deterimento do povo; não quero assacar-lhe consciencia salobra, de umas que em tudo costumam levar agua no bico; certamente não; o homem estava no seu direito, e podia gastar do poço sem dizer «Agua vai». A Camara não o entendeu assim; e como não era de aguas mornas, ordenou ao visinho, por alvará de 11 de Março de 1598, entupisse o seu manancial. Carvalho entrou aos cachões, como agua a ferver, e recusou obedecer á intimação. Seguiu-se longa demanda; e por mais agua benta que os lettrados aspergissem, claro está, como agua do rio, que fez agua e sossobrou o baixel do teimoso proprietário de agua doce. Agua molle em pedra dura, tanto dá até que fura. A Câmara, lavando-se em agua de rosas, tomou a si o poço, e depositou 750\$000, que em 26 de Agosto de 1614 veio a receber D. Brites de Ayalla, herdeira do desapossado (...)*³²³

Ainda no mesmo ano em começou a polémica que acabamos de referir, em 1598, foi autorizado o Senado a tomar posse de outro poço, este existente «(...) nas Casas de Francisco de Sousa, juntas ao dito Chafariz, e que a sua agua fosse ali levada por cano separado»³²⁴, aumentando assim o respectivo caudal de água. Mas, neste caso, a controvérsia parece ter estado afastada. Contudo, outras envolveriam o nosso chafariz, como aquela que nos relata Castilho na sua *Ribeira de Lisboa*:

Em certo quintal muito proximo, pertencente a um Diogo de Gouvêa e Miranda, vicejava uma figueira, que, segundo parece, damnificava com as raizes o encanamento publico. Foi mandada arrancar por ordem do Senado. Irritou-se o proprietario, e querelou até ao Desembargo do Paço, allegando não sei bem o quê.

*Certamente perdeu.*³²⁵

Em 1699, os lisboetas terão sofrido um grande susto; as águas do chafariz apresentavam-se turvas «(...) com tanto barro, terra e entulho, que estava incapaz de se

³²³ *Idem*, , *ibidem*, pp. 170-171.

³²⁴ *Ibidem*.

³²⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 171.

beber.»³²⁶ Alarmado, de imediato o Senado ordenou a execução de diligências no sentido de apurar as causas do sucesso.

Os trabalhos desenvolvidos com o fito de descobrir as origens da funesta ocorrência são-nos minuciosamente relatados num documento encontrado por Sérgio Velloso d'Andrade³²⁷. Tudo, afinal, não passara de um susto; o fenómeno era resultado do aparecimento de «(...) dois olhos d'agoa ambos juntos (...)»³²⁸ que «(...) com o movimento do seu nascimento, tinham sulapado [um enorme] vão, e levado com sigio até ao tanque todas aquellas matérias, que viciávão, e turbavão as agoas do Chafariz.»³²⁹.

Já no século seguinte, em 1744, achando-se o chafariz, nas palavras de Castilho, «(...) muito trabalhado dos anos(...)»³³⁰, entre as sete e as oito da manhã de 18 de Fevereiro, dia de Entrudo, toda a fachada, como no diz Gustavo Matos Sequeira³³¹, ou apenas algumas das lajes que faziam parte do frontispício, de acordo com Castilho³³² desabaram, provocando a morte a nada menos que dezoito pessoas, não contando com os feridos, dos quais não ficou registo. Sem querermos favorecer um ou outro autor, parecem-nos mais fiável a versão do primeiro, porque se baseia na imprensa da época e pormenoriza o acidente³³³, afirmando que fora a «(...) a varanda das casas do marquês de Angeja e um arco da cantaria das obras que o Senado ali estava a fazer (...)»³³⁴ a ruir. Este funesto acontecimento, cujas causas se desconhecem, não terá sido alheio a alguma incúria. Já no século anterior, D. Francisco Manuel de Melo, citado por Castilho, satirizara o esquecimento a que fora votado o chafariz, na sua obra *Apólogos Dialogaes*:

Falando d'elle, diz a Fonte do Terreiro do Paço para a do Rocio:

«Ó senhora Tia, sentae-vos para aqui, que muitas vezes me lembra ouvir falar em vós a meu Pae, que Deus Haja, o senhor Dom Chafariz d'el-Rei.»

«Que Deus Haja», note-se.

³²⁶ «RELAÇÃO DO QUE CONTHEM O CHAFARIZ D'ELREY», in José Sérgio Velloso d'Andrade, *op. cit.*, p. 109.

³²⁷ Este documento, embora não se encontre datado, para Sérgio Velloso d'Andrade, terá sido elaborado em finais do século XVII. Para além da descrição destes trabalhos, nele se faz uma descrição pormenorizada do chafariz, à data da sua elaboração. Pela sua importância para o conhecimento da história do chafariz reproduziremos na íntegra o seu conteúdo – Anexo 6 – X.

³²⁸ «RELAÇÃO DO QUE CONTHEM O CHAFARIZ D'ELREY», *ibidem*.

³²⁹ *Ibidem*.

³³⁰ Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 174.

³³¹ Cfr. Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 391.

³³² Cfr. Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 174.

³³³ Gustavo de Matos Sequeira baseia a sua descrição na notícia publicada no *Mercúrio de Lisboa*, de 29 de Fevereiro de 1744.

³³⁴ Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 391.

E logo:

*Deus lhe perdoe, que tantos annos serviu a esta Cidade, com tão ruim galardão, que jamais lhe acudiram com um ladrilho velho.»*³³⁵

Bem ilustrativo este diálogo da incúria dos poderes públicos, o que justifica o chiste com que Castilho encerra esta breve transcrição: «Quem poder, commente e explique essas asserções.»³³⁶

Foi então reconstruída toda a frontaria do chafariz, empreendimento que parece ter-se concluído em 1747³³⁷. Porém, logo na década seguinte, algum problema deve ter ocorrido, porque, em 1754, se iniciaram obras, cujo motivo desconhecemos. Sérgio Velloso d'Andrade, que procurou denodadamente esclarecer em que data o chafariz se viu aumentado de seis para nove bicas, apenas conseguiu encontrar menção a umas obras que tiveram o seu início em 3 de Outubro de 1774 e terminaram no ano seguinte, a 24 de Junho de 1775. Curiosamente, o autor não faz qualquer referência às obras de reconstrução da frontaria do chafariz.

Talvez referindo-se aos trabalhos que tiveram o seu início em 1774, diz Castilho: «(...) Provavelmente padeceu alguma coisa o chafariz em 1755; não sei quando se começou a concertar; sei que em 1836 se trabalhava no acabamento do frontispicio, e que, depois de se gastar mais de um conto de réis foi embargada a obra em 1838 pela Marquiza de Chaves, D. Francisca Telles da Silva, já então viuva.»³³⁸. Provavelmente nenhuma relação haveria entre duas obras temporalmente tão distantes. Faltam-nos fontes que permitam perceber o que de facto mediou entre os dois períodos.

Não podendo nós afirmar quando terá tido início a reconstrução do frontispício do chafariz, certo parece ser que ela teve diversas paragens, como se pode deduzir das palavras de Sérgio Velloso d'Andrade: «Em 1836 se continuou a Obra para o acabamento do frontespicio deste Chafariz, e tendo-se gasto mais de um conto de réis, se acha outra vez parada por ter sido embargada pela Ex.^{ma} Marquiza de Chaves.»³³⁹ Como já era do nosso conhecimento, através do texto citado de Castilho, que sobre o assunto escreveu alguns anos depois de Velloso d'Andrade, os trabalhos haviam sido embargada pela dita senhora em 1838. Os motivos, claro, tinham a ver com a suposta, ou como modernamente

³³⁵ Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 174.

³³⁶ *Ibidem*.

³³⁷ *Ibidem*.

³³⁸ *Idem, ibidem*, p. 175.

³³⁹ José Sérgio Velloso d'Andrade, *op. cit.*, p. 108.

se usa dizer, alegada lesão dos direitos de propriedade de tão nobre pessoa. Castilho conta-nos em breve linhas mais uma pitoresca história Lisboa:

Essa senhora, da Casa de Alegrete, herdara de sua prima a Marqueza de Angeja D. Maria do Carmo de Noronha os vinculos de Vila-Verde, e outros nos quaes veiu a succeder seu sobrinho o Conde de Peniche. Por essa linha é que a sr.^a Marqueza de Chaves mantinha o que julgava direitos seus na posse de terrenos contiguos ao chafariz.

Dizia que era seu o terreno por cima das bicas, o mesmo terreno (incerteza das coisas humanas!) que o Senado pagara por I conto de réis, segundo se viu, em 1542. Ignoro os motivos em que se baseava a pretensão; sei que em 1859 se tratava com o dito Conde Peniche (depois Marquez de Angeja) ácerca da conclusão dos trabalhos; e em 13 de Outubro eram approvadas pela Câmara as condições do acordo com o referido Conde.

Com effeito, logo em Novembro seguinte eram assentes todos os paineis e vergas, e algumas pilastras, e uma parte da cimalha, e em 18 de Março de 1861 concluia-se a obra toda com a collocação dos vasos ornamentaes e pyramides da platibanda.³⁴⁰

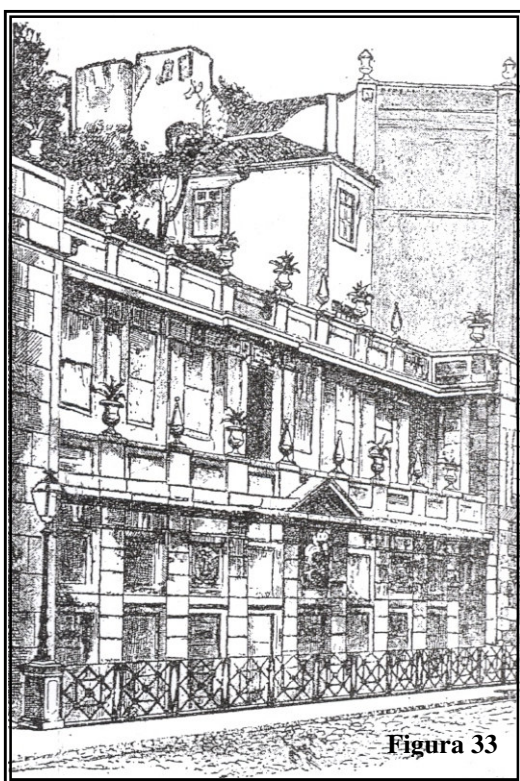


Figura 33

Terá então adquirido o chafariz o aspecto que actualmente lhe conhecemos, se bem que o velho palacete que hoje o encima ainda não tivesse sido construído. De então para cá não são muitas as notícias que nos chegam sobre o velho chafariz.

Em 1822, de acordo com Gustavo de Matos Sequeira, era este o chafariz que fornecia maior número de aguadeiros: 322³⁴¹. Em 1851, Sérgio Velloso d'Andrade contabilizava 330, distribuídos por dez companhias de aguadeiros.

Gradualmente o Chafariz d'El-Rei foi perdendo a sua importância, mas continuou a servir Lisboa e os lisboetas até meados do século passado. O seu abandono acentua-se a partir dos anos sessenta e, lentamente, ele começou a cair no

esquecimento. Hoje, não são já muitos os lisboetas que sabem da sua existência secular e, mais ainda, da relevância que em tempos teve na vida da cidade.

³⁴⁰ Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 175.

³⁴¹ Cfr. Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 420.

De facto, quem por ele passa, apesar do ar altivo e orgulhoso com que contempla o fugaz caminhante, dificilmente conseguirá imaginar «(...) as contendias, as lutas, as mortes a que deu lugar o inconsciente monumento! (...) a longa procissão de criaturas brancas, pardas, pretas, de ambos os sexos, mais ou menos pitorescas nos seus trajas, ou miseráveis em seus andrajos, dia e noite desfilando pela Ribeira, sempre à beira Tejo, desanfrontado de prédios, e com um resguardo de parede onde as águas vinham rumorejar por horas mortas (...)»³⁴²

Abandonado, o chafariz aguarda por melhores dias. Pelo cumprimento das promessas de autarcas, que volta não volta se recordam da sua antiga importância e do que ele representa enquanto valor patrimonial, apresentando então entusiásticos projectos de recuperação.

«Em frente dessas bicas que há séculos vertem tranquilamente o precioso líquido, quantos olhares amorosos se trocaram, quantas palavras de carinho, e quantos ódios de raça e de religiões cruzando-se como pontas de punhais!»³⁴³. Nos



Figura 34

nostros dias, Angelina Vidal já não poderia escrever estas singelas palavras; as bicas há muito deixaram de existir e a água das suas nascentes escapa-se para o rio, longe dos olhares dos lisboetas. O chafariz não é mais o porto de abrigo onde os lisboetas se podiam refrescar nos tórridos dias de verão, não passando hoje de um local árido e abandonado.

Despedimo-nos por agora do nosso chafariz, não sem antes deixar uma palavra de esperança, a mesma que transparece neste pequeno diálogo, extracto de parte³⁴⁴ de uma obra recente sobre Lisboa³⁴⁵. O autor, um estudioso francês, também ele perplexo com o abandono do nosso património histórico, dialoga com uma personagem, real ou fictícia, para o caso não interessa, certamente um lisboeta, talvez originário do bairro:

- Seria uma pena que um edifício tão carregado de história ficasse condenado ao silêncio [diz o autor].

³⁴² Angelina Vidal, *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna. Elementos Históricos da Sua Evolução*, 2.^a edição, Lisboa, Vega, 1994, p. 97.

³⁴³ Angelina Vidal, *op. cit.*, p. 98?

³⁴⁴ Que publicaremos na íntegra – Anexo 6 – XVIII / XXI.

³⁴⁵ «BATUQUE NO CHAFARIZ D'EL-REY» in Jean-Yves Loude, *Lisboa na Cidade Negra*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2005.

- Não ficará. Como lhe disse, vai transformar-se num monumento dedicado à história das águas de Alfama. Em Lisboa, gostamos de recordar o percurso da água em museus, e respeitá-la. Conhece a Mãe-d'Água?³⁴⁶

3. 2. O Chafariz de Dentro

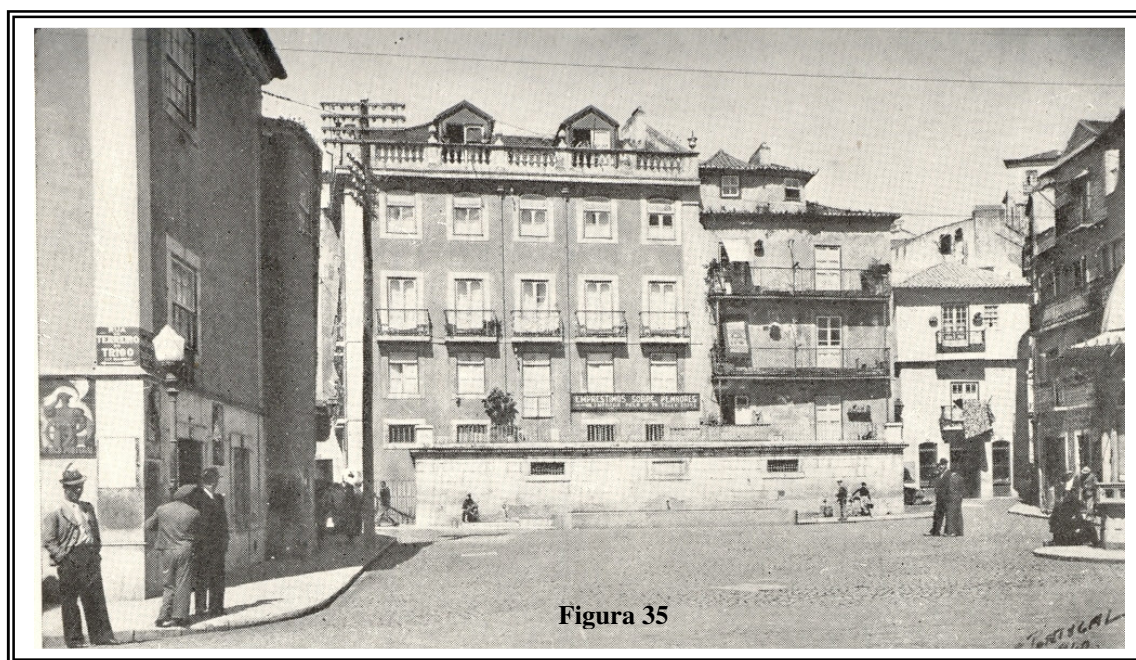


Figura 35

«Chama-se assim este Chafariz, por ficar dentro das portas da antiga muralha de Lisboa Oriental; que todos os mays ficam da banda de fora, e tão vizinhos huns dos outros, que em pouco differem as suas agoas (...)»³⁴⁷ Assim começa o pequeno texto que Sérgio Velloso d'Andrade dedica ao Chafariz de Dentro. Apesar de menos conhecido do que o célebre Chafariz d'El-Rei é este também um dos mais antigos de Lisboa, tendo sido primeiramente conhecido por Chafariz dos Cavalos.

Tal designação, por mais de uma vez se tem prestado a confusões, pois um outro³⁴⁸, com o mesmo nome, teve também a sua importância na história da cidade. Foi e

³⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 57.

³⁴⁷ José Sérgio Velloso d'Andrade, *op. cit.*, p. 256.

³⁴⁸ Este também designado Chafariz dos Cavalos, situava-se na Rua Nova, junta da Capela de Nossa Senhora da Oliveira. Refira-se ainda ser esta designação não tão rara como se possa julgar: diz-nos Gustavo de Matos Sequeira que «A designação “dos Cavalos” para os chafarizes estendia-se a outras terras. Em Évora,

continua a ser frequente a confusão entre os dois chafarizes em algumas publicações mais generalistas ou pela pena de autores menos escrupulosos e Castilho sentiu necessidade de esclarecer que o Chafariz dos Cavalos citado por Fernão Lopes, Damião de Góis e na Carta Régia de 2 de Maio de 1494 é aquele mesmo que hoje conhecemos por Chafariz de Dentro, nome que terá adquirido depois da construção da Muralha Fernandina.

Ora n'esse lanço isolado da muralha abria-se uma porta, composta de dois arcos muito chegados um ao outro, segundo se vê na estampa de Braunio, sob o n.º 72, e ahí designada pelo nome de Porta do chafariz dos cavallos³⁴⁹. Os dois títulos, quanto a mim, assinalam o mesmo chafariz. Provas? Ellas aqui vão:

1.ª – Na estampa acabada de citar, essa porta, collocada mesmo em frente do chafariz, o qual lá se vê muito bem com os seus tanques, chama-se, como disse, do chafariz dos Cavallos, ficando elle no sitio exacto do nosso chafariz de Dentro.

2.ª – Ha uma carta d'el-Rei D. João II ao Senado da Câmara de Lisboa, em 9 de Maio de 1494, datada de Almeirim, em que, insistindo o Soberano para se fazerem certos arranjos, e modificações, no chafariz dos Cavallos, assegura que o sitio não ficará pejado com os novos tanques que ele projecta, para lavagem e aguada, «e fica rrua asaz, e limpa, p^a seruidam e prosiçam da festa dos pescadores».

Essa procissão era a dos pescadores de Alfama, tão encarecida por Frei Nicolau de Oliveira, procissão que sahia de Santo Esp'rito de Alfama, ermida que, segundo acima notei, lá esta no principio da rua dos Remédios, bem próxima ao mesquinho largo onde fica o nosso chafariz de Dentro.

3.ª – Quando o autor das Grandezas de Lisboa descreve os varios montes da Cidade, diz que o Monte de S. Vicente desce «pelo Salvador a baixo, e vae fenecer no chafariz dos Cavallos; fenece exactamente no chafariz de Dentro.

Querem marcação mais clara?³⁵⁰

A mudança de designação, obviamente, apenas terá acontecido após a construção da já referida muralha³⁵¹ e, mais provavelmente, após a edificação do chafariz da Aguada, de lado de fora da dita que, por contraponto, era também por conhecido por Chafariz de

no século XIV havia um *chafariz dos cavalos*. Daqui infiro que o nome lhes vinha de se destinarem a bebedouros de cavalos e não porque quaisquer cavalos, em pedra ou arame os ornamentassem.» – Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 311.

³⁴⁹ A «(...) *porta do Chafariz dos Cavallos* ou *porta do Chafariz de Dentro* situava-se no largo do Chafariz de Dentro, entre este chafariz e o da Praia. (...) Foi demolida depois do terremoto que houve no ano de 1755.» – Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo VIII, Lisboa, Typographia Universal, 1894, p. 203 (nota).

³⁵⁰ Júlio de Castilho, *ibidem*, pp. 144-145.

³⁵¹ A muralha fernandina corria pelo que é hoje a zona central do Largo do Chafariz de Dentro: «Atravessava a cerca o leito do Largo Chafariz de Dentro com um traçado rectilíneo, de nascente para poente, conforme mostra a planta de Tinoco. – Augusto Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, volume II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1949, p. 101. – Ver Figura 42.

Fora. Para Castilho: «Quando o povo começasse a dizer *chafariz de Dentro*, em vez de *chafariz dos Cavallos*, não é fácil fixar; essas mudanças vão tão subtis, que não há modo de achar o ponto de transição.»³⁵²

Se não restam dúvidas que a actual designação do chafariz resulta de razão objectiva e que não admite grandes especulações, a sua anterior denominação de Chafariz dos Cavalos é ainda objecto de alguma polémica. Alguns defendem que este Chafariz dos Cavalos era assim designado, porque teria um tanque onde matariam a sede cavalos, muares e outras bestas. Porém, outros argumentam que era assim chamado em resultado de a sua água jorrar de bicas em forma de cabeça de cavalo.

A existência destas bicas é testemunhada, entre outros, por Damião de Góis, para quem, «(...) para os lados da Porta da Cruz, emerge uma outra fonte, ou, para melhor dizer, um tanque chamado [*Chafariz*] dos Cavalos, isto porque tem umas esculturas de cavalos cujos focinhos de bronze deitam jorros de água, formando, ao sair do tanque, uma espécie de riachos.»³⁵³ Estes cavalos com focinho de bronze seriam certamente os mesmos que, segundo Fernão Lopes³⁵⁴, os castelhanos às ordens de Henrique II, de Castela, em 1373, terminado o cerco à cidade de Lisboa, quiseram levar como troféu, o que só não conseguiram porque, astutamente, os lisboetas, precavendo a situação, as haviam retirado.

Também dois viajantes venezianos, citados por Castilho, escreveram sobre o chafariz e os seus cavalos. Diz-nos Castilho:

E os viajantes venezianos Tron e Lippomani dizem em dias d'elRei D. Sebastião, seguindo Goes servilmente:

*«Para o lado da porta que chamam da Cruz ha outra fonte, ou antes lago, que denominam dos Cavallos, porque da bocca de alguns cavallos de metal sae tanta agua, que forma uma corrente a modo de ribeiro»*³⁵⁵

Poderia então considerar-se como definitivo terem sido essas famosas e épicas bicas a razão deste ser chamado Chafariz dos Cavalos. Porém, e todos os outros também conhecidos pela mesma denominação, que não tinham bicas com esse formato³⁵⁶?

³⁵² Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 147.

³⁵³ Damião de Góis, *Descrição da Cidade de Lisboa*, Tradução do texto latino, introdução e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 49.

³⁵⁴ Fernão Lopes, *Chronica de El-Rei D. Fernando*, 4 volumes, Lisboa, 1895.

³⁵⁵ Júlio de Castilho, *ibidem*, p.146.

³⁵⁶ Em Lisboa, para além do Chafariz dos Cavalos da Rua Nova, Augusto Vieira da Silva refere ainda um outro com a mesma denominação, também conhecido por Chafariz do Rossio. De acordo com este autor este «Era um simples tanque, que ocupava todo ou quase todo o topo sul do quarteirão (de casas ao Sul da Travessa do Forno, com frente para o Rossio, e cuja alimentação se fazia com a água dum poço com sua nora, situado numa loja por traz do chafariz.» – Augusto Vieira da Silva, *ibidem*, p.101.

Aceitamos como válidas ambas as proposições, no que aliás não diferimos de Eduardo Freire de Oliveira que salomonicamente afirmava:

É possível que no chafariz de Dentro primitivamente existissem os cavallos d'arame a que Fernão Lopes e Duarte Nunes alludem, e que fôsse esta a causa de lhe chamarem chafariz dos Cavallos; mas pôde muito bem succeder que nada d'isto assim fosse, e que a denominação de chafariz dos Cavallos dada quer a um quer a outro dos referidos chafarizes, proviesse d'estes terem tanques destinados para o gado beber agua. É talvez o mais provavel.³⁵⁷

Quando foi construído este chafariz, ninguém pode afirmá-lo. As referências mais antigas datam, de acordo com Augusto Vieira da Silva, ao remotíssimo ano de 1285³⁵⁸. Contudo, talvez o documento mais conhecido que se refere ao Chafariz de Dentro seja a Carta Régia de 2 de Maio de 1494. Este interessante texto é bem elucidativo quanto às preocupações do soberano³⁵⁹ com as pequenas obras que, criteriosamente, levadas a cabo muito poderiam melhorar as condições de vida dos seus súbditos. Vejamos então o conteúdo da referida carta:

Equamto ao que per a outra carta dizees e apomtaes os incomvenientes, que se podem seguir, acerca do que leixamos hordenado que se fezese no chafariz do caualos e no lauatorio das molheres, a nos parece todo o contrario, por que nos o vimos muy bem p^r nos, e com ofiçiaes e pessoas que o bem emtemdiam, achamos que tudo se podia muy bem fazer, feito he cousa muy proueytosa aa çidade e moradores della; p^r que, segundo a pintura que dello fizemos, e o que falamos com pero vaaz, que de tudo ficou muy bem emformado, acharees que, fazemdose asy a rrepartiçam da augua p^r as bicas, que hordenamos que se façam, homde aguora se toma em as que estam trabalhosamente, podese tomar nas outras bicas per moças muy pequenas, muy sem trabalho. E mais, nos chafarizes pequenos, que se ham de fazer, em que ha de cair a augua das ditas bicas, sempre ham destar cheos, e quem nom quiser a augua tam limpa, asy como açacaaos (aguadeiros) e outros semelhantes, podem neeles emcher seus camtaros a seu prazer, E as bestas tem asaz chafariz em que bebam; e asy pode virr ao chafariz em que lauam, e fica rrua asaz e limpa p^a seruidam da prosiçam da festa dos pescadores. E asy concludimos que nos parece que por estes rrespeitos e outros muitos, ã aquy sam escusados dapomtar, que esta obra sse deue fazer como esta devisada, sallvo se vos outros quiserdes obrar do

³⁵⁷ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo XI, Lisboa, Typographia Universal, 1899, p. 314 (nota).

³⁵⁸ Cfr. Augusto Vieira da Silva, *ibidem*, p. 103.

³⁵⁹ Reinava então D. João II.

custume que sempre teueram os offiçiaes desa cidade, que, como allguem q^r fazer allguua bemfeytoria, loguo a embarguavam, e vos asy ho podees fazer. *E p^r õ apomtaes que nam há hy drr^o das rrendas da cidade p^a a despesa desta obra, Ruy lobo tem çem mill R̄s, de cabos de comtas, com esta obra e outras mais se pode fazer, e certo nos Reçerberiamos comtentamêto e vos agradeçeryamos de, com toda a deligemçia, esta cousa se fazer sem delongua.*³⁶⁰

Assaz curiosa esta carta régia, que põe em evidência as divergências entre o Rei e a Câmara. A carta evidencia a disposição do Rei em fazer com que as obras por si aprovadas sejam levadas a cabo, e termina com uma crítica contumaz à vereação camarária. A posição assumida por D. João II despertou a admiração de

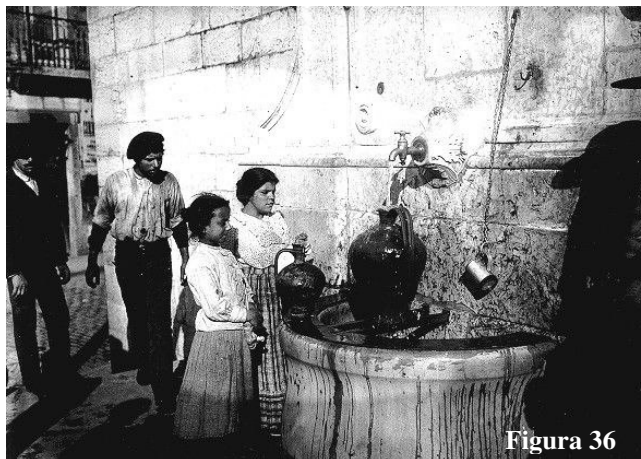


Figura 36

Castilho, que sobre ela fez o seguinte comentário: «O que é realmente singular, é ver este notável Rei entretido a regular a altura das bicas de um chafariz!! O dominador da água salgada... a legislar na água doce.»³⁶¹

Terão os trabalhos sido concretizados? Castilho não tem dúvidas acerca da sua efectivação. Para Castilho; sem dúvida!

*Que a obra se fez, é para mim claro; e o n.º 72 da estampa de Braunio lá nos mostra o tanque grande ao meio, e dois menores aos lados, onde de certo eram as bicas, em que a água se podesse tomar «per moças muy pequenas, muy sem trabalho».*³⁶²

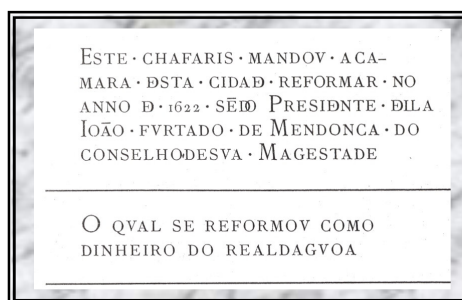
Em 1622, este chafariz foi sujeito a nova remodelação. Esta é atestada pela lápide que ainda hoje se conserva na parede, bem ao centro do tanque central e cujo teor Castilho reproduziu fielmente³⁶³, e que, com a devida vénia ao autor, aqui reproduzimos. Para a posteridade, ficou também o nome do presidente do Senado da Câmara.

³⁶⁰ «Carta régia, datada de 2 de Maio de 1494» (Liv.º I do Provimto d'água», fs. 5), in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo II, Lisboa, Typographia Universal, 1885, p. 420 (nota).

³⁶¹ Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 147.

³⁶² *Ibidem*.

³⁶³ *Idem, ibidem*, p. 148.



Já João de Brandão, em 1552, salientava a abundância de água neste Chafariz, afirmando que, nele:

(...) se provê muita parte da cidade, e hé ha aguoa tanta que dêtro da casa donde naçe está hũ laguo, honde de continuo lavão l^{ta} molheres. Loguo hariba há outro cano que sae hão chafaris donde bebem muitos bois e bestas, que trazê dos arraballdes. E loguo alem está outro cano que vem a hũa fonte pegado ao chafaris donde levã aguoa pera casas, cada dia .ij. iij. Mill potes, de maneira que das agoas perdidas que vão ha ho mar poderiam moer de contino .ij^{as}. acenhas, por que sam agoas nadiveis da maneira sobre dita, as quais tendo quedas, poderiam moer mui bẽ nove acenhas roqueiras, como tenho dito. E alen destas agoas que tenho dito há hũ cano, que sem cair no chafaris, sae per hũ canall fora há rua, donde se provem as nãos e armadas de Guiné, India e outras partes, sem fazerem mais que chegar à pipa co fonill ao cano, e serê cheas nã credo ij^c pipas, ho que hé grande repairo de muitas neçesidades.³⁶⁴

Por esta descrição ficamos a saber que o Chafariz da Aguada, também conhecido por Chafariz da Praia, nome pelo qual o temos vindo a designar ao longo deste trabalho, era alimentado pelas mesmas nascentes do Chafariz de Dentro. E que, na parte de trás deste, na casa onde que abrigava a nascente, existia um tanque com capacidade para cinquenta lavadeiras.

Com a reforma de 1622, este tanque deve ter sido reconstruído noutro lugar, talvez ao lado do chafariz da Praia onde, ainda em meados do século XIX, se encontrava um tanque das lavadeiras³⁶⁵, demolido para no local se construir o recinto da Praia. O que parece inquestionável, tendo em conta um documento elaborado pelo Senado da Câmara e

³⁶⁴ João Brandão (de Buarcos), *op. cit.*, pp. 87-88.

³⁶⁵ Ver mapa – Anexo I – V.

dirigido à regente D. Catarina de Bragança³⁶⁶, datado de 12 de Novembro de 1704, é que nesta data, o tanque já ali não existia.



Figura 37

De facto, nessa Consulta, o Senado alertava a regente para os inconvenientes que resultavam do facto de a casa em que se encontrava a arca de água deste chafariz ser, na altura, um armazém, propriedade de um particular. Mas melhor que a nossa descrição, será darmos voz ao Senado e aos seus lamentos, razão pela qual se transcreve de imediato, o referido parecer, em boa hora recuperado por Eduardo Freire de Oliveira:

Senhora – Junto ao chafariz de Dentro ha um armazém que possui um particular, em que está a arca de agua do mesmo chafariz, do qual se serve para n'elle metter pipas de vinho, e, como se acha n'esta casa a insígnia da cidade, se entende seria do senado, e, pela interrupção do tempo, se alhearia, de que por ora se não pôde investigar noticia que verifique a certeza, mas não é conveniente que uma casa, em que está a arca da agua, de que se provê este povo, se sirva d'ella pessoa alguma, tendo em seu poder a chave da porta, de que resulta grande prejuízo pelas damnificações que se lhe faz, o que certifica em evidencia, porque, fazendo-se de próximo vistoria e exame na agua do chafariz da Aguada, pela falta que d'ella houve, se achou claramente haver-se divertido da arca para umas alcaçarias particulares, e, tanto que

³⁶⁶ Nomeada Regente a 28 de Maio de 1714, na ausência de seu irmão, D. Pedro II, envolvido nas campanhas da guerra da sucessão em Espanha.

se restituiu ao seu logar, correram logo as bicas com abundância; e o que mais se considera de prejuízo, é poder-se inficionar a agua facilmente com immundicias, por malicia e temeridade de algum animo intencionado e pernicioso, de que proceda damno irremediável, por cuja causa tem o senado toda a cautela, resguardo e vigillancia nos mais chafarizes, tendo as chaves d'elles em boa guarda; e na casa de que se trata, se deve ter o mesmo e maior cuidado, por ser mais geral o provimento d'esta agua para o povo.

Com esta experiência será razão que o senado possua a casa referida, para que fique sempre livre e se não ocupe estando fechada, por que, sendo necessário mandar-se ver pelos officiaes da cidade se tem alguma ruina ou desmanchos a arca, se reparem promptamente, para que ande sempre corrente o curso da agua, para cujo effeito intenta o senado comprar este armazem ao dono d'elle, por seu justo preço, em beneficio do bem publico; e, como este seja um dos de maior consideração, parece ao senado fazer presente a V. Magestade o referido, para que V. Magestade se sirva haver por bem que o senado possa obrigar ao dono d'este armazém a que lh'o venda pelo preço que arbitrarem, por justa avaliação, louvados que se nomearão por uma e outra parte e da maneira que se tem praticado com todas as propriedades que o senado comprou (...)³⁶⁷

Não sabemos se o Senado adquiriu o tal armazém. Todavia, é provável que tenha levado a sua intenção avante já que, apenas alguns anos antes, em 1684, tinha sido autorizado a comprar algumas casas situadas nas traseiras do chafariz, após consulta dirigida ao rei.

Senhor – Diogo da Costa Salgado tem umas casas detraz do chafariz de Dentro, onde está a agua que o Senado pretende para fazer um chafariz da parte de fóra do postigo, em que se acharam oito anneis d'agua, e, pela vistoria que se lhe fez, se achou ser melhor que a do chafariz, a qual, por sentenças que apresentou, mostrou ser sua propriedade; e, sendo vistas e examinadas n'este senado, se contratou com elle para a venda da mesma agua em vinte mil réis de juro de vinte o milhar, com pacto e condição de retro aberto, por não convir ao vendedor em outra fôrma de venda; e como este juro é sobre as rendas da cidade, fica sujeito ao distrate, quando haja occasião de effeitos para o poder fazer.

Pareceu ao senado dar conta a V. Magestade do referido, para que V. Magestade seja servido approvar esta compra e a obra do chafariz, por ser útil a este povo, pela necessidade que se experimenta d'agua.

³⁶⁷ «Consulta da camara á regente em 12 de Novembro de 1704» (Liv.º X de reg. de cons. e dec. do sr. rei D. Pedro II, fs. 41), in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo X, Lisboa, Typographia Universal, 1898, pp. 252-254.

*Resolução regia escripta á margem:
Como parece. Lisboa, 20 de Junho de 1684.*³⁶⁸

Não tardou, porém, que nova polémica envolvesse o Senado e um dos vizinhos do nosso chafariz. Queixava-se então um tal Manuel Rodrigues dos Santos de lhe ter sido cortado, por ordem do desembargador Duarte Salter de Mendonça, um anel de casa que tinha nas suas casas, dizia ele, «(...) de mais de cem anos a esta parte (...)»³⁶⁹. Pedia então ao rei que se pusesse essa água «(...) na sua antiga corrente, e que, quando se necessite de mais averiguação, além da que já se havia feito, se faça por diferente ministro.»³⁷⁰

Face à controvérsia, era parecer do vereador Francisco da Cunha Rego que devia o soberano «(...) ordenar que o architecto Carlos Mardel com outros adjuntos examinem, com toda a exacção, se agua de que o supplicante faz menção, vem para a sua propriedade em direitura desde a sua origem, e se da que vem para os chafarizes de que se trata, se tem divertido alguma que se tenha juntado áquella agua que o supplicante assevera ser sua (...)»³⁷¹. Acrescentava então o dito vereador que se ficasse provado que Manuel Rodrigues dos Santos «(...) não tem usurpado porção alguma [da dita água](...) deveria o mesmo ser conservado na que lhe pertence, pela posse que tem de a possuírem elle e os seus antecessores.»³⁷²

Na mesma consulta que vimos citando, eram de igual modo apresentadas as razões do vereador Duarte Salter de Mendonça, que mandara cortar o dito veio de água. A sua acção baseava-se pois no pressuposto de que a abundância de água de que gozava o queixoso resultava não do usufruto de um bem que já herdara mas, simplesmente, do desvio da água que devia alimentar os chafarizes vizinhos. Vejamos então a sua justificação:

Ao vereador Duarte Salter de Mendonça parece representar a V. Magestade que, por queixas que fez o provedor dos armazéns, de que a agua do chafariz dos Paus estava roubada para os banhos de Manuel Rodrigues dos Santos, com tal diminuição que estava em grande prejuizo de se não poderem fazer as aguadas a tempo para as armadas, foi elle, vereador, pela obrigação do logar, depois de o propôr no tribunal, examinar por onde se desviava a agua, e, entrando com effeito nas casas do dito Manuel Rodrigues dos Santos a fazer o referido exame, depois de summo

³⁶⁸ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo VIII, Lisboa, Typographia Universal, 1894, p. 524.

³⁶⁹ «Consulta da camara a el-rei em 17 de Agosto de 1748» (*Livro X de reg.º de cons. e dec. do sr. rei D. João V*), fs. 179 v.), in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo XV, Lisboa, Typographia Universal, 1906, p. 56.

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 56.

³⁷¹ *Ibidem*, p. 57.

³⁷² *Ibidem*.

trabalho, por este não querer descobrir a verdade, deu em que o mesmo Manuel Rodrigues dos Santos extrahia toda quanta queria, tendo perennemente tirado um annel grosso de agua dos três chafarizes (dos Paus, de Dentro e da Praia), que todos se provêem de uma mãe de agua que fica dentro da casa dos banhos do dito Manuel Rodrigues dos Santos, o qual, por ter experiência e sciencia como as aguas se extraem, profundou junto ao massame que defendia a agua pública dos chafarizes da cidade, uma lage, em tal altura e tão subterrâneo, buscando o fundo á arca e cascalho, como diz a certidão do architecto³⁷³, que fez obedecer por baixo do dito massame toda a agua dos chafarizes; e, para que se lhe não percebesse essa usurpação, fez uma arca de agua, de pedraria, com um grande tanque muito inferior e baixo á mãe de agua, e lago com bica occulta, por onde se extrahia o annel grosso de agua, que no mesmo poço público se conhecia a diminuição; e cuja bica em ausencia delle, vereador, a tempo que se achava no serviço de V. Magestade nas Caldas, por virtude daquela vistoria (...) mudou, tendo por baixo desta artificiosamente feito um buraco na mesma pedra, com betume, para que se lhe não percebesse, como declara a certidão do escrivão (...), que subterraneamente fez para provêr os banhos, em prejuízo grave do público; e basta que a certidão do architecto diga que, no acto da vistoria, abrindo-se estas bicas, se esgotaram os chafarizes, e que a agua se communicava, para, conforme a direito, ainda que alguma gôta de agua fôra sua, se dever mandar tapar logo todo o lago que abriu, de sorte que nem uma lagrima saia da fonte pública, nem se confunda pelos inconvenientes que se seguem assim á falta dos chafarizes, como á promptidão das armadas, com poder-se tornar a communicar a agua depois de ter servido aos banhos. E tanto apertam os doutores este caso, que basta haver um artificio por qualquer pessoa, como este, tão claro, para não só se lhe dever tirar a agua, mas ser castigada asperamente, por se animar a semelhante ousadia; não sendo bastante o dizer que a casa é sua, e que cada um no seu póde fazer o que quiser, porque este é o caso, e lhe não era licito buscar as veias da agua pública, para a extrahir dos chafarizes, e muito menos lhe podem aproveitar as sentenças que junta, porque, sem embargo de serem proferidas com falsa causa, fundadas em certidões menos verdadeiras, onde nunca se fez o exame que agora se mostra, sempre, dato et non concessio que fossem legitimas, se entendem proferidas, reservado o direito dos chafarizes, que de nenhuma sorte foi a mente dos juizes que as proferiram, offender as fontes públicas; et quid quid sit que diga ha cem annos que tem esta agua, que, além de ser aquella certidão (...) entre partes particulares, por cem mil annos que a possuía, conhecido o dolo, nunca podia prescrever contra a fonte pública, porque nem mostra nem ha de mostrar que, scienter, o tribunal ou principe tal consentisse, porque ainda agora vem no

³⁷³ Refere-se aqui a uma inspecção levada a cabo por Carlos Mardel, cujo relatório transcreveremos na íntegra – Anexo 6 – XXVII.

*conhecimento verdadeiro deste roubo; e, como é certo que, de direito e própria auctoritate, ninguém pôde tirar agua das fontes públicas, deve V. Magestade mandar ser primeiro ouvido o provedor dos armazéns, como superintendente das aguadas das armadas; que logo se tape esta agua, em fôrma que se não extraia dos chafarizes, e, satisfazendo ao que o mesmo Manuel Rodrigues require no principio destas razões (...) proceder-se a novo exame pelo mesmo provedor, com mestres e engenheiros da Ribeira das Naus e os mais que V. Magestade fôr ser servido, assistindo ele, vereador, a mostrar por onde a agua se extráe e rouba dos chafarizes públicos.*³⁷⁴

Parecia pois provado que Manuel Rodrigues dos Santos abusava da sua posição de proprietário das ditas casas para, sub-repticiamente, desviar a água necessária à exploração dos banhos medicinais que nelas funcionavam. Todavia, ou o Manuel dos Santos era um homem influente nos negócios da cidade, ou a prova carreada não seria tão convincente como pretendia o vereador Duarte de Mendonça, porquanto a posição deste não reunia consenso no Senado.



Figura 38

Contra o seu parecer e actuação se levantaram, entre outras, as vozes e os pareceres dos vereadores Gaspar Ferreira Aranha, Manuel Martins Ferreira e Manuel Moura Cerqueira. Para estes não teria ficado provado, de forma conclusiva, «(...) ter o supplicante [Manuel dos Santos] divertido a agua do publico, porque, da falta que no chafariz se experimentou, se não segue necessariamente que elle a tenha furtado (...)»³⁷⁵. Outros pareceres são ainda apresentados, apoiando uns a causa de Manuel dos Santos, outros a posição do vereador Duarte Mendonça, patenteando, pois, a falta de unanimidade de que vínhamos dando conta. Da leitura da referida consulta³⁷⁶, bem como da descrição

³⁷⁴ «Consulta da camara a el-rei em 17 de Agosto de 1748», *ibidem*, pp. 57-63.

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 63.

³⁷⁶ Reproduzida na íntegra em anexo – Anexo 6 – XXVII.

das sucessivas vistorias, não nos é possível concluir qual teria sido o desfecho da polémica, como aliás já o afirmara, muito antes de nós Eduardo Freire de Oliveira: «(...) sendo certo que nenhum esclarecimento mais poderemos adduzir, porque por falta de elementos, não sabemos a solução que têve este negocio.»³⁷⁷

Certo é que a água não veio a faltar nos chafarizes. Em 1822, ali se abasteciam 229 aguadeiros³⁷⁸ e, cerca de três décadas depois, de acordo Sérgio Velloso d'Andrade ali se ocupavam 4 companhias, com um total de 132 aguadeiros³⁷⁹. Contrariamente ao que os números possam sugerir, a importância das nascentes deste chafariz não diminuiu no decorrer do século XIX. Imperturbáveis perante todas as polémicas que em seu redor ocorriam, delas continuaram a brotar as águas que haveriam de abastecer o depósito da Estação Elevatória da Praia, a primeira deste género a ser construída na cidade de Lisboa.

Hoje, à semelhança de outros de que já falamos também este chafariz se encontra esquecido e abandonado. Quem passa, dificilmente poderá conceber a importância que já teve, o corruptio à sua volta. De construção simples, sem a monumentalidade de outros, a não ser tomada nenhuma medida que possibilite a sua recuperação, ou tão-somente a sua imagem, a breve prazo nada existirá no local que nos indique a presença do velho chafariz.

Em 1851, Sérgio Velloso d'Andrade iniciava a sua nota sobre o Chafariz de Dentro com esta frase «A porta que dá entrada para o interior deste Chafariz, fica da parte do Becco do Mexia»³⁸⁰. Que diria hoje ele se visse o miserável estado dessa porta, condizente, aliás, com o estado de degradação daquele que já foi um dos mais importantes chafarizes de Lisboa.



Figura 39

³⁷⁷ Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*, pp. 60-61 (nota).

³⁷⁸ Cfr. Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 420.

³⁷⁹ Cfr. José Sérgio Velloso d'Andrade, *op. cit.*, p. 17.

³⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 113.

3. 3. Fontes e Chafarizes e outros locais desaparecidos

Vamos agora analisar os velhos chafarizes de Alfama já desaparecidos. De alguns resta a memória, de outros, de tão esquecidos, já raramente se fala. Muitas outras fontes e bicas terão existido, infelizmente, nenhuma referência lhes foi feita, nenhuma memória de conservou.

Muitas são as menções escritas ao Chafariz dos Paos, da Praia e da Aguada ou de Fora. Menos conhecido é o de Penabuquel. Este mereceu a João Brandão, o seguinte comentário: «E alem destas agoas ariba [referia-se às águas do Chafariz de Dentro], está loguo alê hũ chafaris, que se chama de Bona Buquell, que tambem tem muita agooa (...)»³⁸¹.

3. 3. 1. O poço do Penabuquel

De acordo com Augusto Vieira da Silva, a mais antiga referência a esta fonte ou chafariz data de 1326. Afirma o autor: «Existiu nesta via pública uma fonte pública denominada Fonte de Benabuquer³⁸² (...), cujo acesso se fazia por uma escada de pedra que vae para fonte de benaboquer³⁸³.»³⁸⁴

Não sabemos o que aconteceu ao chafariz que, com o decorrer dos tempos, acabou por desaparecer do local e da memória dos lisboetas. Voltaremos a ouvir falar de Penabuquel. É Castilho que nos dá notícias do local, já não do velho chafariz, entretanto



Figura 40

³⁸¹ João Brandão (de Buarcos), *op. cit.*, p. 88.

³⁸² «Mosteiro de Chelas», era 1364 (ano 1326), *apud* Augusto Vieira da Silva, *ibidem*, p. 100.

³⁸³ «Chancellaria de D. João I, Livro I», fl. 19, era 1422 *apud* Augusto Vieira da Silva, *ibidem*.

³⁸⁴ Augusto Vieira da Silva, *ibidem*, p. 100.

andando uns operarios a trabalhar ahi no cabouco de um predio, proximo ao arco da serventia do mencionado beco para a rua direita do Jardim do Tabaco (...)»³⁸⁵ Encontraram então aqueles operários «(...) grande abundancia de agua que escorria por um antigo cano de chumbo³⁸⁶.»³⁸⁷ Tal abundância de água num tempo em que de novo a cidade se via carente de água potável fez com que o proprietário do referido prédio participasse de imediato a feliz ocorrência à Câmara, até porque, como afirmava Castilho «Succedia haver n'esse verão medonha estiagem em Lisboa.»³⁸⁸ Não demorou a edilidade a reagir:

(...) mandou pesquisar, e achou o poço no pequenino largo do beco. Recobria-o uma lage ao nivel do chão, e sobre a lage corria uma fiada de pedras de calçada. Descoberto o poço, viu-se conter agua magnífica, de que não foi possível esgotar-o.

*Para se livrar de qualquer responsabilidade, entendeu a Camara dever pedir á Sociedade pharmaceutica a sua opinião acerca da qualidade das aguas; e tendo sido favoravel, a Municipalidade assim o comunicou ao publico por Edital de 16 de Novembro do mesmo anno de 1837.*³⁸⁹

Serviu assim o poço a população de Alfama durante alguns anos, até que em 1858, a câmara o mandou encerrar, por considerar a sua água como sendo imprópria para consumo. Terá sido essa a verdadeira razão? Não o sabemos. Dúvidas parecem ter ficado. Castilho, que historia todo o processo, comenta, aliás, de forma mordaz o modo como se concluiu o processo:

Sempre estes altos e baixos, sempre estas flutuações nas coisas humanas! O poço, visivelmente anterior ao terremoto, foi mandado tapar não se sabe quando; descoberto em 1837 como novidade, foi mandado cercar de bocal de pedra; a agua analysada pelos technicos, foi achada magnífica, e o poço utilíssimo aos habitantes da rua. Em 1858 tudo mudou: a agua é péssima, e só serve para regas, a affluência de gente causa damno á moral, o bocal é um empacho á viação (!) e o concerto com a bomba é despeza grande! A Camara approvou a proposta, e o poço foi arrazado á face da rua.

*Não critico; historio apenas, e com documentos.*³⁹⁰

³⁸⁵ Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 133.

³⁸⁶ Quem sabe se resto da antiga canalização do chafariz referenciado por João Brandão.

³⁸⁷ Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 33.

³⁸⁸ *Ibidem*.

³⁸⁹ *Ibidem*.

³⁹⁰ *Idem, ibidem*, pp. 134-135.

Como já vimos, o mesmo argumento, o das águas impróprias, veio a estar na origem do encerramento de uma outra fonte no século seguinte. O espanto de Castilho tem alguma razão de ser, se considerarmos em especial as razões apresentadas pelo Vereador Gonçalves Correia, cuja proposta visando o encerramento do poço é, no mínimo, caricata. Poderíamos aqui historiar toda a curta estória do poço do Penabuquel. Mas parece-nos bem mais interessante dar a palavra a um dos ilustres olisipógrafos, que aliás tem sido a nossa mais importante fonte no caso presente: Júlio de Castilho.

Em Agosto de 1852, o Vereador Pinto requereu á Camara mandasse examinar o poço de Penabuquel, que se dizia abundante, e notar-lhe a altura. A Camara pediu ao Ministerio da Marinha tres bombas emprestadas para o esgotamento e limpeza do poço. Não sei se vieram, ou não; sei que em Setembro foi o vereador do pelouro das aguas auctorizado a mandar fazer uma bomba até ao custo de 40\$000 réis, que tirasse por minuto 4 almudes de agua do poço de Penabuquel, e foi o sabio Vereador Julio Pimentel encarregado de analysar chimicamente a dita agua. Logo em Outubro officiou a Camara ao General Commandante da Guarda Municipal, pedindo-lhe que estação da guarda que então havia junto ao Chafariz de dentro se encarregasse da chave e das calhas do poço de Penabuquel, abrindo as portas ao nascer do sol, e fechando-as ás Ave-Marias.

Assim se conservou o poço, até que, passados quasi seis annos, em 8 de Abril de 1858, o vereador Gonçalves Corrêa fez á Camara a seguinte proposta:

«Existindo no beco do Penabuquel um poço com bocal de pedra, que não só prejudica o transito do publico, mas sobremaneira afronta em espaço, como na sua area, os prédios situados n'aquelle pequeno recinto; e sendo certo que a segurança e a moral publica se podem resentir de tão desnecessaria collocação; attendendo a que a agua d'aquelle poço só serve para a rega das ruas, pela sua pessima qualidade; e acontecendo que a bomba e caixa de madeira, que actualmente tem, precisam de grande concerto, talvez igual á despesa do melhoramento que vou indicar; proponho que seja igualado aquelle poço aos que existem na Praça de D. Pedro.»³⁹¹



Conhecendo o local, que ainda hoje conserva sensivelmente a mesma traça da altura³⁹², é difícil compreender de que forma o trânsito de público poderia ser afectado,

³⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 134.

dado tratar-se um beco sem saída. De qualquer modo, é tarde para saber se a posição do nosso vereador foi apenas ditada pelo seu desejo de bem servir a *res publica* ou por outros desígnios que não chegaram ao nosso conhecimento. Certo é que o poço há muito caiu no esquecimento dos locais e quem ali passa nem sequer imagina que, por debaixo daquela calçada empedrada, continuam a correr as águas que em tempos tão apreciadas foram pelos habitantes de Alfama.

Para Vieira da Silva, o «(...) local da câmara da fonte deve ser um compartimento por baixo do Beco do Penabuquel e ao nível da Rua do Jardim do Tabaco, ao fundo do prédio n.º 104 e 106 (...)»³⁹³. A sua antiga e desaparecida acha-se assinalada por uma laje no pavimento do Beco, em frente da porta n.º 8.»³⁹⁴. Essa laje ainda hoje lá existe, mas no local nada há que recorde a fonte mais antiga ou o poço relativamente recente que fizeram parte da história do beco, de Alfama e do abastecimento de água a Lisboa.

3. 3. 2. O Chafariz da Preguiça

Pouco se sabe deste chafariz de nome curioso. A primeira referência que sobre ele conseguimos encontrar aparece na *Estatística* de João Brandão, que saiu do prelo em 1552: «E debaixo das casas de Francisco Coreia está hũa fonte do concelho (...)»³⁹⁵. Ora esta fonte do concelho, outra não era que o Chafariz da Preguiça, que tal como a casa de Francisco Coreia se localizava nas proximidades da Porta do Mar, hoje conhecidas por Arco das Portas do Mar³⁹⁶.

Só no século XVII voltaremos a ouvir falar dele, num assento de Vereação datado de 1 de Março de 1625, no qual a Câmara determina as obras que se hão-de «(...) executar para a defesa da cidade (...)»³⁹⁷.

*Nas Portas do Mar, pella parte de fora, se porão portas, e no arco de dentro se reformão outras de nouo, e se tapara o chafaris da Preguiça e o postigo de Dom Gil Eanes, pella parte de fora, e os postigos do chafaris de ElRei (...)»*³⁹⁸

³⁹² Ver mapa em anexo, elaborado em 1856-1858 – Anexo 1 – V.

³⁹³ Augusto Vieira da Silva, *ibidem*, p. 101.

³⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 101.

³⁹⁵ João Brandão (de Buarcos), *op. cit.* p. 88-90.

³⁹⁶ Cfr. Gustavo de Matos Sequeira, *ibidem*, p. 317.

³⁹⁷ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo 3, Lisboa, Typographia Universal, 1887, p. 162.

³⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 170.

O Chafariz da Preguiça foi destruído pelo terramoto de 1755, não voltando a ser reconstruído. Hoje já nem a memória se conserva no local onde ele existia.

3. 3. 3. O Chafariz dos Paus

Para Castilho, este Chafariz dos Paus seria também conhecido por *Aguada*. Diz o autor: «Na valiosa planta de Lisboa levantada em 1650 por João Nunes Tinoco vejo n'este ponto [próximo da zona de Penabuquel], de fóra da muralha, um pequenino quadrilongo, encostado à fortificação, e designado com esta palavra: *Aguada*. Cotejando essa estampa com as indicações da *Demonstração historica*, chego ao convencimento de que essa *Aguada* é o *chafariz dos Paus*.»³⁹⁹. A mesma opinião parece ser partilhada por Augusto Vieira da Silva, que a ele se refere na sua obra a *Cerca Fernandina de Lisboa*, afirmando que: «Da banda de fora da cerca, e contígua ao muro e à última torre descrita, do lado oriental do Largo do Chafariz de Dentro, mostra a planta de Tinoco um tanque com a rubrica *Aguada*.» Ainda de acordo com este autor, este era conhecido por «(...) Chafariz dos Páos, e dele se fazem as agoadas para os navios»⁴⁰⁰.⁴⁰¹

Tudo indica ser este um chafariz mais recente do que o Chafariz de Dentro, construído, possivelmente, após a edificação da Muralha Fernandina. Esta é pelo menos a opinião de Eduardo Freire de Oliveira que, referindo-se à questão da denominação actual do Chafariz de Dentro, afirma que este chafariz terá perdido paulatinamente a sua anterior designação de Chafariz dos Cavalos «(...) trocando-a pela de chafariz de Dentro, depois que da parte exterior da ditas muralhas [refere-se à muralha fernandina], foi construído o chafariz da *Aguada* ou de *Fora*»⁴⁰², que como já vimos outro não era senão o nosso conhecido Chafariz dos Paos.

Augusto Vieira da Silva levanta a hipótese de a construção deste chafariz ter sido resultado «(...) das obras de distribuição de águas no *chafariz dos cauallos* e no *lauatorio das molheres*, ordenado pelo rei D. João II em 1494»⁴⁰³, trabalhos a que já nos referimos no ponto anterior. João Brandão menciona, ao enaltecer a abundância de água no Chafariz de Dentro, a existência de «(...) hũ cano, que sem cair no chafaris, sae per hũ canall fora há rua, donde se provem as nãos e armadas de Guiné, India e outras partes, sem fazerem

³⁹⁹ Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 135.

⁴⁰⁰ Francisco Fonseca Henriques, *op. cit.*, p. 60 *apud* Augusto Vieira da Silva, *ibidem*, p. 102.

⁴⁰¹ Augusto Vieira da Silva, *ibidem*, p. 102.

⁴⁰² Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo XI, Lisboa, Typographia Universal, 1899, p. 314.

⁴⁰³ Augusto Vieira da Silva, *ibidem*, p. 103.

mais que chegar à pipa co fonill ao cano (...)»⁴⁰⁴. Terá sido este cano, o canal a partir do qual se veio abastecer o Chafariz dos Paus. É bastante plausível que assim tenha acontecido.

Aliás, como já vimos anteriormente⁴⁰⁵, um dos argumentos apresentados pelo Vereador Duarte Salter de Mendonça para mandar cortar o veio de água que alimentava as casas de Manuel Rodrigues dos Santos, em 1748, tinha precisamente que ver com a diminuição do caudal de água nos Chafarizes de Dentro, da Praia, e dos Paus, reforçando, no caso do último dos chafarizes citados que era tal a diminuição de água «(...) que estava em grande prejuízo de se não poderem fazer as aguadas a tempo para as armadas (...)»⁴⁰⁶. Parece, assim, provável que este Chafariz dos Paus, tal como o da Praia, de que falaremos a seguir, tivesse sido alimentado pelas mesmas nascentes que proviam as bicas do Chafariz de Dentro.

É, então, duvidoso que Castilho tenha razão quando afirma: «(...) creio que será talvez a agua dos chafariz *dos Paus* a mesma do de Penabuquel (...)»⁴⁰⁷. Baseia o autor a sua convicção na proximidade de ambos os locais. Este mesmo critério não aplica Castilho ao Chafariz da Praia, situado a curtíssima distância do anterior. Fazendo fé em Velloso d'Andrade que, nas palavras de Castilho, afirmava serem as deste chafariz «(...) da mesma e mesmíssima agua do chafariz de Dentro.»⁴⁰⁸

Poderá não ser este dos mais conhecidos chafarizes de Alfama, e não seria certamente o mais frequentado pelos seus moradores, mas tinha, certamente, um papel relevante no fornecimento das aguadas às naus de guerra e outras embarcações que frequentavam o porto de Lisboa. Prova disso são os *Avisos* ao Presidente do Senado da Câmara, datados respectivamente de 28 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1756, que a seguir transcrevemos. No primeiro, alertava o Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, o nosso conhecido Marquês de Pombal que:

Sendo presente a Sua Magestade que nos chafarizes de El-Rei, da Aguada dos navios e da Praia se acha suspensa a corrente da agua que se diriva pelos seus respectivos canos, em uns mais e menos em outros, mas resultando do impedimento de todos um consideravel prejuizo á commodidade do povo, cujo remedio e beneficio sabe V. Ex.^a que têm feito dois tão grandes e tão

⁴⁰⁴ João Brandão (de Buarcos), *op. cit.*, p. 88

⁴⁰⁵ Ver Parte II – 3. 2. O Chafariz de Dentro.

⁴⁰⁶ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo XV, Lisboa, Typographia Universal, 1906, p. 57.

⁴⁰⁷ Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 135.

⁴⁰⁸ *Ibidem*.

*especiaes objectos das reaes providencias, é o mesmo senhor servido que o senado encarregue o desembargador Manuel de Campos e Sousa de se applicar ao desentulho das caldeiras e desembaraço dos canos dos sobreditos, com maior vigor e promptidão, tomando os mestres, obreiros e jornaleiros que necessarios forem para se concluírem com toda a brevidade as referidas obras, valendo-se para ella do dinheiro que achar mais prompto (...) e pedindo os forçados que achar justo empregar, ao duque regedor das justiças, que lhos mandará fazer promptos, em observancia das reaes ordens que lhe foram expedidas para este effeito.*⁴⁰⁹

Mais específico quanto às funções e importância do Chafariz do Paus é o segundo aviso, elaborado pelo Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real:

*A Sua Magestade representou o provedor dos armazéns que no chafariz dos Paus, onde se costuma fazer aguada para as naus de guerra, não corria agua, do dia do terremoto para cá, e que para os comboios das frotas tinha mandado encher as pipas do chafariz da Praia, onde também se experimentava a falta de agua; e que, além disso, se arruinavam as pipas pela distancia em que se achavam. É o mesmo senhor servido que, fazendo V. Ex.^a presente no senado o referido, se passem as ordens necessárias para que possa vir ao chafariz dos Paus, com a brevidade possível, para que se possam fazer as aguadas das naus de guerra e Índia. – Deus guarde a V. Ex.^a – Paço de Belem, etc.*⁴¹⁰

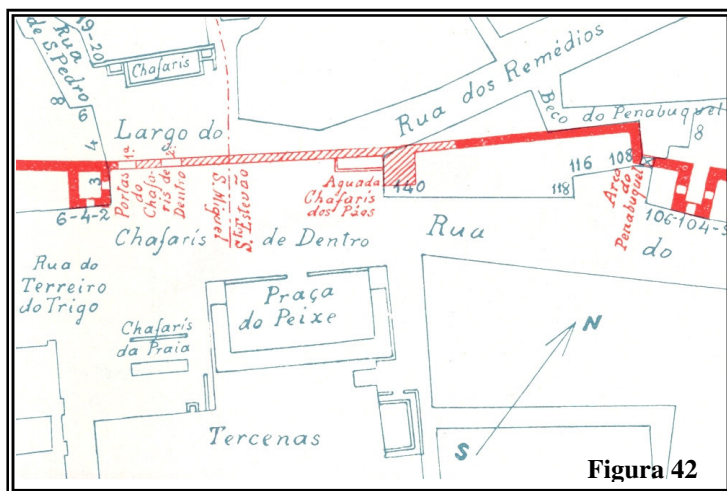
Mesmo neste caso, em que a mais absoluta necessidade impunha urgência, as reparações necessárias ter-se-ão demorado mais do que seria desejável. Em 6 de Março, na sequência dos dois avisos acima transcritos informava o Presidente do Senado:

*Logo depois do terremoto mandou o senado concertar o chafariz de El-Rei, o da Praia e dos Paus, pela necessidade que havia de que houvesse agua para o provimento do povo e para o das armadas, e encarreguei esta diligencia ao desembargador Manuel de Campos e Sousa; passados quinze dias lhe perguntei se estava feito o referido concerto, e responde o mesmo desembargador que havia dado uma conta sobre este particular a el-rei, meu senhor, e todo este tempo ficou tão precisa obra suspensa, até que, haverá três dias, veio o aviso do secretário de estado Sebastião José de Carvalho e Melo para que logo se fizesse a dita obra, a qual se encarregou ao desembargador Manuel de Campos que espero a faça com mais cuidado do que têve na primeira occasião em que lha encarreguei, haverá dois meses.*⁴¹¹

⁴⁰⁹ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo XVI, Lisboa, Typographia Universal, 1908, pp. 199-200.

⁴¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 204.

⁴¹¹ *Idem, ibidem*, pp. 199-200.

**Figura 42**

Fazendo fé no Mappa de Portugal, de J. B. de Castro⁴¹², Vieira da Silva afirma que este Chafariz dos Paus ainda existia em 1762. O que não é de todo de estranhar, dado que, ainda em 1756, ele se mostrava tão necessário. Porém, de acordo com o mesmo autor, ele terá desaparecido «(...) quando se

demoliu o troço da muralha a que estava contíguo»⁴¹³, o que terá ocorrido em 1765 «(...) para aformoseamento e boa serventia do local, tendo-se aproveitado a pedra para o edifício do Terreiro do Trigo, que se estava então construindo.»⁴¹⁴

3. 3. 4. O Chafariz da Praia

«O povo preocupado crê firmemente ser a agua deste Chafariz muito superior em qualidade á do Chafariz de Dentro, quando é a mesma, e a mesmissima!»⁴¹⁵ Assim começa Velloso d'Andrade a sua nota referente ao Chafariz da Praia. Este Chafariz, alimentado a partir da mesma nascente do Chafariz de Dentro é, obviamente, bastante mais recente que o primeiro. De acordo com Júlio de Castilho a sua construção datará do ano de 1640⁴¹⁶. Fundamenta o autor esta sua convicção numa nota encontrada num volume manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, que continha o seguinte apontamento: «*Esta agua é na era de 1644 a que vai ao Chafariz novo junto á praia*» e acrescenta ainda que também «O plano de Tinoco em 1650 (...) lhe chama o “Chafariz novo”»⁴¹⁷.

⁴¹² J. B. de Castro, *Mappa de Portugal*, tomo I, 1762, p. 158 *apud* Augusto Vieira da Silva, *ibidem*, p. 103.

⁴¹³ Augusto Vieira da Silva, *ibidem*, p. 103.

⁴¹⁴ *Idem*, *ibidem*, pp. 102-103.

⁴¹⁵ José Sérgio Velloso d'Andrade, *op. cit.*, p. 114.

⁴¹⁶ Cfr. Júlio de Castilho, *ibidem*, p.149.

⁴¹⁷ *Idem*, *ibidem*.

Chafariz novo é também a designação que lhe é atribuída numa resolução régia escrita à margem de uma «Consulta da câmara a el-rei em 31 de Maio de 1670»⁴¹⁸, sobre o destino a dar aos lixos resultantes da limpeza da cidade. Datada de 23 de Julho do mesmo ano, pode ler-se na referida consulta que «(...) não convém deitar-se imundicia no Terreiro do Paço, pelo prejuízo que se tem experimentado que recebe a Ribeira das Naus, como por muitas vezes se mandou assim ordenar, e também pelo prejuízo da saúde; e este despejo se póde fazer na primeira estancia da lenha, antes de chegar ao chafariz novo da praia.»⁴¹⁹ Não restam, pois, dúvidas de que o Chafariz da Praia, tantas vezes designado por “novo”, era de construção ainda recente na segunda metade do século XVII.

Só no século seguinte voltaremos a ter notícias deste chafariz, naturalmente, agora já sem a designação de novo. É citado o Chafariz da Praia numa consulta datada de 26 de Fevereiro de 1725, exclusivamente como ponto de referência: «(...) defronte do chafariz da Praia está uma grande extensão que não tem nenhum ministério, e, mandando os senados terraplanar os entulhos que tem e metter uma estacaria de pinho para aportarem os barcos, poderá servir para desembarque do tojo e pinho (...)»⁴²⁰.

Por essa altura já o Chafariz da Praia seria bastante frequentado pois que para publicitar uma nova taxa através de pregão público no ano de 1738, este, de acordo com Sérgio Velloso d’Andrade, foi publicado pelo porteiro da almoçataria em numerosos locais públicos e, entre estes, incluía-se também o Chafariz da Praia⁴²¹. Fica comprovado tratar-se já então de um local cuja afluência de público era bastante significativa, ao ponto de justificar a acção referida.

Não muitos anos depois, era de novo o Chafariz da Praia referido numa «Consulta da Câmara a el-rei em 9 de Dezembro de 1743. Desta vez, a propósito daquilo que na consulta se designa por posturas antigas, uma das quais estabelecia que não se vendesse «(...) pela rua agua que não seja do chafariz da Praia (...)»⁴²²

A última grande referência ao Chafariz da Praia é feita, naturalmente, por Sérgio Velloso d’Andrade, então ainda empenhado em provar que a água que alimentava este

⁴¹⁸ «Consulta da camara a el-rei em 31 de Maio de 1670» (Liv.º I de cons. e dec. do principe D. Pedro, fs. 357) in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo VII, Lisboa, Typographia Universal, 1893, p.214.

⁴¹⁹ *Ibidem*, p. 216.

⁴²⁰ «Consulta da câmara a el-rei em 5 de Junho de 1725» (*Liv.º II de reg.º de cons. e dec. do sr. rei D. João V*, do sen. Occi., fs. 116) in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo XII, Lisboa, Typographia Universal, 1901, p. 51.

⁴²¹ Cfr. Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo XIII, Lisboa, Typographia Universal, 1903, p. 363 (nota).

⁴²² Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo XIV, Lisboa, Typographia Universal, 1904, p. 226.

chafariz era da mesma nascente que alimentava o Chafariz de Dentro. Diz-nos Velloso d'Andrade:

Em 1836 fomos, por ordem, assistir a uma limpeza que se fez na conserva do dito Chafariz de Dentro, e então observámos o seguinte: – logo que trabalhador lhe tirou a bomba, e a agua principiou a descer, seccaram todas as quatro bicas deste dito Chafariz, continuando a correr o da Praia; mas logo que a agua chegou na conserva a certa altura, seccaram igualmente todas as bicas deste ultimo Chafariz. Limpou-se o fundo (onde haviam bastantes enguias) – metteu-se a bomba – e foi preciso que o trabalhador subisse com pressa pela escada, em razão da rapidez com que a agua crescia, e a bem pouco tempo principiou a correr no da Praia, e só correu no de Dentro, quando a agua chegou ao estado natural. (..)

*De todo este facto fomos testemunha; mas se alguém houver que se queira a dar a qualquer indagação, bastará que se dirija a algum dos Capatazes, e mesmo ao Aguadeiros, que todos afirmarão o que deixamos dito.*⁴²³

Eram então cinco, as companhias de aguadeiros que operavam no Chafariz da Praia, com os respectivos cinco Capatazes e Cabos, que tinham sob as suas ordens 165 aguadeiros, que certamente aguardariam pacientemente a sua vez de encher as quartas numa das quatro bicas do Chafariz. A carreira, relativamente curta do Chafariz da Praia terminou em 1868, ano em que foi demolido, para dar lugar ao que viria a ser conhecido por Recinto da Praia. Este, constituído por um reservatório e por um sistema de bombas hidráulicas a vapor, viria a tornar-se na primeira estação elevatória do sistema de abastecimento de água à capital.

3. 3. 5. A Bica do Largo do Chafariz de Dentro

Trata-se da menos conhecidas e certamente menos citada das bicas registadas em Alfama. É, como não poderia deixar de ser, Velloso d'Andrade que nos informa sobre a sua existência e nos historia os passos que lhe deram origem, bem como o dia da sua inauguração:

O Sr. Vereador Bento José Teixeira Pena, em sessão de 21 de Março de 1850, fez a proposta seguinte = “Proponho que se mande fazer com urgencia a Obra necessaria para se dar mais

⁴²³ José Sérgio Velloso d'Andrade, *op. cit.*, pp.114-115.

largueza ao Chafariz n.º 20⁴²⁴; e que na parede fronteira ás costas do mesmo, se mande collocar uma Bica em altura sufficiente, para nella poderem encher as pipas e barris, que são conduzidos nos carros, ou carroças; a qual será formada com a agua sufficiente para este fim, tirada das quatro bicas do Chafariz n.º 19^{425 426}.

Aprovada a proposta, logo mandou a Câmara encetar a obra, onde «(...) attenta a sua necessidade, correo a primeira agua aos 22 minutos da tarde de 3 de Agosto do mesmo anno de 1850. Sem o saber viria a ficar para história o Sr. João de Villa Boa, illustre aguadeiro da nossa capital, porque, conta-nos Velloso:

Na ocasião de correr esta agua, grande numero de carroças com pipas e barris se achavam neste local esperando vez, para encherem no Chafariz N.º 20 a cabaço como costumavam; e se bem que com antecedência fizéssemos as admoestações necessarias a alguns dos seus conductores, elles estavam desprevenidos sem as calhas que lhe eram precisas, e por isso encheo o primeiro barril o Aguadeiro N.º 32 da 3.ª Companhia, João de Villa Boa.⁴²⁷

Aquando da inauguração desta Bica, com a dignidade que se impunha a uma obra de tão comprovada necessidade, apresentava-se inacabada, nela faltando, segundo Velloso, «(...) mergulhar o cano que leva a agua ao [Chafariz n.º 20], por se achar superior ao pavimento de lajedo onde [então se faziam] as carreiras dos barris; e nesta nova Bica [faltava] tambem uma empena triangular que ha de assentar em cima da faixa, tendo já na dita faixa

C. M. L. 1850»⁴²⁸

E claro, para nada faltar, como afirma o autor:

Para a boa ordem, a Câmara fez publicar o seguinte

ANNUNCIO.

“a Camara Municipal de Lisboa tendo mandado construir para maior utilidade pública uma nova bica na parede detraz do Chafariz da Praia, faz saber, que nella só podem encher em

⁴²⁴ Cfr. *idem, ibidem*, p. 141.

⁴²⁵ Chafariz de Dentro.

⁴²⁶ José Sérgio Velloso d'Andrade, *ibidem*.

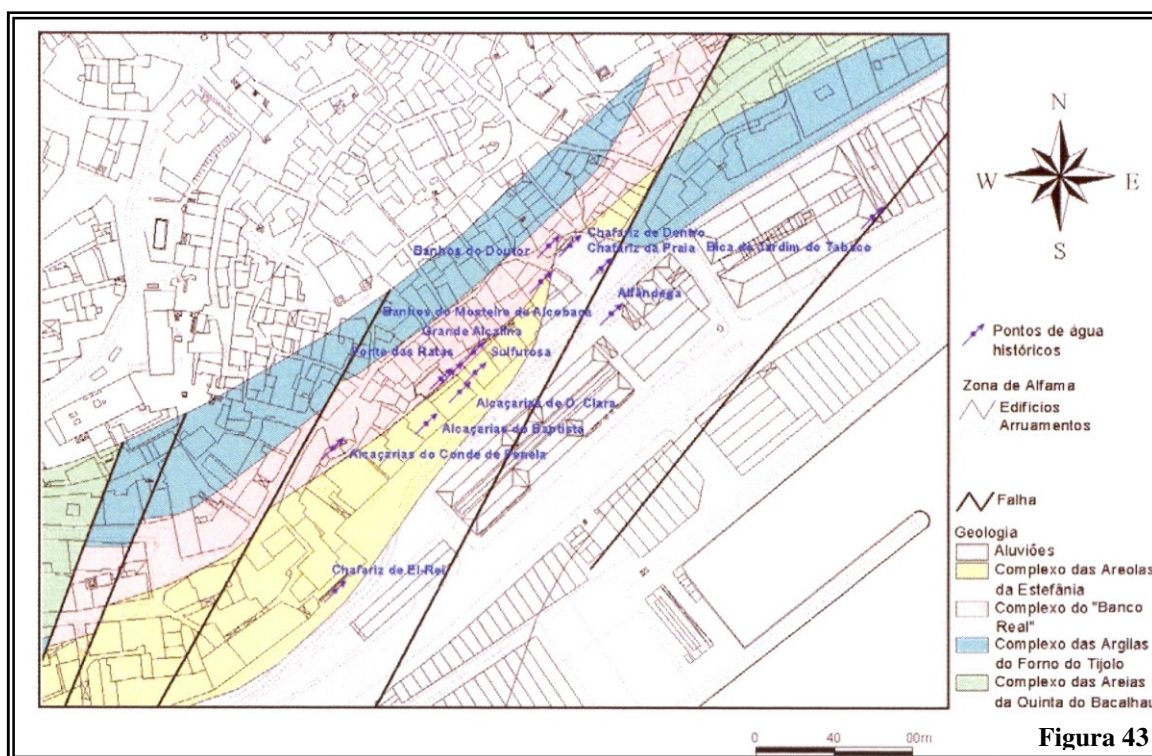
⁴²⁷ *Ibidem*.

⁴²⁸ *Idem, ibidem*, p.142.

primeiro lugar pipas em carros, e na falta destas as carroças com barris, e mesmo os criados de servir e Aguadeiros. = Câmara, vinte e sete de Agosto de mil oito centos e cincoenta.”⁴²⁹

Ainda de acordo com o autor, a despesa realizada com as obras o chafariz não ascenderia, em 1 de Dezembro desse ano de 1850, a mais 58\$090, não sabemos se com derrapagens ou sem, «(...) e a pouco mais poderá montar»⁴³⁰, acrescentava. Não foi longa a vida desta bica, que terá sido demolido na mesma altura do Chafariz da Praia.

3. 4. As alcaçarias e os banhos termais



Já falamos das alcaçarias de Alfama em capítulo anterior. Voltamos agora ao tema porque a elas está associada uma situação hoje pouco conhecida: a existência, em tempos ainda não muito remotos, de diversos banhos ou estabelecimentos termais. Com efeito, as águas quentes, que ficariam conhecidas, de forma genérica, por Grupo das Alcaçarias, viriam a dar «(...) origem a um conjunto de ocorrências que foram exploradas como “balneários públicos” durante algumas décadas.»⁴³¹

⁴²⁹ *Ibidem.*

⁴³⁰ *Ibidem.*

⁴³¹ Elsa Cristina Ramalho e Maria Carla Lourenço, *ibidem*, p. 8

A mais antiga referência a estas Alcaçarias terá sido feita por «(...) geógrafo árabe, que em 1002-1085 menciona a existência, junto à Porta das Termas, de duas águas, uma quente e uma fria, que ficavam cobertas pela maré, quando esta subia.»⁴³² A própria designação de Alcaçaria parte do árabe, embora haja ainda alguma polémica sobre o real significado da designação. Castilho a ela se refere:

Só direi que Bluteau é dos que pensam que n'esse sítio houve palácios de Moiros. Alcaçar – pondera elle – «é nome moirisco, que valle tanto como castello, ou palácio. D'aqui vem que o logar onde em Lisboa se cortem todo o genero de pelles, se chama Alcaçarias, que antigamente eram palácios de Moiros». Conclue-se que em 1712, quando o sábio dictionarista publicava o seu livro, serviam estes sítios, e esse tanque (ainda tão pittoresco há alguns annos), para curtimento de pelles.»⁴³³

A aplicação das águas termais de Alfama no curtimento de peles é confirmada pela própria toponímia, pois bem perto do Tanque das Alcaçarias, também conhecido por Tanque das Lavadeiras de Alfama, permanece o Beco dos Curtumes, cuja designação



Figura 44

resulta, sem dúvida, da actividade de curtimento de peles que ao longo dos séculos ali foi exercida.⁴³⁴ Desconhecendo-se ao certo a localização exacta desses tanques de curtimento, admite-se no entanto que, de acordo com tradição popular, eles tenham existido em algumas das casas no lado Norte do Beco dos curtumes. Estas águas foram ainda utilizadas durante séculos pelas lavadeiras, alimentando durante mais de três séculos o célebre Tanque das Lavadeiras de Alfama. A este respeito refere Duarte Nunes de Leão:

Outras aguas ha pelo Reino, sem cheiro de enxofre, e de bom sabor, que teem uma certa quentura mimosa, como é a grande copia da agua, morna ou quasi quente, que em Lisboa sae em borbotões do chão, onde chamam Alfama, dentro nos muros, que

⁴³² A. Sidarus e A. Rei, «Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes», in *Revista de Arqueologia Medieval*, n. 7, Lisboa, Edições Afrontamento, pp. 37-72 *apud* Elsa Cristina Ramalho e Maria Carla Lourenço, *As Águas de Alfama como património hidrogeológico de Lisboa*. Comunicação ao VII Congresso Nacional de Geologia, Universidade de Évora – Sociedade Geológica Nacional, s.d., p. 3.

⁴³³ Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 150.

⁴³⁴ Cfr. *idem*, *ibidem*.

*às mulheres de serviço serve de ensaboarem n'ella sua roupa, por escusarem de aqueantar agua (...).*⁴³⁵

Na descoberta destas Alcaçarias e Banhos recorreremos, com alguma frequência, ao excelente trabalho de Cristina Ramalho e Carla Lourenço⁴³⁶, um dos mais completos que sobre estes estabelecimentos termais conseguimos encontrar. Tal como estas, pretendemos nós recuperar a memória de um valioso património natural, as águas minero-medicinais de Alfama que, durante longos anos, foram solução para algumas das maleitas que atormentavam os lisboetas, em particular dos que menos recursos possuíam e eram portanto impedidos de frequentar outras termas, porventura de mais renome, mas mais distantes e de mais difícil acesso.

3. 4. 1. O Tanque das Lavadeiras

É Júlio de Castilho que nos faz o relato mais pormenorizado deste popular local de Alfama que, segundo o autor, «(...) desapareceu por 1880 e poucos (...)»⁴³⁷. Esta «(...) pitoresca velharia (...)»⁴³⁸ tinha como entrada o chamado *arco da lavagem*, que Castilho refere, citando Luiz Marinho de Azevedo e o seu «(...) apesar de tudo bem embrexado *Livro das Fundação e Antiguidades de Lisboa*. Neste se referem «(...) as águas salutíferas da alcaçaria de Alfama, então nas casas de um mercador veneziano, Francisco Estundenduli, junto ao *arco da lavagem*».⁴³⁹

O tanque já desaparecido na altura em que Castilho escreveu esta obra foi assim descrito por Joaquim Nunes de Aguiar, em artigo publicado no Diário de Notícias, n.º 228 (sem data referenciada) que Cristina Ramalho e Carla Lourenço transcrevem no seu trabalho, já anteriormente citado:

(...) o Tanque das lavadeiras é um vasto recinto formado por casas de habitação e por um muro feito pelo lado da rua ; uma fonte de quarenta anéis de água proximamente mantém a água deste tanque em 0.60m de altura; oitenta lavadeiras lavam ali metidas na água, de saias levantadas, todos os dias da semana; a

⁴³⁵ Duarte Nunez do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, 2.ª edição, Lisboa, OF. de Simão Thaddeo Ferreira, 1785, p. 68.

⁴³⁶ Elsa Cristina Ramalho e Maria Carla Lourenço, *As Águas de Alfama – Memórias do passado da cidade de Lisboa* in http://e-geo.ineti.pt/geociencias/edicoes_online/artigos/23.pdf.

⁴³⁷ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga – Segunda Parte – Bairros Orientais*, volume I, Lisboa, Of. Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa, 1939, p. 302

⁴³⁸ *Ibidem*.

⁴³⁹ *Ibidem*.

*água que entra no tanque tem saída defronte da entrada e a maior parte da água não se renova; a roupa é lavada sobre pedras formando bancadas tortuosas; é um tristíssimo monumento de selvajaria, que deve desaparecer d'entre nós, que nos prezamos de ser um povo civilizado.*⁴⁴⁰

Em 1868, tomou posse do tanque e das suas águas a neófita Companhia das Águas, mas seria a sua sucessora, a 2.^a Companhia das Águas que, em 1880, viria a cobrir o tanque, dele fazendo um depósito.⁴⁴¹ Desaparecido o tanque, mais civilizada a cidade, que fazer? Castilho dá-nos a resposta:

*Se desapareceu, conserve-se-lhe ao menos a memória. Ei-la:
À esquerda de quem entra do Terreiro do Trigo no beco de Alfama, que também se chamou beco das Barrelas, havia há uns trinta ou quarenta anos, dentro de uma espécie de pátio enquadrado entre as trazeiras dos prédios da rua do Terreiro do Trigo e da Rua de S. Pedro, e separado do público por um muro de pouca altura, com a sua portinha vermelha, um largo tanque oblongo, de água tépida, no qual dúzias de lavadeiras de Alfama levavam o dia a bater e a cantar.*

Era êste tanque obra do tempo de el-Rei D. Sebastião, segundo consta do cartório do Município.

Aquela grei laboriosa, bem pouco edificativa no traje e na loquela, ouvia-se de muito longe. Era capitaneada por um velho, empregado da Câmara, que ali passava a sua obscura vida, ralhando, apartando desordens, praticando um vocabulário desgrenhado e nada académico, tentando fazer cumprir e respeitar o Regulamento respectivo, e recebendo alguns cobres dos curiosos que ali iam ver.

¿Ver?! Ver, sim; havia que ver. Aquilo tinha um cunho único em Lisboa. Era um rancho de mulheres, velhas e moças, apnas vestidas, e mergulhadas quási até à cinta, naquela enorme tina, de muitos metros de comprido, falando, lavando, descompondo-se conversando da vida alheia, ou atroando o ar com as suas cantigas avinhadas. Em volta o grupo das casas sombrias, feias, assistindo como por demais.

(...)

Não o quadro não tinha par; e em tão resumido espécimen vinha reflectir-se todo o antigo viver licencioso e pitoresco da moirisca Alfama.

Contou-me um amigo, que haverá uns oitenta anos ali chegou o facho da guerra. Houve uma insurreição monumental do mulheroio contra o capataz. ¡ Qual sexo fraco!! ¿sabem o que

⁴⁴⁰ Elsa Cristina Ramalho e Maria Carla Lourenço, *ibidem*, p. 5

⁴⁴¹ Cfr. *ibidem*.

*fizeram ao pobre homem? atiraram com êle ao tanque, e chamaram-lhe general de água doce.*⁴⁴²

Hoje, o local ainda existe. Em tempos, não muito distantes, era um vasto largo, onde a miudagem jogava “à bola” e, se não eram já as lavadeiras que davam vida e colorido ao local, era a alegria esfuziante da rapaziada que dali fazia o seu campo de jogos. Agora o local vive triste e esquecido, ocupado por um demorado estaleiro de obras. Nem a sua memória se conserva, há muito perdida no tempo, sem que, pelo menos aparentemente, alguma, alguém ou alguma entidade tome a iniciativa de recuperar essa memória.



Figura 45

⁴⁴² Júlio de Castilho, *ibidem*, pp. 302-303.

3. 4. 2. As Alçaçarias do Duque

Estas Alçaçarias situavam-se num prédio que ostentava nas suas portas os números 56 a 60 da Rua do Terreiro do Trigo. A elas se referiu Luís Marinho de Azevedo, situando-as junto ao arco da lavagem⁴⁴³ nas casas que pertenceram ao mercador veneziano Francisco Estudenduli.⁴⁴⁴ Essas águas, «(...) hum thizouro de agua salutifera (...)»⁴⁴⁵ segundo Azevedo, seriam as mesmas do estabelecimento termal que o 1.º Duque do Cadaval inauguraria a 17 de Junho de 1716.⁴⁴⁶ O edifício onde se situavam esses banhos ou alçaçarias foi depois substituído por um outro, «(...) que ainda lá se conserva com outro aspecto em casa de azulejo.»⁴⁴⁷ Casa, que à época de Castilho, tinha uma (...) feição moderníssima (...)»⁴⁴⁸, tendo sido reformada em 1864, altura em que foi «(...) forrada de azulejo alegre.»⁴⁴⁹



⁴⁴³ Ver Parte II – 3. 3. 1. O poço do Penabuquel.

⁴⁴⁴ Cfr. Luiz Marinho de Azevedo, *op. cit.*, p. 112.

⁴⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 112.

⁴⁴⁶ Júlio de Castilho, *ibidem*, p. 304.

⁴⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁴⁹ *Ibidem*.

De acordo com Castilho, foram «dois estrangeiros: o inglês Guilherme Low, cirurgião do Enviado de Inglaterra, e o francês Isaac Elliot, cirurgião-mór do exército» quem, a pedido do duque, assumiu a responsabilidade pela organização daquelas termas. Segundo o autor foram então colocadas «(...)14 tinas, em camarotes separados, seis para homem, e oito para mulheres, e deram à casa duas entradas, por forma que êste convento-mixto observava todas as regras da decência (...)».⁴⁵⁰

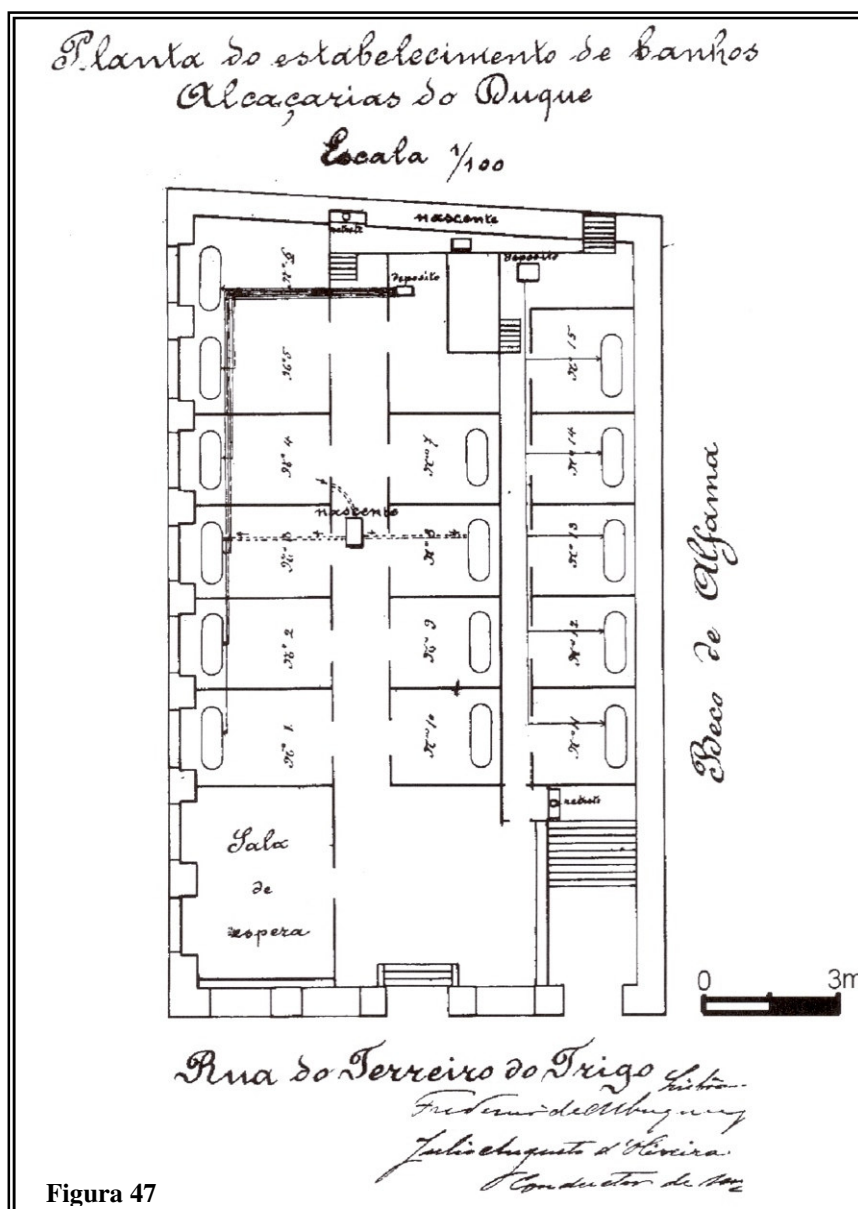


Figura 47

A concessão para exploração termal destas águas foi concedida em 1894. No relatório elaborado pelo engenheiro Albuquerque d'Orey, da Inspeção das Águas, que visitou as Alcaçarias em missão reconhecimento, salientava-se ter sido este estabelecimento termal o único na zona das nascentes das Alcaçarias a ser «(...)

⁴⁵⁰ *Ibidem.*

expressamente construído para esse fim, sendo de todos os que exhibia melhor aparência, tanto exteriormente como no seu interior.⁴⁵¹

De acordo com Elsa Ramalho e Carla Lourenço data de 1835 a primeira análise química feita às águas desta Alcaçaria⁴⁵². Seriam pouco fiáveis estas primeiras análises, mas as qualidades termais das suas águas foram amplamente demonstradas por diversos autores que ao seu estudo se dedicaram. Seria exaustivo estar a citá-los a todos. Referimos pois apenas um deles, datado de 1927, *Águas Termiais das Alcaçarias do Duque em Lisboa*. A primeira parte, cujo autor é Charles Lepierre, é dedicada ao estudo químico, bacteriológico e da radioactividade daquelas águas. A segunda parte aborda as suas qualidades terapêuticas, sendo seu autor Ascensão Contreiras, médico hidrologista.

O primeiro conclui que «Seja como fôr *deve*, de ora avante, *considerar-se a dita água das Alcaçarias do Duque (Sulfúrea), como sendo uma água sulfidricada*»⁴⁵³, para em seguida Ascensão afirmar que:

*A recente análise do insigne químico prof. Lepierre, mostra-nos que o conteúdo destas águas em rádio-actividade, é triplo do das águas das Caldas da Rainha e sete a oito vezes maior que o das do Arsenal usadas nos banhos de S. Paulo. Esta condição privilegiada quasi por si só se pode explicar os benefícios que elas operam no reumatismo, gota, sciática e em todas as manifestações artríticas. Com efeito, parece que é ao grande depósito rádio activo de transformações lenta no organismo, que, principalmente se deve atribuir a acção redativa prolongada.*⁴⁵⁴

Já nos anos quarenta do século passado, Luís Acciaiuoli menciona estas Alcaçarias inseridas numa extensa relação de estabelecimentos termais.

ALCAÇARIAS DO DUQUE

Concelho de Lisboa, I.º Bairro, Freguesia de S. Miguel.

Natureza – Carbonatada sódica.

Indicação terapêutica – Dermatoses e reumatismos.

Concessionária – D. Maria José Álvares Pereira de Mello, por Alvará de 22 de Julho de 1894.

Não tem área demarcada

Director clínico – Dr. Brás de Jesus Nogueira.

*Está suspensa a exploração.*⁴⁵⁵

⁴⁵¹ Cfr. Elsa Cristina Ramalho e Maria Carla Lourenço, *idem*, p. 11.

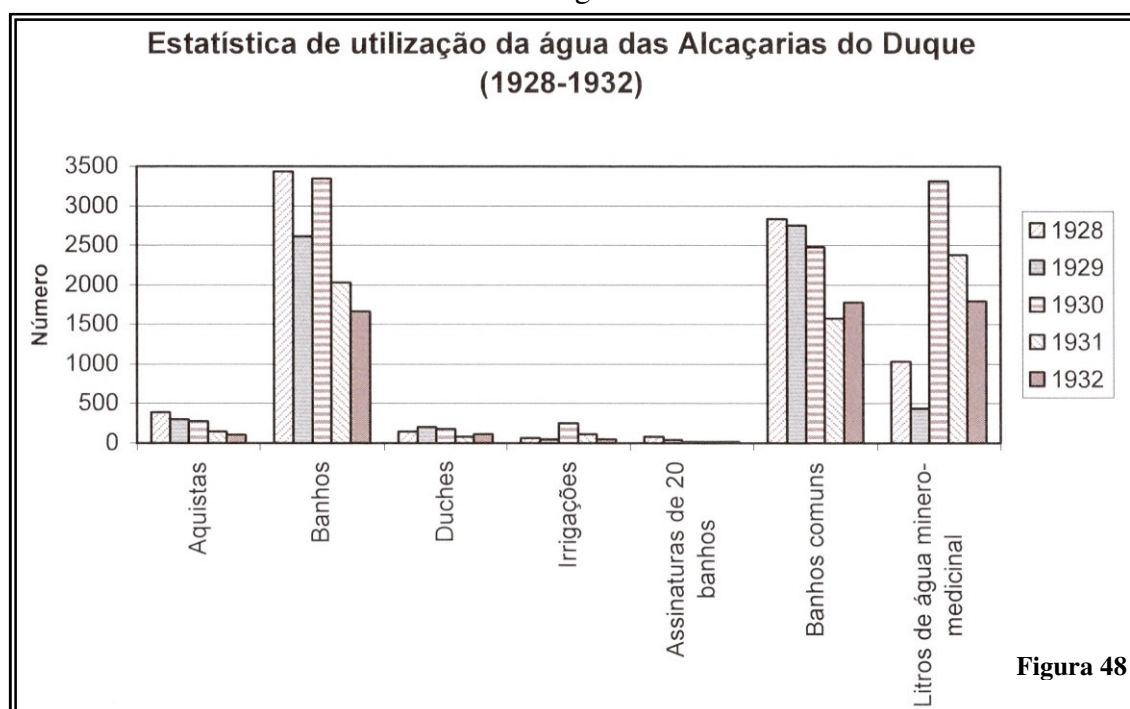
⁴⁵² *Idem*, p. 9.

⁴⁵³ Charles Lepierre, «Estudo Químico, Físico, Bacteriológico e da Radioactividade» in Charles Lepierre, e Ascensão Contreiras, *Águas Termiais das Alcaçarias do Duque em Lisboa*, tomo VI, Lisboa, Instituto de Hidrologia, 1927, p. 12.

⁴⁵⁴ Ascensão Contreiras, «Estudo Terapêutico», *ibidem*, p. 31.

⁴⁵⁵ Luiz de Meneses Acciaiuoli, *Hidrologia Portuguesa*, Lisboa, Soc. Tipográfica, 1948, p. 156.

Ainda de acordo com o trabalho das autoras que vimos citando, são das Alcaçarias do Duque os únicos dados estatísticos disponíveis respeitantes à utilização dos estabelecimentos termais de Alfama, mais concretamente, para o período entre 1928 e 1932. Da análise do gráfico abaixo apresentado conclui-se que neste período houve um acentuado decréscimo da sua utilização, registando, pelo contrário a venda de água minero-medicinal em barris de 25 litros um significativo incremento.⁴⁵⁶



Despedimo-nos das Alcaçarias do Duque deixando ao leitor um curioso anúncio conservado por Castilho, que pode servir como incentivo para alguém um dia, quando estes e outros estabelecimentos termais de Alfama forem recuperados, os queira frequentar.

BANHOS DAS ALCAÇARIAS DO DUQUE
LISBOA
Rua do Terreiro do Trigo, 56
Prédio de azulejo
*Águas thermaes, sulfureas e alcalinas,
muito uteis no tratamento das doenças da pelle,
padecimentos chronicos
das visceras abdominaes, e do rheumatismo*

BANHOS DA NASCENTE ALCALINA		Precos
Nos quartos n.º 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9 e 10.....		200
No quarto n.º 5 (de duas tinhas) para ama pessoa		300
No mesmo quarto, para duas pessoas.....		400
No quarto n.º 6, (de chuva ou jorro).....		300
Nos quartos n.º 11, 12, 13, 14 e 15.....		160
BANHOS MIXTOS SULFURO-ALCALINOS		
Nos quartos n.º 3 e 8.....		240
BANHOS EXCLUSIVAMENTE SULFUREOS		
Nos mesmos quartos n.º 3 e 8.....		300

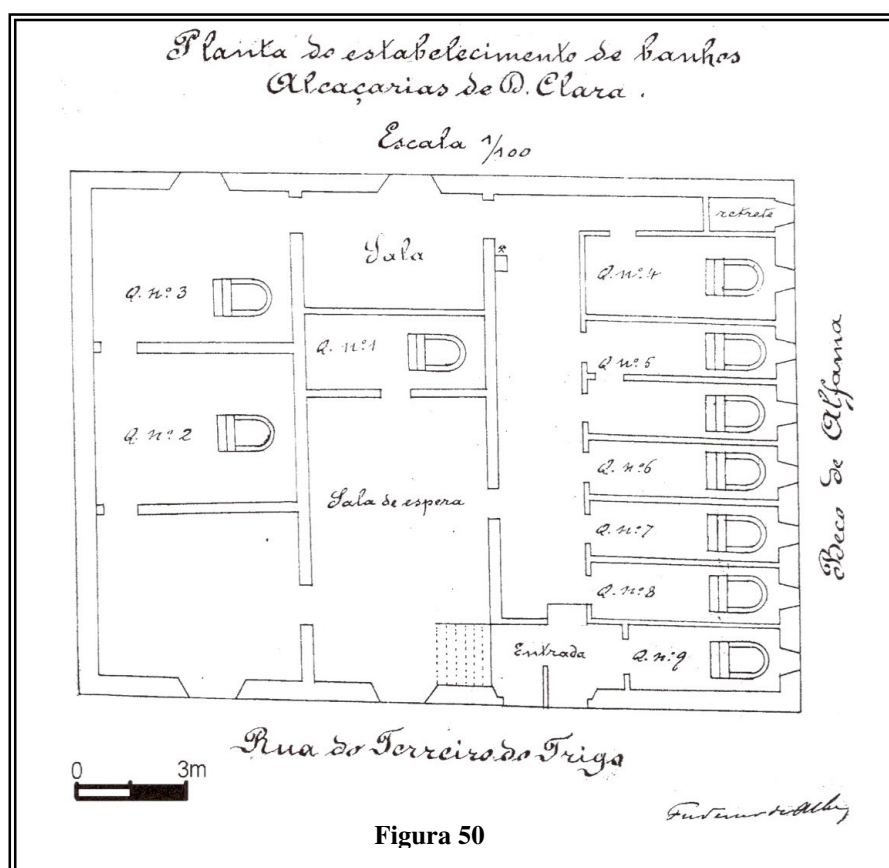
Figura 49

⁴⁵⁶ Cfr. Elsa Cristina Ramalho e Maria Carla Lourenço, *ibidem*, p 13.

3. 4. 3. Os Banhos de D. Clara

Os Banhos ou Alcaçarias de D. Clara foram edificados no ano de 1759⁴⁵⁷. Eram propriedade de D. Clara Xavier de Aguiar, esposa do Sargento-mor Aurélio da Silva Castilho. Situavam-se na Rua do Terreiro do Trigo, a elas se acedendo pelos n.ºs 64 e 68 da mesma rua. A concessão destes Banhos foi pedida, em 1893, por José Pedroso Gomes da Silva⁴⁵⁸, tendo sido o respectivo balneário licenciado no ano seguinte.

Nestas Alcaçarias, os banhos quentes podiam atingir o preço de 400 réis, todavia, «(...) para montepios, associações de socorros mútuos e asilos, o preço era mais reduzido, de 100 réis por banho.»⁴⁵⁹ O *Regulamento do Estabelecimento Hydrotherapico*, publicado no Diário do Governo de 1975, impunha a existência de «(...) tinas de banhos gratuitos durante a semana, para indigentes com atestado de pobreza passado pelo respectivo pároco e reconhecido pelo notário.»⁴⁶⁰



⁴⁵⁷ Cfr. *idem, ibidem*, p. 3.

⁴⁵⁸ *Ibidem*.

⁴⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 12.

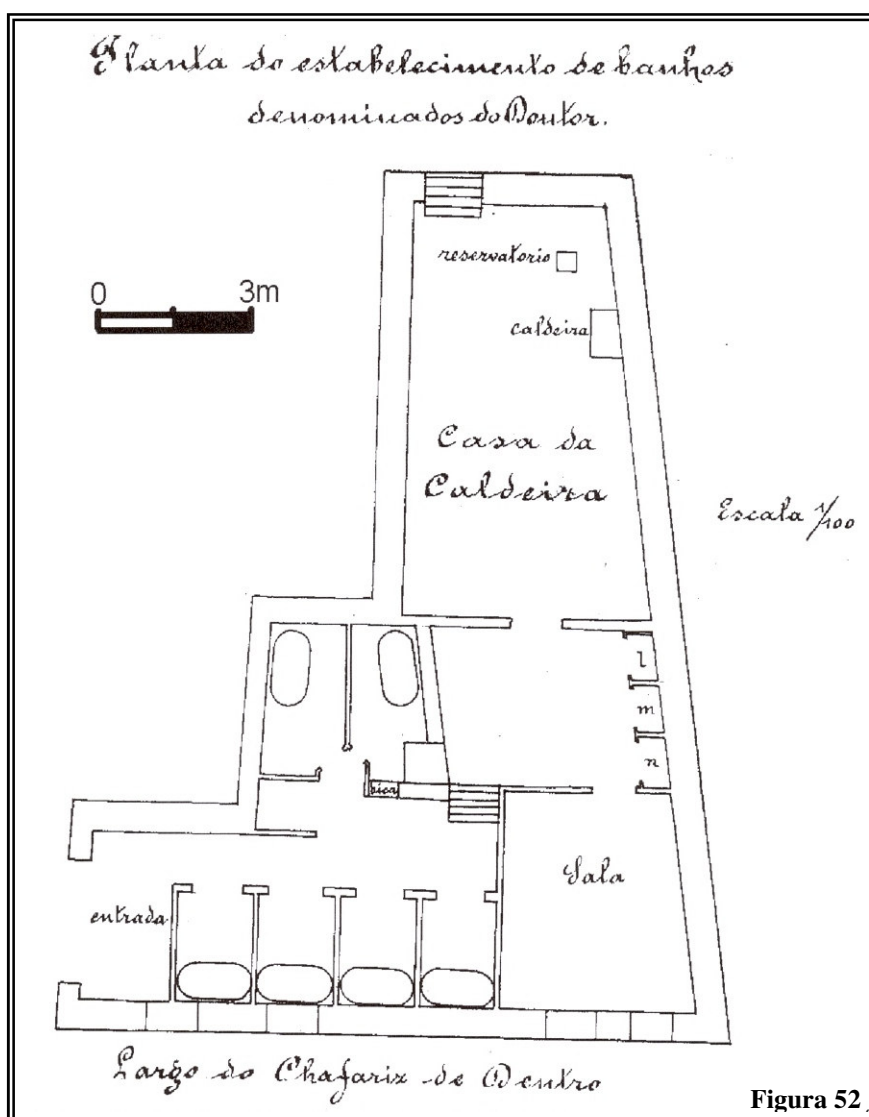
⁴⁶⁰ *Idem, ibidem*, pp. 12 -13.

3. 4. 4. Os Banhos do Doutor



Figura 51

Terá sido durante o domínio filipino que terão sido criados estes banhos, também conhecidos por Banhos do Doutor Fernando. Localizavam-se nas traseiras do Chafariz de Dentro, a eles se acedendo pelos n.º 19 e 20, tendo a suas estruturas de apoio sido reformadas em 1776. O pedido de concessão data do ano de 1893 e foi feito por Domingos José Vieira.⁴⁶¹



⁴⁶¹ *Ibidem.*

3. 4. 5. As Alcaçarias do (J. A.) do Baptista

Estas Alcaçarias localizavam-se nos n.ºs 78 a 84 da Rua do Terreiro de Trigo, a não muita distância das Alcaçarias do Duque e dos Banhos de D. Clara.



3. 4. 6. Outras termas e banhos

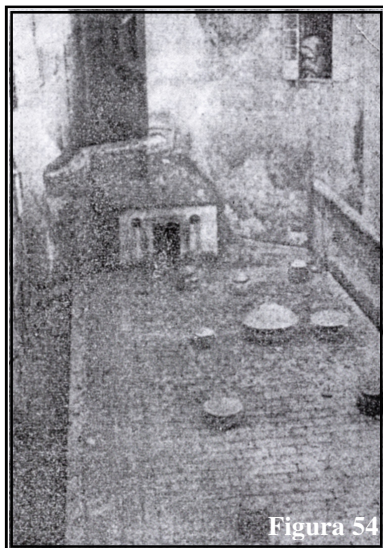
Outros estabelecimentos termais têm sido ainda referenciados ao longo dos anos, desconhecendo-se porém a sua exacta localização ou outros elementos identificativos. Castilho, a título de exemplo, refere umas alcaçarias do Conde de Penella, que não consegue localizar, e ainda outras do Mosteiro⁴⁶², estas, provavelmente, os Banhos do Mosteiro de Alcobaça, «(...) intramuros [em relação à Cerca Fernandina] (...) onde hoje existe o prédio com entrada pela porta n.º 8 do Largo do Chafariz de Dentro»⁴⁶³. De acordo com Augusto Vieira da Silva, ainda em 1949 se aproveitava «(...) a água medicinal da nascente, que se extrai com uma bomba.»⁴⁶⁴

⁴⁶² Cfr. Júlio de Castilho, Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa. Descrição Histórica da Margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. 151

⁴⁶³ Augusto Vieira da Silva, *ibidem*, p. 108.

⁴⁶⁴ *Ibidem*.

3. 5. O fenómeno da “água das ratas”



Coberto o Tanque das Lavadeiras de Alfama nos anos oitenta do século XIX, durante muito tempo as nascentes que o alimentaram ficaram esquecidas, apagando-se a pouco e pouco da memória popular. Porém, há sempre um dia em que as velhas memórias se libertam; neste caso, o fenómeno deu-se quando estas nascentes foram de novo postas a descoberto quando da demolição de um muro no Beco dos Curtumes, ao lado do Edifício das Alcaçarias do Duque.

A história desta descoberta é-nos contada num velho exemplar do já desaparecido jornal *República*.

Dizia então o articulista que o velho depósito coberto [em que se transformara o Tanque das Lavadeiras, no século XIX] se foi, pouco a pouco arruinando até que há cerca de dois anos⁴⁶⁵, durante uma demolição de muros, a água voltou à luz do dia. A água e algumas ratas, de onde surgiu o nome que presentemente o vulgo dá à fonte de três bicas que o Município ofereceu à cidade.»⁴⁶⁶

Rapidamente estas águas se tornaram conhecidas. A crença nas suas qualidades terapêuticas era tal que, em pouco tempo, estas águas se transformaram num fenómeno de popularidade. Enormes filas se formavam, de gente ansiosa, aguardando pacientemente a sua vez de encher os seus garrações com aquela “miraculosa” água.



⁴⁶⁵ Este artigo foi publicado na edição de 9 de Outubro de 1963.

⁴⁶⁶ «Águas “milagrosas da Alfama... O Tanque das Lavadeiras (hoje Fonte das Ratas) era antigamente um movimentado recinto de brigas e mexericos» in *República*, 2.º série n.º 11.761, de 9 de Outubro de 1963.



Figura 56

Essa popularidade, merecida ou não, consoante os analistas, era objecto na imprensa da época de alguns comentários jocosos. Podia-se ler no República de 1 de Novembro de 1963:

Hoje em dia, lisboeta que não use, cosmopolitamente, uma pulseira japonesa e, com maior simplicidade local, não beba água da Fonte das Ratas, não é gente. Estas superstições, que, afinal, não são mais grosseiras que outras muito organizadas e tidas por respeitáveis, é curioso como se apresentam por vezes com o seu aspecto cíclico. E é o caso. A pulseira estava esquecida e a água andava deslembrada.⁴⁶⁷

Certo é que milhares de pessoas, indiferentes aos pareceres mais críticos, acorriam ao Largo das Alcaçarias. Veja-se esta notícia publicada no Diário Popular de 20 de Outubro de 1963:

No largo das Alcaçarias, frente ao beco dos Curtumes, forma-se uma bicha espessa de centena e meia de pessoas, que se mantém quase inalterável ao longo de todo o dia. Umam chegam,

⁴⁶⁷ Armindo Rodrigues, «A PULSEIRA E A ÁGUA», in *República*, 2.^a série, n.º 11.784, de 1 de Novembro de 1963, p. 1.

outras vão. Dizem-nos que há uma fase em que a corrida á água da fonte abranda: entre as 3 e as 5 da madrugada. Mas logo recomeça ao dealbar da manhã, recrudescer pelas 7 horas e prossegue indiferente ao curso do dia, resistindo ao crepúsculo, ao anoitecer. Das três bicas, de onde jorra a água, cujas virtudes terapêuticas a voz do povo enaltece, flui um caudal ininterrupto. E os garrações, centenas, milhares de garrações sucedem-se. Ao ritmo de três garrações cada trinta segundos, teremos seis por minuto, trezentos e sessenta por hora, três mil e seiscentos em dez horas, sete mil e duzentos em vinte.

A bicha afunila junto aos cinco degraus que é preciso descer para chegar ás bicas que são três apenas, como dissemos. Impacientes, as pessoas desarrolham os garrações, defendem a sua prioridade, discutem, empurram e são empurradas. Mas, ao cabo, alcançam a almejada bica. Quando, de garrações cheios deixam o local, deram por bem empregado o tempo perdido, os empurrões, os pés molhados. Levam consigo o precioso líquido, e é isso que lhes interessa.⁴⁶⁸

De acordo com Elsa Ramalho e Carla Lourenço comentou-se na imprensa da época haver «(...) interesse na concessão por parte das empresas de engarrafamento de águas minero-medicinais; porém, o Duque do Cadaval queria que a população pobre usufruísse gratuitamente dos benefícios da água.»⁴⁶⁹ As boas intenções do Duque seriam colocadas em causa quando, em finais de 1963, a Direcção-geral de Saúde emitiu um parecer, sugerindo o encerramento daquela fonte, por as suas águas apresentarem resíduos fecais e, portanto, serem impróprias para o consumo humano. A fonte foi encerrada, por ordem da Inspeção das Águas, mas os protestos populares sucederam-se, mantendo-se a polémica até aos anos setenta do século passado⁴⁷⁰, acabando depois aquelas águas por caírem no esquecimento.

⁴⁶⁸ «A ÁGUA MILAGROSA DA FONTE DAS RATAS. Mais de sete mil garrações vai diàriamente encher a Alfama uma multidão de crentes nas virtudes (reais ou imaginárias) do precioso líquido», in *Dário Popular*, de 20 de Outubro de 1963, p. 17.

⁴⁶⁹ Elsa Cristina Ramalho e Maria Carla Lourenço, *ibidem*, p. 6.

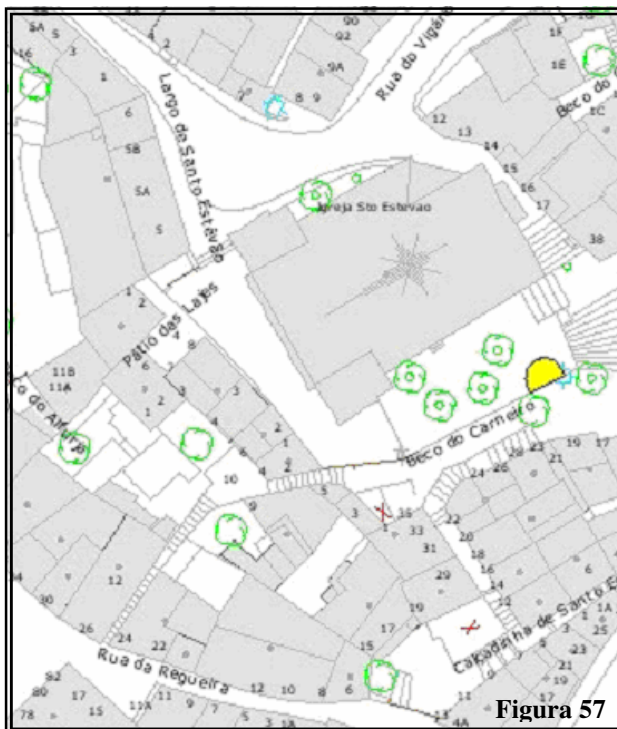
⁴⁷⁰ *Ibidem*.

3. 6. As fontes sem história

Que resta em Alfama para lembrar os tempos em que, nos seus chafarizes, bicas e fontes, a água das suas nascentes era considerada imprescindível para a vida da cidade. Muito pouco! Para além do velho e, apesar de iluminado, abandonado Chafariz d’El-Rei, os vestígios cada vez menores da existência do Chafariz de Dentro e o Museu do Fado, outrora o edifício do Recinto da Praia, onde funcionou a primeira estação elevatória de água da cidade de Lisboa. Permanecem ainda algumas fontes, há muito abandonadas, quase todas elas construídas no século passado. Nestas, por vezes, alguém se lembra de fazer correr um fio de água, outras não, e então os seus tanques apenas servem para depósito de lixos diversos.

Desconhecemos a data da sua construção e nada sabemos da sua história. Por isso, iremos limitar-nos a dar a sua localização e a guardar em registo fotográfico as imagens do seu estado de abandono.

Vejam os pois essas fontes de Alfama, começando por aquela que é certamente a mais antiga, podendo remontar a sua construção ao século XVIII, se levarmos em conta a azulejaria de que é revestida: a Fonte das Almas. Situada no da Calçadinha de Santo Estêvão, numa reentrância do paredão do largo com o mesmo nome, junto à entrada para o Beco do Carneiro. Esta fonte apresenta um elevado estado de degradação. Os azulejos, que recobrem o nicho onde se aloja têm sido vandalizados como se pode verificar nas figuras 59 e 59. Recentemente foi publicado na Gazeta de Santo



Estêvão⁴⁷¹ esta pequena notícia, tão elucidativa que não merece outros comentários.

A Fonte das Almas, na Calçadinha de Santo Estêvão, continua a aguardar por obras de recuperação. Em Julho, a Direcção Municipal de Ambiente Urbano da CML informou a JF que tinha intenção de recuperar o local e que em breve iria iluminar a fonte para minimizar os actos de vandalismo. Até hoje nada foi feito. A fonte está fechada e não tem iluminação, funcionando como abrigo de toxicod dependentes. A degradação do espaço torna-se um foco de conflito entre os vizinhos.⁴⁷²

Um ano passado sobre a publicação desta pequena notícia a situação mantém-se!
Assim se preserva o nosso Património?!



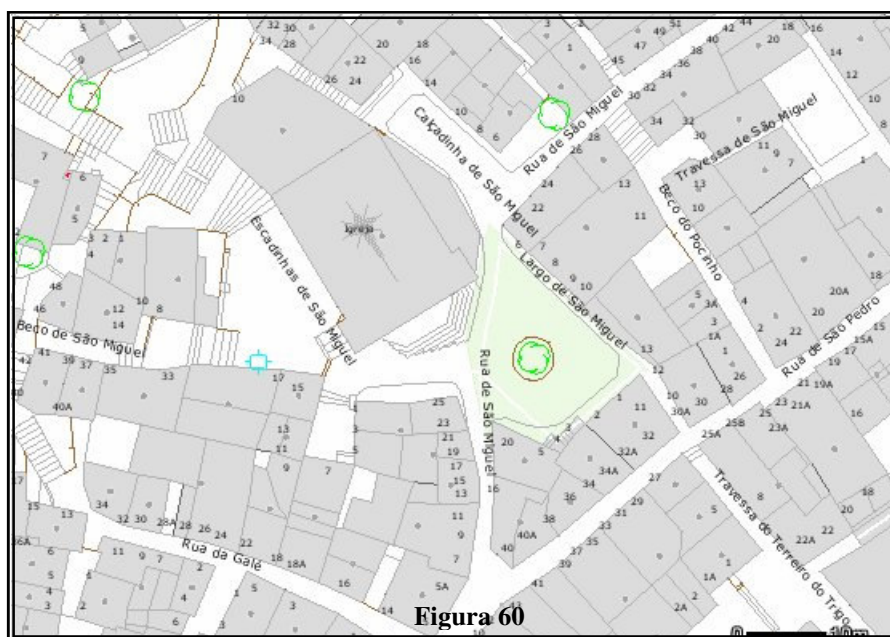
Figura 58



Figura 59

⁴⁷¹ Publicação da Junta de Freguesia de Santo Estêvão.

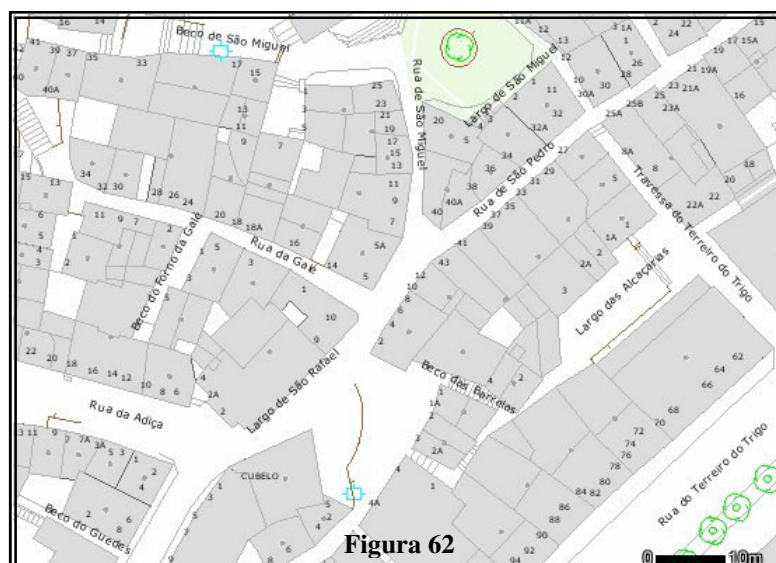
⁴⁷² «Ainda não está» in Gazeta de Santo Estêvão, n.º 35 – Novembro-Dezembro/2006, p. 8.

**Figura 60**

Descendo pelo Beco do Carneiro, atingimos a Rua da Regueira, que atravessamos, seguindo pela Rua de S. Miguel até chegar ao Largo com o mesmo nome. Aí, passando em frente da Igreja dedicada ao Santo,

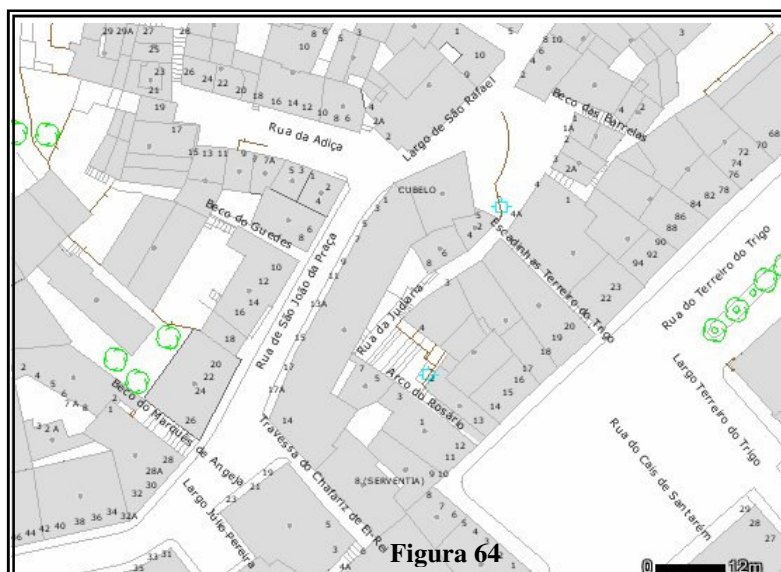
iniciamos a subida das Escadinhas, encontrando à nossa direita mais uma dessas fontes sem história e, já agora, também sem água.

**Figura 61**

**Figura 62**

Seguindo depois em direcção ao Largo de S. Miguel até à Rua da Judiaria. Aí encontramos uma das duas fontes com cabeça de leão, existentes em Alfama. A outra iremos encontrá-la ao cimo da Rua Adiça.

**Figura 63**

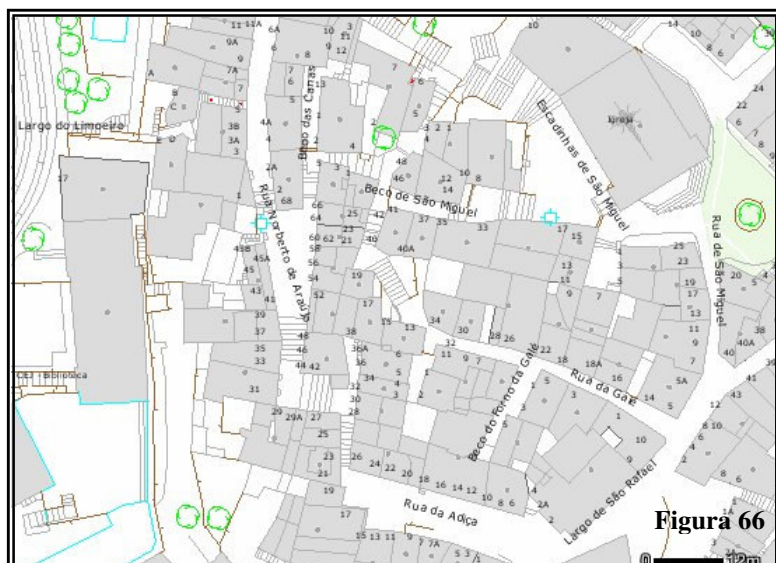
**Figura 64**

devidamente afixada, para que o espaço fosse preservado impediu o vandalismo pictórico que a rodeia, como poderemos ver na figura seguinte.

Prosseguindo pela Rua da Judiaria, a poucos metros encontraremos, junto à entrada para o Arco do Rosário, a Fonte do poeta, certamente a mais recente de todas as que vimos falando.

Dedicada ao poeta António Boto, nem o pedido expresso, em placa

**Figura 65**



Voltemos depois ao Largo de S. Rafael, em direcção à Rua da Adiça, que subimos até encontrar, já na rua que agora se chama de Norberto Araújo, mas que em tempos ainda recentes, mais não era que o prolongamento da Adiça, a fonte de que nos falta falar. A segunda, ou a primeira,

consoante se faça a abordagem ao bairro, cuja bica é uma cabeça de leão.



E aqui, termina este breve percurso por Alfama e pelas suas bicas, fontes e Chafarizes e a história que deles nos foi possível apurar.

4. 1. Contextualização

Senhora, quando as cousas estão n'estas circunstancias, quando o completo abastecimento d'águas se antolha de tão fácil e prompta aquisição, será conveniente ir sacrificar a especuladores avaros o producto de tantos milhões de cruzados³⁰⁷, a riqueza natural das aguas do Bairro d' Alfama, e todas as diligencias até aqui feitas? (...)

Tem aqui perfeito cabimento uma outra consideração; as obras, que a empresa emprehender para exploração de aguas, podem causar diminuição nas aguas das nascentes que fornecem o aqueducto, e com especialidade os chafarizes, e tanques do bairro oriental: e é muito natural, se não certo, que n'esse bairro façam atalhamentos, como a Camara tem em vista, para aproveitar a totalidade dos grandes mananciaes, que até aqui tem estado em despreso; e sendo assim, no fim dos vinte annos a quem pertencerão essas aguas? Não dirá a empresa que são aquisição sua, que não estavam no domínio publico, e que por tanto lhe deve ser pago esse incalculável valor? E não virá neste caso o município, ou o governo, a pagar aquillo mesmo que era já propriedade d'aquelle?³⁰⁸

Na Parte I deste trabalho ficou demonstrado, pensamos nós, a oposição da Câmara à entrega da exploração do abastecimento de água na capital a uma empresa de capitais privados. No seu afã de demonstrar o erro em que incorreria o governo, caso optasse por retirar essa prerrogativa à Câmara, esta avançava com um conjunto de projectos, visando o aproveitamento de mananciais que, de acordo com os edis, tinham sido até ali desprezados³⁰⁹ e que, por si só, seriam suficientes «(...) para o completo fornecimento de agua na capital»³¹⁰.

Dois desses projectos visavam o aproveitamento das águas orientais e, mais especificamente, as nascentes localizadas entre o Chafariz d'El-Rei e o Chafariz de Dentro: o «RELATORIO Á Excellentissima Camara Municipal de Lisboa, sobre o estado

³⁰⁷ Referência ao custo da construção do Aqueduto das Águas-livres.

³⁰⁸ «REPRESENTAÇÃO dirigida a Sua Magestade a Rainha» in *Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo pela Camara Municipal de Lisboa: Sobre o abastecimento d'aguas na Capital por meio de empresa: Segundo as bases estabelecidas no Decreto de 22 de Dezembro de 1852*, Lisboa, Imprensa Silvana, 1853, p. 14.

³⁰⁹ Ver Parte I – 3. 1. 2. As novas propostas para o abastecimento de água à cidade. Da gestão camarária à Companhia das Águas.

³¹⁰ «REPRESENTAÇÃO dirigida a Sua Magestade a Rainha», *ibidem*, p. 13.

das nascentes que alimentam os chafarizes d'El-Rei, de Dentro, da Praia, e o tanque das Alcaçarias; – e sobre os meios de estabelecer um melhor systema de aproveitamento, e de distribuição destas mesmas aguas, no Bairro Oriental de Lisboa, assim como na Cidade baixa»³¹¹ e «SEGUNDA MEMORIA sobre o projecto de reunião das aguas nascentes, que alimentam os chafarizes d'El-rei, e de Dentro, assim como o tanque das Alcaçarias, e lavadouro d'Alfama»³¹². Ambos apresentados pelo engenheiro P. J. Pezerat. Eram ainda estes projectos acompanhados por um parecer elaborado por Francisco António Pereira da Costa e Julio Maximo de Oliveira Pimentel: «ABASTECIMENTO DE AGUAS POTÁVEIS»³¹³.

No primeiro destes documentos era proposto um processo inovador para «(...) aproveitamento das aguas do bairro oriental de Lisboa (...)»³¹⁴: a sua elevação «(...) por meio de maquinas por vapor a um deposito d'onde se ramifiquem para differente logares»³¹⁵. É este o projecto que de seguida iremos analisar detalhadamente.

4. 2. O projecto de 1852

Em termos gerais a ideia era simples: represar as águas das águas sobranes das nascentes do Chafariz d'El-rei, de Dentro, da Praia e, ainda, das Alcaçarias, águas essas, que a partir de um depósito central seriam elevadas para o Alto de Santa Luzia, por meio bombas hidráulicas a vapor. Afirmava Pezerat:

Temos a firme crença, e podêmos dizer a certeza, de que, estabelecendo, com todo o cuidado, a galeria de reprêza, ou mina projectada em a nossa planta, para atalhar todas as aguas desta parte do lençol, sem as deixar perder no tejo, nós conseguiremos um abastecimento, que, de envolta com a agua livre, auxiliada com as suas projectadas conservas se tornará mais que suficiente para todas as precisões da cidade.

É necessário para tirar todo o partido conveniente destas aguas, levantar-as, por meio de machinas de vapôr, desde o tanque

³¹¹ in *Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo pela Camara Municipal de Lisboa: Sobre o abastecimento d'aguas na Capital por meio de empreza: Segundo as bazas estabelecidas no Decreto de 22 de Dezembro de 1852, idem*, pp. 30-42.

³¹² *Ibidem*, pp. 43-46.

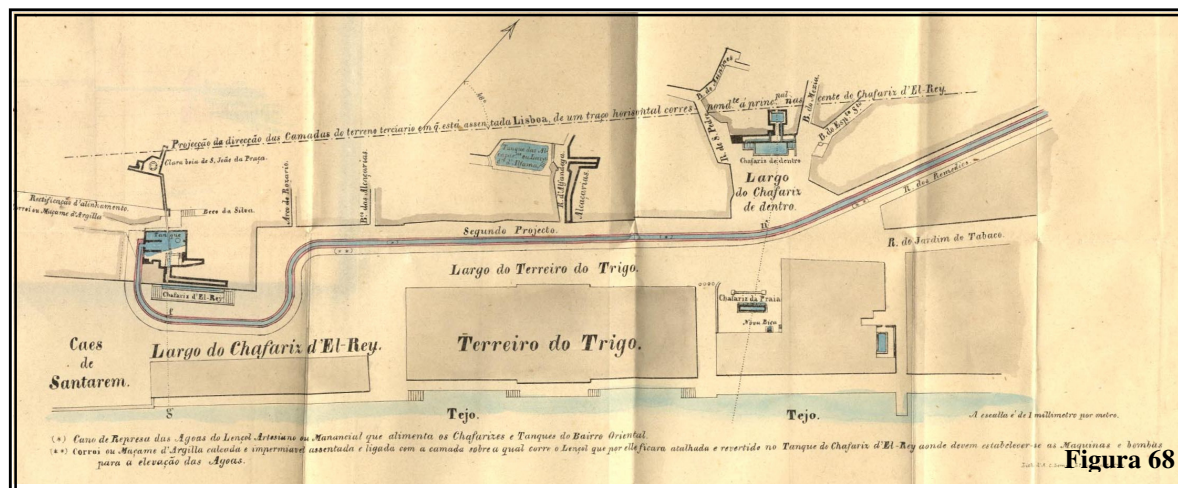
³¹³ *Ibidem*, pp. 47-52.

³¹⁴ REPRESENTAÇÃO dirigida a Sua Magestade a Rainha», *ibidem*, p. 13

³¹⁵ *Ibidem*.

Os Projectos do Engenheiro Pezerat Para Aproveitamento das Águas do Bairro Oriental de Lisboa

*alimentario até uma bacia de distribuição, collocada a uma altura tal, que possam ser conduzidas, por declive, aonde conveniente fôr; reservando-se com tudo a quantidade necessaria para alimentar não só os chafarizes existentes, mas tambem um ou mais tanques para lavadeiras, melhor estabelecidos do que o actual das Alcaçarias, aonde se encharcam as pobres mulheres, cuja condição é para lamentar!*³¹⁶



Para Pezerat, a estas águas, «(...) atalhadas pela galeria, ou mina, indicada na planta desde o ponto C ao angulo N. E. da claraboia de S. João da Praça até ao ponto D, um pouco ao N. E. do tanque das Alcaçarias, isto é, sobre 130 metros ou 590 palmos de comprimento (...)»³¹⁷, juntar-se-iam ainda as «(...) que se perdem naturalmente em todo este comprimento, pela extremidade inferior do lençol, e na sua sahida para o téjo [sic], onde se observam varias nascentes.»³¹⁸ A reunião destas águas³¹⁹ permitiria, na opinião de Pezerat, «(...) uma quantidade d'água maior áquella, que fornece o aqueducto geral das aguas livres, em tempo do grande estio, que não é senão de 2:352 pipas (...)». As águas reunidas do Bairro Oriental poderiam, segundo autor do projecto, atingir as, ou seja mais 561 pipas que as trazidas até Lisboa através do aqueducto nos meses de verão, que nessa época do ano não ultrapassava as 2:352 pipas³²⁰.

³¹⁶ P. J. Pezerat, «RELATORIO Á Excellentissima Camara Municipal de Lisboa, sobre o estado das nascentes que alimentam os chafarizes d'El-Rei, de Dentro, da Praia, e o tanque das Alcaçarias; – e sobre os meios de estabelecer um melhor systêma de aproveitamento, e de distribuição destas mesmas aguas, no Bairro Oriental de Lisboa, assim como na Cidade baixa» in *Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo pela Camara Municipal de Lisboa: Sobre o abastecimento d'aguas na Capital por meio de empreza: Segundo as bases estabelecidas no Decreto de 22 de Dezembro de 1852*, Lisboa, Imprensa Silvana, 1853, pp. 34-35.

³¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 35.

³¹⁸ *Idem*.

³¹⁹ Não contando ainda com a das nascentes de Penabuquel, à data da elaboração do trabalho, ainda desconhecidas de Pezerat – Cfr. J. P. Pezerat, *ibidem*, p. 34 (nota).

³²⁰ Cfr. *idem, ibidem*, p. 34.

Dessas 2.913 pipas de água estimadas por Pezerat, 500 continuariam a ser fornecidas pelo Chafariz d'El-Rei, em vez das anteriores 832, outras 500³²¹ continuariam a alimentar o Tanque das Alcaçarias, restando pois um total de 1.913 pipas³²² «(...) para serem elevadas para a bacia de distribuição, e para d'alli serem repartidas, por seu próprio pezo, pelos differentes bairros a que forem destinadas.»³²³ Reunidas essas águas, faltava, pois, estabelecer o ponto exacto para onde elas seriam elevadas, e de que forma. Para Pezerat:

O ponto mais conveniente, a que devem ser elevadas estas 1:913 pipas, ou 790 metros cubicos d'agua, é o pequeno Largo de Santa Luzia.

Esta praça está situada a quasi 65 metros de altura, acima do nivel do tanque inferior.

*Estes 790 metros X 6.^m de altura = 51350 unidades dynamicas. Contando 1800 unidades dynamicas pela força de um cavallo-vapôr $\frac{51350}{1800} = 27,9$, ou 28 cavallos, precisar-se-ha pois de uma machina da fôrça de 30 cavallos.*³²⁴

Seguem-se depois, a explanação dos aspectos técnicos e a orçamentação da obra, cujo total de custos ascenderia a «(...) Rs.111:573\$000»³²⁵. Porém, cauteloso, Pezerat afirma: «Assim precisam-se 120:000\$000 de réis para emprehender estes trabalhos e levá-los bem ao fim.»³²⁶

A finalizar o seu trabalho, o autor procura antecipar o sempre presente argumento da falta de dinheiro. Diz então Pezerat: «(...) mas, como a Camara Municipal não póde provavelmente distrahir esta somma da sua caixa, vou apresentar-lhe alguns meios, que lhe permittiram [sic] realisar esta empreza»³²⁷. Para obviar a essa dificuldade apresentava o autor algumas propostas:

Quando uma administração é rica, e responsável, como o é a Camara Municipal de Lisboa, ella acha facilmente empréstimos, quando estes se destinam a criar-lhe rendas capazes de cobrir o juro e a amortisação; assim, no projecto de que tratamos, não basta ter aguas abundantes, e dar-lhes o melhor aproveitamento possivel, é necessario tambem que, neste aproveitamento para a

³²¹ Para Pezerat bastaria «(...) armar as suas 9 bicas com torneiras, para não deixar perder agua durante a noite.» – J. P. Pezerat, *ibidem*, p. 36

³²² Curiosamente Pezerat chega a este valor sem estimar a quantidade necessária ao abastecimento dos chafarizes de Dentro e da Praia.

³²³ J. P. Pezerat, *ibidem*, p. 36

³²⁴ *Idem, ibidem*, pp. 36-37.

³²⁵ *Idem, ibidem*, p. 41.

³²⁶ *Ibidem*.

³²⁷ *Ibidem*.

*utilidade publica que não rende, uma parte destas aguas possa destinar-se a concessões particulares para habitações, das quaes se possa não só tirar um capital igual ao capital emprestado, mas ainda cobrir as despesas annuaes, que exigem a conservação, e administração do systema criado.*³²⁸

E o autor prossegue esquematizando, agora com mais pormenor, as medidas que Câmara teria que adoptar para conseguir financiar todo este projecto³²⁹. As soluções de financiamento, que applicadas na íntegra permitiriam atingir, num curto espaço de tempo, a «(...) a cifra conveniente para reembolçar o capital da fundação, e estabelecer uma renda sufficiente para cobrir as despesas annuaes»³³⁰. Considerando ainda a hipótese de a Câmara não possuir o capital necessário para arrancar com as obras necessárias à consecução do projecto, Pezerat apresenta algumas possíveis soluções:

*Se a Camara Municipal, pois, não póde fazer por seus proprios meios tamanha despesa, ella deve levantar fundos, convidando os capitalistas a tomarem parte neste negocio de tamanha utilidade pública; ou influir para que se crie uma companhia, que se encarregue de fazer todas as construcções, sendo embolçada do capital a juros, pela venda das pennas de agua, de que acima tratámos, garantindo-lhe a mesma Câmara por todos os seus bens, o resultado da operação (...)*³³¹

Este foi o primeiro projecto³³² apresentado por J. P. Pezerat à Câmara Municipal de Lisboa, que viria a ser complementado, como já referimos por uma «SEGUNDA MEMORIA sobre o projecto de reunião das aguas nascentes, que alimentam os chafarizes d'El-Rei, e de Dentro, assim como o tanque das Alcaçarias, e lavadouro d'Alfama»³³³, esta, datada de 20 de Dezembro.

No nosso primeiro projecto, tinhamos proposto a abertura de uma mina subterranea, traçada na direcção da extratta geológica, que fornece o lençol Arteziano, para atalhar as aguas, e traze-las á clarabóia de S. João da Praça; porém depois de ter maduramente reflectido que esta mina, interceptando aguas-arriba todas as nascentes, podia alterá-las, e comprometer o seu uso actual, considerando mais que esta mina subterranea, aberta debaixo de casas, praças e ruas de um bairro inteiro, podia apresentar graves inconvenientes, além das despesas incertas,

³²⁸ *Ibidem.*

³²⁹ Ver Anexo 7.

³³⁰ J. P. Pezerat, *ibidem*, p.42

³³¹ *Ibidem.*

³³² Datado de 12 de Abril de 1852.

³³³ *Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo pela camara (...)*, pp. 43-46.

*julgámos preferível aguas abaixo das nascentes, um cano de reprêza construído a ceo aberto, e perfeitamente vedado por um massame de argilla calcada e impermeavel, assente e ligada com a camada sobre o qual corre o lençol.*³³⁴

Este cano onde seriam represadas as águas, teria assim o seu início a «(...) a ceo aberto no Becco das Moscas, defronte do tanque do Chafariz d'El-Rei [continuando], pelo lado do mesmo Chafariz, Largo do Terreiro do Trigo, Largo do Chafariz de Dentro, e Rua dos Remédios, até ao ponto, em que a altura para os desentulhos, tornando-se demasiada, poderá, então, continuar-se em excavação subterrânea, até chegar ao nível de fundo superior ao nível de fundo superior ao nível da superfície do tanque do Chafariz d'El-Rei.»³³⁵ Ficava então perfeitamente definida a orientação da estrutura principal que visava a recolha e armazenamento das águas de Alfama, podendo então o autor afirmar: «Parecendo-nos sufficientes estas considerações para a intelligencia do projecto, temos que tratar agora do systema de construcção, e do seu orçamento.» Seguem-se então as especificações técnicas para a construção da mina e o respectivo orçamento, no qual se prevê uma despesa de «(...) quinze contos seiscentos e cincoenta e sete mil réis.»

Procurando tornar crível este projecto e tendo em conta que ele «(...) tinha por fundamento a constituição geológica da bacia terciária, em que está assente aquella parte da Cidade de Lisboa, entendeu [sic] a Camara Municipal que devia ouvir sobre este objecto os homens competentes, e neste intuito convidou o Sr. Dr. F. A. Pereira da Costa, lente de mineralogia da escola polytechnica, para examinar juntamente com o Sr. Julio Pimentel, aquelle projecto, verificando os dados científicos, em que elle se funda.»³³⁶ O parecer apresentado por estes, datado de 3 de Novembro de 1852, pese embora algumas discrepâncias em relação ao estudo elaborado por Pezerat, não punha este último em causa.

Todavia, a posição assumida por Pereira da Costa e Júlio Pimentel, era bastante mais cautelosa, terminando assim o seu parecer:

Do que temos exposto se vê que ha duas cousas a considerar:

- 1.ª Reunir todas as águas do manancial commum.*
- 2.ª Aproveitar as aguas inferiores, que vêm misturar-se com ellas no tanque das lavadeiras.*

³³⁴ P. J. Pezerat, «SEGUNDA MEMORIA sobre o projecto de reunião das aguas nascentes, que alimentam os chafarizes d'El-Rei, e de Dentro, assim como o tanque das Alcaçarias, e lavadouro d'Alfama» in *Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo pela Camara (...)*, p. 43.

³³⁵ *Idem, ibidem*, p. 44.

³³⁶ «ABASTECIMENTO DE AGUAS POTAVEIS» in *Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo pela Camara (...)*, p. 47.

Para este aproveitamento é necessario fazer um furo de sonda, como acabamos de indicar; para a reunião das aguas do manancial commum é necessario abrir uma galeria ou mina, que corte a camada, que contém as aguas, em toda a sua extensão, que possa seguir-se. Esta galeria deverá reunir todas as aguas, já aproveitadas, e aquellas, que se perderem nas fontes, que se abrem na margem do rio.

Esta obra acha-se indicada pelas condições geognosticas do sólo, e pela abundancia já consideravel das aguas aproveitadas. Sobre o modo de as distribuir talvez seja prudente recorrer a algum menos dispendioso, ao menos nos primeiros tempos, em quanto se não houver reconhecido que a abundancia e permanencia das aguas authorisam as despezas do estabelecimento da obra, projectada pelo Sr. Pezerat.³³⁷

Não seria ainda desta vez que Pezerat veria as suas ideias levadas à prática. A elevação das águas por meio de bombas hidráulicas a vapor teria ainda que esperar mais alguns anos.

4. 3. O projecto de 1855

Três anos depois, Pezerat apresenta uma nova reformulação dos seus planos iniciais, para aproveitamento das águas do Bairro Oriental. A pouca atenção, que em sua opinião, os seus projectos tinham até então merecido da Câmara, não fez desanimar o nosso engenheiro:

E desde que tenho a honra de ser engenheiro da exm^a câmara nunca deixei de lhe apresentar memorias e plantas que provavelmente teem sido pouco apreciadas, pois que a mesma exm^a camara se não dignou mandal-as imprimir, tornando-se por conseguinte pouco conhecidas, pois que hoje para responder ás recentes propostas da companhia para esta empreza, a commissão apesar de fazermos parte della, considerou os nossos projectos como não existentes, e propoz que se procedesse a um novo estudo completo, nos seus maiores detalhes, para poder discutir, emendar, reprovar, ou acceitar qualquer proposta (...).³³⁸

³³⁷ *Ibidem*, p. 52.

³³⁸ P. J. Pezerat, *Dados e Estudos para um Projecto de Abastecimento de Agoas e sua Distribuição em Lisboa Mandados confeccionar e publicar pela camara municipal da mesma cidade*, Lisboa, Typographia do Jornal do Commercio, 1855, p. 38.

Neste novo projecto, Pezerat, confirma todos os anteriores estudos por si realizados, concluindo que:

*(...) observações geológicas as mais minuciosas nos convenceram em breve, que todas as nascentes que alimentam tanto os chafarizes, como o tanque das lavadeiras, como os numerosos poços inesgotáveis, e olheiros que brotam nesta praia desde o cães das Cebolas, até a embocadura do valle de Chelas procediam do mesmo manancial, ou pequeno lençol artesiano (...)*³³⁹

Ora, para o autor, se todas essas águas tinham a mesma origem, necessariamente teriam que ter as mesmas qualidades³⁴⁰, embora admitindo algumas «(...) pequenas alterações provenientes da mistura d'alguma outra agua, tal como a do tanque das Lavadeiras e das Alcaçarias, cuja alta temperatura indica a presença d'alguma nascente mais funda (...)»³⁴¹. Pezerat reafirmava então que todos os seus anteriores estudos demonstravam a importância das nascentes que alimentavam o Tanque das Lavadeiras, fazendo ainda recurso à «(...) analyse chymica do professor Pimentel (...)»³⁴², que corroborava a ideia de aquelas águas «(...) eram perfeitamente idemplicas, ás que alimentam os chafarizes d'El-Rei, de Dentro e da Praia, assim como todas as nascentes que apparecem no bairro oriental procedentes do mesmo lençol artesiano (...)»³⁴³.

Em relação ao projecto inicialmente apresentado, que tratamos no ponto anterior, a mais significativa alteração tinha a ver com o local a partir do qual seriam elevadas as águas represadas. Nesta nova versão, o local escolhido era o Tanque das Lavadeiras de Alfama, ou das Alcaçarias. Neste ponto seria construído o depósito e instaladas as bombas hidráulicas que elevariam a água até Santa Luzia, donde seria redistribuída para a cidade baixa. Por isso, este era já designado por Pezerat como «(...) projecto de distribuição das aguas do tanque das lavadeiras do bairro d'Alfama (...)»³⁴⁴. Para o autor:

O resultado (...) d'este ultimo estudo, considerado por nós como um verdadeiro aperfeiçoamento, consiste na adopção do systema mixto de distribuição a domicilio de parte das agoas, que temos a dispôr, e parte por marcos fontenarios para assegurar á exm.^a camara os meios de cobrir as despezas para as quaes não acharia fundos emprestados, se pelo seu emprego não

³³⁹ *Idem, ibidem*, p. 6.

³⁴⁰ *Cfr. ibidem*.

³⁴¹ P. J. Pezerat, *idem*, p. 6.

³⁴² *Idem, ibidem*, p. 10.

³⁴³ *Ibidem*.

³⁴⁴ *Idem, Ibidem*, p. 38.

*assegurassem um rendimento sufficiente para amortisar capital e juros e pagar o entretenimento, conservando a outra parte para abastecer os serviços de limpeza, regas de ruas e cannos, incendios, e industria, serviços que não tendo um consumo permanente, deixariam correr as aguas de sobejo, para alimentar alguns chafarizes velhos baixos, e distantes da cidade baixa que, por este modo não carecendo mais das agoas –livres, dariam o meio de repartir esta porção d’agoa economisada entre os diferentes chafarizes dos bairros altos tendo o cuidado de não crear chafariz algum novo na proximidade do bairro destinado a ser alimentado por distribuição a domicilio, ou por marcos fontenarios, assim como bocas de descarga debaixo dos passeios, e esquinas das ruas, para assegurar os serviços de limpeza e de incendios (...)*³⁴⁵

Se este era o resultado do estudo aplicado ao financiamento e sustentação do projecto, a grande alteração, em relação à proposta apresentada três anos antes, relacionava-se com a localização das máquinas para elevação das águas represadas, bem como com o tipo de equipamento a utilizar. Vejamos como Pezerat descreve essas alterações:

*A segunda modificação, que temos dado ao nosso projecto, consiste na substituição de represar as agoas desde o tanque das lavadeiras até Santa Luzia, por meio de bombas aspirantes, e de repulsão em cannos inclinados, e forçados de que resultassem fricções e choques, em que se teria gasto uma grande parte da força, motrix, e teria alterado o corrimento regular das agoas nestes encannamentos, por uma galeria, ou mina horisontal ao nivel do tanque, e cuja extremidade corresponde a um poço vertical excavado n’um dos pateos de Santa Luzia, e na bocca do qual estabelecemos uma maquina de vapor da força conveniente, para elevar directamente da caldeira practicada no fundo do mesmo poço, e por baixo do nivel do tanque das lavadeiras, cujas agoas chegariam á mesma caldeira por declive, n’um encannamento fechado, assente na galeria (...)*³⁴⁶

Assim, essa galeria, ou mina horizontal «(...) ficaria servindo não só á vista de todos os dias, (...) mas também a refrescar as agoas cuja temperatura alta é o unico inconveniente que apresentam as mesmas agoas para seu consumo immediato.» Esta alteração da localização das máquinas e da abertura do poço, seria, porém, bastante recente, já que na «Consulta do conselho de obras publicas e minas acerca do projecto d’abastecimento de agoa em Lisboa», datado de 22 de Maio de 1854, é ainda analisada a

³⁴⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 10-11.

³⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 11.

hipótese de serem elevadas a partir do tanque de alimentação do Chafariz d'El-Rei. Afirma-se nesse documento que, de acordo com o projecto ali analisado:

Os meios propostos consistem em atalhar as agoas na sua passagem para o Tejo, obrigando-as a entrar em uma galeria, cuja direcção geral será regulada em harmonia com o modo de estratificação deste terreno, aberta agoas abaixo da linha das nascentes, e cujas construcções descansarão sobre a camada em que corre o lençol de agoa, e se ligaram com ella por maneira conveniente, para ficarem impermeaveis.

As agoas serão por esta galeria conduzidas até ao tanque de alimentação do chafariz d'El-Rei, ponto de reunião para ellas indicado, a fim de serem d'alli levantadas ao largo de Santa Luiza [sic] por meio de machinas de vapor. Para a mesma galeria serão conduzidas as agoas, que se embaraçarem de correr nos mencionados chafariz e tanque das lavadeiras por desnecessarias.³⁴⁷

Independentemente do local previsto para a reunião das águas e sua elevação até ao largo de Santa Luzia, importa aqui realçar a ideia geral de aproveitamento daquelas águas. Ela atesta a importância dessas águas, já em meados do século XIX, para o abastecimento de água à capital.

Mas antes de terminarmos este capítulo apreciemos ainda algumas das subtilezas do projecto. Por exemplo, para obviar à questão da elevada temperatura das águas, propunha Pezerat:

Com effeito este canno alimentar, como o canno de ascensão, sendo envolvidos n'um dobrado canno, cuja extremidade superior communique com o cinzeiro da maquina a vapor, cujo combustivel não receberia o ar senão por este mesmo dobrado canno, ou caixa de ventilação, que seria rapidamente evaporada n'uma pequena porção d'agoa que se deixasse correr, refrescando na mesma proporção a agoa contida nos mesmos canos, de modo que chegaria fresca ao tanque superior, onde esta frescura seria conservada, por correntes d'ár á superficie d'agoa, e que já não perderiam nada mais nos encannamentos subterrâneos de repartição na cidade; esta disposição mesmo admitiria o emprego da neve envolvendo o canno horisontal, se a administração julgar conveniente fazer esta pequena despeza, em certas circumstancias, despeza que julgamos desnecessária, devendo porém ser sufficiente a ventilação rapida, e a evaporação da agoa da superficie do canno vertical, para substituir todo o excesso de calorico [sic] da agoa durante a sua ascensão, e dar-

³⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 27.

*lhe uma fresquidão muito maior, do que a que apresentam as agoas livres em tempo de d'estio.*³⁴⁸

Previendo também a necessidade da paragem das máquinas, quer devido a necessidades manutenção, quer por razões de mera economia ou, na pior das situações, por avaria das mesmas, Pezerat salienta a importância da construção de um depósito com maior capacidade na zona de Santa Luzia, a partir do qual seja possível continuar a abastecer as zonas baixas, durante esses períodos de paragem. Diz o engenheiro:

*Temos tambem considerado que collocando o mecanismo no ponto inferior, isto é, no plano do tanque alimentar como o das lavadeiras de Alfama, se nos contentassemos com uma caixa, ou pia de distribuição collocada na altura da Santa Luzia a alimentação geral dos cannos de repartição e distribuição ficaria interrompida, logo que a maquina deixasse de funcionar, o que necessitaria um trabalho constante da maquina, em quanto que tendo em Santa Luzia, um tanque de distribuição d'uma certa capacidade, por exemplo sufficiente para alimentação d'um dia, meio, ou uma porção qualquer do dia, a maquina poderia parar durante o mesmo tempo, sem que a distribuição fosse interrompida; por conseguinte precisando fazer-se alguns reparos para entretimento da maquina, e das bombas, que se não podessem fazer com o trabalho da maquina, julgamos indispensavel a construcção d'uma conserva em Santa Luzia (...)*³⁴⁹

Também a potência da máquina a instalar era agora maior. Em vez dos 30 cavalos de potência sugeridos no projecto de 1852, Pezerat propunha que «(...) em lugar de uma máquina de 30 cavallos (...)»³⁵⁰ utilizar uma «(...) maquina de 50 cavallos, com a condição de interromper o trabalho por um tempo proporcional á razão inversa a sua força (...)»³⁵¹, isto porque, de acordo com o autor nessas circunstâncias bastaria a essa bomba «(...) trabalhar 14 horas 4 decimos cada dia para elevar a mesma quantidade d'agoa que a maquina de 30 cavallos trabalhando 24 horas.»³⁵² Era pois esta uma razão de ordem prática, assaz aceitável, e não mais um desvario de grandeza numa obra pública.

Como é natural, todos os estudos desta natureza têm uma componente que em todo o lado se revela importante, mas é fundamental em países de escassos recursos: o orçamento. Portanto, este novo estudo não poderia deixar de apresentar um orçamento, reformulado de acordo com as novas exigências do projecto. Totalizavam então os custos

³⁴⁸ *Idem, Ibidem*, p. 11.

³⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 12.

³⁵⁰ *Ibidem*.

³⁵¹ *Ibidem*.

³⁵² *Ibidem*.

Os Projectos do Engenheiro Pezerat Para Aproveitamento das Águas do Bairro Oriental de Lisboa

da obra projectada o custo geral de «82:630\$932»³⁵³, informando ainda o autor que a «(...) este orçamento de 82:630\$932 rs. juntamos no nosso ultimo estudo as despesas de abastecimento da parte culminante do Bairro Oriental, cujo tanque de distribuição seria no Castello.»³⁵⁴

Os méritos deste projecto pareciam, pois, incontestáveis. Acerca dele manifestava o Conselho de Obras Públicas e Minas o seguinte parecer:

*Pelo que respeita ao primeiro projecto, examinou o conselho não só as memorias e desenhos do engenheiro Pezerat, mas uma informação dos lentes da Escola polytechina, Francisco António Pereira da Costa e Julio Maximio d'Oliveira Pimentel sobre o mesmo assumpto. Em presença destes documentos, e do que é para todos visível, no que toca a abundancia das agoas do morro do Castello, não parece poder ficar duvida ao conselho sobre a existência de um lençol d'agoa em condições mais ou menos perfeitamente [sic] artesianas, sobre a probabilidade deste manancial: e finalmente sobre a conveniencia de bem o aproveitar, procedendo aos trabalhos próprios, para conseguir este fim de tanta utilidade publica, para a commodidade dos usos domesticos, para aformoseamento de alguns sitios da capital, para maior facilidade da limpeza das ruas, para refrescar, e tornar mais salubre a atmospheria, para emfim methodica, e promptamente poder acudir aos incendios.*³⁵⁵

Mas não ficavam por aqui as considerações favoráveis à concretização do projecto:

O projecto de construcções propostas para atalhar as agoas, parece ao conselho fundar-se em princípios de incontestável plausibilidade, e de facil execução; e de visível utilidade lhe pareassem as mesmas construcções, sendo emprehendidas e conduzidas com todo o necessario escrupulo.

*O expediente proposto para elevar a agoa ao largo de Santa Luzia, também ao conselho parece exequível, posto que o projecto não indique detalhes d'este trabalho (...)*³⁵⁶

Porém, há sempre um “mas” e nem tudo abonava à concretização do projecto. E, claro, esse “mas”, essas dificuldades que se perfilavam no horizonte, mais não eram que as normais limitações orçamentais. Vejamos pois a posição final do douto Conselho:

³⁵³ Ver Anexo 7 – XVIII.

³⁵⁴ P. J. Pezarat, *ibidem*, p. 20.

³⁵⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 21.

³⁵⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 28.

*(...) mas é certo que devendo elle [o projecto] consistir no jogo de maquinas de vapor, cujo serviço se calcula custar perto de 7 contos de rs. annualmente, não pode o conselho deixar de pensar, que é um grande sacrificio, que a camara municipal se impõe, alem do encargo que lhe hade resultar das avultadas sommas precisas, para levar a effeito todo o proposto systema de aproveitamento e distribuição de agoas. É verdade que no relatorio do mencionado engenheiro, sobre todo este objecto, se conta com um capital de 128 contos, que poderia produzir a venda de 128 pennas das agoas de que tracta, o que muito attenuaria aquelle sacrificio; ou ainda de muito maior somma, que poderia tirar se do destino de mais copiosas agoas, que espera, que se obtenham pela galeria de represamento; mas é uma hypothese que o conselho não se atreve, nem a aconselhar como provável de realisar-se, nem a desaprovar inteiramente.*³⁵⁷

Estas cautelas justificavam-se, porque, na opinião dos doutos conselheiros, era «(...) sempre difficil calcular sobre aquillo que ainda não está de modo algum experimentado entre nós, ou pelo menos que não o está desenvolvido, e que no presente caso depende de uma mudança nos habitos dos habitantes d'aquelle lado da cidade.»³⁵⁸ E, na verdade, tratava-se de mudar hábitos de raiz ancestral, o que, como sabemos, nem sempre é fácil.

Certo, é que nenhum das propostas apresentadas por Pezerat passaria do papel. Todavia, cerca de treze anos depois, já durante a vigência da 2.^a Companhia das águas, a ideia seria recuperada, embora com um projecto algo diferente do seu. Já não com a elevação das águas até ao largo de Santa Luzia, mas para o Reservatório da Verónica, a partir de uma estação elevatória a vapor, que viria a ser a primeira na cidade de Lisboa. Dela falaremos no próximo capítulo.

³⁵⁷ *Ibidem.*

³⁵⁸ *Ibidem.*

5. 1. O arranque do projecto

Criadas as condições para que a 2.^a Companhia das Águas pudesse funcionar com regularidade, logo a nova direcção procurou mostrar serviço. Se até aí, no que diz respeito ao aproveitamento das águas orientais, a Câmara nunca fora além dos projectos, a nova Companhia ansiosa por marcar pontos, quis desde logo tomar iniciativas de que resultasse «(...) obra de incontestável interesse público (...)»³⁵⁹

Começaram então de imediato «(...) as obras de elevação das “águas orientais” para o reservatório da Verónica (...)»³⁶⁰, apesar de estes trabalhos não constituírem uma obrigação contratual da Companhia³⁶¹. O projecto para este empreendimento fora, entretanto, já aprovado e, de acordo com este, tanto o Chafariz da Praia, como o tanque das lavadeiras que lhe era anexo, tinham os seus dias contados. O início das obras ditou o seu fim. No mesmo local seria construído o reservatório das águas a elevar³⁶².

A Câmara, habitual opositora da Companhia, colocou alguns entraves ao início dos trabalhos, persuadida que estava «(...) de que as águas do tanque das lavadeiras não pertenciam à Companhia»³⁶³. Por esta razão substancial se opunha a edilidade à demolição do tanque, apesar de, em sua substituição, a Companhia pretender construir outros quatro tanques em local a designar pela Câmara³⁶⁴.

Insatisfeita com esta demora motivada pela intervenção da Câmara, logo a Direcção da Companhia lançou um apelo ao «(...) Ministro, que, logo sanou o diferendo, encarregando o governador civil de Lisboa de, por intermédio do administrador do Bairro, tomar posse, em nome do Governo, das águas, aquedutos, reservatórios, poços e depósitos orientais da capital e de os entregar à Companhia das Águas.»³⁶⁵ Tendo tomado conhecimento da disposição governamental, a Câmara logo recuou nos seus propósitos obstrucionistas e decidiu entregar a posse do local, «(...) oficiando nesse sentido à direcção da Companhia e designando como seu representante

³⁵⁹ Luís Leite Pinto, *op. cit.*, p. 127 (nota 1).

³⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 127.

³⁶¹ *Cfr. ibidem*.

³⁶² *Ibidem*.

³⁶³ *Idem, ibidem*, p. 127.

³⁶⁴ *Cfr. ibidem*.

³⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 127.

A Estação Elevatória da Praia

no acto o vice- presidente Francisco Manuel de Mendonça – pelo que não se terá efectivado a intervenção do Governo Civil.»³⁶⁶

O projecto exigia ainda outros terrenos, para além dos ocupados pelo Chafariz da Praia e pelo referido tanque das lavadeiras; tratava-se de um terreno contíguo no qual a Alfândega Municipal procedia à pesagem do gado suíno vivo³⁶⁷. De acordo com Pinto Leite, «Tudo se resolveu sem dificuldade, pois esse local, conhecido pela designação de «mercado dos porcos», logo foi cedido à Companhia por portaria do Ministro da Fazenda (...)»³⁶⁸.

O projecto que agora ia ser colocado em prática para a elevação das águas orientais era do engenheiro Joaquim Nunes de Aguiar. Projecto urgente e expressamente recomendado pelo Ministério, logo foram demolidos o Chafariz e o tanque das lavadeiras para se dar início à construção da casa das máquinas, onde seriam instaladas as bombas hidráulicas a vapor. Foi o autor do projecto, o engenheiro Nunes de Aguiar, «(...) encarregado de se deslocar ao estrangeiro para escolher e ajustar aquelas máquinas.»³⁶⁹

A missão de Aguiar não terá sido fácil. Enquanto em Lisboa se insistia na «(...) necessidade de as “águas orientais” serem já elevadas na estiagem que se avizinhava (...)»³⁷⁰, Nunes de Aguiar apostava na importância maior de «(...) obter as melhores máquinas e fazer todos os trabalhos com perfeição tal que se ficasse ao abrigo de avarias graves ou de reparações demoradas.»³⁷¹ O construtor Farcot parecia ser aquele que melhores garantias de fornecimento oferecia; contudo, não conseguia facultar o equipamento dentro do prazo estabelecido pela Direcção da Companhia, que pretendia ter a Estação Elevatória a funcionar até 15 de Agosto desse ano de 1868. Nestas condições, foi o engenheiro Nunes de Aguiar instruído no sentido de se deslocar a Inglaterra, para ali encetar contactos com uma conhecida firma da época.

Mas, de acordo com Leite Pinto:

Antes de embarcar para Londres, foi Nunes de Aguiar a Ruão visitar o fabricante Scott e lá encontrou a primeira hipótese para a solução do problema nos termos ambicionados

³⁶⁶ *Ibidem.*

³⁶⁷ Cfr. *idem, ibidem*, p.127.

³⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 128.

³⁶⁹ *Ibidem.*

³⁷⁰ *Ibidem.*

³⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 129.

A Estação Elevatória da Praia

*pela Companhia: obrigava-se Scott a entregar em Lisboa, no dia 15 de Agosto, duas máquinas elevatórias da força necessária; eram no entender de Nunes de Aguiar, máquinas boas, que já tinham prestado as suas provas na Exposição Universal de Paris, dando água para o Trocadero, e que eram conhecidas em Lisboa, onde a casa Daupias as empregava a contento. Não valiam as de Farcot, nem mesmo as de Windsor, outro fabricante de Ruão, mas com estas não se podia contar, ainda por causa da delonga na entrega.*³⁷²

Ao custo anormal desta maquinaria, que era de 99 000 francos, seriam ainda acrescidos 6 800 francos, em resultado de algumas melhorias que Nunes de Aguiar pretendia ver introduzidas no equipamento. A urgência da Companhia aconselhava a que não houvesse hesitações e que se assinasse sem mais delongas o contrato com esta firma. Este era o parecer de Nunes de Aguiar, que no entretanto não se eximiu de ir até Inglaterra, cumprindo as instruções que recebera de Lisboa. Ficou então acordado com a firma Scott um prazo de seis dias para uma resposta definitiva³⁷³.

Em Inglaterra a situação não se desenrolou a contento dos anseios da Companhia. A empresa contactada não conseguia cumprir os prazos impostos e Nunes de Aguiar regressou a Ruão. Aqui regressado, «(...) não foi com a firma Scott que acabou por ajustar o fornecimento, mas sim com a de Windsor, cuja produção sempre considerara de qualidade superior.»³⁷⁴ Para tal, foi necessário alargar o prazo de entrega, tendo então ficado estabelecido que as máquinas e os seus acessórios, teriam que ser desembarcados em Lisboa até 5 de Setembro³⁷⁵.

*Eram duas as máquinas, cada uma das quais deveria elevar, em cada vinte e quatro horas, o volume de 1900 m³ de água à altura de 73 metros acima do reservatório de alimentação. Os construtores forneceriam também três caldeiras e todos os acessórios e sobresselentes indispensáveis, indicariam as características dos edifícios a construir pela Companhia e enviariam a Lisboa um montador que, por conta deles, orientaria a instalação até às experiências finais que haveriam de confirmar o préstimo da aquisição.*³⁷⁶

A garantia das máquinas, contra qualquer defeito de fabrico, seria de um ano, e o valor total do contrato seria de 100 000 francos, a pagar em quatro prestações. Os

³⁷² *Ibidem.*

³⁷³ Cfr. *idem, ibidem*, p. 129.

³⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 130.

³⁷⁵ Cfr. *Ibidem.*

³⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 130.

A Estação Elevatória da Praia

fabricantes assumiam ainda o pagamento de uma multa de 200 francos por cada dia de atraso em relação ao prazo estabelecido para a entrega das máquinas³⁷⁷. Mas a Companhia iria ainda mais longe no seu afã de cumprir os prazos e, por isso, «(...) tendo o contrato de fornecimento sido assinado em Paris a 30 de Maio, logo a 3 de Junho o engenheiro Aguiar, escrevendo já de Lisboa, propunha aos fabricantes, em nome da direcção, que eles recebessem um prémio por cada dia de avanço na entrega e sugeria que as duas máquinas não fossem montadas ao mesmo tempo, tratando-se mais rapidamente da instalação da primeira e suportando a Companhia as despesas complementares advenientes.»³⁷⁸

Assim, logo no dia 16 de Junho, a Companhia enviou à firma fornecedora uma lista de compensações a atribuir, caso os prazos de entrega e entrada em funcionamento das máquinas fosse antecipado. Mas, nem mesmo assim, tal aconteceu.

O tempo, num verão quente e seco, foi avançando com rapidez nesse ano de 1868. As obras arrastavam-se com lentidão, em particular a da casa das máquinas, obra que era dirigida por um tal Martin, enviado pela firma Windsor³⁷⁹. De acordo com Leite Pinto, a obra «(...) arrastava-se por tal maneira que era de admitir que o atraso fosse propositado, para que não se pudesse fazer reparo a que a primeira máquina ainda não tivesse sido enviada pelos fornecedores.»³⁸⁰

O nervosismo começou a instalar-se entre a direcção da Companhia, as pressões sobre Nunes de Aguiar subiram de tom, levando este a demitir-se da direcção das obras. Já depois da desta resignação, verificou-se que nunca seria possível as máquinas entrarem em funcionamento antes de meados de Outubro. Para além disso, também os custos da obra dispararam, «(...) sobretudo pela circunstância de não ter tido a Companhia tempo de as preparar com método e de as executar em condições normais.»³⁸¹ No relatório apresentado pela Direcção à 1.ª Assembleia Geral ordinária da Companhia, realizado em 30 de Outubro de 1868, podia ler-se:

Sobre o custo desta obra nada póde a direcção dizer por ora com segurança.

³⁷⁷ Cfr. *ibidem*.

³⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 130.

³⁷⁹ Cfr. *Relatório da Direcção e seus documentos e Relatório da Comissão Fiscal. Gerencia da Companhia desde a sua instalação, em 2 de Abril, até 9 de Outubro de 1868 – Assembleia Geral dos Accionistas de 30 de Outubro de 1868 da Companhia das Águas de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 8.

³⁸⁰ Luís Pinto Leite, *op. cit.*, p. 131.

³⁸¹ *Ibidem*.

A Estação Elevatória da Praia

O orçamento primitivo feito por conta do governo, era de 64:600\$000 réis.

Em uma conferencia, que o presidente da direcção teve com o sr. Aguiar em 19 de Abril, declarou este senhor que as obras podiam fazer-se em quatro mezes, mas haviam de custar em alguns capitulos mais 30 por cento, pelo menos, do orçamento primitivo.

As primeiras arrematações de materiais fizeram-se por preços tão vantajosos, que a direcção chegou a acreditar que não lhe seria preciso exceder a somma orçada.

Mas alguns dos arrematantes faltaram, e a direcção foi forçada a pagar materiaes e conducções por altos preços.

Variaram tambem as quantidades dos materiaes, que em alguns artigos excederam muito as do orçamento.

E sobre tudo a circumstancia das obras começarem, sem a companhia ter tido tempo de preparar e organizar com antecedência os seus meios de direcção e execução, influiram poderosamente no custo da obra.

Crê por isso a direcção que a despeza subirá a noventa ou cem contos de réis.³⁸²

Poderíamos pois falar em inépcia organizativa: deixemos, porém, a palavra a Leite Pinto, certamente mais capaz de o fazer: «Somente viriam elas [as obras] a custar muito mais do que o previsto, sobretudo pela circunstância de não ter tido a Companhia tempo de as preparar com método e de as executar em condições normais.»³⁸³ Porém, não parecia estar a Direcção alarmada com esta derrapagem dos custos porquanto afirmava no mesmo relatório que acima citámos:

E no entretanto a agua, que d'esta obra ha vir ao abastecimento de Lisboa, será a mais barata de todas as actualmente aproveitadas.

As aguas livres, que custaram sommas fabulosas, forneciam em abril ultimo 50 anneis, baixaram depois, na maxima estiagem, a 29.

As aguas da natiga companhia, que, abatendo mesmo a despeza da canalisação de ferro de Lisboa, que reputaremos commum, não custaram menos de 600:000\$000 réis, forneceram na mesma epocha entre 51 e 27 anneis.

As aguas do aqueducto das Francezas, que custaram 254:000\$000 réis, forneceram apenas entre 13 e 7 anneis.

³⁸² Relatório da Direcção e seus documentos e Relatório da Comissão Fiscal Gerencia da Companhia desde a sua instalação, em 2 de Abril, até 9 de Outubro de 1868 (...), pp. 10-11.

³⁸³ Luís Pinto Leite, *op. cit.*, p. 131.

A Estação Elevatória da Praia

*E abençoados serão portanto aquelles 100.000\$000 réis se nos permittirem elevar, como esperámos, 60 a 70 anneis de boa agua, até hoje desaproveitada e perdida.*³⁸⁴

Será caso para dizer que com o mal dos outros... O que é certo é que mesmo com este acréscimo de despesa, a 30 de Outubro de 1868, data da primeira Assembleia Geral ordinária, ainda a Estação Elevatória não tinha sido inaugurada³⁸⁵. Em abono da acção da direcção, porém, sempre se podia argumentar com «(...) um pavoroso incêndio nos armazéns da Alfândega, onde a Companhia alugara umas dependências para a guarda do material e ferramentas das obras [que] viera agravar o sensível atraso (...)»³⁸⁶ que já se registava na prossecução do empreendimento³⁸⁷.

Não conseguimos apurar a data de inauguração da estação elevatória mas sabemos que, em 1869, esta já funcionava em pleno, merecendo o seguinte comentário num documento anexo ao relatório anual pela Direcção, no ano seguinte:

As obras do bairro oriental são reconhecidamente, até ao dia de hoje, o mais valioso emprehedimento da companhia. Sem terem a importância dos grandes trabalhos do Alviella; sem poderem considerar-se como parte d'essa obra monumental, e que deve ser o nosso primeiro empenho, como é o nosso primeiro dever; são todavia um precioso incidente, um valiosissimo accessorio da nossa empreza, cujas vantagens largamente retribuem as despezas, que por ellas tivermos de supportar.

*Mas essa importante obra póde hoje dizer-se concluída, com êxito felicissimo. As experiencias a que já se procedeu, e a que a comissão fiscal assistiu, acompanhado do engenheiro do governo, asseguram-nos de sua cabal realisação. O perfeito acabamento e barateza relativa dos trabalhos, a abundancia de aguas que obtivemos, e o moderado custeio do serviço pessoal e das machinas, tão largamente productivas, convencem-nos de que foi feliz este comettimento, e a sua execução dirigida com a maior intelligencia e zelosa economia.*³⁸⁸

³⁸⁴ Relatório da Direcção e seus documentos e Relatório da Comissão Fiscal. Gerencia da Companhia desde a sua instalação, em 2 de Abril, até 9 de Outubro de 1868 (...), pp. 11-12.

³⁸⁵ Cfr. Luís Pinto Leite, *op. cit.*, 132.

³⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 132.

³⁸⁷ O relato desta ocorrência foi apresentado pela Direcção à Assembleia-geral da Companhia. Ver Anexo 8 – XXV.

³⁸⁸ «Documento n.º 6» in Relatório da Direcção e seus documentos e Relatório da Comissão Fiscal. Outubro de 1869 – Assembleia Geral dos Accionistas de 30 de Outubro de 1869 da Companhia das Águas de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869, pp. 38-39.

5. 2. Declínio e queda

Até à construção da Estação Elevatória dos Barbadinhos, teve o Recinto da Praia, nome porque ficou conhecido o conjunto do reservatório e estação elevatória, o seu momento de apogeu. Com a entrada em funcionamento daquela, em 1880, a sua boa estrela começou a apagar-se. Durante mais alguns anos a estação continuou a operar como reserva ao sistema dos Barbadinhos, mantendo ainda alguma da sua anterior importância. O advento da má-fama das águas orientais, acabaria por fazer com que o recurso a essas águas fosse cada vez mais diminuto. A estação elevatória acabaria mesmo por deixar de funcionar e as máquinas vendidas para o ferro-velho. Resta hoje no local apenas o antigo guincho, que o arquitecto que remodelou o edifício para nele se instalar o Museu do fado entendeu deixar ali ficar.

O edifício foi depois utilizado como oficina, armazém de ferramentas e equipamentos e mais tarde como refeitório. Depois do 25 de Abril de 1974, serviu durante alguns anos como sede local de um partido político.

Em 1990, a *Associação do Património e da População de Alfama* elaborou um processo com vista à classificação do edifício,

nomeadamente do seu corpo principal, que mantinha a sua traça original e continuava a pertencer à EPAL, sugerindo a sua transformação num núcleo do Museu da Água, já que, na opinião daquela Associação, não fazia sentido

(...) perspectivar um Museu de Água de Lisboa, sem nele integrar como seu núcleo fundamental o Bairro de Alfama. E nenhum edifício poderá representar melhor essa importante



Figura 69

A Estação Elevatória da Praia

fatia da história do abastecimento de água à cidade de Lisboa que o Reservatório da Praia.

Com a sua construção no século XIX, a cidade reencontrou-se com a sua história.

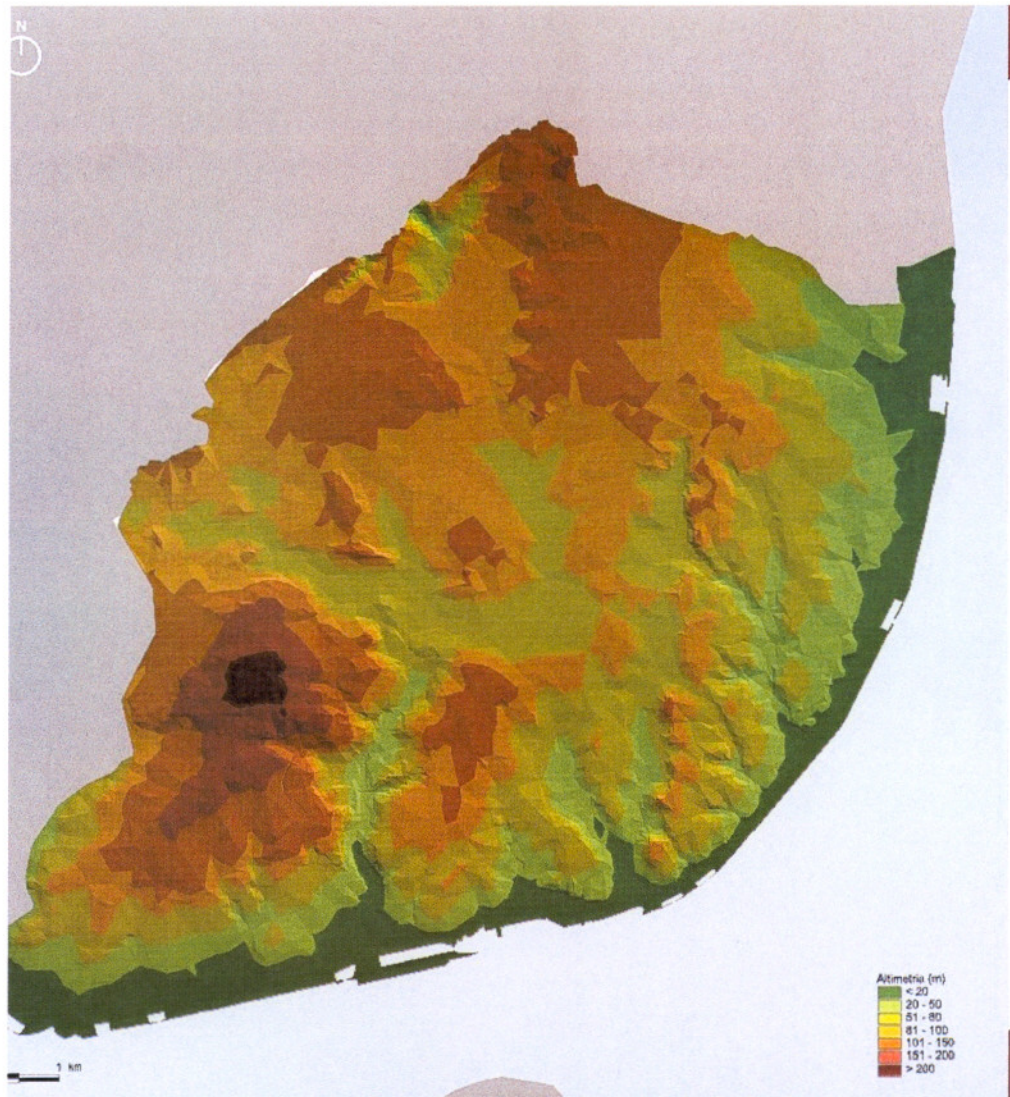
Depressa, no entanto, a abandonou. Com a valorização deste edifício, Lisboa terá de novo, a oportunidade de se reencontrar consigo mesmo.³⁸⁹

Infelizmente, estas palavras não encontraram eco nas entidades oficiais. O edifício lá está agora com nova função: alberga o museu do Fado, inaugurado a 25 de Setembro de 1998, um projecto promovido pelo Pelouro de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa.



Figura 70

³⁸⁹ *Recinto da Praia – Processo de Classificação*, Lisboa, Associação do Património e População de Alfama, Maio de 1990.



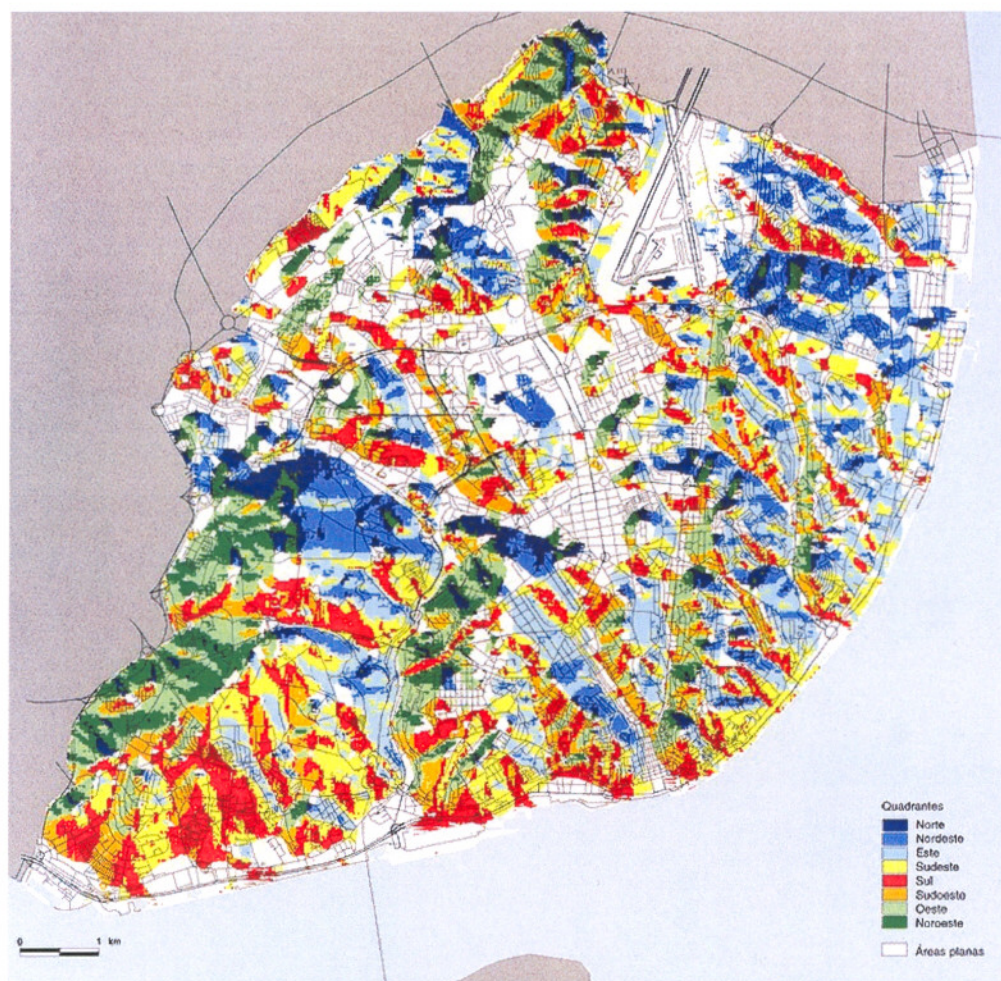
ALTIMETRIA – 3 DIMENSÕES

(in *Lisboa em Mapas. Informação Geo-referenciada*, Lisboa,
Câmara Municipal de Lisboa, 2001)



ALTIMETRIA – DECLIVES

(in *Lisboa em Mapas. Informação Geo-referenciada*, Lisboa,
Câmara Municipal de Lisboa, 2001)



ALTIMETRIA – EXPOSIÇÃO DE VERTENTES

(in *Lisboa em Mapas. Informação Geo-referenciada*, Lisboa,
Câmara Municipal de Lisboa, 2001)



Planta n.º 44 (a localização dos pontos de água é da responsabilidade do autor), in Atlas da Carta Topográfica de Lisboa: sob a direcção de Filipe Folque: 1856 – 1858, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2000.



Planta de Alfama – Lisboa, 2007

ANEXO 2

CHAFARIZES DE LISBOA

-

PASSADO, PRESENTE E ...

Espalhados por Lisboa, os chafarizes, que tão importantes foram na vida da cidade, apresentam hoje visíveis sinais do abandono a que têm sido votados. Esquecidos pelas entidades que têm o dever de zelar pelo nosso Património mas também pelos lisboetas, neles, a ruína faz o seu caminho: o fim parece inevitável, aguardando apenas que o seu nome se junte ao rol dos que não resistiram à voragem do camartelo e que, pelos motivos mais diversos, foram sendo destruídos.

Não se pretende aqui fazer a história ou levantamento de todos esses chafarizes. Temos por objectivo tão-só recordar alguns deles que, pela sua imponência e, nalguns casos, também pela sua degradação, mereceram a nossa atenção.

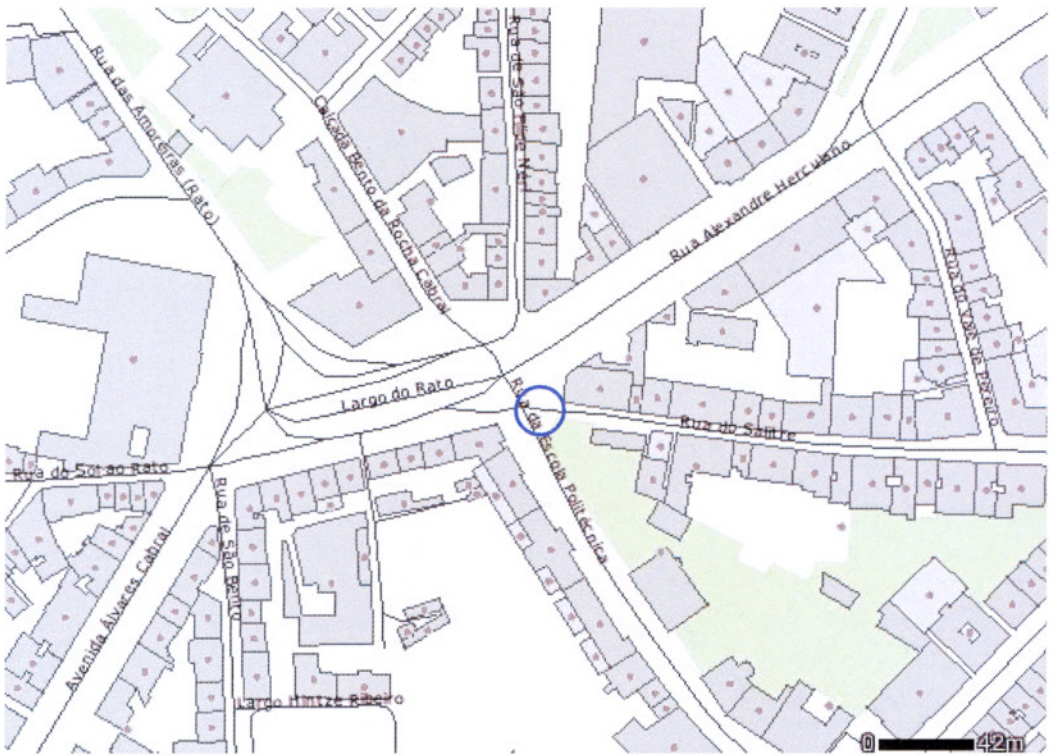
Terminaremos esta breve apresentação, recuperando a lembrança de alguns chafarizes que já desapareceram e que apenas são recordados pelas imagens das representações que deles se fizeram.

Este é o caso dos chafarizes do Loreto, demolido, de acordo com Vieira da Silva, entre 1853 ou 1854; da Estrela, derrubado para a construção da via para os carros eléctricos; das Amoreiras, desmantelado em 1855, e do Caes do Tojo, cuja data de destruição hoje se desconhece, mas terá sido no último quartel do século XIX.

Partamos, pois, ao encontro dos nossos chafarizes esperando que o seu futuro possa ser mais radioso que o seu melancólico presente.



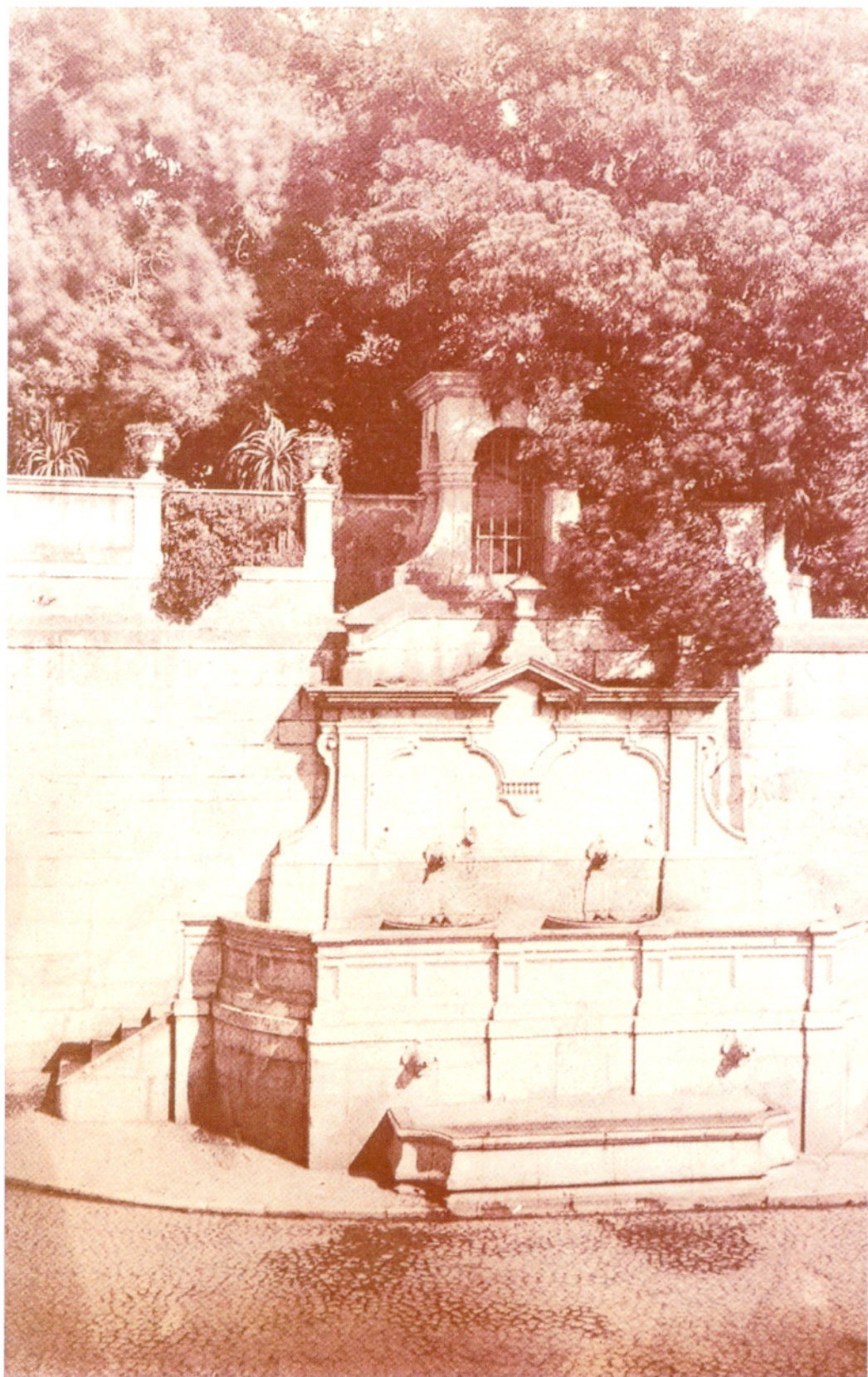
CHAFARIZ DO RATO



Mapa de Localização
<http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>



Vista aérea do Largo do Rato
<http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>



*Chafarizes Monumentais de Lisboa. Rato, Lisboa,
Museu da Água da EPAL, s.d..*



Foto do autor, Abril de 2006

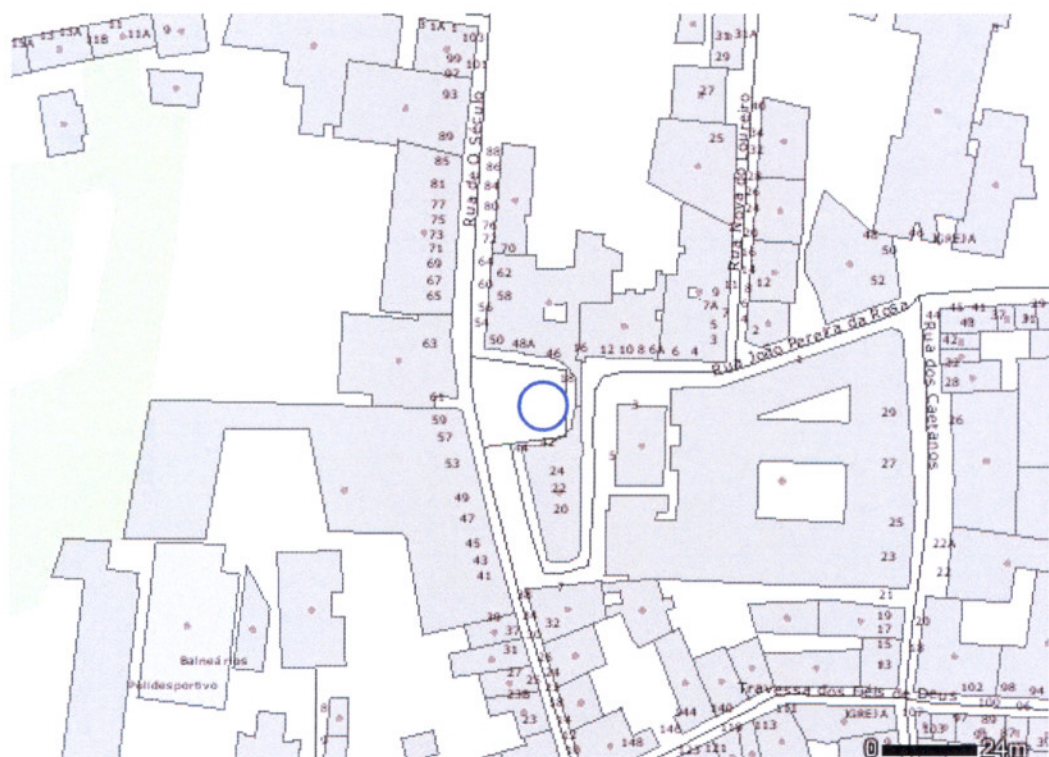


Foto do autor, Abril de 2006



Foto do autor, Abril de 2006

CHAFARIZ DA RUA DO SÉCULO



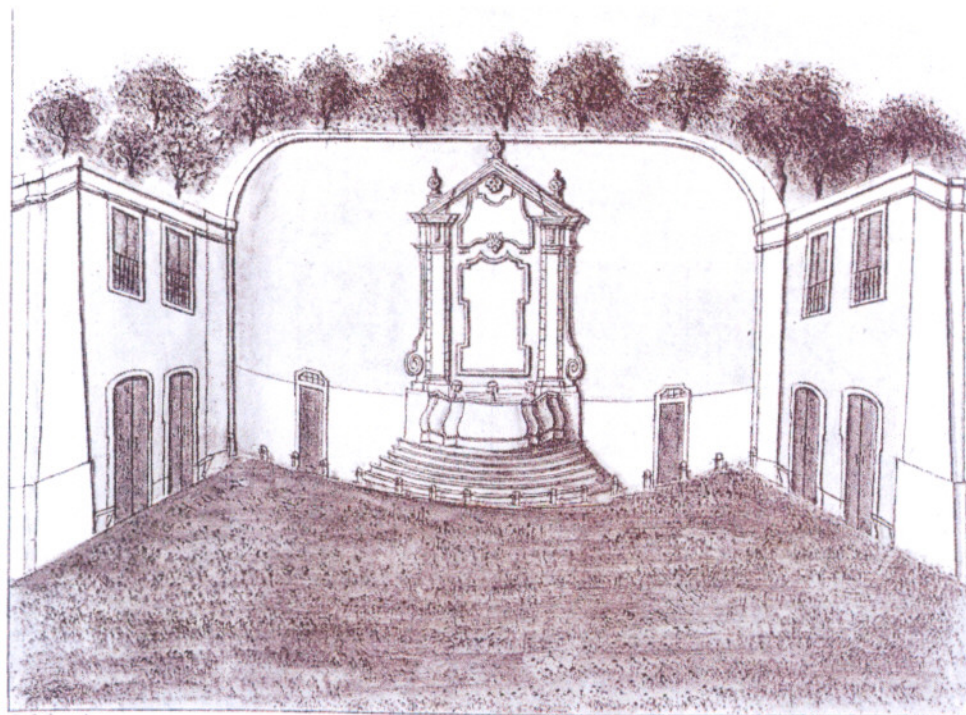
Mapa de Localização

<http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>



Vista aérea da Rua do Século

<http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>



N.º CHAPARIS DA RÊA FORMOSA.

in Irisalva Moita (dir. e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*.
Catálogo de exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990,
Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 222 e p. 259.

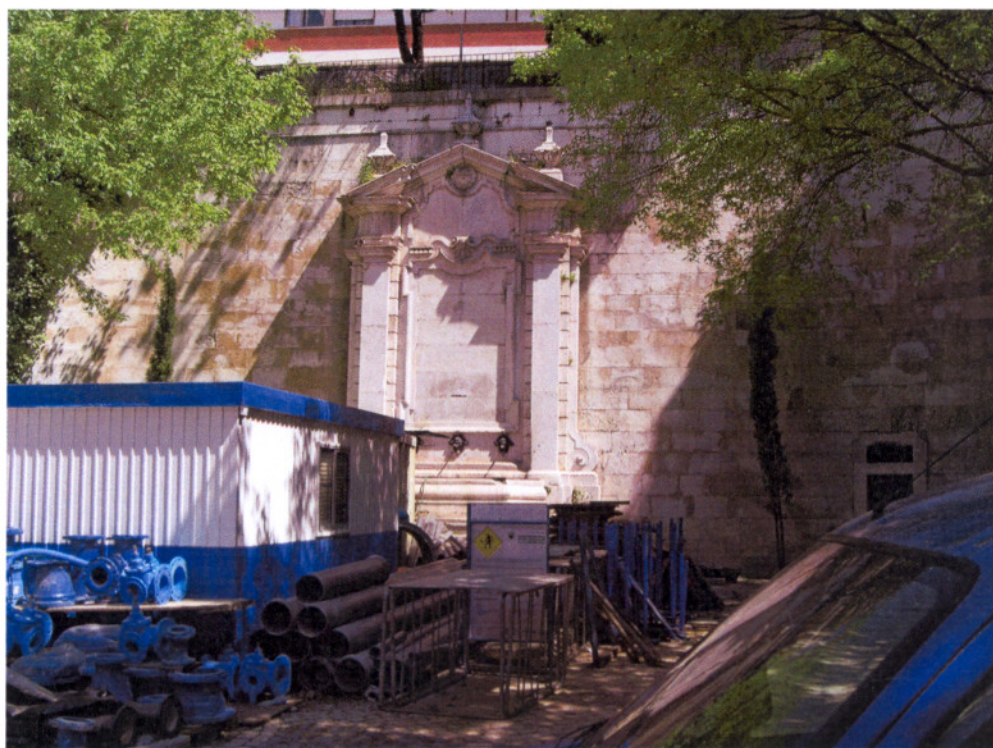


Foto do autor, Lisboa, Abril de 2006



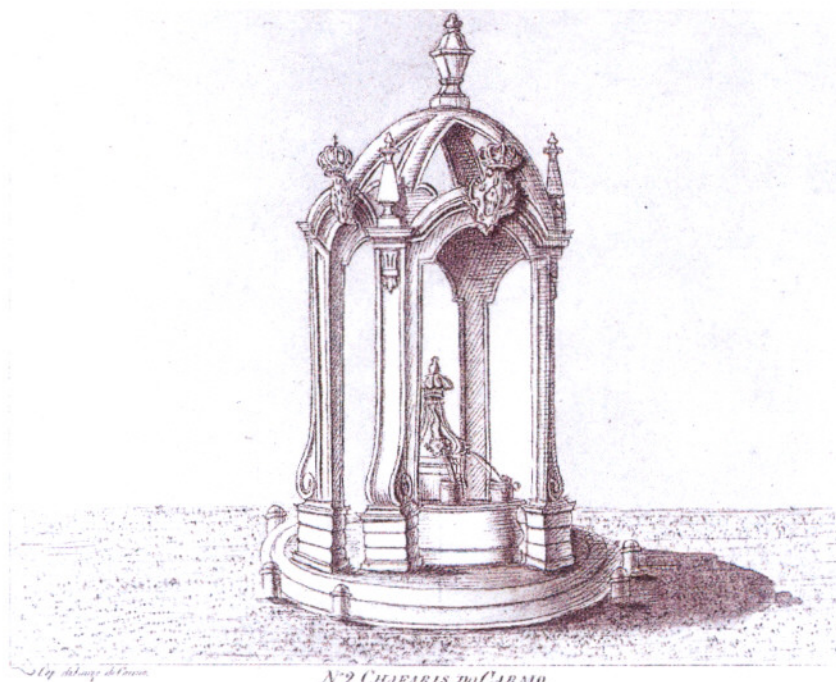
Foto do autor, Lisboa, Abril de 2006



Foto do autor, Lisboa, Abril de 2006



Foto do autor, Lisboa, Abril de 2006



in Irisalva Moita (dir. e org.), D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa.
Catálogo de exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990,
Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 222 e p. 232.



Foto do autor, Lisboa, Março de 2007



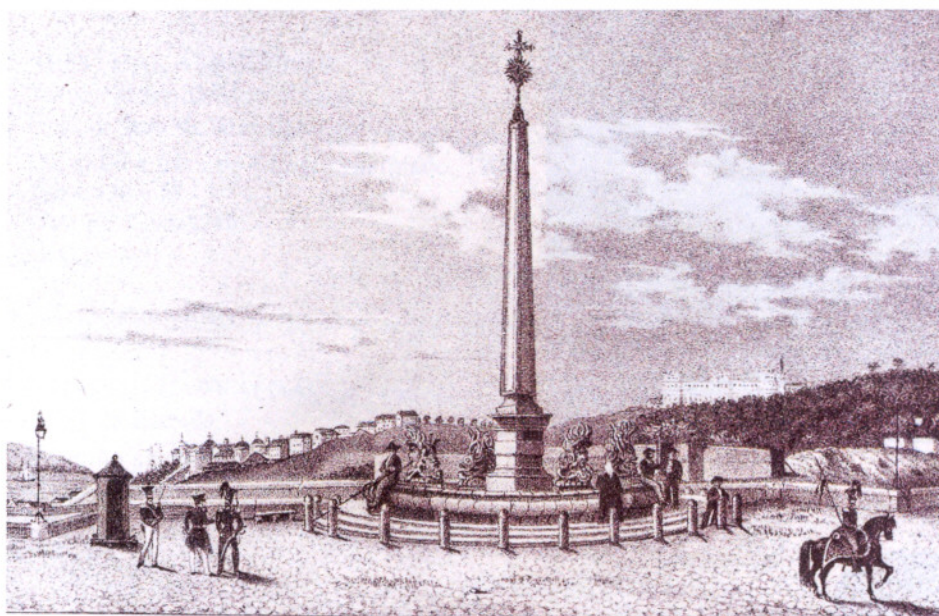
Foto do autor, Lisboa, Março de 2006



Foto do autor, Lisboa, Março de 2006



Foto do autor, Lisboa, Março de 2006



Chafariz das Necessidades em Lisboa.

in Irisalva Moita (dir. e org.), D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa.
Catálogo de exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990,
Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, pp. 218-219.



Foto do autor, Lisboa, Março de 2007



Foto do autor, Lisboa, Março de 2006



Foto do autor, Lisboa, Março de 2006

CHAFARIZ DA PRAÇA DA ARMADA

Mapa de Localização
<http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>



Vista aérea da Praça da Armada
<http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>



Foto do autor, Lisboa, Março de 2007



Foto do autor, Lisboa, Março de 2006



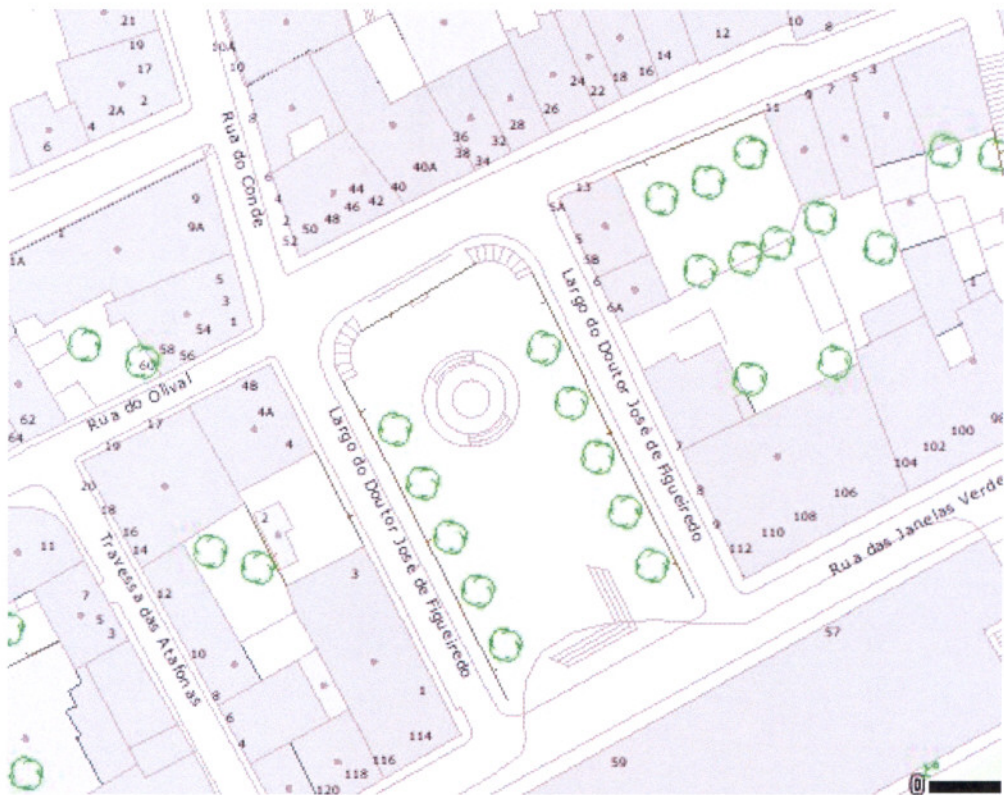
Foto do autor, Lisboa, Março de 2006



Foto do autor, Lisboa, Março de 2006



Foto do autor, Lisboa, Março de 2006

CHAFARIZ DA JANELAS VERDES

Mapa de Localização
<http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>



Vista aérea do Chafariz das Janelas Verdes
<http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>



*Chafarizes Monumentais de Lisboa. Janelas Verdes, Lisboa,
Museu da Água da EPAL, s.d..*



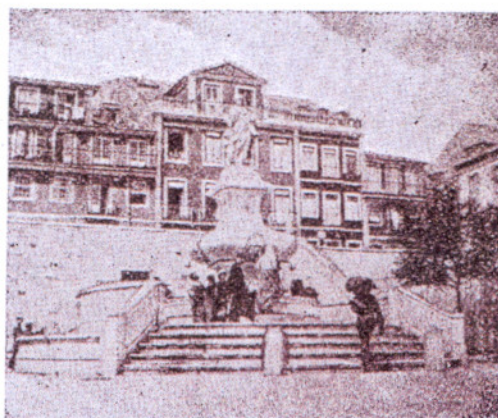
Foto do autor, Lisboa, Março de 2007



Foto do autor, Lisboa, Março de 2007



Foto do autor, Lisboa, Março de 2007



Chafariz das Janellas Verdes

in Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal, Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heráldico, Numismático e*

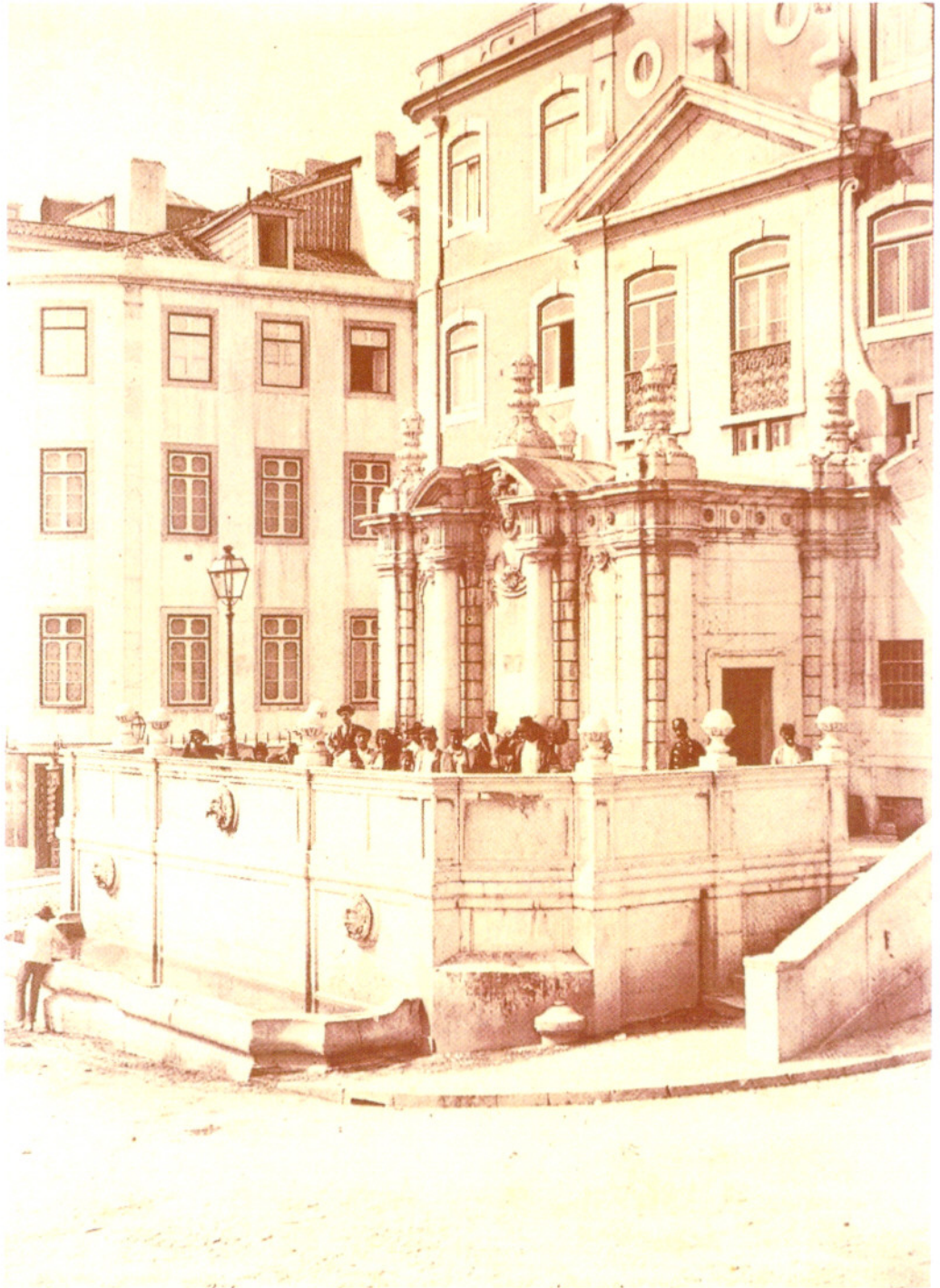
CHAFARIZ DA ESPERANÇA



Mapa de Localização
<http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>



Vista aérea do Chafariz da Esperança
<http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>



*Chafarizes Monumentais de Lisboa. Esperança, Lisboa,
Museu da Água da EPAL, s.d..*



Foto do autor, Lisboa, Março de 2007



Foto do autor, Lisboa, Março de 2007



Foto do autor, Lisboa, Março de 2007



Foto do autor. Lisboa. Março de 2007



Foto do autor, Lisboa, Março de 2007



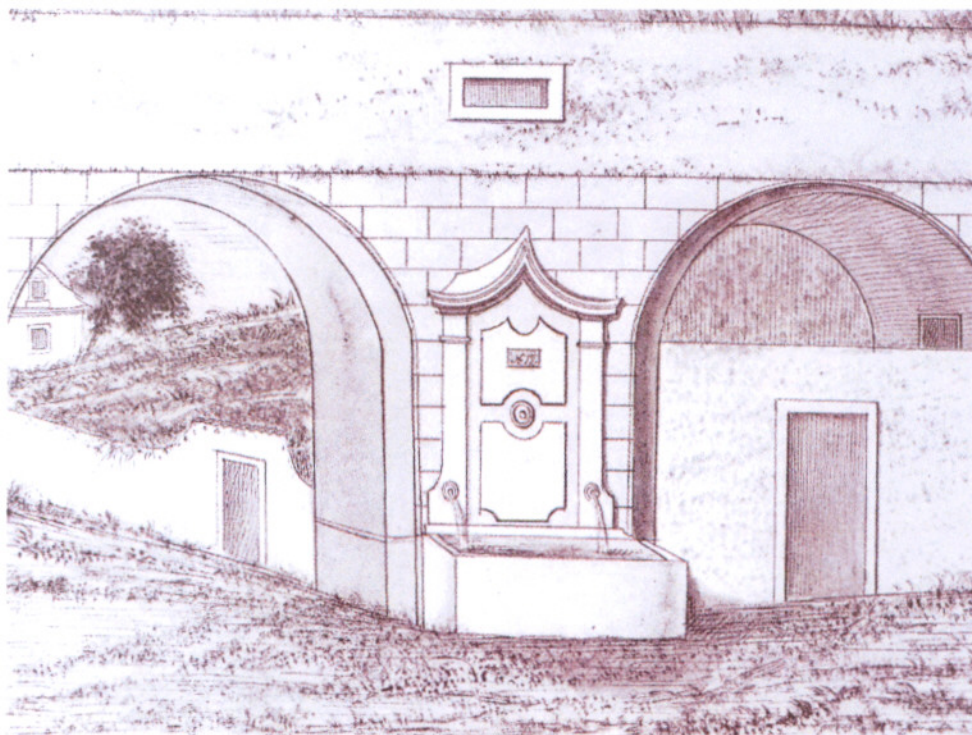
Foto do autor, Lisboa, Março de 2007

CHAFARIZ DA RUA DO ARCO A S. MAMEDE

Mapa de Localização
<http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>



Vista aérea da Rua do Arco a S. Mamede
<http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>



Cop. da mesma Rua.

N.º 12. CILIAEALIS DA RUA DO ARCO.

in Irisalva Moita (dir. e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*.
Catálogo de exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990,
Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 224 e p. 236.



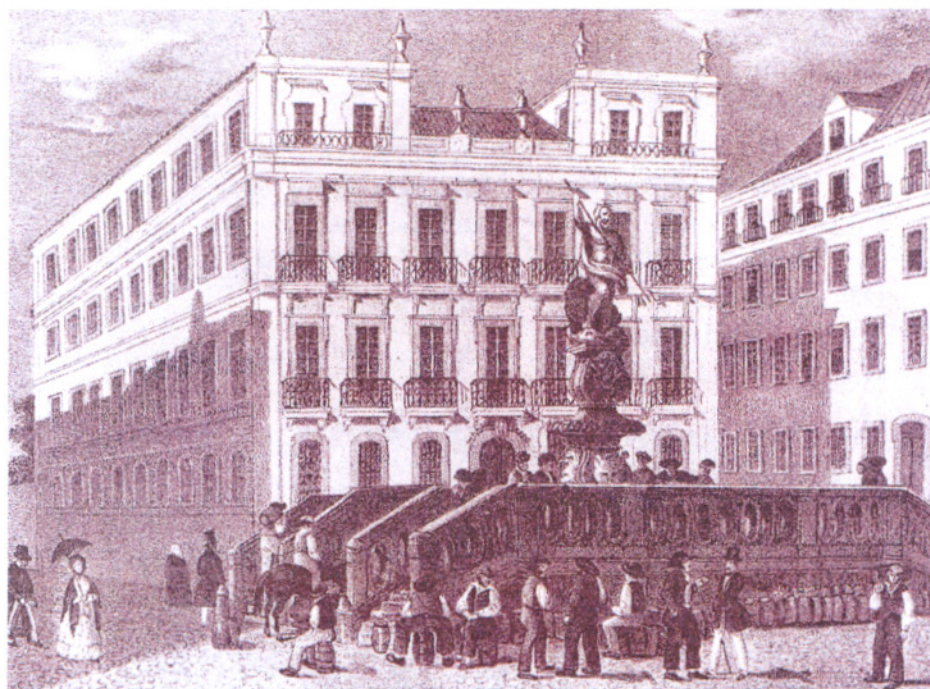
Foto do autor, Lisboa, Abril de 2006



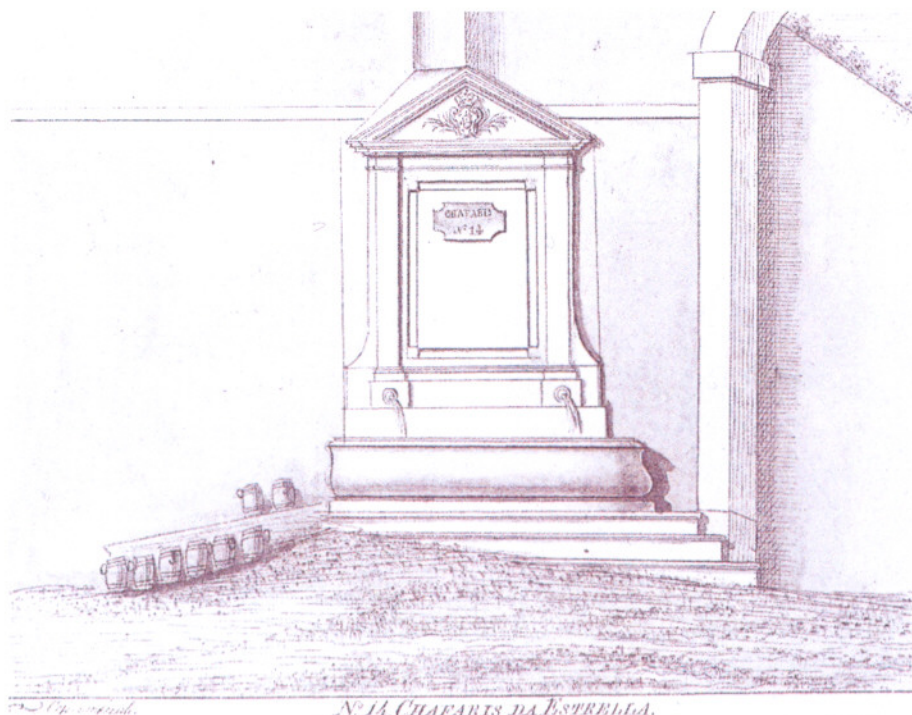
Foto do autor, Lisboa, Abril de 2006



Foto do autor, Lisboa, Abril de 2006

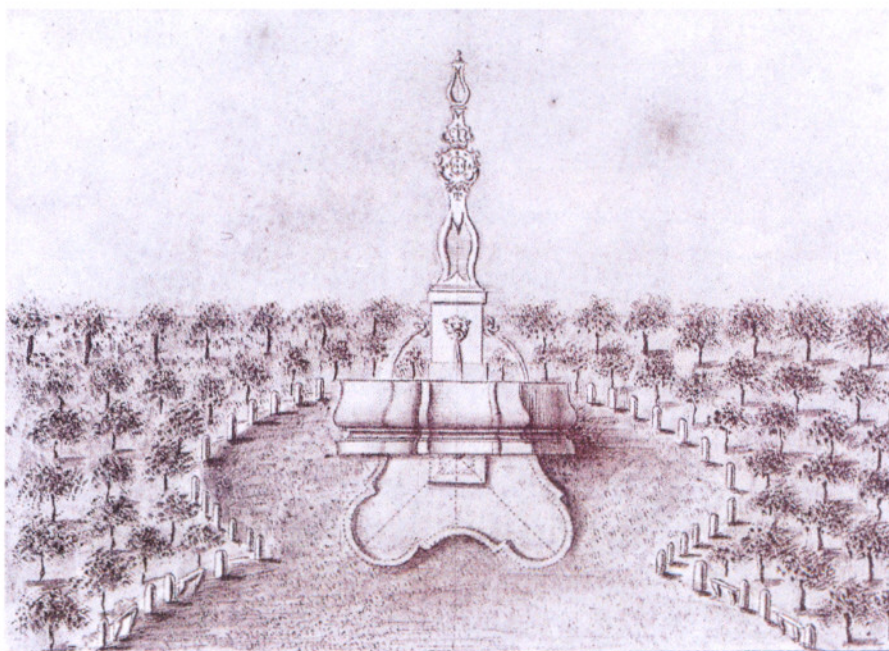
CHAFARIZ DO LORETO

in Irisalva Moita (dir. e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*.
 Catálogo de exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990,
 Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 217-218.

CHAFARIZ DA ESTRELA

N. 13. CHAFARIZ DA ESTRELLA.

in Irisalva Moita (dir. e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*.
 Catálogo de exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990,
 Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 224 e p. 237.

CHAFARIZ DAS AMOREIRAS

Des. e grav. de Lourenço de Gusmão

N.º CHAFARIZ DAS AMOREIRAS.

in Irisalva Moita (dir. e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa.*
 Catálogo de exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990,
 Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 224 e p. 275.

CHAFARIZ DO CAES DO TOJO

Des. de Lourenço de Gusmão

N.º CHAFARIZ DO CAES DO TOJO.

in Irisalva Moita (dir. e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa.*
 Catálogo de exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990,
 Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 223 e p. 262.

ANEXO 3

DECRETO

de 22 de Dezembro de 1852.

in Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo pela Camara Municipal de Lisboa: Sobre o abastecimento d'aguas na Capital por meio de empreza: Segundo as bazes estabelecidas no Decreto de 22 de Dezembro de 1852, Lisboa, Imprensa Silviana, 1853.

DECRETO

de 22 de Dezembro de 1852.

Tomando em consideração o relatório dos Ministros e Secretarios d'Estado de todas as Repartições: Hei por bem Decretar o seguinte.

Art.º 1.º E' authorisado o Governo a contractar, em concurso publico, o fornecimento das aguas precisas para consumo da Capital. O concurso durará não menos de quarenta dias.

Art.º 2.º A quantidade de agua potavel, que a empresa deverá fornecer, será, pelo menos, o dobro da que actualmente se consome.

Art.º 3.º A licitação versará sobre o preço da agua, o qual não poderá exceder a dez réis por cada trez almudes.

Art.º 4.º A empresa deverá levar a agua ao domicilio dos habitantes, por meio de um systema de conductores ou encanamentos.

Art.º 5.º A empresa deverá manter em perfeito estado de conservação os actuaes encanamentos e chafarizes, ou outros quaesquer, que se lhes substituam, para serviço de quem nelles quizer continuar a prover-se.

Art.º 6.º Nenhuma empresa será admittida a licitar, sem deposito prévio de dez contos de réis em metal, ou do valor correspondente em bonds da divida externa, ou inscripções da Junta do Credito publico, considerados pelo valor do mercado.

Art.º 7.º Para garantia do contracto, a empresa depositará dentro de quatro mezes, contados da data do mesmo contracto, duzentos e cincoenta contos de réis em bonds da divida externa, ou em inscripções da Junta do Credito publico. Se o deposito se não ve-

*

— 6 —

rificar no praso marcado, o contracto ficará nullo, e o deposito prévio ficará pertencendo ao Estado.

Art.º 8.º O Governo poderá conceder á empresa a introducção, livre de direitos, das machinas, tubos, ferro, utensilios, instrumentos, e quaesquer outros objectos necessarios para complemento das obras.

Art.º 9.º Igualmente poderá o Governo estipular com a empresa a concessão de terrenos publicos ou municipaes para construcção de cisternas, reservatorios, e quaesquer outras obras hydraulicas.

Art.º 10.º A empresa, durante o tempo do contracto, terá o uso fructo do aqueducto, e depositos das Aguas-Livres, nascentes, ramaes, tanques, e chafarizes; e bem assim o das aguas dos rios, ribeiras, regatos, poços, equaesquer outras que existem no dominio publico, sem prejuizo dos direitos adquiridos sobre essas aguas.

Art.º 11.º Igualmente terá a empresa o direito de cobrar summariamente o prego das aguas; sendo as dividas, provenientes desta origem, equiparadas, para todos os effeitos, ás dividas pela renda das casas.

Art.º 12.º A mesma empresa será considerada nacional para todos os fins do seu contracto, seja qual fôr a naturalidade dos empregarios, regulando-se pelas leis destes reinos, e sujeitando-se ao julgamento dos tribunaes constituídos.

Art.º 13.º O Governo não poderá celebrar o contracto por maior espaço do que vinte annos, findos os quaes poderá adquirir todo o material da empresa que faz objecto do contracto.

Art.º 14.º O Governo dará conta ás Côrtes das disposições contidas no presente Decreto. = Os Ministros e Secretarios d'Estado de todas as Repartições assim o tenham entendido, e façam executar. Pago das Necessidades, em vinte e dous de Dezembro de mil oito centos cincoenta e dous. = RAINHA. = *Duque de Saldanha.* = *Rodrigo da Fonseca Magalhães.* = *Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.* = *Antonio Aluizio Jervis da Atouguia.*

ANEXO 4

REPRESENTAÇÃO

dirigida a Sua Magestade a Rainha.

(8 de Janeiro de 1853)

E

REPRESENTAÇÃO

dirigida á Camara dos Senhores Deputados em 1852.

in Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo pela Camara Municipal de Lisboa: Sobre o abastecimento d'aguas na Capital por meio de empreza: Segundo as bazes estabelecidas no Decreto de 22 de Dezembro de 1852, Lisboa, Imprensa Silviana, 1853.

REPRESENTAÇÃO

dirigida a Sua Magestade a Rainha.

SENHORA. — Em data do 1.º de Março de 1852, apresentou o Governo de Vossa Magestade ao Corpo Legislativo um Projecto de Lei, a fim de lhe ser concedida auctorisação para contractar, em concurso publico, o fornecimento das aguas precisas para consumo da Capital: a Camara Municipal, em desempenho de seus deveres, considerando serem altamente nocivas ao municipio as bases do mencionado Projecto, dirigio á Camara dos Senhores Deputados (ultimamente dissolvida) em data de 12 do mesmo mez uma representação, em que expunha ponderosas rasões para serem devidamente avaliadas: succede porém que em data de 22 de Dezembro findo appareceu reduzido a Decreto o mesmo Projecto; o mesmo, porque apenas em um artigo se encontra differença de redacção, sem que se altere uma unica das suas bases essenciaes; como pois o negocio não mudou, e subsistem os fundamentos d'aquella representação, esta Camara tem a honra de a levar por copia á presença de Vossa Magestade, a fim de que, á vista do que n'ella se pondera, e do mais que agora pede licença para accrescentar, se digne ordenar que o Governo de Vossa Magestade não faça uso da auctorisação concedida no dito Decreto.

Senhora, o fornecimento abundante de aguas n'esta Capital foi sempre um dos principaes cuidados dos Senhores Reis de Portugal, do Senado da Camara, e das Camaras Municipaes: é a estes cuidados, e ao dinheiro do Povo, que se devem esse grandioso monumento das Aguas-Lyres, os diversos chafarizes disseminados pela Cidade, e a agua que os alimenta: sem que para isso hajam concorrido esforços de companhia alguma. Para o augmento d'essa agua, em

— 9 —

verdade minguada para as necessidades do municipio, é que varios especuladores tem apparecido a pedir a concessão de formar companhias; mas todos os Governos tem sobre esses projectos ouvido as Camaras Municipaes, e o resultado ha sido a negação, e o reconhecimento dos males que d'ahi procederiam; males que hão de resultar da execução do Decreto, como a Camara Municipal respeitosamente passa a demonstrar.

No Decreto se estabelece que a quantidade de agua potavel, que a empreza deverá fornecer, será, pelo menos, o dobro da que actualmente se consome; se isto tem referencia ao tempo da carencia della no estio, esse dobro não é bastante para abastecer a Cidade completamente; e para provar esta asserção basta attender aos motivos expendidos no Relatorio, que precede o Decreto: se tem referencia ao resto do anno, para isso é escusada empreza, porque as nascentes que fornecem aguas ao aqueducto e chafarizes, são abundantissimas, e em tal quantidade, que muita porção se lança fóra.

A disposição que póde promover sympathias a favor do Decreto, é a que determina que a licitação, versará sobre o prego da agua, o qual não poderá exceder a dez réis por cada trez almudes, equivalente a cinco réis o barril: de verdade, ao primeiro intuito, e sem profundar a materia, parece nada haver mais vantajoso; mas uma séria reflexão, acompanhada de espirito investigador, persuade o contrario.

A empreza é obrigada a levar a agua ao domicilio dos habitantes; mas de que fórma? Quando o empresario Antonio Bacon tentou a auctorisação para estabelecer uma companhia com o fim de abastecer a Cidade de agua potavel, no numero das suas condições, vinha tambem a de a conduzir, por meio de canos, ás casas, e aos logares onde quer que se carecesse della; mas sendo chamado á Camara para dar explicações (porque a Camara foi ouvida) declarou que a agua seria posta á porta das casas; mas não levada aos diversos andares d'ellas: se esta fór a intelligencia dada ao Decreto, nesta parte nada explicito, terá o Cidadão de pagar o transporte desde a porta da rua até ao andar em que habitar, o que nunca será menos de

— 10 —

cinco réis por barril; por tanto já cada um fica por dez réis, preço porque hoje se vende em grande parte do anno: nem se objecte que qualquer creado póde fazer esse serviço; porque quem tem creado, ou creados para isso, não é por certo quem compra agua; e quem, sendo menos abastado, se ajusta com fornecedor mensal, accumula-lhe o desempenho de outros serviços diários, o que tudo attendido fica-lhe a agua por muito menor preço.

Accresse a isto uma outra consideração; o municipio, para os objectos sabiamente mencionados no Relatório do Decreto, e para outros mais ahí omissos, carece de avultada quantidade de agua; e como poderá obtê-la? Pagando-a á companhia por grossas sommas; e estas d'onde hão de sahir? Do suor do Povo, de contribuições sobre os habitantes da Capital: ora, meditando-se n'esta verdade de pura intuição, conhecer-se-ha que o preço da agua, bem calculado, fica muito mais caro do que hoje custa. Poderá dizer-se, que á companhia se impõe o dever de manter em perfeito estado de conservação os actuaes encanamentos e chafarizes, ou outros quaesquer que se lhe substituam *para serviço de quem n'elles quizer continuar a prover-se*; e que em consequencia ninguem é obrigado a comprar agua á empresa; esta consideração, quando se admittisse, destruia a utilidade da concessão do privilegio; e suggere uma outra idéa, que não tem contrariedade: se a agua que existe é pouca, e se gasta toda, com especialidade no verão; se a empresa ha de conservar os chafarizes para quem nelles se quizer provêr; e por tanto não lhes ha de diminuir a quantidade d'agua, que é do costume terem; se as mesmas sobras d'esses chafarizes por Decretos reaes, e por contractos solemnes, estão adjudicadas a varios concessionarios; e outras pertencem ao uso dos lavadouros publicos; não tem explicação plausivel a concessão do uso fructo d'essas mesmas aguas, e o facto de as arrancar á administração municipal: o dilêma é terminante, se a companhia se aproveitar das aguas existentes, não póde conservar os chafarizes no mesmo estado para o fornecimento publico; e se estes tem de ser igualmente providos, não póde a companhia ter o uso fructo de aguas, que lhe é impossivel apro-

— 11 —

veitar: tenha pois o uso fructo das aguas que explorar ou conduzir, sem prejuizo de terceiro; tenha o uso dos aqueductos para por elles conduzir essas aguas tanto quanto elles comportarem; mas não se prive o municipio d'uma propriedade sagrada, qual é o uso fructo das aguas que o mesmo Decreto diz, que fiquem para os usos do publico.

Os argumentos comprobativos da carestia do preço, reforçam-se com a idéa de que muitos particulares, e muitos estabelecimentos de industria hão de carecer de agua em grande quantidade; e a que preço lhes ficará cada penna?

Até hoje, Senhora, que todos lamentámos a carencia d'agua, circumstancia que deve elevar o preço, uma penna d'ella, vendida e conduzida ao domicilio do Cidadão, quando muito, tem custado, *inclusivè* preço e despeza, 1:500\$000 réis, (cumprindo notar que muitos as tem obtido por menos de metade) áquella quantia corresponde o juro, a 5 por cento, de 75\$000 réis; e uma penna d'agua, calculada segundo o preço designado no Decreto, custa por anno 243\$333 réis, que é o juro de um capital de 4:866\$660 réis. Eis aqui, Senhora, a grande barateza porque os habitantes da Cidade terão agua em abundancia!

Imagine-se porém (hypotheticamente) que o preço indicado no Decreto é de summa vantagem, e de barateza tal, que ninguem mais mande prover-se d'agua a um chafariz; em tal caso a companhia a virá a applicar quasi toda aos usos do publico; e a quanto monta a somma do capital com que ella, desta fórma, vai ser dotada? As Aguas-Livres no tempo de maior escacez dão trinta e seis anneis e meio d'agua, mas no tempo de abundancia chegam a dar mais de quatrocentos anneis; e as fontes principaes do bairro oriental medem de dezoito a vinte e dous anneis; por tanto, por mais que se rebaixe o termo medio, forçosamente ha de resultar uma quantidade tal, que, vendida ao preço declarado no Decreto, monte a muito mais de 200:000\$000 réis annuaes, correspondentes ao capital de 4:000:000\$000 réis (isto sem fallar da agua dos pogos potavel e salobra, que são em grande quantidade); e se se quizer formar o calculo pelo custo do aque-

— 12 —

ducto, depósitos, tanques, chafarizes, e aguas, no valor de réis 5:561:981\$600, além da mãe d'agua velha, e das nascentes do bairro oriental, que são as mais abundantes, ainda muito mais avulta; desta fórma reconhecer-se-ha que á companhia se vai de prompto entregar por vinte annos, e talvez eternamente, o uso fructo de um capital de muitos milhões de cruzados: na verdade nunca em Portugal existio companhia alguma que apresentasse mais largas dimensões.

Para melhor se avaliar a exactidão desta asserção bastará o seguinte calculo: depois de Lisboa plenamente abastecida d'agua póde estimar-se, sem exageração, que cada habitante (attentas todas as necessidades particulares, publicas, e municipaes) o menos que gastará serão dous almudes de agua por dia, o que produz 500:000 almudes, egual a 20:000 pipas, ou 2:500 penhas, que segundo o preço do contracto devem render 608:332\$500 réis juro, computado a 5 por cento, correspondente ao capital de 12:166:650\$000 réis, mais de trinta milhões de cruzados; e neste calculo não entra o grande incremento de população, e o grande desenvolvimento da industria que os caminhos de ferro devem trazer á Capital: suppondo que a companhia gastava cinco milhões, no fim dos vinte annos, além desse capital, teria embolgado mais vinte e cinco milhões, e ainda havia de receber o valor do seu material; porque, sem o pagar, o Governo não o poderia adquirir!!! E quem pagaria essas enormissimas sommas? O municipio de Lisboa! Senhora, como Rainha justa e benigna, affaste de cima d'elle tão espantoso vexame, tão enorme monopolio.

Se os argumentos expendidos são de sobra para levar a evidencia da nocividade do contracto ao animo de Vossa Magestade, a Camara não resume nelles tudo quanto tem a dizer: ainda ha mais; e nada dirá que superfluo seja.

O Relatorio do Decreto especifica algumas necessidades municipaes, para que se carece de avultada porção de agua; e muitas mais se acham mencionadas na Representação, que esta Camara no anno passado levou á Camara dos Senhores Deputados, e neste leva á presença de Vossa Magestade; mas esses motivos, longe de favorecerem as disposições do Decreto, são os mes-

mos que provam quanto ellas são prejudiciaes, porque nelle não se exime o municipio de pagar pelo preço designado a agua de que carecer. Para satisfazer a essas necessidades a quanto não montará o preço daquella que a Camara terá de pagar? E onde irá ella buscar esta enorme somma, quando os seus rendimentos são tão diminutos, que não chegam para o costeamto da administração ordinaria em estado imperfeito, o que tem dado occasião a um grande empenho, que peza no seu cofre?

Não basta, Senhora, reconhecer-se uma grande necessidade; é necessario calcular bem se o remedio, que se tenta, será peor que o mal, que se soffre: além disso é necessario minuciosamente investigar, se com menores sacrificios se podem obter os desejados resultados: este tem sido um dos principaes cuidados da Camara; e ella póde asseverar a Vossa Magestade, que em dez mezes de sua gerencia um só momento se não tem deslembrado d'elle; esta asserção não fica reduzida a vãs palavras, póde traduzir-se em factos reaes. Logo no principio da sua administração mandou proceder a minuciosos e scientificos exames sobre o encanamento das aguas das Francezas em Carnachide, e bem assim ao respectivo orçamento; mas, como se achasse ligada por um contracto feito pela Camara anterior com Mr. Lebois, ao qual faltava a approvação do Conselho de Districto, a este remetteu tudo; e o negocio ainda não está dicidido: todavia ainda que a Camara considerasse este objecto como importante, reconhecendo que d'ali não podia vir á Cidade o abastecimento necessario, curou de dar impulso a novas tentativas; e com prazer declara que hoje tem dous projectos sufficientes para o completo fornecimento de agua na Capital; e que, attenta a sua grandeza, não demandam grossos capitaes; projectos esses que estão desenvolvidos em plantas levantadas, e minuciosos relatorios.

Um tem por fim o aproveitamento das aguas do bairro oriental de Lisboa, que são em grande abundancia; e a elevação d'ellas por meio de maquinas por vapor a um deposito d'onde se ramifiquem para differentes logares; este projecto, depois de levantado e discripto pelo Engenheiro da Camara Mr. Pezerat, foi mandado examinar por uma Commissão Scientifica,

— 14 —

que apresentou o seu parecer, e a Camara o mandou publicar, para que todas as pessoas intendidas neste ramo emittissem a sua opinião, e a esclarecessem, o que se póde vêr no Diario do Governo de 11 de Novembro.

O outro projecto é egualmente de grande alcance, e consiste em construir duas grandes conservas d'agua na Ribeira de Carenque; os maravilhosos resultados d'esta concepção estão desenvolvidos na respectiva memoria; e desta fórma, teremos para o abastecimento de Lisboa uma quantidade de agua seis vezes maior que a actual; sendo aliás bem diminutas as despezas a fazer.

Em prova disto tem esta Camara a honra de levar á Augusta presenca de Vossa Magestade os projectos, que mandou confeccionar pelo seu Engenheiro, e são propriedade da Camara, para que Vossa Magestade não só se digne mandar examina-los, mas confronta-los com as proprias plantas, que se acham no seu Archivo.

Senhora, quando as cousas estão n'estas circumstancias, quando o completo abastecimento d'aguas se antolha de tão facil e prompta acquisição, será conveniente ir sacrificar a especuladores avaros o producto de tantos milhões de cruzados, a riqueza natural das aguas do Bairro d'Alfama, e todas as diligencias até aqui feitas? Hão de as Aguas-Livres para todo o povo, que as remio com o seu suor, passar gratuitamente para as mãos dos monopolistas?

Tem aqui perfeito cabimento uma outra consideração; as obras, que a empreza emprehender para exploração de aguas, podem causar diminuição nas aguas das nascentes que fornecem o aqueducto, e com especialidade nas que fornecem os chafarizes, e tanques do bairro oriental: e é muito natural, se não certo, que n'esse bairro façam atalhamentos, como a Camara tem em vista, para aproveitar a totalidade dos grandes mananciaes, que até aqui tem estado em despreso; e sendo assim, no fim dos vinte annos a quem pertencerão essas aguas? Não dirá a empreza que são acquisição sua, que não estavam no dominio publico, e que por tanto lhe deve ser pago esse incalculavel valor? E não virá neste caso o municipio, ou o Governo, a pagar aquillo mesmo que era já propriedade d'aquelle?

Que se conceda a qualquer empresa a faculdade de adquirir novas aguas, e introduzi-las em Lisboa, de as distribuir pelos moradores, e levar-lhas ao domicilio, é por certo de grande interesse, e não póde encontrar resistencia alguma, ainda mesmo que se lhe conceda a faculdade de vender a agua a seu arbitrio; mas pretender dar gratuitamente, por vinte annos, a uma empresa, o que custou ao povo tão avultadas sommas; dar-lhe os grandes mananciaes do bairro oriental, para este povo, a Camara Municipal, e os mesmos estabelecimentos publicos lh'a hirem de novo comprar, é o que a Camara, em nome, e por interesse do municipio que representa, não póde deixar de supplicar a Vossa Magestade, que se não faça, e que affaste do povo esse flagello do monopolio das aguas, que será sem duvida o mais descuminual de quantos tem existido em Portugal. A insistencia com que varios especuladores, ha muitos annos, constantemente não tem cessado de solicitar a concessão de uma tal empresa, seria, se outras não houvessem, a prova cabal da asserção enunciada.

A Camara estremece, e não póde deixar de assustar-se com uma tal idéa; nem isto são vãs apprehensões: quando ella considera os grandes prejuizos que tem resultado ao municipio do inconsiderado contracto feito com a companhia de illuminação a gaz; quando se recorda de que depois do estabelecimento d'essa companhia, esta tem estado em hostilidade com todas as Camaras, e tem zombado das exigencias de todas ellas; quando imagina que para alcançar a Camara aquillo mesmo que é expresso no espirito e letra do contracto sempre encontra injusta resistencia, não póde deixar de tremer com a simples idéa de companhias monopolisadoras: e se tal é o fructo dellas quando, como aquella, apenas empregam os proprios fundos, recresce o argumento na do monopolio das aguas, que, em magnitude, não admite comparação alguma; e á qual, segundo o Decreto, se vai entregar desde logo o valor de muitos milhões.

Em fim, Senhora, a Camara pondera que se fôr auxiliada, e auctorizada legalmente para levar á execução os planos mencionados, não só espera alcançar recursos para isso; mas tem fé que d'ahi lhe ha de pro-

vir um grande augmento de suas rendas: a municipalidade de Paris obtem uma grande renda da sua fonte Artesiana de Grenelle, não obstante as suas águas serem impregnadas de cinzas vulcanicas, e aquella Cidade ser cortada pelo Sena: enormes sommas póde alcançar a municipalidade de Lisboa, sem gravame dos seus moradores; sommas que não irão parar aos cofres do monopolio, nem se escoarão para o estrangeiro, mas serão empregadas nas necessidades, e commodos do municipio, no engrandecimento da Capital: as Camaras Municipaes são meras administradoras, não auferem lucro pessoal, e o que colhem do municipio, reverte ao municipio; a antithese desta verdade verifica-se nas emprezas.

Em presença de razões tão ponderosas, a Camara, em nome do municipio que representa, confia em que Vossa Magestade (ouvindo se julgar mister o seu Conselho d'Estado) ordene que o Governo não faça uso da auctorisação concedida no Decreto, ao menos em quanto não fôr approvedo pelo Corpo Legislativo, que attenderá ás conveniencias dos povos, e aos dictames da justiça.

Deus Guarde a Vossa Magestade, por muitos e dilatados annos, como todos havemos mister. Camara 8 de Janeiro de 1853. = Como Presidente, *Alberto Antonio de Moraes Carvalho*. = *João de Mattos Pinto*. = *Aniceto Ventura Rodrigues* = *Francisco Antonio Marques Giraldes Barba*. = *José dos Reis e Sousa*. = *Domingos Ferreira Pinto Basto*. = *Antonio Esteves de Carvalho*. = *Manoel Sabustiano Damasceno Monteiro*. = *Giraldo José Braamcamp*. = *Conde de Rio Maior*. = *Visconde de Fonte Arcada*. = *Raymundo José Pinto*. = *Christovão Carneiro d'Andrade*. = *Manoel Marcelino Lourenço*.

REPRESENTAÇÃO

dirigida á Camara dos Senhores Deputados em 1852.

Senhores Deputados da Nação Portugueza. = A Camara Municipal de Lisboa, tendo pela imprensa conhecimento da proposta de lei, apresentada pelo Go-

— 17 —

verno de Sua Magestade á Camara dos Senhores Deputados, concernente á authorisação para contractar o fornecimento das aguas precisas para o consummo da Capital, considéra dever sagrado de sua missão vir representar os justos motivos, que a fazem crêr, que graves e damnosos males resultarão ao municipio, se uma similhante proposta viesse a ser adoptada. Não deixou a Camara Municipal de ponderar, que, sendo a Camara actual dos Senhores Deputados composta de summidades abalisadas, e de intelligencias esclarecidas, era por sem duvida superfluo apresentar-lhe quaesquer considerações sobre objecto, que ella tinha de examinar, e decidir, com allumiado raciocinio, e madura prudencia; mas a Camara Municipal, na qual, por immerecida avaliação, o municipio tem depositadas bastantes esperanças, quando por fallencia de meios não possa realisa-las, ha, ao menos, de mostrar (quanto lh'o permittir a contrahida esphera da sua intelligencia), que não lhe faltam vida, energia, e desejos; e assim não podia, nem devia ficar silenciosa sobre um objecto de tanta magnitude. Eis o motivo, que a compellio a dirigir-vos esta representação.

A Camara Municipal tem a declarar preliminarmente, que, supposto boas rasões podessem persuadi-la a sustentar direitos de competencia, firmados no direito escripto desde longas eras, e com especialidade na Carta Constitucional, art.º 133.º, que confere ás Camaras Municipaes o governo economico e municipal das cidades, e villas, todavia ella encara a questão de um ponto mais elevado; reconhece a palpavel utilidade, que deve resultar de um fornido abastecimento de aguas na Capital; reconhece a insufficiencia de seus mesquinhos recursos para leva-lo a effeito, sem que avultados auxilios lhe fossem ministrados pelo Governo, e decretados pelo Poder Legislativo; e, dando maior consideração ao bem do municipio, que á gloria propria, não suscita questão de competencia, mas sómente questão de interesse e utilidade: faça-se o bem; mas um bem positivo e real, e não um bem ephemero, e apparente, que, levando desaperebidamente enxertado o germen de um monopolio ruinoso, escravise (talvez perpetuamente;) o ramo das aguas, em verdade o mais consideravel do municipio.

— 18 —

O Governo, reconhecendo a utilidade manifesta, senão necessidade absoluta, de dotar a Capital de um beneficio, reclamado por todos, e em todos os tempos, levado de um sentimento patriótico, e de uma louvável ambição de gloria, e renome, usando da iniciativa, apresentou essa proposta de lei; olhou a magnitude, o tamanho, a grandeza do pensamento; e a Camara Municipal, compenetrada das boas intenções do Governo, está certa que elle só curará de sustentar esse pensamento, e não o modo, que propõe, de o levar a effeito; pois que, sujeitando este á analyse do raciocinio, e purificando-o no cadinho da discussão, ha de reconhecer-se, que elle seria de fataes consequencias, de incalculaveis prejuizos: assim, debaixo do protesto de consideração, deferencia, e respeito para com o Corpo Legislativo, e para com o Governo, passa a desenvolver suas considerações sobre alguns artigos da proposta, que sirvam de base para pedir a sua regeição, ou a sua alteração.

Se a utilidade de ser o fornecimento das aguas feito por intermedio de uma empreza fosse proposição demonstrada, e ponto decidido, não se podia hesitar sobre ser o concurso publico uma disposição de garantia contra os inconvenientes da clandestinidade; e a consignação della na proposta revéla as boas intenções da parte do Governo; porém, nesse supposto, o prazo do concurso (marcado no art.º 1.º) parece nimiamente limitado, para poder attrahir a este qualquer empresario, ou companhia estrangeira, de que se faz menção no art.º 12.º: ninguem se apresenta a licitar, sem que primeiro procêda a minuciosos exames sobre a facilidade, ou difficuldade da empreza; sem que levante plano da obra; sem que organise orçamento provavel dos fundos, que tem de empregar; sem que faça calculo dos interesses a esperar; e, para tudo isto, o prazo designado recente-se de extrema curtêza, o que seria um obstaculo á concorrência estrangeira.

A Camara Municipal porém não pôde reconhecer vantagem alguma em que o abastecimento das aguas da Capital seja entregue a empresario, ou companhia; nem basta dizer, que se obtenha o fim sem escolha de meios: de bom grado conviria se applicasse á hypothese esse principio, se não antevisse as rui-

— 19 —

nosas consequencias, que haviam de seguir-se. Cumpre notar, que o fim de qualquer empreza será sempre colhêr a maior somma de lucros possível, e nunca fomentar o bem do municipio, que nos seus calculos só póde entrar como elemento de proveito: por tanto, se fosse possível (que não é;) no fim do prazo estipulado para a duração do contracto, que a Camara Municipal, ou mesmo o Governo, entrasse immediatamente no uso, e administração das aguas, e de todos os reservatorios, e conductores, em que ruinoso estado deixaria ella, a empreza, todas essas obras? Nem se poderá objectar, que esse damno está garantido no deposito, mencionado no art.º 7.º da proposta, porque, além de ser facil attribui-lo á mão do tempo, acresce, que, no art.º 5.º, sómente se obriga a empreza a manter, em perfeito estado de conservação, os actuaes encanamentos, e chafarizes, e outros quaesquer, que se lhes substituam; mas não aquelles encanamentos, e mais obras, que a empreza fizer, tanto para a introdução de maior volume de agua, como para a levar ao domicilio dos habitantes; ficando-lhe por tanto a liberdade de acintosamente os damnificar, ou destruir; se isso poder favorecer os seus calculos interesseiros, para renovação do privilegio.

A Camara Municipal, todavia, não vê consignada na proposta essa idéa, de que o municipio, ou a nação, no fim do prazo estipulado, infallivelmente entrará no usufructo das aguas, e de todas as obras de deposito, e conducção; vê, sim, no art.º 13.º, definido o prazo de vinte annos para a duração do contracto; mas nota as palavras — findos os quaes, póderá (o Governo) adquirir todo o material da empreza, que faz o objecto do contracto —; porém, em quanto não adquirir esse material, ha de o Governo espoliar a empreza da propriedade delle, sem previa indemnisação? Ha de impedi-la, antes disso, de colhêr os lucros do emprego dos seus capitães? Certo que não: e donde virão então as avultadissimas sommas, em que póde, e deve, importar o material da companhia? Teremos a certeza, ou pelo menos a esperanza, de que, decorrido esse tempo, as finanças tenham melhorado a ponto de que consintam fazer-se esse grande desembolço? Tudo é possível: mas o estado da divida pu-

— 20 —

blica, interna, e externa, o *deficit* progressivo nos orçamentos; a necessidade vital de abrir vias de comunicação em todo o reino, e com especialidade as grandes estradas de ferro; a urgencia de lançar vistas compassivas, politicas, e civilisadoras para as nossas possessões ultramarinas, onde cumpre enterrar grossos cabedaes, que, devolvidos tempos, hão de converter-se em mananciaes perennes de avultada riqueza, tudo faz persuadir que, no fim de vinte annos, a nação não estará habilitada (e talvez nunca o esteja;) para fazer a aquisição desse material, que a companhia (se o seu interesse o exigir) tratará de elevar a grossas sommas, com obras superfluas, e dispendiosas: e, nesta supposição, a consequencia logica é, que teremos uma companhia com o monopolio eterno das aguas, e com um gravame (sem termo) para os habitantes do municipio; gravame, que avulta com as considerações, que se hão de fazer sobre o art.º 10.º

No art.º 2.º da proposta se diz, que a agua potavel deverá ser elevada, pelo menos, ao dobro da, que actualmente se consome: a Camara Municipal não insiste em ponderar, que conviria que a designação da qualidade (uma das circumstancias mais essenciaes) não ficasse circumscripta á lata significação da palavra — potavel —: mas não póde dispensar-se de ponderar: primeiro, que não se especifica, que esse augmento deve ser calculado no tempo de maior estio; e segundo, que não vê aqui estabelecido o prazo, dentro do qual, a empreza sería obrigada a fornecêr esse dobro; e é facil conhecer os inconvenientes d'esta lacuna, e os abusos a que daria logar. Authorisada, pelo seu contracto, a usar, e fruir a agua existente, e os encanamentos, e conductores já feitos, ella tractaria de explorar essa mina de lucros immediatos, sem se dar pressa a fazer os grandes desembolços, que demanda o augmento da agua, pelo menos ao dobro; e, se ella nunca tractasse de cumprir esse dever, o deposito, por minguido, não podia garantir os prejuizos. Estes inconvenientes só bem se salvam determinando, que a empreza só terá o usufructo da agua, encanamentos, e chafarizes existentes, desde o momento, em que ella verificar a introducção do dobro della na Cidade.

O art.º 3.º facilita a intelligencia de que a licita-

— 21 —

ção só versará sobre o preço da agua: a Camara Municipal concébe immensas hypotheses, em que póde set maior o preço, e serem muito mais vantajosas para o municipio as condições; e limita-se a apontar aquella, em que se estipulasse, que, no fim do prazo, todo o material ficaria sendo propriedade do municipio, sem paga alguma, havendo sufficiente garantia para a indemnisação das damnificações nas obras feitas, e a fazer.

O art.º 4.º dá fundamento a algumas reflexões: diz elle, que a empresa deverá levar a agua ao domicilio dos habitantes; não se designa se terá obrigação de a levar aos diversos andares, occupados por diversos habitantes; se bastará pô-la no liminar de cada casa; mas, dando pouca valia a esta duvida, não póde deixar de dar-se muita a outras, a saber: — Em quanto tempo cumprirá a empresa esse dever? Em que bairros, em que ruas, em que casas porá ella a agua? Se este vacuo indefinido ficar ao alvedrio da empresa, ella o irá enchendo á medida do seu interesse, que será sempre o regulador das suas obras.

No art.º 9.º encontra a Camara Municipal alguma dureza em que se faça a concessão de terrenos municipaes, sem a sua intervenção; até porque, não ficando ella inhibida, por essa proposta, da attribuição que lhe concéde o Codigo Administrativo, art.º 123.º, §. 6.º, póde dar-se a contingencia de alienações encontradas.

O art.º 10.º é de todos o que dá mais fundamentos a sérias, e ponderosas considerações: por elle se concede á empresa, durante o tempo do contracto, não só o usufructo do aqueducto, e depositos das aguas livres, nascentes, ramaes, tanques, e chafarizes, mas tambem o usufructo das aguas dos rios, ribeiras, regatos, poços, e quaesquer outras, que existam no dominio publico, sem prejuizo dos direitos adquiridos sobre essas aguas; ora, não se limitando esse usufructo ao das aguas, introduzidas unicamente para o consumo da Capital, segue-se, que, estejam onde estiverem, ninguem, que não tenha já direitos adquiridos, se poderá dellas servir para uso, ou mister algum, sem que primeiro contracte com a empresa; e que grandes males daqui não podem provir ao municipio, e bem as-

— 22 —

sim á industria agricola, e fabril? A Camara Municipal faz justiça ao Governo de acreditar, que esse não foi por certo o seu pensamento; mas a generalidade, em que se acha concebido o artigo, presta-se a esta intelligencia, e d'ella resultaria um monopolio odioso, que sería sempre olhado com indignação.

Demais, infeudado na empreza o uso das aguas, e não sendo ella obrigada senão a conservar os chafarizes actuaes, ou outros quaesquer, que se lhes substituem, para se continuar a prover n'elles quem quizer, quem fornecerá de futuro a grande quantidade precisa para obras, e estabelecimentos de necessidade, de utilidade, e de recreio, e embelezamento da Cidade, e municipio? A Camara Municipal actual, e subsequentes, quando, e segundo seus recursos lh'o permitirem, hão de querer levar agua a todas, ou á maior parte das ruas, a fim de estabelecer-se um facil, e completo systema de irrigação, tão necessario, com especialidade nas macadamisadas, e na estação calmosa, e a fim de occorrer de prompto, e com proficuidade á extincção dos incendios; hão de querer estabelecer casas para banhos publicos; hão de querer estabelecer mercados em varios pontos da Cidade, tão reclamados para commodidade dos habitantes, visto serem em tão diminuto numero os existentes; hão de querer estabelecer bicas em algumas praias, onde se fação as aguadas indispensaveis para provisão dos navios; hão de querer estabelecer chafarizes em varios pontos do municipio, onde os habitantes só encontram agua em grandes distancias; hão de querer estabelecer fontes, tanques, e repuxos em muitos largos, para afformosear a Cidade, refrescar, e purificar os ares; hão de querer multiplicar o limitado numero dos jardins, e passêios publicos; hão de querer arborisar esses passêios, esses jardins, esses largos, e bem assim todos os logares, estradas, e caminhos, em que isso seja possível; hão de querer ampliar, e multiplicar os mesquinhos viveiros de arvores, que são de reconhecida necessidade; hão de querer estabelecer modêlos de horticultura, de flori-cultura, e até de arbori-cultura; hão de querer erigir estabelecimentos de piedade, de instrucção, de ensino agricola, e artistico; e até, se assim convier, de construcção e fabrico das machinas, ne-

— 23 —

cessarias para os usos da administração municipal; e d'onde virá a grande porção da agua, que reclamam todos estes estabelecimentos? Terá o municipio de a comprar á empresa, que tem o exclusivo do usufructo, e nem todas as suas rendas serão bastantes para isso: a Camara Municipal não caréce de pôr neste quadro o pincel ensopado em negras côres; elle já tem traços escuros de sóbra para fazer avultar a necessidade de affastar de sobre a municipalidade o fatal flagello do monopolio das aguas.

A Camara Municipal, Senhora, que, no comêço da sua gerencia administrativa, deseja dar provas de zêlo pelo bem do municipio, e ao mesmo tempo de prudencia, consultou, sobre objecto tão transcendente, o seu Syndico, e o seu Advogado; e acompanha esta representação das respostas d'aquelles, ficando na certeza de que a Camara dos Senhores Deputados tomará tudo na devida consideração. = Camara, em 12 de Março de 1852. = Como Presidente, *Alberto Antonio de Moraes Carvalho.* = *Conde de Rio Maior.* = *Ayres de Sá Nogueira.* = *João de Mattos Pinto.* = *Antonio Esteves de Carvalho.* = *Francisco Antonio Marques Giraldes Barba.* = *José dos Reis e Sousa.* = *João Francisco de Araujo.* = *Geraldo José Braamcamp.* = *Julio Maximo d'Oliveira Pimentel.* = *Manoel Salustiano Damasceno Monteiro.* = *Domingos Ferreira Pinto Basto.* = *Manoel Marcelino Lourenço* = *Raymundo José Pinto.* = *Christovão Carneiro de Andrade* = *Visconde de Fonte Arcada.*

ANEXO 5

PLANTAS E RESULTADOS DE UMA SONDAÇÃO HIDROGEOLÓGICA NO LARGO DO CHAFARIZ DE DENTRO

(in Parecer Hidrogeológico Sobre Uma Sondagem Executada no Largo do Chafariz de Dentro Para o Metropolitano de Lisboa (separata da Revista da Faculdade de Ciências de Lisboa), Lisboa, Faculdade de Ciências de Lisboa, 1972.)

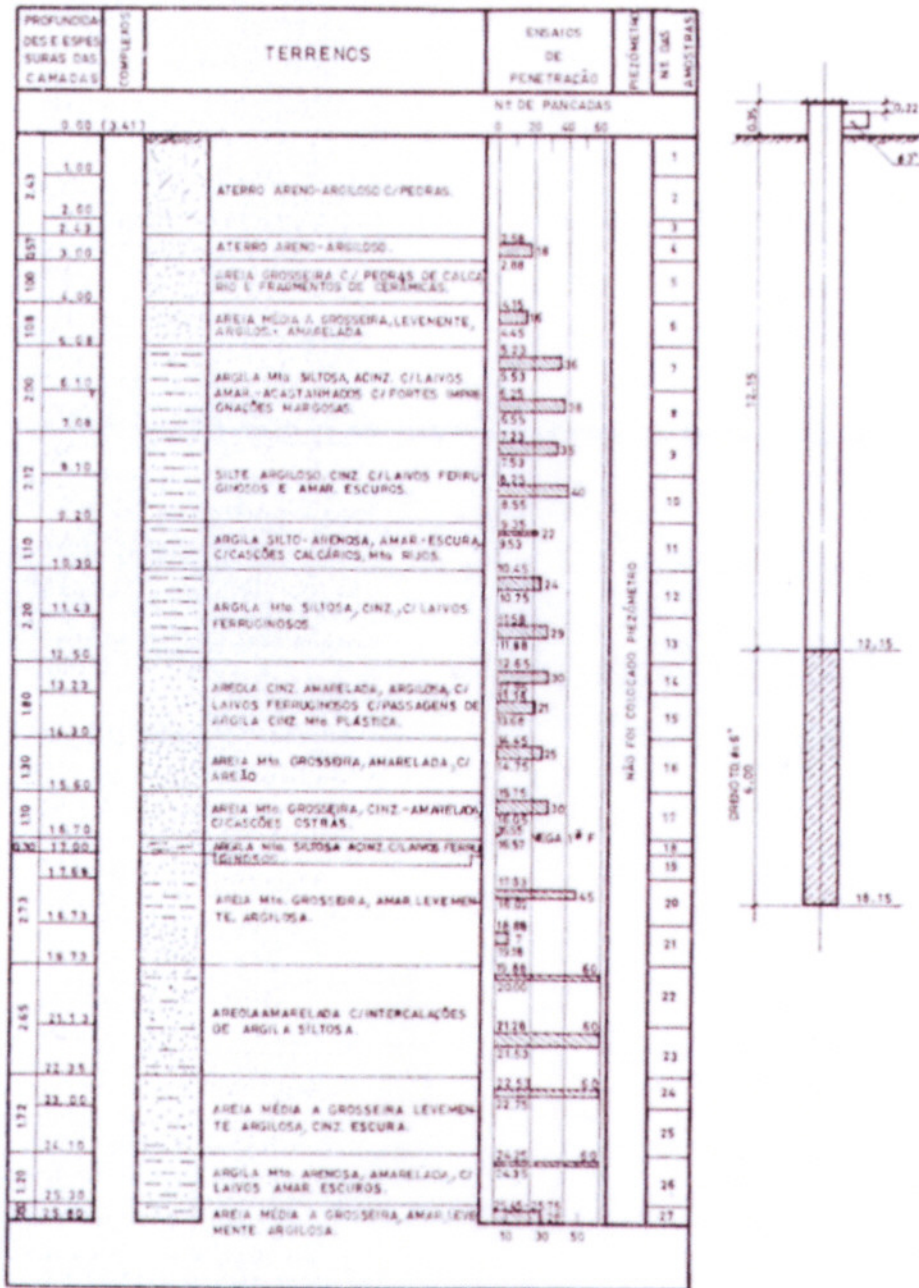
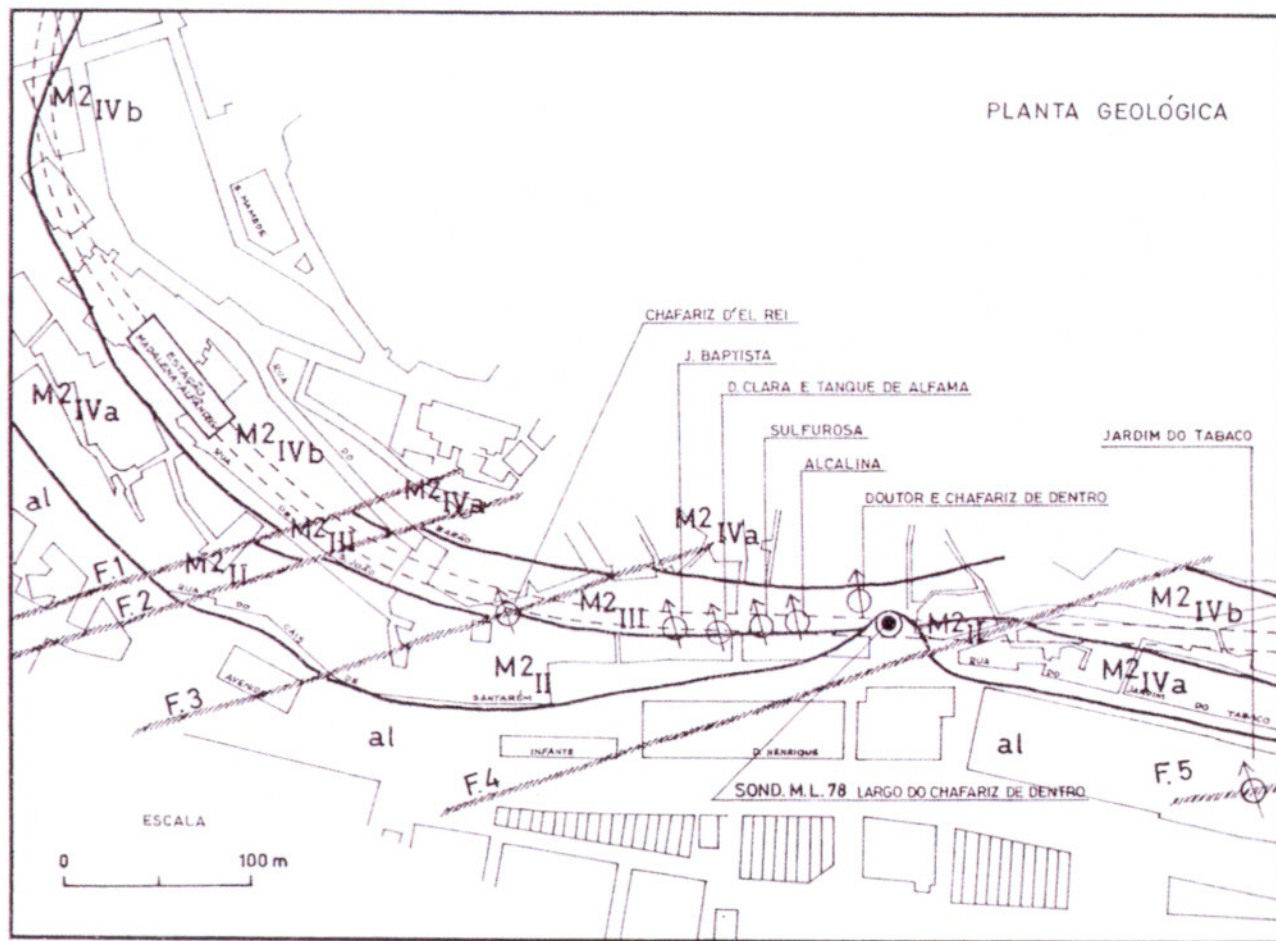


Fig. 1 — Perfil de sondagem M.L.-78 no Largo do Chafariz de Dentro (Lisboa).



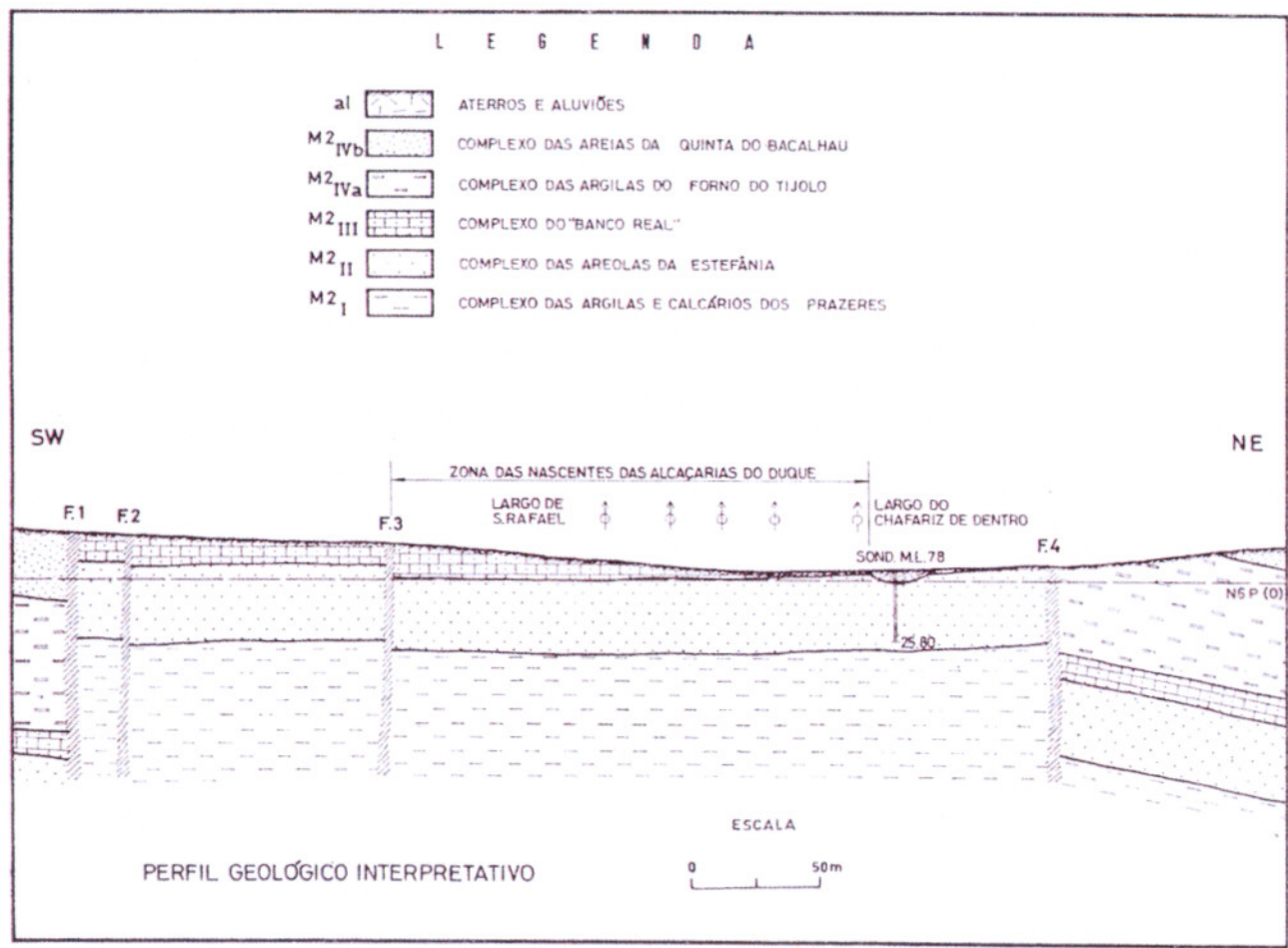


Fig. 3

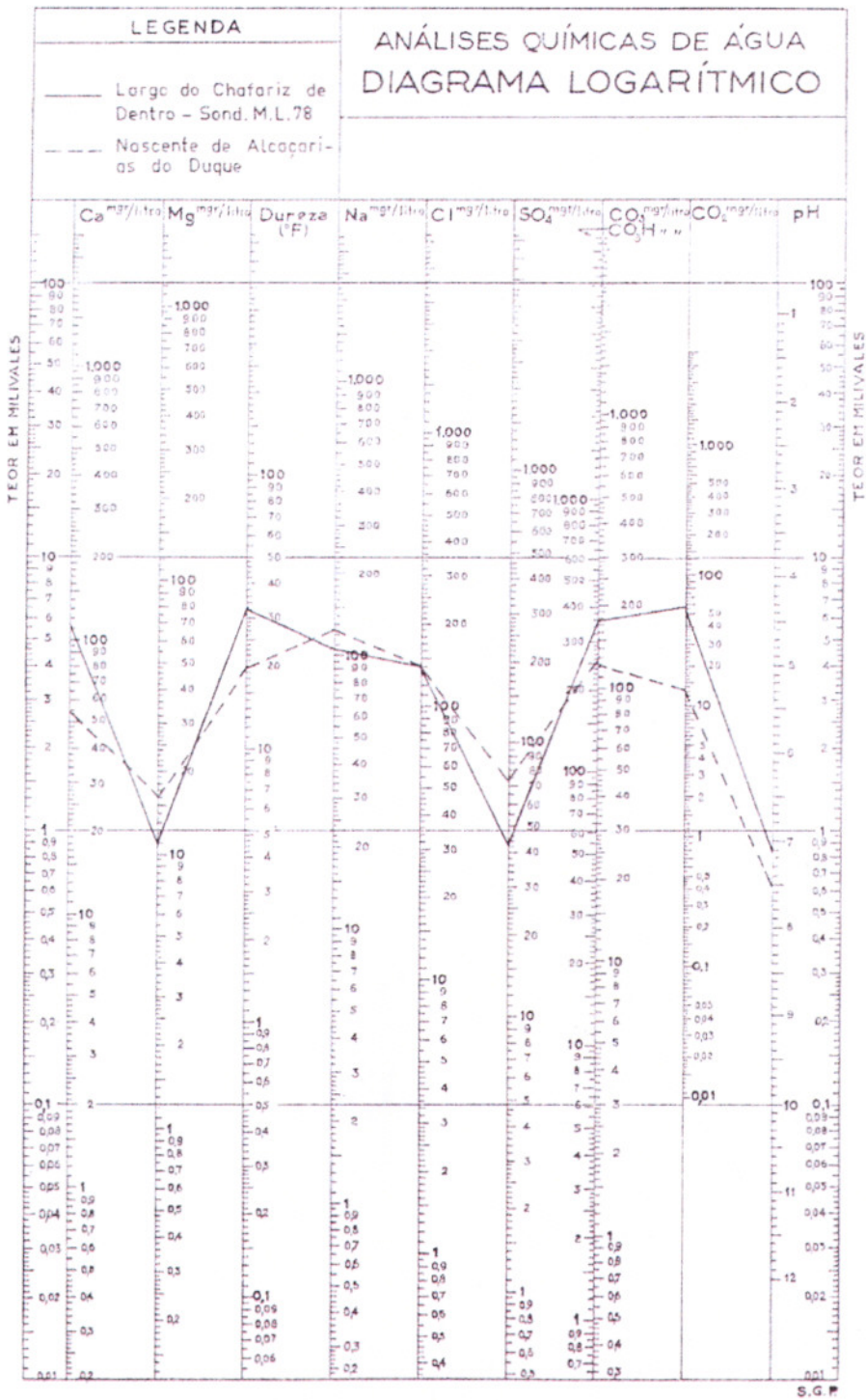


Fig. 4

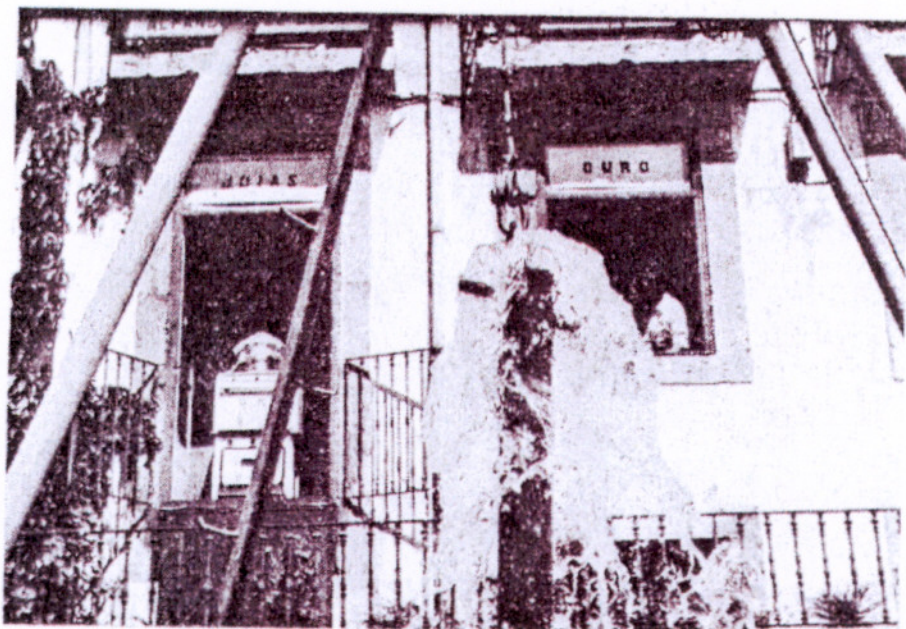
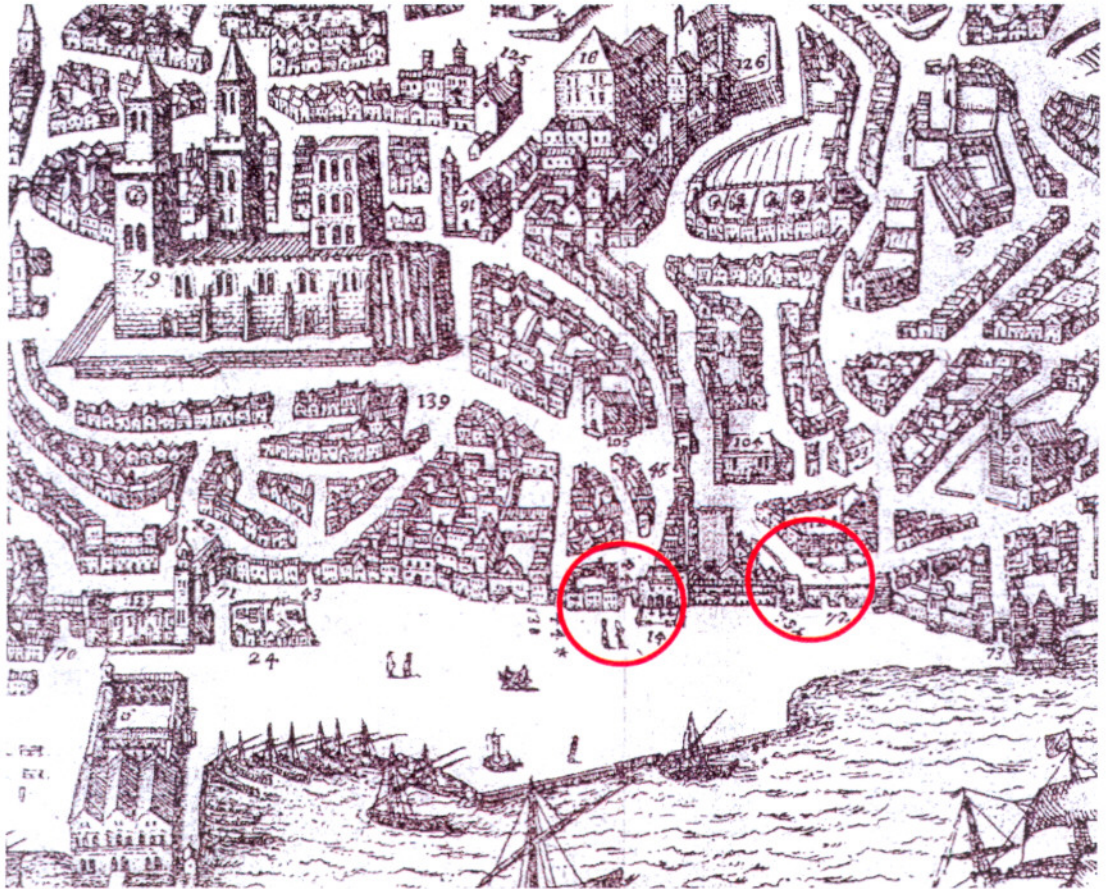


Foto 1 — Sondagem M.L.-78.
Artesianismo repuxante, tubo de boca à altura de $\pm 4\text{m},50$.



ANEXO 6

**CHAFARIZES, BICAS E FONTES DE
ALFAMA E OUTRAS MEMÓRIAS DA
ÁGUA**



Pormenor da vista de Lisboa “Vrbium præcipuarvm mvndi theatrvvm qvintvm – avtore Georgio Braunio Agrippinate – editada na Alemanha em 1582. Nela podemos localizar o Chafariz d’El-rei (círculo da direita) e a Porta do Chafariz dos Cavalos (à esquerda). Este extracto foi retirado da obra *Portugal, Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heráldico, Numismático e Artístico – L – M*, volume IV.

CHAFARIZ D'EL-REI

Aprendi a namorar
Lá no Chafariz do Rei.
Foi no Chafariz de Dentro
Que o meu amor encontrei.
Mais tarde, já mulherzinha,
Catorze anos a espigar,
Galhofeira e maneirinha,
Comecei a namorar.
E quando à fonte vinha,
Com muito rapaz falei
E muita bilha quebrei,
Na cara de alguns meninos
Que se faziam mais finos
Lá no Chafariz do Rei.
Busquei outro chafariz
Que fosse na Alfama o centro
Mas o que me fez feliz,
Foi o Chafariz de Dentro.
Porque o destino bem quis
Sempre à volta dele andei.
Uma razão porque fiquei
Defino-a desta maneira
Foi na Rua da Regueira
Que o meu amor encontrei.

Argentina Santos

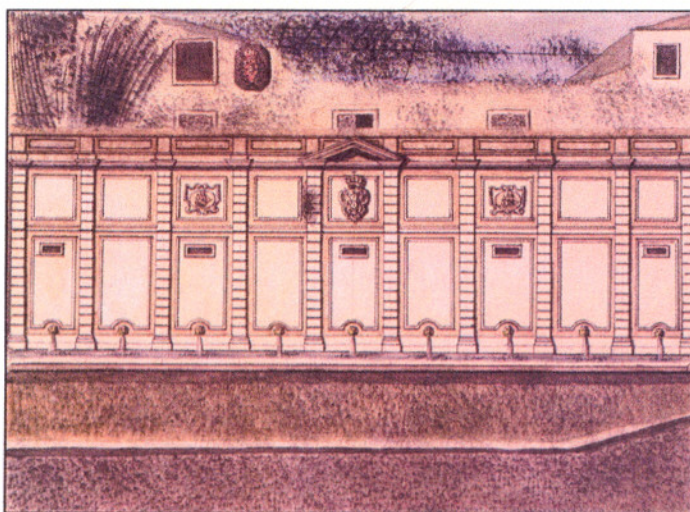
(Fernando Teles/Francisco Viana)

in *Biografia do Fado*, Lisboa, EMI, 1994.

CHAFARIZ D' EL-REI

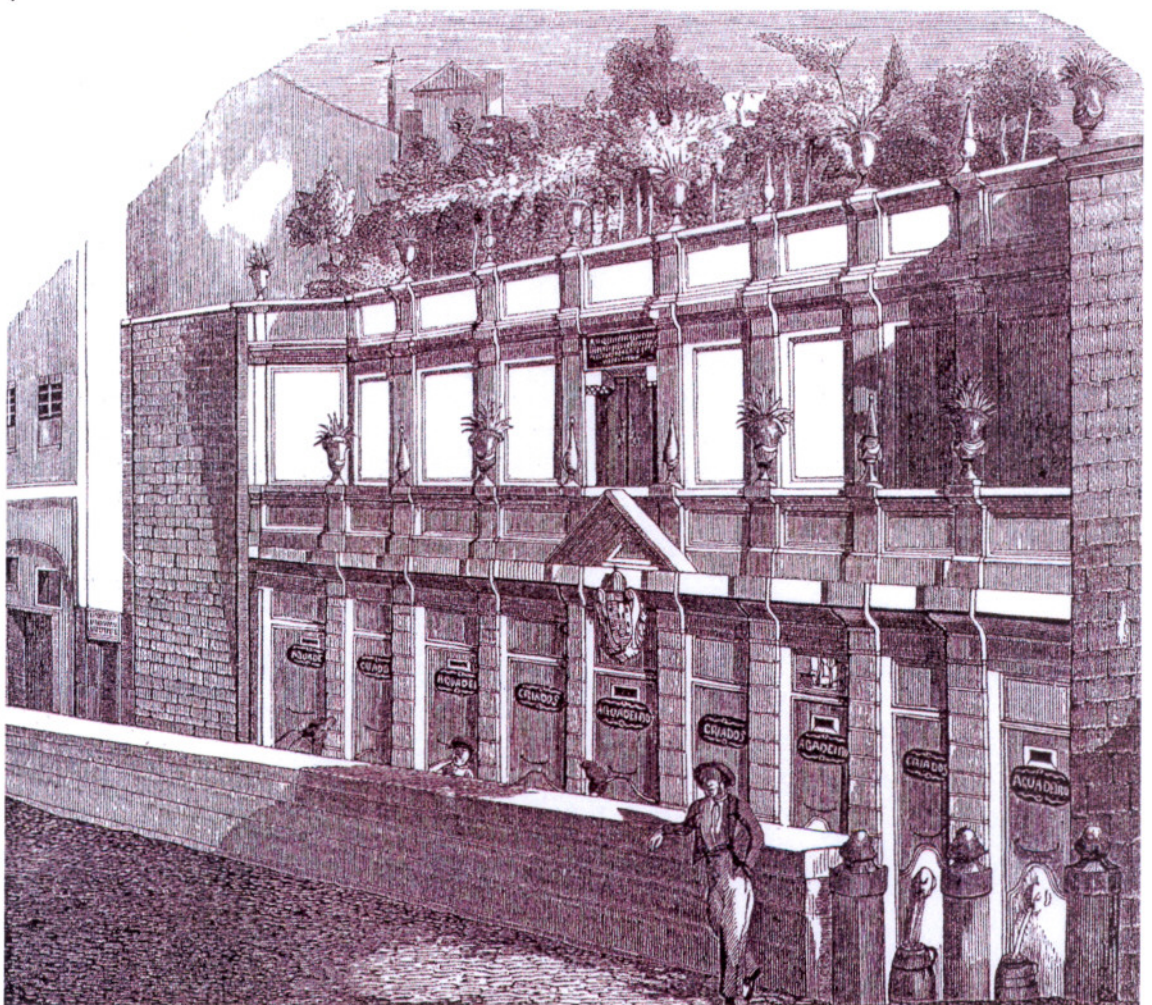


«Pormenor da “Panorâmica de Lisboa” da Biblioteca de Leyde. Desenho. Séc. XVI» in MOITA, Irisalva (dir.e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa. Catálogo*, volume 2, Exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 252 e p. 255.

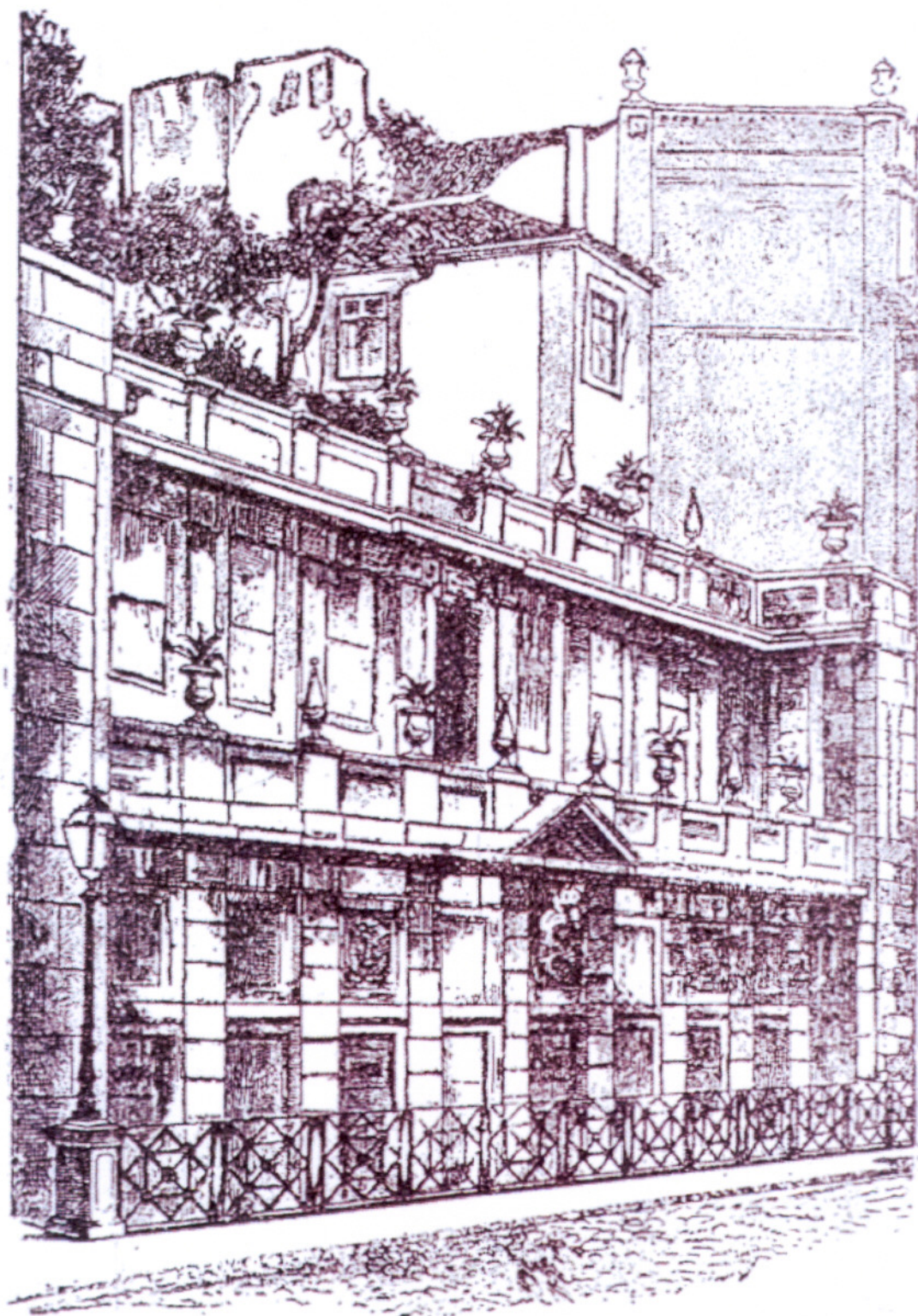


Chafariz D'el-rei como se apresentava em 1821. Desenho aguarelado por Luís Gonzaga Pereira. Lisboa, Museu da Cidade.

in BÁRCIA, Paula, LISBOA À BEIRA-RIO. Quatro percursos para descobrir a Lisboa do Passado, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 19.



CHAFARIZ DEL-REI in *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, volume IV – 1861, Lisboa, Editores Proprietários, Castro, Irmão & C 1861, p. 177.



Chafariz do Rei

in PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal, Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bilbliographico, Heráldico, Numismático e Artístico – L – M*, volume IV, Lisboa, João Romano Torres & C.^a - Editores, 1909, p. 246.



Foto do autor, Dezembro de 2006



Vista do Chafariz d'El-Rei (lado nascente). Foto do autor, Dezembro de 2006



Pormenor da fachada. Foto do autor, Dezembro de 2006



Entrada para o Chafariz. Foto do autor, Dezembro de 2006.

„RELAÇÃO DO QUE CONTHEM O CHAFARIZ D'ELREY.„

in ANDRADE, José Sérgio Velloso d', *Memoria sobre Chafarizes, Bicas, Fontes, e Poços Públicos de Lisboa, Belém, e Muitos Logares do Termo*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1851

* 109 *

Copiámos fielmente a Relação abaixo mencionada; e para melhor intelligencia lhe fazemos algumas observações, que vão em seguida, no fim da mesma Relação, com os competentes numeros.

»RELAÇÃO DO QUE CONTHEM O CHAFARIZ D'ELREY.»

» O Chafariz d'ElRey consta de seis Bicas de pedra, com seus boccaes de bronze, todas em uma linha direita, (lançada de Nordeste a Sedueste) de 80 palmos de comprido, e distão entre sí 11 palmos. = » (1)

» Todas correm sobre um plano de 40 palmos de largo, e 80 de comprido, o qual fica mais baixo que o terreno natural 6 palmos, e para elle se desce por duas escadas de 28 palmos de largo, uma da parte do Noroeste (2), e a outra do Nordeste, com 9 degrãos; cada um tem 2 palmos de passo, e $\frac{2}{3}$ de alto, o que juntos fazem a dita altura de 6 palmos. = »

» No lado opposto ás Bicas corre um mainel de 120 palmos de comprido, alto 11 palmos pela parte inferior, e $4\frac{1}{2}$ ditos pela exterior, o qual fica cubrindo as escadas, e o plano do Chafariz, e serve de amparo para não cahir a gente que passa. Toda esta Obra hé lavrada de pedraria leós. — »

» De traz da linha das Bicas, (20 palmos para o Noroeste) está uma grande arca, e conserva d'agoa de 50 palmos, 38 de largo, e 8 de fundo, (que tantos hade primeiro nella subir a agoa para poder chegar ás Bicas.) He descuberta pela parte de cima; suas quatro paredes são de cantaria, (quanto alcança a agoa) d'ali para cima he alvenaria, e sóbem á altura de 60, 80, e 100 palmos, ficando tudo fechado, e tapado de sorte que para dentro não há janella nem fresta alguma (3); o fundo della he quazi todo de uma areia morta, molle, na côr tirante a amarello, e misturada com barro; em parte he rocha viva, e em parte pedra secca, e algumas lages tambem assentadas em secco. = »

» Neste fundo, entre as areias e o empedrado nascem varios olhos d'agoa, que he a principal do Chafariz. = »

» Desta grande arca 80 palmos para a parte do Noroeste fica uma alfurja, que serve para despejos das agoas dos telhados interiores, situada entre duas escadas de pedra, que dão serventia aos dois quartos alto e baixo, das cazas do Conde de Villa Verde; na ilharga desta alfurja da parte do Poente, nascem dois olhos d'agoa ambos juntos, dos quaes até ao prezente não havia noticia alguma, e agora se descobrirão pela occasião seguinte. = »

» No anno de 1699 se perturbou esta agoa do Chafariz com tanto bar-

* 110 *

ra, terra, e entulho que estava incapaz de se beber, e por se ignorar a causa desta turbacão, o Senado a mandou examinar, o que logo se fez na forma seguinte. = »

» Vazou-se o tanque da conserva d'agoa, e no fim delle junto ao angulo que olha para o Norte se achou uma embocadura de cano, alta 2 palmos, larga $\frac{2}{3}$, e por esta bocca vinha uma grande porção de agoa turba, que infeccionava toda a mais; mas por que tambem se ignorava o principio, e Origem desta embocadura, se foi logo buscando, e se achou na entrada do Becco Cuberto, que por detraz do Chafariz sóbe para o Arco de S. Pedro (4), uma arca pequena de 5 palmos de comprimento, e 3 e $\frac{1}{2}$ de largo feita de tijolos, cuberta com uma lage enterrada 20 palmos, por que ali vai o terreno alteando; e logo mais dentro no mesmo Becco, e no mesmo nivel appareceu outra arca da mesma forma que a primeira. = (5)

» A esta segunda arca pela parte do Norte, accudio uma groça veia d'agoa; esta foi-se seguindo por espaço de 80 palmos, sempre por meio de entulho, e terra movediça, por entre os quaes, sem artificio algum a mesma agoa naturalmente se tinha encanado até se passar alem d'alfurja. Aqui se achou um vazio de 35 palmos de comprimento, 25 de largo, e 20 de alto, e por cima tudo carregado de entulho até ao pavimento do Pateo descuberto da entrada alta das Cazas do Conde de Villa Verde, que fica mais alto 50 palmos. No meio deste vazio se acharão os ditos dois Olhos d'agoa até aqui ignorados; os quaes, com o movimento do seu nascimento, tinham sulapado todo aquelle vão, e levado com sigro até ao tanque todas aquellas materias, que viciávão, e turbavão as agoas do Chafariz. = »

» Remediou-se este damno, levantando-se duas paredes nos lados destes Olhos d'agoa, cubertas com abobada dobrada de tijolo, para ficar servindo de May d'Agoa (6), em forma de mina; tem esta de comprimento 25 palmos, altura 10, e larga $4\frac{1}{2}$. = »

» Deste logar até á 2.^a arca do Becco Cuberto, que vai a S. Pedro, se fez de novo uma mina seguindo a mesma direcção que a agoa trazia, larga 4 palmos, alta o que basta para entrar um homem. Suas paredes no fundamento é pedra secca, no alto são de pedra e cal, e cuberta de abobada tambem dobrada; o chão é calçado de pedra secca, por se entender que neste caminho poderião haver alguns olhos d'agoa, e desta sorte se aproveitarem. Esta mina fica toda enterrada, mas logo á flor da terra. = »

» Para se entrar nella tem duas boccas, ou entradas; uma na ilharga

* III *

da alfurja, aonde está uma porta com ombreiras, verga, e conceira tudo de lancil; tem de alto 5 palmos, de largo 3; está tapada de pedra e cal, e no tapume uma pedra de palmo e meio em quadro, e nella aberto esta legenda = ARCA DO CHAFARIZ. = A outra bocca da mina fica no meio do Becco Cuberto que sobe para S. Pedro, e tem outra pedra semelhante de palmo e meio em quadro embotida na parede da banda do Chafariz, 10 palmos alta do Chão, com esta inscripção = AO PE DESTA ESTA ABOCA DA MINA DO CHAFARIS = 1700 = » (7).

» No meio deste Becco, (que tem 8 palmos de largo) se hão de cavar 8 palmos, e logo acharão a outra lage que cobre a bocca da mina. = »

» Esta Obra mandou fazer o Senado no anno de 1699, sendo Prezidente D. Francisco de Souza. = »

» O tanque, ou conserva do Chafariz leva (até á embocadura das bicas,) 304 pipas d'agoa na forma seguinte. = »

» Tem de comprido 50 palmos, largo 33, alto 3, que fazem 15200 palmos cubicos = »

» Hum palmo cubico leva mais de 7 canadas (8), mas por dar abatimento ao vão que occupão a area da bomba, e um lanço de muro baixo, que estão dentro desta conserva (9), lhe daremos sómente 6 canadas a cada palmo cubico; multiplicando os 15200 palmos cubicos por 6, fazem 91200 canadas; estas repartidas por 300, que é o valor de uma pipa de 25 almudes, dão 304 pipas que é a capacidade deste tanque. = (10)

» Enche-se em 11 horas, pelo que em 24 horas produz 663 pipas, e em cada hora mais de 27 pipas e meia. = »

» Cabe a cada uma das bicas no espaço de 24 horas 110 pipas e meia, e em cada hora 4 pipas e meia. = »

» A bocca de cada uma das bicas tem 4 aneis de agoa, e todas juntas fazem 24 aneis, que são manilha e meia d'agoa; porque cada uma manilha são 16 aneis. = » (11)

(1) Diz o Author desta Relação — que este Chafariz tem 6 bicas, todas em uma linha de 80 palmos de comprido, e que distam entre sí 11 palmos. — Bem se deixa vêr que aquelle frontespicio apainelado, é coevo com todas aquellas bicas, e ellas são 9, e não 6, como se menciona. Também medimos, e por duas differentes vezes, tanto por fóra como por dentro, para mais segurança, as distancias entre cada uma, e achámos 10 palmos exactos; ora, sendo oito os entrellos. eis ahi temos a linha de 80 palmos, como diz aquelle Author, e rigorosamente assim é; por isso diligenciámos quanto nos foi possível para achar a epocha certa em que teve logar o augmento das tres bicas, e nada mais encontrámos, se não, que em 3 de Outubro de 1774 começaram ali umas Obras, que, (segundo

* 112 *

o registo das folhas semanaes) duraram até 24 de Junho de 1775, gastando-se em aviamentos 298 \$ 790 réis — em jornaes, 972 \$ 845 — total 1:271 \$ 635 réis; — porém esta quantia, por diminuta, não corresponde á obra que ali se vê; — e por que o author no calculo que faz da capacidade da conserva dá abatimento a um lanço de muro baixo que está dentro da mesma — e este muro é o cano (em continuação da mina) por onde corre a agua da nova nascente para as 7 bicas, que ficam da parte da Ribeira Velha, sem se misturar com a primitiva da conserva, aonde parece que anteriormente não havia necessidade de tal muro — dá isto indícios de que aquelle augmento talvez se fizesse no mesmo anno de 1699. — Com tudo nada podemos assegurar, por falta de esclarecimentos, não obstante quanto trabalhamos para os conseguir. —

(2) Julgamos ser erro de Copia o lèr-se no Registo — que uma escada fica da parte do *Norocste* — por que correndo a linha das bicas do Nordeste ao Sudoeste, as duas escadas fazem rigorosamente as mesmas frentes. —

(3) Ao presente está muito alterada a descripção que se menciona. Toda a Conserva, ou arca d'agua é cuberta por cima; e talvez desde o anno de 1517, pelo contracto feito com Lopo d'Albuquerque, como já mencionamos; e além disto, da parte do Sueste não tem parede; pois que entrando-se pela primeira porta que se encontra passado o Arco, e que tem por cima as Armas da Cidade, acha-se um corredor, e a Conserva fica á esquerda, tocando a agua quasi a aresta do pavimento do mesmo corredor, sem parede, nem amparo algum, de maneira, que se alguém ali estiver menos cauteloso, pode facilmente cahir dentro neste grande lago. —

(4) O Arco de S. Pedro era a antiga Porta da Cidade, e uma das doze, que haviam na Forteficação primitiva até ao tempo d'El-Rey D. Fernando, por que esta Porta ficava bem defronte da porta principal da Freguezia de S. Pedro d'Alfama, que tendo sido inteiramente destruida pelo Terremoto do 1.º de Novembro de 1755, foi transmutada para Alcantara, aonde se lhe marcaram limites pela ultima divisão de 19 de Abril de 1780. O antigo terreno da Freguezia é hoje occupado pelas propriedades N.º 5 a 9, no Largo de S. Rafael; e o logar da antiga Porta, é ao presente a Loja N.º 113, na Rua d'Adiça, e o ultimo numero da dita rua. —

(5) Já fizemos menção, que a agua do Poço de Francisco de Sousa, foi mandada levar a este Chafariz em cano separado, por Alvará de 11 de Março de 1598; e póde mui bem ser, que aquellas duas arcas, e embocadura de cano no angulo que olha para o Norte se fizessem para esse effeito. —

(6) Este local indica-se pela Claraboia que fica ao lado direito na Rua de S. João da Praça, em frente da Propriedade N.º 58 A, e á ilharga da Serralharia que foi de Marçal José Romão. —

(7) O Becco Cuberto de que se falla, é ao presente o Becco da Silva — o 2.º á direita, na Rua de S. João da Praça, vindo da igreja, e termina no Becco das Moscas; — descendo por elle se vê ao lado direito una pequena porta, em fórma de janella de peito, com seu ferrolho; e por cima a mesma pedra com a inscripção mencionada; com a differença porém, que a arca d'agua fica do lado esquerdo. E' preciso subir a esta dita porta ou janella, e depois descer sete degráos, para entrar pela mina, que fica em frente, e conduz á Claraboia, já mencionada; a qual tem as paredes de dentro muito rachadas; e observámos, que o seu pavimento de lagedo

* 113 *

está muito inclinado para a parte da nascente da agua, que não é no centro da dita Claraboia, como de costume, mas sim ao lado direito; o que inculca escavação pela força da grande nascente; e isto pôde um dia dar logar a grande prejuizo.

(8) Um palmo cubico, leva rigorosamente sete canadas e $\frac{5}{8}$.

(9) E' o mesmo lanço de muro de que fallamos na primeira observação.

(10) O Author desta Relação não foi certamente muito escrupuloso na capacidade real desta conserva. O palmo cubico, como acima dissemos, leva $7\frac{5}{8}$ canadas; — logo, fazendo-se qualquer medição com os descontos dos corpos, que tiverem de ficar mergulhados, e havidos assim os palmos cubicos, estes se multiplicão por 61, cujo resultado repartido por 8 dá as canadas; — e estas repartidas por 300 dá as pipas.

(11) Faremos outro calculo mais rigoroso, dando os mesmos 4 aneis a cada uma das 9 bicas. Cada anel são 3 pennas, e uma penna correndo effectivamente 24 horas, dá 8 pipas; — logo as 9 bicas dão, em 24 horas, 2:304 pipas; — cada bica, nas mesmas 24 horas, dá 256 pipas; — e em cada uma hora 10 pipas, 16 almudes, e 8 canadas. —



O DIÁRIO DA TARDE DE MAIOR CIRCULAÇÃO EM PORTUGAL FUI

República

Director: CARVALHÃO DUARTE
Director-Adjunto: ALFREDO GUIASO

TERÇA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1963

ILUMINAÇÕES

Pelo DR. ARMINDO RODRIGUES

Anda a Câmara Municipal de Lisboa muito apaixonada por chafarizes. Chegou agora a vez ao Chafariz de El-Rei, cujo nome, por sinal, uma desenhadista lapídea, lá encravada de fresca data, tem inscrito com um apóstrofo e um ípsilon, dois desconchaves a pedirem meças um ao outro, o primeiro, se não mais, por inútil para a leitura, e o segundo por aquele rabo grego, colado a uma palavra de face tão limpamente latina. Não se trata, porém, aqui, de excogitar as razões que levaram a Câmara a sacrificar a ortografia ao caprichismo insano de umas lamentáveis ignorâncias triunfantes.

Estava, pois, o Chafariz de

Mais de 13 milhões de sul-coreanos vão hoje às urnas

SEUL, 25 — Mais de 13 milhões de sul-coreanos vão hoje às urnas para eleger uma Câmara do Parlamento, após dois anos e meio de governo militar.

Os sul-coreanos elegerão 175 deputados para a Assembleia Nacional, a ser inaugurada no próximo mês.

Nos termos da nova constituição, a parte executiva do governo detém o verdadeiro poder, embora, com o tempo, a Assembleia possa vir a ter um certo grau de influência. — R.

El-Rei, nem feio nem bonito, com certa nobreza arquitectónica em todo o caso, recolhidamente estirado em seu fosso no chão. Luz tinha a da rua, de dia a solar, à noite a do par de candeeiros melancólicos das pontas da grade protectora. Tem-se iluminado ultimamente a jorros de electricidade muito monumento nada monumental e que não vale o clarão de um pavio. Nessa conformidade, iluminar o Chafariz de El-Rei não seria urgente, mas também não escandalizaria ninguém.

E foi o que se fez. Como não estava demasiado sujo, porque a vetustez dele é mais da tradição local que propriamente da actual construção, não houve precisão de lhe infligir a habitual esanhoada, com que uns saudosistas de má imaginação, por impossibilidade de irem viver para o passado extinto, o ressuscitam em obras públicas, todo frescal, como na hora do nascimento. Sempre foi uma economia.

No que não se poupou foi nas lâmpadas realçadoras. Profusamente se lhe esconderam na base, pelo lado de dentro, uns potentes focos brancos, com que se lhe impôs à metade inferior uma confortadora lividez de fantasma. À metade superior, para adoçar a crueza álgida da de baixo, banhou-se de uma amarelidão apetitosa de rebuçado. O efeito é bonito. Entende-se que é bonito para a Câmara, pois, a não o ser, seria outra, com certeza,

a iluminação por que se teria optado.

O que olhos mais profanos que os camarários ali enxergam não será, positivamente, o espectáculo de uma construção histórica e digna, mas é, pelo menos, o de um sofrível cenário de feira, onde apetece pôr, para serviço de visitantes estrangeiros e de algum curioso nacional, umas raparigas desenvoltas a vender vinho cartaxeiro e pastelinhos de bacalhau. Haveria nisto, entre outras vantagens, como a de animar o sítio, muito morto à noite, a do rendimentozinho, que não é coisa despendiçada. Poderia mesmo carregarse nos preços, porque, quanto

(Continua na 2.ª página)

JACQUEI VISITOU A SEPULTU

WASHINGTON, 26 — A senhora Jacqueline Kennedy efectuou à meia-noite uma visita à sepultura de seu marido assassinado e colocou um ramo de flores sobre

2.ª Série
ANO 53.ª**República**N.º 11.809
Preço 1\$00

Chefe da Redacção e Editor: ARTUR INEZ

Propriedade de EDITORIAL REPÚBLICA — Escritórios

e oficinas: Rua da Misericórdia, 116, 1.º — Lisboa

Tels. 325136-326532-325324

ILUMINAÇÕES

(Continuado da 1.ª página)

mais não fosse, sempre restaria o desafogo, para os menos endinheirado, da água fresca à discrição.

Até aqui, portanto, está tudo bem, ou, se o não está, é como se o estivesse, e é mesmo crível que o chafariz continue a funcionar para quem há queira, eventualmente, sem guia explicativo nem fazer parte de nenhuma excursão, matar a sede ou encher um cântaro, embora chegue a ser pena macular com essas ínfimas grosserias uma jóia agora tão apinocada. O que não está bem é que, com tanto empenho como o que houve em embelezá-lo, se persista em lhe deixar às cavalitas e a descoberto durante o dia, sem sequer a sua valorização, uma das mais estapafúrdias casas que jamais se levantaram na cidade.

Está visto que demoli-la seria iníquo. Nem isso aqui se aventa. O direito das pessoas vivas que estão no seu aconchego, e até o

DA MARGEM SUL

NO MONTIJO

Inaugura-se mais uma Biblioteca oferecida pela Gulbenkian

Inaugura-se hoje, pelas 18 horas, no Montijo, mais uma Biblioteca Municipal, doada pela Fundação

dos próprios proprietários, não é menos respeitável que a exaltação de umas pedras inertes, por mais afeioadas e evocadoras que sejam. Mas faça-se qualquer coisa. Por favor, faça-se qualquer coisa. Dado o estilo de bolo de festa que caracteriza o incrível prédio, com os seus ornatos de torrões de açúcar, manteiga fresca e amêndoas incrustadas nas paredes de massa levemente achocolatada, porque não há-de, mediante uma justa combinação, porque sem isso não seria admissível, instalar-se ali uma pastelaria? E então se justificaria até dialécticamente, que em vez de se tapar ou demolir, ao contrário se iluminasse também.

Tal como aquilo está, o contraste é horrendo. Isto é indiscutível. Tal como ficaria, passaria, importantemente, a constituir como que uma afirmação de unidade entre o passado esplendoroso e aquático do sopé e a sólida prosperidade moderna do cimo. É a isto que, com legitimidade, se chama tradição.

Ademais, o turismo não se fomenta apenas com propagandas ideológicas. Que na nossa cidade, não contando o barulho, há um sossego que parece o da eternidade já toda a gente o sabe. O que é preciso, mais que instruí-los, é atafulhar os viajantes.

ARMINDO RODRIGUES

BATUQUE NO CHAFARIZ D'EL-REY

O cais de Alfama já não é aquilo que era. A Avenida Infante D. Henrique, via rápida concedida aos automóveis frenéticos, priva cidade do Tejo. Por vezes um veleiro ou um navio de guerra ergue o mastro ou a torre blindada por sobre rebarbativos edifícios portuários. O Chafariz do Rei afastou-se do rio. Novas construções tapam-lhe o horizonte, ele pertence a um contracais onde circula a nostalgia de uma actividade em declínio: carris abandonados de uma linha de eléctrico, armazéns encerrados. O chafariz em sim mesmo está reduzido à inutilidade, os seus canos estão mudos, a sua bacia, vazia, a sua fachada, morta, imensa, coroada por uma enorme buganvília e dominada por um extravagante palácio de estilo mourisco.

Caminho a gingar, sinto-me bem ao longo do Cais de Santarém. E, nem de propósito: Lisboa prega-me outra partida, faz-me dançar. Um homem toca congas diante do chafariz. Está sentado num banquinho; veste um fato de linho claro e tem um panamá na cabeça. É um branco que se julga em Nova Orleães. Escolheu um sítio sem vizinhança para se exercitar, em plena rua, com as partituras dispostas numa estante de música. É mesmo coisa de branco, fazer escalas de percussão! De branco de cinquenta anos, aplicado, decidido, que quer sentir a África a queimar-lhe as palmas das mãos. Uma imagem quase inacreditável neste sítio, justamente no momento em que eu venho imaginar a multidão de aguadeiros negros lutando para chegar às torneiras. Disponho assim de uma banda de som apropriada, passando da fotocópia a cores do quadro para a presente realidade da fonte.

«*Chafariz d'El-Rey no Século XVI*, óleo sobre madeira de castanheiro, 93x163 cm. Mestre desconhecido, cerca de 1570-1580. Lisboa, colecção particular». A legenda já diz isso. O quadro diz mais, representa uma cena de rua movimentada: o Tejo, algumas embarcações em primeiro plano, depois o cais, superlotado, a área de distribuição de água, delimitada por muretes, e atrás as fortificações, conjunto de muros e de habitações no qual se imbricam a fachada da fonte e o palácio que a domina. Uma densa multidão agita-se; à primeira vista, 80 por cento das personagens são negros! Pego no meu conta-fios, a minha lupa de fotógrafo e, encostado à capota de um carro, isolo pormenores.

Numa barca, um escravo rema, outro brande uma pandeireta, um casal de namorados brancos beija-se. No Cais, a polícia leva um bêbado negro, que tropeça, de turbante à banda. Alguns edis, a pé ou a cavalo, e até mercadores, passam ou conversam, diluídos na multidão de aguadeiras e aguadeiros africanos. Todos levam uma bilha à cabeça. Uma aguadeira, de braços abertos de espanto, vê-se de cabeça enfiada no pote, porque o fundo cedeu. Um garoto defeca junto às muralhas. Um cavaleiro bebe directamente da bilha. No recinto da fonte, é tudo ao encontrão. Um escravo, de pescoço ligado ao tornozelo por uma corrente, precede uns pretinhos, de tronco nu, bilha à cabeça. Há gritos vindos dos muretes, ordens de clientes brancos, brigas diante das bicas. As gárgulas cospem água. A Caravela de pedra navega serenamente, emblema da cidade gravado na parede. Há empurrões, um jovem negro empurra uma mulher branca; uma velha estende a mão para que a ajudem a levantar-se. Chovem berros e pancadas. Só, imperturbável, um cavaleiro negro passa pela beira do cais, soberbo, capa bordada, chapéu de plumas, espada à cinta, cavalo arreado. Voam corvos no céu.

– Em breve será um monumento consagrado à história das águas de Alfama.

O Famoso percussionista vira as páginas da partitura e observa-me a olhar para o edifício. Reparei como os Portugueses gostam de meter conversa, de informar um estrangeiro antes mesmo de ele fazer uma pergunta. Informações espontâneas não são coisa que se recuse.

– A água brota e corre em Alfama desde o tempo dos Romanos. O nome de Alfama vem do árabe, *al-hamma*, que significa «águas termais», fonte de água quente. As pessoas vinham de todo o lado beber a água quente e sulfurosa de Alfama, que corria de várias bicas entre 1726 e 1963. O Chafariz do Rei é um dos mais antigos pontos de abastecimento de água termal de Lisboa, e tornou-se o mais importante no século XVI...

– Ah sim? No século XVI?

– Sim, no século XVI. Porquê, isso espanta-o?

Estendo-lhe uma reprodução do quadro. Ele coloca-o na sua estante.

– Deixe-me decifrar-lhe esta imagem.

Dou-lhe todo o tempo necessário, feliz com a eventualidade de um comentário. Este género de encontro é um milagre da investigação, quando a viagem não excede o ritmo da vadiagem.

– Não foi um mestre português que pintou este quadro, mas sim um mestre flamengo.

– Como pode estar tão certo disso?

– De início, pareceu-me uma obra de encomenda, destinada a enaltecer os melhoramentos que a municipalidade de Lisboa introduziu no chafariz. Mas, veja bem, «há cisnes que não enganam».

O homem do panamá pronunciou a última frase em francês e avalia o efeito do trocadilho¹.

São cisnes nórdicos e patos dos canais da Holanda, que o pintor põe a chafurdar no Tejo. Uma fantasia que trai a origem do artista. E o beijo do casal no barco: uma incongruência! Ninguém se beijava tão impudicamente em Portugal, naquela época.

– E a proliferação de personagens negras?

Eu diria que é a visão de um estrangeiro humanista que reproduz o exotismo «chocante» de Lisboa e critica o recurso abusivo a uma mão-de-obra escrava. Para mim, trata-se de uma obra picaresca da vida quotidiana da zona ribeirinha, traduzida por um pintor próximo da corrente dos miniaturistas nórdicos.

– Portanto sem valor etnográfico?

– Pelo contrário, um testemunho essencial para compreender a realidade. Repare neste cavaleiro negro... Não pode ser um escravo liberto, pois não traria a cruz da Ordem de Santiago bordada na capa. É provavelmente um africano de alta linhagem, angolano, de passagem por Portugal no âmbito de uma embaixada. O mestre flamengo deve ter feito os seus esboços aqui mesmo, onde nos encontramos. Naquela época, a edilidade multiplicava as intervenções para gerir a distribuição de água e pôr fim à rixas provocadas pela concorrência, que provocavam mortos e feridos. Foi obrigada a repartir as gárgulas segundo as diferentes categorias de aguadeiros: negros livres ou cativos, mouros das galés e mulatos de um lado; as mulheres negras e mulatas, indianas livres ou cativas tinham direito às bicas do meio; e a última, a do lado de Alfama, era reservada às mulheres e servas brancas. Está a ver, o quadro reproduz bem a época. Como arranjou esta cópia?

– É um documento pessoal, que um editor reformado me arranjou.

¹ Em francês, *cygne* (cisne) e *signe* (sinal) pronunciam-se do mesmo modo. (N.T.)

– Está a tentar descobrir Lisboa atrás das fachadas? Tem razão, é aí que ela se encontra!

Esta observação desconcerta-me. O homem volta a tocar as suas congas. Sai-me uma frase banal:

– Seria uma pena que um edifício tão carregado de história ficasse condenado ao silêncio.

– Não ficará. Como lhe disse, vai transformar-se num monumento dedicado à história das águas de Alfama. Em Lisboa, gostamos de recordar o percurso da água em museus, e respeitá-la. Conhece a Mãe-d'Água?

(Jean-Yves Loude, *Lisboa na Cidade Negra*, Lisboa, D. Quixote, 2005, pp. 53-57)

CHAFARIZ DE DENTRO



«Pormenor da “Panorâmica de Lisboa” da Biblioteca de Leyde. Desenho. Séc. XVI» in MOITA, Irisalva (dir.e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa. Catálogo*, volume 2, Exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de 1990, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, p. 252 e p. 255.



Chafariz de Dentro. Foto do autor, Dezembro de 2006



Foto do autor, Dezembro de 2006.



O que resta do tanque lateral. Foto do autor, Dezembro de 2006.



Entrada para o Chafariz.
Foto do autor, Dezembro de 2006.

**VISTORIA AO CHAFARIZ DE DENTRO,
REALIZADA POR CARLOS MARDEL,
EM 18 DE JUNHO DE 1748**

E

CONSULTA DA CÂMARA A EL-REI, EM 17 DE AGOSTO DE 1748

in Eduardo Freire de Oliveira, Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa, 1.^a Parte, tomo XV, 2.^a edição, Lisboa, Typographia Universal, 1906, pp. 56-66

¹ E a seguinte :

«Carlos Mardel, sargento-mór de infantaria com exercicio de engenheiro na côrte, architecto de S. Magestade e de todas as obras reaes,

«architecto do conselho da fazenda, estado de Bragança, Relação, Aguas Livres e medidor das obras reaes, tudo pelo dito senhor que Deus guarde, e Jorge Rodrigues de Carvalho, mestre pedreiro, que serve de mestre da cidade, fômos, em companhia de todo o senado, ao chafariz de Dentro, para fazer a vistoria nas aguas dos chafarizes dos Paus e da Praia, e chafariz de Dentro, e na agua que serve para banhos, que é de Manuel Rodrigues dos Santos, e, estando os ministros todos e mais adjuntos, mostrou o desembargador Duarte Salter de Mendonça, vereador do dito senado e do pelouro das obras, as averiguações seguintes: primeira-mente mostrou que tinha feito subir mais a agua do que dantes se achava, e isto em razão de ter mandado betumar um rosso que se tinha feito no aqueducto do chafariz de Dentro, o qual mandou logo tirar e logo abaixou a agua nas arcas do chafariz dos Paus, e na dos banhos, e acudiu mais agua ao chafariz de Dentro e menos ao chafariz dos Paus; e, mandando destapar a bica que corre para as conservas dos banhos, logo fez alguma diminuição nas bicas do chafariz dos Paus; e depois disto mandou abrir um buraco mais baixo para esgotar parte da arca dos ditos banhos, e assim que esta esgotou até á altura do dito buraco, se esgotaram logo as bicas do chafariz dos Paus; e, depois de feitos estes exames, e mandaram o presidente e mais vereadores vissemos tudo miudamente, e do que entendessemos, passassemos certidão, declarando nella a fórma em que estavam ao presente as sobreditas arcas, confrontando tudo o que fôsse preciso para averiguação da verdade.

«E assim dizemos que achámos uma arca de agua debaixo do pé de um arco redondo, a fórma de um poço, e um aqueducto, e o cano que sáe della e conduz a agua ao chafariz dos Paus; e o dito aqueducto está dentro das casas do dito Manuel Rodrigues dos Santos, e á ilharga desta arca, da parte do Nascente, debaixo de outras casas, está tambem outra arca, tambem do público, que conduz agua para o chafariz de Dentro, que, pelo que mostra, esta, quando foi fabricada, se deixou em tal ponto, que o chafariz dos Paus havia de ser mais bem provido, em razão da altura que necessita para fazer chegar a agua áquelle ponto e altura do dito chafariz dos Paus; esta se lhe fez um córte na bordadura, que desmanchou de alguma fórma o não acudir tanta agua ao chafariz dos Paus e mais ao chafariz de Dentro, sendo aquella mais precisa para as aguas das armadas, que a do chafariz de Dentro, que só serve para o comum da cidade, que se pôde provêr nos outros e no mesmo, quando não houver pipas; e isto se viu no acto da vistoria que, emquanto o betume que estava posto no dito córte, se tirou, logo abaixou, e se conheceu a falta nas bicas do chafariz dos Paus. E a maior razão que ha para se pôr o sobredito córte no seu antigo estado, é serem as obras da agua

«tão bellicosas, que, quando as mudam da fôrma da sua creação, estão
«sujeitas a algum descaminho que depois custa a encaminhar. E tambem
«se deve pôr especial cuidado em examinar as arcas se estão ou não ro-
«tas, pois estas devem ser vedaveis e bem betumadas, para que não te-
«nha logar a agua de buscar outro caminho, pois estas arcas se costumam
«fazer para comprimirem as aguas e pô-las naquelle ponto a que
«ellas podem subir, para melhor se poderem encaminhar para onde são
«destinadas. E assim devem estas não ter rotura alguma, mas só sim-
«na ultima perfeição. E, depois desta diligencia feita, poderá ser andarem
«algumas aguas perdidas e extraviadas, que façam falta ao chafariz; não
«negando que as aguas sempre se communicam umas com as outras. E,
«pelo que pertence ao chamado anel grosso da agua, com que se pro-
«vêem os banhos, este se acha desviado da do público em distancia de
«vinte palmos, sendo tudo quanto medeia de uma a outra fabricado de
«um massame muito forte.

«Tem a arca da cidade de altura de agua doze palmos, e a dos banhos
«cinco, enterrando a medida alguma coisa no lodo ou areia, em que nasce
«a dita agua, pois o lastro della é de especie movediça, como é areia,
«lodo e cascalho; e, quando se abriu o buraco que o desembargador ve-
«reador do pelouro das obras tinha mandado abrir mais baixo daquelle
«que a dita arca tinha, como este era mais grosso que aquelle, despejou
«logo a dita arca, e fez esgotar as bicas da cidade, mas comtudo, quando
«chegou á altura do dito buraco, não sahiu por elle mais agua que aquella
«que dantes sahia pela bica que o dito lago tinha, razão por que a dita
«arca mostra não ter mais nascença do que aquella que possuem os di-
«tos banhos, e serem diversas as nascentes, cada uma na sua arca; e
«assim, ainda que as nascentes sejam distinctas, comtudo communicam-se
«de tal sorte umas com outras, pelo brando dos meatos da terra naquelle
«sitio, que no mesmo ponto que abaixar uma, hão de abaixar todas as
«que estiverem naquella circumferencia, pois o tem mostrado várias ex-
«periencias que eu, sobredito sargento-mór, tenho feito em muitas e dis-
«tinctas partes, e nesta presente se presenceou. E assim, com o referido,
«temos dado conta do que se nos determinou, na fôrma que entende-
«mos em razão de nossos cargos; o que tudo affirmâmos debaixo do
«juramento delles. — Lisboa, 18 do mez de junho de 1748. — Carlos Mar-
«del — Jorge Rodrigues de Carvalho.» — *Liv.º vi de reg.º das Ordens do
senado, fs. 44 v.*

**Consulta da camara a el-rei em 17 de agosto
de 1748 ¹**

«Senhor — Manuel Rodrigues dos Santos fez a V. Magestade a primeira petição inclusa ², em que pretende seja V. Magestade servido mandar que o annel de agua, que têm as suas casas, de mais de cem annos a esta parte, e o desembargador Duarte Salter de Mendonça mandou tapar, se ponha na sua antiga corrente, e que, quando se necessite de mais averiguação, além da que já se havia feito, se faça por differente ministro.

«Este requerimento, por carta do secretario de estado dos negocios do reino, de 29 de julho do anno presente ³, ordena V. Magestade se veja em o senado e se lhe consulte com o que parecer; e, sendo visto e tambem o outro que a V. Magestade havia feito o supplicante sobre a mesma materia ⁴, que em mesa apresentou o vereador Duarte Salter de Mendonça, e papeis a elle juntos, que tudo sobe á real pre-

«sença de V. Magestade com esta consulta, parece ao vereador Francisco da Cunha Rego deve V. Magestade ser servido ordenar que o architecto Carlos Mardel com outros adjuntos examinem, com toda a exacção, se a agua de que o supplicante faz menção, vem para a sua propriedade em direitura desde a sua origem, e se da que vem para os chafarizes de que se trata, se tem divertido alguma que se tenha juntado áquella agua que o supplicante assevera ser sua, porque, certificando os architectos que da agua pública se não tem usurpado porção alguma para incorporar á do supplicante, deve o supplicante ser conservado na que lhe pertence, pela posse que tem de a possuirem elle e os seus antecessores. V. Magestade sempre mandará o que fôr servido.

«Ao vereador Duarte Salter de Mendonça parece representar a V. Magestade que, por queixas que fez o provedor dos armazens, de que a agua do chafariz dos Paus estava roubada para os banhos de Manuel Rodrigues dos Santos, com tal diminuição que estava em grande prejuizo de se não poderem fazer as aguadas a tempo para as armadas, foi elle, vereador, pela obrigação de seu logar, depois de o propôr no tribunal, examinar por onde se desviava a agua, e, entrando com effeito nas casas do dito Manuel Rodrigues dos Santos a fazer o referido exame, depois de summo trabalho, por este não querer descobrir a verdade, deu em que o mesmo Manuel Rodrigues dos Santos extrahia toda quanta queria, tendo perennemente tirado um annel grosso de agua dos três chafarizes (dos Paus, de Dentro e da Praia), que todos se provêem de uma mãe de agua que fica dentro da casa dos banhos do dito Manuel Rodrigues dos Santos, o qual, por ter experiencia e sciencia como as aguas se extraem, profundou junto ao massame que defendia a agua pública dos chafarizes da cidade, uma lage, em tal altura e tão subterraneo, buscando o fundo á arca e cascalho, como diz a certidão do architecto ¹, que fez obedecer por baixo do dito

«massame toda a agua dos chafarizes ; e, para que se lhe não
 «percebesse esta usurpação, fez uma arca de agua, de pedra-
 «ria, com um grande tanque muito inferior e baixo á mãe de
 «agua, e lago com bica occulta, por onde se extrahia o annel
 «grosso de agua, que no mesmo poço público se conhecia a
 «diminuição ; cuja bica em ausencia d'elle, vereador, a tempo
 «que se achava no serviço de V. Magestade nas Caldas, por
 «virtude daquella vistoria, fs. , mudou, tendo por baixo

«desta artificiosamente feito um buraco na mesma pedra, com
 «betume, para que se lhe não percebesse, como declara a cer-
 «tidão do escrivão, fs. , que subterraneamente fez para pro-
 «vêr os banhos, em prejuizo grave do público ; e basta que a
 «certidão do architecto diga que, no acto da vistoria, abrin-
 «do-se estas bicas, se esgotaram os chafarizes, e que a agua
 «se communicava, para, conforme a direito, ainda que alguma
 «gôta de agua fôra sua, se dever mandar tapar logo todo o
 «lago que abriu, de sorte que nem uma lagrima sáia da fonte
 «pública, nem se confunda, pelos inconvenientes que se seguem
 «assim á falta dos chafarizes, como á promptidão das arma-
 «das, com poder-se tornar a communicar a agua depois de ter
 «servido aos banhos. E tanto apertam os doutores este caso,
 «que basta haver um artificio por qualquer pessoa, como este,
 «tão claro, para não só se lhe dever tirar a agua, mas ser
 «castigada asperamente, por se animar a semelhante ousadia ;
 «não sendo bastante o dizer que a casa é sua, e que cada um
 «no seu póde fazer o que quiser, porque este é o caso em que
 «se limita esta regra, e lhe não era licito buscar as veias da
 «agua pública, para a extrahir dos chafarizes, e muito menos
 «lhe podem aproveitar as sentenças que junta, porque, sem
 «embargo de serem proferidas com falsa causa, fundadas em
 «certidões menos verdadeiras, onde nunca se fez o exame que
 «agora se mostra, sempre, *dato et non concessio* que fôsse
 «legitimas, se entendem proferidas, reservado o direito dos
 «chafarizes, que de nenhuma sorte foi a mente dos juizes que
 «as proferiram, offender as fontes públicas ; *et quid quid sit*
 «que diga ha cem annos que tem esta agua, que, além de ser
 «aquella certidão, fs. , entre partes particulares, por cem
 «mil annos que a possuira, conhecido o dolo, nunca podia
 «prescrever contra a fonte pública, porque nem mostra nem
 «ha de mostrar que, *scienter*, o tribunal ou o principe tal con-

«sentisse, porque ainda agora vem no conhecimento verda-
«deiro deste roubo; e, como é certo que, de direito e *propria*
«*auctoritate*, ninguém pôde tirar agua das fontes públicas,
«deve V. Magestade mandar ser primeiro ouvido o provedor
«dos armazens, como superintendente das aguadas das arma-
«das; que logo se tape esta agua, em fôrma que se não ex-
«tráia dos chafarizes, e, satisfazendo ao que o mesmo Manuel
«Rodrigues requiere no principio destas razões, a fs. , pro-
«ceder-se a novo exame pelo mesmo provedor, com os mes-
«tres e engenheiros da Ribeira das Naus e os mais que V. Ma-
«gestade fôr servido, assistindo elle, vereador, a mostrar por
«onde a agua se extráe e rouba dos chafarizes públicos.

«E affirma elle, vereador, aos Santos Evangelhos fazer este
«voto nascido da obrigação de seu cargo, sómente, sem má
«vontade ao dito Manuel Rodrigues, que com elle nunca tève
«coisa alguma. E allegar má vontade, é industria de fazer a
«sua condição boa, porque a elle, vereador, nada lhe importa
«que V. Magestade dê a agua que fôr servido, só sim que
«conste a V. Magestade faz a sua obrigação no seu real ser-
«viço, como deve: o que tudo põe em a sua real presença,
«para resolver o que fôr servido.

«Ao vereador Gaspar Ferreira Aranha parece pôr na real
«presença de V. Magestade que, examinando a certidão do
«architecto, Carlos Mardel, e mestre da cidade, e o que o
«supplicante Manuel Rodrigues dos Santos allega e mostra,
«deve ser conservado na sua posse, de que não pôde ser pri-
«vado por semelhante meio; e que não acha provado ter o
«supplicante divertido a agua do público, porque, da falta que
«no chafariz se experimentou, se não segue necessariamente
«que elle a tenha furtado, porque poderá muito bem diver-
«tir-se, ou porque a arca da agua pública esteja com algumas
«roturas, como o mesmo architecto declara, ou por outros
«modos, de que não resulta culpa ao supplicante, que, con-
«forme a direito, se não presume; e, tendo este posto em
«juizo a acção que relata, se não pôde decidir este negocio
«por este meio, e só sim pelo ordinario, restituindo primeiro
«o supplicante á sua posse.

«Aos vereadores Manuel Martins Ferreira e Manuel de

«Moura Cerqueira parece o mesmo que ao vereador Gaspar
«Ferreira Aranha.

«Ao vereador José Bostoque parece pôr na real presença
«de V. Magestade que a presente questão, de que se trata,
«versa sobre a corrente da agua do chafariz dos Paus, de que
«se provêem as armadas de V. Magestade, e tambem é do
«uso público. Ha suspeita de que Manuel Rodrigues dos San-
«tos tem divertido muita parte della para augmentar a que
«tem na sua casa sita ao chafariz de Dentro, de que fórma
«vários banhos medicinaes, e tem noticia elle, vereador, que
«haverá cincoenta annos era tão pouca, que apenas se conti-
«nha em uma pequena fonte que estava com um registo, que
«só suppria o gasto das mesmas casas e o que bastava para
«a sua limpeza; mas, como agora se vê com tal abundancia
«que serve para o remedio dos banhos, e por vezes falta na
«affluencia da fonte ou chafariz dos Paus, deu causa a se pro-
«ceder nas diligencias, de que trata o desembargador vereaa-
«dor do pelouro das obras, e ao seu parecer que propõe a
«V. Magestade, e ás mais averiguações e vistorias com que o
«justifica.

«Tambem consta deste requerimento haver uma sentença
«em que o mesmo Manuel Rodrigues dos Santos funda a sua
«intenção, e por que diz pertencer-lhe toda a agua que corre
«para os seus banhos, e por que tem dado uma acção de força
«contra este senado da camara, pelo impedimento de que se
«queixa haver-se-lhe feito no acto da ultima vistoria, para
«effeito de não parar a corrente da agua que se encaminha
«para o chafariz dos Paus, o que com effeito assim succe-
«dêra; mas como, porém, esta fonte, como as mais aguas cor-
«rentes e rios permanentes, se contenham na regalia de V.
«Magestade e na generalidade dos direitos reaes, e a ques-
«tão se encaminha á propriedade da mesma agua que corre
«para o tal chafariz dos Paus, que é público e do uso das ar-
«madas, não tem vigor a tal sentença, por não ser proferida
«em juizo competente; e, porque tambem é certo que o mesmo
«Manuel Rodrigues dos Santos não póde ser privado do uso
«da mesma agua, sem assim se lhe julgar pelos meios com-
«petentes, parece a elle, vereador, que só o deve ser no juizo

«da corôa de V. Magestade, e que o desembargador pro-
«curador della deve haver a si a mesma sentença e autos de que
«ella procedeu, para que, assim informado, e que com as vis-
«torias e diligencias que se têm feito e as mais que lhe pa-
«recer se devem fazer de novo, ordene V. Magestade que
«a causa se sentencie no termo de seis mezes, ouvido o
«mesmo Manuel Rodrigues dos Santos, e que juntamente se
«suspenda na causa da posse e força de que se trata, até á
«decisão da em que se tratar a da propriedade versada sobre
«a mesma agua, por bem da real e suprema jurisdicção de
«V. Magestade, commodidade de provimento que se deve fa-
«zer para as armadas, e tambem a favor do bem público, que
«todo consiste na recta intenção e bondade de V. Magestade
«que mandará o que fôr servido.

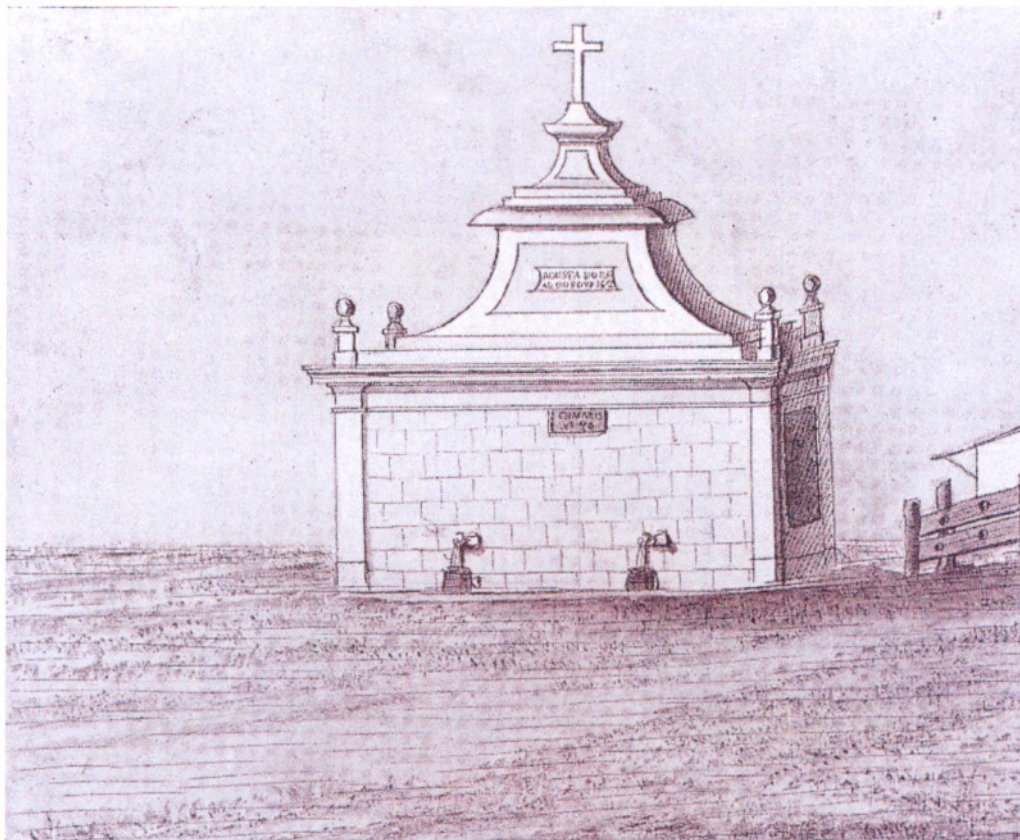
«Ao procurador dos mesteres João Duarte André parece o
«mesmo que ao vereador José Bostoque.

«Ao procurador da cidade Francisco de Mendonça Arraes
«e Almada, quanto á narrativa da súplica de Manuel Rodri-
«gues dos Santos, parece o mesmo que ao vereador Duarte
«Salter de Mendonça, e só lhe occorre dizer mais que, como
«o dito recorrente usou do meio ordinario que entendeu com-
«petir-lhe, citando ao senado para uma força, não devia jun-
«tamente recorrer ao extraordinario, que só tem logar quando
«aquelle falta ou delle se não usa. V. Magestade, porém, re-
«solverá o que fôr do seu real agrado.

«Aos procuradores dos mesteres João Baptista Correia,
«Bento Cordeiro e Paulo Alves Serrão parece que, sobre o
«requerimento do supplicante Manuel Rodrigues dos Santos,
«deve V. Magestade mandar que este use da agua dos ba-
«nhos com a mesma liberdade que até agora se lhe permittia,
«por dois principios: 1.º pelas certidões que junta ao seu re-
«querimento, mostra que já se lhe disputou, não só uma, mas
«mais vezes o mesmo uso, e lhe foi em todas julgado, prece-
«dendo para estas decisões outras tantas vistorias e as mais
«diligencias que pareceram precisas para semelhante fim; e,
«sendo as partes as mesmas e identico o ponto, está nos ter-
«mos de aproveitar-lhe a excepção de coisa julgada, um dos
«mais fortes fundamentos que aponta o direito para titulo, não

«só da posse, mas do dominio ; o 2.º motivo, egualmente forte
«e proveitoso ao supplicante, é a posse de cento e tantos an-
«nos de que se vale, e porque a tem prescripto com sciencia
«e paciencia do senado, que se justifica pelas mesmas visto-
«rias que por ordem deste tribunal se mandaram fazer, sendo
«que não era preciso tanta extensão de tempo, mas a de qua-
«renta annos bastava, segundo a melhor e mais regular dou-
«trina, para se dizer a posse contra o público prescripta.
«Estes dois motivos, de coisa julgada e prescripção, favore-
«cem ao supplicante, e innegavelmente, quando se lhe qui-
«sesse disputar o dominio da agua que agora se lhe emba-
«raça, e muito mais a posse, porque esta é sem dúvida, não
«lhe pôde ser tirada absolutamente, mas por uma via ordina-
«ria, com conhecimento individual e prova plena do prejuizo
«que se figura, do legitimo senhor da agua e do nascimento
«e aqueductos desta ; mórmente reflectindo-se que nesta ul-
«tima vistoria que fez o senado, disseram os peritos, unifor-
«memente, depois de indagarem as circumstancias que lhes
«pareceram precisas, que a arca dos banhos, ou agua desta,
«mostrava não ter mais nascença do que a que os mesmos
«banhos possuem, e ser diversa da da arca do público, e que
«o anel grosso de agua com que se provêem os mesmos ba-
«nhos, se acha desviado da do público ; se, porém, o senado
«entende que o público padece damno, e que as suas aguas
«se acham usurpadas pelo supplicante, tem o remedio de man-
«dar reforçar a arca e aqueductos por onde entenderem os
«peritos se extravaza e se lhe tira, impondo-se pena propor-
«cionada ao usurpador della, mas depois de convencido por
«via ordinaria, sem a qual não pôde o supplicante ser tirado
«da posse tão dilatada e que por tantas vezes se lhe tem jul-
«gado. V. Magestade, porém, não obstante estes motivos, de-
«terminará como lhe parecer, que sempre será o mais acer-
«tado e justo. — Lisboa, etc.»

OUTRAS BICAS, FONTES E
CHAFARIZES DE ALFAMA

CHAFARIZ DA PRAIA

“Cop. Do Largo do Terreiro”
in Irisalva Moita (dir.e org.), *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*,
volume 2, Catálogo de Exposição – Palácio Galveias, Outubro/Dezembro de
1990, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, pp. 226 e e 240

FONTE DO LEÃO – RUA DA JUDIARIA

Foto do autor, Lisboa, Dezembro de 2006

**CHAFARIZ COM CABEÇA DE LEÃO
RUA DA JUDIARIA**



Foto do autor, Lisboa, Dezembro de 2006



Foto do autor, Lisboa, Dezembro de 2006



Foto do autor, Lisboa, Novembro de 2007

FONTE DO POETA



Foto do autor, Lisboa, Dezembro de 2006



Fotos do autor, Lisboa, Dezembro de 2006

FONTE DAS ESCADINHAS DE S. MIGUEL



Foto do autor, Lisboa, Dezembro de 2006



Foto do autor, Lisboa, Dezembro de 2006



Foto do autor, Lisboa, Dezembro de 2006

FONTE COM CABEÇA DE LEÃO – RUA DA ADIÇA



Foto do autor, Lisboa, Novembro de 2007



in Manuel João Morais Ribeiro e *et al.*, *Alfama: Caracterização Sociológica da Habitação*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1991, p. 16.



Foto do autor, Lisboa, Novembro de 2007

FONTE DAS ALMAS



Foto do autor, Lisboa, Novembro de 2007



Foto do autor, Lisboa, Novembro de 2007



Foto do autor, Lisboa, Novembro de 2007



Foto do autor, Lisboa, Dezembro de 2006



Foto do autor, Lisboa, Novembro de 2007



Foto do autor, Lisboa, Novembro de 2007



Foto do autor, Lisboa, Novembro de 2007

O FENÓMENO DA ÁGUA
DAS "RATAS" NA
IMPREENSA DE LISBOA.
ALGUNS EXEMPLOS

República

Municipal
(Palácio)

DR. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA

Director: CARVALHÃO DUARTE Director-Adjunto: ALFREDO GUIASDO

O DIÁRIO DA TARDE DE MAIOR CIRCULAÇÃO EM TODO O PAÍS

Chefe da Redacção e Editor: ARTUR INEZ
Redacção, Administração e Oficinas
R. da Misericórdia, 116 - Tels. 325130-326532-325324

QUARTA-FEIRA, 9 de Outubro de 1963
5no 53.ª - 2.ª Série - N.º 11.761 - Preço 1\$00
Propriedade da «EDITORIAL REPÚBLICA»

Águas «milagrosas» da Alfama...

O Tanque das Lavadeiras (hoje Fonte das Ratas)

Lisboa foi, em tempos, uma cidade de fontes: Chafariz de Arroios, Bica do Regueirão, Taça do Intendente, Bica do Desterro, Poço do Borratém, Bica do Andaluz, Fonte Santa, Chafariz do Carmo, Bica dos Olhos, Bica irlande, Bica do Arsenal, Bica do Sato, Chafariz de Dentro, Fonte de Tenabuquel, Chafariz da Praia, Chafariz de El-Rei e outras. De fontes e armazéns em locais desfeitos e agora usados e repisados pelo lisboeta da era atómica.

Com o tempo foram-se as bicas (a maior parte) e as termas; abriram-se

era antigamente um movimentado recinto de brigas e mexericos

novas ruas, ergueram-se enormes prédios e só ficou a curiosa história de velhas águas desviadas.

Breve história da Fonte das Ratas

«No pátio das traseiras dos Banhos de D. Clara ficava um lavadou-

ro público com entrada pela Travessa do Terreiro do Trigo, vis-à-vis com o Beco dos Curtumes — diz um número de 1951 da «Revista Municipal» que temos presente.

«O mulherio de Alfama, de língua desbragada (de há muitos anos, claro), fazia daquele recinto o seu «quartel-genera» de brigas e mexericos, erquando batia a roupa mergulhada no extenso e oblongo tanque de águas tépidas que foi obra de um município do real senhor D. Sebastião. Só tarde, no último quartel do século XIX, interveio a Companhia das Águas, transformando o tanque num depósito coberto e dissolvendo as movimentadas cortes do bairro.

Acrescentemos que o depósito coberto se foi, pouco a pouco, arruinando até que, há cerca de dois anos, durante uma demolição de muros, a água voltou à luz do dia. A água e algumas ratas, de onde surgiu o nome que presentemente o vulgo dá à fonte de três bicas que o Município ofereceu à cidade. Velhíssima nascente, pois, dada agora como nova, com água morna, dada também, outro dia, em pleno estio, como de mais fresquinha do mundo...

Ataque de surpresa de forças argelinas a um posto marroquino

* Houve mortos e feridos

SAFI, 9 — Um comunicado publicado pelo Ministério da Informação marroquino diz que se verificou um ataque de surpresa de forças argelinas contra o posto marroquino de Hassi Beida, havendo a registar mortos e feridos. Segundo o comunicado, as forças argelinas penetraram 100 quilómetros em território marroquino e destruíram com lança-chamas alguns oásis.

Foram tomadas «medidas exigidas pela gravidade da situação» numa reunião do rei Hassan com os seus conselheiros.

O rei resolveu enviar imediatamente dois representantes seus — o ministro da Informação e o chefe das forças armadas — ao presidente Ben Bella, de cuja «boa fé» não duvida.

(Continua na última página)

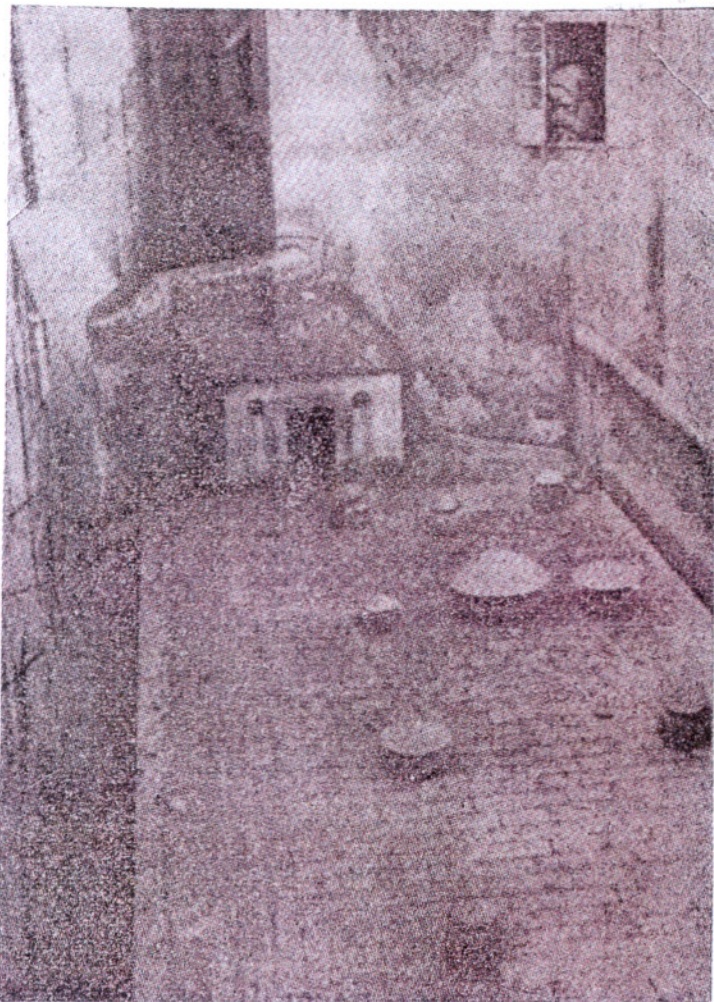
Muitas nascentes de temperatura elevada a «explodirem» nas profundidades da velha Alfama

já em 1867 aquelas águas eram consideradas semelhantes às dos Ba-

(Continua nas páginas centrais)

9-10-1963

O velho tanque das lavadeiras



O tanque das lavadeiras (no local agora popularmente denominado Fonte das Ratas) quando foi transformado em depósito coberto

(Continuado da 1.ª página)

nhos de D. Clara através dos seus valores em cloro, sulfato, nitrato,

Prémios literários de Lourenço Marques

Para desenvolvimento da cultura popular do interesse público pelos assuntos respeitantes a Moçambique e à cidade de Lourenço Marques e também no intuito de fomentar o intercâmbio cultural entre a Metrópole e o Ultramar, a Câmara Municipal de Lourenço Marques abrirá, todos os anos, um concurso literário com a atribuição dos prémios: «História» — Prémio Mousinho de Albuquerque, sendo o primeiro de 5.000\$00 e o segundo de 3.000\$00; «Ficção» — Prémio António Enes, sendo o pri-

carboneto, sódio, potássio, magnésio e cálcio.

Assinala-se naquele mesmo número da «Revista Municipal» sobre o grupo de águas locais: «vindas de uma profundidade que se calcula a 450 metros, no sopé da encosta da velha Alfama, desde Santa Apolónia ao Chafariz de El-Rei, brotam inúmeras nascentes de temperatura elevada, caudal interdependente e composição química semelhante. São as nascentes das Alcaçarias, de resíduo seco, baixo, desprendendo azoto e de termalidade compreendida entre 20° e 31°, assim classificadas de hipossalinas azotadas quentes».

Já há mais de 200 anos consideradas excelentes para várias maleitas...

E saiba-se também que já em 1726 se consideravam as águas que por

todo o lado «explodem» no sub-solo da pitoresca Alfama — como agora explodem, no Verão, as festas turísticas nas suas típicas ruas — magníficas parr «certos dermatoses crónicas, nomeadamente impétigos, acne e psoríase, para o reumatismo sabugado, mesmo que a fase aguda tenha cedido recentemente e haja temperaturas subfebris; e em doenças do aparelho digestivo utilizam-se nos estados de dispepsia por gastrite, na insuficiência hepática, bem como na obstipação crónica por atonia», não falando já que no campo da ginecologia são referidas no Aquilégio as purgações albas das mulheres»...

Um copo de água às três da madrugada...

E aqui está a novidade constituída pela Fonte das Ratas, a todo o instante motivo de grande freguesia de aquisitas, de manhã, à tarde, à noite e de madrugada e onde já vimos de passagem, cerca das três, um senhor de ar feliz, puxar do seu copo de papel, enchê-lo, beber e arrotar...

Regulamento

da Medalha de Mérito Militar

Foi publicado um diploma dando nova redacção a dois artigos do decreto que promulga o Regulamento da Medalha de Mérito Militar. O diploma estabelece, entre outras condições, o tempo necessário para ser condecorado mas em parágrafo único refere que o agraciamento com qualquer das classes da medalha por actos praticados em campanha, é independente do tempo do serviço.

Missões oficiais fora do país

Foram concedidas missões oficiais fora do país aos srs. dr. João Afonso Cid dos Santos, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, eng. Adolfo José Queirós de Sousa, professor do Instituto Industrial de Lisboa, dr. Túlio Lopes Tomás, professor do Ensino Liceal, dr. Miguel Caliro, director da Escola Prática de Ciências Criminais, e D. Idalina Pereira da Cruz Fragata Leite Pinto, professora de Canto Coral.

Um transformador de 33 toneladas para a subestação eléctrica de Évora

Transportado a caminho do Porto

20-10-1962 DIÁRIO POPULAR PÁGINA 17

A «ÁGUA MILAGROSA» DA FONTE DAS RATAS

MAIS DE SETE MIL GARRAFÕES VAI DIARIAMENTE ENCHER A ALFAMA UMA MULTIDÃO DE CRENTES NAS VIRTUDES (REAIS OU IMAGINÁRIAS) DO PRECIOSO LÍQUIDO

A população de Alfama sai para a rua às primeiras horas da manhã. Bairro de gente que, antes do sol, se dedica à faina do mar, Alfama, pitoresca e atarefada, escrupulosamente cingida à antiga trua castiça, cedo se agita no seu noscar matinal na sua vida quotidiana. E, pelas ruas estreitas, impecáveis de limpeza, indicadas de casas apalaçadas da fidelguia, ou de modestas habitações do meirinho, passam grupos de homens e mulheres que vão para o trabalho, canastra à cabeça, vasilha na mão.

No entanto, quem, como o repórter, tivesse estado em Alfama na manhã de ontem, notaria que contrariando o fluxo de tra-



20-10-1963 DIÁRIO POPULAR

A «ÁGUA MILAGROSA» DA FONTE DAS RATAS

MAIS DE SETE MIL GARRAFÕES VAI DIARIAMENTE ENCHER A ALFAMA UMA MULTIDÃO DE CRENTES NAS VIRTUDES (REAIS OU IMAGINÁRIAS) DO PRECIOSO LÍQUIDO

A população de Alfama sai para a rua às primeiras horas da manhã. Bairro de gente que, antes do mais, se dedica à faina do mar, Alfama, pitoresca e alindada, escrupulosamente cingida à antiga traga castiça, cedo se agita no seu vozear matinal na sua lida quotidiana. E, pelas ruas estreitas, impeccáveis de limpeza, ladeadas de casas apalaçadas da fidalguia, ou de modestas habitações da plebe, passam grupos de homens e mulheres que vão para o trabalho, canastra à cabeça, maleta na mão.

No entanto, quem, como o repórter, tivesse estado em Alfama na manhã de ontem, notaria que contrariando o fluxo de trabalhadores que daquele bairro se afastam outro se verifica de pessoas que se aproximam. Como um emblema, um múltiplo comum, todos carregam um, dois, por vezes mesmo quatro garrações. E não é de hoje este movimento: ele verifica-se, ininterruptamente, dia após dia, desde que, em Abril passado, o Município abriu ao público a nascente popularmente designada como Fonte das Ratas.

E verdade. Na rua do Terreiro do Trigo o garração destrona a

fões cada trinta segundos, teremos seis por minuto, trezentos e sessenta por hora, três mil e seicentos em dez horas, sete mil e duzentos em vinte!

A bicha afunila junto aos cinco degraus que é preciso descer para chegar às bicas que são três apenas, como dissemos. Impacientes, as pessoas desatolham os garrações, defendem a sua prioridade, discutem, empurram e são empurradas. Mas, ao cabo, alcançam a almejada bica. Quando, de garrações cheios, deixam o local, doram por bem empregado o tempo perdido, os empurros, os pés molhados. Levam consigo o precioso líquido, e é isso que lhes interessa.

ÁGUA PARA SANTARÉM

Interrogámos várias pessoas, unânimes nas virtudes da água da Fonte das Ratas — alcalina e quente, boa para o fígado e para os intestinos, para feridas e para eczemas, ao que nos dizem.

O sr. Joaquim Gomes, que é empregado de obras, veio de Benfica e trouxe dois garrações. Confessa-nos que, na sua vizinhança, várias pessoas obtêm o melhor resultado, pelo que também vai experimentar. Um dos garrações destina-se a satisfazer um pedido de Santarém. O outro é para consumo próprio.

O encarregado do serviço de jardins da Câmara Municipal de Lisboa em Alfama também nos fala das virtudes da água para doenças do fígado, e menciona pessoas que há mais de quinze anos sofriam sem alívio para os seus padecimentos, e só agora o encontraram na nascente das Alcaçarias do Duque. Segundo nos comunica, foram já três as análises tiradas daquela água. E, se nada nos esclarece quanto ao seu valor terapêutico, o facto de as bicas continuarem a fluir assegura-nos que nada de nocivo nela foi encontrado.

A CONCORRÊNCIA DA FONTE NÃO PREJUDICA A VIZINHANÇA

— Já nos vamos habituando ao barulho! — declarou-nos uma senhora a quem interrogámos sobre o assunto. É a sr.ª D. Maria Elisa Paulo Garcia, moradora da rua do Terreiro do Trigo, 66, 1.ª, Esq., e a vizinha mais próxima da concorrida fonte.

Assegura-nos que, mesmo durante a noite, o murmurar das pessoas que vão buscar água — e que a princípio estranhava, já faz parte do amalga-

ma de sons habituais do bairro. Não tem, portanto, nada contra a frequência da fonte durante a noite. De resto, segundo nos diz, o ruído de dia é muito maior.

A proverbial boa disposição da nossa gente traduz-se constantemente em comentários jocosos. «Faz criar cabellos» — grita uma mulher que passa. «Dá vida aos mortos!» — exclama outra. E, nesta atmosfera em que o riso predomina, as horas da manhã escoam-se rapidamente.

Falámos com dezenas de pessoas, cujos testemunhos seria monótono reproduzir. Registaremos, portanto, apenas alguns, os que mais curiosos ou significativos nos pareceram.

HÁ QUEM UTILIZE A ÁGUA EM COZINHADOS E QUEM NÃO BEBA DE OUTRA

O sr. José Martinho Rodrigues, que é subchefe da P. S. P., foi esta manhã abastecer-se de água. Oportunamente aproveitou para introduzir alguma ordem na bicha.

— Eu não posso beber, declarou-nos. Mas levo a água para a minha mulher, que há dois meses anda a tomá-la, um copo de manhã, outro à noite, e não quer beber outra.

A jovem Níria de Jesus é empregada numa fábrica de malás, e veio, com uma colega, buscar água para a patroa. Quatro garrações, que ambas vão levar até ao Alfo de S. João.

— Eu, já é a terceira vez que cá venho, mas nunca a bebi. Para quê? Se não sou doente, não preciso.

O sr. Germinal Sales dos Santos, que há mais de trinta anos frequenta termas no País e no estrangeiro, diz-nos que tanto ele como sua mulher só usam daquela água quer para beber, quer nos cozinhados.

A sr.ª Maria dos Anjos, doméstica, diz-nos que o mau estar e o estômago apesados desapareceram quando começou a beber da mesma água. E a sr.ª Esmeralda Vieira Fernandes afirmou que, embora se não deva beber

(Continua na 23.ª pág.)



Em cada plano um garração — o que foi cheio, o que se está a encher e o que aguarda, pacientemente, a sua vez

maleta. Nas paragens dos «eléctricos» inúmeras pessoas aguardam transporte; a seu lado o inevitável par de recipientes. De automóveis, ou vindos a pé, chegam constantemente homens e mulheres, populares ou gente bem apessoada, cisas ou fardas, guarda-freios, criadas de servir, uma multidão; há quem traga apenas a modesta garrafa, mas o seu aumentativo surge às centenas — garrações brancos, de boa aparência, não manchados de vinho, mas como devem ser os recipientes destinados a conter uma água que, rapidamente, adquiriu a fama de milagrosa.

SÓ DE MADRUGADA DEIXA DE HAVER RUIA

CONCURSO de fotografias



República

Fundador: DR. ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA

Director: CARVALHÃO DUARTE

Director-Adjunto: ALFREDO GUIASO

O DIÁRIO DA TARDE DE MAIOR CIRCULAÇÃO EM TODO O PAÍS

Chefe da Redacção e Editor: ARTUR INEZ

Redacção, Administração e Oficinas

R. da Misericórdia, 116 - Tels. 325136-326532-325324

SEXTA-FEIRA, 1 de Novembro de 1963

Ano 53.º - 2.ª Série - N.º 11.781 - Preço 1\$00

Propriedade da «EDITORIAL REPUBLICA»

A PULSEIRA E A ÁGUA

Pelo DR. ARMINDO RODRIGUES

Hoje em dia, Lisboa que não é, cosmopolitamente, uma pulseira japonesa e, com maior simplicidade local, não beba água da Fonte das Ratas não é gente. Estas superstições, que, afinal, não são mais grosseiras que outras muito organizadas e tidas por respeitáveis, é curioso como se apresentam por vezes com o seu aspecto cíclico. É o caso. A pulseira estava esquecida e a água andava deslembada. De

A Rússia

lançou no espaço
uma nave dirigível

LONDRES, 1. — A Rádio de Moscovo anunciou que a Rússia lançou uma «nave dirigível».

A nave tem a designação de «Polyot-Um». Mais tarde, a Agência «Tass» referiu-se à nave como um veículo espacial manobrável, tanto lateralmente como ascensionalmente. O equipamento a bordo está a funcionar de forma normal. — R.

Ferreira de Castro

ialará amanhã
de «Arte e Literatura» em Évora

A convite da Livraria Gastar, de Évora, desloca-se amanhã aquela cidade o ilustre escritor Ferreira de Castro, que na Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Joaquim António de Aguiar» realizará uma conferência sob o tema «Arte e Literatura», estando marcada para anteceder a conferência uma cerimónia de desceramento duma lápida que fi-

facto, tanto a água como a pulseira haviam tido já a sua apregoada voga, com tanto proveito para doentes de toda a casta, que a uma e outra se tinham apegado em surtos de moda anteriores.

Sobre o desengano ou a ingratitude dos antigos beneficiados da pulseira, que grassou epidemicamente há umas dezenas de anos atrás, acumulara-se o espesso pó dos grandes abandonos. Era a altura de alguns industriais espertalhões a desenterrarem, soprarem, escovarem, brunirem, e voltarem a lançar no mercado ansioso, com as mesmas irresponsáveis promessas de múltipla eficácia. E como, para os produtos e artefactos menores, a lei da oferta e da procura não sofreu na economia capitalista distorção sensível, o prodigioso objecto, sem diminuição das virtudes curativas, tem vindo, graças à concorrência dos fabricantes, progressivamente a baratear. É uma vantagem.

Quanto à água, desprezada por ingratitude ou desengano equivalentes, havia-se porventura reduzido a um rio débil e choroso, que relesmente corria para a sargeta mais próxima. Por felicidade, a Câmara Municipal interveio, fizeram-se obras, modestas e caras, porque está tudo pela hora da morte, e são agora três as bicas de que ela, triunfante e terapêuticamente jorra cantante para os garrafões insaciáveis.

As bichas destes garrafões, com os seus pacientíssimos donos a empunhá-los, crescem de dia para dia, com grande cópia de polícias a manter a ordem indispensável e não menos enriquecimento, por via dessa mesma ordem, da disciplina e do

civismo. Têm faltado, por enquanto, os cartazes indicativos das proveniências várias da multidão, o que lhe daria maior sainele moderno, mas é incerto que qualquer bairro da cidade se não haja já ali, quiçosa e esperançadamente, representado.

De pulseira no pulso esquerdo e garrafão na mão direita, ou ao contrário, conforme o cansaço ocasional ou as convicções pessoais de

(Continua na 2.ª página)

GOLPE DE ESTADO O PODER

NO VIETNAM

* As forças armadas
tomar conta do po
o que é feito do

SAIGÃO, 1 — Comandos da Marinha, paraquedistas, infantaria e blindados desencadearam, ao princípio da tarde de hoje, uma tentativa de golpe de estado militar em Saigão. As forças anti-governamentais parecem ter tomado posição,

República

Pág. 111

A PULSEIRA E A ÁGUA

(Continuado da 1.ª página)

cade um, o ponto é que o lisboeta está a ganhar com isto, não importa se só episódicamente, outra saúde e outro aspecto. Coração, fígado, baço, estômago, intestinos e raivas anda-lhe tudo aplacado por dentro. E, se as olheiras lhe crescem, por fora, até às comissuras da boca descaída, isso mesmo, que ele deve, inevitavelmente, às longas caminhadas e às longas esperas que o enchimento dos garrafões lhe impõe, por outro lado lhe espiritualiza a face.

Duvidar da pulseira seja já como duvidar de toda a espécie de medalhas, signos e figas, cujos créditos estão tão etnológica e solidamente firmados. Seria uma negação leviana, impenitente e relapsa de factos que se metem pelos olhos dentro. Mas, enfim, a pulseira é japonesa. É estrangeira. A dúvida legítima-se. Duvidar, porém, da água, que ainda por cima é nossa, brota da do nosso glorioso solo cidadão, é que não admite desculpas.

As qualidades benéficas das águas são conhecidas de todos e desde recuadíssimos tempos. Há-as para todos os gostos, todas as mazelas, todos os fins. A gama é vasta. São as sulfurosas, muito eficazes no reumatismo e mal-cheirosas, as lítiças para a gota, as sulfatadas, bicarbonatadas sólidas, em garrafinhas com um selo de cinco tostões, excelentes para os fígados derrancados, as calcárias, boas para os dentes e que dão cabo das panelas, as gasificadas artificialmente, com selo também, muito próprias para refrescos e promo-

toras de eructações, as inquinadas de bacilos tíficos, para processos de vacinação natural contra a febre tifóide mediante a própria doença, as, ao invés, bacteriológicamente puras, as misturadas descaçoavelmente no leite e no vinho, e sobretudo as muito ferruginosas e manganésicas, a acreditar nos entendidos, que a isso lhes atribuem as pródigas colorações, como as da Companhia, que, aliás, com meritória generosidade, nos não cobra taxa por aquele excelente mineral. Águas há até, miraculosas, neste nosso pobre e pândego mundo, de sítios para onde, porque lá faltam, acautelada e previamente são levadas às pipas.

Peça é, pois, que a Câmara Municipal senão abalance a abrir em cada freguesia de Lisboa uma destas fontes. Pelo convívio social que das bichas adviria, os lisboetas aprenderiam a estimar-se mais. Pelas demoradas horas de expectativa, cultivariam a serenidade. Pela melhoria sanitária geral, poupar-se-iam medicamentos inúteis nos serviços da chamada Medicina Social. E, inclusivamente, com uma bem conduzida propaganda, pela concorrência nacional às pulseiras, economizaria o país al-

gum precioso dinheiro no caudal debilitante das suas importações. Seja como for, aqui fica a sugestão.

ARMINDO RODRIGUES

Novos selos postais postos a circular em Angola

São hoje postos a circular em Angola os novos selos postais tendo como motivo 18 igrejas daquela província ultramarina.

As taxas são de 10, 20, 30, 40 e 50 centavos e de 1\$00, 1\$50, 2\$00 e 2\$50.

Brinco perdido

Uma pessoa da família de um dos nossos redactores perdeu, no dia 29 de Outubro, no cemitério Oriental, um brinco com dois brilhantes de alto valor estimativo. Peda-se a quem o encontrou o favor de estabelecer contacto com o nosso jornal ou pelo telefone 870841. O achador será gratificado.

correl de Outem

CAI NEVE NA NATUREZA

A Natureza vestiu-se de branco, que é a forma serena de mandar cumprimentos de Outono. Alguns poetas vão encostrar pretexto pa-

me de fogo posto (área de 300 hectares) nas matas nacionais do perímetro florestal daquela região. O indivíduo chama-se Francisco Fraga, de 36 anos, casado, agricultor, natural do lugar das Covas, de onde...

ANEXO 7

OS PROJECTOS DE PEZERAT

RELATORIO

à Excellentissima Camara Municipal de Lisboa, sobre o estado das nascentes que alimentam os chafarizes d'El-Rei, de Dentro, da Praia, e o tanque das Alcaçarias; — e sobre os meios de estabelecer um melhor systema de aproveitamento, e de distribuição destas mesmas aguas, no Bairro Oriental de Lisboa, assim como na Cidade baixa.

A memoria sobre chafarizes, bicas, fontes &c. do Senhor José Sergio Velloso de Andrade, apresenta uma exactidão, de tal modo minuciosa e perfeita no *historico*, e no *descriptivo* dos chafarizes d'El-Rei, de Dentro, e da Praia, que não saberíamos accrescentar-lhe cousa alguma para a intelligencia do estudo, de que somos encarregados pela Excellentissima Camara Municipal de Lisboa. Nossa planta não é mesmo senão uma demonstração *graphica*, *geometrica*, e *geologica*, que ajuntámos ás descrições do Senhor Andrade, para completar o nosso próprio relatorio, ao qual elle servio de base, e ao qual elle deve ficar annexo.

Temos procedido a este estudo com toda a exactidão, de que somos capazes, a fim de não termos de apresentar senão razões acertadas, e sem *hypotheses*, e de collocar a Camara Municipal no estado de analysar, como nós, toda esta questão do *systema* das aguas do bairro oriental de Lisboa; questão muito complexa á primeira vista, mas que se *ellucida*, e se resolve facilmente, quando se apôia o seu *raciocinio* sobre operações *geodesicas* rigorosas, e observações *geologicas* conscienciosas.

Sem nos prendermos com todas as *supposições* gratuitas, e erroneas, que se tem feito até hoje, sobre a natureza, a origem, e a differença de qualidade destas aguas, que uma *analyse chymica* muito exacta só pôde verificar, limitar-nos-hemos a demonstrar, *geometrica* e *geologicamente*, que todas ellas não podem provir senão do mesmo manancial, isto é, do lençol, que temos reconhecido, ha muito tempo, e que existe n'uma camada ou extracto de arêias, um pouco *argilosas*, do

— 31 —

terreno terciario ou *calcario grosseiro*, sobre que assenta esta parte de Lisboa.

Este extracto, que vem tocar ou sahir (*affleurer*) debaixo dos cães ou praias desta Cidade oriental, e no valle de Chellas, onde ella produz egualmente nascentes abundantes, existe tambem na outra margem do Têjo, onde ella alimenta a fonte da pipa, e outras fontes. Ainda que as duas porções deste extracto sejam interrompidas ou em solução de continuidade, pela erosão do leito do rio, não deixam de apresentar o mesmo character; e se esta da margem esquerda não produz senão pequenas nascentes, é que as aguas não podem chegar ao affloramento superior do lençol senão pelo chéio (*trop plein*) do mesmo lençol, em quanto sobre a margem direita, o extracto, tocando (*affleurant*) a superficie do terreno pela sua aresta inferior, fornece volumes consideraveis d'aguas. A existencia desta camada aquosa, estando bem verificada não sómente pela quantidade das aguas, que ella fornece a Lisboa, a Chellas, mas ainda pelo nivel das nascentes, que corresponde perfeitamente ao traço orisontal, que determina a direcção de todo o systema de extratificação desta formação terciaria; não sómente a coincidencia deste plano horizontal, donde sahem todas as nascentes, com a direcção verdadeira desta formação, verifica rigorosamente a disposição de todo o systema, mas até demonstra a existencia certa d'um lençol arteziano, do qual, conhecendo-se algum elemento, é facil determinar todas as mais condições geognosticas.

Com effeito a direcção desta formação é N. E. a S. O., por conseguinte o seu plano de inclinação (variavel de 5.º a 8.º graus) é N. O. a S. E.; assim todas as aguas tendem a escapar por qualquer affloramento inferior, tomado na direcção, e é o que tem logar para todas as nascentes do bairro oriental de Lisboa, assim como das praias de Xabregas, e do valle de Chellas.

Tambem, traçando uma linha da nascente superior do chafariz d'El-Rei, na galeria norte da claraboia de S. João da Praça, ao tanque alimentario ou da nascente do chafariz de Dentro; tocando na nascente do tanque das Alcaçarias, a orientação desta linha é precisamente S. O. a N. E. isto é Norte 46.º I'Este.

— 32 —

Esta mesma linha horisontal, prolongada até Chellas, faz encontrar o mesmo affloramento em todos os poços tão abundantes deste valle. Assim não se póde exigir um dado geologico mais exacto, e mais demonstrativo de um lençol arteziano.

Depois deste resumo geologico, se nós chegâmos a tractar de operações de nivelamento, e de medidas rigorosas, todas concordam em corroborar a nossa convicção. Por exemplo, os niveis das nascentes dos chafarizes d'El-Rei, de Dentro, e do tanque das Alcaçarias, combinam-se perfeitamente para acabar a nossa demonstração.

O nivel do tanque alimentario do chafariz d'El-Rei, por cima do nivel verdadeiro do mar, isto é, do nivel das meias marés, fica a 3,^m40.^c

O nivel do tanque das Alcaçarias a 3,^m20.^c

a differença pois é menos d'um palmo, isto é, de 0,^m20.^c

Esta differença é a que deve ser, porque a sahida destas aguas nos dous tanques se opera em condições mais favoraveis, e com maior pressão no tanque das Alcaçarias, do que no tanque do chafariz d'El-Rei.

Deste ultimo as aguas, sustentadas no seu nivel natural, não correm senão com uma pressão de 0,^m03.^c e por uma calha de mui pequena secção; em quanto o nivel do tanque das Alcaçarias, sendo inferior de 0,^m20.^c tem além disso um orificio de desaguadoiro de mais de 0,^m14.^c de diametro, que apresenta uma veia fluida enorme, quasi sem contracção, que não deixa ás aguas affluentes, (ainda que da origem commum) o tempo de attingir ao nivel das aguas, quasi prezas do tanque do chafariz d'El-Rei.

O nivel do chafariz de Dentro, sendo 4,^m e 10.^c

Comparado com o do chafariz d'El-Rei. . 3,^m 40.^c

Deu uma differença de 0,^m 70.^c
devida á mesma causa da difficuldade de escoadoiro.

Tambem a nascente dos chafarizes de Dentro, e da Praia, que é commum, não fornece senão 8 $\frac{1}{2}$ anneis d'agua na praia-mar, e 7 $\frac{1}{2}$ anneis na baixa-mar, em quanto a do chafariz d'El-Rei fornece 13 anneis, e quatro pennas na praia-mar, e 11 anneis, e 3 pennas na baixamar. Esta differença no fornecimento de

— 33 —

um mesmo lençol não depende sómente da maior porção d'agua na parte do lençol, correspondente ao maior desaguadoiro, mas tambem da maior elevação dos orificios de escoadoiro ; e, para completar esta demonstração, bastará fazer notar que o tanque das Alcaçarias, cujo nivel de desaguadoiro não é senão a 3,^m20,^c fornece 26 anneis, tal como o demonstra não só a medição, (*jaugage*) que fizemos theorica, e practicamente, mas até a informação, dada por todos os habitantes visinhos, do tempo necessario para o tanque se enchêr, os quaes asseveram que, depois de cada limpeza, este tanque gasta 40 minutos para se enchêr ; o que com tudo forneceria um abastecimento triplo da nossa medição.

Temos tambem, durante a nossa operação, feito tapar, ainda que imperfeitamente, este orificio de desaguadoiro, e temos reconhecido immediatamente que o nivel cresce de tal modo, que estamos certos que, se as aguas affluentes destes dous tanques não tivessem escoadoiros, ellas se equilibrariam infalivelmente ao mesmo nivel.

Assim, poisque ellas provém da mesma origem, ellas tem as mesmas qualidades, e podem servir aos mesmos usos.

A unica differença, todavia, que achámos, é uma temperatura maior na do tanque das Alcaçarias.

Todavia, não pertendo affirmar ou negar a asserção, ou crença popular, bem ou mal fundada, da mistura destas aguas com algumas nascentes thermaes ; não será, como já dissemos, senão uma analyse chymica, bem feita, (*) a que poderá esclarecer esta questão ; mas, segundo o nosso parecer, ella não tem importancia alguma para o abastecimento, e distribuição ulteriores das aguas deste lençol geral, porque nada é mais facil, do que evitar o contacto de algumas aguas thermaes, quando existam, cujo nivel será inferior, segundo toda a apparencia, e só póde provir da pequena camada de lignite, existente na grande bancada de marne azul, que está debaixo da camada aquifera, ou lençol arteziano, e da qual está separada só por alguns extractos argilosos, de modo que, algumas infiltrações attingindo estes lignites, a decomposição destes basta para communicar a estas aguas temperaturas differentes.

Alguns novos intersticios, similhantes áquelles por

(*) Vejam-se as analyses, adiante juntas, feitas pelo Sr. Julio Maximo d'Oliveira Pimentel ; e as antigas pelo Cavalheiro Vandelli.

— 34 —

onde se fizeram as infiltrações, apresentando-se no afloramento inferior do lençol, em lugar de formar, como tubos communicantes, um orificio de introduccão, apresentariam, pelo contrario, um furo de escoadoiro, pelo qual estas aguas, em contacto com os lignites, sahindo, *per ascensum*, podem, então, misturar-se com as aguas do lençol superior.

Seja o que fôr, não se poderiam considerar todas estas demonstrações como erroneas, pois que assentam sobre theorias, e observações; ellas mesmo resultam de indagações seguidas, que temos feito por muitos annos. — Tudo quanto diz respeito ás aguas thermaes, não tem, com tudo, importancia nenhuma na solução da questão, de que nos occupâmos; nossó fim principal era reconhecer, e demonstrar a origem commum de todas estas nascentes, que alimentam os trez chafarizes, e o tanque das Alcaçarias. — Agora, pensando ter resolvido o problêma, não tractaremos mais senão de procurar o meio de reunir, e de distribuir todas estas aguas, de um modo mais judicioso, e mais util, não só no bairro oriental, mas ainda na cidade baixa, porque, em lugar de 1:250 pipas, aproximadamente, que fornecem hoje os trez chafarizes de El-Rei, de Dentro, e da Praia, se nós lhe ajuntarmos as 1:663 pipas, que alimentam o tanque das Alcaçarias, poderemos dispôr de 2:913 pipas, (*) isto é, uma quantidade d'agua maior áquella, que fornece o aqueducto geral das aguas livres, em tempo do grande estio, que não é senão de 2:352 pipas, o que faz uma differença de 561.

Temos a firme crença, e podêmos dizer a certeza, de que, estabelecendo, com todo o cuidado, a galeria de reprêza, ou mina projectada em a nossa planta, para atalhar todas as aguas desta parte do lençol, sem as deixar perder no tejo, nós conseguiremos um abastecimento, que, de envolta com a agua livre, auxiliada com as suas projectadas conservas, se tornará mais que sufficiente para todas as precisões da cidade.

E' necessario, para tirar todo o partido conveniente destas aguas, levantál-as, por meio de machinas de vapor, desde o tanque alimentario até a uma bacia de distribuição, collocada a uma altura tal, que possam

(*) Não tínhamos, nesta occasião, conhecimento da nascente de Pena Boquel, cuja medição ainda não se verificou, mas que, em todo o caso, fornece avultada quantia.

— 35 —

ser conduzidas, por declive, e pressão, aonde conveniente fôr; reservando-se com tudo a quantidade necessaria para alimentar não só os chafarizes existentes, mas tambem um ou mais tanques para lavadeiras, melhor estabelecidos do que o actual das Alcaçarias, aonde se encharcam as pobres mulheres, cuja condição é para lamentar! E' pena que não tivessem sabido utilizar esta magnifica nascente, que, borbulhando na extremidade N. O. do tanque, se escapa clara, e limpida, em direcção ao angulo S. O., por onde sahe, sem quasi renovar a massa lodósa, e estagnada, que enche o resto do tanque, onde os quatro quintos das lavadeiras trabalham todo o dia, todo o anno, toda a sua vida, mergulhadas até á cintura neste charco immundo.

Em fim, com o decimo das aguas, que fornece actualmente este enorme manancial, poder-se-hia estabelecer um lavadoiro com uma corrente serpejante, que offereceria aguas, sempre limpas, e que não exporiam as lavadeiras a absorvêr os germens de todas as molestias, que encerra um semelhante lôdaçal, cheio de immundicia, e de sabão decomposto.

Como nós o temos suppôsto, as aguas atalhadas pela nossa galeria, ou mina, indicada na planta dêsde o ponto C ao angulo N. E. da claraboia de S. João da Praça até ao ponto D, um pouco ao N. E. do tanque das Alcaçarias, isto é, sobre 130 metros, ou 590 palmos de comprimento, não consistirão sómente nas que alimentam hoje estes dous tanques, mas tambem nas mais, que se perdem naturalmente em todo este comprimento, pela extremidade inferior do lençol, e na sua sahida para o téjo, onde se observam varias nascentes. — Interceptando-as sobre este mesmo espaço, ellas deverão chegar todas ao tanque com um declive sufficiente para que não possam refluir. (*)

Mas não contâmos com este augmento, ainda que bem fundado; contentamo-nos com as 2:913 pipas, que existem realmente hoje, e sobre as quaes não tem maior influencia a mudança das estações.

Sobre estas 2:913 pipas, deixaremos ao chafariz de El-Rei, em logar das 832, que elle consome

(*) Temos substituido (dêsde a redacção desta memoria) a este projecto de mina subterranea, uma galeria a céu aberto, cujas vantagens demonstrámos n'uma 2.^a memoria, que deve ser annexa.

— 36 —

hoje, só	500
para conseguir esta economia sem diminuir o fornecimento deste chafariz, bastará armar as suas 9 bicas com torneiras, para não deixar perder agua, durante a noite.	
Em logar das 1:663 pipas, que nascem, e se escôam sem proveito do tanque das Alcaçarias, bastará reservar-lhe outras. . .	500
Total. .	<u>1:000</u>

Por tanto, sobre 2:913 pipas, ficarnos-hão 1:913 para serem elevadas para a bacia de distribuição, e para d'alli serem repartidas, por seu proprio pezo, pelos differentes bairros a que forem destinadas.

Estas 1:913 pipas representam $26\frac{1}{2}$ anneis, approximadamente, que podem alimentar :

1.º Cinco chafarizes de duas bicas, de meio annel, o que faz para chafariz 64 pipas por dia $\times 5 = 320 =$ anneis.	5
2.º Um chafariz de trez anneis, na Praça da Figueira, o que faz 192 pipas por dia = anneis.	3
3.º Para aguas de afformoseamento do Terreiro do Paço, da Praça de D. Pedro, do Passeio Público, cinco anneis. . .	5
4.º Para marcos fontenarios, destinados a todos os usos, como agua alimentar, agua de irrigação, agua contra os incendios, e a necessaria á hygiene, á industria, &c. $13\frac{1}{2}$ anneis = 864 pipas = anneis 13, 4 pennas, em cada 24 horas.	
Total em anneis. .	<u><u>26, 4 pennas.</u></u>

O ponto mais conveniente, a que devem ser elevadas estas 1:913 pipas, ou 790 metros cubicos d'agua, é o pequeno Largo de Santa Luzia.

Esta praça está situada a quasi 65 metros de altura, acima do nivel do tanque inferior.

Estes 790 metros $\times 65.$ ^m de altura = 51350 unidades dynamicas. Contando 1800 unidades dynamicas pela força de um cavallo-vapôr $\frac{51350}{1800} = 27,9$. ou 28 cavallos, precisar-se-ha pois de uma machina da

— 37 —

fôrça de 30 cavallos. — Cada cavallo-vapôr, consumindo 5 killogrammos de carvão, por hora, teremos $30 \times 5 \times 24 = 3600$ killogrammos, ou $3\frac{1}{2}$ toneladas de carvão a consumir cada dia; e não contâmos, deste modo, senão com 15 unidades dynamicas por cada killogrammo de carvão (*).

A tonelada deste carvão, contada a 4\$800 réis, o gasto diario será de 16\$800 réis, aos quaes, ajuntando 2\$000 réis por jornal dos dous fogueiros, do guarda mechanico, a despeza do azeite, e miudos gastos, chegará o todo a 18\$800 réis diarios, e por anno 6:862\$000 réis.

No orçamento geral da empreza, de que tratâmos, faremos pois entrar esta despeza.

Antes de apresentarmos este orçamento, vamos dar a medição (*jaugeage*), que fizemos da nascente, que alimenta o tanque das Alcaçarias; tendo adoptado para estas, que alimentam os 3 chafarizes, as quantias, não estas indicadas no livro do Sr. Andrade, mas sim o resultado das medições deste anno.

(*Jaageage*). *Medição da nascente do tanque das lavadeiras.*

O tubo do escoadoiro tem $0,^m14^c$ de diametro, sua secção $11 r,^2$ ou $3.1415 \times 7^c.^2 = 0,^m$ e 153 centímetros quadrados, dos quaes os $\frac{3}{4}$ só são cheios pela veia fluida; ficam pois 115 centímetros quadrados, correspondendo a um circulo de $0,^m121^m$ de diametro, assim a pressão ou carga, sendo $0,^m06^c$, a velocidade ou V será $= \sqrt{2 g. h} = 0,^m37^c$ por segundo. Multiplicando $0,^m115$ centímetros quadrados por $0,^m37^c$ teremos 10 litros por segundo, os quaes, multiplicados por 36400 segundos, dão 864 metros cubicos nas 24 horas, que reduzimos a 831 metros, por compensar a contracção da veia fluida, ainda que ella esteja muito fraca, porque o orificio do escoadoiro tem justamente a fórma affunilada mais favoravel a um fluxo sem contracção de veia fluida.

Se por tanto nós temos 831 metros cubicos de alimentação diaria, ou 1662 pipas, o cubo do tanque, sendo 60 metros, póde encher-se só vezes 13, 8 nas

(*) A unidade dinamica é um metro cubico d'agua ou 1000 killogrammos, levantados a um metro de altura.

— 38 —

24 horas, isto é, que a nascente só poderia fornecer uma cheia, cada 10² minutos; mas, segundo as informações, que tomámos, e que tomaram os Srs. Vereadores na sua visita comigo a estes logares, resulta que, quando se alimpa e vaza o tanque, elle não gasta mais de 40 minutos para se encher de novo. — Então, além do orificio de escoadoiro, sobre o qual estabelecemos o nosso calculo de medição, (*jaugeage*) não podem deixar de existir outros orificios, por onde se perdem as aguas, o que é tão provavel, n'uma alvenaria, ou revestimento tão arruinado, como este, que cerca o tanque.

Em logar pois dos 831 metros, que tomámos, teriamos podido contar com 2160 metros cubicos. Como porém não queremos operar senão com dados certos, fixar-nos-heimos nos mesmos 831 metros, reservando-nos para modificar estes calculos, quando o augmento deste abastecimento se verificar, o que só poderá ser, com toda a certeza, depois da abertura da galeria de reprêza, ou mina projectada.

RESUMO DO ORÇAMENTO.

O local, destinado ao estabelecimento das machinas de vapôr, e das bombas, não sendo ainda determinado, nós não temos ainda podido fazer a planta, nem o orçamento desta construcção; — limitamo-nos pois a apresentar, para este objecto, uma avaliação approximativa, que exageramos um pouco, para não ficarmos áquem da despeza real; avaliamos por tanto do modo seguinte:

Artigo 1.º Construcção da casa das machinas, das fornalhas, e da chaminé.....	Rs.	2:500	000
---	-----	-------	-----

Artigo 2.º Machinas de vapôr, e bombas.

Para assegurar a permanencia, e a regularidade d'um trabalho desta natureza, que não admite interrupção alguma, devem estabelecer-se, no mesmo local, duas maquinas de vapôr com seus competentes jogos de bombas, caldeiras &c.

No calculo das forças necessarias a es-

— 39 —

Transporte. Rs.	2:500\$000
te serviço, temos estabelecido que a força motriz devia ser de 30 cavallos-vapôr: assim cada uma das maquinas de alta pressão e condensação será da força de 30 cavallos, e custará com a sua caldeira, e bomba, réis 140\$000 por cavallo. As duas, cada uma de 30 cavallos, = 60.º custarão a quantia de. .Rs.	3:400\$000
Artigo 3.º Abertura da mina de repêza. A mina com suas alvenarias, e calhas em batom hydraulico, ou em asphalto, custará, segundo o detalhe circumstanciado, que fizemos, 36\$925 réis por m.º c.º; assim 130 metros custarão. . . .Rs.	4:800\$000
Artigo 4.º Construcção do tanque de distribuição. Este tanque, de que não podemos fazer nem planta nem orçamento regular, não custará com tudo mais de. . . .Rs.	2:500\$000
Artigo 5.º Canalisação da agua em tubos de ferro fundido. Os tubos para a columna ascendente, devendo ser de grande força para resistir á pressão d'uma columna d'agua de 65 metros de altura, assim como aos choques e vibrações, causados pelo jogo das bombas, serão experimentados, ao menos com 25 athmospheras de pressão. Os trabalhos de collocação, e de junccão, se farão com toda a perfeição possivel, e até esta columna deveria ser dupla, para evitar as interrupções de trabalho, no caso de concertos: tendo pois esta columna ascendente 300 metros de comprimento, as duas dão 600 metros de canos, com o diametro interior de 0,º25º O pezo desta ordem de canos é de 85 killogrammos por metro corrente, a que se deve ajuntar 3.ºkil 40º de chumbo	
Transporte. Rs.	81:280\$000

— 40 —

Transporte. Rs.	18:200	§000
para as juntas, o que faz, compreendi- da a manga, 90 killogrammos por me- tro, estes $90.^{\text{kil}} \times 600.^{\text{mos}} = 54,000.^{\text{kil}}$ a 90 réis.....	4:860	§000
Esta collocação em cabouco simples com 6 pequenas claraboias (<i>regards</i>) custará por m. ^o corrente $2.000 \times 300.^{\text{mos}}$	600	§000
Artigo 6. ^o Tubos para a distribuição. Esta ordem de canos terá 0, ^m 18 ^c de diametro, e o seu comprimento será de 1500 metros. O pezo, por metro corrente, é de 60 killogrammos, assim $1500 \times 60 = 90:000$, com 3:000 killo- grammos de chumbo para as juntas, pre- fazem 93:000 killogrammos, a 90 réis..	8:370	§000
Artigo 7. ^o Collocação destes 1500 metros de canos distribuidores, a 600 réis.	900	§000
Artigo 8. ^o Tubos para a repartição. Estes repartidores terão um compri- mento (ao menos) de 6:000 metros, e seu diametro será 0, ^m 15. ^c O pezo, por me- tro corrente, destes tubos (chumbo e man- gas comprehendidas) é de 48 killogram- mas; assim $6:000 \times 48 = 288:000$ killo- grammos, a 90 réis.....	25:920	§000
Artigo 9. ^o Collocação destes 6:000 metros de canos repartidores, a 500 réis...	3:000	§000
Artigo 10. ^o Estabelecimento de 50 marcos fontenarios, a 15 §000 réis.....	750	§000
Artigo 11. ^o Estabelecimentos, em differentes bairros, de 5 pequenos cha- farizes de duas torneiras cada um, a 2:000 §000 de réis.....	10:000	§000
Artigo 12. ^o Estabelecimento de 3 grandes chafarizes de ornato no Terrei- ro do Paço, na Praça de D. Pedro, e no Passeio Público.....	Rs. 24:000	§000
Artigo 13. ^o Abastecimento em ma- terial de concertos $\frac{1}{20}$ do capital de Rs.	4:330	§000
1. ^o Total. Rs.	101:430	§000
Artigo 14. ^o = Para despesas impre-		

— 41 —

Transporte.	Rs. 101:430	§000
vistas, um decimo do Capital.....	Rs. 10:143	§000
Total Geral,	Rs. 111:573	§000

Assim precisam-se 120:000 §000 de réis para empreehender estes trabalhos e leva-los bem ao fim; mas, como a Camara Municipal não póde provavelmente distrahir esta somma da sua caixa, vou apresentar-lhe alguns meios, que lhe permittiram realisar esta empreza.

Quando uma administração é rica, e responsavel, como o é a Camara Municipal de Lisboa, ella acha facilmente emprestimos, quando estes se destinam a criar-lhe rendas capazes de cobrir o juro e a amortisação; assim, no projecto, de que tratamos, não basta ter aguas abundantes, e dar-lhes o melhor aproveitamento possivel, é necessario tambem que, neste aproveitamento para a utilidade pública *que não rende*, uma parte destas aguas possa destinar-se a concessões particulares para habitações, das quaes se possa não só tirar um capital igual ao capital emprestado, mas ainda cobrir as despezas annuaes, que exigem a conservação, e administração do systema criado.

Assim, em lugar de consagrar estes 26 $\frac{1}{2}$ annos de agua exclusivamente ao serviço geral, se se destinarem 16 ás concessões particulares, serão 16 \times 8 pennas = 128 pennas, que, a 1:000 §000 de réis cada uma, produziriam 128:000 §000.

Em consequencia desta mudança de destinação, os gastos da fundação seriam cobertos pela venda das 128 pennas, ficando livres ainda 8 pennas; e, se fizer a suppressão dos chafarizes de ornato, d'um ou dous pequenos chafarizes, e de uma porção dos 10 $\frac{0}{0}$ das despezas imprevistas, assim o capital emprestado,

— 42 —

em logar de ser 120:000 § 0 de réis, não	
seria senão de 100:000 § 000	100:000 § 000
Ora a venda das 128 pennas produziria	128:000 § 000
O beneficio sería pois	<u>028:000 § 000</u>

a cargo da Camara Municipal ficaria reduzida a despeza annual de combustivel, salario dos fogueiro, do mechanico, e outras despezas miudas, que temos visto ser de. 6:862 § 000 que não seriam cobertos com o juro dos 28 contos de réis de beneficio ; porém, como ha motivo de esperar, em vez de 26 $\frac{1}{2}$ anneis, sobre os quaes se estabelecem os nossos calculos, que os trabalhos da galeria, ou mina de reprêza, forneçam talvez mais de 60 anneis, então a quantidade, reservada ás concessões para os particulares, attingiria em breve á cifra conveniente para reembolçar o capital da fundação, e estabelecer uma renda sufficiente para cobrir as despezas annuaes ; podendo estas concessões ser em parte vendidas por um capital determinado, para poder reembolçar o capital emprestado, e outra parte constituida em rendas, para cobrir asdespezas annuaes.

Se a Camara Municipal, pois, não póde fazer por seus proprios meios tamanha despeza, ella deve levantar fundos, convidando os capitalistas a tomarem parte neste negocio de tamanha utilidade pública ; ou influir para que se crie uma companhia, que se encarregue de fazer todas as construcções, sendo embolgada do capital a juros, pela venda das pennas de agua, de que acima tratámos, garantindo-lhe a mesma Camara, por todos os seus bens, o resultado da operação, o qual, não sendo transcendente pelo lado financeiro, muito menos o será, ministrando-lhe o Governo quasquer auxilios pecuniarios

Acabamos este relatorio, declarando á excellentissima Camara Municipal, que póde ella contar com os maiores recursos para aproveitar a abundancia das aguas, que se podem encontrar, principalmente, se se prolongasse a mina mais para Leste ; porém que, em todo o caso, nunca póde, nem deve, restringir a empreza em escalla mesquinha. Lisboa, em 12 de Abril de 1852. O Engenheiro, *P. J. Pézerat.*

— 43 —

SEGUNDA MEMORIA

sobre o projecto de reunião das aguas nascentes, que alimentam os chafarizes d'El-Rei, e de Dentro, assim como o tanque das Alcaçarias, e lavadouro d'Alfama.

Tendo sido reconhecida, não só pelas minhas próprias observações, mas também pela ratificação dos sabios professores Julio Pimentel, e da Costa, a existencia de um lençol Artesiano, que alimenta todo este systema das aguas do bairro oriental, a excellentissima Camara Municipal deve achar-se sufficientemente convencida da utilidade do projecto, que temos tido a honra de lhe apresentar para a reunião de todas estas nascentes, por uma só reprêza, e que, trazendo-as ao tanque do Chafariz d'El-Rei, poderão ali ser elevadas, por meio de maquinas de vapor, a um ponto culminante do bairro oriental, d'onde poderiam ser distribuidas por encanamentos em todo este bairro, e em toda a Cidade baixa. No nosso primeiro projecto, tínhamos proposto a abertura de uma mina subterranea, traçada na direcção da extratta geologica, que fornece o lençol Artesiano, para atalhar as aguas, e trazê-las á claraboia de S. João da Praça; porém, depois de ter maduramente reflectido que esta mina, interceptando *aguas-arriba* todas as nascentes, podia altera-las, e comprometer o seu uso actual, considerando mais que esta mina subterranea, aberta debaixo de casas, praças, e ruas de um bairro inteiro, podia apresentar graves inconvenientes, além das despezas incertas, julgamos preferivel abrir *aguas abaixo* das nascentes, um cano de reprêza construido a ceo aberto, e perfeitamente vedado por um massâme de argilla calcada e impermeavel, assente e ligada com a camada sobre a qual corre o lençol.

Com effeito, com este processo a obra não apresenta difficuldades, nem incerteza alguma, não altera o andamento ordinario das nascentes, e a alimentação dos chafarizes: este cano, perfeitamente impermeavel, reunindo todas as aguas, por meio de fusos ou agulheiros abertos na sua parede de Noroeste, vai conduzi-las com um leve declive até ao ponto onde devem ser elevadas para a sua distribuição geral: este mesmo cano de

— 44 —

1,^m50^c de largura, e 1,^m45^c de altura, formará por si mesmo uma reprêza importante, na qual se devem praticar desaguedouros, tanto de superficie, como de fundo, para regularisar os niveis, e assegurar os concertos, e limpeza.

Podendo ser que alguns canos de limpeza atravessem esta mesma reprêza, far-se-hão, por meio de canos de ferro perfeitamente vedados, tal como a indicámos para o cano do Largo do Chafariz de Dentro: estes mesmos canos de despejo, na parte superior da reprêza, serão cercados por um massâme argiloso, para os vedar completamente de qualquer communicação com as aguas do manancial.

Este mesmo cano de reprêza, principiado a céu aberto no Becco das Moscas, defronte do tanque do Chafariz d'El-Rei, deverá ser continuado, pelo lado do mesmo Chafariz, Largo do Terreiro do Trigo, Largo do Chafariz, de Dentro, e Rua dos Remedios, até ao ponto, em que a altura para os desentulhos, tornando-se demasiada, poderá, então, continuar-se em excavação subterranea, até chegar o nivel de fundo superior ao nivel de superficie do tanque do Chafariz d'El-Rei.

Parecendo-nos sufficientes estas considerações para intelligencia do projecto, temos que tratar agora do systema de construcção, e do seu orçamento.

Esta construcção consiste em um aqueducto abobadado de 1,^m50^c de largura, e 1,^m e 45^c de altura de baixo do feixo, tudo assente sobre um massâme (*radier*) de 2,^m66^c de largura e 0,^m45^c de altura, cujo nucleo, assim como os dos dous pés direitos serão formados por um massâme hydraulico, susceptivel de vedar toda a communicação com os terrenos inferiores, e os do lado do mar. A abobada na sua parte de *extrados* será coberta com uma chapa de asphalto, coberta ainda por uma chapa de massâme hydraulico, para evitar toda a infiltração das aguas da superficie.

Exteriormente ao muro de *aguas abaixo* isto é, do lado do mar, formar-se-ha um massâme de argilla (*corrois*) de 1,^m50^c de largura na base, sobre toda a altura do aqueducto: este massâme, perfeitamente calçado, e ligado com a camada inferior ao lençol arteziano do manancial, deve ser executado com a argilla mais impermeavel, que se possa encontrar.

— 45 —

Resulta pois destas disposições, que a excavação de-
 vê ser, aproximadamente, de 2,^m50^c de altura, e termo
 medio de 5^m o de largura, calculada sobre os taludes
 da excavação, o que produz uma secção de 12,^m50^c so-
 bre os quaes o massâme de argilla representa a secção
 de 6,^m630^m e as construcções..... 6.630

Cantaria. Lages.

	Cubo por M. ^o corr. ^{te}		
1.º Fiada de alicerces.....	0, 40	× 2 = 0, 80	
2.º Revestimento exterior dos pés direitos.....	0,015	× 2 = 0,030	
3.º Lages de pé direito interiores.....	0,084	× 2 = 0,168	} 0,243
4.º Fiada de lagêdos.....	0, 40	× 2 = 0, 80	
5.º Almofada (<i>Coussinet</i>).....	0,18,24	× 2 = 0,36,48	} 0,98,11
6.º Pedra do arco exterior (<i>Voussoir ardent</i>).....	0,13,26	× 2 = 0,26,52	
7.º Pedra do arco (3, ^m <i>Voussoir</i>).....	0,07,07	× 2 = 0,14,14	
8.º Contrafecho (<i>Contreclef</i>).....	0,07,07	× 2 = 0,14,14	
9.º Fêcho (<i>Clef</i>).....	0,07,07	= 007,07	
10.º Betton nucleo da grelha (<i>Radiër</i>).....	0,40	= 0,40	} 122,40
11.º Nucleo dos pés direitos.....	0,11,20	× 2 = 0,22,40	
12.º Chapa superior.....	0,40	= 0,40	
Temos, por conseguinte, por cada metro corrente.. 12 ^m 500. ^d de Secção, repartida do modo seguinte.			

1.º Massâme argillôso.....	6, ^m 630	} = 12, ^m 500
2.º Pelas construcções e vácuos do aqueducto.....	5, 870	

A obra detalhada é a seguinte.

1.º Arrancamento de calçada, por metro corrente.....	5, ^m 0 ^{sup}
2.º Transporte, e arrecadação desta calçada.....	5 ^m × ^{sup} 0,20 = 1, ^m 0 ^{sup} cub

— 46 —

<i>Designação das partes d'obra.</i>	<i>Secções e Cubos.</i>	<i>Preços.</i>	<i>Total.</i>	<i>Observações.</i>
1.º Em desaterro 12,500 × 1,00	12,500	»030	»375	
2.º Transporte deste desentulho 12 ^m × 50 × 1 ^m	12,500	»200	2»400	
3.º Em massãme d'argilla	6,630	»300	5»304	
4.º Em alvenaria.	0,700 ^{d.c.}	»	1»680	
5.º Em cantaria.	0,53,5 ^{d.c.}	»	15»120	
6.º Em lagêdo, ou enxelharia. 0,248, ou.	23 ^{Pal. c}	»70	1»610	
7.º Em massãme hy- draulico.	0,122	7»000	»854	
8.º Em chapa de as- phalto	1,83	»800	3»328	
9.º Em fim, p. ^a cons- truir de novo a calçada sobre toda a largura da trincheira, em mão d'obra	5,5 ^{sup.}	»040	»266	
10.º Areia nova p. ^a a construcção da calçada	0,750	»400	»300	
11.º Arrancam. ^{to} da ant. ^a calç. ^{da} (por metro corrente)	0,416 ^{sup.}	»025	»104	
12.º Transporte, e arrecadação da mesma 4,16 × 0,20 = 0:83.	0,83	»060	»049	
Total.	»	»	31»390	»

Calculando o desenvolvimento total de 500.^m será pois a mesma despeza total de quinze contos seiscentos e cincoenta e sete mil réis.

Fica pois fechado este orçamento na quantia de quinze contos seiscentos cincoenta e sete mil réis. Lisboa 20 de Dezembro de 1852. = O Engenheiro, P. J. Pérezat.

DADOS E ESTUDOS

PARA UM PROJECTO

DE ABASTECIMENTO DE AGOAS

E

SUA DISTRIBUIÇÃO EM LISBOA

**Mandados confeccionar e publicar
pela camara municipal da mesma cidade**

Extractos
do

CAPITULO I.

**Projecto de distribuição das agoas do tanque das lavadeiras
do bairro de Alfama na cidade-baixa.**



LISBOA

TYPOGRAPHIA DO JORNAL DO COMMERCIO

Rua do Almada n.º 5, (a Santa Catherina)

1855

CAPITULO I.

Projecto de distribuição das agoas do tanque das lavadeiras do bairro de Alfama na cidade-baixa.

Depois de estudos aturados para maior desinvolvimento do nosso projecto d'aproveitamento e distribuição das agoas do tanque das lavadeiras, para abastecimento da cidade baixa, assim como de todas as agoas do bairro oriental, julgamos ter resolvido esta importante questão d'um modo mais proveitoso; e já poderíamos ter appresentado á exm.^a camara municipal o nosso trabalho, se a multiplicidade dos negocios d'esta administração nos não tivesse tirado a maior porção de tempo, portanto além dos nossos estudos anteriores, lêmos com toda a attenção a obra magistral do engenheiro Dupuit, ou *Traité theorique et pratique de la conduite, et de la distribution des eaux*, complemento da obra do engenheiro Genieys, de que nos tinhamos servido, para resolver as questões theoricas dos nossos primeiros estudos: esta obra nova de Dupuit ainda que muito mais desinvolvida theoricamente, não nos ensinou nada de novo, senão que as inumeraveis formulas, applicadas a todos os pontos d'esta questão, eram na pratica modificadas por coefficients determinados pela mesma pratica, que já conheciamos ha muito tempo, e de que nos tinhamos servido no estudo dos nossos primeiros projectos, comtudo a nova disposição que demos ao systema d'elevantar as agoas desde o tanque das lavadeiras até Santa Luzia, tendo modificado as nossas primeiras plantas, vimos-nos obrigados a dar maior desinvolvimento aos estudos já feitos, e encher mais de cincoenta paginas de calculos, que deve ser tanto mais succinta, pois que a exm.^a camara sem querer attender á minuciosidade de similhantes estudos, nos obrigou a resumir o mais possivel este trabalho.

— 119 —

Tendo os nossos precedentes estudos demonstrado sufficientemente a importância do manancial, que alimenta o tanque das lavadeiras, e tendo as nossas observações geológicas, corroboradas pela analyse chymica do professor Pimentel, provado que estas agoas eram perfectamente idemplicas, ás que alimentam os chafarizes d'El-Rei, de Dentro e da Praia, assim como todas as mais nascentes que apparecem no bairro oriental procedentes do mesmo lençol arteziano, e por conseguinte muito aproveitaveis para alimentação d'uma parte importante de Lisboa, toda a questão se resume hoje, em conseguir o meio mais praticavel, mais economico, e mais vantajoso de as distribuir, pelo menor preço possível ao consumidor, reservando contudo um rendimento para a exm.^a camara, para a embolçar das suas despesas de primeiro estabelecimento, e entretimento, sendo com effeito impossivel á administração, como a qualquer empreiteiro, executar empresa alguma, sem recuperar o capital gasto, os juros, e despeza de entretimento.

Estas agoas empregadas em alimentar chafarizes publicos, em que só os agoadeiros lucram, fazendo-as pagar aos consumidores por mais do triplo do preço, pelo qual a administração as poderia fornecer, devem ser distribuidas por concessões particulares a domicilio, ou por marcos fontenarios por um preço tão diminuto, que todos tenham vantagem em adoptar estes novos systemas d'abastecimento, e que a administração não tenha que desperdiçar improductivamente a maior porção das suas agoas, o que aconteceria, se além dos gastos d'estabelecimento da presa d'agua, d'apparelhos de conservação e medição em cada casa, e da repugnancia que mais ou menos sempre ha em adoptar innovações, o preço não fôr muito diminuto.

Portanto não sendo as agoas alimentares a unica precisão d'uma cidade, em que os serviços de limpeza e de rega, os incendios, a hygiene e a industria consomem uma porção importante d'agoas, de que se póde dispôr, fica bem entendido, que no systema de distribuição, se devem encontrar todos os meios de repartição para estas differentes distribuições.

Sendo pois o nosso fim, n'este ultimo estudo, não só realisar os meios d'elevação d'esta massa d'agoa, e da sua distribuição, com o maior proveito para a administração, considerada como emprêiteira, reccorremos á theoria, que recebeu um immenso desinvolvimento na obra de Dupuit para resolver, e esclarecer as principaes questões da pratica; n'estas applicações temos tambem descoberto as combinações mais vantajosas para applicar á localidade e ás circumstancias em que se acha a administração: com effeito em todas as partes da arte do engenheiro, a theoria, a pratica, e a invenção, ou a faculdade de variar as combinações para adoptar as melhores, sobre tudo a experiencia das localidades, são insuperaveis: sem esta reunião de circumstancias ninguem se póde considerar, como apto para aperfeçoar qualquer idéa ou projecto.

O resultado portanto d'este ultimo estudo, considerado por nós como um verdadeiro aperfeçoamento, consiste na adopção do systema mixto de distribuição a domicilio de parte das agoas, que temos a dispôr, e parte por marcos fontenarios, para assegurar á exm.^a camara os meios de cobrir as despesas, para as quaes não acharia fundos emprestados, se pelo seu emprego não assegurassem um rendimento sufficiente para amortisar capital e juros, e pagar o entretimento, conservando a outra parte para abastecer os serviços de limpeza, regas de ruas e cannós, incendios, e industria, serviços que não tendo um consumo permanente, deixariam correr as agoas de sobejo, para alimentar alguns chafarizes velhos baixos, e distantes da cidade baixa que, por este modo não carecendo mais das

— 111 —

agoas-livres, dariam o meio de repartir esta porção d'agoa economizada entre os diferentes chafarizes dos bairros altos, tendo o cuidado de não crear chafariz algum novo na proximidade do bairro destinado a ser alimentado por distribuição a domicilio, ou por marcos fontenarios, assim como bocas de descarga debaixo dos passeios, e esquinas das ruas, para assegurar os serviços de limpeza e de incendios, deixando subsistir o antigo systema de abastecimento por chafarizes e agoadeiros, enquanto os habitantes d'estes bairros, convencidos das vantagens das concessões a domicilio, não requererem, que as proprias agoas-livres sejam empregadas do mesmo modo, que as agoas do bairro oriental, o que produziria novas rendas á exm.^a camara municipal, e economias aos consumidores, poupando progressivamente os 300 e tantos contos de réis, que todos annos os agoadeiros levam de Lisboa, vendendo caro as agoas do municipio.

A segunda modificação, que temos dado ao nosso projecto, consiste na substituição de represar as agoas desde o tanque das lavadeiras até Santa Luzia, por meio de bombas aspirantes, e de repulsão em cannos inclinados, e forçados de que resultassem fricções e choques, em que se teria gasto uma grande parte da força, motrix, e teria alterado o corrimento regular das agoas nestes encannamentos, por uma galeria, ou mina horisontal ao nivel do tanque, e cuja extremidade corresponde a um poço vertical excavado n'um dos pateos de Santa Luzia, e na bocca do qual estabelecemos uma maquina de vapor da força conveniente, para elevar directamente da caldeira practicada no fundo do mesmo poço, e por baixo do nivel do tanque das lavadeiras, cujas agoas chegariam á mesma caldeira por declive, n'um encannamento fechado, assente na galeria: ficaria servindo não só á visita de todos os dias, e a entretel-o, mas tambem a refrescar as agoas cuja temperatura alta é o unico inconveniente que appresentam as mesmas agoas para seu consumo immediato.

Com effeito este canno alimentar, como o canno da ascensão, sendo envolvidos n'um dobrado canno, cuja extremidade superior communique com o cinzeiro da maquina a vapor, cujo combustivel não receberia o ar senão por este mesmo dobrado canno, ou caixa de ventilação, que seria rapidamente evaporada n'uma pequena porção d'agoa que se deixasse correr, refrescando na mesma proporção a agoa confida nos mesmos cannos, de modo que chegaria fresca ao tanque superior, onde esta frescura seria conservada, por correntes d'ár á superficie d'agoa, e que já não perderiam nada mais nos encannamentos subterraneos de repartição na cidade; esta disposição mesmo admittiria o emprego da neve envolvendo o canno horisontal, se a administração julgar conveniente fazer esta pequena despeza, em certas circumstancias, despeza que julgamos desnecessaria, devendo porém ser sufficiente a ventilação rapida, e a evaporação da agoa da superficie do canno vertical, para substituir todo o excesso de calorico da agoa durante a sua ascensão, e dar-lhe uma fresquidão muito maior, do que a que appresentam as agoas livres em tempo d'estio.

Não tivemos por unico fim nesta nova disposição o melhor aproveitamento desta força mecanica da maquina a vapor, e a singeleza das sua disposição, e das suas funcções, mas sim satisfazer a uma condição importante da represa destas agoas, como potaveis, que não appresentam outro inconveniente, senão a sua alta temperatura, e que serão apreciadas devidamente, e mais do que as agoas-livres, logo que chegarmos a dar-lhes a frescura, que é uma das principaes qualidades das agoas potaveis, porém tendo alguns srs. vereadores mostrado o desejo de poder dispor d'uma certa porção destas agoas, para alimentar as partes altas do bairro Oriental, taes como as vesinças do Castello e largo da Graça, fa-

— 13 —

cil nos seria tendo a nossa maquina assente a meia altura destes montes, repuchar alguns anneis d'agoa até estas alturas, sem carregar muito o motor, empregando um pequeno corpo de bomba independente das bombas inferiores, o que não seria possivel faze-se, se a maquina estivesse collocada em um nivel inferior, isto é, ao pé do tanque das lavadeiras— onde temos achado um outro inconveniente na disposição do terreno, que appresenta difficuldades para o assento das fornalhas da chaminé, e da maquina; com effeito o fillete d'agoa que nós quizessemos elevar desde o nivel inferior até ao Castello por mais pequeno que fosse, (mesmo capilar) vindo comprimir a columna ascendente sobre a secção toda dos pistões, necessitaria uma força proporcional á altura maior sem outro proveito mais do que a elevação desta pequena porção d'agoa ao nivel superior, ficando a maior porção só na altura do largo de Santa Luzia, em quanto que empregando na nova disposição da maquina uma pequena bomba particular, tomando a sua agoa alimentar no tanque de Santa Luzia, não precisariamos senão d'um augmento de força proporcional á quantidade d'agoa a elevar, multiplicada pela altura.

Temos tambem considerado que collocando o mecanismo no ponto inferior, isto é, no plano do tanque alimentar como o das lavadeiras de Alfama, se nos contentassemos com uma caixa, ou pia de distribuição collocada na altura de Santa Luzia a alimentação geral dos cannos de repartição e distribuição ficaria interrompida, logo que a maquina deixasse de funcionar, o que necessitaria um trabalho constante da maquina, em quanto que tendo em Santa Luzia, um tanque de distribuição d'uma certa capacidade, por exemplo sufficiente para alimentação d'um dia, meio, ou uma porção qualquer do dia, a maquina poderia parar durante o mesmo tempo, sem que a distribuição fosse interrompida; por conseguinte precisando fazer-se alguns reparos para entretimento da maquina, e das bombas, que se não podessem fazer com o trabalho da maquina, julgamos indispensavel a construcção d'uma conserva em Santa Luzia, suppondo além disso que a quantidade d'agoa será muito superior á que calculámos pela medição do tanque das lavadeiras, principalmente se fizermos ulteriormente alguma obra para represa das agoas do lençol geral, que alimenta todas as nascentes do bairro Oriental.

Como já indicámos no nosso primeiro projecto devemos em lugar d'uma maquina de 30 cavallos sufficientes para elevar 1.000.^m a 50.^m d'altura a Santa Luzia precavernos com uma maquina de 50 cavallos, com a condicção de interromper o trabalho por um tempo proporcional á razão inversa da sua força, isto é que nas nossas circumstancias bastaria trabalhar 14 horas 4 decimos cada dia para elevar a mesma quantidade d'agoa, que a maquina de 30 cavallos trabalhando 24 horas

Deste modo não gastaríamos mais em carvão, ou combustivel porque o resultado dinamico será o mesmo, porém teremos uma maquina que poderá augmentar o trabalho á proporção que accrescerem os mananciaes, e as precisões da distribuição ou consumo.

Sendo adoptado este systema d'aproveitamento das agoas do bairro Oriental pela ex.^{ma} camara por isso que é tanto em vantagem sua, como dos consumidores, julgamos conveniente, para elucidar a actual vereação sobre o modo mais conveniente de realisar o abastecimento a domicilio, appresentar-lhe traducido o capitulo 11 da obra de Dupuit, que segundo o meu parecer tracta desta questão com transcendencia, e em que mostra do modo mais peremptorio os inconvenientes, e as vantagens de todos os systemas de fornecimentos continuos, intermitentes a bel-prazer &.

— 13 —

Adoptando a ex.^{ma} camara estas considerações em relação ás circumstancias, e á indole, e preocupações dos habitantes não poderá deixar á accertar no modo mais conveniente para realizar o fim desejado.

(...)

Tendo determinado a força da maquina de vapor em 50 cavallos tivemos que estudar o systema de maquinas mais conveniente, para applicar á disposição local, e as funcções das bombas assentes no fundo do poço vertical furado no pateo de Santa Luzia até á extremidade da galeria horizontal que communica com o tanque das Lavadeiras.

Achamos muitos inconvenientes nas maquinas chamadas de Cornwall, em razão da sua complicação, da sujeição das manobras á mão, das cascatas, da demasiada expansão detente, da falta de volante para regular o movimento, emfim no demasiado preço de primeiro estabelecimento, gastos, interrupções para concertos, etc.

Adoptamos um systema de maquinas mais singelo, d'alta pressão, e balanceiro á expansão, ou detente variada, com condensação, ou sem ella, munido de um volante, e regulador, e transmittindo o movimento aos braços ou tirantes dos dois corpos de bombas de aspiração, e repulsão assentes no fundo do poço, e reunidos por um tubo de junção armados das suas competentes valvulas, e parte em communicação com um alto reservatorio de ar, cuja elasticidade regula o corrimento da agua na columna d'ascensão, corrimento já regulado pelas repulsões alternadas, e quasi sem interrupção dos dois corpos de bombas, dos pistões da fórma das de pressões hydraulicas, ou de bombas alimentares (pistons plongeurs) estão carregados d'um peso igual, ou pouco inferior ao peso da columna d'agoa que elles repucham na columna ascendente, cujo peso está exprimido pelo producto da secção dos pistões multiplicada pela altura da columna d'agua, accrescentada com uma pressão atmospherica, pela funcção d'aspiração, e d'um certo coefficente de fricções, nas funcções da maquina e das bombas: temos pois $P = S \times h + 1A + f$. $A = 1$ killog.03, por centimetro quadrado, e $f = 0,06$ da força da maquina: vê-se pois que os tirantes das duas bombas sendo symetricamente fechados, os braços do balanceiro a cada lado do eixo ficam equilibrados, e que a força da ma-

- 19 -

quina não consente que se eleve senão o peso d'um destes pistões, em quanto o outro, descendo, fica equilibrado pelo peso da columna d'agoa. As astes ou tirantes das bombas não trabalham senão por tracção, e não são susceptíveis de se deformar, nem sujeitos a nenhum entretimento.

Apesar de ler feito com o maior cuidado o estudo de todos os detalhes deste mechanismo, supponho, que sendo posta esta machina em arrematação, se poderá aceitar qualquer outro systema apresentado pelos arrematantes, comtanto que satisfaça ao trabalho das bombas na posição indicada, e que resolva a principal questão, que é a economia do combustivel resultante do melhor systema de caldeira, e mais acertadas proporções na expansão detente, insistindo comtudo sobre o emprego do volante e do reservatorio d'ar.

Entre todos os fabricantes de machinas de vapor o que apresenta mais garantias, segundo o prospecto que temos na nossa mão sobre a questão da economia do combustivel, é o sr Alexander e Irmãos de Barcelona, cujo prospecto indica o preço da machina de diferentes forças.

	Duros
Machina da força de 50 cavallos com sua competente caldeira	13.360
Para uma 2. ^a caldeira da mesma força	2.700
Total	16.060

Que a 920 rs. dão 14:775\$200

Achamos este preço exorbitante, pois que uma machina de igual força em Inglaterra não deve custar mais de 7, e o maximo 8:000\$000 rs. e em Portugal apenas 10:000\$000 rs., e com effeito suppondo que o systema do sr. Alexander seja completo e privilegiado, faz pagar d'um modo exorbitante, a economia que assegura sobre a despesa do combustivel, portanto julgamos que a exm.^a camara não póde deixar de propôr em arrematação o fornecimento desta machina, e seus accessorios.

Se a exm.^a camara me tivesse dado tempo para fazer entrar neste relatorio todos os detalhes do meu ultimo estudo, apresentar-lhe-hia não só as plantas, mas tambem os calculos que fui obrigado a fazer sobre as machinas de vapor, e sobre as dimensões e combinações das differentes ordens de cannos, que se devem empregar nesta distribuição d'agoa.

Julgando pois que todas estas formnlas e calculos não podem deixar de ser fastidiosas aos srs. vereadores, limitar-me-hei a dar o resumo do orçamento com varias modificações, assim como uma avaliação approximada dos rendimentos para que a exm.^a camara possa ajuisar, apreciar e resolver do modo mais conveniente as condições da empresa.

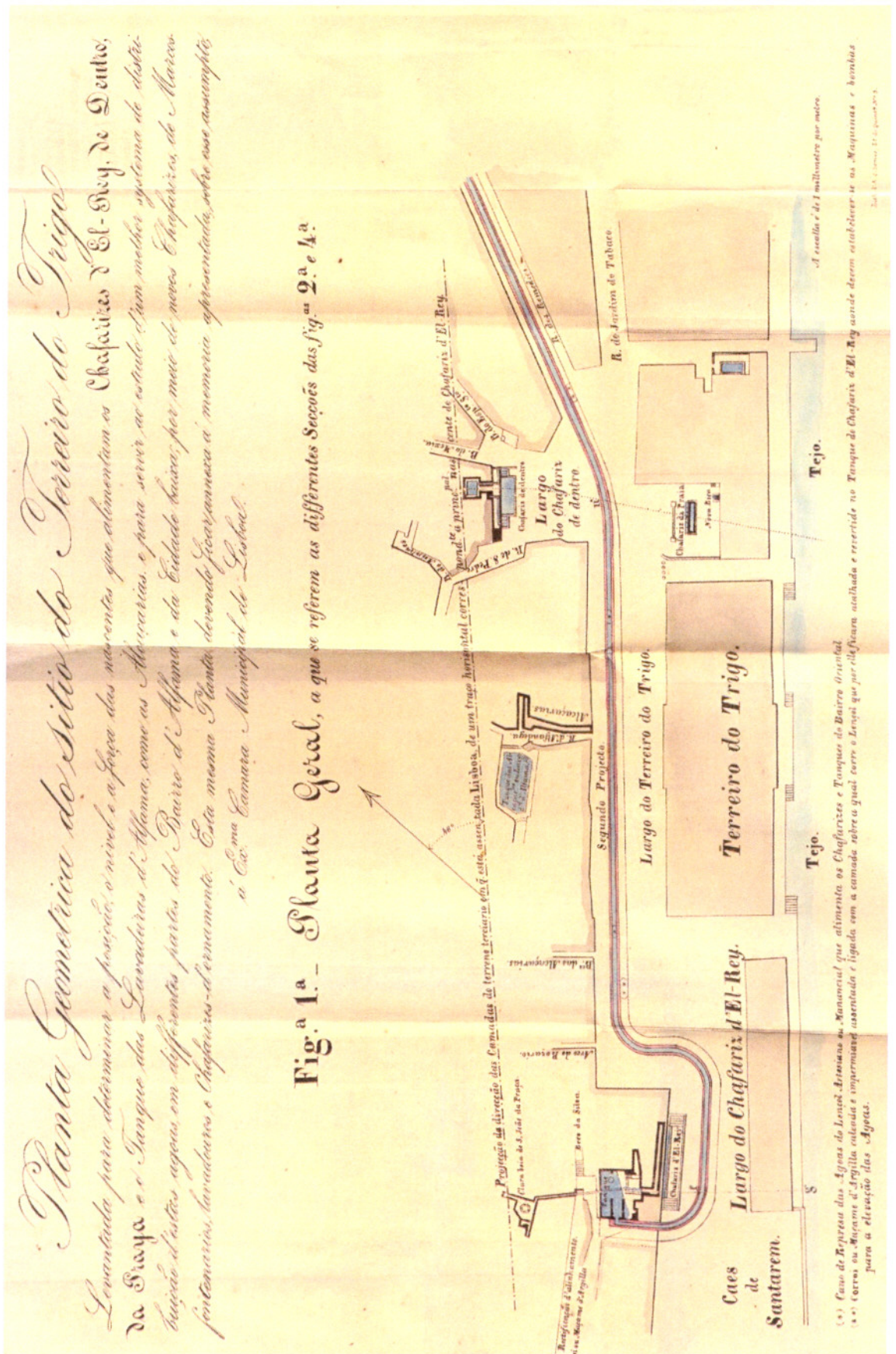
Neste orçamento deve entrar naturalmente o do novo lavadouro a construir na praia da Gallé para substituir o actual lavadouro d'Alfama.

Recapitulação do orçamento.

	Fr.	Rs.
Comprimento do eucanamento de alimentação, comprehendido o da galeria e da columna d'ascensão, 222 ^m a 32 francos	7.104	
Comprimento do canno principal desde a bacia de Santa Luzia até ao largo do Caldas 700 ^m de 0, ^m 25 de diametro 700 > 25 fr., 45	17.805	

— 20 —	
Transporte	24.909
Comprimento dos cannos de repartição desde o largo do Caldas seguindo as duas rampas da Calçada do Caldas ao norte até á Rua Bella da Rainha, seguindo a Calçadinha de Santa Justa, e ao sul a Rua da Magdalena, e a extremidade da travessa da Conceição 380 ^m de 0. ^m 20 c. de diametro a 22 fr. 23	8.561.40
Comprimento dos cannos de serviço sobre os quaes unicamente devem ser embocadas as presas d'agoa das concessões a domicilio 9.450 ^m de 0. ^m 108 ^{mm} de diametro a 17 fr. . 73	167.548.50
Cannos alimentares para descarga do desagoadouro de nivel em differentes fontes de 0. ^m 06 de diametro 3.400 ^m a 16 fr. 59.	56.406
Cannos de conducção d'uma parte das aguas para o bairro Oriental de 0. ^m 06 de diametro 1.500 ^m a 16 fr. 59.	24.805
Comprimento total dos cannos 13.230 ^m	
Somma em francos	<u>282.309,90</u>
Que a 172 rs. dão	48:457\$202
Juntando para maquina de vapor, bombas, e accessorios	10:000\$000
Excavação da mina subterranea 170 ^m largura 2 largura 3 = 1.020 ^m cub. a 3\$800 rs	3:876\$000
Recorte sobre 10 ^m sup. com 0. ^m 20 de grossura reduzida 2 largura 170 ^m = 340 ^m a 30 rs. largura 95	969\$000
Revestimento dos 1.700 ^m sup. a 2\$400 rs.	4:080\$000
Excavação de poço pelo preço proporcional ao da sua galeria 170 ^m :6:925\$000::52:4 =	2:118\$190
Concertos, e abertura do tanque das Lavadeiras	1:200\$000
Casa da maquina, e chaminé.	1:800\$000
Construcção d'uma conserva em Santa Luzia	6:000\$000
Construcção d'um novo lavadouro na praia da Gallé	3:130\$540
Expropriação tanto da casa velha junto ao tanque d'Alfama, como dos pateos de Santa Luzia	1:000\$000
Total geral	<u>82:630\$932</u>

A este orçamento de 82:630\$932 rs. juntamos no nosso ultimo estudo as despesas do abastecimento da parte culminante do Bairro Oriental, cujo tanque de distribuição seria no Castello.



Representações Dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo pela Camara Municipal de Lisboa, Sobre o abastecimento d'aguas na Capital por meio de empreza. (...)

ANEXO 8

COMPANHIA DAS AGUAS DE LISBOA

ASSEMBLÉA GERAL DOS ACCIONISTAS DE 30 DE OUTUBRO DE 1868

RELATORIO DA DIRECÇÃO

E SEUS DOCUMENTOS

(Documentos anexos ao relatório n.ºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19. Descrição do incêndio de 11 de Agosto de 1868)

Lisboa, Imprensa Nacional, 1868

N.º 5

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de passar ás mãos de v. ex.^a o projecto para o levantamento das aguas orientaes ao reservatorio da Veronica, que a companhia das aguas de Lisboa submete á approvação do governo de Sua Magestade, salvas as alterações, que a experiencia mostre necessario adoptar, e que opportunamente serão do mesmo modo submettidas á approvação do governo.

Deus guarde a v. ex.^a Lisboa 4 de abril de 1868. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. ministro e secretario d'estado das obras publicas, commercio e industria. = O presidente da direcção, *Carlos Zeferino Pinto Coelho*.

N.º 6

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS COMMERCIO E INDUSTRIA

REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS

Tendo a direcção da companhia das aguas de Lisboa submettido á apreciação d'este ministerio, em 4 do corrente, o projecto das obras a executar para elevar ao reservatorio da Veronica as aguas do lado oriental da capital: ha por bem Sua Magestade El-Rei, conformando-se com o parecer a similhante respeito emittido pela secção de obras publicas do conselho geral das obras publicas e minas, approvar o mencionado projecto; e assim o manda, pela secretaria d'estado dos negocios das obras publicas, commercio, e industria, commu- nicar á sobredita direcção, para seu conhecimento, e a fim de que possam quanto antes principiar as mesmas obras.

Paço, em 7 de abril de 1868. = *Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas*. = Para a direcção da companhia das aguas de Lisboa.

N.º 7

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO DAS OBRAS PARA O ABASTECIMENTO DAS AGUAS DE LISBOA

Memoria descriptiva do projecto das obras, que hão de servir para se elevarem ao reservatorio da Veronica as aguas orientaes

Por portaria de 2 de novembro do anno proximo passado fui encarregado de fazer o projecto dos trabalhos necessarios para o aproveitamento das aguas potaveis do bairro oriental da cidade.

QUANTIDADE DAS AGUAS ORIENTAES

Procedi á medição d'estas aguas. O resultado d'esta medição vê-se no mappa que segue :

Designação das nascentes	Maré cheia		Maré vasia		Media	
	Litros em 24 horas	Anneis e pennas	Litros em 24 horas	Anneis e pennas	Litros em 24 horas	Anneis e pennas
		a p		a p		a p
Chafariz do Rei	448,683	46,5 1/2	397,100	44,6	422,892	45,6
Chafariz de Dentro . . .	457,044	5,6 1/2	429,314	4,6 1/2	443,477	5,2 1/2
Chafariz da Praia	467,589	6,2	457,766	5,7	462,677	6, 1/2
Tanque das lavadeiras	-	-	4:728,000	64,2	4:728,000	64,2

O facto de correr menos agua n'estes chafarizes na maré vasia do que na maré cheia, significa que das fontes, que os alimentam, corre alguma agua para o rio por camadas subterraneeas; convem portanto fazer alguns furos de sonda, com o fim de achar o curso d'estas aguas.

SOBEJOS, QUE SE PODEM APROVEITAR

Suppondo que estes chafarizes correm para o publico 18 horas, teremos 6 horas de agua, ou 6 anneis e 6 pennas de agua de sobejos. Alem d'estes 6 anneis e 6 pennas de agua, temos a do tanque das lavadeiras, que, como se vê do sobre-dito mappa, são 64 anneis e 2 pennas, de que se pôde dis-

por, uma vez que se indemnise o publico da privação d'este tanque. Actualmente lavam ali 80 lavadeiras mediamente por dia; portanto, supprimindo-o, e construindo quatro tanques de 12 metros de comprimento e de 2 de largura, haverá lavadouros para 96 lavadeiras: e se, ouvida a camara municipal, se dispersarem estes tanques pelo bairro de Alfama, será o serviço das lavadeiras mais commodamente feito, e o publico será completamente indemnizado. Estes tanques terão 9^{me}.6 de capacidade: se lhes renovarem a agua quatro vezes por dia serão precisos 153^{me}.60 ou pouco mais de 5¹/₂ anneis para os abastecer; admittindo que sejam necessarios 6 para fazer este serviço, teremos de sobejos 59 anneis de agua do tanque das lavadeiras, que, juntos aos 6 que sobejam do chafariz do Rei e do de Dentro, sommam 65 anneis de agua, que se podem elevar e distribuir pela cidade. Esta quantidade de agua, comparada com a quantidade fornecida pelos aqueductos das aguas livres, Mata e Carnaxide, que na ultima estiagem foi de 76 anneis e 7 pennas, faz esperar que o serviço das aguas melhore consideravelmente. No meu relatorio de 7 de outubro proximo passado, fallando d'estas aguas, disse que o tanque das lavadeiras forneceria 40 anneis de agua, que se poderiam distribuir pela cidade, elevando-os a 30 metros de altura. Não era então facil medir, nem mesmo apreciar aquella agua. Depois de receber ordem para fazer o projecto, que apresento agora, fiz a obra necessaria para se medir esta agua, e achei haver 64 anneis e 2 pennas. O augmento da quantidade de agua a elevar produziu uma mudança, no projecto que indiquei então; e por isso passa de réis 60:000\$000 a obra, que julguei não passar de 40:000\$000 réis.

MODO DE APROVEITAR OS SOBEJOS

Entendo que se devem collocar torneiras, que fechem automaticamente as bicas dos chafarizes do Rei e de Dentro; que se devem reunir os sobejos d'estes dois chafarizes ás aguas do tanque das lavadeiras em um reservatorio collocado onde hoje é o chafariz da Praia; e que se devem elevar todas estas aguas ao reservatorio da Veronica, que está a 69 metros aci-

ma do nível do mar, para d'ali se distribuirem pela zona inferior da cidade, que tem 40 metros de altura: esta zona está comprehendida, com pequena differença, entre o rio e o nível do largo das Duas Igrejas: é proximamente metade da cidade, que ha de ser abastecida por esta agua, e talvez por mais alguma das aguas livres. É com estas idéas que elaborei o projecto, de que esta pequena memoria faz parte.

TORNEIRAS AUTOMATICAS

As torneiras automaticas, que proponho para as bicas dos chafarizes de Dentro e do Rei, são as que estiveram em todos os chafarizes da cidade na estiagem do anno proximo passado, enquanto o mau estado da canalisação de ferro¹ me não obrigou a abandona-la quasi totalmente, recorrendo á antiga canalisação de pedra. Funcionaram perfeitamente estes aparelhos, e promettem longa duração, porque alguns d'elles já trabalham ha dois e tres annos nos chafarizes, que sempre receberam agua da canalisação de ferro.

TUBAGEM

A agua, que sobejar d'estes chafarizes, vae por tubos de grés cair no reservatorio, que se ha de construir no largo, onde está hoje o chafariz da Praia. Dei a preferencia aos tubos de grés, por causa da differença de preço. Sobre a planta estão escriptos os diametros d'estes tubos. Os tubos, por onde a agua ha de ser compellida a 70 metros de altura, onde está o reservatorio da Veronica, são de ferro: a pressão, que elles têm de soffrer, não permite hesitar sobre a natureza do material. Emquanto ao local d'este reservatorio obtive da camara municipal o assentimento indispensavel para se demolir o chafariz da Praia, sob a condição proposta por mim de o substituir por outro. Esta substituição pôde ser feita muito economicamente, augmentando o numero de bicas do chafariz de Dentro, cuja agua sae da mesma conserva d'onde sae a do chafariz da Praia. Não me parece que a substituição seja necessaria,

¹ O sr. Aguiar referia-se aqui provavelmente ao estado da canalisação de ferro antes de se lhe concertar a maior parte das juntas. Este anno essa canalisação funcionou já regularmente.

porque bem perto d'aquelle local ha treze grandes bicas de agua, e por isso não metti no orçamento a despeza d'esta pequena obra.

MAQUINAS ELEVATORIAS

As machinas, que hão de compellir as aguas ao reservatorio da Veronica, estão no orçamento avaliadas em 27:480,5000 réis, na supposição de que se adoptará o systema das que trabalham junto á ponte de Austerlitz, em levantar agua do Sena para o reservatorio de Menilmontant, feitas pelo constructor Farcot. Outras vi com um melhoramento importante nas bombas, mas não sei se a experiencia tem sancionado esta invenção. A construcção Farcot é mais cara, mas muito segura e economica; estas machinas não gastarão mais de 1^k,100 de carvão por cavallo e por hora; com estes motivos adoptei-as como base de orçamento, mas a resolução sobre osapparelhos elevatorios deve ficar dependente do resultado, que der um novo estudo dos systemas, que se experimentavam ultimamente. A casa para estas machinas está projectada no actual mercado dos porcos, junto ao chafariz da Praia. A camara municipal, em resposta ao officio, que lhe dirigi em 23 de novembro do anno proximo passado, disse-me que aquelle local pertencia ao governo por uma transacção feita com o ministerio da fazenda, o que me levou a officiar ao ministerio das obras publicas, commercio, e industria, perguntando se podia dispor d'aquelle local para a collocação das machinas elevatorias. Não recebi resposta até hoje. Esperei todo o mez de dezembro, sem me decidir a fazer o projecto, porque todo este trabalho depende do local, em que se collocarem as machinas; depois decidi-me a fazer o trabalho, que me tinha sido ordenado, porque julguei de grande importancia preparar tudo para se fazerem as obras a tempo de se utilisarem as aguas orientaes na distribuição geral das aguas da cidade. Se o governo não conceder este local, pouco se aproveitará do trabalho, que fiz.

RESERVATORIO DA VERONICA

O reservatorio da Veronica tem 305^{mc},880 de capacidade, é muito pequeno para receber as aguas orientaes, porque.

sendo a temperatura d'ellas de 28 graus e meio, convem ter espaço onde se guardem as que se recebem n'um dia, para serem distribuidas no outro; o augmento que proponho é de 4:172^{mc},400; e portanto teremos um reservatorio de 4:477^{mc},980, com capacidade para 166 anneis de agua, que será dividido em dois: um, para receber a agua de um dia e distribui-la no dia seguinte, e outro para alternar este serviço. Independentemente d'esta applicação sou de opinião que se devem aproveitar todas as occasiões, que se apresentarem, para se fazerem grandes reservatorios, com o fim de soccorrerem a distribuição das aguas na estiagem, e em qualquer occasião, em que os aqueductos, que trazem agua á cidade, precisarem de reparação.

CUSTEIO DE MACHINAS

O pessoal para estas duas machinas será de 5 homens: 1 machinista, 1 fogueiro, 2 officiaes de limpeza e de pequenas reparações, e 1 servente. O machinista deve ganhar 1\$000 réis por dia, os officiaes 600 réis, o fogueiro 400 réis, e o servente 320 réis. Deve custar annualmente 1:065\$800 réis. A despesa em carvão, contando-se a rasão de 1^k,400 por cavallo e por hora, e de 5\$500 réis por tonelada, será de réis 1:854\$930 annualmente, e portanto o custeio das machinas será de 2:920\$730 réis por anno¹.

PRODUCTO DA AGUA

-A venda de 60 anneis de agua a 200 réis por metro cubico produz 117:734\$400 réis annualmente. Deduzido o juro de 6 por cento do capital de 64:600\$000 réis, que é de 3:876\$000 réis, o custeio, 2:920\$730 réis, e a amortisação, em vinte e cinco annos, da importancia das machinas 1:099\$200 réis, fica liquido annualmente 109:838\$470 réis, que representa um capital igual a 1.830:641\$166 réis.

¹ O sr. Aguiar calculou aqui o custeio das machinas na supposição de que ellas trabalhariam todo o anno; mas como só é preciso que trabalhem nos tres mezes de estiagem, esta despesa vem a reduzir-se á quarta parte.

Lisboa, 2 de março de 1868. — O engenheiro director das obras para o abastecimento das aguas de Lisboa, *Joaquim Nunes de Aguiar*.

N.º 8

Ill.^{mo} ex.^{mo} sr. — Tendo a direcção da companhia das aguas obtido do governo de Sua Magestade a approvação, que solicitou, do projecto feito pelo engenheiro chefe de primeira classe, Joaquim Nunes de Aguiar, para a elevação das aguas orientaes: e fazendo parte d'esse projecto a construcção de um reservatorio, collocado onde hoje é o chafariz da Praia, e destinado a receber as aguas, que têm de elevar-se; bem como a de quatro tanques, de 12 metros de comprimento por 2 de largo cada um, espalhados pelo bairro da Alfama, em substituição do actual tanque das lavadeiras; vou por este modo solicitar da ex.^{ma} camara municipal, a que v. ex.^a tão dignamente preside, o consentimento para a demolição d'aquelle chafariz e construcção do mencionado reservatorio no largo onde elle está, e para a substituição do actual tanque pelos quatro tanques projectados, assim como a designação dos locais, em que estes quatro tanques devem ser construidos. O começo d'estas obras é urgentissimo, não só por ser forçoso conclui-las a tempo de acudir ainda à proxima estiagem, senão tambem pela necessidade de proporcionar trabalho a operarios, que o pedem do seio da miseria com que lutam já; e a direcção deseja começar, por isso, essas obras na segunda feira proxima, 13 do corrente. Não podendo porém faze-lo, sem o consentimento da ex.^{ma} camara; e constando-me que não ha n'esta semana sessão ordinaria; animo-me a pedir a v. ex.^a que se digne, sendo possivel, convoca-la extraordinariamente, para que o começo das obras não soffra demora.

Deus guarde a v. ex.^a Lisboa, 9 de abril de 1868. — Ill.^{mo} ex.^{mo} sr. presidente da camara municipal de Lisboa. — O presidente da direcção, *Carlos Zeferino Pinto Coelho*.

N.º 9

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

SECRETARIA GERAL — ...ª REPARTIÇÃO N.º ...

Ill.^{mo} ex.^{mo} sr. — Recebi o officio, que v. ex.^a, na qualidade de presidente da direcção da companhia das aguas de Lisboa, me dirigiu com data de 9 do corrente, e attendendo á urgencia reclamada por v. ex.^a, a fim de que a camara municipal tomasse uma decisão prompta sobre o seu assumpto, não tive duvida em convocar extraordinariamente a vereação para se reunir no dia 11, e depois de aberta a sessão lhe patenteei, com a leitura do officio, qual era o negocio, que deviamos tratar.

A camara resolveu unanimemente que o *excedente das aguas do bairro oriental*, que se não acham abastecendo a cidade de Lisboa, e quaesquer outros mananciaes em identicas circumstancias, lhe pertencem; que uma commissão composta do seu presidente, vice-presidente, fiscal, e vereador Anselmo Ferreira Pinto Basto, tratassem com a direcção da companhia das aguas de chegar a um accordo sobre a indemnisação, que deve dar á camara pelas aguas do bairro oriental, que conforme as condições 9.^a e 10.^a do contrato não pertencem á mesma companhia; e que antes d'isso não concedia a licença pedida para tocar no chafariz da Praia, nem em outro qualquer do bairro oriental, emquanto a citada commissão não apresentar o resultado dos seus trabalhos. O que tudo me cumpre participar a v. ex.^a, para seu conhecimento e mais effeitos.

Deus guarde a v. ex.^a Camara, 13 de abril de 1868.— Ill.^{mo} ex.^{mo} sr. Carlos Zeferino Pinto Coelho, presidente da direcção da companhia das aguas de Lisboa.— O presidente, *Luiz de Carvalho Daun Lorena*.

N.º 40

Senhor:— Diz a companhia das aguas de Lisboa, que, tendo pedido á camara municipal de Lisboa que lhe consentisse a substituição do chafariz da Praia pelo reservatorio, que ahi tem de construir-se, e a do actual tanque das lavadeiras d'aquelle sitio por quatro tanques em differentes locaes do bairro de Alfama, tudo nos termos, e em execução do projecto, já por Vossa Magestade approvado, para a elevação das aguas orientaes da cidade, lhe fez saber a camara verbalmente em 14 do corrente, e acaba de lh'o repetir em officio datado de hoje, que, por entender que *o excedente das aguas do bairro oriental que se não acha abastecendo a cidade de Lisboa, e quaesquer outros mananciaes em identicas circumstancias*, se não comprehendem nas concessões feitas á companhia pelas condições 9.^a e 10.^a do seu contrato, negava por isso a licença pedida, emquanto a companhia se não accordasse com ella sobre o preço da indemnisação; acrescentando verbalmente que estava disposta a oppor-se, por via de embargo, e qualquer outro meio judicial, a que a companhia se apossasse d'aquellas aguas, ou fizesse em terrenos municipaes obras algumas respectivas.

Este acontecimento, tão inesperado como lamentavel, fez com que a supplicante despedisse os operarios, que estava ajustando já, para começar as obras hoje mesmo, conforme o tinha participado á propria camara.

E reclama prompta e urgente providencia, porque se essas obras não começarem já, será impossivel elevar as aguas a tempo de acudir ainda á estiagem.

A interpretação dada pela camara ás citadas condições do contrato de 27 de abril, é o mais desarrasoadá que póde ser.

Pelo antigo contrato de 27 de setembro de 1858, condição 8.^a, ficou pertencendo á antiga companhia *a administração, usufructo e posse do aqueducto e deposito das aguas livres, e de todos e quaesquer outros aqueductos e depositos, nascentes, ramaes, tanques, chafarizes, rios, ribeiros, regatos e poços, que pertenciam ao dominio do municipio.*

D'aqui se extrahiui a 9.^a condição do novo contrato de 27 de abril de 1867, concedendo á companhia actual *a posse, administração e usufruição de todas as aguas, obras e utensilios pertencentes á antiga companhia, bem como das aguas que o governo adquiriu, e obras que elle fez posteriorments ao decreto de rescisão d'essa empreza. . . e de quaesquer outras empregadas hoje no abastecimento da capital, bem como de seus aqueductos, reservatorios, poços e depositos.*

Por esta clausula ficou, pois, pertencendo á companhia actual tudo o que pertenceu á antiga empreza, e, alem d'isso, *as aguas que o governo adquiriu, e as obras que elle fez posteriormente ao decreto de rescisão d'essa empreza.*

E por conseguinte, não só as aguas orientaes, senão todas as demais pertencentes ao municipio, estão sujeitas á posse, administração, e usufruição da empreza actual.

A propria camara reconhece que o contrato abrange as aguas orientaes da cidade, nega só que elle abranja a parte d'essas aguas, que, pelo mau aproveitamento d'ellas, foge, e se perde para o Tejo.

Mas esta explicação torna ainda mais inaceitavel a interpretação dada, porque, se as nascentes orientaes estão sujeitas ao contrato, toda e qualquer parte da agua d'essas nascentes o está tambem.

Alem de que, se a companhia houvesse de pagar á camara as aguas desaproveitadas, por maioria de razão teria de lhe pagar as que se acham aproveitadas em resultado de grossos capitaes para esse fim despendidos por antigas camaras e governos.

E nenhum interesse teria a companhia em completar e aperfeiçoar as obras feitas, e muito menos em emprehender novas obras, se toda a agua, que d'ahi proviesse aos aqueductos, redundasse em proveito exclusivo da camara municipal.

O proprio interesse d'esta pede que a companhia faça quantas obras podér fazer, para que augmente, e quanto antes, o volume das aguas applicadas ao abastecimento da capital.

A despeza d'essas obras corre toda por conta da companhia, ao passo que da agua assim aproveitada fica logo per-

tencendo um terço ao estado para usos publicos e municipaes.

Este é que é o preço, que a companhia paga ao governo e ao municipio, por todas as aguas publicas e municipaes, de que se apossa: exigir-lhe outro, é violar a letra e o espirito do contrato, e impedi-la de fazer as obras convenientes no interesse commum.

E porque não foi com a camara, senão com o governo, que a companhia fez o seu contrato: e é ao governo, que incumbe metter a companhia de posse dos valores, cuja usufruição o contrato concedeu á companhia; e ao governo incumbe igualmente manter á companhia o gozo manso e pacífico d'essa usufruição, livre de quaesquer pleitos e obstaculos:

Por isso recorre a companhia a Vossa Magestade, para que se digne tomar, com toda a urgencia, as necessarias providencias, a fim de que á companhia se dê, e mantenha illesa, a posse inteira que a clausula 9.^a do contrato de 27 de abril lhe manda dar, e muito especialmente a das aguas orientaes todas, e sem excepção.

Pede a Vossa Magestade se digne have-lo assim por bem.
— E. R. M.

Lisboa, 13 de abril de 1868. — O presidente, *Carlos Zeferrino Pinto Coelho*.

N.^o 44

Tendo a companhia das aguas de Lisboa representado que a camara municipal recusa dar-lhe a posse das aguas orientaes, com o fundamento de que o excedente d'aquellas aguas se não acha abastecendo a cidade, e por isso não é comprehendido na concessão das condições 9.^a e 10.^a do contrato de 27 de abril, approvado pela carta de lei de 2 de julho de 1867;

Considerando, que d'esta recusa resulta que a companhia não pôde construir as obras, cujo projecto o governo approvou por portaria de 7 do corrente mez de abril;

Considerando, que este projecto foi approvado, não só para prevenir os effeitos da estiagem, que ameaça affligir os habi-

tantes da capital, como tambem para que, começando immediatamente as obras, possam ali encontrar trabalho os operarios, que nas actuaes circumstancias soffrem pela falta d'elle;

Considerando, que, nos termos da condição 9.^a, a companhia tem incontestavel direito à posse, administração, e usufruição de todas as aguas, sem excepção, que, sendo do dominio municipal, servem para o abastecimento de Lisboa:

Considerando, que tanto o actual contrato, como o anterior, como todas as providencias e sacrificios que o estado e o municipio têm feito, não tiveram por causa haver excedente de aguas, mas sim grande deficiencia na quantidade, de que Lisboa absolutamente carece;

Considerando, que é dever do governo manter o contrato, que a lei approvou e mandou observar:

Manda Sua Magestade El-Rei, pelo ministerio das obras publicas, commercio, e industria, que o governador civil do districto de Lisboa ordene ao administrador do bairro respectivo, que, sem perda de tempo, tome posse, em nome do governo, de todas as aguas, aqueductos, reservatorios, poços e depositos orientaes, e, em acto continuo, entregue tudo à companhia das aguas, para ella possuir, administrar, e usufruir, nos termos e com as clausulas do seu contrato.

Paço, em 14 de abril de 1868. = *Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas*. = Para o governador civil do districto de Lisboa.

N.º 12

Ill.^{mo} ex.^{mo} sr. — A direcção da companhia das aguas de Lisboa me encarrega de insistir pelo consentimento, já pedido pela mesma direcção à camara municipal de Lisboa, para todas as obras da elevação das aguas orientaes, que dependem do consentimento da mesma camara. A urgencia d'essas obras é tal, que não posso deixar de, com a maior instancia, pedir à camara, a que v. ex.^a preside, a resolução mais prompta, que possa ser.

Deus guarde a v. ex.^a Lisboa, em direcção da companhia

das aguas, 16 de abril de 1868.—Ill.^{mo} ex.^{mo} sr. Luiz de Carvalho Daun e Lorena, presidente da camara municipal de Lisboa. =O presidente da direcção, *Carlos Zeferino Pinto Coelho*.

N.º 15

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

SECRETARIA GERAL — 1.ª REPARTIÇÃO N.º 278

Ill.^{mo} ex.^{mo} sr. — Foi presente na camara municipal de Lisboa o officio, que v. ex.^a, em data de hontem, se serviu dirigir á mesma camara por parte da illustre direcção da companhia das aguas de Lisboa, insistindo pelo consentimento, que já havia sido pedido para as differentes obras de elevação das aguas orientaes da cidade, que dependem na sua execução do consentimento da camara, pedindo ao mesmo tempo a mais prompta resolução a este respeito.

Em resposta ao citado officio tenho a honra de communicar a v. ex.^a, que logo hontem se tratou do assumpto, por não desejar a camara causar embaraços ou transtornos ás referidas obras; e por isso foi approvedo em vereação, que, não obstante a posse, que o governo tomou das referidas aguas, contra os protestos e legaes reclamações da camara, esta concede a licença pedida, porque a referida posse em nada prejudica o direito, que ás ditas aguas a municipalidade entende ter, fundado nas condições do contrato de 27 de abril de 1867: não obstante este direito, auctorisa a companhia das aguas para começar as obras projectadas, declarando-se por esta occasião, que a concessão outorgada não invalida, nem prejudica o direito da camara, o qual a mesma defenderá nos termos, que são facultados pelas leis.

Deus guarde a v. ex.^a Camara, 18 de abril de 1868.—Ill.^{mo} ex.^{mo} sr. presidente da direcção da companhia das aguas de Lisboa. =O vice-presidente, *Francisco Manuel de Mendonça*.

N.º 14

Senhor:—A direcção da companhia das aguas de Lisboa tem a honra de elevar á presença de Vossa Magestade a comunicação, que recebeu da camara municipal, em officio datado de 18 de abril de 1868, mas recebido hoje, no qual a mesma camara, respondendo ao officio, que a direcção lhe dirigira, pedindo-lhe auctorisação para as obras de elevação das aguas orientaes, na parte em que essas obras dependiam do consentimento da mesma camara, concede a auctorisação pedida, mas clausulada com a declaração expressa de ficarem salvos os direitos, que a camara imagina ter sobre as aguas orientaes, e protestando outrosim faze-los valer, não obstante a posse, que o governo tomou d'essas aguas, e que a camara declara illegal e inefficaz.

Esta resposta surpreendeu a direcção, porque na vespera tinha sido prevenida, de que alguns vereadores haviam tomado aquella deliberação, na persuasão de que se tratava de nascentes já exploradas pelo municipio, mas ainda não applicadas ao abastecimento da cidade, e que, informados competentemente, de que as aguas a elevar provinham todas de nascentes, que abasteciam já a cidade, postoque mal applicadas e aproveitadas, estavam na idéa de votar por que a camara desistisse da sua opposição, para o que a iam reunir hoje em sessão extraordinaria.

Reuniã porém, deliberou a camara manter ás suas anteriores deliberações, e persistir na mesma opposição.

Em vista do que, a direcção não póde resolver-se a emprender as obras, de que se trata, sem que, ou cesse a opposição, ou o governo garanta a companhia contra o prejuizo, que d'essa opposição possa resultar á companhia.

O protesto da camara é absurdo. Todas as nascentes pertencentes ao municipio de Lisboa, em 8 de agosto de 1855, data do contrato provisorio feito com a antiga companhia, ficaram pertencendo em usufructo a essa empresa, do mesmo modo que as nascentes pela propria companhia adquiridas,

como é expresso na condição 8.^a do respectivo contrato definitivo de 29 de setembro de 1858.

E pelas condições 9.^a e 10.^a do contrato de 27 de abril de 1867 todas as águas, pertencentes á antiga companhia, ficaram pertencendo em usufructo á companhia actual.

Por conseguinte, se as nascentes, de que se trata, são do antigo dominio da camara municipal, como a propria camara diz, pertenciam por isso mesmo á antiga companhia, e pertencem hoje, como successora d'ella, á companhia actual.

E por essa razão mandou o governo, por portaria de 14 do corrente, tomar posse d'essas águas, e entrega-las á companhia.

Mas as obras, de que se trata, não são obrigatorias para a companhia, nem o contrato de 27 de abril falla d'ellas.

A direcção emprehendia-as, porque, vendo a cidade ameaçada de uma estiagem, decididamente superior a todas as ultimas estiagens, desejava inaugurar a sua gerencia por uma obra de tão decidido interesse publico, e libertar por via d'ella os habitantes da sêde devoradora, que lhes está imminente.

Este desejo, porém, é irrealisavel, se a camara municipal consegue interromper e demorar o andamento das obras, por via de embargo judicial ou qualquer outro obstaculo.

E ainda que se realise, e as obras se completem, e venham a occorrer á sêde publica, graves censuras poderão fazer-se á direcção, se esta, com esse beneficio publico, tiver envolvido a companhia em pleitos, que ameacem arrebatá-lhe o resultado de seus esforços e despezas.

Verdade é que, intentados esses pleitos, podia a companhia chamar o governo á autoria, para que lhe defendesse a posse e direitos, que lhe transmittira pelo contrato.

Mas o governo poderia entender então não dever aceitar a autoria, o que, se não privava a companhia do seu direito, a envolvia pelo menos em questão tambem com o governo.

E tendo a actual companhia succedido á antiga, que deveu em parte a sua morte a ter-se demasiadamente envolvido em pleitos, dir-se-ia que a companhia actual, seguindo o mesmo rumo, provavelmente havia de vir a naufragar no mesmo escolho.

Todas estas circumstancias resolveram a direcção a tomar a deliberação, que fica dita.

Se o governo de Vossa Magestade tem meio de fazer cessar a opposição toda por parte da camara, ou se, por acto expresso, garante a companhia contra todo e qualquer prejuizo, que da opposição da camara possa resultar-lhe, a direcção vae comear as obras immediatamente, e progredir n'ellas sem perda de tempo.

Se o governo de Vossa Magestade entender não dever lançar mão de nenhum d'estes arbitrios, a direcção, pela sua parte, desistirá tambem de fazer as obras, pelo menos por agora: e a quem for culpado d'isso caberá a responsabilidade das consequencias inteiras d'essa fatal omissão.

Pelo que a direcção:

P. a Vossa Magestade se digne resolver com urgencia e comunicar-lhe a sua regia resolução. — E R. M.

Lisboa, 18 de abril de 1868. — O presidente da direcção,
Carlos Zeferino Pinto Coelho.

N.º 45

Foi presente a Sua Magestade El-Rei a representação da companhia das aguas, datada de 18 do corrente mez, dando conta de ter obtido da camara municipal de Lisboa auctorisação para comear as obras da elevação das aguas orientaes, mas com a clausula de ficarem salvos os direitos, que a mesma camara suppõe ter áquellas aguas, e com o protesto de fazer valer esses direitos, não obstante a posse que o governo tomou.

E considerando Sua Magestade, que d'esta clausula e protesto podem nascer pleitos, que perturbem a companhia na posse, administração, e usufruição, concedidas pelo contrato approvedo pela lei de 2 de julho de 1867;

Attendendo a que o governo é responsavel pelo pontual cumprimento das obrigações resultantes d'aquelle contrato;

Attendendo a que, não só pelas regras geraes de direito,

como pela expressa disposição da condição 10.^a do citado contrato, o governo é obrigado a garantir á empresa a posse, administração, e usufruição de todas as obras e aguas, que lhe foram entregues por virtude da condição 9.^a;

Attendendo a que foi em virtude da mesma condição 9.^a, e pela sua verdadeira e exacta interpretação, que o governo mandou pela portaria de 14 do corrente entregar á companhia a posse das aguas orientaes;

Attendendo a que estando imminente uma estiagem extraordinaria, e não podendo acudir-se-lhe senão elevando e aproveitando melhor aquellas aguas, é urgentissimo que as obras comecem desde já, e progridam rapidamente, sem os embarços e delongas de um pleito:

Manda o mesmo augusto senhor recommendar á companhia das aguas, que, sem perda de tempo, comece as obras, cujo projecto foi approvedo pela portaria de 7 do corrente mez, e as continue e desenvolva, de modo que no mais curto praso sejam concluidas, na certeza de que o governo, não obstante os protestos e reservas da camara municipal, garante á empresa a mansa posse, livre uso e administração de todas as aguas e obras, que lhe mandou entregar, e toma a responsabilidade de tudo quanto tem feito e ordenado em execução do contrato, e para beneficio publico.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, se communica á companhia das aguas de Lisboa para os fins convenientes. Paço, em 20 de abril de 1868. — *Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas.*
 ==Para a companhia das aguas de Lisboa.

N.º 16

PORTUGAL, DISTRIBUTION D'EAU, VILLE DE LISBONNE

CAHIER DES CHARGES POUR LA FOURNITURE DES MACHINES, POUR LA PRISE D'EAU

Entre les soussignés:

1º Messieurs E. Windsor Fils, ingénieurs mécaniciens demeurant à Rouen (France) d'une part; et

2º La compagnie générale des eaux de la ville de Lisbonne, représentée par monsieur d'Aguiar, ingénieur, d'autre part:

Il a été passé le présent contrat pour la fourniture de deux machines élévatoires à la compagnie des eaux, qui accepte.

ARTICLE 1^{er}

INDICATIONS SOMMAIRES

Dans les conditions normales de leur marche, chacune de ces machines sera d'une puissance telle, qu'elle puisse élever effectivement en vingt quatre heures, au moins *dix-neuf cent mètres* cubes d'eau dans les bassins destinés à cet effect, qui seront placés à une altitude de soixante-treize mètres au dessus du niveau du puisard d'alimentation des pompes *y compris la perte de charge*.

La conduite ascensionnelle aura trente centimètres de diamètre intérieur et un parcours d'environ mille mètres.

La hauteur d'aspiration dans le puisard sera d'environ *un mètre*.

ARTICLE 2^e

PUISSANCE DES APPAREILS

Les machines seront verticales à double effect avec deux cylindres à détente variable et à condensation, dites du système Woolf.

Le balancier d'une longueur d'environ 5^m,40 (cinq mètres, quatre centimètres), mettra directement en mouvement l'appareil destiné à élever l'eau.

Dans ces conditions les machines pourront produire chacune environ vingt-trois chevaux en eau montée, soit trente chevaux sur l'arbre du volant.

ARTICLE 3^e

MAÇONNERIE ET FONDATIONS

Les machines, chaudières, et accessoires, seront établis dans des bâtiments, construits par la compagnie des eaux; les constructeurs des machines s'engagent à fournir tous les dessins de ces constructions, plus un conducteur de ces travaux à ses

frais, lequel devra surveiller et opérer, avec les hommes d'aide de la compagnie, la pose des chaudières à vapeur: ce conducteur devra partir de Rouen dans un délai de quinze jours, au plus, de la date du présent contrat: il sera muni des plans et instructions nécessaires pour la mise en œuvre de ces travaux.

ARTICLE 4^e

POSITION DES POMPES ELÉVATOIRES

Les deux pompes de chaque machine seront mues directement par les balanciers, et seront placées à cet effect symétriquement par rapport à l'axe de ces derniers: elles devront produire un système à double effect, c'est-à-dire que pendant chaque course, soit ascendante ou descendante, des pistons à vapeur, elles fourniront une égale quantité d'eau dans la conduite ascensionnelle.

ARTICLE 5^e

SOUPAPES DE SURETÉ

On placera sur la conduite de refoulement de chaque machine, entre les pompes et le robinet vanne, une soupape de sureté, pour rejeter l'eau dans le puisard, si on arrivait à mettre la machine en marche sans avoir préalablement ouvert tous les robinets.

ARTICLE 6^e

RÉSERVOIRS D'AIR

Chaque machine sera munie d'un reservoir d'air en fonte, mis en communication avec la conduite ascensionnelle.

La capacité de chacun de ces reservoirs sera de quatre mètres cubes environ, ils seront munies: 1^o, d'un manomètre indiquant la pression de l'air à l'intérieur; 2^o, d'un tube indicateur faisant connaître la hauteur de l'eau à l'intérieur; 3^o, d'une pompe foulante facile à manœuvrer pour introduire de l'air en remplacement de celui dissous et entraîné par l'eau.

ARTICLE 7^e

CHAUDIÈRES A VAPEUR

Les constructeurs des machines fourniront *trois chaudières* complètes du système ordinaire avec bouilleur alimen-

taire, chaque chaudière correspondra à une surface de chauffe de *soixante mètres carrés*, non compris le bouilleur alimentaire.

Elles seront timbrées a cinq atmosphères et demi, et seront munies des appareils de sureté prescrits par l'ordonnance française de 1843.

Les épaisseurs des tôles seront de 0^m,012 (douze millimètres) pour la chaudière et de 0^m,010 (dix millimètres) pour les bouilleurs, de plus les tôles des bouilleurs dites de coup de feu auront une épaisseur de 0^m,014 (quatorze millimètres).

Dans la marche normale des machines, la *tension effective* de la vapeur dans les chaudières sera de quatre atmosphères.

Ces chaudières devront être livrées à Lisbonne dans un délai de deux mois et demi, de date du présent contrat.

ARTICLE 8^e

PIÈCES DE RECHANGE

Les constructeurs des machines fourniront les pièces de rechange suivantes :

- 1^{er} Un piston complet pour chaque machine ;
- 2^e Un piston complet pour les pompes élévatoires ;
- 3^e Un rechange complet des soupapes et clapets des pompes ;
- 4^e Un rechange d'un dixième des boulons d'assemblage des clapets et pompes ;
- 5^e Un rechange des tubes en cristal pour les niveaux d'eaux.

ARTICLE 9^e

ÉPREUVE ET GARANTIE

Comme il est dit d'autre parte, chaque machine devra élever au moins *mille-neuf-cents mètres cubes* d'eau par vingt-quatre heures, les pistons des pompes fonctionnant à une vitesse uniforme de 0^m,35 (trente-cinq centimètres), par seconde.

Dans ces conditions elle ne devra pas consommer au delà de 4^k,90 (un kilogramme quatre vingt-dix décagrammes) de bon charbon par heure et par force de cheval, de soixante quinze kilogrammètres, estimés en eau montée.

ARTICLE 10^e

RECEPTION DES MACHINES

La reception des machines par la compagnie aura lieu à la mise en marche, après les expériences, qui seront faites sur ces machines, pour savoir si elles remplissent bien les clauses et conditions du présent contrat.

Les constructeurs demeureront responsables, vis-à-vis de la compagnie des eaux, pendant l'espace d'une année de la mise en marche, pour tous vices de construction, défaut de matières, qui pourraient se découvrir dans ce temps; et ils seraient tenues de remédier à leurs frais, et sans délai, tous défauts reconnus de leur fait, n'étant pas libre d'abandonner le dernier paiement retenu comme garantie. Dans le courant de cette année on répétera les expériences comme la compagnie pourra le désirer.

ARTICLE 11^e

DÉLAI D'EXECUTION

Le délai de livraison de ces machines et accessoires sur le quai à Lisbonne, est fixé à quatre-vingt-dix-huit jours de date du présent contrat.

Les constructeurs s'engagent par le présent à payer à la compagnie une pénalité de deux-cents francs pour chaque jour de retard apporté dans le délai de livraison à dessus, sauf tout fois les cas de force majeure.

ARTICLE 12^e

PRIX DES APPAREILS ET PAIEMENT

Les deux machines élévatoires établies dans les conditions relatées, complètes avec chaudières, pompes, pompes à air et alimentaires, tuyaux d'aspiration dans le puisard, tuyaux de refoulement jusqu'à un mètre en dehors des réservoirs d'air, enfin les machines mises en marche, les constructeurs fournissant à leurs frais un monteur pour effectuer et surveiller le montage et pose, pour la somme de (fr. 100:000) cent mille francs, sauf les frais d'hommes d'aide, échafaudages, outils et matériaux nécessaires à cette pose, qui seront supportés et payés en entier par la compagnie des eaux.

Les paiements seront faits par la compagnie des eaux aux constructeurs, en leur domicile à Rouen, comme suit :

1^{er} Un quart à la remise des dessins et départ du conducteur de travaux, indiqué en l'article 3^e d'autre part ;

2^e La moitié à la livraison des pièces sur le quai à Lisbonne ;

3^e Un huitième après la mise en marche et réception des machines par la compagnie des eaux ;

4^e Un huitième et dernier paiement à l'expiration de l'année de garantie.

Le présent contrat sera passé en double expédition, dont l'une sera signée par la compagnie des eaux et l'autre par les constructeurs des machines indiquées d'autre part.

Paris le 30 (trente) mai 1868. — N. B. A l'article 2^e, au lieu de «Le balancier d'une longueur d'environ 5^m,40», on devra lire : «Le balancier aura 6^m,1 (six mètres) de long d'axe en axe,» etc. Lisbonne, 16 juin 1868.—Les constructeurs. *E. Windsor & Fils.*

N.º 47

Lisbonne, 3 juin 1868. — Mrs. Windsor & Fils. — La compagnie des eaux de Lisbonne fait tout son possible pour avoir des eaux montées par l'intermédiaire de vos machines dans le minimum de temps : elle prétend que, si vous pouviez lui fournir une machine avant l'autre et la lui monter dans le moins de temps possible, elle serait bien satisfaite.

Si cette machine pouvait être ici le 15 août, et être montée le 5 septembre, la compagnie vous donnerait une indemnité pour l'excès de dépense occasionnée par cela. L'autre machine viendrait après, et serait montée dans les délais du contrat. Si cela ne serait pas tout à fait possible, si au lieu du 5 septembre la machine ne pourrait être mise en marche que le 15, ou le 25 septembre, la compagnie le désirerait, et vous accorderait aussi une indemnité raisonnable. En tout cas, considérant le contrat ratifié comme il est fait ; dites nous, le plutôt possible, si vous pouvez racourcir le délai pour une des deux

54

machines, et dans quelles conditions.— Aggréez, messieurs, nos compliments. = *J. N. d'Aguiar*.

N.º 48

Rouen, 10 juin 1868.—Monsieur d'Aguiar, ingénieur de la compagnie des eaux, à Lisbonne, Portugal.— Monsieur.— Nous confirmons notre dépêche de ce matin. Nous allons faire tout notre possible pour livrer la première machine avant les délais fixés: et si, comme nous l'espérons, nous pouvons y parvenir, nous trouverions juste qu'il nous fut accordé la réciprocité de la pénalité, soit 200 francs par jour.

Veillez recevoir, monsieur, nos bien respectueuses civilités. = *E Windsor & Fils*.

N.º 49

Lisbonne, 16 juin 1868.—Messieurs Windsor & Fils, ingénieurs.— Nous avons reçu hier votre lettre du 10, adressée à mr. d'Aguiar.

Nous voyons avec plaisir que vous jugez possible de mettre ici une des deux machines avant le 5 septembre; et vous nous demandez l'indemnité de 200 francs par chaque jour de moins.

Cette proposition serait raisonnable, s'il se traitait des deux machines, puisque le contrat nous accorde aussi 200 francs par jour de plus.

Mais comme on traite seulement d'abréger le délai à l'égard d'une seule machine; vous comprendrez, messieurs, que votre proposition n'est pas tout à fait réciproque.

D'ailleurs, c'est bon que la machine soit ici avant le 5; mais ce qu'il nous importe surtout c'est qu'elle soit mise en marche le plutôt possible.

Le contrat ne dit pas dans combien de jours après réception, les machines devraient être montées, ce serait du votre intérêt, aussi bien que du notre, de dépenser le moins de temps pos-

sible à celà. Et nous croyons que le 30 septembre au plus tard elles devraient être mises en marche.

Partant, donc, de cette supposition, nous vous proposons ce qui suit.

Si une des deux machines est mise en marche après le 15 septembre, mais avant le 30, nous vous payerons d'indemnité 100 francs par chaque jour qu'elle pourra travailler en septembre.

Si elle est mise en marche après le 1^{er} septembre, mais avant le 15, nous vous payerons 200 francs par chaque jour de la première quinzaine de septembre, où elle pourra travailler, et 1:500 francs par la seconde quinzaine.

Si elle est mise en marche le mois d'août, par chaque jour de ce mois où elle travaillera, nous vous payerons 300 francs et outre cela 4:500 francs pour tout le mois de septembre.

Cette proposition vous montrera, messieurs, l'intérêt que nous lions à l'épargne de temps, et nous vous prions de nous répondre le plutôt possible; en nous disant ce que nous pourrions espérer, afin qu'il nous soit possible d'accélérer les travaux correspondants.

Demain nous comptons vous envoyer le contract signé par nous: et vous nous enverrez après une copie exacte signée par vous. Celle, que vous avez envoyée à mr. d'Aguiar, a quelques différences de rédaction, peu importantes, mais qu'il convient d'éviter.

Nous espérons que vous aurez déjà reçu les 25:000 francs que nous vous avons envoyé, en lettre sur Paris, payable le 13.— Acceptez, messieurs, nos compliments.—Le président,
C. Z. Pinto Coelho.

INCÊNDIO DE 11 DE AGOSTO DE 1868

Descrição inserta no relatório da Direcção
apresentado à Assembleia Geral de 30 de
Outubro de 1868

Incendio de 11 de
agosto.

No decurso das obras, um pavoroso incendio, começado nos armazens da alfandega do Jardim do Tabaco, veio pôr-nos em risco imminente os valores de ferramentas, utensilios, e materiaes, que tinhamos em dois armazens, que o governo nos emprestára para serviço das obras, e que eram contiguos aos da alfandega.

Sucedeu que alguns dos nossos operarios, que dormiam nas obras da Praia, se levantaram de madrugada, e foram passear no caes denominado da Lingueta.

E vendo d'ahi que saía fumo pelas janellas da alfandega, deram parte ao nosso ferramenteiro, que correu a chamar o fiel do nosso deposito, e a prevenir a policia.

Emquanto as auctoridades tomavam as providencias, que o caso pedia, tratou o nosso fiel de pôr primeiramente a salvo os valores existentes no nosso armazem de deposito; e conseguiu salva-los todos, com pequenissimas excepções.

Do outro armazem, onde se guardavam a ferramenta, utensilios, e materiaes de serviço diario das obras, e onde só foi possível ir-se mais tarde, salvou-se ainda quasi toda a ferramenta e utensilios, mas perdeu-se a areia, a cal, a pozzolana, o cimento, o tijolo, a madeira, a cantaria, e a tubagem de grés ali existente; porque o fumo, que pouco a pouco foi invadindo o armazem, tornou-se tão expesso e tão forte, que não deixou trabalhar mais.

A nossa gente foi então ajudar a salvar o que se achava no armazem da alfandega, denominado das carnes, que, por ficar entalado entre os nossos dois, foi o unico preservado do fogo; e do qual, por essa razão, se salvou tudo o que lá havia.

E o que salvámos, tanto nos nossos armazens, como no das carnes, foi duplicadamente providencial para a companhia, porque, se por um lado nos alliviou de maior perda, limitando o nosso prejuizo a cerca de 500\$000 réis; pelo outro nos livrou da imputação, que ao principio se nos fizera, espalhando-se que nos nossos armazens começára o fogo.

Contra semelhante boato protestou desde logo o de-

poimento unanime de muitas testemunhas oculares; protestaram os nossos salvados; e protesta ainda hoje o armazem das carnes, que, por ficar entre os nossos, se salvou intacto, e que lá nos está servindo hoje de deposito, em lugar dos dois, que o incendio nos invadira e devorára a final.

ÍNDICE DOS ANEXOS

ANEXO 1 – Mapas e Plantas

Mapa da Região de Lisboa	I
Lisboa – Altimetria – 3 dimensões.....	II
Lisboa – Altimetria – Declives	III
Lisboa – Altimetria – Exposição de vertentes	III
Alfama – 1856-1858	IV
Alfama – 2007	V

ANEXO 2 – Chafarizes de Lisboa. Passado, Presente e ...

Introdução	I
Planta Geral de Lisboa, com a localização dos chafarizes.....	II
Chafariz do Rato	III
Chafariz da Rua do Século	VII
Chafariz do Carmo	XI
Chafariz das Necessidades	XV
Chafariz da Praça da Armada	XVIII
Chafariz das Janelas Verdes	XXII
Chafariz da Esperança	XXVI
Chafariz da Rua do Arco a S. Mamede	XXXI
Chafariz do Loreto	XXXIV
Chafariz da Estrela	XXXIV
Chafariz das Amoreiras	XXXV
Chafariz do Caes do Tojo	XXXV

ANEXO 3 – Decreto de 22 de Dezembro de 1852

ANEXO 4 – Representações

Representação dirigida a Sua Magestade a Rainha em 1853	I
Representação dirigida à Câmara dos Deputados em 1852	IX

ANEXO 5 – Planta e resultados de uma sondagem

hidrogeológica no Largo do Chafariz de Dentro

ANEXO 6 – Chafarizes, Bicas e Fontes de Alfama e outras

memórias da água

Pormenor da Vista de Lisboa (de Braunio). Século XVI	I
Letra do fado «Chafariz d’El-Rei»	II
Chafariz d’El-Rei	III
«Relação do que conthem o Chafariz d’Elrey».....	X
«ILUMINAÇÕES» in <i>República</i> , de 26 de Novembro de 1963	XVI
«Batuque no Chafariz d’El-Rey»	XVIII
Chafariz de Dentro	XXII
Vistoria ao Chafariz de Dentro, realizada por Carlos Mardel, em 18 de Junho, e Consulta da Câmara a El- Rei, em 17 de Agosto, em 1748	XXVII
Outras bicas, fontes e chafarizes de Alfama	XXXVII
O Fenómeno da água das “ratas” na imprensa de Lisboa. Alguns exemplos	LII

ANEXO 7 – Os projectos de Pezerat

Relatório à Câmara Municipal de Lisboa, de 12 de Abril de 1852	I
Segunda Memória	XIV
<i>Dados e Estudos para um Projecto de Abastecimento de Agoas e Sua Distribuição em Lisboa</i> , extractos do Capítulo I	XVIII
<i>Planta Geométrica do Sítio do Terreiro do Trigo</i>	XXVI
<i>Secção Geológica do Monte do Castello</i>	XXVII

ANEXO 8 – O Recinto da Praia

Documentos anexos ao Relatório da Direcção apresentado à Assembleia Geral de 30 de Outubro de 1868	I
Descrição do incêndio de 11 de Agosto de 1868	XXV